JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Consórcio Inter. de Des. Econômico, Social e Ambiental da Região Sul 4
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia 4
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia 4
Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso 5
Prefeitura Municipal de Água Boa 5
Prefeitura Municipal de Apiacás 6
Prefeitura Municipal de Araguaiana 6
Prefeitura Municipal de Araguainha 8
Prefeitura Municipal de Araputanga 9
Prefeitura Municipal de Aripuanã 10
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 13
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 13
Prefeitura Municipal de Cáceres 13
Prefeitura Municipal de Campinápolis 27
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 32
Prefeitura Municipal de Campo Verde 35
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 36
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 37
Prefeitura Municipal de Canarana 45
Prefeitura Municipal de Carlinda 47
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 60
Prefeitura Municipal de Cocalinho 64
Prefeitura Municipal de Colíder 64
Prefeitura Municipal de Colniza 65
Prefeitura Municipal de Comodoro 70
Prefeitura Municipal de Confresa 74
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 80
Prefeitura Municipal de Curvelândia 81
Prefeitura Municipal de Diamantino 81
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 86
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 86
Prefeitura Municipal de Figueirópolis d´Oeste 88
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 115
Prefeitura Municipal de General Carneiro 115
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 124
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte 125
Prefeitura Municipal de Itaúba 125
Prefeitura Municipal de Itiquira 127
Prefeitura Municipal de Jaciara 127
Prefeitura Municipal de Jangada 128
Prefeitura Municipal de Juara 130
Prefeitura Municipal de Juruena 133
Prefeitura Municipal de Juscimeira 133
Prefeitura Municipal de Marcelândia 141
Prefeitura Municipal de Matupá 142
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 143
Prefeitura Municipal de Nobres 147
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 147
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 149
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 149
Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte 151
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 155

Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 156
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 157
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 159
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 187
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 189
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 189
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 202
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 204
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 219
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 221
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 257
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 257
Prefeitura Municipal de Paranatinga 260
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 263
Prefeitura Municipal de Poconé 296
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 296
Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda 297
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 298
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 298
Prefeitura Municipal de Poxoréu 304
Prefeitura Municipal de Querência 305
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 306
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 307
Prefeitura Municipal de Rio Branco 311
Prefeitura Municipal de Rondolândia 312
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 313
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 313
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 313
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 313
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 314
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 315
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 339
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 339
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 341
Prefeitura Municipal de Sinop 344
Prefeitura Municipal de Tabaporã 344
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 348
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 352
Prefeitura Municipal de Torixoréu 353
Prefeitura Municipal de União do Sul 356
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 357
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 396
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 404
Prefeitura Municipal de Vila Rica 409

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

Segundo Vice-Presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

Terceiro Vice-Presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

Quarto Vice-Presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

Quinto Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

Primeiro Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

Segundo Secretário: Atail Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Silvio José de Morais Filho - Araguainha

Segundo Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CONSÓRCIO INTER. DE DES. ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL

EDITAL DE PUBLICAÇÃO BALANCO 2016

ESTADO DO MATO GROSSO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESNVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental da Região Sul, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 08.051.612/0001-151-15, com sede administrativa no município de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, para efeito de cumprimento aos artigos 207 e 209 da Constituição Estadual/MT e 31 e 37 da Constituição Federal, torna público a quem possa interessar para efeitos de cumprimento que as contas do exercício de 2016, que permanecerá pelo prazo de 60 (sessenta) dias a partir de 15 de Fevereiro de 2017 a disposição de qualquer contribuinte.

Campo Verde, 31 de Dezembro de 2016.

Atenciosamente,

VALDECIR LUIZ COLLE PRESIDENTE DO CIDESASUL

ATA PRESTAÇÃO DE CONTAS 16.12.2016

REUNIÃO EM CAMPO VERDE

16.12.2016

PAUTA: **- Prestação de contas parcial do ano de 2016; II – Apresentação do plano de trabalho para o exercício 2017; III – Outros assuntos pertinentes à categoria.**

Aos dezesseis dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezesseis, ás Quatorze horas, reuniram-se na sala de reuniões da Prefeitura de Campo Verde, o Sr. Valdecir Luiz Colle – Prefeito de Juscimeira, - presidente do cidesasul, Sr. Fábio Schroeter - prefeito de Campo Verde, Sr.ª Janaina Fernandez - Secretária do Cidesasul, o Sr. Israel Francisco Dourado - Secretário Executivo do Cidesasul, assessor jurídico, o Sr. Alexandre Russi – Prefeito de São Pedro da Cipa, o Sr. Miguel José Brunetta – Prefeito de Santo Antônio do Leste, o Sr. Valdecir Luiz Colle – Prefeito de Juscimeira, deu inicio a reunião cumprimentando a todo o presente, em seguida o sr. Israel, passou as informações da pauta da reunião de hoje e da eleição da nova diretoria no dia próximo dia 13.01.2017, a sr. Raquel fez a prestação de contas parcial do ano de 2016 para os prefeitos presentes, apresentação do orçamento para o ano de 2017, e os Prefeitos aprovaram a prestação de contas e o orçamento para o ano de 2017. O sr. Israel fez a apresentação dos trabalhos desenvolvidos nos municípios no ano de 2016, que foi aprovado pelo Prefeitos presentes.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às 15h00 min. EU_JANAINA Fernandez lavrei a presente ata, que será lida e assinada por todos. À PRESENTE É CÓPIA FIEL DA ATA DE REUNIÃO CUJA PAUTA FOI **I – Prestação de contas parcial do ano de 2016; II – Apresentação do plano de trabalho para o exercício 2017; III – Outros assuntos pertinentes a categoria.**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA

RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO DE NOMEAÇÃO

Resolução nº 04/2017

Em 02 de Janeiro de 2017.

São Félix do Araguaia–MT.

Dispõe Sobre a Nomeação da Enfermeira Chefe – RT do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia - MT, e dá outras providencias.

A Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia de São Félix do Araguaia-MT, **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, portadora do CPF nº 049.351.084-28 e RG nº 53.204.353-4 SSP/SP, residente e domiciliado no Município de São Felix do Araguaia-MT, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º - NOMEAR **DULCE FERNANDA RODRIGUES GOMES, CPF: 028. 821.421-88, RG: 1901855-0 SSP/MT** para o cargo em **Comissão de Enfermeira Chefe – Responsável Técnica** do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia**.**

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PRESIDENTE DO CISA

RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO DA REMUNERAÇÃO

Resolução nº 05/2017

Em 02 de Janeiro de 2017.

São Félix do Araguaia–MT.

Dispõe Sobre o Reajuste aos vencimentos dos Enfermeiros e Assistente Social do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia - MT, e dá outras providencias.

A Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia de São Félix do Araguaia-MT, **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, portadora do CPF nº 049.351.084-28 e RG nº 53.204.353-4 SSP/SP, residente e domiciliado no Município de São Felix do Araguaia-MT, faz saber que o Conselho Diretor aprovou e ela sanciona a seguinte Resolução:

Resolve:

Art. 1º - Fixa a remuneração do cargo de **ENFERMEIRA** 20hs no valor de 2.070,00 (dois mil e setenta reais) do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia**.**

Art. 2º - Fixa a remuneração do cargo de **ASSISTENTE SOCIAL** 20hsno valor de 2.070,00 (dois mil e setenta reais) do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia**.**

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PRESIDENTE DO CISA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO ARAGUAIA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 001/2017

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia torna público que realizará "**PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2017**" dia 26/01/2017 às 08:00 horas (horário de Brasília) na Sala de Pregão do Hospital Regional de Água Boa – MT, sito Rua 16 n° 150 Centro II Água Boa – MT, cujo **Objeto: Aquisição de produtos de lavanderia, limpeza, higienização hospitalar e descartáveis**. **Edital Disponível:** Email: cisma@brturbo.com.br. Informações adicionais, pelo telefone (66) 3468-1246, no horário das 7h30-min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.

Água Boa – MT, 11 de janeiro de 2017

Núbia S. S. Paixão Moraes

Pregoeira

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

EXTRATO ADITIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. **002/2016**. Do Pregão Presencial nº 002/2016. Contratante**: CISOMT** Contratado: **AUTO POSTO QUATRO MARCOS LTDA.** *Objeto:* Aquisição de Combustível, Lubrificante e Filtros, visando o atendimento do CISOMT. Aditivo de Valor do Lote 01, Item 01 - Valor Unitário R$ 3,63, Item 02 - Valor Unitário R$ 3,60 e Item 3 - Valor Unitário R$ 4.00 - Vigência: 07/06/2016 a 07/06/2017. DATA 06/01/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PORTARIA Nº 01 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia a Senhora VANDERLEA TEREZINHA BACKES BRUNHAUSER, para responder pelas contas bancárias em conjunto com o Diretor Executivo do Fundo Municipal de Previdência Social.

O CONSELHO CURADOR, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta pelo decreto 2866/2015.

R E S O L V E:

Art. 1º – Nomear a Senhora VANDERLEA TEREZINHA BACKES BRUNHAUSER, portadora do CPF nº 796.514.291-00 para assinar por todas as contas bancarias do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Água Boa referentes ao CNPJ 03.871.331.0001-95, em conjunto com o Diretor Executivo, bem como:

EMITIR CHEQUES ABRIR CONTAS DE DEPOSITO AUTORIZAR COBRANCA UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOE RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERACOE RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS ENDOSSAR CHEQUE REQUISITAR CARTAO ELETRONICO MOVIMENTAR CONTA CORRENTE COM CARTAO ELETRONI SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES CANCELAR CHEQUES BAIXAR CHEQUES EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO EFETUAR MOVIMENTACAO FINANCEIRA NO RPG CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECU LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANC SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS,EXCETO INVESTIMENTO SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CRE EMITIR COMPROVANTES EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE- ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA BOA, EM 10 DE JANEIRO DE 2017.

MARCIO ANTONIO FAORO

Diretor Executivo

Membros do Conselho Curador:

Gilson César Silva Galle Vanderléa Teresinha Backs Brunhauser Presidente Tesoureira

Adriana Marmet Rodrigues de Moura Marcos Liell

Secretária Membro

Fernanda Gasparetto Farias Oskar Willibaldo Geib

Membro Membro

Tania Riboli Jane Andreia dos Santos Tadei

Membro Membro

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 004/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREGÃO PRESENCIAL 004/2017

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 2759/2015 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial, que será regida pelo Decreto nº. 2455/2013 e pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 004/2017.

OBJETO: Futura e Eventual Aquisição de Gás e Água Mineral para todas as Secretarias Municipais.

REALIZAÇÃO: 26/01/2017.

INICIO RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES: 08h00min, horário local.

INICIO DO CERTAME: 08h30min, horário local.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h00min às 13h00min, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br e no email licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa, 11 de janeiro de 2017

Ivania Cezira Volpi Pregoeira

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 003/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREGÃO PRESENCIAL 003/2017

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº 3028/2017 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão, que será regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho e 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº. 003/2017.

OBJETO: Contratação de Serviços Médicos Clinico Geral para atuação em Estratégia Saúde da Família – ESF no Município de Água Boa-MT.

REALIZAÇÃO: 25/01/2017.

INICIO RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES: 08h00min, horário local.

INICIO DO CERTAME: 08h30min, horário local.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h00min às 13h00min, no site da prefeitura, www.prefeitura@aguaboa.mt.gov.br e no email licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa, 10 de janeiro de 2017.

Ivania Cezira Volpi Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE APIACAS
EXTRATO DO CONTRATO 003/2017

EXTRATO DO CONTRATO 003/2017

CONTRATADO: ÁGILI SOFTWARES PARA ÁREA PÚBLICA

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato é a Prestação de Serviços no Fornecimento de Licenças de uso, manutenção e suporte técnico em sistemas de informática na ordem legal dos seguintes softwares: Gestão de Contabilidade, planejamento e tesouraria; Gestão de patrimônio, compras, frotas e licitação; Gestão de Recursos humanos e folha de pagamento; Gestão de previdência social.

DO FISCAL DO CONTRATO: Fica designado como Fiscal do Contrato a Sra. Katiucia Silva Matos, para acompanhar, fiscalizar a execução e receber o objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecido no art. 67 e parágrafos, da Lei nº 8.666/93 e conforme Portaria 024/2014 de 12 de Maio de 2014.

DO VALOR CONTRATUAL: O PREVIAP pagará ao CREDENCIADO, pelos serviços prestados, o valor de R$ 2.280,00 (Dois mil e duzentos e oitenta reais). Sempre pagos mediante apresentação de nota fiscal de prestação de serviços.

DA VIGÊNCIA: Foi acordado entre as partes que o presente Contrato de credenciamento será pelo prazo de 09 de Janeiro de 2017 a 31 de Março de 2017, podendo ser prorrogado igual período.

Apiacás, MT., 09 de Janeiro de 2017

PREVIAP - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. DO MUN. DE APIACÁS/MT

LUAN LUÍS MATOS ZAGLI

Diretor Executivo

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE APIACAS
EXTRATO DO CONTRATO 004/2017

EXTRATO DO CONTRATO 004/2017

CONTRATADO: LIDERANÇA EMPRESA CONTABIL LTDA – ME

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato Prestação de serviço de assessoria orçamentária, contábil, financeira e patrimonial, visando o cumprimento da Lei 4.320/64 e Lei 6.404/76 e alterações, legislação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Lei de Responsabilidade Fiscal e legislação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, de janeiro a março de 2017.

DO FISCAL DO CONTRATO: Fica designado como Fiscal do Contrato a Sra. Katiucia Silva Matos, para acompanhar, fiscalizar a execução e receber o objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecido no art. 67 e parágrafos, da Lei nº 8.666/93 e conforme Portaria 24/2014 de 12 de maio de 2014.

DO VALOR CONTRATUAL: O valor global do presente contrato com relação à prestação de assessoria orçamentaria, contábil, financeira e patrimonial é de R$ 7.500,00 (Sete Mil e Quinhentos Reais), que serão pagos em 03 parcelas no valor de R$ 2.500,00 (Dois Mil e Quinhentos Reais), iniciando no mês da assinatura do contrato e pagos até o 5º dia útil de cada mês subsequente.

DA VIGÊNCIA: Os serviços descritos serão executados a partir da assinatura do presente contrato até o dia 31/03/2017.

Apiacás, MT., 09 de Janeiro de 2017.

PREVIAP - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. DO MUN. DE APIACÁS/MT

LUAN LUÍS MATOS ZAGLI

Diretor Executivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEPERTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO N° CTR: 1/2017

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: FLEIDE APARECIDA DA SILVA

CARGO: FISIOTERAPEUTA

N° CTR: 1/2017

DATA EMISSÃO: 02/01/2017

DATA VENCIMENTO: 31/12/2017

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 3226,83

DEPERTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO N° CTR: 2/2017

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: JAQUELINE MENDES MOREIRA DAMARES

CARGO: TÉCNICA DE ENFERMAGEM

N° CTR: 2/2017

DATA EMISSÃO: 02/01/2017

DATA VENCIMENTO: 31/12/2017

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1100,00

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 30/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 30/2017

De 02 de janeiro de 2017

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Nomeia o Senhor **ALAOR NETO GOMES DO REIS**, portador da CI RG nº 0733818-0 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 568.115.781-49, no cargo De **CHEFE DE DIVISÃO DA SEÇÃO DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO, E DA SEÇÃO IMOBILIÁRIA,** enquadrando-o no Quadro Geral de Provimento em Comissão conforme Lei Municipal nº 475/09 de 07/01/2009.

Art. 2º - As despesas da presente portaria correm por conta da seguinte dotação:

04 – Secretaria de Finanças

04.01 – Gabinete de Secretaria de Finanças

2008– Manutenção e encargos com Gabinete de Secretaria de Finanças.

3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 02 de janeiro de 2017.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 29/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 29/2017

De 02 de janeiro de 2017

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Nomeia o Senhor **DEUVANIR MOREIRA ALVES**, portador da CI RG nº 0330101-0 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 284.298.931-72, no cargo de **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO (DAE),** enquadrando-o no Quadro Geral de Provimento em Comissão conforme Lei Municipal nº 475/09 de 07/01/2009.

Art. 2º - As despesas da presente portaria correm por conta da seguinte dotação:

11 – Secretaria de Obras e Transportes

11.02 – Departamento de Água e Esgoto

2058– Manutenção e encargos com Departamento de Água e Esgoto.

3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 02 de janeiro de 2017.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO N° CTR: 3/2017

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: WALISON JUNIOR MARQUES

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

N° CTR: 3/2017

DATA EMISSÃO: 02/01/2017

DATA VENCIMENTO: 31/12/2017

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1014,00

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 26/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 26/2017

De 02 de janeiro de 2017

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Concede adicional de 20%, a Senhora **DEUZENIRA VANDERLEI ELIAS**, portador da CI RG nº 1415504-4 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 940.397.121-53, no cargo de **SECRETÁRIA ESCOLAR** da escola Municipal Laura Vicunã**,** enquadrando-o no Quadro Geral de Provimento em Comissão conforme Lei Municipal nº 475/09 de 07/01/2009.

Art. 2º - As despesas da presente portaria correm por conta da seguinte dotação:

05 – Secretaria de Educação

05.02 – Ensino Fundamental

2010– Manutenção e encargos com Ensino Fundamental.

3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 02 de janeiro de 2017.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA
ERRATA Nº. 001/2017

ERRATA Nº. 001/2017

PROJETO DE LEI Nº 016/2016

Proposta Orçamentária Anual-2017

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL Nº 711/2016

PARA O EXERCÍCIO DE 2017

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ARAGUAIANA – MT PARA O EXERCÍCIO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Publicado no Jornal Oficial AMM de 20 de Dezembro de 2016, Página: 14 e 15 – Edição nº. 2.628 – ANO XI.

ONDE SE LÊ:

Artigo 1º - O Orçamento Fiscal e da Seguridade do Município de Araguaiana – MT, para o exercício de 2017 estima a receita bruta em R$ 18.580. 000,00 (Dezoito Milhões Quinhentos e Oitenta Mil Reais), deduzidos R$ 1. 980.000,00 **(Hum Milhão Novecentos e Oitenta Mil Reais)** para forma-

ção do FUNDEB, perfazendo uma receita real líquida estimada no valor de R$ 16.600.000,00 **(Dezesseis Milhões e Seiscentos Mil Reais)** e fixa as Despesas em R$ 16.600.000,00 **(Dezesseis Milhões e Seiscentos Mil Reais)**, discriminadas pelos anexos integrantes desta Lei.

LEIA-SE:

Artigo 1º - O Orçamento Fiscal e da Seguridade do Município de Araguaiana – MT, para o exercício de 2017 estima a receita bruta em R$ 19.580.000,00 (Dezenove Milhões Quinhentos e Oitenta Mil Reais), deduzidos R$ 1.980.000,00 **(Hum Milhão Novecentos e Oitenta Mil Reais)** para formação do FUNDEB, perfazendo uma receita real líquida estimada no valor de R$ 17.600.000,00 **(Dezessete Milhões e Seiscentos Mil Reais)** e fixa as Despesas em R$ 17.600.000,00 **(Dezessete Milhões e Seiscentos Mil Reais)**, discriminadas pelos anexos integrantes desta Lei.

Araguaiana, Estado de Mato Grosso 11 de Janeiro de 2016.

DAVI TENÓRIO DE OLIVEIRA

Presidente

Câmara Municipal de Araguaiana/MT

DEPERTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO N° CTR: 4/2017

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: VALDIRON CATARINO LIMA

CARGO: AGENTE DE SAÚDE AMBIENTAL

N° CTR: 4/2017

DATA EMISSÃO: 02/01/2017

DATA VENCIMENTO: 31/12/2017

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1014,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

PORTARIA Nº. 014, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRº. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica neste ato nomeada ao cargo de CHEFE DE GABINETE, a Srª. FERNANDA MARQUES PASSOS, portadora do RG: 1406881-8 SSP/MT e CPF: 004.762.251-24.

Artigo 2º - A Chefe nomeada no artigo primeiro, desta portaria, é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticarem com dolo ou culpa, sujeitando aos ditames da Lei.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 015, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRº. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica neste ato nomeada responsável pelo DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO DE SAÚDE, a Srª. MARA RÚBIA PEREIRA DUTRA, portadora do RG: 11516615 SSP/MT e CPF: 692.435.811-04.

Artigo 2º - A nomeada no artigo primeiro, desta portaria, é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticarem com dolo ou culpa, sujeitando aos ditames da Lei.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 016, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRº. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica neste ato nomeada responsável pelo DEPARTAMENTO DE TESOURARIA, a Srª. JANAÍNA GELBER MESQUITA, portadora do RG: 1665413-7 SSP/MT e CPF: 022.547.851-09.

Artigo 2º - A nomeada no artigo primeiro, desta portaria, é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticarem com dolo ou culpa, sujeitando aos ditames da Lei.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 013, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRº. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Convocar os Vigilantes supracitados abaixo para desempenhar suas funções junto aos setores relacionados a partir de 10 de Janeiro de 2017:

NOME	SETOR
ADALBERTO BARRETO	ESCOLA MUN. PAULO LOPES TEIXEIRA
ALESSANDRO LINO DE ARAÚJO	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE
CELIS ANTONIO R. DE OLIVEIRA	ESCOLA MUN. PAULO LOPES TEIXEIRA
FABIANA SEVERINO BARBOSA	BIBLIOTECA MUNICIPAL
FÁBIO RAFAEL DAVID	SECRETARIA MUN. DE OBRAS E VIAÇÃO
GELISON DOS SANTOS BARRETO	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

GILBERTO MENDES DE SOUZA	BIBLIOTECA MUNICIPAL
HERONIAS TEIXEIRA DE SOUZA	SECRETARIA MUN. DE OBRAS E VIAÇÃO
ITAMAR RODRIGUES DE ARAÚJO	PREFEITURA MUNICIPAL
ROBERTO LEAL SILVA FREITAS	SECRETARIA MUN. DE OBRAS E VIAÇÃO
SEBASTIÃO CARLOS M. DA SILVA	BIBLIOTECA MUNICIPAL
SEBASTIÃO RODRIGUES DE OLIVEIRA	PREFEITURA MUNICIPAL
VALDINEY MENDES DE SOUZA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 078/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 078/2016

TERMO DE ADITIVO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA E A EMPRESA FASPEL CONTABILIDADE E INFORMATICA LTDA – ME, inscrita no CNPJ: 14.722.241/0001-59, CONFORME DISPOSTO NO ART. 57, II DA LEI FEDERAL N.º 8.666/93.

O **MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Antenor Mamedes, Nº. 911, Centro, ARAPUTANGA - MT, inscrita no CNPJ 15.023.914/0001-45, neste ato representado pelo seu Prefeito **JOEL MARINS DE CARVALHO**, brasileiro, casado, portador do RG n. 320.719 SSP/MT, e inscrito no CPF/MF sob nº. 284.666.321-15, residente e domiciliado à Rua Artur Francisco Xavier, nº. 290 no Bairro Santo Antônio do Município de Araputanga/MT, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **FASPEL CONTABILIDADE E INFORMATICA LTDA – ME**, inscrita no CNPJ: 14.722.241/0001-59, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Niterói, Nº 740 - Jardim Popular, na cidade de São Jose dos Quatro Marcos Estado de Mato Grosso, neste ato representado pela **Sra. SANDRA MARIA MENDES DA SILVA**, brasileira, casada, portadora do RG. N.º 2.520.046-1 SESP/MT e CPF N.º 594.732.071-15, doravante denominada de **CONTRATADA,** resolvem firmar o presente termo aditivo contratual, segundo os fundamentos e razões, verificados pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FATOS, DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. - As partes contraentes, na data de 11 de abril de 2016, assinaram contrato, tendo em vista o processo licitatório realizado pela administração municipal na modalidade Pregão nº 008/2016.

1.2. - Ficou estipulado na Cláusula Primeira desse instrumento o objeto contratual, acarretando em obrigação de fazer da **CONTRATADA**, com prazo determinado pela Cláusula Quinta do contrato original.

1.3. - Após todos os procedimentos iniciais de implantação dos trabalhos, levantamentos, acompanhamento e outros que se fizeram necessários, alcançou-se uma metodologia adequada e segura, fazendo com que os anseios da **CONTRATANTE**, se dessem por muito satisfatórios.

1.4. - A Administração se sentiu na necessidade de promover a renovação do Contrato em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que com o advento da prorrogação a vantagem será da Administração Pública, uma vez que os serviços fornecidos pela CONTRATADA são de qualidade superior e têm atendido a contento as necessidades da CONTRATANTE.

1.5. – O presente aditivo encontra embasamento legal no inciso II do Art. 57 e do Art. 65 todos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

2.1. Sob a inteligência do art. 57, II da Lei Federal n.º 8.666/93, as partes contraentes resolvem prorrogar o prazo contratual para mais 30 (trinta) dias.

2.2. Conforme **Contrato Administrativo n.º 078/2016,** as partes mencionadas resolvem em **"Primeiro Termo Aditivo**" alterar a **Cláusula Quinta do contrato originário,** que trata do prazo pactuado para vigência contratual.

PARÁGRAFO ÚNICO – Adita-se o prazo, prorrogando-se a vigência, ficando estabelecido novo prazo de vigência de 12/01/2017 a findar em 11/02/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

3.1 – Todas as demais cláusulas e condições do Contrato Original, que não foram pôr este alteradas, continuam em vigor como se aqui estivessem reproduzidas.

CLÁUSULA QUARTA - DO CONSENTIMENTO DAS PARTES CONTRATANTES

4.1. – E por estarem devidamente acordados, declaram as partes contratantes aceitar as disposições estabelecidas nas Cláusulas deste Instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei nº. 8.666/93, bem como as demais normas complementares.

CLÁUSULA QUINTA- DO FORO:

5.1. - Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, as partes elegem o foro da Comarca de Araputanga, Estado de Mato Grosso.

E, por estarem justos e avençados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo identificadas.

Araputanga – MT, 10 de janeiro de 2017.

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

FASPEL CONTABILIDADE E INFORMATICA LTDA – ME

CNPJ: 14.722.241/0001-59

SANDRA MARIA MENDES DA SILVA

RG. N.º 2.520.046-1 SESP/MT e CPF N.º 594.732.071-15

CONTRATADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 43/2017, NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇAO DE SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear o Sr. **João Pedro Alves do Carmo,** para exercer o cargo em comissão de **Assessor Superior,** da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos nove (09) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

GABINETE - DEPTO JURIDICO
PORTARIA Nº 42/2017

PORTARIA N.º 42/2017

DESIGNA E NOMEIA SERVIDOR PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 066/2016 – TEM COMO OBJETO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear o servidor **LUCÍLIO LUCAS COENGA RONDON**, servidor público efetivo Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 066/2016.**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 066/2016

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE.

CONTRATADA: CENTROOESTE RESÍDUOS LTDA -EPP inscrita no CNPJ nº 09.255.903/0001-98.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos à assinatura do contrato, devendo o Fiscal nomeado averiguar os serviços prestados na forma da lei.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, em dois (02) de janeiro (01) do ano de dois mil e dezessete (2017).

Joel Marins de Carvalho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.205/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, o Sr. **CRISTIANO GOMES RIBEIRO**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2044868-6 SSP/MT e do CPF nº. 460.470.181-49, ocupante do cargo de Carreira de **CONSTRUTOR**, para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Supervisão de Pontes - SUPONT,** Nível **DAS-03,** lotado na *Secretaria Municipal de Infraestrutura*, a partir do dia 10/01/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de janeiro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.204/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, o Sr. **REINALDO TEIXEIRA BAHIA,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 0856619-4 SSP/MT e CPF 550.929.261-04, para exercer o cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **SECRETÁRIO ADJUNTO DE SERVIÇOS URBANOS - SEASURB**, Nível **DAS-02**, a partir do dia 10/01/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de janeiro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.203/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, o sr **ODENIL GOMES DA SILVA**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1650580-8 SEJSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 725.150.821-49**,** para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário de **Diretor de Departamento de Endemias** - **DEEND, DAÍ - 01**, a partir do dia 10/01/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de janeiro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.202/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, o sr **EVANDRO CARLOS DE OLIVEIRA**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1062745-6 SJ/MT e inscrito no CPF sob o nº. 794. 490.001-82**,** para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Secretario Adjunto de Esporte e Lazer - SAEL,** nível **DAS–02**, a partir do dia 10/01/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de janeiro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.201/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014, Lei Complementar 105/2015 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, a srª **FABRICIA NAIARA SOUZA DA SILVA,** portador da Cédula de IdentidadeRG nº 2113519-3 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 030.752.681-00, para exercer *o* Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Supervisão de Gestão Administrativa - SUGEAD, Nível DAS–03**, lotado na Secretaria Municipal de Finanças**,** a partir do dia 10/01/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de janeiro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.200/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, o sr **VALDECY VIEIRA**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 818.715 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 473.988.091-15**,** para exercer o cargo em comissão de Direção Superior de **Secretário Municipal de Infraestrutura - SINFRA,** Nível **DS**, a partir do dia 10/01/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de janeiro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.199/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014, Lei Complementar 105/2015 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, o sr **ROBERTO DAMACENA DA SILVA**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1810586-6 SSP/MT e do CPF nº. 017.985.831-94, para exercer *o* cargo em Comissão de Direção e Assessoramento IntermediáriodeDivisão de Fiscalização - **DIFIS**,Nível **DAI–02**, lotado na Secretaria Municipal de Finanças**,** a partir do dia 10/01/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de janeiro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.198/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014, Lei Complementar 105/2015 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, a Srª **ERENITA ZIMERMANN DE SOUZA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1570621-4 SSP/MT e do CPF nº. 004.836.961-61, para exercer *o* Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento IntermediáriodeDivisão de Orientação Social - **DIOS**,Nível **DAI–02,** *lotada na Secretaria Municipal de Ação Social***,** a partir do dia 10/01/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de janeiro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.210/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Artigo 1º Designar, em caráter permanente para o ano de **2017**, para constituir a **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** desta Prefeitura, os seguintes servidores:

Ø DANIEL BOTONI - Presidente;

Ø ANDREIA PEREIRA DA SILVA - Secretário;

Ø FLAVIA GRAZIELE OLIANI - Membro.

Artigo 2º Como suplentes, no impedimento de algum membro, os servidores:

Ø IONAR APARECIDA MAGALHAES DA COSTA

Ø TAMARA PIRAN DA SILVA

Artigo 3º A Comissão somente se reunirá com o quorum mínimo de 03(três) membros, quando será formalmente constituída.

Artigo 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de janeiro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADO POR INCORREÇAO

PORTARIA Nº 9.170/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014, Lei Complementar 105/2015 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, o Sr **HENRIQUE TARCYS XAVIER SANTANA,** portadorda Cédula de Identidade RG nº 2293507-0 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 041.174.081-43, para exercer o para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediáriode **Divisão de Cadastro - DICAD,** nível **DAI–02,** *lotado na Secretaria Municipal de Finanças,*a partir de03/01/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 03 dias de janeiro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.209/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, o Sr**. JOILSON SANTOS DA SILVA,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 568.150 SESDC/RO, e do CPF nº. 581.394.272-68, para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário **Diretor do Departamento de Almoxarifado**-**DEPAX,** Nível **DAI–01,** lotado na *Secretaria Municipal de Finanças*, a partir do dia 10/01/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de janeiro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.208/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, ofuncionário Sr**. FERNANDO RAMOS DE OLIVEIRA,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 1267586-5 SSP/MT, e do CPF nº. 001.302.821-97, ocupante do Cargo de Carreira de **FISCAL SANITÁRIO,** para exercer o Cargo em Comissão deDireção e Assessoramento Intermediário de **Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária** -**DEVS, DAI – 01,** lotado na *Secretaria Municipal de Saúde*, a partir do dia 10/01/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de janeiro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.207/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, o sr **EDMAR OLIVEIRA RODRIGUES**,portador da Cédula de Identidade RG nº.33.967.200-6 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº. 265.799.578-08, para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento IntermediáriodeDepartamento de Serviços Urbanos **- DESURB**,Nível **DAI–01,** lotado na *Secretaria Municipal de Infraestrutura*, a partir do dia 10/01/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de janeiro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.206/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, o funcionário Sr **REGINALDO GONÇALVES RAMOS** portador da Cédula de Identidade RG nº.1152998-9 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n°. 826.904.801-15, ocupante do Cargo de Carreira de **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS**, para exercer o cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário de **Diretor do Departamento de Frotas e Almoxarifado - DEFROA, DAÍ 01,** lotado na *Secretaria Municipal de Infraestrutura*, a partir do dia 10/01/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de janeiro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

DATA E LOCAL: Dia 25 de janeiro de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, situada na Avenida Augusto Leverger, n. 1410, Centro, Barão de Melgaço/MT.

OBJETO: **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais permanentes para Unidade de Atenção Especializada em Saúde (Hospital e Maternidade Barão de Melgaço)** oriundo da Emenda Parlamentar nº 81001105, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência nº 001/SMS/2017, nos termos da legislação vigente.

CREDENCIAMENTO: Das 8:30 até às 09:00 (horário de Mato Grosso).

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 09:00 horas (horário de Mato Grosso).

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Os interessados poderão obter informações sobre a licitação, no Departamento de licitação da Prefeitura Municipal, de segunda à sexta-feira, no horário das 07:00 às 13:00 horas pelo telefone (65) 3331-1431 ou através do site www.baraodemelgaco.mt.gov.br.

Barão de Melgaço, 11 de janeiro de 2017.

MARCELINO VIEIRA CARDOSO

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE BARRA DO BUGRES
RESOLUÇÃO Nº001 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre a aprovação do pedido

de Parcelamento de Repasses

atrasados parte Patronal 2016.

O Conselho Deliberativo do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Barra do Bugres – BARRA-PREVI, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.554 de 04 de julho de 2005, e por seu regimento interno,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado por esta resolução o Projeto de Lei nº001/2017, referente ao Parcelamento dos repasses atrasados da Parte Patronal 2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nada de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra do Bugres/MT, 10 de janeiro de 2017.

Gilson Luis Neckel

Presidente do Conselho Deliberativo

Membros:

Ulisses Richard Roman Parada

Sebastião Falanque

Valéria Maraia de Souza Portilho

Simonia Auxiliadora Arantes

Ataide Alves de Oliveira

Eduardo Rodrigues Neves

Lucineia Ferreira da Silva

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO
RESOLUÇÃO N.° 001/CMDCA/2017

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DO MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES ESTADO DE MATO GROSSO, ATRAVES DE SUA PRESIDENTE A SENHORA TÂNIA MARIA FERREIRA MENDES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

R/E/S/O/L/V/E:

Art. 1° - Declarar Vago uma das cinco vagas de Conselheiro Tutelar deste município em decorrência das férias da Conselheira **LENIL DE ARAUJO NASCIMENTO** entre os dias 15/01 à 14/02/2017.

Art. 2° - Convocar a Srª. **ROSANA ARRUDA DE SOUZA** Conselheira Tutelar Suplentepara substituir a Conselheira acima citada conforme Resolução nº 020/CMDCA/2016.

Art. 3° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, podendo ser revogada as disposições contrarias.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRA-SE

_____

TÂNIA MARIA FERREIRA MENDES

Presidente CMDCA

Barra do Bugres - MT

Barra do Bugres-MT, 10 de janeiro de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 009/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS PRERROGATIVAS LEGAIS E REGIMENTAIS,

R E S O L V E:

1. – NOMEAR, a partir de 03/01/2017, a Senhora **MADALENA DO NASCIMENTO SILVA,** portadora da Cédula de Identidade, RG nº 1945891-6/ SSP-MT e inscrito no CPF sob nº 032.974.251-56 para o cargo de Assessora de Gabinete da Câmara Municipal de Cáceres-MT, nível CC-04, a que alude o Anexo II da Lei n° 2.454, de 23 de outubro de 2014, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social-INSS.

2. Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo, porém, seus efeitos, à data do efetivo início acima apontada.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Cáceres-MT, 10 de Janeiro de 2017.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente

SAEC
PORTARIA Nº 05/2017

PORTARIA Nº 05/2017

O Diretor Executivo em substituição do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que

lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VIII, e IX, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar o Sr.º. **Anderson Luiz Caitano Ribeiro**, **matrícula n.º 22,** brasileiro, devidamente inscrito no CPF sob o nº 963.235.661-68, e RG nº 1035335-6 SSP/MT, do exercício da função de Coordenador de Recursos Humanos e Tesouraria do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 11 de janeiro de 2017.

BRUNO CORDOVA FRANÇA

Diretor Executivo em substituição

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 012 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral nº831, de 06 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Concede a servidora **BENEDITA NUNES ORTIZ DE ALMEIDA**, lotado na Secretária de Indústria e Comércio, Meio Ambiente e Turismo, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**, referente ao quinquênio 2008/2013, no período de 02 de janeiro de 2017 a 01 de abril de 2017.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 09 de janeiro de 2017.

JUNIOR CÉZAR DIAS TRINDADE

Secretário de Indústria e Comércio, Meio Ambiente e Turismo

Afixado em: 09.01.17.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 017 DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Protocolo nº. 1292, de 10 de janeiro de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a senhora **LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN**, para exercer o cargo de Diretora Executiva do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres - Previ-Cáceres, a partir desta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 10 de janeiro de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

Afixado em: 10.01.17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 010 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral nº 831, de 06 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art.1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Ação Social, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**.

Servidor	Quinquênio	Período de Gozo
João Lopes de Oliveira	2000/2005	02.01.17 a 01.04.17
Joaquim José Leite Carneiro	1996/2001	04.01.17 a 03.04.17

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 09 de janeiro de 2017.

ELIANE BATISTA

Secretária Municipal de Ação Social

Afixado em: 09.01.17.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 008 DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 34 de 02 de janeiro de 2017.

R E S O L V EM:

Art. 1º Nomear o senhor **VITOR MIGUEL DE OLIVEIRA**, para exercer o cargo de Coordenador Geral da Secretaria de Fazenda, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 04 de janeiro de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

MARLI FATIMA FERREIRA DE LIMA

Secretária Municipal de Fazenda

Afixado em: 04.01.17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 004 DE 03 DE JANEIRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013 e,

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 495 de 04 de janeiro de 2017,

RESOLVEM:

Art. 1º Revogar o Decreto nº 480 de 03 de novembro de 2016 que nomeou o senhor **VITOR MIGUEL, DE OLIVEIRA**, para exercer a função de Coordenador do RH, da Secretaria Municipal de Administração do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de janeiro de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

MAIKON CARLOS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

Afixado em: 03.01.17.

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI N° 01, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

DISCIPLINA AS NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA O GERENCIAMENTO E O CONTROLE DOS VEÍCULOS OFICIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar a seguinte Instrução Normativa.

TÍTULO I

Da Finalidade

Art. 1º Dispõe sobre as rotinas de trabalho e procedimentos de controle a serem observados por todas as Unidades da Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Cáceres, quanto ao gerenciamento e o controle dos veículos oficiais da Câmara municipal de Cáceres – MT.

TÍTULO II

Da Abrangência

Art. 2º Abrange, no que couber, todas as unidades da estrutura organizacional da Câmara Municipal de Cáceres, em especial, motoristas e servidores na utilização de veículos oficiais.

TÍTULO III

Dos Conceitos

Art. 3º Para os fins desta Instrução Normativa considera-se:

I - Sistema de Transportes - STR: Conjunto de atividades desenvolvidas em todas as unidades da organização quando da utilização de veículos oficiais.

II - Setor de Controle de Frotas: Responsável pela maior parte das rotinas e procedimentos de controle relativo ao uso da frota de veículos e orienta os demais órgãos setoriais para fiel observância das disposições desta Instrução Normativa.

III - Veículo Oficial: Para fins desta Instrução Normativa, o termo “veículo oficial” abrange os veículos e utilitários de apoio administrativo, integrantes do patrimônio público da Câmara Municipal e colocados a serviço da estrutura administrativa.

IV – Motorista oficial: Servidor efetivo da Câmara Municipal de Cáceres, habilitado através de concurso público para tal finalidade.

V – Motorista substituto: servidor efetivo da Câmara Municipal de Cáceres, ou Vereador devidamente autorizado pelo Presidente da Câmara Municipal, mediante Portaria, com habilitação (CNH) e com experiência na condução de veículo automotor, por período certo e determinado, para substituir o motorista oficial, em caso de licenças, férias e/ou afastamentos.

TÍTULO IV

Da Base Legal

Art. 4º A presente Instrução Normativa integra o conjunto de ações, de responsabilidade do Chefe do Poder Legislativo, no sentido de atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dispostos no Artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 5º Encontra-se amparo na Lei Federal n° 9.503 de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, na Lei Federal n° 8.429 de 02 de junho de 1992, na Lei Federal n° 4.320 de 17 de março de 1964, nos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, além de outras normas que venham assegurar o cumprimento dos princípios inerentes, bem como Legislação Municipal e disposições do Tribunal de Contas do Estado.

TÍTULO V

Das Responsabilidades

Art. 6º São responsabilidades:

I - Do Setor de Controle de Frotas:

a) Promover a divulgação e implementação da Instrução Normativa, mantendo-a atualizada; orientar as áreas executoras e supervisionar sua aplicação.

b) Promover discussões técnicas com os demais departamentos e com a unidade responsável pela coordenação do controle interno, para definir rotinas de trabalho e os respectivos procedimentos de controle que devem ser objeto de alteração, atualização ou expansão.

II - Das Unidades Executoras

a) Alertar a unidade responsável pela Instrução Normativa sobre alterações que se fizerem necessárias nas rotinas de trabalho para o aprimoramento dos procedimentos de controle e o aumento da eficiência operacional;

b) Cumprir fielmente as determinações da Instrução Normativa em especial quanto aos procedimentos de controle.

III - Do Controle Interno

a) Prestar apoio técnico e atualizações da Instrução Normativa, em especial no que tange à identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos de controle;

b) Através da atividade de auditoria interna, avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes ao Sistema de Transportes – STR, propondo alterações na Instrução Normativa para aprimoramento dos controles.

TÍTULO VI

Dos Procedimentos

Art. 7º Das disposições iniciais:

I - Aos condutores de veículos da Câmara Municipal de Cáceres fica atribuído à responsabilidade pela fiel observância da Lei n° 9.503 (Código de Trânsito Brasileiro), de 23 de setembro de 1997 e, no que lhes couber, às disposições desta Instrução Normativa.

II - O uso dos veículos será permitido a quem tenha obrigação constante de representação oficial, pela natureza do cargo ou função, ou para atender a serviços exclusivos da Câmara Municipal, e conforme previsões do artigo 3°, desta Resolução;

III - É vedada a utilização dos veículos do Patrimônio do Legislativo para fins particulares ou de terceiros, salvo autorização expressa do Presidente.

IV - Os veículos da frota da Câmara Municipal de Cáceres serão mantidos sob a guarda e responsabilidade do Setor de Controle de Frotas, cabendo a este o controle e gerenciamento.

V - Cabe ao Setor de Controle de Frotas a elaboração das programações de gastos com combustível, lavação, conservação, lataria e manutenções

preventivas ou especificas, para subsidiar o orçamento anual da Câmara Municipal.

VI - Os veículos somente poderão ser conduzidos por motorista profissional, servidor devidamente habilitado, ou Vereador, sendo neste último caso, devidamente autorizado pelo Presidente da Câmara Municipal, mediante Portaria, onde o condutor deverá portar Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida e compatível com o tipo de veículo que irá utilizar.

Art. 8º Do Licenciamento e do Seguro sobre Veículos

I - O licenciamento (inicial e anual) e a execução e renovação das apólices de seguro de todos os veículos são atividades centralizadas no Setor de Controle de Frotas, que deverá manter registro cronológico das datas de vencimento e controle sistemático sobre tais registros.

II - É de responsabilidade do condutor do veículo, diante de qualquer situação que enseje o acionamento da companhia de seguro, a imediata comunicação Setor de Controle de Frotas.

Art. 9º Do Gerenciamento e Controle do Uso da Frota

I - Constitui obrigação do Setor de Transporte a prática das seguintes atividades:

a) Manter arquivados todos os documentos dos veículos da frota do Legislativo Municipal em pastas separadas com os seguros obrigatórios;

b) Manter cadastro de todos os veículos pertencentes à Câmara Municipal, no qual deverá constar o tipo e marca do veículo, ano de fabricação, tipo de combustível, Placa, Número de registro no DETRAN, Número do chassi e demais características;

c) Efetuar controle sobre a movimentação dos veículos, com informações relativas ao motivo do deslocamento, quilometragem e itinerários percorridos, data, horários de saída/chegada, nome e visto de quem os utilizou, através do Diário de Tráfego;

d) Efetuar controle individualizado para cada veículo, no qual fique demonstrado o seu custo de manutenção, compreendendo informações sobre serviços, peças e abastecimentos efetuados, de forma a demonstrar o total do custo operacional;

e) Efetuar controle de consumo de combustível por veículo, permitindo comparação de desempenho e análise de desvios;

f) Confrontar semanalmente as autorizações de fornecimento de combustível com as quantidades apresentadas nas Notas Fiscais do fornecedor e atestar o fornecimento;

g) Manter os veículos abastecidos e em bom estado de conservação e limpeza, portanto, em condições de uso;

h) Averiguar periodicamente as condições externas do veículo quanto à lataria, vidros, escapamentos, pneus, odômetro e outros;

i) Assegurar que os veículos circulem com todos os acessórios e equipamentos exigidos pelo Código Nacional Trânsito, tais como: macaco, chave de rodas, triângulo e extintor de incêndio;

j) Programar e acompanhar as manutenções periódicas e preventivas;

k) Aprovar o orçamento prévio para manutenção dos veículos e acompanhar a execução dos trabalhos quanto à quantidade, prazos, eficiência e garantia;

l) Conferir as peças substituídas nos veículos;

m) Proibir a utilização de veículos por terceiros;

n) Liberar os veículos somente a pessoas habilitadas portando Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida;

o) A análise sistemática dos relatórios e o encaminhamento de providências relativas às manutenções que se fizerem necessárias e à solução das demais situações apontadas, inclusive quando as médias de consumo de combustível, peças etc., se apresentarem fora dos padrões estabelecidos;

p) Informar ao Controle Interno toda irregularidade verificada na execução dos trabalhos do setor;

q) O Diário de Tráfego será emitido para cada veículo devendo nele ser anotado o percurso, hora de saída e chegada, quilômetros percorridos e gastos ocorridos com a sua utilização, tais como combustível, peças e serviços devidamente assinados pelos condutores;

r) Confeccionar a escala de revezamento dos motoristas.

Art. 10. O Departamento de Compras, sobre a orientação do setor de Controle de Frotas emitirá mensalmente relatório de custo operacional de veículo, devidamente assinado pelo Chefe do referido Departamento, devendo dele constar:

a) Placa, tipo, marca e ano de fabricação;

b) Consumo em litros e em moeda corrente;

c) Despesas com óleo lubrificante, pneus, peças e acessórios, mão-de-obra de lavagem e outras;

d) Quilômetros percorridos;

e) Média de quilômetros por litro;

f) Custo por quilômetro percorrido;

g) Outras observações necessárias.

Art. 11. Os relatórios mensais de custo operacional de veículos deverão estar sujeitos a um fechamento anual e nos mesmos termos que o mensal, devendo ser entregues ao Departamento de Controle Interno até 20 dias após o término do ano civil.

Art. 12. Os controles impressos tais como requisições para fornecimento de combustível, relatório diário de tráfego e fichas de controle de peças e serviços deverão ser arquivados em boa ordem e atualizados, ficando à disposição da Unidade de Controle Interno e, técnicos do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso para fins de fiscalização.

Art. 13. Encerrada a circulação diária, os veículos deverão ser recolhidos, obedecendo ao horário de expediente, na garagem da Câmara Municipal de Cáceres - MT com exceção das situações decorrentes de viagem ou de necessidade imperiosa de serviço, além do expediente normal, que ficará registrado no Diário de Tráfego.

Art. 13-A. Nos casos de viagem ou de necessidade imperiosa de serviço além do expediente normal é de responsabilidade exclusiva do condutor a guarda do veículo em lugar seguro.

Art. 14. Á exceção dos abastecimentos necessários em viagens e/ou deslocamentos para distâncias mais longas, todos os demais, serão efetuados no posto credenciado e vencedor de processo licitatório, condicionado à expedição de Autorização de Fornecimento pela Divisão de Compras e Almoxarifado.

Art. 15. À exceção das manutenções efetuadas em veículos que estiverem em viagem, devidamente autorizadas, todas as demais ficam condicionadas a expedição de requisição com especificação dos detalhes necessários à correta realização dos serviços e acompanhados pelo Setor de Transportes.

Art. 16. Ao servidor investido no cargo de motorista, bem como ao servidor administrativo autorizado a dirigir o veículo, cabe:

a) Operar conscientemente o veículo, obedecendo as suas características técnicas e observando rigorosamente as instruções sobre manutenções;

b) Averiguar as condições gerais do veículo (equipamentos, acessórios obrigatórios e documentação) assim que recebê-lo, principalmente, antes de viagens, comunicando qualquer irregularidade ao superior imediato, sob pena de ser responsabilizado por omissão e/ou negligência;

c) Verificar periodicamente o nível de água, óleo, pressão dos pneus e estado de conservação do veículo, solicitando os reparos que se fizerem necessários;

d) Não ingerir nenhuma espécie de bebida alcoólica, quando estiver em serviço;

e) Não entregar a direção do veículo sob sua responsabilidade;

f) Não conduzir familiares, pessoas estranhas ao serviço público (caronas) ou servidores, sem prévia autorização superior;

g) Utilizar o veículo para uso exclusivo em serviço, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, devendo também comunicar ao superior imediato qualquer uso indevido que seja do seu conhecimento, sob pena de ser co-responsabilizado por omissão ou conveniência;

h) Comunicar ao setor de controle de frotas, por meio de relatório constante no Diário de Tráfego, as ocorrências verificadas durante o período de trabalho;

i) Recolher o veículo a garagem interna da Câmara, mantendo o mesmo limpo interna e externamente e em condições de uso a qualquer momento;

j) Usar sempre o cinto de segurança e exigindo que os demais passageiros também o usem;

k) Preencher com correção o Diário de Tráfego, principalmente no que tange ao horário de saída/chegada e quilometragem inicial e final do veículo, além de registrar, no campo destinado ao relatório do motorista, qualquer alteração no itinerário pré-definido e autorizado;

l) Zelar pelo veículo como se fosse de sua propriedade;

m) Respeitar a escala de revezamento dos motoristas.

Art. 17. Das Multas de Trânsito:

I - Caberá ao condutor do veículo, seja ele motorista oficial ou servidor devidamente autorizado, a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados por ele na direção do veículo, nos termos do artigo 209 do Código Nacional de Trânsito, garantido o direito de ampla defesa.

II - Todos os Autos de Infrações aplicados aos veículos da Câmara Municipal de Cáceres deverão ser encaminhados ao Departamento de Compras.

III - O Departamento de Compras, tem a responsabilidade de comunicar e encaminhar o Auto de Infração ao condutor, para que este, querendo, apresente Defesa Prévia e Recurso à Junta Administrativa de Recursos de Infração (Jari).

IV – A Câmara Municipal de Cáceres não se responsabilizará por multas de trânsito, onde, caso o condutor ou os responsáveis mencionados nesta resolução se recusarem a pagar a multa, após utilizarem de todas as garantias dos princípios do contraditório e da ampla defesa que lhes são cabíveis, a Câmara Municipal de Cáceres quitará a mesma e o processo será encaminhado à Assessoria Jurídica, para adotar as providências cabíveis.

V - A quitação da multa não exime o servidor de responder eventual sindicância ou processo administrativo disciplinar.

Art. 18. Dos Acidentes com Veículos:

I - Os condutores de veículos ficam sujeitos à responsabilização, através de processo administrativo ou judicial, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, pelo ônus decorrente de acidentes em que, segundo as autoridades de trânsito e/ou policiais, forem considerados como os causadores.

II - Cabe ao condutor, após a ocorrência de acidente, acionar a autoridade policial competente, comunicar ao Departamento de Compras, e permanecer no local até a realização da perícia, sem risco pessoal.

III - Quando o acidente resultar em dano ao erário ou a terceiros, caberá ao Departamento de Compras adotar as providências com vistas à instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar, com o fito de apurar a responsabilidade do servidor.

IV - Concluído pela responsabilidade (dolo ou culpa) do condutor, este responderá pelos danos causados, pelas avarias e quaisquer prejuízos resultantes do acidente e ressarcirá o erário.

V - Quando a responsabilidade (dolo ou culpa) for de terceiro envolvido, ao Departamento de Compras encaminhará o processo à Coordenadoria Jurídica para buscar o devido ressarcimento dos prejuízos causados.

VI - É de responsabilidade do Departamento de Compras acionar, de imediato, a companhia seguradora e, quando aplicável, adotar as providências voltadas ao ressarcimento através do “seguro obrigatório" sobre veículos.

TÍTULO VII

Considerações Finais

Art. 19. O não atendimento do disposto nesta Instrução Normativa constitui omissão de dever funcional e importará na aplicação de penalidades ao responsável na forma prevista em lei.

Art. 20. Os titulares das unidades integrantes da estrutura organizacional do Legislativo Municipal de Cáceres se obrigam a velar pelo fiel cumprimento, por parte de seus subordinados, dos procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa, quando da utilização de veículos oficiais, na qualidade de condutores.

Art. 21. Os esclarecimentos adicionais a respeito deste documento poderão ser obtidos junto ao Departamento de Controle Interno que, por sua vez, através de procedimentos de checagem (visitas de rotinas) ou auditoria interna, aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das unidades da estrutura organizacional.

Art. 22. Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir da data de sua publicação e revoga a Instrução Normativa n° 03, de 24 de novembro de 2015.

Cáceres/MT, 09 de janeiro de 2017.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 011 DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo sob nº 150, de 03 de janeiro de 2017,

R E S O L V E M:

Art.1º Conceder à senhora **LIDIANA DOS SANTOS SILVA**– Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, sob o Regime estatutário Lei Complementar 25 de 27 de novembro de 1997 e previdenciário/INSS, com efeitos desde 07 de novembro de 2016.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 06 de janeiro de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal Interina de Educação

Afixado em: 06.01.17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 011 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral nº 831, de 06 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**.

Servidor	Quinquênio	Período de Gozo
Jose Gonçalves	2006/2012	02.01.17 a 01.04.17
Luzeni de Oliveira Pinheiro	2007/2012	02.01.17 a 01.04.17

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 09 de janeiro de 2017.

MARCOS ANTÔNIO DO NASCIMENTO

Secretário Municipal de Esportes Cultura e Lazer

Afixado em: 09.01.17.

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
RECIBO DE ENTREGA DE EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO N. 001/2017 MODALIDADE - CARTA CONVITE

Recebi do **Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cáceres/MT - PREVICÁCERES**, convite para participar do **Processo de Licitação n. 001/2017** na modalidade **Carta Convite** relativo à contratação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte para Prestação de Serviços de consultoria contábil para auxiliar o setor de contabilidade, de acordo com a especificação e disposições do Edital anexo, com data de abertura do certame para o dia 20/01/2017 às 09:00 horas.

Por ser expressão da verdade assino o presente recibo.

Cáceres/MT, _____/_____/_____.

	CIENTE
	_____
Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres	Licitante
CNPJ: 02.332.486/0001-90	CPF ou CNPJ

EDITAL DE LICITAÇÃO N. 001/2017

1 – O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CÁCERES/MT PREVICÁCERES, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, devidamente Inscrita no CNPJ sob n. 02.332.486/0001-90, com sede na Rua General Osório, nº 409, Centro, em Cáceres/MT, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Licitação na modalidade de **Carta Convite**, processo n. 001/2017, no dia 20 de Janeiro de 2017, às 09:00 horas na sede do Instituto de Previdência, para execução dos serviços adiante descritos, nas condições constante neste Edital.

2 - SUPORTE LEGAL

2.1 - **A presente licitação tem fundamento legal na Lei n. 8.666/93 e alterações.**

2.2 - Fazem parte integrante deste Edital:

2.2.1 Anexo I (Especificação técnica)

2.2.2 - Anexo II (Modelo de Declaração de Fatos Impeditivos)

2.2.3 – Anexo III (Modelo de Declaração que não emprega menores)

2.2.4 - Anexo IV (Proposta de Preço)

2.2.5 - Anexo V (Minuta de Contrato)

2.3 - **O Contrato decorrente desta Carta Convite será executado em regime de empreitada por preço global.**

3 - TIPOS DE LICITAÇÃO

3.1 - A presente Licitação obedecerá ao tipo **MENOR PREÇO,** conforme inciso I do parágrafo 1º do artigo 45 da Lei n. 8.666/93.

4 - PRAZO DE EXECUÇÃO

4.1 - O prazo de execução do objeto decorrente da presente licitação será de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura do Contrato, e em atendimento ao inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93.

5 – OBJETO

5.1 – O objeto da presente Carta Convite é a Prestação de Serviços técnico contábil para atender o setor de contabilidade do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres (Previ – Cáceres), sendo que em obediência ao inciso I do art. 48 da Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela LC n. 147/2014, esta licitação é de participação EXCLUSIVA às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte definidas no art. 3º da referida Lei, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I deste Edital.

6 - CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO, ESPECIFICAÇÃO E NORMAS:

6.1 O referido serviço deverá ser executado de acordo com as necessidades técnicas para atender o objeto descrito no item 5.

6.2 O regime de execução dos serviços é o de empreitada por preço global, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, alínea “a” da Lei n. 8.666/93.

6.3 O licitante deverá possuir habilidade e experiência na área de gestão pública e formação superior em contabilidade para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos.

7 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

7.1 - As licitantes deverão atender aos preceitos normativos deste edital, em especial os documentos necessários à habilitação.

7.2 - Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia (exceto produzida por fac-símile) autenticada por Cartório competente, ou pela Comissão de Licitações, ou mediante publicação em órgão de Imprensa Oficial;

7.3 - A ausência de qualquer dos documentos exigidos neste Edital para habilitação, ou se apresentados incompletos, incorretos ou com a validade expirada acarretará a inabilitação da licitante;

7.4 - Não poderão participar do certame:

a) Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

b) Que apresentem em seus quadros os mesmos sócios ou gerentes, ou ainda, que mantenham vínculo de qualquer natureza com empresas concordatárias ou sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

c) Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

d) Suspensas temporariamente e/ou impedidas do direito de contratar com a Administração ou declaradas inidôneas para contratação com a Administração Pública;

e) Pessoas jurídicas estrangeiras não autorizadas para militância no país.

8 - CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS DO EDITAL

8.1 – O licitante deverá examinar todas as instruções, condições e normas citadas neste Edital;

8.2 - A licitante poderá requerer quaisquer esclarecimentos sobre os documentos, através de comunicação ao Presidente da Comissão de Licitação por e-mail (previcaceres@gmail.com);

8.3 – O PREVICÁCERES**,** responderá por escrito, pelas mesmas vias os esclarecimentos solicitados, no prazo de 24 hora, em até 3 dias antes da abertura dos envelopes.

9 - PREPARAÇÃO E FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS

9.1 - Os documentos e Propostas de Preços deverão ser apresentados em dois envelopes com identificação dos licitantes, distintos e separados, endereçados ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação e indicando, clara e visivelmente, o nome do licitante, o número do envelope (01 ou 02), a titulação do seu conteúdo (Habilitação ou Proposta), o número do Edital (Processo licitatório 001/2017) e o objeto em licitação (Prestação de serviços de consultoria contábil).

9.2 – Os licitantes deverão apresentar os documentos necessários, evitando duplicidade e a inclusão de documentos supérfluos ou dispensáveis.

10 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE N. 01)

10.1 - No envelope n. 01 - HABILITAÇÃO deverão ser apresentados pelos licitantes os seguintes documentos originais ou cópia autenticada:

Habilitação Jurídica

a) Certidão Negativa de Débito – CND – para com o INSS;

b) Certidão de Regularidade do FGTS fornecida pela Caixa Econômica Federal;

c) Certidão Negativa de Débito para com a Fazenda Federal;

d) Contrato Social ou equivalente;

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

Obs. A opção pelo simples substituirá as certidões acima mencionadas.

10.2. Os envelopes de Habilitação deverão ser identificados conforme demonstrado abaixo:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CÁCERES/MT - PREVICÁCERES **ENVELOPE N. 01 – HABILITAÇÃO** **CONVITE N. 001/2017** **NOME DO LICITANTE**

11 - PROPOSTA (ENVELOPE N. 02)

11.1 - Carta Proposta assinada pelo proponente ou pessoa devidamente autorizada, satisfazendo as condições do edital, com identificação do objeto licitado e o valor global para os serviços, que deverão ser expressos em algarismo arábico e por extenso, em moeda **REAL,** conforme anexo IV.

11.2 - A validade da proposta será de 30 (trinta) dias, a contar da data de entrega dos envelopes.

11.3 - Serão desclassificadas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, as condições deste edital, propuserem encargos financeiros ou oferecerem vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes.

12 - ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS

12.1 – A abertura dos envelopes contendo a Documentação de Habilitação e as Propostas de Preços será feita no dia, hora e local estabelecido no presente Edital, no qual se lavrará Ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão de Licitação.

12.2 – A devolução dos envelopes fechados será feito às licitantes contendo as respectivas propostas de preços, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação.

12.3 - A abertura dos envelopes contendo a proposta de preços das licitantes habilitadas, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recursos, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos.

12.4 - Verificação de cada proposta de acordo com os requisitos do Edital, registrando os preços em Ata, promovendo-se a desclassificação das propostas incompatíveis ou com preços inexequíveis.

12.5 - Julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do Edital.

12.6 - Todos os documentos e propostas serão rubricados pelo presidente da Comissão.

12.7 - É facultada a Comissão ou Autoridade Superior em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deverão constar originariamente da proposta.

12.8 - Ultrapassada a fase de habilitação e abertas às propostas de preços não cabe desclassificação por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes e deferidos pela comissão.

12.9 - Após a abertura pública da documentação e proposta de preços, não serão fornecidas, aos concorrentes ou quaisquer outras pessoas não oficialmente relacionadas ao processo licitatório, quaisquer informações referentes à análise, esclarecimentos, avaliação e comparação das Propostas.

12.10 - Os licitantes que desejarem manifestar contra a decisão do procedimento dos trabalhos da Comissão, deverão fazer no ato licitatório para registro em ata.

12.11 - Qualquer tentativa de um concorrente em influenciar a Comissão de Licitação, quanto ao processo de exame, avaliação e comparação de proposta e na tomada de decisões para adjudicação dos serviços, poderá resultar na rejeição de sua proposta.

12.12 - Será inabilitada ou desclassificada a empresa que deixar de apresentar documento ou anexo exigido neste Edital, mesmo que na interpretação do concorrente não tenha nada a ser declarado.

12.13 Os envelopes Proposta de Preços deverão ser identificados conforme demonstrado abaixo:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CÁCERES/MT - PREVICÁCERES **ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA** **CONVITE Nº 001/2017** NOME DA LICITANTE

12.14 O valor das despesas está orçado em até R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

13 - DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS

13.1 - Exame da Documentação:

13.1.1 - A Comissão de Licitação analisará a documentação para verificar habilitação jurídica, e regularidade fiscal do concorrente para executar eficazmente os serviços objetos do presente Edital e seus anexos.

13.2 - Exame da Proposta de Preços.

13.2.1 - As propostas que atenderem em sua essência aos requisitos do edital, serão verificadas quanto a erros aritméticos para os serviços, os quais serão corrigidos pela Comissão de Licitação da forma seguinte:

a) Discrepância entre valores grifados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

b) Erros de transcrição das qualidades do projeto para a proposta, o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total;

c) Erros de multiplicação de preço unitário pela quantidade correspondente, será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade corrigindo-se o produto;

d) Erro de adição, será retificado, conservando-se as parcelas corretas e trocando-se a soma.

13.3 - O valor total dos serviços apresentados na proposta será ajustado pela Comissão de Licitação em conformidade aos procedimentos acima para correção de erros. O valor resultante constituirá o valor contratual.

13.3.1 - Se o licitante não aceitar as correções procedidas, sua proposta será rejeitada.

13.4 - Com exceção das alterações, entrelinhas ou rasuras feitas pela Comissão de Licitação necessárias para erros cometidos pelos concorrentes, não serão aceitas Propostas contendo borrões, emendas ou rasuras.

13.5 - As propostas de preços serão analisadas, conferidas, corrigidas e classificadas por ordem crescente de valores corrigidos.

14 – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

14.1 – A classificação final das licitantes, far-se-á em ordem decrescente por menor preço global ofertado.

14.2 – Na hipótese de empate, entre duas ou mais propostas, a classificação da Licitante será decidida através de sorteio, nos termos do art. 45, §2º da Lei n. 8.666/93, promovido pela Comissão Permanente de Licitação, para a escolha do vencedor, mediante ato público para o qual serão convocadas todas as Licitantes classificadas.

15 - DA IMPUGNAÇÃO E RECURSOS

15.1 - É admissível recurso em qualquer fase da presente licitação e das obrigações dela decorrentes, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação do ato ou lavratura da ata, nos termos do inciso I, do art. 109, da Lei n. 8.666/93, nos casos de:

15.1.1 – Habilitação ou Inabilitação da Licitante.

15.1.2 – Julgamento das Propostas.

15.1.3 – Anulação ou revogação da Licitação.

15.1.4 – Rescisão de Contrato a que se refere o inciso I do art. 79, da Lei n. 8.666/93.

15.1.5 – Aplicação de pena de advertência, suspensão temporária ou de multa.

15.2 – Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital, por irregularidade, devendo para tanto, enviar correspondência em nome da Comissão de Licitação, que por sua vez encaminhará a impugnação à autoridade competente, conforme previsto no §1º do art. 41, da Lei n. 8.666/93.

15.3 - Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante a Administração a Licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura do envelope de Habilitação e, tendo-o aceito sem objeção, venha a apontar falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

15.4 - Não será conhecido recurso interposto equivocadamente, fora do prazo legal ou com fins meramente protelatórios, assim entendidos os recursos em que se constatar a ausência de argumentos plausíveis e comprovação do alegado.

15.5 - Será assegurado aos interessados, desde o início dos prazos definidos para interposição de recursos e respectivas impugnações, até seu término, vistas aos autos do processo licitatório, no horário e local designados pela Comissão de Licitação.

15.6 - As impugnações contra o Edital, os recursos administrativos e os pedidos de reconsideração, caso ocorram, deverão ser obrigatoriamente protocolados perante a Comissão de Licitação, no endereço indicado no preâmbulo deste edital.

15.7 - Os pedidos de impugnação do Edital, de recursos administrativos e os pedidos de reconsideração deverão ser apresentados em uma única via, em papel timbrado do recorrente, preenchido mecanicamente e conterão, obrigatoriamente, as razões de pedir ou recorrer, devidamente fundamentados.

15.8 - Na contagem dos prazos será excluído o dia de começo e incluído o dia final, prorrogando-se este, automaticamente, para o primeiro dia útil subseqüente, quando recair em data que não haja expediente na Administração Pública.

16 - DO PAGAMENTO

16.1 - O Instituto de Previdência efetuará o pagamento dos documentos de cobrança mensalmente, que ocorrerá 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato, a ser lavrado nos termos que compõem a respectiva minuta, Anexo V deste Edital, do qual é parte integrante, desde que os dados constantes do documento de cobrança estejam corretos e os serviços tenham sido executados e atestados pelo Instituto de Previdência.

17 - DO REAJUSTE DE PREÇOS

17.1 - Os valores fixados neste Contrato serão reajustados no ato do aditamento no caso de prorrogação do Contrato.

17.2 O reajuste será efetuado com base no Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas – IGP-M/FGV, acumulado no período dos últimos doze meses, de acordo com a Lei n. 9.069/95.

18 - DO CONTRATO

18.1 - Concluído o processo licitatório, inclusive, homologado e adjudicado o seu resultado, o Instituto de Previdência convocará via correspondência eletrônica a Licitante vencedora desta Licitação para a assinatura do Contrato, nos termos da minuta de Contrato integrante deste Edital – Anexo V.

18.1.1 - O Contrato deverá ser assinado pela Licitante vencedora no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data da convocação formal ou publicação do resultado da Licitação, podendo ser prorrogado conforme disposto no § 1º, do art. 64, da Lei n. 8.666/93, e alterações posteriores, considerando-se como desistência o não comparecimento à convocação.

18.2 - O Contrato resultante da presente Licitação terá a duração de 12 (doze) meses.

18.2.1 - O prazo estipulado para o Contrato admite prorrogação nas hipóteses previstas no artigo 57, da Lei n. 8.666/93.

18.2.2 - O prazo de vigência do Contrato para a execução dos serviços ajustados iniciar-se-á com a assinatura do instrumento contratual.

18.3 - Na eventualidade da recusa da Licitante em assinar o Contrato de Prestação de Serviços, ficará a mesma sujeita às penalidades descritas no item 19, e o Instituto de Previdência a seu critério, poderá convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinar o Contrato, no prazo de 03 (três) dias úteis, desde que nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação.

19 - DAS SANÇÕES

19.1 - O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará ao licitante contratada(s) às sanções previstas no capítulo IV da Lei n. 8. 666/93, e àquelas previstas na minuta do Contrato, Anexo IV deste Edital, sem prejuízo das demais cominações legais.

19.2 – A aplicação de sanções será precedida de procedimentos em que se garantirá ampla defesa, cabendo direito à interposição de recursos na forma prevista no art. 109 da Lei n. 8.666/93.

20 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar sua revogação; ser anulada por ilegalidade de ofício; ou provocação de terceiros; mediante parecer escrito devidamente fundamentado, nos termos do art. 49 da Lei n. 8.666/93.

20.2 - A nulidade da presente licitação induz à nulidade do Termo de Contrato, nos termos do art. 59 da Lei n. 8.666/93.

20.3 - No caso de revogação ou anulação da presente licitação, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

20.4 - Fica eleito o Foro da Comarca de Cáceres/MT, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste instrumento, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

20.5 - À Comissão de Licitação, além do recebimento e exame da documentação e das propostas, caberá o julgamento e obediência às disposições aqui estabelecidas, bem como dirimir sobre dúvidas ou omissões.

20.6 - Nenhuma indenização será devida aos Licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação e proposta de preços relativa ao presente Edital.

20.7 - Qualquer alteração no Edital, que influencie a formulação das propostas, exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

20.8 - A presente Licitação poderá ser anulada em qualquer tempo, desde que seja constatada ilegalidade no processo ou em seu julgamento, ou revogada por conveniência do Instituto de Previdência, sem que caibam às Licitantes qualquer indenização, na forma prevista no art. 49 da Lei 8.666/93.

20.9 - A seu exclusivo critério, a Comissão de Licitação poderá relevar erros ou omissões formais desde que não comprometam a lisura do certame e nem impliquem prejuízos para o objeto da Licitação, para o Instituto de Previdência e para qualquer das Licitantes.

20.10 - Caso as datas previstas para a realização de eventos da presente licitação sejam declaradas feriado ou ponto facultativo e, não havendo retificação de convocação, serão aqueles eventos realizados no primeiro dia útil subseqüente, no mesmo local e hora previstos.

20.11 - Todos os licitantes devem submeter-se à legislação pertinente, tanto no que se refere à licitação, quanto às normas que regularão o Contrato.

20.12 - Caso todos os licitantes sejam inabilitados ou todas as propostas desclassificadas, a Comissão poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que motivaram essa inabilitação ou desclassificação.

Cáceres/MT, 12/01/2017

ROSINEI BRUNELLI

PRESIDENTE

CARTA CONVITE N. 001/2017

ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: Os serviços deverão ser prestados de forma presencial, na cidade de Cáceres/MT, no instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres (Previ Cáceres), localizado a rua General Osório, nº 409, Bairro Centro, CEP: 78200-000, no prazo de 5 (cinco) dias contados a partir da assinatura do contrato.

DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: Os serviços técnicos contábeis envolvem as seguintes atividades:

a) Orientação contábil na área de gestão pública, prioritariamente na área de RPPS;

b) Orientação na área de tributação de recursos humanos;

c) Controle e atendimento aos prazos dos tributos, declarações e contribuições aos órgãos federais, estaduais e municipais(GFIP/DCTF/DARF's/PASEP-Sicalc/RAIS);

d) Orientar e auxiliar na conclusão de balancetes mensais/anuais;

e) Orientar necessário arquivamento contábil, administrativo e financeiro, inclusive em meios digitais;

f) Acompanhar os documentos fiscais;

g) Orientar em defesas aos órgãos fiscalizadores quanto a rotina contábil do Instituto.

CARTA CONVITE N. 001/2017

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

A litcitante _____, inscrita no CPF ou CNPJ/MF. sob n. _____, com sede na _____, n. _____, cidade de _____, Estado de _____, participante da Carta Convite n. 001/2017 neste ato representado por seu representante credenciado o Sr. _____, declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____,____ de _____de 2017.

(nome e assinatura do licitante)

(identificação do CPF ou CNPJ)

CARTA CONVITE N. 001/2017

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES

A licitante _____, inscrita no CPF ou CNPJ/MF. sob n._____, com sede na _____, nº. _____, cidade de _____, Estado de _____, participante da Carta Convite n. 001/2017 neste ato representado por seu representante credenciado o Sr. _____, declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7° da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no artigo 1°, da Lei n° 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não tem em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

_____,____ de _____de 2017.

(nome e assinatura do licitante)

(identificação do CPF ou CNPJ)

CARTA CONVITE N. 001/2017

ANEXO IV – PROPOSTA DE PREÇOS

Modelo de Proposta de Preços

Ao

Presidente da Comissão Permanente de Licitação do PREVI-CÁCERES

Sr. Rosinei Brunelli

Ref. : Licitação na modalidade Carta Convite n. 001/2017

Licitante:	
CPF ou CNPJ:	Inscrição Estadual:
Endereço:	
CEP:	Cidade/Estado:
Telefones:	E-mail:
Banco:	
Representante Legal:	
RG:	CPF:

Objeto	Meses	Valor mensal R$	Valor Total R$
Prestação de serviços de consultoria contábil.	12		

Valor Total da proposta por extenso:

Validade Proposta:

(nome e assinatura do licitante)

(identificação do CPF ou CNPJ)

CARTA CONVITE N. 001/2017

ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N. ____/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA CONTÁBIL QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CÁCERES/MT - PREVICÁCERES E _____, PARA OS FINS QUE ESPECÍFICA.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CÁCERES/MT - PREVICÁCERES, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrita no CNPJ sob n. 02.332.486/0001-90, com sede na Rua General Osório, nº 409, Centro, em Cáceres/MT, representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Luiz Emídio Dantas Júnior, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral n. 1080111-1 SSP/MT e CPF n. 631.154.411-34, residente e domiciliado em Cáceres/MT, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado aempresa ou pessoa física **_____,** inscrito no CPF ou CNPJ sob o n. _____ e Inscrição Estadual sob o n. _____, estabelecida à Rua (ENDEREÇO COMPLETO), representado pelo Sr. _____, _____, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral n. _____ e inscrito no CPF ou CNPJ sob o n. _____, chamado simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato nos termos do processo licitatório n. 04/2016, realizado na modalidade Convite com abertura em 30 de Maio de 2016, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Este Contrato tem por objeto a Prestação de serviços técnicos profissionais especializados na orientação contábil, administrativa e financeira, que auxiliará o setor de contabilidade do Instituto nas seguintes rotinas:

1.1.1 – Orientação contábil na área de gestão pública, prioritariamente na área de RPPS;

1.1.2 - Orientação na área de tributação de recursos humanos;

1.1.3 - Controle e atendimento aos prazos dos tributos, declarações e contribuições aos órgãos federais, estaduais e municipais (GFIP/DCTF/DARF's/PASEP-Sicalc/RAIS);

1.1.4 - Orientar e auxiliar na conclusão de balancetes mensais/anuais;

1.1.5 - Orientar necessário arquivamento contábil, administrativo e financeiro, inclusive em meios digitais;

1.1.6 - Acompanhar documentos fiscais;

1.1.7 - Orientar em defesas aos órgãos fiscalizadores quanto a rotina contábil do Instituto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 O regime de execução dos serviços é o de empreitada por preço global, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, alínea "a" da Lei n. 8.666/93.

2.2 Os serviços serão executados diretamente na sede do Previ – Cáceres, no setor de Contabilidade, no horário de 12:00 horas às 18:00 horas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO.

3.1 O valor global para a execução do presente Contrato é de R$_____ (_____).

3.2 O valor global fixado para o presente Contrato será pago em ___ (___) parcelas mensais no valor de R$_____ (_____).

3.3 O pagamento relativo ao objeto deste contrato será efetuado mensalmente até o 5º (quinto) dia útil de cada mês subsequente a prestação do serviço, mediante apresentação da nota fiscal dos serviços realizados, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato.

3.4 As observações sobre o recebimento dos serviços deverão ser efetuadas até 05 (cinco) dias da sua entrega.

3.5 Os pagamentos serão realizados por ordem bancária, Banco ___, agência _____, conta corrente n. _____, vedado qualquer antecipação de pagamento sem a correspondente prestação dos serviços.

3.6 Será considerado como inadimplemento de cada parcela o atraso superior de 30 (trinta) dias.

3.7 No caso de eventuais atrasos, o valor das parcelas inadimplentes será acrescido de atualização monetária pelo IGP-M/FGV, multa fracionada em 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, com teto de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, a contar da data do inadimplemento de cada parcela.

3.8 Os valores fixados neste contrato serão reajustados no ato do aditamento no caso de prorrogação do contrato.

3.9 Na ocorrência de situação prevista no item anterior, o valor deste contrato será reajustado com base no índice IGP/M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou na falta deste, pelo índice legalmente permitido à época, acumulado no período dos últimos 12 (doze) meses, de acordo com a Lei nº 9.069/95 e suas atualizações.

3.10 Caso ocorram alterações na legislação que rege a política econômica do País, o valor deste contrato será reajustado mediante aplicação de índices oficiais, independente do estabelecido no item anterior.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

4.1 O prazo de execução do presente Contrato é de 12 (doze) meses, tendo início na data de assinatura e término em ____/____/____, podendo ser prorrogado conforme preceitua o artigo 57, inciso II da Lei n. 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÃO AS DESPESAS

5.1 A execução do presente Contrato será custeada com os recursos da taxa administrativa previsto no Orçamento Anual, na seguinte rubrica orçamentária: _____.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 **DA CONTRATANTE**

6.1.1 Oferecer todas as informações necessárias para que a CONTRATADA possa executar o objeto contratado dentro das especificações.

6.1.2 Ter reservado o direito de não mais utilizar os serviços da CONTRATADA caso a mesma não cumpra o estabelecido no presente contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;

6.1.3 Acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução podendo impugnar os serviços que considerar insatisfatório, solicitando nova execução os quais deverão ser feitos, correndo as despesas oriundas destes serviços por conta da CONTRATADA;

6.1.4 Notificar, por escrito, a CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação dos serviços, fixando prazo para sua correção.

6.1.5 Intervir na prestação dos serviços ou interromper a sua execução nos casos e condições previstos na Lei nº 8.666/93;

6.1.6 Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

6.1.7 Enviar à CONTRATADA o documento comprovante de arrecadação competente toda vez em que ocorrer a retenção de impostos sobre a Nota Fiscal de Prestação de Serviços;

6.1.8 Denunciar as infrações cometidas pela CONTRATADA e aplicar-lhe as penalidades cabíveis nos termos da Lei n. 8.666/93;

6.1.9 Modificar ou rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos na Lei nº 8.666/93;

6.1.10 Permitir a subcontratação de partes dos serviços, desde que seja solicitada pela CONTRATADA e que haja conveniência para a CONTRATANTE.

6.2 **DA CONTRATADA**

6.2.1 À Contratada assiste o direito de suspender, eventual ou definitivamente, os serviços contratados no caso de descumprimento do pagamento das parcelas deste Contrato, quando a inadimplência ultrapassar a 90 (noventa) dias, conforme dispõe o art. 78, inciso XV da Lei n. 8.666/93.

6.2.2 Executar todos os serviços objetos deste Contrato de acordo com a sua proposta de preço, independentemente de sua transcrição, sob as penas da Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

6.2.3 Exigir da Contratante o cumprimento da legislação, bem como das orientações emanadas por esta visando o sucesso da Administração;

6.2.4 Executar todos os serviços objeto deste Contrato dentro do prazo estipulado ou solicitado pela Contratante, sob as penas da Lei n. 8.666/93;

6.2.5 Atender a todas as exigências deste Contrato e executar todos os serviços contratados assumindo os ônus da prestação inadequada dos trabalhos;

6.2.6 Tratar como confidenciais todas as informações e dados contábeis, administrativos e financeiros contidos nos documentos da Contratante, guardando sigilo perante terceiros;

6.2.7 Emitir a Nota Fiscal da prestação dos serviços fazendo discriminar no seu corpo a dedução dos impostos quando exigido pela Contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS

7.1 Por atraso injustificado nos serviços executados:

7.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor

7.2 Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência;

7.2.2 Multa de até 1% (um por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à CONTRATANTE.

7.2.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

7.3 As multas serão descontadas dos créditos da CONTRATADA ou cobradas administrativa ou judicialmente;

7.4 As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa do contrato, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar à CONTRATANTE.

7.5 As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

7.6 Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá – além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei nº 10.520/02 – sofrer quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

7.6.1 Cancelamento do contrato, se este já estiver assinado, procedendo-se à paralisação da execução dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1 A rescisão do presente Contrato devendo a parte que desejar rescindi-lo comunicar a outra com antecedência de 30 (trinta) dias, poderá ocorrer de forma:

a) Amigável – por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a Contratante.

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei n. 8.666/93;

c) Judicial – nos termos da legislação processual;

8.2 A Contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1 O presente Contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei n. 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

9.2 Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

9.3 Por acordo das partes:

a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contra prestação dos serviços;

9.4 Outros casos previstos na Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Cáceres/MT com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas oriundas deste Contrato.

Por estarem justos e contratados, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

_____/ MT**,** ___ de _____ de 2017.

PREVICÁCERES - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Contratante Contratada

Testemunhas:

1)_____

NOME:

RG N°:

CPF N°:

2)_____

NOME:

RG N°:

CPF N°:

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESCIÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°. 007/2016

O **PREVI-CÁCERES – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n°. 02.332.486/0001-90, comunica a rescisão do contrato de prestação de serviços n° 007/2016.

CONTRATANTE: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES – PREVI-CÁCERES

CONTRATADO: EMPRESA GM10 CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - EPP

OBJETO: Rescisão amigável do Contrato de Prestação de Serviços da Empresa especializada em manutenção predial e limpeza (Contrato nº 007/2016), que deriva da adesão à Ata de Registro de Preços nº026/2015, decorrente do Pregão Presencial nº026/2015, em conformidade com o projeto/plano/termo apresentado e seus anexos, por acordo entre as partes.

Cáceres, 30 de Dezembro de 2016.

LUIZ EMIDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 006 DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº. 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº. 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 771, de 06 de janeiro de 2017,

CONSIDERANDO o término do mandato, em 31/08/2016, dos conselheiros nomeados através do Decreto nº. 374 de 01/09/2014 para compor como membros representantes das Entidades Governamentais e Não Governamentais do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, biênio 2014/2016;

CONSIDERANDO o término da prorrogação da composição do CMDCA, gestão 2014/2016, ou seja, mandato tampão, através do Decreto nº. 487 de 07/11/2016, para atuar durante o período de eleições municipais, a partir de 31/08/2016 à 04/01/2017, diante da Lei Federal nº. 9.504/1997, diante das condutas vedadas aos agentes públicos neste período eleitoral, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO que a gestão 2014/2016 do CMDCA, procedeu a abertura do Processo Eleitoral aprovando o Edital da Assembleia Geral para eleição das instituições representantes da sociedade civil organizada para representação no Conselho, biênio 2016/2018 através da Resolução nº. 12 de 05/08/2016, no entanto diante do término do mandato, não houve a possibilidade da finalização do Processo;

CONSIDERANDO a ausência de representação legal do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

CONSIDERANDO a Lei nº. 2.473 de 29/04/2015 que estabelece regras para composição e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do Conselho Tutelar e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA;

CONSIDERANDO a Resolução nº. 19 de 03/12/2015 que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cáceres/MT – CMDCA;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Comissão Eleitoral para o Processo de Eleição de representantes da Sociedade Civil para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, Gestão 2017/2019.

Art. 2º - Ficam designados para comporem a referida Comissão os seguintes servidores do município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, lotados na Secretaria Municipal de Ação Social:

Edite Mariano da Costa Melo – Secretária Executiva do CMDCA,

Higor Fauber Lemes de Oliveira – Coordenador Administrativo da Secretaria Municipal de Ação Social – SMAS e Simone Danciguer Barbosa – Coordenadora de Programas e Projetos da Secretaria Municipal de Ação Social.

Parágrafo Único: Fica nomeado como Coordenador da Comissão a servidora Edite Mariano da Costa Melo – Secretária Executiva do CMDCA.

Art. 3º - É atribuição da Comissão Eleitoral organizar, coordenar e deliberar sobre todas as etapas do Processo de Eleição de representantes da Sociedade Civil para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, Gestão 2017/2019, respeitando todas as condições para o preenchimento das vagas existentes, praticando os atos necessários ao fiel desempenho da atribuição. **Art. 4º -** A Comissão poderá contar com a colaboração de especialistas internos e externos para a organização do Processo e avaliação dos resultados. **Art. 5º -** A Secretaria Municipal de Ação Social dará à referida Comissão o apoio necessário para a realização dos trabalhos. **Art. 6º -** O Ministério Público deverá ser informado sobre todos os atos do processo de escolha dos representantes da sociedade civil organizada, para acompanhamento e fiscalização de sua regularidade. **Art. 7º -** A Comissão terá prazo de até 30 (trinta) dias para efetuar os trabalhos e encaminhar para as demais providências administrativas da SMAS e Executivo Municipal quanto à posse dos novos conselheiros. **Parágrafo Único:** Esse prazo poderá ser prorrogado por igual período, com a apresentação de solicitação fundamentada da Comissão à SMAS. **Art. 8º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Prefeitura Municipal de Cáceres, 06 de janeiro de 2017. **ELIANE BATISTA** Secretária Municipal de Ação Social

Afixado em: 06.01.17

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 006/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS PRERROGATIVAS LEGAIS E REGIMENTAIS,

R E S O L V E:

1. – NOMEAR, a partir de 03/01/2017, o Senhor **CRISTIANO DE BARROS,** portador da Cédula de Identidade, RG nº 2180150-9/SSP-MT e inscrito no CPF sob nº 025.524.211-56 para o cargo de Assessor de Gabinete da Câmara Municipal de Cáceres-MT, nível CC-04, a que alude o Anexo II da Lei n° 2.454, de 23 de outubro de 2014, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social-INSS.

2. Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo, porém, seus efeitos, à data do efetivo início acima apontada.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Cáceres-MT, 10 de Janeiro de 2017.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 007/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS PRERROGATIVAS LEGAIS E REGIMENTAIS,

R E S O L V E:

1. – NOMEAR, a partir de 04/01/2017, a Senhora **LYGIA HELENA DIAS FANAIA,** portadora da Cédula de Identidade, RG nº 0047567-0/SSP-MT e inscrito no CPF sob nº 303.798.141-53 para o cargo de Assessora de Gabinete da Câmara Municipal de Cáceres-MT, nível CC-04, a que alude o Anexo II da Lei n° 2.454, de 23 de outubro de 2014, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social-INSS.

2. Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo, porém, seus efeitos, à data do efetivo início acima apontada.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Cáceres-MT, 10 de Janeiro de 2017.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 008/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS PRERROGATIVAS LEGAIS E REGIMENTAIS,

R E S O L V E:

1. – NOMEAR, a partir de 04/01/2017, a Senhora **SÔNIA NUNES DE SANTANA,** portadora da Cédula de Identidade, RG nº 1744273-7/SSP-MT e inscrito no CPF sob nº 954.555.581-53 para o cargo de Assessora de Gabinete da Câmara Municipal de Cáceres-MT, nível CC-04, a que alude o Anexo II da Lei n° 2.454, de 23 de outubro de 2014, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social-INSS.

2. Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo, porém, seus efeitos, à data do efetivo início acima apontada.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Cáceres-MT, 10 de Janeiro de 2017.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 007 DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 576, de 05 de janeiro de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 173 de 04 de maio de 2009, que designou o servidor **PEDRO FIDELIS DA SILVA FILHO** – Auxiliar Administrativo, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Assistência ao trabalhador, da Secretaria Municipal de Ação Social, Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos a partir de 04 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 06 de janeiro de 2017.

ELIANE BATISTA

Secretária Municipal de Ação Social

Afixado em: 06.01.17.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO N.º 090/2016.

Contratante: Prefeitura Municipal de Campinápolis – MT.

Contratada: COMERCIAL E DISTRIBUIDORA PIANCO IERELI - ME, CNPJ/MF nº 21.668.414/0001-63**.**

Objeto: Execução de obra de sinalização horizontal e vertical nos logradouros de Campinápolis - MT.

Valor Total: R$ 85.178,54 (oitenta e cinco mil cento e setenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos).

Dotação: Código: 09.010.15.451.1150.1034.4.4.90.51.00.00.00 Red. 0482

Código: 07.010.10.302.1100.1020.4.4.90.51.00.00.00 Red. 0108

Vigência: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Assinam: Jeovan Faria – por parte da CONTRATANTE e Cleomar Wemerson Garcia Rabelo – por parte da CONTRATADA.

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 063/2015.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Adjudicado: COSME HONORIO DE SOUSA, CNPJ nº 15.399.908/0001-97.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por finalidade alterar a CLÁUSULA TERCEIRA, para prorrogação de prazo de vigência, do contrato original firmado em 10 de julho de 2015.

Vigência: 30/12/2016 a 30/12/2017.

Ratificação: Ficam ratificadas as demais cláusulas não mencionadas neste Termo Aditivo.

Assinam: Jeovan Faria, por parte da CONTRATANTE e COSME HONORIO DE SOUSA, por parte da CONTRATADA.

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL COMPLEMENTAR N° 011 AO EDITAL DE ABERTURA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS N° 004/2016

EDITAL COMPLEMENTAR N° 011 AO EDITAL DE ABERTURA

A Comissão nomeada para conduzir o Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.154/2016 e Decreto nº 2.679/2016, e,

Considerando a detecção de impropriedades na configuração do Gabarito Preliminar relativo as funções de AAE/ Transporte Escolar/Apoio do SUS- Motorista de Ambulância/Motorista;

Considerando a necessidade de retificação do aludido gabarito.

RESOLVE

1.0.TORNAR PÚBLICA a retificação do **GABARITO** preliminar relativo as funções de AAE/ Transporte Escolar/Apoio do SUS- Motorista de Ambulância/ Motorista, ambas constantes do Edital Complementar nº010 do Processo Seletivo Simplificado n° 004/2016.

2.0. O Edital retificado consta do anexo I, parte indissociável deste edital.

3.0 Permanecem inalterados os demais itens do Edital Complementar nº 010.

Campinápolis - MT, 11 de janeiro de 2017.

RENATO REGIO GONÇALVES DOS SANTOS

Presidente da Comissão

Decreto nº 2.679/2016

EDITAL COMPLEMENTAR Nº011 AO EDITAL DE ABERTURA

GABARITOS PRELIMINARES

AAE/TRANSPORTE ESCOLAR/APOIO DO SUS MOTORISTA DE AMBULÂNCIA/MOTORISTA	
QUESTÃO	ALTERNATIVA
01	C
02	B
03	D
04	D
05	D
06	A
07	A
08	A
09	A
10	A
11	D
12	B
13	D
14	C
15	B
16	A
17	A
18	C
19	A
20	D

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS N° 004/2016

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS N° 004/2016

EDITAL COMPLEMENTAR N° 010 AO EDITAL DE ABERTURA

A Comissão nomeada para conduzir o Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.154/2016 e Decreto nº 2.679/2016, e,

Considerando o encerramento da fase de recursos contra as Provas Objetivas relativas ao Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016,

Considerando o vultoso trabalho para tratamento/elaboração dos gabaritos preliminares.

RESOLVE

1.0.TORNAR PÚBLICO os **GABARITOS** preliminares relativos ao Processo Seletivo Simplificado n° 004/2016, conforme as disposições contidas no Anexo I, Parte integrante deste Edital.

2.0. Os candidatos terão prazo de 24(vinte e quatro) horas a partir da publicação deste Edital para interporem recursos administrativos acerca do gabarito constante do anexo I, parte indissociável deste edital.

Campinápolis - MT, 10 de janeiro de 2017.

RENATO REGIO GONÇALVES DOS SANTOS

Presidente da Comissão

Decreto nº 2.679/2016

ANEXO I

EDITAL COMPLEMENTAR Nº010 AO EDITAL DE ABERTURA

GABARITOS PRELIMINARES

MÉDICO	**NUTRICIONISTA**	**PSICÓLOGO**	**FARMACEUTICO**				
QUESTÃO	**ALTERNATIVA**	**QUESTÃO**	**ALTERNATIVA**	**QUESTÃO**	**ALTERNATIVA**	**QUESTÃO**	**ALTERNATIVA**
01	C	01	C	01	C	01	C
02	B	02	B	02	B	02	B
03	D	03	D	03	D	03	D
04	D	04	D	04	D	04	D
05	D	05	D	05	D	05	D
06	A	06	A	06	A	06	A
07	A	07	A	07	A	07	A
08	A	08	A	08	A	08	A
09	A	09	A	09	A	09	A
10	A	10	A	10	A	10	A
11	C	11	D	11	A	11	D
12	C	12	A	12	C	12	D
13	A	13	D	13	A	13	D
14	D	14	D	14	A	14	A
15	B	15	A	15	C	15	B
16	A	16	C	16	C	16	D
17	B	17	D	17	B	17	B
18	D	18	B	18	D	18	C
19	C	19	ANULADA	19	A	19	A
20	B	20	A	20	D	20	ANULADA
21	D	21	A	21	B	21	D
22	C	22	D	22	A	22	C
23	B	23	C	23	D	23	D
24	A	24	C	24	C	24	B
25	B	25	D	25	B	25	A
26	B	26	C	26	A	26	A
27	A	27	D	27	D	27	D
28	D	28	B	28	D	28	A
29	A	29	A	29	D	29	B
30	D	30	D	30	B	30	A

EDITAL COMPLEMENTAR Nº010 AO EDITAL DE ABERTURA

GABARITOS PRELIMINARES

ENFERMEIRO	**PROFESSOSR ANOS INICIAIS ENSINO FUNDAMENTAL**	**PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL**	**PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA**				
QUESTÃO	ALTERNATIVA	QUESTÃO	ALTERNATIVA	QUESTÃO	ALTERNATIVA	QUESTÃO	ALTERNATIVA
01	C	01	C	01	C	01	C
02	B	02	B	02	B	02	B
03	D	03	D	03	D	03	D
04	D	04	D	04	D	04	D
05	D	05	D	05	D	05	D
06	A	06	A	06	A	06	A
07	A	07	A	07	A	07	A
08	A	08	A	08	A	08	A
09	A	09	A	09	A	09	A
10	A	10	A	10	A	10	A
11	D	11	D	11	D	11	D
12	A	12	B	12	B	12	A
13	D	13	A	13	D	13	C
14	B	14	D	14	B	14	C
15	B	15	D	15	B	15	A
16	D	16	C	16	D	16	B
17	D	17	A	17	ANULADA	17	D
18	C	18	ANNULADA	18	D	18	A
19	A	19	B	19	A	19	B
20	D	20	D	20	D	20	A
21	B	21	B	21	D	21	A
22	A	22	C	22	C	22	B
23	A	23	A	23	D	23	C
24	D	24	B	24	D	24	C
25	C	25	D	25	B	25	C
26	C	26	C	26	C	26	B
27	D	27	A	27	D	27	D

28	C	28	C	28	A	28	D
29	A	29	A	29	D	29	B
30	B	30	B	30	C	30	A

EDITAL COMPLEMENTAR Nº010 AO EDITAL DE ABERTURA

GABARITOS PRELIMINARES

FISCAL DE TRIBUTOS		ODONTÓLOGO		TECNICO EM ENFERMAGEM		PROFESSOR/MATEMÁTICA	
QUESTÃO	ALTERNATIVA	QUESTÃO	ALTERNATIVA	QUESTÃO	ALTERNATIVA	QUESTÃO	ALTERNATIVA
01	C	01	C	01	C	01	C
02	B	02	B	02	B	02	B
03	D	03	D	03	D	03	D
04	D	04	D	04	D	04	D
05	D	05	D	05	D	05	D
06	A	06	A	06	A	06	A
07	A	07	A	07	A	07	A
08	A	08	A	08	A	08	A
09	A	09	A	09	A	09	A
10	A	10	A	10	A	10	A
11	A	11	D	11	D	11	D
12	B	12	A	12	A	12	B
13	C	13	A	13	B	13	A
14	C	14	A	14	A	14	D
15	A	15	A	15	D	15	A
16	A	16	D	16	D	16	A
17	B	17	C	17	B	17	B
18	D	18	A	18	D	18	D
19	D	19	B	19	C	19	B
20	D	20	D	20	A	20	D
21	C	21	C	21	D	21	A
22	A	22	B	22	A	22	B
23	A	23	C	23	B	23	B
24	D	24	B	24	A	24	B
25	A	25	C	25	D	25	C
26	D	26	A	26	B	26	A
27	D	27	C	27	D	27	D
28	B	28	B	28	D	28	B
29	D	29	D	29	C	29	C
30	B	30	D	30	D	30	A

EDITAL COMPLEMENTAR Nº010 AO EDITAL DE ABERTURA

GABARITOS PRELIMINARES

PROFESSOR I / II		PROFESSOSR/ HISTO-RIA		PROFESSOR/ GEOGRA-FIA		PROFESSOR LINGUA PORTU-GUESA	
QUESTÃO	ALTERNATIVA	QUESTÃO	ALTERNATIVA	QUESTÃO	ALTERNATIVA	QUESTÃO	ALTERNATIVA
01	C	01	C	01	C	01	C
02	B	02	B	02	B	02	B
03	D	03	D	03	D	03	D
04	D	04	D	04	D	04	D
05	D	05	D	05	D	05	D
06	A	06	A	06	A	06	A
07	A	07	A	07	A	07	A
08	A	08	A	08	A	08	A
09	A	09	A	09	A	09	A
10	A	10	A	10	A	10	A
11	D	11	D	11	D	11	D
12	B	12	B	12	A	12	B
13	A	13	A	13	A	13	A
14	D	14	D	14	D	14	D
15	D	15	A	15	A	15	A
16	C	16	A	16	A	16	A
17	A	17	B	17	B	17	B
18	ANULADA	18	D	18	D	18	D
19	B	19	B	19	B	19	B
20	D	20	D	20	D	20	D
21	B	21	D	21	A	21	B
22	C	22	D	22	A	22	B
23	A	23	A	23	C	23	C
24	B	24	A	24	B	24	C
25	D	25	C	25	D	25	C
26	C	26	B	26	D	26	C
27	A	27	B	27	D	27	A
28	C	28	B	28	D	28	C
29	A	29	D	29	C	29	D
30	B	30	C	30	A	30	D

EDITAL COMPLEMENTAR Nº010 AO EDITAL DE ABERTURA

GABARITOS PRELIMINARES

ASSISTENTE SOCIAL		ESCAVADEIRA HIDRÁULICA		RETRO ESCAVADEIRA		PA CARREGADEIRA	
QUESTÃO	ALTERNATIVA	QUESTÃO	ALTERNATIVA	QUESTÃO	ALTERNATIVA	QUESTÃO	ALTERNATIVA
01	C	01	C	01	C	01	C
02	B	02	B	02	B	02	B
03	D	03	D	03	D	03	D
04	D	04	D	04	D	04	D
05	D	05	D	05	D	05	D
06	A	06	A	06	A	06	A
07	A	07	A	07	A	07	A
08	A	08	A	08	A	08	A
09	A	09	A	09	A	09	A
10	A	10	A	10	A	10	A
11	A	11	D	11	D	11	D
12	C	12	C	12	C	12	C
13	A	13	A	13	A	13	A
14	B	14	A	14	A	14	A
15	B	15	C	15	C	15	C
16	B	16	D	16	D	16	D
17	C	17	D	17	D	17	ANULADA
18	D	18	A	18	D	18	D
19	D	19	A	19	A	19	D
20	A	20	A	20	D	20	A
21	D						
22	B						
23	C						
24	B						
25	A						
26	C						
27	C						
28	D						
29	D						
30	A						

EDITAL COMPLEMENTAR Nº010 AO EDITAL DE ABERTURA

GABARITOS PRELIMINARES

AAE/LIMPEZA		AAE/EDUCAÇÃO INFANTIL		AUXILIAR CONSULTORIO ODONTOLÓGICO		AAE/TRANSPORTE ESCOLAR/APOIO DO SUS MOTORISTA DE AMBULÂNCIA/MOTORISTA	
QUESTÃO	ALTERNATIVA	QUESTÃO	ALTERNATIVA	QUESTÃO	ALTERNATIVA	QUESTÃO	ALTERNATIVA
01	C	01	C	01	C	01	C
02	B	02	B	02	B	02	B
03	D	03	D	03	D	03	D
04	D	04	D	04	D	04	D
05	D	05	D	05	D	05	D
06	A	06	A	06	A	06	A
07	A	07	A	07	A	07	A
08	A	08	A	08	A	08	A
09	A	09	A	09	A	09	A
10	A	10	A	10	A	10	A
11	C	11	B	11	C	11	C
12	A	12	A	12	B	12	D
13	C	13	C	13	D	13	C
14	C	14	B	14	D	14	D
15	B	15	A	15	C	15	D
16	D	16	A	16	D	16	D
17	C	17	D	17	B	17	B
18	D	18	B	18	D	18	D
19	B	19	A	19	D	19	A
20	A	20	D	20	C	20	D
21	A	21	D	21	D		
22	B	22	A	22	D		
23	C	23	C	23	D		
24	D	24	A	24	B		
25	D	25	C	25	C		
26	D	26	B	26	A		
27	D	27	A	27	C		
28	C	28	A	28	D		
29	D	29	B	29	A		
30	C	30	D	30	B		

EDITAL COMPLEMENTAR Nº010 AO EDITAL DE ABERTURA

GABARITOS PRELIMINARES

APOIO DO SUS/LIMPEZA	AAE/NUTRIÇÃO		
QUESTÃO	ALTERNATIVA	QUESTÃO	ALTERNATIVA
01	C	01	C
02	B	02	B
03	D	03	D
04	D	04	D
05	D	05	D
06	A	06	A
07	A	07	A
08	A	08	A
09	A	09	A
10	A	10	A
11	C	11	A
12	A	12	D
13	C	13	D
14	C	14	D
15	B	15	A
16	D	16	C
17	C	17	B
18	D	18	A
19	B	19	D
20	A	20	A
21	A	21	C
22	B	22	B
23	C	23	A
24	D	24	A
25	D	25	B
26	D	26	A
27	D	27	B
28	C	28	D
29	D	29	B
30	C	30	A

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 106, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto na Lei Municipal nº. 1.177, de 27 de junho de 2007 e alterações posteriores,

Considerando o Memorando nº 021/2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social, datado de 10 de janeiro de 2017,

Considerando a necessidade administrativa e o interesse público,

R E S O L V E

1. ***NOMEAR,*** a partir desta data,a Senhora ***DUCENA GONZAGA DOS SANTOS***, portadora do RG nº. 1394451-7 SSP/MT e CPF nº. 928.388. 121-49 para compor o Conselho Tutelar de Campo Novo do Parecis, em conformidade com o Edital de Convocação nº 001/2017, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

2. O mandato se dará no período de 10 de janeiro de 2017 a 10 de janeiro de 2020.

Gabinete da Prefeita Municipal Interina de Campo Novo do Parecis, aos 10 dias do mês de janeiro de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Memorando nº 041, de 09 de janeiro de 2017, proveniente da Secretaria Municipal de Administração,

Considerando a Instrução Normativa nº 14/2009, Versão 01, do Sistema de Controle Interno,

R E S O L V E

1. ***AUTORIZAR***, a partir desta data, o servidor da Secretaria Municipal de Administração, para conduzir os veículos que sejam compatíveis com a categoria da Carteira Nacional de Habilitação, bem como observando o vencimento da mesma. **2.** O servidor/condutor autorizado é encontrado na relação abaixo descrita:

Nome do Condutor(a)	Cargo/Modalidade	CPF
Alison Caetano de Conto Moreira	Agente Administrativo	045.136.911-40

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 10 dias do mês de janeiro de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EDITAL COMPLEMENTAR N° 007/2016

EDITAL COMPLEMENTAR N° 007/2016 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO nº 001/2016, ONDE SE TORNA PÚBLICO O RESULTADO DA ANÁLISE DOS RECURSOS, NOTA FINAL DA PROVA DE TÍTULOS E RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.

AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS

SEDE MUNICÍPIO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	NOTA
1	GESIANE ATONINA DOS SANTOS DA CRUZ	044.239.951-07	83,5
2	ADRIANA SANTOS DE LIMA SILVA	888.032.952-91	83
3	UELBERT DE JESUS BORGES	087.127.425-62	83
4	MARCIO NASCIMENTO OLIVEIRA	011.665.311-63	77
5	SILVANA APARECIDA PAULINO	988.851.971-91	75,5
6	VALMIRA FERREIRA DO AMARAL	780.328.142-72	73
7	LEANDRO RAFAEL VILARINHO NOBRE	006.214.691-22	73
8	JOSENILDA BARROS SOBRAL	040.275.114-09	73
9	JOEL SOUZA LIMA JUNIOR	018.763.792-00	73
10	VANESSA RODRIGUES DE ARAUJO	502.221.041-04	72,5
11	ELQUENE PRATES RIBEIRO NUNES PEREIRA	017.293.461-38	71,5
12	VANUZA GLERIAN OLIVEIRA	013.424.031-69	68,5
13	MARIA APARECIDA GOMES DE SOUZA	312.920.032-00	67
14	ZILENE LEONEL DA SILVA	013.289.771-70	65,5
15	AMANDA PEREIRA DOS SANTOS	012.539.835-26	65
16	ARIELA ROCHA PEREIRA	014.383.961-63	64,5
17	ANA MARIA DIAS ZARATE	001.777.461-65	62
18	NALUANA LUBIA VIEIRA DE SOUZA	046.902.461-57	61,5
19	SILVANIA ACIOLE MACEDO	051.968.191-69	59
20	NAFLAVIA DA SILVA AZEVEDO	902.890.801-34	58
21	IVANI MARIA DA SILVA MENEZES	046.496.844-55	57,5
22	ANA LUCIA PESSOA DE OLIVEIRA	020.089.905-83	57
23	RODRIGO CONSOLARI NOGARA	062.606.541-03	55,5
24	ANDREIA MARQUES DA SILVA	606.830.703-47	55
25	MARLI APARECIDA LUVIZETO	883.923.689-91	55
26	MARIA LUZIA DA SILVA	106.778.274-58	53,5
27	PEDRO PAULO OLIVEIRA DOS PASSOS	054.617.471-08	53
28	PATRICIA REGINA DE ALMEIDA BARROS	039.366.021-40	52,5
29	SUSANA DA SILVA ARAVA	013.584.441-02	51
30	VALQUIRIA CRISTINA POSSENTI	046.913.731-28	51
31	MARCIA GONÇALVES DE MORAES	013.216.671-27	50
32	KEVIN WILKER DEMARCHI	041.297.321-96	49
33	MARCILEI CRISTINA DREHER	028.468.461-97	47
34	VALERIA CRISTINA POSSENTI	044.956.681-10	46,5
35	ANIELLE LOPES DOS SANTOS	107.789.135-22	46

DISTRITO ITANORTE

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	TOTAL
1	BIANCA DA SILVA	048.031.641-42	59
2	ALINE MOREIRA DA SILVA	020.424.391-26	59
3	DAIARA MARINO SOARES	056.468.751-02	51
4	JOSIANE SILVA SANTOS	046.565.581-50	49,5

DISTRITO MARECHAL RONDOM

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	TOTAL
1	GILMARA DA ROCHA MENDES	977.048.141-68	67
2	GABRIELLE DE SOUZA	052.216.991-09	57,5

AGENTE DE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

è **USF. JARDIM DAS PALMEIRAS II**

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	NOTA
1	RENILDA DE MIRANDA LUCIANA	604.346.941-34	79
2	ROSANE REGINA MARQUETO	842608581-49	75,5
3	KEILA RAMOS OUZA	026566491-88	75
4	RAQUEL PEREIRA MARQUES SANTANA	003013941-48	74,5
5	PATRICIA NASCIMENTO BASTOS	056073275-90	74
6	SIMONE DOS REIS BARROS	026852761-06	69
7	VIVIANE MENDES CHAGAS	819.457.871-04	60,5
8	MARIA EVA ALVES BRITO	037562931-90	59
9	PATRICIA PEREIRA ALVES	025.087.991-30	56,5
10	JANILEIDE DE SOUSA ALMEIDA	938444413-87	50
11	GABRIELE MARIANO ROCHA	056878851-61	50

12	ANDREA PEDROZO	030830291-52	47,5

è **(PACS) CENTRO DE SAÚDE**

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	NOTA
1	NEILA ADRIANA DOS SANTOS	992.267.151-49	78,5
2	APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS MEDINA	964.603.851-49	74,5
3	MARIA DO SOCORRO BARBOZA	007439144-57	59,5
4	LUCIANA DA SILVA BARBOZA	019180374-00	54

è **USF. OLENKA**

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	NOTA
1	MARISA CANDIOTTO PRESTES	033.962.699-26	69
2	NILSE MINUSSI	681.548.529-34	57,5
3	ELAINE MIRANDA PESTANA	121675636-80	53
4	TAINA FEITOSA DA SILVA	060.819.611-43	52,5
5	TEREZINHA APARECIDA DE JESUS DA SILVA	459734581-72	50

è **USF. AMAPA**

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	NOTA
1	ROSANE DA SILVA MELO DE LUCAS	940.060.752-00	75,5
2	LORENI DORVALINA RODRIGUES	031313521-59	73,5
3	DANIELI COELHO SANTOS	010.954.271-13	67
4	JULIANA THIESEN MILLANI	014.574.511-23	65
5	IZABEL CRISTINA DA SILVA	021520791-24	63
6	JESSICA BARBOSA DOS SANTOS	042504631-17	62
7	CLEOSANE MARIA DE BARROS GERALDES	486.912.081-04	58

--

à **USF. JARDIM DAS PALMEIRAS I**

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	NOTA
1	JANETE GONÇALVES NUNES	024595971-85	71
2	CLAUDINEIA VELOSO DOS SANTOS	903.920.271-00	70
3	JEMIMA PEREIRA DE OLIVEIRA	062.483.091-83	64
4	ADELAINE RODRIGUES GUALBERTO	019820901-03	57,5
5	DARLAINE FRANCISCA DAS DORES MACEDO	054162021-57	55,5
6	CRISTIELE BATISTA OLIVEIRA	833.423.382-53	52,5
7	VERONICA MARIA DA SILVA	062.151.291-51	52

è **USF. BOA ESPERANÇA**

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	NOTA
1	CRISTIANE DO NASCIMENTO OLIVEIRA	021162221-41	88
2	SILVANA APARECIDA BONEIS	035.788.651-84	73,5
3	JUDIRCENE ALMEIDA DOS SANTOS	392.226.242-20	71
4	JOSEANE DA COSTA SILVA	602.980.323-92	57,5
5	TATIANA ALVES SILVA	038570731-28	55,5
6	CLICIA FERREIRA DOS SANTOS	052.168.581-80	55
7	VIVIANE MARSON DA SILVA	009.155.841-74	54
8	MARIA GERLANE SILVA DOS SANTOS	049150901-40	50,5

è **USF.BEIJA-FLOR**

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	NOTA
1	ROZILENE DA SILVA	985.605.491-53	70
2	MARIA JOSE NASCIMENTO SILVA	007.336.341-33	68
3	FRANCISCA IVONETE ALVES	023.072.121-40	67,5
4	ALEXANDRA DE MELO COSTA	861.632.723-15	65,5
5	MARCIA PAULA DE ASSIS	738.843.752-53	59
6	MARIA APARECIDA DOS SANTOS	966.943.001-15	58,5
7	CARLIM REGINA NIEWENSKI SETTI	021.676.761-07	58
8	FLAVIANA DA SILVA PEREIRA	025186131-70	56,5
9	FRANCIELE VIEIRA DOS ANJOS	018543101-19	54
10	ROSILEIA SERIANI DOS SANTOS	014.902.391-03	52,5
11	SIMONE CASSIANO DOS SANTOS	067.293.344-60	51,5
12	ANA FLAVIA CAMPOS ALVES	032943841-73	45,5

è **USF. NOSSA SENHORA APARECIDA**

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	NOTA
1	ELIANDRA ANDREA BAYERLE	025.975.089-19	74,5
2	CLAUDINEIA DO CARMO RIBEIRO	031.977.751-04	67

3	LOURDES DE ALMEIDA FERREIRA DA SILVA	000.941.381-25	62,5
4	LIZIANE LUDWISNKI FELIPE	009922811-48	62,5
5	CAROLINE FARIAS GARCIA	940.564.042-91	54,5
6	MARLY EDJANE OLIVEIRA SILVA	040121131-27	52,5
7	EDNA SILVA CAMARGO	941107601-78	51,5
8	LUCIANA DIAS BARRETO SOUZA	831886301-15	47,5

è **USF. ITANORTE**

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	NOTA
1	MARIA DE LOURDES ALVES DE ASSUNÇÃO	694.941.421-87	70
2	CARLA AUGUSTA DA SILVA	925.398.151-20	65,5
3	PATRICIA FERREIRA DE OLIVEIRA	044.055.651-12	65,5
4	LUCILENE VIEIRA	957.030.711-00	64
5	GEDSON BENTO FERNANDES DE LIMA	042.616.591-82	63,5
6	DEISY MARTINS SOARES	035.120.191-29	54,5
7	ANTONIA LINDIANE MARQUES DA SILVA	022.806.373-67	47

è **UBS. MARECHAL RONDON**

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	NOTA
1	SIMONE APARECIDA FEITOSA	688501072-34	85,5
2	EDINA CRISTINA VON GROLL LORINI	062948119-96	74
4	ROSILDA DE SOUSA ARRUDA RIBEIRO	885.343.241-15	67,5
3	ROZIELI ALMEIDA DE OLIVEIRA	042018491-04	58,5
5	SILVANA SEBASTIANA FERREIRA	959671331-00	55
6	VANILZA FERNANDES DE SOUSA	960.806.201-20	45,5

Campo Novo do Parecis/MT, 11 de Janeiro de 2017.

ADRIANA SACCHO

Secretária da Comissão Especial de Processo Seletivo

Publico nº 030/2016

Portaria 232/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

MARCELO LISBOA ALBUQUERQUE , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 03 da QUADRA 15, LOCALIZADO NA AV FLORIANOPOLIS, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

GRAZIELLA MOREIRA CASOLA , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 14 da QUADRA 14, LOCALIZADO NA AV FLORIANOPOLIS, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

SEVERIANO CRUZ e esposa , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 13 da QUADRA 01, LOCALIZADO NA AV SÃO PAULO, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

GERCINA SILVA CASTRO , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 17 da QUADRA 02, LOCALIZADO NA RUA BELO HORIZONTE, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

ANGELA FABIANA COPETTI BOHRER e CARMINI FABRIZ , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 01 da QUADRA 03, LOCALIZADO NA AV CURITIBA, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

ESCOLA DE PRIMEIRO GRAU PROGRESSO LTDA , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 05 da QUADRA 05, LOCALIZADO NA AV MATO GROSSO, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

ESCOLA DE PRIMEIRO GRAU PROGRESSO LTDA , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 06 da QUADRA 05, LOCALIZADO NA AV MATO GROSSO, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

ESCOLA DE PRIMEIRO GRAU PROGRESSO LTDA , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 07 da QUADRA 05, LOCALIZADO NA AV MATO GROSSO, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

ESCOLA DE PRIMEIRO GRAU PROGRESSO LTDA , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 08 da QUADRA 05, LOCALIZADO NA AV MATO GROSSO, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

ESCOLA DE PRIMEIRO GRAU PROGRESSO LTDA , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 19 da QUADRA 05, LOCALIZADO NA AV MATO GROSSO, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

ESCOLA DE PRIMEIRO GRAU PROGRESSO LTDA , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 20 da QUADRA 05, LOCALIZADO NA AV MATO GROSSO, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 005, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA A SERVIDORA MUNICIPAL CLEONICE VOOS KUMBIER PARA SER RESPONSÁVEL EM CONJUNTO COM O CHEFE DO PODER EXECUTIVO PELA MOVIMENTAÇÃO DE TODAS AS CONTAS VINCULADAS A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear a partir de 02 de Janeiro do corrente ano, a Senhora **CLEONICE VOOS KUMBIER**, portadora da cédula de identidade Nº 0527983-6 SJ/MT, inscrita no CPF sob Nº 363.014.771-20, para ser responsável em conjunto com o Chefe do Poder Executivo pela movimentação de todas as contas vinculadas a Prefeitura Municipal de Campo Verde, com os seguintes poderes: 009 - EMITIR CHEQUES; 010 - ABRIR CONTAS DE DEPOSITO; 011 - AUTORIZAR COBRANCA; 018 - UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES; 020 - RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO; 026 - SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS; 027 - REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES; 030 - EFETUAR TRANSFERÊNCIAS E PAGAMENTOS POR QUALQUER MEIO; 031 - AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERACOES; 036 - RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS; 038 - ENDOSSAR CHEQUE; 094 - SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES; 095 - CANCELAR CHEQUES; 096 - BAIXAR CHEQUES; 098 - EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS; 099 - CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS; 104 - EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO; 105 - EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO; 117 - EFETUAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO RPG; 119 - LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO/AASP; 126 - EMITIR COMPROVANTES; 128 - EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE- MEIO ELETRONICO; 133 - ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO; 149 - ASSINAR INSTRUMENTO DE CONVÊNIO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 09 dias do mês de Janeiro de 2017.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Cumpra-se, registra-se e publique.

GILMAR ZITO PRATI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 004, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA A SERVIDORA MUNICIPAL LEILA SILVIA CAMILO PARA SER RESPONSÁVEL EM CONJUNTO COM O CHEFE DO PODER EXECUTIVO PELA MOVIMENTAÇÃO DE TODAS AS CONTAS VINCULADAS A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear a partir de 02 de Janeiro do corrente ano, a Senhora **LEILA SILVIA CAMILO**, portadora da cédula de identidade Nº 4.754.175-1 SSP/PR, inscrita no CPF sob Nº 567.234.071-72, para ser responsável em conjunto com o Chefe do Poder Executivo pela movimentação de todas as contas vinculadas a Prefeitura Municipal de Campo Verde, com os seguintes poderes: 009 - EMITIR CHEQUES; 010 - ABRIR CONTAS DE DEPOSITO; 011 - AUTORIZAR COBRANCA; 018 - UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES; 020 - RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO; 026 - SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS; 027 - REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES; 030 - EFETUAR TRANSFERÊNCIAS E PAGAMENTOS POR QUALQUER MEIO; 031 - AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERACOES; 036 - RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS; 038 - ENDOSSAR CHEQUE; 094 - SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES; 095 - CANCELAR CHEQUES; 096 - BAIXAR CHEQUES; 098 - EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS; 099 - CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS; 104 - EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO; 105 - EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO; 117 - EFETUAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO RPG; 119 - LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO/AASP; 126 - EMITIR COMPROVANTES; 128 - EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE- MEIO ELETRONICO; 133 - ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO; 149 - ASSINAR INSTRUMENTO DE CONVÊNIO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 09 dias do mês de Janeiro de 2017.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Cumpra-se, registra-se e publique.

GILMAR ZITO PRATI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 01/2017

EXTRATO DO CONTRATO N° 01/2017.

DA ESPÉCIE: Obras e serviços de engenharia.

DO OBJETO: Pavimentação, iluminação e construção de pista de skate para compor a praça do Complexo Esportivo.

DO VALOR: R$ 222.674,97 (duzentos e vinte e dois mil e seiscentos e setenta e quatro reais e noventa e sete centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão: 5 - Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos; Unidade: 1 – Departamento de Estradas e Serviços Rodoviários; Centro de Custo: 5100 - Departamento de Estradas e Serviços Rodoviários; Fonte: Recursos do Fundo de Transporte e Habitação. Fethab.

Despesa: 127 – 05.01.2.086.4.4.90.51.99.00.00.00 – Obras e Instalações.

DA VIGÊNCIA: 10/01/2017 à 09/07/2017.

ASSINAM: DIRCEU MARTINS COMIRAN – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e ELIAS DIAS TERRAS 28609689204 / CONTRATADO..

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO CONCURSO PÚBLICO 001/2016 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006/2017

A Presidenta da Comissão Organizadora do Concurso Público do Município de Campos de Júlio – MT, nos termos dos itens 9.9 e 9.10 do Edital nº. 001/2016, visando atender ao princípio da publicidade, e;

RESOLVE:

I – Comunicar aos candidatos que devido a Prorrogação do período de inscrição, a Homologação Final dos Candidatos conforme o cronograma estava previsto para 10/01/2017, devido a esta prorrogação as inscrições serão homologadas no dia 17/01/2017.

II – Comunicar aos candidatos que a aplicação das provas objetivas será no dia 29 de janeiro de 2017.

III - Comunicar os candidatos que os demais Itens do Edital 001/2016, permanecem inalterados.

Campos de Júlio - MT, em 10 de janeiro de 2017.

PRISCILA ZANETTI FAGUNDES CECHINEL

Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2017

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, torna público que está realizando processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS, sob o nº 01/2017, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando selecionar a melhor proposta para contratação de 01 (um) profissional farmacêutico para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, em estrita observância aos termos do edital e seus anexos.

A data de abertura está designada para 27/01/2017, às 08h00 (oito horas) do horário local, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Av. Valdir Masutti, nº 779W, Bom Jardim.

Os interessados poderão adquirir o edital e seus anexos na Prefeitura Municipal, no Departamento de Licitações e Contratos, mediante o pagamento da taxa não reembolsável R$ 37,70, ou gratuitamente através de meios digitais (pen drive, CD, e-mail etc).

Quaisquer informações, entrar em contato pelo telefone (65) 3387 – 2800 ou pelo e-mail licitacao5@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 11 de janeiro de 2017.

Eric Rodrigo Pettenan

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

PORTARIA N. 036/2017

PORTARIA N. 036/2017, de 10 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE GERENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. **ADALTO MALTA PEREIRA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 394.590, emitido por SSP/GO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 253.445.361-00, para exercer o cargo de **GERÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos financeiros a 02 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de janeiro de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

ATO ADMINISTRATIVO DELEGATÓRIO DE PODERES PARA A MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS DO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT.

ATO ADMINISTRATIVO DELEGATÓRIO DE PODERES PARA A MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS DO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT.

A Caixa Econômica Federal - CEF

Agência: 3437, Confresa – MT.

O **MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o n. 37.465.200/0001-20, com sede situada a Avenida Áurea Tavares de Amorim, s/n. Centro, na cidade de Canabrava do Norte – MT, por seu representante legal, excelentíssimo senhor Prefeito Municipal **JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 011.173.691-96, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1563807-3, SEJUS/MT, residente e domiciliado à Rua 21 de Abril, Qd. 71, Lt. 08, centro, Canabrava do Norte – MT, na data de 02 de janeiro de 2017, concede poderes específicos ao **TESOUREIRO**, Sr. **NEUTE SEVERINO DE ALENCAR**, brasileiro, convivente em união estável, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1693699-0, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 011.095.851-95, residente e domiciliado à Avenida Pedro Ferreira da Luz, s/n, centro, Canabrava do Norte – MT , nomeado pela Portaria n. 002/2017 e embasada na Lei Orgânica Municipal – Lei n. 001/1993, de 15/08/1993, para assinar CONJUNTAMENTE com o prefeito as transações bancárias das contas-correntes junto à Caixa Econômica Federal – CEF, conforme critérios abaixo:

SEMPRE CONJUNTAMENTE COM O PREFEITO – Sr. JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Abrir e encerrar constas de depósitos; Emitir Cheques; Solicitar saldo e extratos; Requisitar talonário de cheques; Endossar cheques; Cancelar cheques; Baixar cheques; Sustar, contra-ordenar cheques; Efetuar resgates/aplicações financeiras; Efetuar saques conta corrente; Cadastrar, alterar e desbloquear senhas; Efetuar pagamento por meio eletrônico; Efetuar transferência por meio eletrônico; Efetuar transferências para mesma titularidade – meio eletrônico; Liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro; Encerrar contas de depósito; Consultar contas/aplic. Programa repasse recursos.

Gabinete do Prefeito, em 10 de janeiro de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

ATO ADMINISTRATIVO DELEGATÓRIO DE PODERES PARA A MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS DO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT.

ATO ADMINISTRATIVO DELEGATÓRIO DE PODERES PARA A MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS DO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT.

Ao Banco do Brasil S/A

Agência: 3989-6, Confresa – MT.

O **MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o n. 37. 465.200/0001-20, com sede situada a Avenida Áurea Tavares de Amorim, s/n. Centro, na cidade de Canabrava do Norte – MT, por seu representante legal, excelentíssimo senhor Prefeito Municipal **JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 011.173.691-96, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1563807-3, SEJUS/MT, residente e domiciliado à Rua 21 de Abril, Qd. 71, Lt. 08, centro, Canabrava do Norte – MT, na data de 02 de janeiro de 2017, concede poderes específicos ao **TESOUREIRO**, Sr. **NEUTE SEVERINO DE ALENCAR**, brasileiro, convivente em união estável, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1693699-0, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 011.095.851-95, residente e domiciliado à Avenida Pedro Ferreira da Luz, s/n, centro, Canabrava do Norte – MT , nomeado pela Portaria n. 002/2017 e embasada na Lei Orgânica Municipal – Lei n. 001/1993, de 15/08/1993, para assinar CONJUNTAMENTE com o prefeito as transações bancárias das contas-correntes junto ao Banco do Brasil S/A, conforme critérios abaixo:

SEMPRE CONJUNTAMENTE COM O PREFEITO – Sr. JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Abrir e encerrar constas de depósitos; Emitir Cheques; Solicitar saldo e extratos; Requisitar talonário de cheques; Endossar cheques; Cancelar cheques; Baixar cheques; Sustar, contra-ordenar cheques; Efetuar resgates/ aplicações financeiras; Efetuar saques conta corrente; Cadastrar, alterar e desbloquear senhas; Efetuar pagamento por meio eletrônico; Efetuar transferência por meio eletrônico; Efetuar transferências para mesma titularidade – meio eletrônico; Liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro; Encerrar contas de depósito; Consultar contas/aplic. Programa repasse recursos.

Gabinete do Prefeito, em 10 de janeiro de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 013/2017

PORTARIA N. 013/2017, de 10 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO DE RELAÇÕES PUBLICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. **ZENILTON AUGUSTO DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1946543-2, emitido por SJSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 030.767.051-13, para exercer o cargo de **SECRETÁRIO EXECUTIVO DE RELAÇÕES PÚBLICAS**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos financeiros a 02 de janeiro de 2017,revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de janeiro de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 014/2017

PORTARIA N. 014/2017, de 10 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. **WILLIAM VIANA SABINO**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1233074, emitido por SSP/GO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 252.633.581-72, para exercer o cargo de **SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos financeiros a 02 de janeiro de 2017,revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de janeiro de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 015/2017

PORTARIA N. 015/2017, de 10 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE OUVIDORA GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr.**LILIANE SILVA SOUZA**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1861251-2, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 020.830.621-83, para exercer o cargo de **OUVIDORA GERAL DO MUNICÍPIO**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,retroagindo os seus efeitos financeiros a 02 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de janeiro de 2017.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 016/2017

PORTARIA N. 016/2017, de 10 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COORDENADORA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr.**DAIANE SIRQUEIRA DIAS**, brasileira, solteira, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 2099640-3, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 018.574.831-70, para exercer o cargo de **COORDENADORA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos financeiros a 02 de janeiro de 2017,revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de janeiro de 2017.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 017/2017

PORTARIA N. 017/2017, de 10 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COORDENADORA DE RECURSOS HUMANOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. **ROSANIA PEREIRA RAMOS**, brasileira, solteira, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 4880934, emitido por SSP/GO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 025.236.521-61, para exercer o cargo de **COORDENADORA DE RECURSOS HUMANOS**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,retroagindo os seus efeitos financeiros a 02 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de janeiro de 2017.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 018/2017

PORTARIA N. 018/2017, de 10 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ASSESSOR DE PLANEJAMENTO, ESTUDOS E PROJETOS - ASPLAN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr.**MARCOS ANTONIO LOPES DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 2304882, emitido por SSP/BA, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 545.855.621-68, para exercer o cargo de **ASSESSOR DE PLANEJAMENTO, ESTUDOS E PROJETOS - ASPLAN**, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços públicos e urbanismo – SINSPU, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,retroagindo os seus efeitos financeiros a 02 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de janeiro de 2017.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 019/2017

PORTARIA N. 019/2017, de 10 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E COMÉRCIO - SEDEC DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. **ANTONIO DA FONSECA CABRAL**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 001.065.734, emitido por SSP/MS, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 125.616.491-72, para exercer o cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E COMÉRCIO**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos financeiros a 02 de janeiro de 2017,revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de janeiro de 2017.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 020/2017

PORTARIA N. 020/2017, de 10 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO DO PREFEITO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. **LOURISMAR ROBERTO DE BRITO**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 209854-01, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 025.917.091-73, para exercer o cargo de **SECRETÁRIO EXECUTIVO DO PREFEITO**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos financeiros a 02 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de janeiro de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 021/2017

PORTARIA N. 021/2017, de 10 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA LOCAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pelo art. 83º, inciso V, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei n.º 8.666/93, com alteração introduzida pela Lei n.º 8. 883/94 e,

CONSIDERANDO a necessidade de locação de imóveis para instalações de alguns órgãos públicos municipais;

CONSIDERANDO que os imóveis disponibilizados deverão atender as condições mínimas necessárias, para o seu funcionamento;

CONSIDERANDO a necessidade de que as locações venham a ser concretizadas com valores dentro dos patamares praticados no município;

RESOLVE:

Art. 1º. ficam designados para constituir a presente Comissão Especial de Avaliação de Imóveis para Locação, os seguintes membros: Sr. **SILSON PORTO AGUIAR**, brasileiro, servidor público municipal, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 2241733-8, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 042.012.061-06 que a *presidirá*, Sr. **WESLEY FERREIRA MARTINS**, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1682165-8, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 004.764.571-73, que exercerá a função de *secretário* e pelo Sr. **ANTONIO DA FONSECA CABRAL**, brasileiro, solteiro servidor público municipal, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 001065734, emitido por SSP/MS, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 125.616.491-72, que exercerá a função de *membro*.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de janeiro de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 022/2017

PORTARIA N. 022/2017, de 10 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COORDENADOR DE ESPORTE E LAZER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. **ADBALDO NUNES MILHOMEM**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 4557401, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 792.458,701-20, para exercer o cargo de **COORDENADOR DE ESPORTE E LAZER**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos financeiros a 02 de janeiro de 2017,revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de janeiro de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 023/2017

PORTARIA N. 023/2017, de 10 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COORDENADORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. **JOSIANE PEREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 2183294-3, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 047.131.621-08, para exercer o cargo de **COORDENADORA DO POSTO DE IDENTIFICAÇÃO**, tendo como funções emitir Carteira de Identificação Civil – CI/RG, emitir CTPS e título de eleitor, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos financeiros a 02 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de janeiro de 2017.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 024/2017

PORTARIA N. 024/2017, de 10 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COORDENADORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. **DIOMARA NEVES DE SOUZA**, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 2100517-6, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 046.660.991-40, para exercer o cargo de **COORDENADORA DA UNIDADE MUNICIPAL DE SERVIÇOS CONVENIADA – USC**, tendo como funções emitir Carteira de Identificação Civil – CI/RG, emitir CTPS e título de eleitor, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos financeiros a 02 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de janeiro de 2017.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 026/2017

PORTARIA N. 026/2017, de 10 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ARTICULAÇÃO SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr.**JOSIMAR RIBEIRO DE SOUSA**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 268.890, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 405.523.811-87, para exercer o cargo de **SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ARTICULAÇÃO SOCIAL**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos financeiros a 02 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de janeiro de 2017.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 027/2017

PORTARIA N. 027/2017, de 10 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COORDENADOR DE PATRIMÔNIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. **SILSON PORTO AGUIAR**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 2241733-8, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 042.012.061-06, para exercer o cargo de **COORDENADOR DE PATRIMÔNIO**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos financeiros a 02 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de janeiro de 2017.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 028/2017

PORTARIA N. 028/2017, de 10 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COORDENADOR DO TRANSPORTE ESCOLAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. **EUDES FERREIRA DA SILVA**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 17805635, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 001.473.751-50, para exercer o cargo de **COORDENADOR DO TRANSPORTE ESCOLAR**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos financeiros a 02 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de janeiro de 2017.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 029/2017

PORTARIA N. 029/2017, de 10 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COORDENADORA DE EMPENHO, REGISTRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. **NATALINA CARDOSO DA SILVA**, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1682200-5, emitido por SSP/MT, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 006.763.091-00, para exercer o cargo de **COORDENADORA DE EMPENHO, REGISTRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos financeiros a 02 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de janeiro de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 030/2017

PORTARIA N. 030/2017, de 10 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COORDENADORA DE FINANÇAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. **ADELIANE VIANA DA SILVA RODRIGUES**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 2054661-0, emitido por SSP/MT, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 028.565.241-92, para exercer o cargo de **COORDENADORA DE FINANÇAS**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos financeiros a 02 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de janeiro de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 031/2017

PORTARIA N. 031/2017, de 10 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. **CLEVER ALEX ARAÚJO DE MEDEIROS**, brasileiro, divorciado, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 3180893, emitido por DGPC/GO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 555.258.731-68, para exercer o cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos financeiros a 02 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de janeiro de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 032/2017

PORTARIA N. 032/2017, de 10 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. **MOISÉS PEREIRA DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1563901-0, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 513.949.871-53, para exercer o cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA - SEMAA**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos financeiros a 02 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de janeiro de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 033/2017

PORTARIA N. 033/2017, de 10 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COORDENADOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr.**WESLEY FERREIRA MARTINS**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1682185-8, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 004.764.571-73, para exercer o cargo de **COORDENADOR DE PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E WEB SITE**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos financeiros a 02 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de janeiro de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 034/2017

PORTARIA N. 034/2017, de 10 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE GERENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr.**DIOGO GOMIDE AZEVEDO CURY**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 3665897, emitido por SSP/GO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 841.645.061-72, para exercer o cargo de **GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos financeiros a 02 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de janeiro de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 035/2017

PORTARIA N. 035/2017, de 10 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE GERENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr.**DOMINGOS DIAS PINTO**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 2.280.107, emitido por SSP/GO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 388.910.771-00, para exercer o cargo de **GERÊNCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos financeiros a 02 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de janeiro de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 037/2017

PORTARIA N. 037/2017, de 10 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COORDENADOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. **LEOCIVÂNIO ROCHA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 3087722-2, emitido por SSP/PA, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 655.447.222-34, para exercer o cargo de **COORDENADOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos financeiros a 02 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de janeiro de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 038/2017

PORTARIA N. 038/2017, de 10 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE GERENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr.**FRANCISCO LIRA DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 0397240, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 442.039.412-87, para exercer o cargo de **GERENTE DE MANUTENÇÃO, RECUPERAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA RURAL**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos financeiros a 02 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de janeiro de 2017.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 039/2017

PORTARIA N. 039/2017, de 10 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO DE COMUNICAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr.**LUIZ ANTÔNIO DA SILVA RIBEIRO**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 0748082-2, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 486.994.031-00, para exercer o cargo de **SECRETÁRIO EXECUTIVO DE COMUNICAÇÃO**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos financeiros a 02 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de janeiro de 2017.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 040/2017

PORTARIA N. 040/2017, de 10 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE GERENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra.**POLIANA QUEIROZ DE SOUSA**, brasileira, solteira, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1682139-4, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 964.728.201-04, para exercer o cargo de **GERENTE DE CONTROLE, REGULAÇÃO, AVALIAÇÃO E AUDITORIA**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos financeiros a 02 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de janeiro de 2017.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 041/2017

PORTARIA N. 041/2017, de 10 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIA CHEFE DE GABINETE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra.**CLEUZA MARIA ALECRIM DE JESUS**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 6102139, emitido por SSP/GO, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 373.195.905-49, para exercer o cargo de **SECRETÁRIA CHEFE DE GABINETE**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos financeiros a 02 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de janeiro de 2017.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 042/2017

PORTARIA N. 042/2017, de 10 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COORDENADORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra.**MARIA DA CONCEIÇÃO FREIRES RODRIGUES**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1.984.472, emitido por SSP/DF, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 949.624.991-49, para exercer o cargo de **COORDENADORA DE ELABORAÇÃO DE CONTRATOS**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos financeiros a 02 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de janeiro de 2017.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

CÂMARA
PORTARIA N° 05/2017

DE 09 DE JANEIRO DE 2017

"Revoga Portaria que trata da concessão de gratificação a Servidora do Poder Legislativo do município de Canarana - MT".

O presidente da Câmara Municipal de Canarana/MT, senhor Ederson Porsch, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhes são conferidas;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 13/2015 de 09 de janeiro de 2015 que trata do **pagamento de gratificação** sobre os vencimentos da servidora **Zelma Moreira da Silva**, ocupante do cargo de Agente Administrativa por ser encarregada de serviços de alta complexidade, com base na Lei Complementar nº 121/2014 de 28 de março de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação por afixação em local de costume.

Sala da Presidência, 09 de janeiro de 2017.

Ederson Porsch

Presidente

CÂMARA
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL REFERENTE AO CONTRATO 003/2014,QUE FAZEM ENTRE SI DE UM LADO A CAMARA MUNICIPAL DE CANARANA E DO OUTRO A EMPRESA ACPI INFORMÁTICA, PARA O FIM QUE A SEGUIR DECLARA.

A **Câmara Municipal de Canarana**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Rio Grande do Sul, n° 217 – Centro, em Canarana – MT, CEP: 78640-000 devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob o n° 02.575.599/0001-17 neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Presidente **Francisco Cavalcante**, portador do R.G. n° 0688012-6 SSP/MT e inscrito no CPF do Ministério da Fazenda sob nº 594.397.341-91, vem através do presente, **RESCINDIR UNILATERALMENTE O CONTRATO ADMINISTRATIVO** n° 003/2014 e aditivos, firmados com a empresa ACPI – Assessoria, Consultoria, Planejamento e Informática, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob n° 36.879.070/0001-09 e Inscrição Estadual sob n° 13.374.302-0 estabelecida à Rua G, n° 01 – Setor Norte – Morada do Ouro – Cuiabá – MT, CEP: 78053-260, representado neste ato pelo seu Diretor Financeiro Senhor **OSVALDO PEREIRA LEITE**, brasileiro, casado, Economista, residente à Rua das Orquídeas, n°495, Bairro Jardim Cuiabá, CEP: 78020-000, Cuiabá – MT, portador da Cédula de Identidade R.G. n°040466 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob n° 039.203.301-10, mediante as cláusulas a seguir :

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 - A rescisão contratual em questão encontra amparo no dispositivo dos artigos, 77, 78 inciso I c/c 79 inciso I, da Lei Federal n° 8.666/93, bem como as cláusulas sexta e oitava do Contrato 003/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

2.1- A rescisão contratual foi feita por ato unilateral da Administração, segundo o dispositivo supramencionado. É prerrogativa da administração pública rescindir, unilateralmente, o contrato administrativo pelo não cumprimento de cláusulas contratuais por parte da contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA JUSTIFICATIVA

3.1 – A rescisão contratual deve-se ao fato da contratada descumprir com as suas obrigações impostas, fato esse, comprovado pelos relatórios mensais de acompanhamento do contrato, bem como pelos ofícios enviados a contratada, onde informam o não funcionamento dos sistemas locado.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – Fica rescindido o contrato a partir da data de assinatura deste termo de rescisão contratual, passando a ter eficácia após a publicação, conforme o dispositivo no § 1°, do artigo 109, da Lei de Licitações vigente.

Canarana – Mato Grosso, 11 de Janeiro de 2017.

_____

Ederson Porsch

Presidente

CÂMARA
PORTARIA N° 03/2017

DE 09 DE JANEIRO DE 2017

"Revoga Portaria que trata da concessão de gratificação a Servidor do Poder Legislativo do município de Canarana - MT".

O presidente da Câmara Municipal de Canarana/MT, senhor Ederson Porsch, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhes são conferidas;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 10/2015 de 02 de janeiro de 2015 que trata do **pagamento de gratificação** sobre os vencimentos do servidor **Cristian Estevan Lorenzetti Finato**, ocupante do cargo de Analista em Comunicação Social por ser encarregado de serviços de alta complexidade com base na Lei Complementar nº 121/2014 de 28 de março de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação por afixação em local de costume.

Sala da Presidência, 09 de janeiro de 2017.

Ederson Porsch

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 382/2016.

De 10 de Janeiro de 2017.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fabio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **ERNANI LUIZ MÜLLER**, servidor no cargo de Fiscal Obras e Posturas para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 001/2017 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2017,** que tem por Objeto o **Contratação emergencial de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza urbana e coleta de lixo no município de Canarana-MT.**

Art. 2º **-** *Nomear* **MARCIANO MENDES DE OLIVEIRA**, servidor no cargo de Fiscal Obras e Posturas, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Art. 4º - Revogam -se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 10 de Janeiro de 2017**.**

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 033/2017.

De 10 de Janeiro de 2017.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fabio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **ERNANI LUIZ MÜLLER**, servidor no cargo de Fiscal Obras e Posturas para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 001/2017 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2017,** que tem por Objeto o **Contratação emergencial de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza urbana e coleta de lixo no município de Canarana-MT.**

Art. 2º - *Nomear***MARCIANO MENDES DE OLIVEIRA**, servidor no cargo de Fiscal Obras e Posturas, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Art. 4º - Revogam -se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 10 de Janeiro de 2017**.**

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

CÂMARA
PORTARIA N° 04/2017

DE 09 DE JANEIRO DE 2017

"Revoga Portaria que trata da concessão de gratificação a Servidora do Poder Legislativo do município de Canarana - MT".

O presidente da Câmara Municipal de Canarana/MT, senhor Ederson Porsch, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhes são conferidas;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 11/2015 de 02 de janeiro de 2015 que trata do **pagamento de gratificação** sobre os vencimentos da servidora **Elisa Laurent Tigre Bianchessi**, ocupante do cargo de Agente Administrativo por ser encarregada de serviços de baixa complexidade com base na Lei Complementar nº 121/2014 de 28 de março de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação por afixação em local de costume.

Sala da Presidência, 09 de janeiro de 2017.

Ederson Porsch

Presidente

GABINETE
PORTARIA Nº 023/2017

De 06 de janeiro de 2017.

Nomeia Servidora para Cargo em Comissão.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 029/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatutos dos Funcionários Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Thatiana Timo Carneiro dos Santos** para exercer o cargo de Secretária Executiva do Conselho Municipal de Assistente Social, cargo de Provimento em Comissão constante no Anexo I da Lei Complementar n°115/2013 de 14 de outubro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT,06 de janeiro de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - PREVICAN
EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2017

Contratante: Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Canarana - MT

Contrato: 001/2017

Data: 10/01/2017

Contratado: **STAF SISTEMAS LTDA - EPP**

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o licenciamento, em caráter emergencial, da licença de uso de sistemas de gestão pública, adiante especificados, bem como suporte técnico necessário a operacionalização destes sistemas, pelo tempo necessário à ultimação de processo licitatório tendente à regularização desta contratação:

Contabilidade Pública (Método de Partidas Dobradas);

Folha de Pagamento;

Controle de Patrimônio Público.

Valor: 1.940,60 (um mil novecentos e quarenta reais e sessenta centavos) mensais.

Vigência: 10/04/2017

CÂMARA
PORTARIA N° 02/2017

DE 09 DE JANEIRO DE 2017

"Revoga Portaria que trata da concessão de gratificação a Servidora do Poder Legislativo do município de Canarana - MT".

O presidente da Câmara Municipal de Canarana/MT, senhor Ederson Porsch, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhes são conferidas;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 09/2015 de 02 de janeiro de 2015 que trata do **pagamento de gratificação** sobre os vencimentos da servidora **Rosani Avelino dos Santos**, ocupante do cargo de Zeladora por ser encarregada de serviços de baixa complexidade com base na Lei Complementar nº 121/2014 de 28 de março de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação por afixação em local de costume.

Sala da Presidência, 09 de janeiro de 2017.

Ederson Porsch

Presidente

CÂMARA
PORTARIA N° 01/2017

DE 03 DE JANEIRO DE 2017

"Dispõe sobre a exoneração de servidora do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Canarana".

O presidente da Câmara Municipal de Canarana/MT, senhor Ederson Porsch, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhes são conferidas;

Resolve:

Art. 1º - Exonera a partir de 03 de Janeiro de 2017, a Sra. **Eliane Ursula da Silva**, portadora da cédula de identidade RG. Nº. 197918-7 SSP/MT e do CPF Nº. 027.187.721-90, do cargo de **Assessora de Gabinete da Presidência** da Câmara Municipal de Canarana, que faz parte dos cargos em Comissões de acordo com o Anexo I, da Lei Complementar 121/2014, de 28 de Março de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação por afixação em local de costume.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canarana, MT – 03 de Janeiro de 2017.

Ederson Porsch

Presidente

GABINETE
PORTARIA Nº 029/2017.

De 09 de Janeiro de 2017.

Dispõe sobre a Nomeação dos Membros para compor a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Canarana- MT, e dá outras Providências.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidores públicos municipais para compor a **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, que fica assim composta:

Presidente: Nair Bernardi

Secretária: Marceli Teresinha Thomas Costa

Membro: Magda Patrícia Andolhe

Suplente:Ezequias Magalhães de Lima.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº160/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 09 de janeiro de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria.

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo de Dispensa de Licitação nº 001/2017

Ratifico o ato que dispensou licitação, com fundamento no art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93, a favor da empresa **CASTRO & CASTRO SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 21.743.490/0001-96, estabelecida na Avenida 136, nº 761, QD. F44 LT. 02E, Sala b184, 18º andar, Edif. Nasa Business Style – Setor Sul, Goiânia/GO, Cep: 74.093-250**,** no valor total de **R$ 296.190,53 (duzentos e noventa e seis mil, cento e noventa reais e cinquenta e três centavos)**, para a **contratação emergencial de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza urbana e coleta de lixo no município de Canarana-MT**, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Viação e Obras Publicas.

Canarana-MT, 11 de janeiro de 2017.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal.

CÂMARA
CONVOCAÇÃO

Canarana – MT, 11 de janeiro de 2017.

Ofício nº 005/2017

Prezado Senhor,

Vimos pelo presente convocar Vossa Senhoria para que forneça a este Legislativo Declaração de Desincompatibilidade, Declaração Pública de Bens Cópia da Diplomação e cópia de todos seus documentos pessoais.

Solicitamos para que seja breve, pois no dia 12 de janeiro de 2017, estará tomando posse como Vereador desta Casa de leis.

Sendo o que nos cumpre comunicar, aproveitamos da oportunidade para reiterar votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Ederson Porsch.

Presidente

Ilmo. Sr.

Mauro de Souza Vieira

Nesta Cidade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.º 982/2017.

SÚMULA: "AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT A RATIFICAR O PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRAM OS MUNICÍPIOS DE CARLINDA/MT, ALTA FLORESTA/MT, APIACÁS/MT, NOVA BANDEIRANTES/MT, NOVA MONTE VERDE/MT E PARANAÍTA/MT – VISANDO A ADEQUAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, PREFEITA MUNICIPAL DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art.1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a adequação do Município de Carlinda - MT no Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós, conforme o texto anexo, firmado entre os Municípios de Alta Floresta/MT, Apiacás/MT, Nova Bandeirantes/MT, Nova Monte Verde/MT, Paranaíta/MT e Carlinda/MT com a finalidade de adequar o Consórcio, sob a forma de sociedade civil, com personalidade jurídica de direito público.

Art.2º. Os entes Consorciados poderão ceder servidores públicos na forma e condições de cada Município.

Art.3º. O Estatuto do Consórcio disporá sobre a organização e o funcionamento de cada um dos seus órgãos constitutivos.

Art.4º. O Poder Executivo Municipal destinará recursos financeiros necessários para cumprimento do contrato do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós, cujo valor deverá ser consignado na Lei Orçamentária Anual, em conformidade com o disposto no **art.8º, da Lei nº. 11.107/2005**.

§ 1º. Fica autorizado a assinatura do contrato de rateio que será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não superior ao das dotações que o suportam.

§ 2º. É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferência ou operações de crédito.

§ 3º. Os entes Consorciados isolados ou em conjunto, bem como o Consórcio Público, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

§ 4º. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº. 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes Consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente Consorciado em conformidade com os elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

§ 5º. Poderá ser excluído do Consorcio Público, após prévia suspensão, o ente Consorciado que não consignar em suas Leis Orçamentárias futuras ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

Art. 5º. A retirada do ente Consorciado do Consorcio Público dependerá de ato formal de seu representante na assembléia geral, na forma previamente disciplinada no protocolo de intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós.

Parágrafo único. Os bens destinados ao Consórcio Público pelo Consorciado que se retirar somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão no contrato de consórcio público ou no instrumento de transferência ou alienação.

Art.6º. A alteração ou extinção do Consorcio Público dependerá de instrumento aprovado pela assembléia geral, ratificado mediante lei por todos os entes Consorciados.

Art.7º. Aplica-se ao Consórcio Público o dispositivo na Constituição Federal. Lei nº. 11.107, de abril de 2005 e Decreto nº. 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Art.8º. Esta Lei entrará em vigor a partir de sua publicação.

Art.9º. Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 10 de janeiro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

TEXTO ANEXO

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE

SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS

P R E Â M B U L O

Os Municípios do Estado de Mato Grosso, em especial, os Municípios de Alta Floresta, Apiacás, Carlinda, Nova Bandeirantes, Nova Monte Verde e Paranaíta tem procurado uma alternativa para promover a integração de ações, programas e projetos no sentido de buscar e acelerar o desenvolvimento da saúde pública em favor de suas populações, o que os levou a realizar uma série de estudos.

Os estudos concluíram que a melhor solução é a que implementa a cooperação federativa entre referidos Municípios de modo que, autorizada legalmente a gestão associada através de Constituição e Implantação de Consórcio Intermunicipal, possa prestar os serviços públicos com mais eficiência nos territórios dos seis Municípios.

Os entendimentos entre os seis Municípios concluíram que o mais adequado é que essa cooperação fosse operacionalizada por meio da constituição de consórcio intermunicipal.

À vista disso, estes entes federativos iniciaram processo de negociação, onde ficou definida a criação de uma entidade intermunicipal de direito público, com atribuição de planejar, regular e integrar as ações de gestão dos serviços públicos citados de interesse de cada Município, serviços este, hoje, prestados pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós, por intermédio de Leis já devidamente aprovadas e sancionadas pelos respectivos Poderes Executivos Municipais.

Por outro lado, tem-se a promulgação da Lei Federal nº. 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências, a qual criou um ambiente normativo favorável para a cooperação entre os entes federativos, permitindo que sejam utilizados com segurança os institutos previstos no artigo 241 da Constituição Federal, na redação da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998.

Em vista do exposto, **O MUNICÍPIO DE ATA FLORESTA, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, O MUNICÍPIO DE CARLINDA, O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES, O MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE E O MUNICÍPIO DE PARANAÍTA**

D E L I B E R A M

Os entendimentos entre os seis Municípios concluíram que o mais adequado é que essa cooperação fosse operacionalizada por meio da constituição de consórcio intermunicipal.

À vista disso, estes entes federativos iniciaram processo de negociação, onde ficou definida a criação de uma entidade intermunicipal de direito público, com atribuição de planejar, regular e integrar as ações de gestão dos serviços públicos citados de interesse de cada Município.

Adequar o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS – CISRAT,** o qual reger-se-á pelo disposto na Lei nº. 11. 107, de 6 de abril de 2005, e respectivo regulamento por seus estatutos e pelos demais atos que adotar.

Para tanto, os representantes legais de cada um dos entes federativos acima mencionados subscrevem o presente

P R O T O C O L O D E I N T E N Ç Õ E S

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

CAPÍTULO I

DO CONSORCIAMENTO

CLÁUSULA PRIMEIRA. Subscrevem o Protocolo de Intenções:

I – O **MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA/MT,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. **15.023.906/0001-07**, com sede na Avenida Ariosto da Riva, n.º 3.391, Canteiro Central, CEP: 78580-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal;

II – O **MUNICÍPIO DE APIACÁS/MT,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. **01.321.850/0001-54**, com sede na Avenida Brasil, n.º 1059, Centro, CEP: 78595-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal;

III – O **MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. **01.617.905/0001-78**, com sede na Avenida Tancredo Neves, s/n, Centro, CEP: 78587-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal;

IV – O **MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. **33.683.822/0001-73**, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneguel, n.º 62, CEP: 78565-000, neste ato representado por sua Prefeita Municipal;

V – O **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. **37.465.556/0001-63**, com sede na Avenida Manoel Rodrigues de Souza, s/n.º, CEP: 78593-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal;

VI – O MUNICÍPIO DE PARANAÍTA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. **03.239.043/0001-12**, com sede na Rua Alceu Rossi, s/n.º, Centro, CEP: 78590-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal

PARÁGRAFO ÚNICO. Consideram-se subscritores todos os Municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios mencionados nos incisos do **caput** desta cláusula.

CLÁUSULA SEGUNDA. O Protocolo de Intenções, após sua ratificação pelos Municípios converter-se-á em Contrato de Consórcio, ato de adequação do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS – CISRAT.**

§ 1º. Somente permanecerá consorciado o Município subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei.

§ 2º. A subscrição pelo Chefe do Poder Executivo não induz a obrigação de ratificar, cuja decisão pertence, soberanamente, ao Poder Legislativo.

§ 5º. O Município não designado no Protocolo de Intenções não poderá integrar o Consórcio, salvo por meio de instrumento de alteração do Contrato de Consórcio.

CAPÍTULO II

TÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE

CLÁUSULA QUARTA – O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS - CISRAT é pessoa jurídica de direito público, do tipo Órgão Público Autônomo Municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO. O Consórcio possui personalidade jurídica desde sua criação e se adequará mediante a vigência das leis de ratificação dos Municípios subscritores do Protocolo de Intenções.

CLÁUSULA QUINTA. O Consórcio vigorará por prazo indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA. A sede do Consórcio é o Município de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso.

PARÁGRAFO ÚNICO. A Assembléia Geral do Consórcio, mediante decisão de 2/3 (dois terços) dos consorciados, poderá alterar a sede.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

CLÁUSULA SÉTIMA. São objetivos do Consórcio:

I - Organizar o sistema Microrregional de Saúde;

II - Implantar e/ou desenvolver ações e serviços preventivos e assistenciais de abrangência microrregional;

III - Implantar e/ou desenvolver serviços assistenciais necessários;

IV - Garantir o sistema de referência e contra-referência, através da integração dos serviços assistenciais, numa rede hierárquica e descentralizada de atendimento;

V - Representar o Conjunto dos municípios que o integram, em assuntos de interesse comum, na área de saúde perante quaisquer outras entidades, em especial as demais esferas do Governo.

VI - Assessorar o município consorciado na organização do seu sistema municipal de saúde.

VII - viabilizar investimentos de maior complexidade que aumentem a resolutividade das ações e serviços de saúde na área de abrangência do Consórcio, priorizando dentro do possível a resolutividade instalada;

VIII- garantir o controle popular no setor saúde da região, pela população dos municípios consorciados;

IX - representar o conjunto dos municípios que o integram em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades públicas ou privadas;

X - racionalizar os investimentos de compras, bem como os de uso de serviços de saúde na região da abrangência do CISRAT;

XI - planejar, adotar e executar programas e medidas destinadas a promover a saúde dos habitantes dos municípios consorciados e implantar serviços;

XII – realizar a compra de serviços de consultas médicas especializadas e de exames clinicos a pedido dos municípios consorciados, através de uma central de compras, utilizando-se, para tanto, de processo de licitação ou pregão presencial, com o propósito de reduzir o custo dos mesmos;

XII – adquirir e ou receber em doações bens que entender necessários ao seu pleno funcionamento;

XIII – fazer cessão de bens mediante convênio ou contrato com os municípios consorciados ou entidades sem fins lucrativos;

XIV – compartilhamento ou uso em comum de instrumentos e equipamentos, inclusive de gestão, de manutenção, de informática, de pessoal técnico e de procedimentos de licitação e de admissão de pessoal.

§ 1° - O CISRAT implementará os objetivos elencados nos incisos X e seguintes na medida da necessidade, por deliberação do Conselho Diretor.

§ 2° - Os municípios consorciados poderão aderir à implementação e execução de todos ou apenas parcelas dos objetivos aprovados pelo Conselho Diretor.

Parágrafo Primeiro. O CISRAT fará gestão associada de serviços públicos de saúde, adquirindo serviços de assistência médica, exames, cirurgias e demais procedimentos nas especialidades que a demanda necessitar, bem como compra de medicamentos podendo, para tanto, promover as contratações na forma legal.

Parágrafo Segundo. Qualquer membro do CISRAT, quando adimplente com suas obrigações, poderá exigir o cumprimento das cláusulas do convênio.

Parágrafo Terceiro - Para o cumprimento de suas finalidades, o CISRAT poderá:

I - adquirir os bens que entender necessários, os quais integrarão o seu patrimônio;

II - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos do governo;

III - prestar serviços de qualquer natureza, especialmente na contratação de serviços de consultas médicas especializadas, exames clínicos e na compra de medicamentos e material hospitalar, através de procedimentos legais e a pedido de seus consorciados, bem como assistência técnica, inclusive, recursos humanos e materiais;

IV – promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de interesse público ou necessidade pública ou interesse social realizada pelo Poder Público, devidamente justificadas;

V – emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos, pela prestação de serviços ou pelo uso

ou outorga de uso de bens públicos por eles administrados, ou, mediante autorização específica, pelos municípios consorciados.

VI – promover outros atos e ações devidamente aprovadas por assembléia geral.

CAPÍTULO III

DO CONTRATO DE PROGRAMA

CLÁUSULA OITAVA. Ao CISRAT somente é permitido comparecer a contrato de programa para prestar serviços por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado:

I – sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações;

II – celebrar em nome próprio ou de ente consorciado, contrato de programa para que terceiros venham a prestar serviços ou projetos a ele associados.

§ 1º. O disposto no caput desta cláusula não prejudica que, nos contratos de programa celebrados pelo Consórcio, se estabeleça transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

§ 2º. São Cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo CISRAT as que estabeleçam:

I – o objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;

II – o modo, forma e condições de prestação de serviços;

III – os direitos, garantias e obrigações do titular e do Consórcio, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

IV – a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

V – os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;

VI – as penalidades e sua aplicação;

VII – os casos de extinção;

VIII – os bens reversíveis;

IX – os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao Consórcio relativas aos investimentos que não foram amortizados;

X – a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do Consórcio ao titular dos serviços;

XI – o foro e o modo amigável de solução de controvérsias contratuais.

§ 3º. No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I – os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II – as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III – o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos a sua continuidade;

IV – a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V – a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão administrativa transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI – o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis;

§ 4º. Os bens vinculados aos serviços públicos serão de prioridade da administração direta do município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo Consórcio pelo período em que viger o contrato de programa.

§ 5º. Nas operações de crédito contratadas pelo Consórcio para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

§ 6º. A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento de indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio, por razões de economia de escala ou de escopo.

§ 7º. O contrato de programa continuará vigente nos casos de:

I – o titular se retirar do Consórcio ou da gestão associada, e

II – extinção do consórcio.

§ 8º. Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao Município contratante obedecer fielmente às condições e procedimentos previstos na legislação.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA NONA. O Consórcio será organizado por Estatuto cujas disposições deverão atender a todas as cláusulas do Contrato de Consórcio decorrente da homologação, por Lei, do Protocolo de Intenções.

§ 1º. O estatuto poderá dispor sobre o exercício do poder disciplinar e regulamentar, procedimento administrativo e outros temas referentes ao funcionamento e organização do Consórcio.

§ 2º. Os entes federativos consorciados autorizam o Consórcio a representá-los perante outras esferas de governo nos seguintes assuntos de interesse comum:

I – nos casos de ações delegadas por convênios com instituições federais, na execução de projetos e programas vinculados aos serviços públicos contidos na Cláusula Sétima;

II – nos casos de execução total ou parcial de projetos com financiamento de instituições de crédito vinculados aos serviços supracitados;

III – nos demais casos previstos em Contrato de Consórcio e seu estatuto.

§ 3º. O Estatuto somente poderá ser alterado pelo voto de no mínimo 2/3 (dois terços) dos seus membros, em Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada para tal finalidade.

CAPÍTULO II

DOS ÓRGÃOS

CLÁUSULA DÉCIMA. O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós terá a seguinte estrutura básica:

I – Conselho Diretor

II – Conselho Fiscal

III – Conselho Intermunicipal de Saúde

IV – Secretaria Executiva

Parágrafo Único – Os membros do Conselho Diretor, do Conselho Fiscal e do Conselho Intermunicipal de Saúde não farão jus a qualquer remuneração.

Seção I

Do Conselho Diretor

CLÁUSULA DÉCIMA–PRIMEIRA. O Conselho Diretor é constituído pelos Prefeitos dos Municípios Consorciados.

§ 1º. O Presidente do Conselho Diretor tem que ser um membro nato do Conselho, eleito pelos seus pares para um mandato de 02 (dois) anos.

§ 2º. O Presidente do Conselho Diretor poderá ser reeleito para mais uma gestão após a prestação e aprovação das contas da gestão anterior.

§ 3º. Na mesma ocasião e nas mesmas condições do parágrafo anterior, serão escolhidos os 1º Vice-presidente e 2º Vice-presidente.

§ 4º. O Presidente e os Vice-Presidentes do Conselho deverão ser referendados pela Assembléia Geral.

Seção II

Do Conselho Fiscal

CLÁUSULA DÉCIMA–SEGUNDA. **O Conselho Fiscal é o órgão de controle social e de fiscalização constituído por um representante de cada Conselho Municipal de Saúde a serem indicados pelas respectivas entidades.**

§ 1º - O Conselho Fiscal será presidido por um de seus membros, eleito através de escrutínio secreto para o mandato de 01 (um) ano, após a apreciação de contas do mandato anterior, sendo permitida a reeleição por uma vez, em mandato consecutivo.

§ 2º - Na mesma ocasião e condições do parágrafo anterior, serão escolhidos o Vice-Presidente e o Secretário do Conselho.

§ 3º - Os membros do Conselho Fiscal poderão ser mantidos ou renovados anualmente pelos respectivos Conselhos Municipais de Saúde.

Seção III

Do Conselho Intermunicipal de Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA–TERCEIRA. O Conselho Intermunicipal de Saúde do Consórcio é o órgão que tem por finalidade assegurar a execução das políticas e ações prestadas no Consórcio.

§ 1º - O Conselho Intermunicipal de Saúde é constituído pelos Secretários Municipais de Saúde dos municípios consorciados.

§ 2º - O Conselho Intermunicipal de Saúde reunir-se-á ordinariamente mensalmente, extraordinariamente, mediante solicitação de, no mínimo 1/3 (um terço) de seus membros.

Seção IV

Da Secretaria Executiva

CLÁUSULA DÉCIMA–QUARTA. A Secretaria Executiva é o setor que tem como objetivo executar as atividades do consórcio, constituído pelos seguintes membros: Secretário Executivo, Chefe de Contabilidade, Assessor Jurídico, Chefe Administrativo e Assessor Administrativo, que devem possuir reconhecimento profissional, saber e idoneidade, nos campos de conhecimentos afins com suas atividades, que serão nomeados pelo Presidente do Conselho Diretor.

§ 1º - Os membros da Secretaria Executiva serão remunerados pelo plano de salários e benefícios do CISRAT;

§ 2º - Os membros da Secretaria Executiva poderão ser exonerados a critério do Presidente do Conselho Diretor;

§ 3º - O Secretário Executivo participará da Assembléia Geral, mas não terá direito a voto;

§ 4º - O Secretario Executivo contará com o apoio técnico administrativo de pessoal integrante do quadro de consórcio e/ou cedido pelos municípios consorciados, bem como de cessão de pessoal pertencente aos órgãos componentes do SUS, de acordo com a legislação vigente.

§5º - Os servidores do consórcio serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho e demais normas pertinentes ao vínculo empregatício

CLÁUSULA DÉCIMA–QUINTA. O Consórcio poderá receber servidores administrativos cedidos pelos Municípios consorciados e por outros órgãos públicos para atender novas demandas, conforme o desenvolvimento dos trabalhos, sem ônus para o Consórcio.

CAPÍTULO III

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Seção I

DO FUNCIONAMENTO E DO PROCESSO ELEITORAL

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA. A Assembléia Geral, instância máxima do Consórcio, é órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os Municípios consorciados.

§ 1º. Os Vice-Prefeitos poderão participar de todas as reuniões da Assembléia Geral com direito a voz.

§ 2º. No caso de ausência do Prefeito, o Vice-Prefeito assumirá a representação do Município na Assembléia Geral, inclusive com direito a voto.

§ 3º. O disposto no § 2º desta cláusula não se aplica caso tenha sido enviado representante designado pelo Prefeito, o qual assumirá o direito de voz.

§ 4º. Ninguém poderá representar mais de um consorciado na mesma reunião da Assembléia Geral.

CLÁUSULA DÉCIMA–SÉTIMA. A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado.

PARÁGRAFO ÚNICO. As formas de convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias

serão definidas nos estatutos.

CLÁUSULA DÉCIMA–OITAVA. Cada Município consorciado terá direito a um voto na Assembléia Geral.

PARÁGRAFO ÚNICO. O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade a ente consorciado.

CLAUSULA DÉCIMA–NONA. Os estatutos deliberarão sobre o número de presenças necessário para que sejam válidas as deliberações da Assembléia Geral e, ainda, o número de votos necessários a apreciação de determinadas matérias.

§ 1º. O Conselho Diretor – CD, será eleito em escrutínio aberto ou por aclamação, para o mandato de 2 (dois) anos, permitindo a reeleição para mais um período.

§ 2º. A eleição para os membros do Conselho Diretor será realizada no 5º (quinto) dia útil do mês de dezembro e a posse se dará no primeiro dia útil do mês seguinte.

§ 3º. No primeiro ano dos mandatos dos Prefeitos Municipais, a eleição será realizada na 1ª (primeira) quinzena do mês de janeiro, dando-se posse aos eleitos na mesma reunião.

§ 4º. As inscrições das chapas para o processo eleitoral ocorrerão até as 17 (dezessete) horas do 5º (quinto) dia útil que anteceder a eleição.

§ 5º. Havendo desistência de qualquer membro da chapa apresentada para registro, será o mesmo substituído por indicação da maioria dos membros remanescentes.

§ 6º. O Conselho Diretor – CD designará Grupo de Trabalho Eleitoral – GTE, que coordenará, obedecidas as normas estatutárias e as estabelecidas por este Regimento, os trabalhos do processo eleitoral, tendo as seguintes atribuições acessórias:

a) Receber os requerimentos de registros das chapas;

b) Fazer análise da documentação apresentada e sobre elas emitir parecer;

c) Emitir parecer final sobre os requerimentos de registros de chapas apresentados;

d) Coordenar os trabalhos eleitorais;

e) Proclamar o resultado.

§ 7º. O requerimento de inscrição das chapas, a ser protocolado na sede do CISRAT, deverá conter:

a) Nome dos candidatos, por cargo;

b) Assinatura de todos os membros da chapa;

c) Identificação do município que o candidato representa.

§ 8º. No período compreendido entre 1º (primeiro) de janeiro e o dia da posse da diretoria do Conselho Diretor – CD, eleita para o 1º (primeiro) ano de mandato dos Prefeitos Municipais, a presidência do CISRAT será exercida interinamente pelo Secretário Executivo.

§ 9º. O Secretário Executivo, ao final do exercício da interinidade prevista no caput deste artigo, fará a devida prestação de contas do período, lavando ao conhecimento dos associados no 1º dia útil, após transcorrido o serviço da presidência.

§ 10. Não havendo chapas inscritas, a assembléia do Conselho Diretor – CD escolherá, em sessão específica, uma chapa de consenso.

§ 11. Havendo consenso entre os seus membros, as eleições e demais deliberações dos respectivos Conselhos poderão ser efetivadas por aclamação.

Seção II

Da Composição dos Cargos

CLAUSULA VIGÉSIMA. O quadro de pessoal do CISRAT é composto pelos seguintes grupos de cargos:

I – Cargos de Provimento em Comissão;

II – Contratos temporários em caráter excepcional.

§ 1º. O Grupo de Cargos de provimento em Comissão é constituído pela categoria de Direção, Administração e Assessoramento.

Seção II

Dos Cargos

CLÁUSULA VIGÉSIMA- PRIMEIRA. O CISRAT observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração de contratos, prestação de contas e admissão de pessoal.

§ 1º. A estrutura administrativa do Consórcio, obedecido ao disposto neste Protocolo de Intenções, será composta pelos seguintes cargos de Provimento em Comissão **de livre nomeação/exoneração nos moldes do art. 37, II, *in fine,* da Constituição Federal**:

Cargo	Nº de Vagas	Carga Horária	Remuneração
Secretário Executivo	01	40:00 h	R$ 3.710,00
Secretário Executivo	01	20:00 h	R$ 2.640,00
Chefe de Contabilidade	01	20:00 h	R$ 2.640,00
Assessor Jurídico	01	20:00 h	R$ 2.640,00
Chefe Administrativo	01	40:00 h	R$ 1.900,00
Assessor Administrativo	01	40:00 h	R$ 1.585,00

§ 2º. Para fins de execução de seus serviços o CISRAT poderá contratar através de contratos.

§ 3º. Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, o CISRAT poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos neste Protocolo de Intenções.

§ 4º. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

I – assistência a situações de calamidade pública e de situação de emergência;

II – assistência a emergência em saúde pública;

III – combate a surtos endêmicos;

IV – admissão de pessoal para desenvolver os serviços públicos constantes na Cláusula Sétima deste Protocolo de Intenções.

§ 5º. O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, prescindindo de concurso público.

§ 6º. A contratação para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública e de situação emergencial prescindirá de processo seletivo.

§ 7º. As contratações serão feitas por tempo determinado, observados o prazo de 12 (doze) meses.

I – É admitida a prorrogação do contrato, desde que o prazo não exceda e 02 (dois) anos.

§ 8º. É proibida a contratação, nos termos deste Protocolo de intenções, de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas.

I- Excetua-se do disposto no **caput** deste parágrafo, condicionada à formal comprovação da compatibilidade de horários, desde que o contratado não ocupe cargo efetivo ou emprego permanente em órgão ou entidade da administração pública municipal, federal ou estadual.

II- Sem prejuízo da nulidade do contrato, a infração do disposto neste artigo importará responsabilidade administrativa da autoridade contratante e do contratado, inclusive, se for o caso, solidariedade quanto à devolução dos valores pagos ao contratado.

§ 9º. A remuneração do pessoal contratado nos termos deste Protocolo de Intenções será fixada, em importância não superior ao valor do menor subsídio percebido dentre os Prefeitos dos Municípios consorciados.

§ 10º. O pessoal contratado nos termos deste Protocolo de Intenções não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

§ 11º. O contrato firmado de acordo com este Protocolo de Intenções extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado.

III - pela extinção ou conclusão do projeto, definidos pelo contratante.

§ 12º. O tempo de serviço prestado em virtude de contratação nos termos deste Protocolo de Intenções será contado para todos os efeitos.

§ 13º. As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos deste Protocolo de Intenções serão apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de trinta dias e assegurada ampla defesa.

TÍTULO IV

DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA–SEGUNDA. A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Constituem receitas do Consórcio as provenientes de:

I – contratos de rateio;

II – remuneração pela prestação de serviços;

III – remuneração por atividades de regulação e fiscalização da prestação de serviços delegados;

IV – subvenções recebidas de entes públicos não consorciados;

V – doações;

VI – recursos oriundos de convênios, contratos e programas firmados com entidades públicas ou privadas;

VIII – recursos oriundos de financiamentos e patrocínios;

IX – as rendas eventuais inclusive as resultantes de depósitos e de aplicações financeiras e de capitais;

X – o imposto de renda retido na fonte nos pagamentos que efetuar, incluindo-se como renda os já efetuados no período anterior;

CLÁUSULA VIGÉSIMA–TERCEIRA. O Consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o operador do serviço.

CAPÍTULO II

DA GESTÃO ASSOCIADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA–QUARTA. Os Municípios consorciados autorizam a gestão associada dos serviços constantes nos incisos II a XIV, da Cláusula Sétima.

§ 1º. *A gestão associada autorizada no caput refere-se ao planejamento, à execução, à manutenção e à fiscalização dos serviços supra citados.*

§ 2º. *A gestão associada abrangerá somente os serviços prestados nos territórios dos municípios que ratificarem o Protocolo de Intenções.*

§ 3º. *Exclui-se do caput o território do município a que a lei de ratificação tenha oposto reserva para o excluir da gestão associada de serviços públicos.*

§ 4º. *Para a consecução da gestão associada, os municípios consorciados transferem ao consórcio o exercício das competências de planejamento, execução, contratação, licitação, concessão, permissão, autorização, manutenção e fiscalização da prestação dos serviços públicos citados.*

§ 5º. *As competências cujo exercício se transferiu por meio do caput incluem, entre outras atividades:*

I- O exercício do poder de polícia relativo aos serviços públicos, especialmente a aplicação de penalidades por descumprimento de preceitos administrativos ou contratuais;

II- A elaboração, a avaliação e o monitoramento de planos e projetos e os respectivos orçamentos e especificações técnicas para a execução dos serviços;

III- O acompanhamento e a avaliação das condições de prestação dos serviços públicos.

§ 6º. No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

§ 7º. Anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

I – o investido e o arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios

cruzados;

II – a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

§ 8º. Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – internet.

CAPÍTULO III

DOS CONVÊNIOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA–QUINTA. Com o objetivo de receber transferência de recursos, o Consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA–SEXTA. Fica o Consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA–SÉTIMA. O Consórcio será regido pelo disposto na Lei nº. 11.107, de 6 de abril de 2005; por seu regulamento; pelo Contrato de Consórcio originado pela ratificação do Presente Protocolo de Intenções e pelas leis de ratificação, as quais se aplicam somente aos entes federativos que as emanaram.

CLÁUSULA VIGÉSIMA–OITAVA. A interpretação do disposto neste Contrato deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo e, bem como, aos seguintes princípios:

I – *respeito à autonomia dos entes federativos consorciados*, pelo que o ingresso ou retirada do Consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;

II – *solidariedade*, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio;

III – *eletividade de todos os órgãos dirigentes do Consórcio*;

IV – *transparência*, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de

ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do Consórcio;

V – *eficiência***,** o que exigirá que todas as decisões do Consórcio tenham explícita e prévia

fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA–NONA. Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Contrato.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA. Motivada por incapacidade técnica e material, poderá a Assembléia Geral sobrestar por até cinco anos a aplicação de normas previstas neste Protocolo acerca da prestação de serviços públicos e correspondentes direitos dos usuários, por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros.

TÍTULO VII

DO FORO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-PRIMEIRA. Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio que originar e dos Contratos de Programa por este último autorizado, fica eleito o foro de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso.

Alta Floresta - MT, 03 de janeiro de 2013.

O MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA/MT

O MUNICÍPIO DE APIACÁS/MT

O MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT

O MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT

O MUNICÍPIO DE PARANAÍTA/MT

GABINETE DO PREFEITO
LEI N°. 988/2017

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO AO NÚCLEO DA POLÍCIA MILITAR DO MUNÍCIPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO".

A CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO**, Prefeita Municipal em exercício, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro em favor Unidade CR IX – Núcleo da Polícia Militar instalada no Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º. O auxílio financeiro a ser concedido será de no máximo R$ 8. 000,00 (Oito Mil Reais) durante o exercício de 2017, não podendo ultrapassar o valor de R$ 8.000,00 (oito Mil Reais) mensais, destinados à manutenção e custeio deste Núcleo da Polícia Militar de Carlinda.

Parágrafo Único: As despesas de que se trata o "caput" deste artigo serão destinadas exclusivamente, para complementar as despesas com gêneros alimentícios, de limpeza e de material de expediente, que forem necessárias para regular a legal manutenção do Núcleo da Polícia Militar de Carlinda – MT.

Art. 3º - O policial Militar encarregado de exercer as funções de comandante do Núcleo da Polícia Militar deverá prestar mensalmente, contas do auxílio financeiro recebido do Poder/executivo Municipal, através de relatório pormenorizado das despesas efetivamente realizadas.

Parágrafo primeiro: A prestação de contas deverá ser apresentada até o décimo dia do mês subsequente ao repasse do auxilio financeiro efetuado no mês anterior.

Parágrafo segundo: Somente será efetuado novo repasse mensal do auxílio financeiro de que trata esta lei, mediante a apresentação ao Poder Executivo Municipal da prestação de contas correspondente ao mês anterior, e no prazo fixado no parágrafo primeiro.

Art. 4º - O Auxílio Financeiro será suportado por Dotação Orçamentária já prevista no orçamento anual.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 10 de Janeiro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; torna público que realizará a **LICITAÇÃO** a seguir caracterizada:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

OBJETO DA LICITAÇÃO:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL GASOLINA COMUM E ETANOL, VISANDO ATENDER A DEMANDA DA FROTA MUNICIPAL DE CARLINDA – MT.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 24/01/2017

HORÁRIO: 08:00 HORAS.

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA.

ENDEREÇO:AV. TANCREDO NEVES S/Nº - CENTRO – CARLINDA /MT.

As informações complementares para a retirada da pasta contendo o Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos na Prefeitura, situada na Av. Tancredo de Almeida Neves S/Nº. Cx postal 45, Centro, CEP:78. 587-000 CARLINDA MT, das 07:00 horas às 13:00 horas, maiores informações pelo telefone (66) 3525-2000.

Carlinda/MT, em 11 **de** Janeiro de 201**7**.

DANIELE PAULA MALTEZO

PREGOEIRA OFICIAL

Publique-se

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 73/2017.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇAO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **DESIGNADO** o Senhor **GERALDO SEBASTIÃO DE SOUZA DE DEUS** a dar continuidade a seus trabalhos no cargo de **CHEFE DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO** conforme nomeação através do Decreto Municipal nº 325/2013.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 11 de janeiro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 994/2017

SÚMULA: **"**Autoriza a incluir na Lei 811/2014 o cargo comissionado de Assessor Jurídico, e dá outras providências.**"**

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, PREFEITA MUNICIPAL DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELA SACIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica autorizada a criação do cargo comissionado de Assessor Jurídico para a Câmara Municipal de Carlinda, com carga horária de 10 horas semanais, os quais serão parte integrantes da Lei Municipal nº 811/2014, que trata do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores da Câmara Municipal de Carlinda.

Art. 2º. Esta Lei estabelece a inserção nas tabelas: Anexos I ,III e IV da Lei 811/2014, os cargos criados e respectivas remunerações à Câmara Municipal de Carlinda MT.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à competência do mês de janeiro de 2017, e revoga as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA – MT.

Em, 10 de Janeiro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeitura Municipal

Autoria : Poder Legislativo.

INCLUIR NO ANEXO I DA LEI 811/2014

ANEXO I

CRIAÇÃO DE CARGO

QUADRO DE CARGO DE PROVIMENTO COMISSIONADO

QUADRO DE CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÃO DE CONFIANÇA		
Cargo	**C/H**	**Total de Vagas**
Assessor Jurídico	10 hs	*01*
Total	**-**	**01**

INCLUIR NO ANEXO III DA LEI 811/2014

ANEXO III

DA REMUNERAÇÃO DO CARGO

TABELA DE REMUNERAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO COMISSIONADO

QUADRO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS		
Cargo	**Referência**	**Remuneração**
Assessor Jurídico	*DAS-II*	*R$ 1.700,00*

ANEXO IV

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGO: ASSESSOR JURIDICO	***Símbolo: D A S – I I***

***Provimento:*COMISSIONADO – LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO**

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

a) Ter no mínimo 21 (vinte eu um) anos completos.

b) Instrução: Formação em Nível Superior.

c) Habilitação: com registro na Ordem dos Advogados do Brasil e conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Geral: Carga horária semanal de 10 (dez) horas;

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Sintética: Exercer a coordenação, controle e orientação dos trabalhos da Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Carlinda.

Descrição Analítica: representar a Câmara Municipal em qualquer foro ou Juízo, por delegação específica do Presidente; elaborar pareceres jurídicos em Projetos de Leis, quanto a legalidade e constitucionalidade e eventuais situações de interesse do município; examinar os processos relativos às concessões de licenças e/ou afastamento aos servidores da Câmara Municipal, processos disciplinares, avaliações, e demais processos da Administração de Pessoal, com vista a assegurar a legalidade de concessão de benefícios e/ou penalidades; propor a adoção de medidas que possam uniformizar a instrução dos processos administrativos; prestar assessoramento às unidades da Câmara Municipal, em assuntos de natureza jurídica; Acompanhar o desenvolvimento, nos aspectos técnicos e operacionais dos contratos, e proceder análise e preparação de contratos em que a Câmara Municipal seja parte; elaborar minutas de decretos, projetos de Lei, Projetos de Resoluções, Projeto de Decreto Legislativo, razões de veto e textos para publicação de atos oficiais; organizar e manter atualizado o centro de documentação Jurídica da Câmara; participar de inquéritos administrativos e dar-lhes orientação jurídica conveniente; defender, em juízo ou fora dele, os direitos e interesses da Câmara Municipal de Carlinda; emitir, por escrito, os pareceres que lhes forem solicitados, fazendo os estudos necessários de alta indagação, nos campos da pesquisa da doutrina, da legislação e da jurisprudência, de forma a apresentar um pronunciamento devidamente fundamentado e jurídico; responder as consultas sobre interpretação de textos legislativos, que interessarem a tomada de decisão da Mesa Diretora da Casa; executar tarefas afins de interesse da Câmara Municipal de Carlinda.

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.º 993/2017.

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PARA ATENDER AJUSTES AO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, PREFEITA MUNICIPAL DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELA SACIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a instituir Crédito Adicional Especial na Lei nº 974/2016,Lei de Diretrizes Orçamentária LDO/2017, e no orçamento programa LOA/2017, aprovada pela Lei Municipal nº 980/2016, através da dotação especifica para atender orçamento da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Carlinda.

Art. 2º - O elemento de despesa autorizado por esta lei para receber suplementação no montante total de R$ 6.000,00 (seis mil reais) é o abaixo discriminado:

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários R$ 6.000,00.

Meta Física: Suplementação da dotação de Obras e Instalações, visando melhorias do prédio da Câmara Municipal.

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Vereadores de Carlinda

Unid. Orçament.: 001 – Câmara Municipal

Função: 01 – Legislativa

Sub-Função: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0009 –Gestão do Poder Legislativo

Proj./Atividade: 1.025 – Construção reforma prédio da Câmara Municipal

Cat. Econômica: 4.490.51 –Obras e Instalações

Art. 3º - A inclusão do Crédito Adicional Suplementar descrito no artigo segundo desta Lei encontra respaldo legal no Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, e será anulada da seguinte funcional programática:

Código Geral: 04.001.04.122.0008.1060.3390.39.00.00.00 R$ 1.000,00

04.001.04.122.0008.1059.3390.39.00.00.00 R$ 5.000,00

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA – MT.

Em, 10 de Janeiro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeitura Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 986/2017

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A APAE DO MUNICIPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei**:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com a APAE, para o repasse financeiro no valor de R$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), a ser pagos em 11 (onze) parcelas mensais, até dia 05 do mês, com inicio em 05 de fevereiro de 2016, para o custeio e manutenção de suas atividades.

Art. 2º - O presente repasse financeiro será suportado pela dotação orçamentária já prevista no orçamento anual. Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 10 de Janeiro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 983/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE O VENCIMENTO MÍNIMO DOS SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2.017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, PREFEITA MUNICIPAL DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - A partir de 1º de janeiro de 2.017, a título de ajuste ao disposto no Decreto nº 8.948, de 29 de dezembro de 2016, que regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, o vencimento mínimo dos servidores ocupantes de cargos públicos do Município de Carlinda/MT, é o valor de R$937,00 (novecentos e trinta e sete reais), em consonância ao disposto no artigo 7º, incisos IV e VII, e artigo 39, § 3º, ambos da Constituição Federal.

Art. 2.º - Esta Lei retroagirá seus efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2. 017.

Art. 3.º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 10 de janeiro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 985/2017

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONTRATOS DE LOCAÇÕES DE IMÓVEIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal, Sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar contratos de locações, nos seguintes termos:

I- Locação de imóvel destinado ao funcionamento do Conselho Tutelar do Município de Carlinda, no valor anual de até R$ 12.000,00 (doze mil reais).

a) O presente Contrato de Locação será suportado pela seguinte Dotação Orçamentária: 08.001082430006.2037-3390.36.00.00.00. Fonte de recurso 01.00.00.00.00.

II- Locação de imóvel destinado ao funcionamento do CRAS, no valor atual de até R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

a) O presente Contrato de Locação será suportado pela seguinte Dotação Orçamentária: 06.001.082440006.2018-3390.36.00.00.00. Fonte de recurso 01.00.00.00.00.

III- Locação de imóvel destinado ao funcionamento do CAE, no valor anual de até R$ 12.000,00 (doze mil reais).

a) O presente Contrato de Locação será suportado pela seguinte Dotação Orçamentária: 04.001.041230008.2020-3390.36.00.00.00. Fonte de recurso 01.00.00.00.00.

IV- Locação de imóvel destinado ao funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde, no valor anual de até R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

a) O presente Contrato de Locação será suportado pela seguinte Dotação Orçamentária: 08.001.103010011.2031-3390.36.00.00.00. Fonte de recurso 01.00.00.00.

V- Locação de imóvel destinado ao funcionamento da Capela Mortuária, no valor anual de até R$ 12.000,00 (doze mil reais).

a) O presente Contrato de Locação será suportado pela seguinte Dotação Orçamentária: 06.001.08.2440006.2018-339036.00.00.00. Fonte de recurso 01.00.00.00.00.

Art. 2º - Na formalização dos contratos observar-se-ão os dispositivos constantes da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas a disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA/MT,

Em, 10 de Janeiro de 2017

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 984/2017

SÚMULA: "AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT A FIRMAR CONTRATOS DE RATEIO COM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO VALE DO TELES PIRES – CDIVAT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, PREFEITA MUNICIPAL DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, a firmar Contrato de Rateio com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Teles Pires - CDIVAT ,que possui objeto formalizar entendimentos entre as partes no sentido de unirem esforços e recursos para a execução dos serviços de manutenção e conservação de rodovias, integrantes da malha viária estadual, contida na área geográfica dos Municípios que constituem o Consórcio.

Artigo 2º As dotações orçamentárias para atender as despesas correrão por conta do orçamento programa do exercício de 2.017, e serão deduzidas da seguinte Dotação Orçamentária já prevista no orçamento anual.

Artigo 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em,10 de janeiro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.º 992/2017.

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL PARA ATENDER AJUSTES AO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, PREFEITA MUNICIPAL DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELA SACIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a instituir Crédito Adicional Especial na Lei nº 974/2016,Lei de Diretrizes Orçamentária LDO/2017, e no orçamento programa LOA/2017, aprovada pela Lei Municipal nº 980/2016, através da dotação especifica para atender orçamento da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Carlinda.

Art. 2º - O elemento de despesa criado por esta lei será para atender despesas com Ressarcimento de Despesas com Pessoal Cedido no montante total de R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais).

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários R$ 66.000,00.

Meta Física: Ressarcimento de despesas com pessoal cedido (01) servidor Estadual.

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Vereadores de Carlinda

Unid. Orçament.: 001 – Câmara Municipal

Função: 01 – Legislativa

Sub-Função: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0009 –Gestão do Poder Legislativo

Proj./Atividade: 2.022 – Manutenção do Poder Legislativo

Cat. Econômica: 3.190.96 –Ressarcimento de Despesas com pessoal cedido

Art. 3º - A inclusão do Crédito Adicional Especial descrito no artigo segundo desta Lei encontra respaldo legal no Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, e será anulada da seguinte funcional programática:

Código Geral: 04.001.04.122.0008.10.59.3390.39.00.00.00 R$ 5.000,00

04.001.04.123.0008.2020.3390.39.00.00.00 R$ 61.000,00

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA – MT.

Em, 10 de Janeiro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeitura Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 991/2017

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER A DOAÇÃO DE PASSAGENS A PESSOAS CARENTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei**:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à doação de passagens a pessoas carentes.

I – Poderão ser concedidas passagens a pessoas carentes mediante parecer técnico da Assistente Social.

II - No caso de pessoas carentes, incluídos os transeuntes, verificada a necessidade, a concessão de passagens será efetuada mediante parecer técnico da Assistente Social.

Parágrafo Único – Poderão ser concedidas passagens ao Conselho Tutelar quando solicitadas mediante requerimento para o atendimento de situação emergencial de criança ou adolescente, residentes do município de Carlinda que estejam fora do município de Carlinda/MT ou Alta Floresta/MT.

Art. 2º - Considera-se pessoa carente aquela descrita no Decreto Nº 3.039 de 28 de Abril de 1999, art. 1º, §º.

Art. 3º - Pra atender as despesas decorrentes da execução desta lei, serão utilizados os recursos orçamentários constantes no orçamento vigente.

Art.4º: Esta Lei entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 5º: Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 10 de Janeiro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI N°. 987/2017

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO A DELEGACIA DE POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL DO MUNÍCIPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO".

A CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO**, Prefeita Municipal em exercício, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro em favor da Delegacia de Polícia Judiciária Civil do Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º. O auxílio financeiro a ser concedido será de no máximo R$ 7. 000,00 (Sete Mil Reais) durante o exercício de 2017, não podendo ultrapassar o valor de R$ 7.000,00 (Sete Mil Reais) mensais, destinados à manutenção e custeio da Delegacia de Polícia Judiciária Civil do Município de Carlinda – MT.

.

Parágrafo Único: As despesas de que se trata o "caput" deste artigo serão destinadas exclusivamente, para complementar as despesas com gêneros alimentícios, de limpeza e de material de expediente, que forem necessárias para regular a legal manutenção da Delegacia de Polícia Judiciária Civil do Município de Carlinda – MT.

Art. 3º - O servidor da Polícia Judiciária Civil encarregado de exercer as funções de responsável pela Delegacia de Polícia Judiciária Civil no Município de Carlinda deverá prestar mensalmente, contas do auxílio financeiro

recebido do Poder/executivo Municipal, através de relatório pormenorizado das despesas efetivamente realizadas.

Parágrafo primeiro: A prestação de contas deverá ser apresentada até o décimo dia do mês subsequente ao repasse do auxilio financeiro efetuado no mês anterior.

Parágrafo segundo: Somente será efetuado novo repasse mensal do auxílio financeiro de que trata esta lei, mediante a apresentação ao Poder Executivo Municipal da prestação de contas correspondente ao mês anterior, e no prazo fixado no parágrafo primeiro.

Art. 4º - O Auxílio Financeiro será suportado por Dotação Orçamentária prevista no orçamento anual.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 10 de Janeiro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 990/2017

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ALTERAR A LEI 893/2015 DE 17 DE SETEMBRO DE 2015 QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT.

A CAMARA MUNICIPAL DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUA ATRIBUIÇÕES LEGAIS, APROVOU E EU, **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO**, PREFEITA MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º: Fica o Executivo autorizado a alterar o disposto na Lei 893/2015, com objetivo de criar os seguintes cargos:

I – Assessor de Gabinete (01) vaga, no Anexo III, Grupo dos Cargos Para Servidores em Comissão, Quadro 02, Direção e Assessoramento Intermediário – D A I, carga horária 40 horas, da Lei 893/2015;

II – Chefe de Procuradoria Jurídica (01) vaga, no Anexo III, Grupo dos Cargos Para Servidores em Comissão, Quadro 02, Direção e Assessoramento Intermediário – D A I, com carga horário 40 horas, da Lei 893/2015;

III – Diretor de Patrimônio e Almoxarifado (01) vaga, no Anexo III, Grupo dos Cargos Para Servidores em Comissão, Quadro 03, Direção e Assessoramento Estratégico - D A E, carga horária 40 horas, da Lei 893/2015.

Art. 2º: Fica o Executivo autorizado a alterar o disposto na Lei 893/2015, com o objetivo de alterar os seguintes cargos:

I – Chefe de Gabinete (01) vaga, no Anexo III, Grupo dos Cargos Para Servidores em Comissão, Quadro 02, Direção e Assessoramento Intermediário – D A I, carga horária 40 horas, da Lei 893/2015;

II – Diretor de Departamento (10) vagas, no Anexo III, Grupo dos Cargos Para Servidores em Comissão, Quadro 03, Direção e Assessoramento Estratégico – D A E, carga horária 40 horas, da Lei 893/2015;

III – Coordenador de Departamento (10) vagas, no anexo III, Grupo dos Cargos Para Servidores em Comissão, Quadro 3, Direção e Assessoramento Estratégico – D A E, carga horária 40 horas, da Lei 893/2015;

IV – Chefe de Departamento (15) vagas, no Anexo III, Grupo dos Cargos Para Servidores em Comissão, Quadro 03, Direção e Assessoramento Estratégico – D A E, carga horária 40 horas, da Lei 893/2015.

Art. 3º: As demais disposições da Lei nº. 893/2015 permanecerão em vigor.

Art. 4º: Fica o Executivo autorizado a proceder à reedição da Lei nº. 893/2015, com as alterações da presente Lei.

Art.5º: Esta Lei entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 6º:Revogam-se as disposições em contrário

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT

Em, 10 de janeiro de 2017

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

ANEXO III QUADRO DOS CARGOS PARA SERVIDORES EM COMISSÃO

Quadro 02				
Direção e Assessoramento Intermediário – D A I				
Símbolo	**Vencimento**	**Cargo**	**Hrs /**	**Vagas**
Sem				
DAI	R$ 11. 000,00	Chefe de Procuradoria Jurídica	40h	1
DAI	R$ 6. 700,00	Procurador Geral do Município	40h	1
DAI	R$ 4. 025,00	Controlador Geral do Município	40h	1
DAI	R$ 3. 500,00	Assessor de Gabinete	40h	1
DAI	R$ 3. 500,00	Chefe de Gabinete	40h	1
DAI	R$ 3. 000,00	Chefe de Planejamento Financeiro	40h	1
DAI	R$ 2. 800,00	Assessor de Imprensa e Comunicação	40h	1
DAI	R$ 2. 400,00	Secretário Adjunto	40h	5
DAI	R$ 2. 000,00	Tesoureiro	40h	1
TOTAL DE VAGAS	13			

Quadro 03				
Direção e Assessoramento Estratégico – D A E				
Símbolo	**Vencimento**	**Cargo**	**Hrs /**	**Vagas**
Sem				
DAE	R$ 3. 800,00	Diretor de Patrimônio e Almoxarifado	40h	1
DAE	R$ 2. 000,00	Assessor Técnico	40h	4
DAE	R$ 1. 800,00	Diretor de Departamento	40h	10
DAE	R$ 1. 500,00	Coordenador de Departamento	40h	10
DAE	R$ 1. 200,00	Chefe de Departamento	40h	15
DAE	R$ 1. 000,00	Chefe de Divisão	40h	15
DAE	R$ 900,00	Assessor Operacional de Departamento	40h	20
DAE	R$ 800,00	Monitor de Setor	40h	16
TOTAL DE VAGAS	91			

ANEXO X

PERFIL PROFISSIONAL DOS CARGOS

QUADRO: DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO INTERMEDIÁRIO – D A I
TITULO DO CARGO: CHEFE DE PROCURADORIA JURÍDICA
Requisitos para Provimento: **Idade Mínima:** 21 (vinte e um) anos. **Instrução**: Nível Superior completo em Direito, com devido registro na OAB. **Habilitação:** Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas. **Condições de Trabalho:** **Geral:** Carga horária semanal de 40 horas; **Especial:** Cargo de Dedicação Exclusiva e Tempo Integral, sujeito a trabalho externo, realização de viagens e trabalhos aos sábados, domingos, feriados e atendimento ao público. **Livre Nomeação e Exoneração**

ATRIBUIÇÕES:

a) **Descrição Resumida:** Chefiar e coordenar os trabalhos dos Procuradores Jurídicos e Assistente Jurídico, Representar o Município e prover a defesa de seus interesses, em qualquer instância judicial, nas causas em que for autor, réu, assistente, opoente, terceiro interveniente ou, por qualquer forma, interessado, emitir parecer jurídico, assistindo a administração nas questões atinentes à legalidade dos atos da Administração Pública Municipal afeta a área jurídica.

b) **Descrição Detalhada:** Exercer as funções estratégicas de planejamento, orientação, coordenação, controle e revisão no âmbito de sua atuação, de modo a oferecer condições de tramitação mais rápida de processos na esfera administrativa e decisória, propor, para aprovação do Chefe do Executivo, projetos, programas e planos de metas da Procuradoria Geral do Município, estabelecer o Plano Anual de Trabalho da Pasta; propor aos órgãos competentes a alienação de bens patrimoniais e de material inservível sob administração da Procuradoria Geral do Município, assinar, com vistas à consecução dos objetivos do órgão e respeitada a legislação aplicável, convênios, contratos e demais ajustes com pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, aprovar o Manual de Organização da Procuradoria Geral do Município, Representar o Município em juízo ou fora dele, cabendo-lhe, com exclusividade, receber citações iniciais, notificações, comunicações e intimações de audiências e de sentenças, ou acórdãos proferidos nas ações ou processos em que o Município seja parte ou, de qualquer forma, interessado e naqueles em que a Procuradoria Geral do Município deva intervir, indicar Procurador do Município para, em caráter excepcional, exercer a representação judicial do Município ou de órgão da Administração Indireta, prestar assistência ao Prefeito Municipal em qualquer assunto que envolva matéria jurídica, propor ao Prefeito, aos Secretários Municipais e aos titulares de entidades da Administração Indireta providências de natureza jurídico-administrativa reclamadas pelo interesse público, inclusive a declaração de nulidade ou a revogação de quaisquer atos administrativos, quando conflitantes com a legislação em vigor ou com a orientação normativa estabelecida, recomendar ao Prefeito a arguição de inconstitucionalidade de lei, autorizar a não-propositura e a desistência de ação, a não-interposição de recursos ou a desistência dos interpostos, bem como a não-execução de julgados em favor do Município, sempre que assim o reclame o interesse público ou quando tais medidas se mostrarem contraindicadas ou infrutíferas, reconhecer a procedência de ação judicial movida contra o Município, consentir o ajuste de transação ou acordo e a declaração de compromisso, quitação, renúncia ou confissão em qualquer ação em que o Município figure como parte, orientar a defesa do Município e, sempre que for necessário, dos órgãos da Administração Indireta, determinar a propositura de ações ou medidas necessárias para resguardar os interesses do Município e das entidades da Administração Indireta, avocar, sempre que entender necessário ou que assim o exigir o interesse público, o exame de qualquer ato negocio ou processo administrativo envolvendo os órgãos das Administrações Direta e Indireta, assumindo a defesa do Município se entender conveniente e oportuno.

QUADRO: DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO INTERMEDIÁRIO – D A I

TITULO DO CARGO: ASSESSOR DE GABINETE

Requisitos para Provimento:
Idade Mínima: 21 (vinte e um) anos.
Instrução: Alfabetizado.
Habilitação: Conhecimentos gerais sobre informática, planilhas, internet e telefonia para o pleno desenvolvimento das funções de assessoramento.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Cargo de Dedicação Exclusiva e Tempo Integral, sujeito a trabalho externo, realização de viagens e trabalhos aos sábados, domingos, feriados e atendimento ao público.
Livre Nomeação e Exoneração

Descrição Resumida: Exercer a assessoria politico-administrativas da Prefeitura com os outros entes estaduais e federais pessoalmente ou por meio de entidades que os representem; Coordenar as relações do Executivo com o Legislativo e entes estaduais e federais, providenciando os contatos com os vereadores e outros agentes ocupantes de cargos eletivos, recebendo suas solicitações e sugestões, fazendo-lhes solicitações ou sugestões, encaminhando-as e/ou tomando as devidas providências e, se for o caso, respondendo-as.

QUADRO: DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO ESTRATÉGICO – D A E

TITULO DO CARGO: DIRETOR DE PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO

Requisitos para Provimento:
Idade Mínima: 21 (vinte e um) anos.
Instrução: Alfabetizado.
Habilitação: Conhecimentos gerais sobre patrimônio, almoxarifado, informática, planilhas, internet e telefonia para o pelo desenvolvimento das funções de direção.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Cargo de Dedicação Exclusiva e Tempo Integral, sujeito a trabalho externo, realização de viagens e trabalhos aos sábados, domingos, feriados e atendimento ao público.
Livre Nomeação e Exoneração

Descrição Resumida: Coordenar os trabalhos de almoxarifado, como: recebimento, conferência, estocagem, distribuição, registro e inventário do material, observando normas e instruções e/ou dando orientação a respeito do desenvolvimento desses trabalhos, para manter o estoque em condições de atender as unidades.

Descrição Detalhada: Coordenar e executar serviços de guarda e controle de materiais diversos; participar da política de compra e reposição de material de consumo; participar da política de controle de material de consumo; manter sob sua guarda material de consumo de diversos órgãos da municipalidade; fornecer materiais mediante requisições, verificando as especificações constantes da documentação; efetuar registros de entrada e saída de material em fichas e livros; arrumar o material nas prateleiras; elaborar relatórios, balancetes e inventários de material em estoque e movimentado; desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.

DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO ESTRATÉGICO – D A E

TITULO DO CARGO: DIRETOR DE DEPARTAMENTO

Requisitos para Provimento:
Idade Mínima: 18 (dezoito) anos
Instrução: Alfabetizado.
Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas. Conhecimento em Planilhas, relatórios, atendimento telefônico e internet;
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Cargo de Dedicação Exclusiva e Tempo Integral, sujeito a trabalho externo, realização de viagens e trabalhos aos sábados, domingos, feriados e atendimento ao público.
Livre Nomeação e Exoneração.

DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO ESTRATÉGICO – D A E

TITULO DO CARGO: COORDENADOR DE DEPARTAMENTO

Requisitos para Provimento:
Idade Mínima: 18 (dezoito) anos.
Instrução: Alfabetizado.
Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas. Conhecimento em Planilhas, relatórios, atendimento telefônico e internet;
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Cargo de Dedicação Exclusiva e Tempo Integral, sujeito a trabalho externo, realização de viagens e trabalhos aos sábados, domingos, feriados e atendimento ao público.
Livre Nomeação e Exoneração.

DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO ESTRATÉGICO – D A E

TITULO DO CARGO: CHEFE DE DEPARTAMENTO

Requisitos para Provimento:
Idade Mínima: 18 (dezoito) anos.
Instrução: Alfabetizado.
Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas. Conhecimento em Planilhas, relatórios, atendimento telefônico e internet;
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Cargo de Dedicação Exclusiva e Tempo Integral, sujeito a trabalho externo, realização de viagens e trabalhos aos sábados, domingos, feriados e atendimento ao público.
Livre Nomeação e Exoneração.

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 981/2017

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER A CEDÊNCIA DE IMÓVEL, AO BANCO DO BRASIL S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, PREFEITA MUNICIPAL DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a cedência de imóvel ao Banco do Brasil S/A, pelo período de até 5 (cinco) meses, contados do termino do prazo estipulado na Lei nº 670/2011 e suas alterações, a fim de que seja mantida a Agência do Banco do Brasil S/A no Município de Carlinda.

Art. 2º - No caso de locação do imóvel a ser cedido, o valor máximo a ser despendido à titulo de locação por parte do Município de Carlinda – Estado de Mato Grosso, fica limitado a R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) mensais.

Art. 3º - Ocorrendo a necessidade de adequação do espaço físico do imóvel cedido, necessário ao bom funcionamento da agência bancária, essa será de responsabilidade do Banco do Brasil S/A.

§ 1º - Feitas as adequações necessárias, a restituição do imóvel nas condições originais, ao proprietário, será de responsabilidade do Banco do Brasil S/A.

§ 2º - Todas as despesas inerentes ao imóvel locado e cedido ao Banco do Brasil, necessárias ao funcionamento da agência bancária, serão de responsabilidade do mesmo.

Art. 4º- As despesas com a execução da presente Lei serão suportados pelas Dotações Orçamentárias especificas e vigente, suplementadas se necessário

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 10 de janeiro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 989/2017

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE PARCERIA COM A CASA DE APOIO A FAMÍLIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Parceria com a Casa de Apoio a Família cujo objeto é o atendimento de pacientes usuários do SUS com Tratamento Fora do Domicilio - TFD, para os serviços de hospedagem, alimentação e transporte do local da hospedagem até os hospitais, clínicas e locais de atendimento dos pacientes, **com término em 31 de dezembro de 2017.**

Art. 2º - As despesas com o presente Termo de Parceria não poderão ultrapassar o limite de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e serão suportadas por dotação orçamentária já prevista no orçamento anual.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA/MT,

Em, 10 de Janeiro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 026/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 026/2016, que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT** e a Empresa **TECTONER DO BRASIL LTDA-EPP**, na forma e condições seguintes.

Aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, no Gabinete do Prefeito, foi celebrado o presente Termo Aditivo de Contrato, tendo de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT,** inscrita no CNPJ do MF sob o nº 03.507.530/0001-19, com sede na Rua Tiradentes, nº 166, Centro, neste ato representado por pelo seu Interventor, a Srª. **THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA,** brasileira, viúva, enfermeira, portadora do documento de Identidade n. º 303000 SSP/MT, e inscrita no CPF n.º 171.785.171-15, residente e domiciliada no Município de Chapada dos Guimarães - MT, denominada **CONTRATANTE,** e de outro, a Empresa **TECTONER DO BRASIL LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 03.209.573/0001-18, Inscrição Estadual Nº 000, localizada no endereço, RUA COM. COSTA, Nº 814, bairro CENTRO, CUIABA/MT, CEP: 78005-400, por seu representante legal **RAUL CEZAR SALVADOR**, portador(a) da cédula de identidade RG Nº e inscrito no CPF/MF sob o Nº 027.941.569-93, doravante denominada **CONTRATADA**, alterando as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Das alterações:

Fica aditada a Cláusula Primeira - Do objeto, do Contrato Principal.

O presente contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA DE CARTUCHOS E TONERS PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CHAPADA DS GUIMNARÃES – MT.

ITEM	DESCRIÇÃO	QNT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	RECARGA TONER HP 35 A	225	R$ 49,73	R$ 11.189,25
3	RECARGAR TONER HP 12 A	24	R$ 42,41	R$ 1.017,84
TOTAL	**R$ 12.207,09**			

Valor total do contrato: **R$ 12.207,09 (Doze mil, duzentos e sete reais e nove centavos).**

CLÁUSULA SEGUNDA – Das prorrogações:

Fica aditada a Cláusula Segunda – Do prazo de vigência, do Contrato principal, com prorrogação do prazo de vigência do mencionado aditivo para 10/01//2018, podendo ser prorrogado por igual período por acordo entre as partes. Terá início do presente Termo Aditivo a partir de 10/01/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA–Da Base Legal:

O presente Termo Aditivo tem por fundamento o dispositivo do artigo 57 da Lei 8666/93, e suas alterações, com a presença do interesse público e a conveniência administrativa, em face de se tratar de serviço continuado, como atividade essencial à administração.

CLÁUSULA QUARTA – Da Ratificação

As demais Cláusulas e dispositivos do Contrato Principal e seus Aditivos continuam inalteradas, ratificando-o, no todo, para todos os fins e efeitos.

CLÁUSULA QUINTA – Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Chapada dos Guimarães - MT com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do Presente Contrato, quando não resolvidas por meios administrativos e amigáveis.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma juntamente com as testemunhas abaixo, ratificando todas as demais Cláusulas do contrato primitivo.

Chapada dos Guimarães – MT, 11 de janeiro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

Contratante

TECTONER DO BRASIL LTDA-EPP

RAUL CEZAR SALVADOR

Empresa Adjudicatária

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 027/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2016, que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT** e a Empresa **F.L. AGUIAR - ME**, na forma e condições seguintes.

Aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, no Gabinete do Prefeito, foi celebrado o presente Termo Aditivo de Contrato, tendo de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT,** inscrita no CNPJ do MF sob o nº 03.507.530/0001-19, com sede na Rua Tiradentes, nº 166, Centro, neste ato representado por pelo seu Interventor, a Srª. **THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA,** brasileira, viúva, enfermeira, portadora do documento de Identidade n.º 303000 SSP/MT, e inscrita no CPF n.º 171.785.171-15, residente e

domiciliada no Município de Chapada dos Guimarães - MT, denominada **CONTRATANTE,** e de outro, a Empresa **F.L. AGUIAR - ME,** inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 13.498.158/0001-85, Inscrição Estadual Nº 000000, localizada no endereço, R RUA QUATRO, Nº 19, bairro Jardim Umuarama, Cuiaba/MT, CEP: 78058-599 por seu representante legal **PAULO VICTOR PREZZA REGO,** portador (a) da cédula de identidade RG Nº 13823841 e inscrito no CPF/MF sob o Nº 002.250.931-38, doravante denominada **CONTRATADA**, alterando as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Das alterações:

Fica aditada a Cláusula Primeira - Do objeto, do Contrato Principal.

O presente contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA DE CARTUCHOS E TONERS PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CHAPADA DS GUIMNARÃES – MT.

ITEM	DESCRIÇÃO	QNT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	RECARGA TONER HP 05 A	200	R$ 47,99	R$ 9.598,4
4	RECARGAR TONER BROTHER TN 650/750	120	R$ 59,99	R$ 7. 198,80
5	RECARGA TONER SANSUNGUE 4521	26	R$ 56,00	R$ 2.016,0
TOTAL	**R$ 18.812,80**			

Valor total do contrato: **R$ 18.812,80 (Dezoito mil, oitocentos e doze reais e oitenta centavos).**

CLÁUSULA SEGUNDA – Das prorrogações:

Fica aditada a Cláusula Segunda – Do prazo de vigência, do Contrato principal, com prorrogação do prazo de vigência do mencionado aditivo para 10/01//2018, podendo ser prorrogado por igual período por acordo entre as partes. Terá início do presente Termo Aditivo a partir de 10/01/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA–Da Base Legal:

O presente Termo Aditivo tem por fundamento o dispositivo do artigo 57 da Lei 8666/93, e suas alterações, com a presença do interesse público e a conveniência administrativa, em face de se tratar de serviço continuado, como atividade essencial à administração.

CLÁUSULA QUARTA – Da Ratificação

As demais Cláusulas e dispositivos do Contrato Principal e seus Aditivos continuam inalteradas, ratificando-o, no todo, para todos os fins e efeitos.

CLÁUSULA QUINTA – Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Chapada dos Guimarães - MT com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do Presente Contrato, quando não resolvidas por meios administrativos e amigáveis.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma juntamente com as testemunhas abaixo, ratificando todas as demais Cláusulas do contrato primitivo.

Chapada dos Guimarães – MT, 11 de janeiro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

Contratante

F.L. AGUIAR - ME

PAULO VICTOR PREZZA REGO

Empresa Adjudicatária

GABINETE
ATOS

ATO n° 13/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – NOMEAR o Sr. **JOSÉ MARTINHO FILHO**, para exercer o cargo em comissão de Secretário de Administração do Município de Chapada dos Guimarães-MT.

II – Este Ato entra em vigor na data de publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT,01 de janeiro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

ATO n° 14/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – NOMEAR o Sr. **PAULO ROBERTO BONFIM**, para exercer o cargo em comissão de Secretário de Planejamento do Município de Chapada dos Guimarães-MT.

II – Este Ato entra em vigor na data de publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 01 de janeiro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

ATO n° 15/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SECRETÁRIA DE GOVERNO DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – NOMEAR a Sra. **CLAUDETE CASTRO DE BARROS**, para exercer o cargo em comissão de Secretária de Governo do Município de Chapada dos Guimarães-MT.

II – Este Ato entra em vigor na data de publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 01 de janeiro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

ATO n° 16/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – NOMEAR o Sr. **CARLOS AUGUSTO CARRETONI VAZ**, para exercer o cargo em comissão de Secretário de Saúde do Município de Chapada dos Guimarães-MT.

II – Este Ato entra em vigor na data de publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 01 de janeiro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

ATO n° 17/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – NOMEAR a Sra. **HÉLIA MARIA MOREIRA PACHECO DE MELLO**, para exercer o cargo em comissão de Secretária de Assistência Social do Município de Chapada dos Guimarães-MT.

II – Este Ato entra em vigor na data de publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 01 de janeiro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

ATO n° 18/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – NOMEAR a Sra. **HELLEN CRISTINA XAVIER MOREIRA**, para exercer o cargo em comissão de Secretária de Educação do Município de Chapada dos Guimarães-MT.

II – Este Ato entra em vigor na data da publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 01 de janeiro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

ATO n° 19/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA CHEFE DE GABINETE DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – NOMEAR a Sra. **IZABEL CRISTINA MASSON DA CRUZ**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Gabinete do Município de Chapada dos Guimarães-MT.

II – Este Ato entra em vigor na data da publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 01 de janeiro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

ATO n° 20/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO DE CULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – NOMEAR o Sr. **JORGE LUIZ MARTINS DEFANTI**, para exercer o cargo em comissão de Secretário de Cultura, Turismo e Meio Ambiente do Município de Chapada dos Guimarães-MT.

II – Este Ato entra em vigor na data da publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 01 de janeiro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

ATO n° 21/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – NOMEAR interinamente o Sr. **JOSÉ MARTINHO FILHO**, para exercer o cargo em comissão de Secretário de Finanças do Município de Chapada dos Guimarães-MT.

II – Este Ato entra em vigor na data de publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 01 de janeiro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

ATO n° 22/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO DE OBRAS DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – NOMEAR o Sr. **OSMAR FRONER DE MELLO**, para exercer o cargo em comissão de Secretário de Obras do Município de Chapada dos Guimarães-MT.

II – Este Ato entra em vigor na data de publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 01 de janeiro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

ATO n° 23/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – NOMEAR interinamente o Sr. **OSMAR FRONER DE MELLO**, para exercer o cargo em comissão de Secretário de Agricultura e Assuntos Fundiários do Município de Chapada dos Guimarães-MT.

II – Este Ato entra em vigor na data de publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 01 de janeiro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

ATO n° 24/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA DIRETORA GERAL DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – NOMEAR a Sra. **SARA SUELY ATTILIO CAPOROSSI**, para exercer o cargo em comissão de Diretora Geral do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE do Município de Chapada dos Guimarães-MT.

II – Este Ato entra em vigor na data da publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 01 de janeiro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

ATO n° 26/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO OUVIDOR GERAL DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – NOMEAR o Sr. **WILLIAN JHONY BENITH VIEIRA**, para exercer o cargo em comissão de Ouvidor Geral do Município de Chapada dos Guimarães-MT.

II – Este Ato entra em vigor na data da publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 01 de janeiro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

ATO n° 27/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SECRETÁRIA DE ESPORTE DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – NOMEAR interinamente a Sra. **HELLEN CRISTINA XAVIER MOREIRA**, para exercer o cargo em comissão de Secretária de Esporte e Lazer do Município de Chapada dos Guimarães-MT.

II – Este Ato entra em vigor na data da publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 01 de janeiro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

ATO n° 28/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães – MT,no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – NOMEAR o Sr. **RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO**, para exercer o cargo em comissão de Procurador Geral do Município de Chapada dos Guimarães-MT.

II – Este Ato entra em vigor na data de publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT,01 de janeiro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

GABINETE
ERRATA A PORTARIA Nº.: 001/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

ERRATA A PORTARIA Nº.: 001/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, torna pública a seguinte **ERRATA:**

No corpo do Art. 1º da Portaria nº.: 001/2017, de 02/01/2017, onde se lê:"ADRIELI SUZAMAR DO NASCIMENTO – CHEFE DE GABINETE DO MUNICÍPIO;"

Leia-se: "ADRIELI SUZAMAR DO NASCIMENTO EICKHOFF – CHEFE DE GABINETE DO MUNICÍPIO;"

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 10 de janeiro de 2017

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

GABINETE
PORTARIA Nº.: 013/2017, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº.: 013/2017, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a designação dos servidores para integrarem a Comissão Permanente de Licitação do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e

CONSIDERANDO o disposto no Art. 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os (as) servidores (as) abaixo colacionados (as)para compor a Comissão Permanente de Licitações deste Município:

I - Karla da Silva Miranda;

II - Victor Manoel Monteiro da Silva;

III - Edselma Moreira da Silva.

Art. 2º. A Comissão acima mencionada será presidida pela Sra. Karla da Silva Miranda e secretariada pelo Sr. Victor Manoel Monteiro da Silva.

Art. 3º. A Presidente e o Secretário da Comissão em seus impedimentos e ausências serão substituídos por integrantes da Comissão, observada a ordem sequencial estabelecida nos incisos do Artigo 1º.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º. Esta Portaria entre em vigência na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2017.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 09 de janeiro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

OFÍCIO Nº 002/2017

Ofício nº 002/2017

Cocalinho – MT, 10 de janeiro de 2017.

Ilmo. Sr.

Gerente Agência do Banco do Brasil S/A

Agua Boa – MT

Senhor Gerente,

Venho através deste informar que a Lei municipal nº 116 de 23 de junho de 1993, que institui o Fundo Municipal de Saúde e a Lei de nº 487 de 06 de maio de 2005, que cria o Fundo Municipal de Assistência Social. As mesmas foram publicadas em local de costume.

Sem mas para o momento;

Atenciosamente,

Paulo Sergio Felipe dos Santos

Secretario de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO Nº. 002/2017

"Dispõe sobre os Salários dos Servidores Públicos, dos Trabalhadores Contratados Temporários e dos Benefícios pagos à Pensionistas e Aposentados em virtude do reajuste do Salário Mínimo Nacional, concedido através do Decreto nº. 8.948/2016 de 29 de dezembro de 2016.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, Sr. **NOBORU TOMIYOSHI**, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o que dispõe o "caput" do Artigo 1º do Decreto nº. 8.948, de 29 de dezembro de 2016, com força de Lei, editada pelo Governo Federal, reajustando o salário mínimo nacional a partir de 1º. de Janeiro de 2017, passando de R$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) para R$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais);

Considerando que há no quadro de pessoal, servidores públicos e contratados, além de pensionistas e aposentados que recebem salários básicos e benefícios do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Colíder, respectivamente, cujo valor é inferior ao novo salário mínimo;

Considerando ainda que, não é licito promover o pagamento de salários à pensionista ou aposentado, bem como, aos trabalhadores de forma geral, em valor inferior ao salário mínimo nacional;

DECRETA:

Artigo 1º - Os salários básicos dos servidores públicos, trabalhadores contratados temporários e os benefícios concedidos a pensionistas e aposentados do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Colíder- "PREVI-LIDER" que receberam o valor de R$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), mensais ou valor inferior ao novo salário mínimo estabelecido no Decreto nº. 8.937 de 29 de dezembro de 2016, passam a receber o valor de R$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais);

Artigo 2º - Fica autorizada à Secretaria Municipal de Gestão Pública, através do Departamento de Recursos Humanos, e à Diretoria Executiva do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Colíder – "PREVI-LIDER" a reajustarem suas respectivas tabelas à partir de 1º. de Janeiro de 2017, nos termos e valores constantes do art. 1º deste Decreto.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º. de Janeiro de 2017, revogando-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, em 02 de janeiro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
PORTARIA Nº. 014/2017

O Vereador **JOSÉ ÉLCIO DE MATOS,** Presidente da Câmara municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, conforme disposto no artigo 52 da Resolução 006/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - DesignarComissão para realizar estudo para elevação de servidores conforme plano de cargos e salários da Câmara Municipal de Colider, composta pelos seguintes membros:

Presidente: ROBISON VOLPATO

Membros: JOSÉ CARLOS DA SILVA

Vereador MARCOS ARAGÃO PINHEIRO

Suplente: MARIA EDINEUZA DA SILVA PEREGO

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Colíder-MT., 10 de janeiro de 2017.

Ver. JOSÉ ELCIO DE MATOS

Presidente

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
DECRETO Nº. 005/2017

Dispõe sobre a nomeação de servidores que atuarão como Gestor/ordenador de despesas e Tesoureira do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Prefeito Municipal de Colider-MT, Excelentíssimo Senhor **NOBORU TOMIYOSHI**, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º. Nomear os membros abaixo mencionados para atuarem como Gestora/Ordenadora de despesas e tesoureira do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, de acordo com a Lei Municipal nº. 2695/2013 que Dispõe sobre a regulamentação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA:

- ANA ARAKAKI TOMIYOSHI – Gestora;

- CONCEIÇÃO APARECIDA DA SILVA NICÁCIO – Tesoureira;

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº. 106/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colider-MT, em 10 de janeiro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI

PREFEITO MUNICIPAL DE COLÍDER-MT

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
PORTARIA Nº. 013/2017

O Vereador José Élcio de Matos, Presidente da Câmara Municipal de Colider, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 8º, inciso XVI do Regimento Interno da Casa, mediante solicitação do servidor,

Comunica o retorno às funções da Servidora **MARILDA DIAS,** lotada no cargo de Auxiliar de Copa e Limpeza desta Câmara Municipal a partir desta data.

Registrada e Publicada.

Cumpra-se.

Colíder-MT., 09 de janeiro de 2017.

Vereador José Élcio de Matos

Presidente

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
PORTARIA N°. 047/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA E ATOS DE COGESTÃO DAS CONTAS BANCÁRIAS DE TITULARIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – PREVI-LÍDER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NOBORU TOMIYOSHI, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica do Município permite a delegação pratica de atos de cogestão administrativa e financeira;

CONSIDERANDO a existência do FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – PREVI-LÍDER;

CONSIDERANDO o art. 73, inciso VII, da Lei Municipal n° 2361/2010, em que a movimentação das contas bancárias do PREVI-LÍDER será feita pelo Diretor Executivo conjuntamente com outro servidor efetivo indicado pelo Prefeito Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Designar a Tesoureira, **Sra. Conceição Aparecida da Silva Nicácio,** portadora do RG nº 496.347 SSP/MT e CPF nº 344.659.441-87, para, em conjunto com a Diretora Executiva, **Sra. Mariza Bernardes da Silva,** portadora do RG nº 912.950-2 SSP/MT e CPF nº 572.332.761-53, realizarem todas as movimentações financeiras de todas as contas bancárias de titularidade do PREVI-LÍDER – FUNDO MUN. DE PREV. SOCIAL, CNPJ 32.945.594/0001-08, dos quais compreendem: ABRIR CONTAS DE DEPÓSITO, SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS, REQUISITAR CARTÃO ELETRÔNICO, EFETUAR RESGATES/APLICACÕES FINANCEIRAS, CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS, EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO, EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO, EFETUAR MOVIMENTACÃO FINANCEIRA NO RPG, CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS FEDER – RPG, SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS, SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACÕES DE CRÉDITO, EMITIR COMPROVANTES, EFETUAR TRANSFERÊNCIA P/ MESMA TITULARIDADE - MEIO ELETRÔNICO, ENCERRAR CONTAS DE DEPÓSITO, CONSULTAR OBRIGACÕES DO DÉBITO DIRETO AUTORIZADO – DDA, CARTÃO TRANSPORTE - AUTORIZAR DEB/TRANSF - MEIO ELETRÔNICO, BEM COMO QUALQUER OUTRA MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA QUE SE FIZER NECESSÁRIA.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias, em especial a Portaria nº. 637/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder - MT, 02 de janeiro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 015/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 015/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Exonera**Cezar Henrique Silveira Barbosa,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 120.6648-6 SSP/MT e CPF n° 874.252.461-04, do cargo de **Assessor Jurídico,** vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº. 028/GP/2016, e demais disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 065/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 065/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia**Rosemeire Costa,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 5471567 SSP/PA e CPF n° 866.414.332-34, para exercer ocargo de **Secretária Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social, a partir do dia 03 de janeiro de 2017,** vinculado Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 064/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 064/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia **Roberta dos Santos**, portadora do RG n.º 2596931-5 SSP/MT e CPF n° 054.733.131-24, para exercer o cargo de **Assessor Adjunto, a partir do dia 03 de janeiro de 2017,** vinculado ao Gabinete do Prefeito.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 018/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 018/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Exonera**Antonio Apolinário,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 6759740-0SSP/PR e CPF n° 42152461215, do cargo de **Subsecretário Municipal de Finanças,** vinculado à Secretaria Municipal Finanças.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº. 004/GP/2016, e demais disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 029/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 029/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia**Antonio Apolinário,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 6759740-0SSP/PR e CPF n° 42152461215, para exercer o cargo de **Procurador, a partir do dia 03 de janeiro de 2017,** vinculado ao Gabinete do Prefeito.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 058/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 058/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia **Nadir de Amorim,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº. 1773387-1 SSP/MT e CPF n° 027.187.481-33, para exercer o cargo de **Assessor Adjunto, a partir do dia 03 de janeiro de 2017,** vinculada a Secretaria Municipal de Administração.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 059/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 059/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia **Cristiane Oliveira da Silva**, portadora do RG n.º 45.622. 294-7 SSP/SP e CPF n° 351.191.618-63, para exercer o cargo de **Supervisora de Departamento, a partir do dia 03 de janeiro de 2017,** vinculado à Secretaria de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 027/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 027/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia**Cezar Henrique Silveira Barbosa,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 120.6648-6 SSP/MT e CPF n° 874.252.461-04, para exercer o cargo de **Assessor Jurídico, a partir do dia 03 de janeiro de 2017,** vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 014/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 014/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Exonera**Allan Lopes Dias Fernandes,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 21159866 SSP/MT e CPF n° 039.408.811-55, do cargo de **Assessor Jurídico,** vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº. 027/GP/2016, e demais disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 028/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 028/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia**Allan Lopes Dias Fernandes,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 21159866 SSP/MT e CPF n° 039.408.811-55, para exercer o cargo de **Assessor Jurídico, a partir do dia 03 de janeiro de 2017,** vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia**Allan Lopes Dias Fernandes,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 21159866 SSP/MT e CPF n° 039.408.811-55, para exercer o cargo de **Assessor Jurídico, a partir do dia 03 de janeiro de 2017,** vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 004/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 004/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Exonera **Daniel de Souza Teixeira,** portador da Carteira de Identidade RG. nº. 20.594.216-40 SSP/BA e CPF n°. 028.719.161-36, do cargo de **Assessor Jurídico,** vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº. 120/GP/2016, e demais disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 008/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 008/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia **Daniel de Souza Teixeira,** portador da Carteira de Identidade RG. nº. 20.594.216-40 SSP/BA e CPF n°. 028.719.161-36, para exercer o cargo de **Assessor Jurídico, a partir do dia 03 de janeiro de 2017,** vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 010/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 010/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Exonera **Vilmar de Oliveira Fernandes,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 4855960 SSP/SP e CPF n° 535.214.719-34, do cargo de **Secretário Municipal de Obras,** vinculado a Secretaria Municipal de Obras.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº. 011/GP/2016, e demais disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 017/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 017/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Exonera**Edson Bias da Silva,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 492316 SSP/MT e CPF n° 486.758.061-91, do cargo de **Subsecretário de Infraestrutura,**vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº. 029/GP/2016, 193/GP/2016, e demais disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 061/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 061/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia **Mauricio Rodrigo Velho de Jesus,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 2777346-9 SESP/MT e CPF n° 059.289.621-85, para exercer o cargo de **Assessor de Departamento**,*a partir do dia 03 de janeiro de 2017, vinculado à Secretaria Municipal de Administração.*

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 057/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 057/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia **Walison Jones Machado Lara,** portador da Carteira de Identidade RG. nº. 1182955 SSP/RO e CPF n°. 010.825.872-65, para exercer o cargo de **Secretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo, a partir do dia 03 de janeiro de 2017,** vinculado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo desta Municipalidade.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 060/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 060/GP/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia **Hilda de Quadros Lima**, portadora do RG n.º 0937082-0 SSP/MT e CPF n° 004.183.561-14, para exercer o cargo de **Assessor Adjunto, a partir do dia 03 de janeiro de 2017,** vinculado ao Gabinete do Prefeito.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de janeiro de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/01/2017 a 02/02/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO ADITIVO 023/2017

TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 023/2017 AO CONTRATO DE DOSIMETRIA DE RADIAÇÕES E CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE PORTA DOSÍMETROS Nº 088/2015 E ADITIVOS NºS 210, 321/2016.

DATA: 02/01/2017

LOCATÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

LOCADORA: SAPRA LANDAUER SERVIÇO DE ASSESSORIA E PROTEÇÃO RADIOLÓGICA LTDA

OBJETO: aditivo de valor do Contrato de Dosimetria de Radiações e Concessão de Direito de Uso de Porta Dosímetros nº. 088/2015 e Aditivos nºs 210, 321/2016. No valor de R$259,20 (duzentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos), que será pago em uma parcela, com vencimento em 31/01/2017 e deverá ser empenhado no exercício de 2017.

DOTAÇÃO: 07.06.2.210.3.3.90.39 (399)

EXTRATO ADITIVO 021/2017

QUINTO TERMO ADITIVO Nº 021/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 030/2014 E ADITIVOS NºS 071, 272/2015, 222 E 319/2016.

DATA: 02/01/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: ETCA – Consultoria e Assessoria S/C Ltda

OBJETO: alteração do Contrato de Prestação de Serviços nº 030/2014 e Aditivos nºs 071, 274/2015, 222 e 319/2016, referente a prestação de serviços de auditoria, consultoria técnica/administrativa e assessoramento jurídico relacionado à área do gênero tributos (ISSQN), e área de gestão (previdenciário), para a execução de auditorias em notificações fiscais lançadas contra a municipalidade em datas pretéritas, recuperação administrativa ou judicial de créditos tributários devidos ao município e retidos indevidamente pela Receita Federal do Brasil e outros órgãos governamentais. Efetuar auditoria previdenciária indicando valores passíveis de compensação, pagos de forma indevida à Receita Federal, procedendo ainda à Retificação da GFIP e ainda a organização da sistemática de arrecadação municipal de tributos, com o concomitante fornecimento dos recursos humanos necessários à execução dos serviços, bem como da metodologia técnica para a racionalização da fiscalização, cobrança, implantação de mecanismos de aferição e acompanhamento da arrecadação municipal de ISSQN, além da recuperação de tributos Municipais (ISSQN), incidentes em obras e serviços contratados nos últimos 5 (cinco) anos com o Município, o Estado e a União ou terceiros nos limites do Município, sendo que a alteração se refere a redução da porcentagem a ser recebida pelo contratado constante na Cláusula Quarta item 4.1 do Contrato de Prestação de Serviços nº030/2014, reduzindo o percentual de 20% (vinte por cento) para 15% (quinze por cento) sobre o valor recuperado.

EXTRATO DE ADITIVO 020/2017

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 020/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 042/2013 E ADITIVOS Nº 029/2013, 053/2013, 100/2013, 006/2014, 197/2014, 044, 175/2015, 027, 092/2016 E 293/2016.

DATA: 02/01/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: C. K. CLÍNICA SANTA RITA LTDA

OBJETO: aditivo de valor do Contrato original n. º 042/2013 e Aditivos n.º 029/2013, 053/2013, 100/2013, 006/2014, 197/2014 e 044, 175/2015, 027, 092 e 293/2016, referente Contratação de Prestação de Serviços de profissional médico na especialidade clínico geral, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atendimento no E.S.F. Rural, no valor de R$126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais).

DOTAÇÃO: 07.06.2.037.3.3.90.39 (374**)**

EXTRATO DE ADITIVO 007/2017

DECIMO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 007/2017 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 140/2013 E ADITIVOS Nº. 033, 088, 138, 220/2014, 045, 119, 192, 239, 301/2015, 013, 105, 154, 228, 306/2016.

DATA: 02/01/2017

LOCATÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

LOCADORA: Liege Cristine Robaert

OBJETO: Aditivo de valor do Contrato de Locação de Imóvel nº. 140/2013 e Aditivos nº. 033, 088, 138, 220/2014, 045, 119, 192, 239, 301/2015, 013, 105 e 154, 228, 306/2016, referente à Locação de 01 (um) salão comercial, localizado na Rua Espírito Santo, centro, lote 05 quadra 038, na cidade de Comodoro – MT, construído em alvenaria, com rede de energia elétrica, água encanada e rede telefônica, com uma divisória, o qual servirá para abrigar as instalações e funcionamento do PROCON, atendendo a Secretaria Municipal de Administração, no valor de R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais).

DOTAÇÃO: 03.04.2.012.3.3.90.36 (120)

EXTRATO DE ADITIVO 002/2017

DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 002/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 051/2013 E ADITIVOS NºS 043, 144, 157/2013, 024, 216/2014, 011/2015, 183/2015, 070, 080 E 103, 296/2016.

DATA: 02/01/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: C.M.I. Centro Médico Integrado Vale do Guaporé Ltda – ME

OBJETO: Aditivo de empenho do saldo do Contrato de Prestação de Serviços Médicos Hospitalares nº 051/2013 e aditivos nºs 043, 144, 157/2013, 024, 216/2014 e 011/2015, 183/2015, 070/2016, 080 e 103/2016, referente à Prestação de Serviços Hospitalares para atendimento a população e procedimentos de urgência, emergência e pronto socorro, no valor de R$1.

428.006,75 (um milhão quatrocentos e vinte e oito mil seis reais e setenta e cinco centavos).

DOTAÇÃO: 07.06.2.148.3.3.90.39 (391)

EXTRATO DE ADITIVO 001/2017

DÉCIMO SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº. 001/2017 AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 044/2012 E ADITIVOS NºS 160/2012 e 015, 074, 134/2013, 098, 150, 229/2014, 054, 134, 196, 258, 297/2015, 009, 106 E 235/2016.

DATA: 02/01/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: Só Águas Construções, Saneamento e Pavimentações Ltda

OBJETO: Aditivo de prorrogação de prazo do Contrato de Execução de Obras nº 044/2012 e Aditivos nºs 160/2012 e 015, 074, 134/2013, 098, 150, 229/2014, 054, 134, 196, 258, 297/2015, 009, 106 E 235/2016, pelo período de mais 90 (noventa) dias, vigorando de 03/01/2017 à 03/04/2017, referente à obra de Construção de uma Quadra Esportiva Escolar Coberta na Escola João Medeiros Calmon.

EXTRATO DE ADITIVO 008/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 008/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 053/2016 E ADITIVO Nº 307/2016.

DATA: 02/01/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: LEOCY TRENTO EIRELI-ME

OBJETO: Aditivo de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº. 053/2016, referente a contratação de empresa para prestar serviços de manutenção nos relógios ponto eletrônicos no município de Comodoro, no valor de R$5.530,00 (cinco mil quinhentos e trinta reais), que será empenhado no exercício de 2017.

DOTAÇÃO: 03.05.2.103.33.90.39 (137)

EXTRATO DE ADITIVO 016/2017

DÉCIMO SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº 016/2017 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 139/2013 E ADITIVOS N.ºs 152/2013, 029, 080, 133, 213, 281/2014, 030, 122, 184/2015, 241, 300/2015, 012/2016, 104, 153, 229 E 315/2016.

DATA: 02/01/2017

LOCATÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

LOCADORA: D R Maria & Cia Ltda

OBJETO: Aditivo de prorrogação de valor do Contrato original n.º 139/2013 e Aditivos nºs 152/2013, 029, 080, 133, 213, 281/2014, 030, 122, 184, 241, 300/2015, 012, 104, 153, 229 e 315/2016, que tem como objeto a Locação de um imóvel para o qual servirá para abrigar as instalações e funcionamento da Defensoria Pública, para atender a Secretaria Municipal de Administração, no valor de R$2.859,00 (dois mil oitocentos e cinquenta e nove reais), que será pago em 03 (três) parcelas iguais no valor de R$953,00 (novecentos e cinquenta e três reais).

DOTAÇÃO: 03.04.2.102.3.3.90.39 (131)

EXTRATO DE ADITIVO 017/2017

SETIMO TERMO ADITIVO Nº 017/2017 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 022/2014 E ADITIVOS NºS. 284/2014, 032/2015, 053 E 208, 316/2016.

DATA: 02/01/2017

LOCATÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

LOCADOR: Joares Zaias

OBJETO: aditivo de prorrogação de valor do Contrato de Locação de Imóvel nº. 022/2014 e aditivos nºs. 284/2014, 032/2015, 053 e 208, 316/2016, que tem como objeto a Locação de um imóvel residencial com área construída em alvenaria de 140m² Localizada na Av. Paraná, nº 2938 Bairro Cristo Rei, Loteamento “Cidade Comodoro” em Comodoro-MT, sob matricula n,º 702 lote 10 quadra 40, qual servirá para instalação e funcionamento do ESF do Bairro Cristo Rei, no valor de R$ $4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), que será pago em 03 (três) parcelas iguais no valor de R$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) cada parcela.

DOTAÇÃO: 07.03.1.066.3.3.90.36 (338)

EXTRATO DE ADITIVO 018/2017

NONO TERMO ADITIVO Nº 018/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 020/2013 E ADITIVOS NºS 027/2013, 045/2014, 263, 024, 276/2015, 002, 237 E 317/2016.

DATA: 02/01/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: Líder Consultoria e Assessoria Empresarial LTDA

OBJETO: aditivo de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº. 020/2013 e aditivos nºs. 027/2013, 045, 263, 024, 276/2015, 002, 237 e 317/2016, que tem como objeto a contratação de serviços técnicos de consultoria e assessoria, em nível complementar a título de apoio logístico à controladoria interna, contabilidade e demais órgãos competentes, no valor de R$114.800,00 (cento e catorze mil e oitocentos reais), o valor de R$112.000,00 (cento e doze mil reais) referente a 08 (oito) parcelas no valor de R$14.000,00 (quatorze mil reais) cada e o valor de R$2.800,00 (dois mil e oitocentos reais), correspondente a 06 (seis) dias do mês de janeiro.

DOTAÇÃO: 04.04.2.016.3.3.90.34 (178)

EXTRATO DE ADITIVO 019/2017

SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº 019/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 031/2014 E ADITIVOS NºS. 297/2014, 069, 286/2015, 004, 227 E 318/2016.

DATA: 02/01/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: ETCA – Consultoria e Assessoria S/C Ltda

OBJETO: aditivo de supressão de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 031/2014 e aditivos nºs 297/2014, 069/2015, 286/2015, 004, 227 e em especial ao 318/2016, referente a execução de serviços de assessoria técnica para levantar e conferir as informações econômico fiscais do Município que são utilizadas pela, SEFAZ-MT para o cálculo do valor adicionado do Município, que se refere à redução de R$2.375,00 (dois mil trezentos e setenta e cinco reais) mensais nas parcelas, perfazendo um total de R$14.250,00 (quatorze mil duzentos e cinquenta reais) do valor do contrato. O valor do presente contrato fica ajustado em R$42.750,00 (quarenta e dois mil setecentos e cinquenta reais), referente a 06 (seis) parcelas, no valor de R$7.125,00 (sete mil cento e vinte e cinco reais) cada.

DOTAÇÃO: 04.03.2.109.3.3.90.39 (171)

EXTRATO ADITIVO 024/2017

QUARTO TERMO ADITIVO Nº 024/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 079/2015 E ADITIVOS NºS 071, 192 E 320/2016.

DATA: 02/01/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: ILOISIO NEVES NASCIMENTO – MEI

OBJETO: aditivo de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº. 079/2015 e Aditivos nºs 071, 192 e 320/2016, que tem como objeto manutenção preventiva e corretiva em oito consultórios odontológicos e seus periféricos no valor de R$5.339,98 (cinco mil trezentos e trinta e nove reais e noventa e oito centavos), que se refere a 01(uma) parcela no valor de R$4.450,00 (quatro mil quatrocentos e cinquenta reais) e o valor de R$889,98 (oitocentos e oitenta e nove reais e noventa e oito centavos) referente a 06 (seis) dias.

DOTAÇÃO: 07.06.2.210.3.3.90.39 (399)

EXTRATO DE ADITIVO 022/2017

NONO TERMO ADITIVO Nº. 022/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 089/2013 E ADITIVOS NºS 044, 169/2014, 002/2015 e 111, 254/2015 E 060, 126 E 290/2016.

DATA: 02/01/2017

LOCATÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

LOCADORA: ANTONIO JOSÉ DA SILVA SERVIÇOS DE TRANSPORTE COMODORO

OBJETO: Aditivo de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº. 089/2013 e Aditivo nº 044, 169/2014, 002/2015 e 111/2015, e em especial o aditivo 254/2015, e 060/2016, que tem como objeto a locação de veículo tipo Van com capacidade de no mínimo 15 (quinze) passageiros, com todos os equipamentos de segurança, com a finalidade de transportar pacientes para a realização de hemodiálise no Município de Vilhena estado de Rondônia, no valor de R$22.600,00 (vinte e dois mil e seiscentos reais).

DOTAÇÃO: 07.06.2.210.3.3.90.39 (399)

EXTRATO DE ADITIVO 009/2017

NONO TERMO ADITIVO Nº. 009/2017 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 052/2013 E ADITIVOS NºS 153/2013, 030, 215/2014 e 010/2015, 186/2015, 032 e 101, 308/2016.

DATA: 02/01/2017

LOCATÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

LOCADORA: Selma Barbiero

OBJETO: Aditivo de valor do Contrato de Locação de Imóvel nº. 052/2013 e aditivos nºs. 153/2013, 030, 215/2014 e 010/2015, 186/2015, 032 e 101/2016, que tem como objeto a locação de um Imóvel urbano, para abrigar as instalações do Centro de Referencia Especial de Assistência Social – CREAS, localizado a Rua Espírito Santo nº 154-E, bairro Centro, sendo o lote 17 da quadra 22, loteamento Cidade Comodoro, na cidade de Comodoro – MT, no valor de R$3.000,00 (três mil reais), correspondente a 03 parcelas no valor de R$1.000,00 (um mil reais) cada.

DOTAÇÃO: 08.02.2.057.3.3.90.36 (410)

EXTRATO DE ADITIVO 010/2017

DÉCIMO TERMO ADITIVO Nº 010/2017 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 034/2013 E ADITIVOS NºS. 143/2013, 022, 236/2014 e 018/2015, 219/2015, 246/2015, 044, 148 E 309/2016.

DATA: 02/01/2017

LOCATÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

LOCADOR: Gilmar Alves Silvério

OBJETO: Aditivo de valor do Contrato original n. º 034/2013 e Aditivos nºs. 143/2013, 022, 236/2014 e 018/2015, 219/2015, 246/2015, 044, 148 e 309/2016, referente a locação de imóvel para abrigar as instalações e funcionamento da Secretaria Municipal de Educação, no valor de R$15.000,00 (quinze mil reais).

DOTAÇÃO: 06.02.2.019.3.3.90.36 (234)

EXTRATO DE ADITIVO 011/2017

SEXTO TERMO ADITIVO Nº 011/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 040/2014 E ADITIVO Nº056/2015, 259/2015, 047/2016 E 159, 311/2016.

DATA: 02/01/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: M. P. De Oliveira Silva Soluções Web

OBJETO: Aditivo de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 040/2014 e Aditivo nº 056/2015, 259/2015, 047/2016 E 159, 311/2016, que tem como objeto prestação de serviços de manutenção do sistema administrador da website www.COMODORO.mt.gov.br, Sistema de Ouvidoria, Portal Transparência hospedagens, suporte técnico, atendimento, administração das contas de e-mail, locação do sistema administrador, alteração de visual e de dados sempre que necessário, no valor de R$2.776,66 (dois mil setecentos e setenta e seis reais e sessenta e seis centavos), correspondente 08 (oito) dias do mês de abril no valor de R$226,66 (duzentos e vinte e seis reais e sessenta e seis centavos) e 03 (três) parcelas no valor de R$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) cada.

DOTAÇÃO: 03.04.2.102.3.3.90.39 (131)

EXTRATO DE ADITIVO 003/2017

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 003/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 129/2013 E ADITIVOS NºS 038/2014 E 112/2014, 187/2014, 051, 156, 224/2015, 017, 125, 212 E 297/2016.

DATA: 02/01/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: C.M.I. Centro Médico Integrado Vale do Guaporé Ltda – ME

OBJETO: Aditivo de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 129/2013 e Aditivos nºs 038, 112 e 187/2014, 051, 156, 224/2015, 017, 125, 212 e 297/2016, no valor de R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), referente ao exercício de 2017.

DOTAÇÃO: 07.06.2.148.3.3.90.39 (391)

EXTRATO DE ADITIVO 012/2017

SEXTO TERMO ADITIVO Nº 012/2017 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 003/2013, ADITIVOS 034/2014, 047/2015, 320/2015, 022 E 310/2016.

DATA: 02/01/2017

LOCATÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

LOCADOR: Fábio da Silva Souto

OBJETO: aditivo de prorrogação de prazo e valor do Contrato de Locação de Imóvel nº. 003/2013 e Aditivos nºs 034/2014, 047/2015, 320/2015, 022 e 310/2016, referente a locação de um Imóvel de propriedade do locador, com área de 4.600 m2 (quatro mil e seiscentos metros quadrados), construído em alvenaria e madeira, com rede de energia elétrica e água encanada, sobre o qual estão edificados benfeitorias, que se refere à redução de R$1.175,16 (um mil cento e setenta e cinco reais e dezesseis centavos) mensais nas parcelas, perfazendo um total de R$3.525,48 (três mil

quinhentos e vinte e cinco reais e quarenta e oito centavos) do valor do contrato. O valor do presente contrato fica ajustado em R$25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais), referente a 03 (três) parcelas, no valor de R$8.500,00 (oito mil e quinhentos reais) cada.

DOTAÇÃO: 03.04.2.012.3.3.90.36 (120)

EXTRATO DE ADITIVO 013/2017

DÉCIMO TERMO ADITIVO Nº 013/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 104/2013 E ADITIVOS Nºs. 057/2013, 049, 149, 248/2014, 059 E 197/2015 E 036, 161, 312/2016.

DATA: 02/01/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: C. K. CLÍNICA SANTA RITA LTDA

OBJETO: Aditivo de valor e acréscimo de aproximadamente 16,7% (dezesseis inteiros e sete centésimos por cento), do Contrato de Prestação de Serviços nº 104/2013 e Aditivos nºs. 057/2013, 049, 149, 248/2014, 059, 197/2015, 036 e 161, 312/2016, que tem como objeto Contratação de Prestação de Serviços de profissional médico na especialidade clínico geral, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atendimento no P.S.F. São Francisco, em atendimento no que dispõe o Art. 57 inciso II da Lei nº 8.666/93, pelo período de mais 06 (seis) meses, no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais), referente a 06 (seis) parcelas, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), cada parcela. O acréscimo do contrato se refere à inclusão de um profissional médico pelo período de 01(um) mês, no valor de R$15.000,00 (quinze mil reais). Ficando o valor global do presente aditivo em R$105.000,00 (cento e cinco mil reais.

DOTAÇÃO: 07.06.2.040.3.3.90.39 (382)

EXTRATO DE ADITIVO 004/2017

QUINTO TERMO ADITIVO Nº 004/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 026/2014 E ADITIVOS NºS. 103, 249/2015, 039 E 300/2016.

DATA: 02/01/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: Freitas Oliveira & CIA Ltda – ME

OBJETO: Aditivo de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 026/2014 e aditivos nº. 103 e 249/2015, 039 e 300/2016, que tem como objeto a Contratação de prestação de serviços de publicações, atos de expediente administrativo de pessoal, editais e avisos de licitações e outros exigidos por lei, bem como divulgação de conteúdos de interesse da população, em Jornal de Grande de Circulação Local, no valor de R$15.700,00 (quinze mil e setecentos reais).

DOTAÇÃO: 03.03.2.011.3.3.90.39 (108)

PORTARIA Nº 006/2017

PORTARIA Nº 006/2017 - De 06/01/2017

JOSÉ JOÃO FERNANDES, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2015/2016, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,

R E S O L V E

Art. 1º. DESIGNAR a servidora **IVANIR MENDES RODRIGUES,** Oficial Legislativo, **para efetuar**, cumulativamente com a função que já desempenha, **o controle de liquidação de empenhos e ordens de pagamento do Setor Contábil,** bem como a **função de Fiscal de Contrato**, pelo período de 06 a 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º. A função será desempenhada sem que haja acréscimo de ônus para esta Edilidade.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete.

José João Fernandes - Presidente

Registre-se e Publique-se: ***Jair José Teodoro*** -1º Secretário

EXTRATO DE ADITIVO 014/2017

SEXTO TERMO ADITIVO Nº 014/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 124/2014, E ADITIVOS 039, 287/2015, 005 E 286, 313/2016.

DATA: 02/01/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: Omega Tecnologia da Informação Ltda – ME

OBJETO: Aditivo de valor do Contrato de Prestação de Serviços de nº 124/2014, e aditivos nºs 039, 287/2015, 005 e 286, 313/2016, que tem como objeto a Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Assessoria, Consultoria e Softwares de Gestão Educacional, para atender os Centros Municipais de Ensinos e demais departamentos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, atendendo 10 (dez) unidades educacionais (escolas, creches) e SEMEC (Secretaria Municipal de Educação) de Comodoro – MT, TOTALIZANDO 11 (ONZE) UNIDADES, no valor de R$71.500,00 (setenta e um mil e quinhentos reais).

DOTAÇÃO: 06.02.2.019.3.3.90.39 (235)

EXTRATO DE ADITIVO 015/2017

NONO TERMO ADITIVO Nº 015/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 021/2013 E ADITIVOS 041/2014, 064/2014, 262/2014, 023, 256/2015, 062 E 193, 314/2016.

DATA: 02/01/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: Nely Francisca da Silva Contabilidade

OBJETO: Aditivo de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 021/2013 e Aditivos nº 041, 064, 262/2014, 023, 256/2015, 062 e 193, 314/2016, que tem como objeto Prestação de Serviços para acompanhamento e análise à tesouraria, licitações e contratos e acompanhamento do sistema de registro de preços e sistema de automação eletrônica – AUDATEX e acompanhamento do APLIC de acordo com a legislação e regulamentação pertinentes em vigor e normatização do TCE/MT, no valor de R$24.858,34 (vinte e quatro mil oitocentos e cinquenta e oito reais e trinta e quatro centavos).

DOTAÇÃO: 04.04.2.016.3.3.90.34 (179)

EXTRATO DE ADITIVO 006/2017

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 006/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 018/2013 E ADITIVOS NºS 038, 146/2013, 026, 253/2014, 021/2015, 245/2015, 268/2015, 051, 219 E 305/2016

DATA: 02/01/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: R. Cuoghi dos Santos

OBJETO: aditivo de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº. 018/2013 e aditivos nºs. 038, 146/2013, 026 e 253/2014, 021/2015, 245/2015,

268/2015, 051, 219 e 305/2016, no valor de R$39.666,66 (trinta e nove mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos).

DOTAÇÃO: 05.02.2.114.3.3.90.39 (204)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 066-2017

DECRETO Nº 066/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

"Dispõe sobre o recadastramento dos servidores públicos do município, ativos, inativos e pensionistas, de ambos os regimes, determina sua obrigatoriedade e dá outras providências. "

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização dos dados cadastrais dos servidores públicos municipais ocupantes de cargos em comissão, bem como aqueles que possuem vínculos com a Administração, na forma do art. 37 da Constituição da República, observando-se que para este fim se faz necessário a identificação do servidor, do perfil funcional, de sua lotação, seu enquadramento funcional, bem como outras informações consideradas fundamentais para a Prefeitura;

CONSIDERANDO a implantação de medidas administrativas objetivando dar maior controle e celeridade à Secretaria Municipal de Administração, com a finalidade de buscar a melhoria da qualidade das informações como instrumento de gestão de recursos humanos;

CONSIDERANDO a necessidade de evitar os desvios de funções e as acumulações de funções;

CONSIDERANDO que compete ao Poder Público Municipal planejar, projetar e desenvolver mecanismos que visem as garantias dos servidores e resguardar o interesse público;

D E C R E T A

Art. 1°. Fica instituído o Recadastramento dos Servidores Públicos do Município de Confresa-MT, que consistirá na atualização das informações pessoais dos servidores ativos e inativos da Administração Municipal.

Art. 2°. Para os efeitos deste Decreto, servidor público deve ser entendido como sendo:

I- os ocupantes de cargo de provimento efetivo; e

II - os detentores de empregos públicos.

Art. 3°. O recadastramento deverá ser realizado junto a comissão de recadastramento,em colaboração com a Secretaria Municipal de Administração,mediante procedimentos internos que determinem as diretrizes e rotinas para seu cumprimento e realização.

Art. 4°. O recadastramento será anual, obrigatório a todos os servidores públicos do município e tem natureza de dever funcional e será processado mediante declaração de informações a ser preenchida e assinada pelos servidores ativos e inativos, bem como pelos pensionistas.

§ 1°. Incorrera em falta grave, passível de penalidade disciplinar, o servidor que por qualquer meio ou artifício obstar e dificultar a realização do procedimento de recadastramento, sem prejuízo de custear as despesas decorrentes de sua ação.

§ 2°. Aquele que fizer constar ou inserir informação que não corresponda coma verdade poderá ser responsabilizado civil, criminal e administrativamente, na formada legislação vigente.

§3°. O recadastramento anual deverá ser finalizado sempre no mês de janeiro.

§4°. A atualização cadastral do pessoal inativo e pensionista obedecerá a regras próprias a serem definidas pelo Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Confresa- PREVICON.

Art. 5°. A Secretaria Municipal de Administração em colaboração coma Diretoria de Recursos Humanos poderá adotar medidas complementares e estabelecer instruções normativas, orientações e procedimentos para a execução do disposto neste Decreto.

Art. 6°. O recadastramento de que trata este Decreto deverá obedecer ao formulário padrão denominado CADASTRO DO SERVIDOR, que conterá informações sobre dados pessoais, escolaridade, documentos pessoais, acumulação de cargos, funções e empregos públicos e situação funcional, na forma do anexo único, que a este Decreto fica fazendo parte integrante.

Art. 7°. As informações prestadas pelo servidor no formulário do recadastramento deverão ser comprovadas mediante a apresentação de copias dos seguintes documentos:

I- dos servidores ativos:

a) Documento de identificação com foto (Cédula de Identidade ou Carteira Nacional de Habilitação);

b) CPF;

c) Comprovante de residência atualizado (conta de água, luz ou telefone);

d) PASEP/PIS/NIT;

e) Titulo de eleitor com comprovante da última quitação eleitoral;

f) Paginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS onde constam informações de outros vínculos empregatícios, atuais e antigos;

g) Comprovante de regularidade com o serviço militar, se do sexo masculino;

h) Certidão de Tempo de Contribuição ou outro documento comprobatório de outros vínculos públicos anteriores ou concomitantes ao atual vínculo do PREVICON;

II - dos dependentes:

a) Certidão de Nascimento, no caso de filhos menores de 18 anos;

b) Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável, no caso de cônjuge ou companheiro(a);

c) Documento de identificação com foto (Carteira de Identidade ou Carteira Nacional de Habilitação), no caso de dependentes maiores de 18 anos;

d) CPF;

e) Laudo Médico atestando a incapacidade definitiva (se inválido);

f) Termo de Curatela ou Interdição (se inválido).

Parágrafo único - A documentação exigida acima será apresentada apenas no primeiro processo de recadastramento feito pelo servidor, devendo os recadastramentos posteriores serem ratificados ou modificados de acordo com as possíveis alterações.

Art. 8°. Todos os servidores deverão colaborar visando o pleno resultado do objetivo do recadastramento e cada Secretaria Municipal, através de seu quadro funcional, prestará toda a assistência necessária ao cumprimento deste Decreto deforma a atingir a máxima rapidez e exatidão das informações.

Art. 9°. Também estão obrigados a se recadastrar no prazo correspondente ao seu Órgão de lotação os servidores de férias ou licenciados durante o período de recadastramento, sendo que estes deverão ser notificados pessoalmente.

Parágrafo único - Os servidores que se encontram a disposição de outro órgão, além do dever de apresentar a documentação exigida neste decreto, deverão apresentar comprovante de autorização legal que permitiu tal situação, dentro do prazo do recadastramento.

Art. 10. Aquele que deixar de se recadastrar, no prazo estabelecido, terá suspenso o pagamento dos seus vencimentos até a regularização do seu processo.

Art. 11. No recadastramento deste ano de 2017, o formulário de recadastramento e os documentos exigidos deverão ser entregues pessoalmente a comissão, impreterivelmente, entre os dias 11 de Janeiro a de 21 de janeiro de 2017, no horário normal de expediente, e o mesmo poderá ser retirado nas respectivas secretarias municipais em que o servidor esteja lotado ou impresso diretamente no site oficial do município.

Art. 12. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Confresa, aos 02 de Janeiro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

FORMULÁRIO DE RECADASTRAMENTO DO FUNCIONÁRIO

DADOS PESSOAIS				
Matrícula:	**Nome:**			
Data de Nascimento:	**Naturalidade:**	**UF Nascimento:**		
Nacionalidade:	**Estado Civil:**	**Data do Estado Civil:**		
Raça:	**Sexo:**	**M**	**F**	**Tipo Sanguíneo:**
Possui Deficiência:	**Sim**	**Não**	**Tipo de Deficiência:**	
ENDEREÇO				
Logradouro:	**Nº**			
Complemento:	**Bairro:**	**Cep.:**		
Cidade:	**UF.:**	**Telefone:**	**Celular:**	
E-mail:				
DADOS FUNCIONAIS				
Data de Admissão:	**Tipo Servidor:**	Efetivo	Comissionado	Cedido a outros Órgãos
Órgão de Cessão:				
Cargo Concurso:	**Cargo/Função que exerce atualmente:**			
Lotação Atual:				
Grau de Instrução:	**Curso de Formação/Graduação:**			
Área de Formação/Licenciatura:				

Documentos a serem apresentados a comissão - Declaração de não acúmulo de cargos/função - Declaração de bens; - Declaração de antecedentes criminais;	- Fotocópia do Comprovante de residência atualizado. -Declaração civil e criminal -Declaração de disponibilidade de cumprimento de jornada -Termo de confidencialidade. **Obs.**: apresentar fotocópias do documento de identidade caso tenha mudado de nome em virtude de divórcio ou outros processos judiciais.

DATA E ASSINATURAS	
_____ Servidor da Secretaria Municipal de Administração	Data do Recadastramento: _____/_____/_____
_____ **Servidor responsável pela análise dos dados**	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 066-2017

DECRETO Nº 066/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

“Dispõe sobre o recadastramento dos servidores públicos do município, ativos, inativos e pensionistas, de ambos os regimes, determina sua obrigatoriedade e dá outras providências. "

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização dos dados cadastrais dos servidores públicos municipais ocupantes de cargos em comissão, bem como aqueles que possuem vínculos com a Administração, na forma do art. 37 da Constituição da República, observando-se que para este fim se faz necessário a identificação do servidor, do perfil funcional, de sua lotação, seu enquadramento funcional, bem como outras informações consideradas fundamentais para a Prefeitura;

CONSIDERANDO a implantação de medidas administrativas objetivando dar maior controle e celeridade à Secretaria Municipal de Administração, com a finalidade de buscar a melhoria da qualidade das informações como instrumento de gestão de recursos humanos;

CONSIDERANDO a necessidade de evitar os desvios de funções e as acumulações de funções;

CONSIDERANDO que compete ao Poder Público Municipal planejar, projetar e desenvolver mecanismos que visem as garantias dos servidores e resguardar o interesse público;

D E C R E T A

Art. 1°. Fica instituído o Recadastramento dos Servidores Públicos do Município de Confresa-MT, que consistirá na atualização das informações pessoais dos servidores ativos e inativos da Administração Municipal.

Art. 2°. Para os efeitos deste Decreto, servidor público deve ser entendido como sendo:

I- os ocupantes de cargo de provimento efetivo; e

II - os detentores de empregos públicos.

Art. 3°. O recadastramento deverá ser realizado junto a comissão de recadastramento,em colaboração com a Secretaria Municipal de Administração,mediante procedimentos internos que determinem as diretrizes e rotinas para seu cumprimento e realização.

Art. 4°. O recadastramento será anual, obrigatório a todos os servidores públicos do município e tem natureza de dever funcional e será processado mediante declaração de informações a ser preenchida e assinada pelos servidores ativos e inativos, bem como pelos pensionistas.

§ 1°. Incorrera em falta grave, passível de penalidade disciplinar, o servidor que por qualquer meio ou artifício obstar e dificultar a realização do procedimento de recadastramento, sem prejuízo de custear as despesas decorrentes de sua ação.

§ 2°. Aquele que fizer constar ou inserir informação que não corresponda coma verdade poderá ser responsabilizado civil, criminal e administrativamente, na formada legislação vigente.

§3°. O recadastramento anual deverá ser finalizado sempre no mês de janeiro.

§4°. A atualização cadastral do pessoal inativo e pensionista obedecerá a regras próprias a serem definidas pelo Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Confresa- PREVICON.

Art. 5°. A Secretaria Municipal de Administração em colaboração coma Diretoria de Recursos Humanos poderá adotar medidas complementares e estabelecer instruções normativas, orientações e procedimentos para a execução do disposto neste Decreto.

Art. 6°. O recadastramento de que trata este Decreto deverá obedecer ao formulário padrão denominado CADASTRO DO SERVIDOR, que conterá informações sobre dados pessoais, escolaridade, documentos pessoais, acumulação de cargos, funções e empregos públicos e situação funcional, na forma do anexo único, que a este Decreto fica fazendo parte integrante.

Art. 7°. As informações prestadas pelo servidor no formulário do recadastramento deverão ser comprovadas mediante a apresentação de copias dos seguintes documentos:

I- dos servidores ativos:

a) Documento de identificação com foto (Cédula de Identidade ou Carteira Nacional de Habilitação);

b) CPF;

c) Comprovante de residência atualizado (conta de água, luz ou telefone);

d) PASEP/PIS/NIT;

e) Titulo de eleitor com comprovante da última quitação eleitoral;

f) Paginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS onde constam informações de outros vínculos empregatícios, atuais e antigos;

g) Comprovante de regularidade com o serviço militar, se do sexo masculino;

h) Certidão de Tempo de Contribuição ou outro documento comprobatório de outros vínculos públicos anteriores ou concomitantes ao atual vínculo do PREVICON;

II - dos dependentes:

a) Certidão de Nascimento, no caso de filhos menores de 18 anos;

b) Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável, no caso de cônjuge ou companheiro(a);

c) Documento de identificação com foto (Carteira de Identidade ou Carteira Nacional de Habilitação), no caso de dependentes maiores de 18 anos;

d) CPF;

e) Laudo Médico atestando a incapacidade definitiva (se inválido);

f) Termo de Curatela ou Interdição (se inválido).

Parágrafo único - A documentação exigida acima será apresentada apenas no primeiro processo de recadastramento feito pelo servidor, devendo os recadastramentos posteriores serem ratificados ou modificados de acordo com as possíveis alterações.

Art. 8°. Todos os servidores deverão colaborar visando o pleno resultado do objetivo do recadastramento e cada Secretaria Municipal, através de seu quadro funcional, prestará toda a assistência necessária ao cumprimento deste Decreto deforma a atingir a máxima rapidez e exatidão das informações.

Art. 9°. Também estão obrigados a se recadastrar no prazo correspondente ao seu Órgão de lotação os servidores de férias ou licenciados durante o período de recadastramento, sendo que estes deverão ser notificados pessoalmente.

Parágrafo único - Os servidores que se encontram a disposição de outro órgão, além do dever de apresentar a documentação exigida neste decreto, deverão apresentar comprovante de autorização legal que permitiu tal situação, dentro do prazo do recadastramento.

Art. 10. Aquele que deixar de se recadastrar, no prazo estabelecido, terá suspenso o pagamento dos seus vencimentos até a regularização do seu processo.

Art. 11. No recadastramento deste ano de 2017, o formulário de recadastramento e os documentos exigidos deverão ser entregues pessoalmente a comissão, impreterivelmente, entre os dias 11 de Janeiro a de 21 de janeiro de 2017, no horário normal de expediente, e o mesmo poderá ser retirado nas respectivas secretarias municipais em que o servidor esteja lotado ou impresso diretamente no site oficial do município.

Art. 12. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Confresa, aos 02 de Janeiro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

FORMULÁRIO DE RECADASTRAMENTO DO FUNCIONÁRIO

DADOS PESSOAIS				
Matrícula:	**Nome:**			
Data de Nascimento:	**Naturalidade:**	**UF Nascimento:**		
Nacionalidade:	**Estado Civil:**	**Data do Estado Civil:**		
Raça:	**Sexo:**	**M**	**F**	**Tipo Sanguíneo:**
Possui Deficiência:	**Sim**	**Não**	**Tipo de Deficiência:**	
ENDEREÇO				
Logradouro:	**Nº**			
Complemento:	**Bairro:**	**Cep.:**		
Cidade:	**UF.:**	**Telefone:**	**Celular:**	
E-mail:				
DADOS FUNCIONAIS				
Data de Admissão:	**Tipo Servidor:**	Efetivo	Comissionado	Cedido a outros Órgãos
Órgão de Cessão:				
Cargo Concurso:	**Cargo/Função que exerce atualmente:**			
Lotação Atual:				
Grau de Instrução:	**Curso de Formação/Graduação:**			
Área de Formação/Licenciatura:				

Documentos a serem apresentados a comissão - Declaração de não acúmulo de cargos/função - Declaração de bens; - Declaração de antecedentes criminais;	- Fotocópia do Comprovante de residência atualizado. -Declaração civil e criminal -Declaração de disponibilidade de cumprimento de jornada -Termo de confidencialidade. **Obs.:** apresentar fotocópias do documento de identidade caso tenha mudado de nome em virtude de divórcio ou outros processos judiciais.

DATA E ASSINATURAS	
Servidor da Secretaria Municipal de Administração	Data do Recadastramento: _____/_____/_____
Servidor responsável pela análise dos dados	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 066-2017

DECRETO Nº 066/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

"Dispõe sobre o recadastramento dos servidores públicos do município, ativos, inativos e pensionistas, de ambos os regimes, determina sua obrigatoriedade e dá outras providências. "

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização dos dados cadastrais dos servidores públicos municipais ocupantes de cargos em comissão, bem como aqueles que possuem vínculos com a Administração, na forma do art. 37 da Constituição da República, observando-se que para este fim se faz necessário a identificação do servidor, do perfil funcional, de sua lotação, seu enquadramento funcional, bem como outras informações consideradas fundamentais para a Prefeitura;

CONSIDERANDO a implantação de medidas administrativas objetivando dar maior controle e celeridade à Secretaria Municipal de Administração, com a finalidade de buscar a melhoria da qualidade das informações como instrumento de gestão de recursos humanos;

CONSIDERANDO a necessidade de evitar os desvios de funções e as acumulações de funções;

CONSIDERANDO que compete ao Poder Público Municipal planejar, projetar e desenvolver mecanismos que visem as garantias dos servidores e resguardar o interesse público;

D E C R E T A

Art. 1°. Fica instituído o Recadastramento dos Servidores Públicos do Município de Confresa-MT, que consistirá na atualização das informações pessoais dos servidores ativos e inativos da Administração Municipal.

Art. 2°. Para os efeitos deste Decreto, servidor público deve ser entendido como sendo:

I- os ocupantes de cargo de provimento efetivo; e

II - os detentores de empregos públicos.

Art. 3°. O recadastramento deverá ser realizado junto a comissão de recadastramento,em colaboração com a Secretaria Municipal de Administração,mediante procedimentos internos que determinem as diretrizes e rotinas para seu cumprimento e realização.

Art. 4°. O recadastramento será anual, obrigatório a todos os servidores públicos do município e tem natureza de dever funcional e será processado mediante declaração de informações a ser preenchida e assinada pelos servidores ativos e inativos, bem como pelos pensionistas.

§ 1°. Incorrera em falta grave, passível de penalidade disciplinar, o servidor que por qualquer meio ou artifício obstar e dificultar a realização do procedimento de recadastramento, sem prejuízo de custear as despesas decorrentes de sua ação.

§ 2°. Aquele que fizer constar ou inserir informação que não corresponda coma verdade poderá ser responsabilizado civil, criminal e administrativamente, na formada legislação vigente.

§3°. O recadastramento anual deverá ser finalizado sempre no mês de janeiro.

§4°. A atualização cadastral do pessoal inativo e pensionista obedecerá a regras próprias a serem definidas pelo Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Confresa- PREVICON.

Art. 5°. A Secretaria Municipal de Administração em colaboração coma Diretoria de Recursos Humanos poderá adotar medidas complementares e estabelecer instruções normativas, orientações e procedimentos para a execução do disposto neste Decreto.

Art. 6°. O recadastramento de que trata este Decreto deverá obedecer ao formulário padrão denominado CADASTRO DO SERVIDOR, que conterá informações sobre dados pessoais, escolaridade, documentos pessoais, acumulação de cargos, funções e empregos públicos e situação funcional, na forma do anexo único, que a este Decreto fica fazendo parte integrante.

Art. 7°. As informações prestadas pelo servidor no formulário do recadastramento deverão ser comprovadas mediante a apresentação de copias dos seguintes documentos:

I- dos servidores ativos:

a) Documento de identificação com foto (Cédula de Identidade ou Carteira Nacional de Habilitação);

b) CPF;

c) Comprovante de residência atualizado (conta de água, luz ou telefone);

d) PASEP/PIS/NIT;

e) Titulo de eleitor com comprovante da última quitação eleitoral;

f) Paginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS onde constam informações de outros vínculos empregatícios, atuais e antigos;

g) Comprovante de regularidade com o serviço militar, se do sexo masculino;

h) Certidão de Tempo de Contribuição ou outro documento comprobatório de outros vínculos públicos anteriores ou concomitantes ao atual vínculo do PREVICON;

II - dos dependentes:

a) Certidão de Nascimento, no caso de filhos menores de 18 anos;

b) Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável, no caso de cônjuge ou companheiro(a);

c) Documento de identificação com foto (Carteira de Identidade ou Carteira Nacional de Habilitação), no caso de dependentes maiores de 18 anos;

d) CPF;

e) Laudo Médico atestando a incapacidade definitiva (se inválido);

f) Termo de Curatela ou Interdição (se inválido).

Parágrafo único - A documentação exigida acima será apresentada apenas no primeiro processo de recadastramento feito pelo servidor, devendo os recadastramentos posteriores serem ratificados ou modificados de acordo com as possíveis alterações.

Art. 8°. Todos os servidores deverão colaborar visando o pleno resultado do objetivo do recadastramento e cada Secretaria Municipal, através de seu quadro funcional, prestará toda a assistência necessária ao cumprimento deste Decreto deforma a atingir a máxima rapidez e exatidão das informações.

Art. 9°. Também estão obrigados a se recadastrar no prazo correspondente ao seu Órgão de lotação os servidores de férias ou licenciados durante o período de recadastramento, sendo que estes deverão ser notificados pessoalmente.

Parágrafo único - Os servidores que se encontram a disposição de outro órgão, além do dever de apresentar a documentação exigida neste decreto, deverão apresentar comprovante de autorização legal que permitiu tal situação, dentro do prazo do recadastramento.

Art. 10. Aquele que deixar de se recadastrar, no prazo estabelecido, terá suspenso o pagamento dos seus vencimentos até a regularização do seu processo.

Art. 11. No recadastramento deste ano de 2017, o formulário de recadastramento e os documentos exigidos deverão ser entregues pessoalmente a comissão, impreterivelmente, entre os dias 11 de Janeiro a de 21 de janeiro de 2017, no horário normal de expediente, e o mesmo poderá ser retirado nas respectivas secretarias municipais em que o servidor esteja lotado ou impresso diretamente no site oficial do município.

Art. 12. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Confresa, aos 02 de Janeiro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

FORMULÁRIO DE RECADASTRAMENTO DO FUNCIONÁRIO

DADOS PESSOAIS				
Matrícula:	**Nome:**			
Data de Nascimento:	**Naturalidade:**	**UF Nascimento:**		
Nacionalidade:	**Estado Civil:**	**Data do Estado Civil:**		
Raça:	**Sexo:**	**M**	**F**	**Tipo Sanguíneo:**
Possui Deficiência:	**Sim**	**Não**	**Tipo de Deficiência:**	
ENDEREÇO				
Logradouro:	**Nº**			
Complemento:	**Bairro:**	**Cep.:**		
Cidade:	**UF.:**	**Telefone:**	**Celular:**	
E-mail:				
DADOS FUNCIONAIS				
Data de Admissão:	**Tipo Servidor:**	Efetivo	Comissionado	Cedido a outros Órgãos
Órgão de Cessão:				
Cargo Concurso:	**Cargo/Função que exerce atualmente:**			
Lotação Atual:				
Grau de Instrução:	**Curso de Formação/Graduação:**			
Área de Formação/Licenciatura:				

Documentos a serem apresentados a comissão - Declaração de não acúmulo de cargos/função - Declaração de bens; - Declaração de antecedentes criminais;	- Fotocópia do Comprovante de residência atualizado. -Declaração civil e criminal -Declaração de disponibilidade de cumprimento de jornada -Termo de confidencialidade. **Obs.:** apresentar fotocópias do documento de identidade caso tenha mudado de nome em virtude de divórcio ou outros processos judiciais.

DATA E ASSINATURAS	
_____ Servidor da Secretaria Municipal de Administração	Data do Recadastramento: _____/_____/_____
_____ **Servidor responsável pela análise dos dados**	

PREVICON
PREVICON

PORTARIA N.º 02/2017

Dispõe sobre a criação e regulamentação do "Comitê de Investimentos do Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Confresa - MT, e dá outras providências.

O Gestor Do Fundo de Previdência Social dos Servidores de Confresa-MT usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei nº 728/2016, e;

Considerando, as alterações impostas pela Portaria MPS nº. 170 de 25/04/2012, que alterou a Portaria MPS/GM nº. 519 de 24/08/2011, e havendo a necessidade de implementações e adequações nas exigências do Ministério da Previdência Social para emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária,

Resolve:

Art. 1º Instituir como órgão auxiliar no processo decisório quanto a execução da política de investimentos, fica criado o Comitê de Investimentos no âmbito do Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Confresa - MT.

Art. 2º O Comitê de Investimentos dos Recursos do Previcon tem por objetivo auxiliar, em caráter consultivo, a Presidência nas decisões relacionadas à gestão dos ativos do RPPS, observadas a segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos investimentos a serem realizados, de acordo com a legislação vigente e a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Curador.

Art. 3º O Comitê de Investimentos será composto por 04 (quatro) membros, que tenham nível superior e certificação financeira da Anbima CPA 10, ocupantes de cargos efetivos no Município de Confresa-MT, a saber:

CARLOS LOYSE ALVES LUZ – CPF Nº 022.720.791-21 MEMBRO JOIDES JANUARIO DE MIRANDA – CPF Nº 374.233.805-63 MEMBRO CICERO ROMÃO DIAS BRAGA – CPF Nº 792.307.091-15 GESTOR DE INVESTIMENTOS CLEITON BARBOSA DA SILVA – CPF Nº 853.324.371-53 PRESIDENTE DO COMITÊ

Art. 4º O Comitê de Investimentos de que trata este Decreto terá mandato de 04 (quatro) anos devendo ser reconduzido caso não haja nenhum óbice de ordem legal.

§ 1º. São requisitos mínimos para os membros do Comitê de Investimento:

a) Qualificação em nível superior e conhecimento em finanças, contabilidade e certificação financeira CPA 10 da Anbima;

b) Não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado;

c) Não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação previdenciária, ou como servidor público;

d) E outras sanções previstas no Estatuto do Servidor público, ou determinações nas demais legislações federais.

§ 2º: Os membros do Comitê de Investimentos serão destituídos desta investidura por:

a) Renúncia;

b) Decisão da maioria dos seus membros;

c) Faltas sem justificativa a três reuniões do colegiado, consecutivas ou intercaladas;

d) Conduta inadequada, incompatível com os requisitos de ética e profissionalismo requeridos para o desempenho do mandato;

e) Por denúncia, devidamente comprovada, da prática de atos lesivos aos interesses dos participantes.

§ 3º. Os representantes do Comitê de Investimento não receberão remuneração pelas funções desempenhadas.

Art. 5 º Ao Comitê de Investimentos compete subsidiar a Diretoria executiva, o Conselho Curador e Fiscal nas definições das Políticas de Aplicações e Investimentos e especificamente:

I- analisar a conjuntura, cenários e perspectivas de mercado financeiro;

II- traçar estratégias de composição de ativos e definir alocação com base nos cenários;

III- avaliar as opções de investimento e estudar as propostas de oportunidades de participação em novos negócios;

IV- avaliar riscos potenciais;

V- propor alterações na Política de Investimentos;

VI- Encaminhar ao Conselho Fiscal os pareceres emitidos a diretoria e ao Conselho Curador;

VII- Auxiliar o Conselho fiscal, quando solicitado, referente a esclarecimentos referente a Carteira de Investimento do Previcon;

VIII- Submeter à aprovação do diretor Executivo a contratação ou substituição de Gestores/Administradores terceirizados e Agente Custodiante, com base em parecer técnico e relatórios específicos;

IX- Garantir a gestão ética e transparente;

X- Sugerir medidas legais de seleção e contratação das instituições financeiras para aplicação dos recursos do Previcon.

Art. 6º - O Comitê terá uma reunião ordinária bimestral, e reuniões extraordinárias sempre que necessário.

Parágrafo Único: O Comitê se reunirá com a presença de, no mínimo, três de seus membros, sendo obrigatória a presença do Gestor de Investimento.

Art. 7º As reuniões do Comitê ocorrerão quando convocadas pelo presidente do comitê de Investimento do Previcon e na sua ausência pelo Gestor de Investimento.

Art. 8° Qualquer dos membros poderá convocar reunião do Comitê, se a urgência do assunto assim o exigir.

Art. 9º - Nas reuniões ordinárias os seguintes assuntos deverão compor a pauta:

a) Manter os membros do Comitê atualizados acerca do cenário macroeconômico, das expectativas de mercado;

b) Manter os membros do Comitê atualizados acerca do desempenho dos segmentos de aplicação;

c) Apresentação dos pareceres relacionados aos investimentos propostos para o mês em curso e até a reunião seguinte, com indicações e estratégias sugeridas para a Diretora Executiva e para o Conselho Curador;

d) Elaborar o Fluxo de Caixa dos resgates e aplicações previstas para o mês em curso e demonstrativo da movimentação dos investimentos durante o mês anterior;

e) Outros assuntos relacionados à sua competência.

Art. 10 - As matérias analisadas e/ou aprovadas pelo Comitê de Investimentos serão registradas em atas elaboradas pelo Gestor de Investimento, que depois de assinadas ficarão arquivadas juntamente com os pareceres/posicionamentos que subsidiarão as recomendações e decisões.

Art. 11 – Os membros representantes do Comitê de Investimento poderão ser assessorados por empresas de consultorias específicas para maior segurança aos seus trabalhos.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Dezembro de 2016.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

Confresa - MT, 11 de Janeiro de 2017.

CICERO ROMÃO DIAS BRAGA PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR

Gestor

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 001/2017 PROCESSO 003/2017

Encontra-se aberta, na Prefeitura Municipal de Cotriguaçu à AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL - SRP forma de julgamento: Menor preço por item, com a finalidade de selecionar propostas para**: "AQUISICAO DE COMBUSTIVEL (DIESEL COMUM E DIESEL BS-10), GASOLINA, ALCOOL ANIDRO E DISSOLUTIVO ARLA 32 PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE AGRICULTURA, ASSISTENCIA SOCIAL, SAUDE, EDUCACAO, MEIO AMBIENTE, GABINETE, INFRA ESTRUTURA, E TRANSPORTE ESCOLAR (CENTRO E DISTRITO DE NOVA UNIAO) NO MUNICIPIO DE COTRIGUACU/MT,** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia 24 (vinte e quatro) de janeiro de 2017, às 9:00 (Nove horas), na Sala de Reuniões da Comissão Especial de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas e ou físicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados na CEL, de segunda a sexta-feira, no horário de 07:00 às 11:00 horas ou via fax – (66)3555-1224 ou 1247 ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência)

Cotriguaçu-MT, 11 de janeiro de 2017

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 001/2017

PORTARIA Nº 001/2017

CONCEDE ATO DELEGATÓRIO À SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DENISE SCHÜTZ FREITAS, Diretora Executiva do PREVI-COTRI de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER "ATO DELEGATÓRIO" juntamente ao Banco do Brasil aos servidores Públicos Municipal: Sr.ª DENISE SCHÜTZ FREITAS, portador CPF: 028.531.519-64, ocupante do Cargo de Diretora Executiva do PREVI-COTRI, LORECI FERNANDES, portador do CPF: 935.925. 741-91, ocupante do cargo de Tesoureira do PREVI-COTRI, para as funções abaixo relacionadas, das contas vinculadas ao CNPJ nº 05.070.835/ 0001-31:

Cadastrar, Alterar e Desbloquear Senhas;

Efetuar Abertura de Contas;

Solicitar saldos e extratos;

Efetuar resgates e aplicações financeiras;

Efetuar transações por meio eletrônico;

Emitir comprovantes e demonstrativos;

Alterar Limites de Transferências e Pagamentos;

Efetuar transferências e Pagamentos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

PREVI-COTRI de Cotriguaçu-MT, 10 de Janeiro de 2017

DENISE SCHÜTZ FREITAS

Diretora Executiva do PREVI-COTRI

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 029/2017

*CONCEDE **APROVEITAMENTO** DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SRA **ROSIANA MARIA DE SOUZA**, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei, especialmente a Lei Complementar nº. 08/2001, em seus artigos 51 a 54;

Considerando o Laudo Médico Pericial, emitido pelo Dr. Jose Darcio de A. Rudner, onde diz que a servidora descrito no artigo 1º desta portaria não pode trabalhar com produtos químicos;

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder Readaptação de função a servidora **ROSIANA MARIA DE SOUZA,** matrículafuncional 341, efetiva no cargo de **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para executar atividades junto à recepção da Secretaria de Saúde, devendo permanecer em desvio até 31/07/2017.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia-MT, 11 de janeiro de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 028/2017

DESIGNA **GERENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS,** *E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Designar o Sr. **CLAUDIO NASCIMENTO LOPES**, matrícula funcional 506, efetivo no cargo de Auxiliar Administrativo para exercer a função de **GERENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS,** a partir de 11 de janeiro de 2017, em conformidade com a Lei Complementar n° 80/2014 de 30/04/ 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 11 de janeiro de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO DE PESSOAL Nº. 008/2017

Referente à Prestação de Serviços no Cargo de **GARI**, Contratado: **VALDEMIR SOCORRO DOS SANTOS**; Salário Mensal: R$ 880,00; Vigência: 11/01/2017 a 11/04/2017; Lotação: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 030/2017

*NOMEIA **GERENTE DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS**,E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear o Sr. **ADEMIR DOS SANTOS**, portador do RG 1356806-0 SSP/MT, CPF 891.839.671-68, para exercer o cargo de **GERENTE DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS**, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças a partir de 11 de janeiro de 2017, em conformidade com a Lei Complementar n° 047/2010 de 25 de novembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia-MT, 11 de janeiro de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 013/2017/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura do município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora **ESTELITA SIMÕES**, Professora, matrícula nº 606, CPF nº 361.655.149-87, RG nº 1.966.836 SSP/PR, lotada na Escola Municipal Maria Euzebia Ferreira, para responder pelo Laboratório de Química da UAB – Universidade Aberta do Brasil, a partir de 02 de Janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogada a portaria nº 042/2013/SMEC, de 26 de Setembro de 2013.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE.

Diamantino – MT, em 02 de Janeiro de 2017.

Profª. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos Secretária Municipal de Educação e Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 020/2017/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura do município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora **RAQUEL MACHADO SANTANA**, Professora, matrícula nº 1404, CPF nº 571.769.221-87, RG nº 0865505-7 SSP/MT, sem função gratificada de Coordenadora de Unidade Escolar, na Escola Municipal Maria Euzebia Ferreira, a partir de 02 de Janeiro de 2017, onde a mesma desenvolverá suas atividades Pedagógicas junto ao corpo docente da escola mencionada, para o termino do Biênio 2016/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogadas as Portarias nº 013/2014/SMEC, de 30 de Janeiro de 2014, Portaria 013/2016/SMEC de 15 de Fevereiro de 2016.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE.

Diamantino – MT, em 02 de Janeiro de 2017.

Profª. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos Secretária Municipal de Educação e Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 014/2017/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura do município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora **EUNIDES MARIA DA SILVA**, Professora, matrícula nº 427, CPF nº 208.280.801-78, RG nº 204 464 SSP/MT, lotada na Escola Municipal Castorina Sabo Mendes, para a função gratificada de Assessora Administrativa, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 02 de Janeiro de 2017, onde a mesma desenvolverá as atividades administrativas na referida Secretaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogada a disposição em contrario.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE.

Diamantino – MT, em 02 de Janeiro de 2017.

Profª. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos Secretária Municipal de Educação e Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 012/2017/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura do município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora **MARCIA APARECIDA DA SILVA,** Professora, matrícula nº 459, CPF nº 411.887.561-68, RG nº 1265694-1 SSP/MT, com função gratificada de Diretora Unidade Escolar, na Escola Municipal Castorina Sabo Mendes a partir de 02 de Janeiro de 2017, para o termino do Biênio 2016/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogada a portaria nº 017/2016/SMEC, de 15 de Fevereiro de 2016.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE.

Diamantino – MT, em 02 de Janeiro de 2017.

Profª. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos Secretária Municipal de Educação e Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 011/2017/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura do município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora **MYLENE WIRGUES PAESE**, Professora, matrícula nº 456, CPF nº 206.735.581-34, RG nº 211 115 SSP/MT, lotada na Escola Municipal Castorina Sabo Mendes, para a função gratificada de Assessora Pedagógica, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 02 de Janeiro de 2017, onde a mesma desenvolverá suas atividades Pedagógicas junto as Escolas Municipais com a Educação do Campo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogadas as portarias nº 028/SMEC/2009 de 04/05/2009, Portaria nº 045/SMEC/2009 de 24/08/2009, Portaria nº 070/2010/SMEC de 03/11/2010, Portaria nº 012/2013, de 30/01/2013, Portaria nº 051/2014–SMEC de 11 de Novembro de 2014.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE.

Diamantino – MT, em 02 de Janeiro de 2017.

Profª. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos Secretária Municipal de Educação e Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 015/2017/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura do município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora **DONATA GLORINHA FERREIRA NASCIMENTO,** matrícula nº 414, CPF nº 345.401.301-10, RG nº 517837 SSP/MT, detentora de 02 (dois) cargos Efetivos como Professora 30 horas, sendo 1º concurso lotada na Escola Municipal Castorina Sabo Mendes, e o 2º concurso lotada na Escola Municipal Elza Martins Queiroz de Oliveira, em que a mesma ira desenvolver as funções de Assessora Pedagógica sem função gratificada, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 02 de Janeiro de 2017, onde a mesma desenvolverá suas atividades Pedagógicas junto as Escolas Municipais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogadas as portarias nº 063/2015/SMEC de 29/12/2015, Portaria nº 067/2016/SMEC de 27/09/2016.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE.

Diamantino – MT, em 02 de Janeiro de 2017.

Profª. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos Secretária Municipal de Educação e Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 010/2017/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura do município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei.

Considerando a necessidade de Profissionais para atender as necessidades educacionais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC.

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora **ROSICLEIA SILVEIRA MONTALVÃO KONRAD**, Técnica Administrativa Educacional, matrícula nº 2932, CPF nº 722.757.311-72, RG nº 1436871-4 SSP/MT, com função gratificada de Secretária de Unidade Escolar, para exercer a função conforme sua lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 02 de Janeiro de 2017, em que a mesma responderá pelas documentações escolares das Escolas Municipais da Zona Rural e os trabalhos administrativos na referida Secretaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogando a Portaria nº 018/2013-SMEC de 01/03/2013.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE.

Diamantino – MT, em 02 de Janeiro de 2017.

Profª. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos Secretária Municipal de Educação e Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 009/2017/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura do município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora **RENATA CEMIN RUCHITINICA**, Tecnica Administrativa Educacional, matrícula nº 2931, CPF nº 031.292.981-18, RG nº 1853507-0 SSP/MT, com função gratificada de Secretária de Unidade Escolar, para exercer a função conforme sua lotação na Escola Municipal Elza Martins de Queiroz Oliveira, a partir de 02 de Janeiro de 2017, em que a mesma responderá pelos trabalhos administrativos na escola mencionada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogando as disposições contrarias.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE.

Diamantino – MT, em 02 de Janeiro de 2017.

Profª. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos Secretária Municipal de Educação e Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 008/2017/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura do município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei e,

Considerando a necessidade de atender Convênio entre Prefeitura Municipal de Diamantino e a Universidade Aberta do Brasil – UAB Pólo de Diamantino-Estado de Mato Grosso, Criada pela Lei nº 721/2009.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a servidora **CARLA ADRIANA ROSSI RAMOS**, Professora, matrícula nº 405, CPF nº 503.062.781-20, RG nº 766641 SSP/MT, com função gratificada de Coordenadora de Unidade Escolar, lotada na Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz, onde a mesma responderá pela Coordenação Geral da UAB – Universidade Aberta do Brasil, a partir 02 de Janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogada a portaria nº 006/2014/SMEC, de 28 de Janeiro de 2014.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE.

Diamantino – MT, em 02 de Janeiro de 2017.

Profª. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos Secretária Municipal de Educação e Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 016/2017/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura do município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei,

R E S O L V E,

Artigo 1º - Designar o servidor **ANTONIO CARLOS DOS SANTOS,** Apoio Administrativo Educacional, Matrícula nº 33, CPF nº 566.104.715-91,RG nº 1.118.507 SSP/SE**,** lotado na Escola Municipal **CASTORINA SABO MENDES**, onde o mesmo exerce suas funções na escola mencionada, ficando a disposição da Secretaria Municipal de Educação e Cultura para desenvolver suas atividades junto aos trabalhos Culturais quando houver a necessidade.

Artigo 2º - Esta Portaria passa a vigorar a partir de sua assinatura.

CUMPRA-SE

PUBLIQUE-SE

Diamantino – MT, em 02 de Janeiro de 2017.

Profª. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos

Secretária Municipal de Educação e Cultura.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 017/2017/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura do município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora **ALESSANDRA DE SOUZA ALVES DE SALES**, Professora, matrícula nº 402, CPF nº 571.693.491-91, RG nº 0900392-4 SSP/MT, lotada na Escola Municipal Castorina Sabo Mendes, para exercer suas funções na Escola Municipal de Educação Infantil Carinha de Anjo, a partir de 02 de Janeiro de 2017, onde a mesma desenvolverá suas atividades na escola mencionada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogada a portaria nº 020/2014/SMEC, de 03 de Fevereiro de 2014.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE.

Diamantino – MT, em 02 de Janeiro de 2017.

Profª. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos Secretária Municipal de Educação e Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 007/2017/SMEC

A **Secretária Municipal de Educação e Cultura** do município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora **EITIENE FRANÇA DE LIMA**, Professora, matrícula nº 3294, CPF nº 018.505.321-17, RG nº 1313413-2 SSP/MT, com função gratificada de Coordenadora de Unidade Escolar, na Escola Municipal de Educação Infantil Tia Alair / Centro Municipal de Educação Infantil Lilian Vanni Lima, a partir de 02 de Janeiro de 2017, onde a mesma desenvolverá suas atividades Pedagógicas junto ao corpo docente da escola mencionada, para o termino do Biênio 2016/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogada a portaria nº 019/2016/SMEC, de 15 de Fevereiro de 2016.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE.

Diamantino – MT, em 02 de Janeiro de 2017.

Profª. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos Secretária Municipal de Educação e Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 018/2017/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura do município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora **SONIA CORREA DA SILVA,** Apoio Administrativo, matrícula nº 1150, CPF nº 902.390.161-49, RG nº 2981461-8 SESP/MT, lotada na Escola Municipal Castorina Sabo Mendes, para desenvolver suas funções na sede da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período matutino, a partir de 02 de Janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogada a portaria nº 010/2013/SMEC, de 05 de Fevereiro de 2013.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE.

Diamantino – MT, em 02 de Janeiro de 2017.

Profª. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos Secretária Municipal de Educação e Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 004/2017/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura do município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei,

R E S O L V E,

Artigo 1º - Designar o servidor **JOCELINO ARMINDO DA SILVA,** Técnico Administrativo Educacional, Matrícula nº 535, CPF nº 206.831.621-87,RG nº 139 950 SSP/MT, com a Função Gratificada de **Secretário de Unidade Escolar,** para exercer suas funções na Escola Municipal **CASTORINA SABO MENDES**, a partir de 02 de Janeiro de 2017, onde o mesmo responderá pelos trabalhos Administrativos na escola mencionada.

Artigo 2º - Esta Portaria passa a vigorar a partir de sua assinatura, ficando a Portaria 027/2016/SMEC de 25 de Fevereiro de 2016.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE.

Diamantino – MT, em 02 de Janeiro de 2017.

Profª. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos

Secretária Municipal de Educação e Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 003/2017/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura do município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora **LUZIA OLGA BARCZYSZYN**, Professora, matrícula 433, CPF nº 571.698.611-00, RG nº 1149654-1 SJ/MT, com função gratificada de Coordenadora de Unidade Escolar, na Escola Municipal de Educação Infantil Carinha de Anjo, a partir de 02 de Janeiro de 2017, onde a mesma desenvolverá suas atividades Pedagógicas junto ao corpo docente da escola mencionada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE.

Diamantino – MT, em 02 de Janeiro de 2017.

Profª. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos Secretária Municipal de Educação e Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 002/2017/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura do município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor **ELEDIL PEREIRA DE QUEIROZ**, Matrícula 2944, CPF nº 825.257.731-87, RG nº 1315253-0 SSP/MT, Apoio Administrativa Educacional, lotado na Escola Municipal Educação Infantil Carinha de Anjo, para exercer suas funções na Sede da Secretaria Municipal de Educação e Cultural de Diamantino, e nas Escolas Municipais, a partir de 02 de Janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogada a portaria 015/2015/SMEC, de 06 de Março de 2016.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE.

Diamantino – MT, em 02 de Janeiro de 2017.

Profª. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos Secretária Municipal de Educação e Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 021/2017/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura do município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora **JURISELMA FERREIRA DA SILVA**, Professora, matrícula nº1422, CPF nº 028.721.441-96, RG nº 1205487-9 SJ/MT, com função gratificada de Coordenadora de Unidade Escolar, na Escola Municipal de Educação Infantil Dona Nha Nhá, a partir de 02 de Janeiro de 2017, onde a mesma desenvolverá suas atividades Pedagógicas junto ao corpo docente, e trabalhos administrativos na referida escola.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE.

Diamantino – MT, em 02 de Janeiro de 2017.

Profª. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos Secretária Municipal de Educação e Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 001/2017/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura do município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora **KELMA PATRÍCIA HENRIQUETA DE MORAES**, Matrícula 3111, CPF 879.083.011-34, Técnica Administrativa Educacional, com a função gratificada Secretaria de Unidade Escolar, para exercer a função conforme sua lotação na Escola Municipal Educação Infantil Tia Alair e no Centro Municipal Educação Infantil Lilian Vanni Lima, em que a mesma responderá pelos trabalhos administrativos nas escolas mencionadas, e pela Escola Municipal Prefeito João Batista de Almeida ficará responsável pelas documentações.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogada a portaria nº 061/2016/SMEC, de 13 de Setembro de 2016.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE.

Diamantino – MT, em 02 de Janeiro de 2017.

Profª. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos Secretária Municipal de Educação e Cultura.

GABINETE
PORTARIA Nº 031/2017

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. **CRISTIANE MENDES CARDOSO,** brasileira, casada, portadora do RG N. º 165438-40 SSP/MT e CPF N.º 008.707.581-44 para o Cargo de Assistente de Secretária II, onde desempenhará suas funções junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente.

Art. 2º - A remuneração será a de DAS 03, conforme o anexo V da Lei Municipal n.º 1.042/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 02 de Janeiro de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 030/2017

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

Considerando a mudança de gestão desde o 1º de Janeiro de 2017, observando-se ainda que cumpre ao prefeito do mandato anterior a revogação das portarias de nomeação em cargo de comissão, mas que no presente caso não fora realizado.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam revogadas as Portarias dos servidores comissionados abaixo descriminados:

0024/2015 – 0063/2014 – 0166/2010 – 0092/2011 – 0031/2016 - 0203/2010 – 0173/2010 – 0106/2014 – 0030/2013 – 0162/2013 – 0029/2010 – 0060/2014 - 0024/2013 – 0061/2014 – 138/2015

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir do dia 01 de Janeiro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 02 de Janeiro de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 019/2017/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura do município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora **ROSILEI CARRIS**, Professora, matrícula nº 472, CPF nº 138.187.718-47, RG nº 21.512.079 SSP/SP, lotada na Escola Municipal Brás Maimoni, para a função gratificada de Assessora Pedagógica, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 02 de Janeiro de 2017, onde a mesma desenvolverá suas atividades Pedagógicas junto as Escolas Municipais de Educação Infantil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogadas as disposições contrarias.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE.

Diamantino – MT, em 02 de Janeiro de 2017.

Profª. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos Secretária Municipal de Educação e Cultura

---

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 006/2017/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura do município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora **ESLAINE CRISTINA DOS SANTOS CARDOSO**, Professora, matrícula nº 2985, CPF nº 021.099.531-95, RG nº 1848674-6 SSP/MT, com função gratificada de Coordenadora de Unidade Escolar, na Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz, a partir de 02 de Janeiro de 2017, onde a mesma desenvolverá suas atividades Pedagógicas junto ao corpo docente da escola mencionada, para o termino do Biênio 2016/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogada a portaria nº 018/2016/SMEC, de 15 de Fevereiro de 2016.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE.

Diamantino – MT, em 02 de Janeiro de 2017.

Profª. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos Secretária Municipal de Educação e Cultura

---

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 005/2017/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura do município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei,

R E S O L V E,

Artigo 1º - Designar a servidora **LUCINDA PRAXEDES CAPISTRANO AZEVEDO,** Técnica Administrativa Educacional, Matrícula nº 718, CPF nº 651.842.461-34, **RG nº 0136.321-3 SSP/MT,** comFunção Gratificada de **Secretária de Unidade Escolar,** para exercer suas funções na Escola Municipal Brás Maimoni, a partir de 02 de janeiro de 2017, onde a mesma responderá pelos trabalhos Administrativos na escola mencionada.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogada a portaria 031/SMEC/2006, de 20 de Março de 2006.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE.

Diamantino – MT, em 02 de Janeiro de 2017.

Profª. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos

Secretária Municipal de Educação e Cultura.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

CONTRATOS
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 002/2016

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 002/2016

CONTRATADO:BOYEK & ALCANTARA LTDA ME

CNPJ:20.101.691/0001-27

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a **Expansão de 1 ano** do prazo global, constante da Cláusula quarta do Contrato de Prestação de Serviços nº 002/2016.

DATA DO TERMO: 06/01/2017

VIGÊNCIA: o presente termo terá vigência de 12 meses.

DOM AQUINO – MT, 11 de JANEIRO 2017.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA JURIDICO
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO - LEI MUNICIPAL Nº 562/2016

LEI MUNICIPAL N.º 562//2016

DATA: 13 DE DEZEMBRO 2016

SÚMULA: ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR JOSÉ ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município para o exercício de 2017, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita Bruta em R$ 38.330.000,00 (trinta e oito milhões e trezentos e trinta mil reais), sendo, o valor de R$ 34.830.000,00 (trinta e quatro milhões e oitocentos e trinta mil reais) para a administração indireta e o valor de R$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), do Fundo de Previdência dos Servidores do Município de Feliz Natal, assim distribuídos: Despesa em igual valor com seguinte desdobramento:

Orçamento Fiscal: R$ 24.895.000,00 e

Orçamento da Seguridade Social: R$ 13.435.000,00

TOTAL: R$ 38.330.000,00

Art. 2º - A receita será arrecadada, mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de Receitas Correntes e de Capital, nos termos da legislação vigente e das especificações constantes do “Anexo 2”, observando o seguinte desdobramento sintético:

Art. 3º. A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, observadas a categoria econômica e as fontes abaixo discriminadas:

RECEITAS CORRENTES	**36.570.000,00**
1.1 - Receita Tributária	2.295.000,00
1.2 - Receita de Contribuições	2.735.000,00
1.3 - Receita Patrimonial	1.081.000,00
1.4 – Receita de Serviços	601.000,00
1.5 - Transferências Correntes	33.982.500,00
(-) - Deduções da Receita do FUNDEB	-4.273.000,00
1.7 - Outras Receitas Correntes	196.500,00
(-) - Deduções da Receita Corrente	-48.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	**1.760.000,00**
2.1 – Outras Operações de Credito Interna	
2.2 - Alienação de Bens	20.000,00
2.3 - Transferências de Capital	1.740.000,00
TOTAL	**38.330.000,00**

Art. 3º - A despesa será realizada de acordo com a discriminação constante dos quadros “Programas de Trabalho” a “Natureza da Despesa”, que integram a presente lei, e apresentam os seguintes desdobramentos sintéticos:

1. POR FUNÇÕES DO GOVERNO	**Em R$**
Legislativa	1.581.200,00
Administração	3.869.000,00
Assistência Social	2.230.000,00
Previdência Social	2.610.000,00
Saúde	7.705.000,00
Educação	9.923.000,00
Cultura	272.000,00
Urbanismo	5.609.000,00
Gestão Ambiental	54.000,00
Agricultura	736.000,00
Transporte	1.300.000,00
Desporto e Lazer	545.800,00
Encargos Especiais	955.000,00
Reserva de Contingência	50.000,00
Reserva do RPPS	890.000,00
TOTAL	**38.330.000,00**

2 – POR PROGRAMAS:	**Em R$**	
0001	GESTAO POLITICA DO PODER LEGISLATIVO	1.581.200,00
0002	GESTAO POLITICA DO GABINETE DO PREFEITO	768.000,00
0003	TRANSPARENCIA E EFICIENCIA NOS GASTOS PUBLICOS	132.000,00
0004	GESTAO POLITICA DA SECRET. DE ADMINISTRACAO E FINANCAS	2.969.000,00
0006	OPERACOES ESPECIAIS	955.000,00
0008	GESTAO POLITICA DA SECRET. DE EDUCACAO, ESPORTES E LAZER	1.220.000,00
0009	GESTAO POLITICA DA SECRET DE AGRICULT. PEC.ASS. FUN. E MEIO AMBIENTE	675.000,00
0010	GESTAO POLITICA DA SECRETARIA DA SAUDE	1.877.000,00
0011	GESTAO POLITICA DA SEC. DE INFRAESTRUTURA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	4.279.000,00
0012	CULTURA VIVA	80.000,00
0013	GESTAO POLITICA DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.724.000,00
0014	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA	3.500.000,00
0015	INFRAESTRUTURA A SERVICO DO DESENVOLVIMENTO DO MUNICIPIO	2.631.000,00
0016	ACESSO DOS ALUNOS A REDE ESCOLAR	760.000,00
0017	MERENDA ESCOLAR DE QUALIDADE	380.000,00
0018	EDUCACAO BASICA DE QUALIDADE	7.503.000,00
0020	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E ATIVIDADES MOTORAS	185.800,00
0021	SERVICOS DE LIMPEZA PUBLICA	463.000,00
0022	CIDADE ILUMINADA	180.000,00
0023	POLITICA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E AMBIENTAL	75.000,00
0025	APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E AGRICOLA	40.000,00
0026	PROTECAO SOCIAL BASICA - MUNICIPIO QUE ACOLHE E PROTEGE	281.000,00
0027	INDICE DE GESTAO DESCENTRALIZADA - IGD	3.000,00
0028	APOIO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	120.000,00
0029	MUNICIPIO MELHOR NO SOCIAL	4.000,00
0030	FOMENTO AO COMERCIO AO TRABALHO, EMPREGO E RENDA	8.000,00

0031	MORAR BEM	15.000,00
0032	APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS	5.313.000,00
0033	PROMOCAO A SAUDE DE QUALIDADE	340.000,00
0034	VALORIZACAO PROMOCAO E ACESSO A CULTURA E TURISMO	162.000,00
0035	APOIO A PESSOA INDÍGENA	56.000,00
9999	RESERVA DE CONTIGENCIA	50.000,00
TOTAL DA DESPESA	**38.330.000,00**	

3 - POR CATEGORIA ECONÔMICA	**Em R$**
Despesas Correntes	34.003.000,00
Despesas de Capital	2.827.000,00
Reserva de Contingência	1.500.000,00
TOTAL DESPESA POR CATEGORIA ECON.:	**38.330.000,00**

4 - POR ÓRGÃO / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	**Em R$**
01 - CÂMARA MUNICIPAL	**1.581.200,00**
01 - Câmara Municipal	1.581.200,00
02 – GABINETE DO PREFEITO	**900.000,00**
01 - Chefe de Gabinete	797.000,00
02 – Controladoria	103.000,00
03 – SEC. DE ADMINISTRAÇAO E FINANÇAS	**3.924.000,00**
01 – Gabinete do Secretário	3.924.000,00
04 – SEC. MUNIC. DE EDUC/ CULT. E DESP	**10.740.800,00**
01 – Gabinete Do Secretário	1.275.000,00
02 – Fundo Municipal de Educação	2.148.000,00
03 – Fundeb 60%	4.600.000,00
04 – Fundeb 40%	1.900.000,00
05 – Departamento de Desporto	545.800,00
06 – Departamento de Cultura	272.000,00
05 – SEC. ASSISTENCIA TRABALHO E ACAO SOCIAL	**2.230.000,00**
01 – Gabinete da Sec. de Assistência Social	636.000,00
02 – Fundo Municipal de Assistência Social	1.434.000,00
03 – Fundo Municipal Criança e Adolescente	140.000,00
04 – Fundo Municipal de Idoso	20.000,00
06 – SEC. DE SAÚDE E SANEAMENTO	**7.705.000,00**
01 – Gabinete do Secretário	1.245.000,00
02 – Fundo Municipal de Saúde	6.460.000,00
07 – SEC. DE INFRA ESTRUTURA	**6.909.000,00**
01 – Gabinete do Secretario	842.000,00
02 – Departamento Rodoviário	1.300.000,00
3 – Departamento de Servicos Urbanos	4.304.000,00
4 – Departamento Agua e Esgoto	463.000,00
08 – SEC. AGRICULTURA, IND. E COMÉRCIO	**790.000,00**
01 – Gabinete do Secretario	765.000,00
02 - Fundo Municipal do Meio Ambiente	25.000,00
09 – FUNDO MUNIC. PREVIDENCIA DOS SERVIDORES	**2.050.000,00**
01 – Fundo Municipal de Previdência	2.050.000,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**1.500.000,00**
99 – Reserva de Contingência	1.500.000,00
TOTAL DESPESA POR ÓRGÃO/UNIDADE:	**38.330.000,00**

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - Abrir créditos suplementares, mediante remanejamento, transposições e transferências, dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, entre as secretarias e unidades orçamentárias, do saldo das dotações, dos seus grupos de natureza ou elementos de despesa, à conta de quaisquer dos recursos discriminados nos incisos do parágrafo 1º, do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1.964, até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada, em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017, perfazendo o valor de R$ 11.399.000,00 (onze milhões trezentos e noventa e nove mil reais) e ainda a realizar as operações a que se refere o Art. 167 da Constituição Federal;

II - Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de anulação parcial ou total, da dotação consignada sob a denominação de Reserva de Contingência, destinado ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme prevê o inciso III, do Art. 5º da Lei Complementar 101/00, de 04 de Maio de 2.000;

III - abrir créditos suplementares até o limite da dotação consignada na Lei Orçamentária como emendas parlamentares individuais, mediante solicitação e justificativa do autor da emenda, que deverá ser encaminhada às áreas de governo responsáveis pela sua execução, observado o disposto no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e as alterações previstas na Lei Orgânica do Município de Feliz Natal.

Parágrafo Único - A autorização de que trata o inciso I deste artigo não onerará o limite previsto nos seguintes casos:

I - Quando destinado a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas a Pessoal e Encargos Sociais;

II - Quando se tratar da abertura de créditos adicionais à conta de excesso efetivo de arrecadação, inclusive no caso de convênios;

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 01 de Janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO EM 13 DE DEZEMBRO DE 2016

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATOS 2017

CONTRATO N.º 001/2017

CONTRATANTE: FELIZ PREVI - Fundo Municipal de Previ. Social dos Servidores de Feliz Natal.

CONTRATADO: **AGILI SOFTWARE PARA AREA PUBLICA**

DATA ASSINATURA: **02/01/2017**

VIGENCIA: **28/02/2017**

VALOR R$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais) 02 (duas) parcelas, de R$ 750,00 (Setecentos e cinquenta reais) cada parcela, pagos mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente.

OBJETO: Prestação de Serviços no Fornecimento de Licenças de uso, manutenção e suporte técnico em sistemas de informática na ordem legal dos seguintes softwares: **Portal Transparência** e software de Controle das contribuições previdenciárias.

CONTRATO N.º 002/2017

CONTRATANTE: FELIZ PREVI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Feliz Natal.

DATA ASSINATURA: **02/01/2017**

VIGENCIA: **31/12/2017**

CONTRATADO: **I. F. GARCIA E CIA LTDA EPP**

VALOR GLOBAL: R$ 7.800,00 (Sete mil e Oitocentos reais), que serão pagos em 12 parcelas no valor de R$ 650,00 (Seiscentos e Cinquenta reais).

OBJETO: Prestação de serviços de assistência e consultoria econômica no acompanhamento da carteira de investimento, com o objetivo do cumprimento da Meta Atuarial e do Plano Anual de Investimento – PAI, conforme exigência da Resolução CMN 3.506/07.

CONTRATO N.º 003/2017

CONTRATANTE: FELIZ PREVI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Feliz Natal.

CONTRATADO: **I. F. GARCIA E CIA LTDA EPP**

DATA ASSINATURA: **02/01/2017**

VIGENCIA: **30/04/2017**

VALOR GLOBAL: R$ 7.400,00 (Sete mil e quatrocentos reais), pagos até 5 (cinco) dias após a entrega da Avaliação, mediante apresentação de Nota Fiscal.

OBJETO: Prestação de Serviços de Reavaliação Atuarial para o Exercício de 2017.

CONTRATO N.º 004/2017

CONTRATANTE: FELIZ PREVI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Feliz Natal.

CONTRATADO: **HECTOR AURELIO DAVILA SORIANO**

DATA ASSINATURA: **02/01/2017**

VIGENCIA: **31/12/2017**

VALOR: R 100,00 (Cem reais), por perícia realizada.

OBJETO: Prestação de serviços médicos periciais regulamentada pela Lei n.º 558/2016 de 01 de Setembro de 2016.

CONTRATO N.º 005/2017

CONTRATANTE: FELIZ PREVI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Feliz Natal.

CONTRATADO: **ATOS CONSULTORIA PÚBLICA E EMPRESARIAL LTDA**

DATA ASSINATURA: **02/01/2017**

VIGENCIA: **31/03/2017**

VALOR: R$ 3.000,00 (Três mil reais), os quais serão pagos após prestação dos serviços correspondente a cada competência; sendo três pagamentos de R$ 1.000,00 (mil reais) respectivamente após envio de cada competência mediante apresentação de nota fiscal.

OBJETO: Prestação de serviços técnicos profissionais de Assessoria e consultoria na remessa das informações do sistema de Auditoria Pública de Contas APLIC.

CONTRATO N.º 006/2017

CONTRATANTE: FELIZ PREVI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Feliz Natal.

CONTRATADO: **CAROLINA MARIA DE MELO OLIVEIRA**

DATA ASSINATURA: **02/01/2017**

VIGENCIA: **31/12/2017**

VALOR: R 100,00 (Cem reais), por perícia realizada.

OBJETO: Prestação de serviços médicos periciais regulamentada pela Lei n.º 558/2016 de 01 de Setembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D´OESTE

SUPERVISORA DE RH
PORTARIA 021/2017

PORTARIA 021/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

O Exmo. Senhor **Eduardo Flausino Vilela**, Prefeito do Município de Figueirópolis D'Oeste – MT, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1° - Designar para compor a **Comissão Permanente de Licitação (CPL)** do Município de Figueirópolis D'Oeste – MT, a partir de 02 de janeiro de 2017 nos termos da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/2002, os servidores abaixo.

Presidente: Liliany Pupim

Secretário: Wendell Jose Soares de Souza Membro: William David da Hora Membro: Janderson Freitas da Costa

Membro: Rosana Nascimento Faria

Art. 2° - Na ausência ou impedimento do presidente ou qualquer membro da comissão de Licitação por qualquer motivo, o mesmo será substituído pelo servidor subsequente na ordem do Artigo anterior

Art. 3° - Designar para atuar como Pregoeiras em licitações na modalidade de pregão, no âmbito do poder executivo do Município de Figueirópolis D'Oeste – MT as servidoras:

1 - Dandra Renata Souza Lima 2 - Vanessa Resende de Oliveira

Art. 4° - Os servidores designados para compor a Comissão Permanente de Licitação também atuarão como equipe de apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito do poder executivo do Município de Figueirópolis D'Oeste –MT, com exceção do presidente.

Art. 5°- Caberá a pregoeira e Equipe de Apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e classificação, bem como a habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, e deverá cumprir aos preceitos gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídas pela Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, consoante as alterações que lhe forem dadas.

Art. 6° - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Figueirópolis D'Oeste, MT, 02 de Janeiro 2017.

EDUARDO FLAUSINO VILELA

Prefeito Municipal

SUPERVISORA DE RH
DECRETO Nº005/2017

DECRETO Nº005/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

D E C R E T A:

Art. 1º - Estabelece a atualização da Unidade Padrão Fiscal do Município de Figueirópolis D Oeste MT, conforme artigo 389 da Lei Complementar 11/2008, de 04 de Novembro de 2008.

Art. 2º - A Unidade Padrão Fiscal do Município de Figueiropolis D'Oeste MT, a partir desta data passa a ter o seguinte valor: R$ 3,53 (três reais e cinquenta e tres centavos), conforme determinação da lei constante no Art. primeiro deste decreto.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Figueirópolis D'oeste, 09 de Janeiro de 2017.

_____

Eduardo Flausino Vilela

Prefeito Municipal

SUPERVISORA DE RH
LEI ORGÂNICA

LEI ORGÂNICA

MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE – MT.

TÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º- O Município de Figueirópolis D'Oeste é uma das unidades do Território do Estado de Mato Grosso, parte integrante da República Federativa do Brasil, com Autonomia Política, Administrativa e Financeira, regendo-se

por esta Lei Orgânica e pelas demais leis que adotar, respeitados os princípios estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual.

Art. 2º - É mantido o atual território do Município, que só poderá ser alterado através de Lei Estadual, desde que seja preservada a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, obedecido os requisitos de Lei Complementar Estadual, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas, por distrito, sub-distrito ou zona de área a ser emancipada, para assegurar a qualquer um deles, seu direito de escolha.

Parágrafo Único – A divisão do Município em distritos, sua organização e supressão depende de lei, observada a legislação estadual.

Art. 3º - Os Símbolos do Município são: o Hino, a Bandeira e os estabelecidos em lei.

Art. 4º - São Poderes do Município, independentes e harmônicos, o Legislativo e Executivo.

Parágrafo Único – Salvo as exceções previstas nesta Lei Orgânica, um Poder não pode delegar atribuições a outro, e nenhum cidadão investido na função de um deles pode exercer a de outro.

Art. 5º - O Município pode celebrar convênios com a União, o Estado e outros Municípios, para a realização de obras ou exploração de serviços públicos de interesse comum.

Parágrafo Único – Pode, ainda, o Município, através de convênios ou consórcios com outros municípios, criar entidades intermunicipais para a realização de obras, atividades ou serviços específicos do interesse comum, devendo ser os mesmos aprovados por Leis dos municípios participantes.

Art. 6º - A Autonomia do Município é assegurada:

I – pela eleição direta, nos termos da Constituição Federal, da Constituição Estadual, e Legislação Complementar, do Prefeito e do Vice-Prefeito, que compõem o Executivo Municipal, e dos Vereadores, que compõem a Câmara Legislativa Municipal.

II – pela Administração própria no que respeita a assuntos de interesse local, especialmente quanto:

a) – à instituição e arrecadação dos tributos de sua competência, à fixação de cobrança de tarifas ou preços públicos municipais e à aplicação de suas rendas;

b) – à organização dos serviços públicos locais.

Art. 7º - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao interesse local, e ao bem estar de sua população, cabendo-lhe:

I – organizar-se administrativamente, observadas as Legislações Federal, Estadual pertinentes;

II – decretar suas leis, e expedir decretos e atos relativos aos assuntos de seu peculiar interesse;

III – adquirir, alienar e doar os seus bens, bem como, aceitar doações, legados e heranças, e dispor sobre sua administração e utilização;

IV – desapropriar por necessidade ou utilidade pública e por interesse social, nos casos previstos em lei;

V – dispor sobre concessão, permissão e autorização de serviços públicos locais e do uso de seus bens, por terceiros, respeitando, quanto à primeira, o disposto no Artigo 175 da Constituição Federal e a Legislação Federal pertinentes;

VI – organizar os quadros e estabelecer o regime jurídico de seus servidores;

VII – elaborar o seu plano diretor;

VIII – estabelecer normas de edificação, de loteamento, de zoneamento urbano e de arruamento, bem como as diretrizes urbanísticas convenientes à ordenação de seu território;

IX – estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de seus serviços;

X – regulamentar e fiscalizar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente, nas zonas urbanas:

a) – determinar o itinerário e os pontos de parada dos transportes coletivos em geral;

b) – fixar os locais de estacionamento de táxis e de demais veículos;

c) – fixar e sinalizar, de acordo com a legislação federal pertinente, as faixas de rolamento do Município, os limites das zonas de silêncio e de trânsito em condições especiais;

d) – disciplinar os serviços de cargas e descarga, e fixar tonelagem máxima permitida a veículos que circulam em suas vias Públicas.

XI – fixar as tarifas dos serviços municipais inclusive os de transporte coletivo e de táxis, observados, quanto aos primeiros o disposto no Artigo 175, § Único e incisos I, II, III e IV da Constituição Federal e a legislação federal a respeito;

XII – dispor sobre a limpeza dos logradouros públicos, bem como sobre a remoção e destino do lixo domiciliar e de detritos de qualquer natureza;

XIII – licenciar a localização dos estabelecimentos comerciais, industriais e outros, manter serviços de permanente fiscalização dos mesmos e cassar os respectivos alvarás dos que se tornarem nocivos ou inconvenientes à saúde, à higiene e ao bem estar público ou aos bons costumes, observadas as normas federais e estaduais pertinentes;

XIV – estabelecer, respeitada a legislação do trabalho, as condições e horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e similares;

XV – dispor sobre o serviço funerário e os cemitérios do município, administrando os públicos e fiscalizando os particulares;

XVI – dispor sobre edificações, inclusive sobre sua interdição e demolição, especialmente quando, em ruínas ou em condições de absoluta insalubridade, atentarem contra a incolumidade pública;

XVII – regulamentar, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes, anúncios, emblemas e quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, em locais públicos e particulares do município;

XVIII – regulamentar, autorizar e fiscalizar os jogos esportivos, os espetáculos e divertimentos públicos, sujeitos ao poder de polícia do município;

XIX – dispor sobre registro, vacinação, captura e destino de animais, com o fim de prevenir e erradicar a hidrofobia e outras moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;

XX – dispor sobre apreensão e depósito de semoventes, mercadorias e móveis em geral, no caso de transgressão de leis e demais atos municipais, bem como sobre a forma e condições do destino das coisas apreendidas;

XXI – dispor sobre os serviços públicos em geral regulamentando-os, inclusive os de caráter ou de uso coletivo, como os de água, gás, luz e energia elétrica, estabelecendo os respectivos processos de instalação, distribuição e consumo no Município;

XXII – estabelecer penalidades, disposto sobre a competência das autoridades com poder de aplica-las, por infrações às leis e regulamentos municipais.

Art. 8º - Compete, ainda, ao Município, concorrente supletivamente com a União ou o Estado:

I – zelar pela aguarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II – cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais e os sítios arqueológicos;

IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;

V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII – preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII – fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

XII – estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito;

XIII – prover sobre a prevenção e os serviços de extinção de incêncio.

Parágrafo Único – Dependerá de lei complementar Federal a qual disporá sobre as mesmas para a cooperação de que trata este artigo, tendo em vista o equilíbrio de desenvolvimento e do bem estar em âmbito nacional.

CAPÍTO II

DAS VEDAÇÕES

Art. 9º - Ao Município é vedado:

I – instituir ou majorar tributos sem que a lei os estabeleça;

II – instituir impostos sobre:

a) – o patrimônio, a renda ou os serviços da União, dos Estados e do Município;

b) – os templos de qualquer culto;

c) – o patrimônio, a renda ou os serviços dos partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social observados os requisitos da lei:

d) – o livro, o jornal e os periódicos, assim como o papel destinado à sua impressão.

III – realizar operações de acordos e contrair empréstimos externos, de qualquer natureza, sem autorização do |Senado Federal;

IV – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvenciona-los, embaraçar-lhes o exercício, ou manter com eles ou seus representantes relações de aliança ou dependência de caráter estritamente confessional;

V – utilizar ou permitir que seja utilizado, para propaganda político-partidária ou para fins estranhos à administração quaisquer dos bens ou serviços municipais, ressalvadas as exceções previstas na legislação eleitoral;

VI – criar distinção entre brasileiros ou preferência em favor de qualquer pessoa de direito público interno;

VII – recusar fé aos documentos públicos.

Parágrafo Único – O disposto na alínea “a” do inciso II deste artigo é extensivo às autarquias, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essências ou delas decorrentes; mas não se estende aos serviços públicos concedidos, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar os impostos que incidirem sobre imóvel objeto de promessa de compra e venda.

TÍTULO II

DO LEGISLATIVO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10º - O Poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal, composta de Vereadores, segundo o disposto nas Legislações Federal e Estadual a respeito e funciona de acordo co seu Regimento Interno.

Art. 11º - No primeiro ano de cada Legislatura, cuja duração coincide com a do mandato dos Vereadores, a Câmara, sob a presidência do mais idoso dos edis presentes, reúne-se, no dia estabelecido em lei, em sessão solene de instalação, independentemente de número para a posse dos Vereadores e, estando presente a maioria absoluta deste será, a seguir, procedida a eleição da Mesa, cujos componentes ficarão automaticamente empossados.

§ 1º - Cada Legislatura terá a duração de 4 (quatro) anos, iniciando-se com a posse dos Vereadores;

§ 2º - No ato da posse, exibidos os diplomas e verificada a sua autenticidade, o Presidente, de pé, no que será acompanhado por todos os Vereadores, proferirá o seguinte compromisso: “PROMETO CUMPRIR E FAZER CUMPRIR A LEI ORGÂNICA, AS LEIS DA UNIÃO, DO ESTADO E DO MUNICÍPIO, E EXERCER O MEU MANDATO SOB A INSPIRAÇÃO DO PATRIOTISMO, DA LEALDADE, DA HONRA E DO BEM COMUM.” Ato Contínuo, feita a chamada nominal, cada Vereador, levantando-se, declarará. “ASSIM O PROMETO.” Após, cada Edil assinará o termo competente.

§ 3º - Se não houver o quorum estabelecido no artigo para a eleição da Mesa, ou, havendo, esta não for realizada, a Câmara ainda sob a Presidência do mais idoso dentre os Vereadores presentes, receberá, de imediato à posse destes, o compromisso do Prefeito e do Vice Prefeito, aos quais dará posse.

§ 4º O Vereador mais idoso, dentre os presentes à sessão de instalação da legislatura, permanecerá na presidência da Câmara e convocará sessões diárias até que seja eleita a Mesa, com a posse de seus membros.

§ 5º - A Câmara Municipal será dirigida por uma Mesa, composta de Presidente, um primeiro e um segundo Secretários, a qual cabe, em colegiado, a direção dos trabalhos da Câmara e serviços administrativos.

§ 6º - A seguir, constituir-se-á a comissão representativa na forma estabelecida no artigo 32 e seu parágrafo único, e observado o parágrafo único do artigo 16, serão eleitos os membros das comissões técnicas permanentes que a Câmara entender necessárias, entrando esta logo em recesso.

§ 7º - Para substituir o Presidente e os Secretários, haverá um primeiro e um segundo Vice-Presidente e um terceiro Secretário.

§ 8º - Ao Presidente da Mesa compete, além do que lhe atribuir o Regimento Interno, a presidência da Câmara Municipal e no seu exercício, representá-la judicial e extrajudicialmente, bem como desempenhar as atribuições, que lhe são conferidas por esta Lei Orgânica.

Art. 12º - A Câmara Municipal, independentemente de convocação, reunir-se-á, anualmente, na Sede do Município, de 15 de fevereiro a 30 de Junho e de 1º agosto a 15 de dezembro.

§ 1º - A Câmara Municipal funcionará ordinariamente em recinto previamente destinado para tal.

§ 2º - Comprovada a impossibilidade de acesso ao local estabelecido, ou outro motivo que impeça a sua utilização, as sessões da Câmara poderão ser realizadas em recinto diverso, designado pelo competente Juiz de Direito da Comarca no auto da verificação da ocorrência a requerimento do Presidente.

§ 3º - Por deliberação da Câmara, as suas sessões solenes poderão ser realizadas em qualquer outro recinto.

§ 4º - O dia, o horário e o local de sessões da Câmara deverão ser previamente tornados públicos, na forma prevista nesta Lei Orgânica.

§ 5º - As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subseqüente, quando recaírem em sábado, domingos ou feriados.

§ 6º - A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, do Orçamento Anual, da eleição da Mesa da Câmara Legislativa, quando for o caso, e o julgamento das contas do Prefeito Municipal referente ao exercício anterior.

§ 7º - O Regimento Interno disporá sobre as sessões ordinárias no período de sessenta dias da eleição para a legislatura seguinte.

§ 8º - A Câmara Municipal reunir-se-á em sessão preparatória, a 1º de janeiro, após a sessão de posse dos vereadores, no primeiro ano da legislatura para eleição de sua mesa para mandato de 02 (dois) anos observado o prescrito na Lei Orgânica Municipal, vedada a recondução para o mesmo cargo, na eleição subseqüente, cujos componentes ficarão automaticamente empossados.

§ 9º - Para o segundo biênio, a eleição da Mesa dar-se-á na ordem do dia da última sessão do segundo ano legislativo, tomando posse os eleitos a lº de fevereiro do ano subseqüente.

Art. 13º - A convocação extraordinária da Câmara caberá, quando o exigir o interesse da administração, em caso de urgência, ou interesse público relevante, só podendo deliberar sobre a matéria para o qual fora convocada, e que deverá constar, expressamente no ato convocatório.

Parágrafo Único – A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á:

I – pelo Presidente da Câmara para solicitar a intervenção no Município, nos casos previstos pela Constituição Estadual.

II – pelo Prefeito Municipal, pelo Presidente da Câmara Municipal, ou a requerimento da maioria de seus membros em caso de urgência ou interesse público relevante.

Art. 14º - A Câmara funciona com a presença, no mínimo, de mais da metade de seus membros, e as duas deliberações são tomadas por maioria de votos dos presentes, ressalvados as exceções previstas nesta Lei Orgânica.

§ 1º - O Presidente da Câmara vota apenas quando houver empate nas votações, quando a matéria exigir por dois terços (2/3) dos membros do Legislativo Municipal e nas votações secretas.

§ 2º - Considera-se presente à sessão o Vereador que tenha assinado o livro de presença, respondido à chamada e que participe dos trabalhos do plenário.

§ 3º - Realizada, ou não, qualquer sessão da Câmara, lavrar-se-á ata circunstanciada.

Art. 15º As sessões da Câmara são públicas, salvo deliberação em contrário tomada pela maioria absoluta de seus membros quando ocorrer motivo relevante; e as suas deliberações somente poderão ser tomadas por votação secreta nas eleições da Mesa e nos casos especiais previstos nesta Lei Orgânica.

Art. 16º - Nos períodos de recesso da Câmara funcionará a Comissão Representativa, na forma do Regimento Interno.

Parágrafo Único – Na constituição da Mesa e de cada Comissão Representativa, assim como na das Comissões Técnicas, será assegurado, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participem da Câmara.

Art. 17º - A prestação de Contas do Prefeito, referente à gestão financeira do ano anterior, será apreciada pela Câmara até trinta (30) dias após o recebimento do respectivo parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, o qual somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços (2/3) dos membros da Câmara.

Art. 18º - Sempre que o Prefeito manifestar o propósito de, pessoalmente, apresentar seu relatório anual sobre sua gestão relativa ao exercício anterior ou expor assuntos de interesse público perante a Câmara, comunicá-lo-á ao Presidente do Legislativo Municipal que o receberá em sessão previamente designado.

Art. 19º - A Câmara Municipal e suas Comissões, por deliberação da maioria de seus membros, podem convocar Secretários Municipais ou titulares de órgãos equivalentes, diretamente subordinados ao Prefeito, para comparecerem perante elas, a fim de prestarem informações sobre assuntos previamente especificados e constantes de convocação.

§ 1º - Três (03) dias úteis antes do comparecimento, o convocado deverá enviar à Câmara, ou Comissão, exposição em torno das informações pretendidas.

§ 2º - Independentemente de convocação, quando qualquer Secretário ou titular de órgão a que se refere este artigo e desde que devidamente pelo Prefeito, desejar prestar esclarecimentos ou solicitar providências legislativas à Câmara ou às suas Comissões, estas ou aquela designarão dia e hora para ouvi-lo.

Art. 20º - A Câmara pode criar comissão especial de Inquérito nos termos do Regimento Interno, respeitado o disposto no Inciso XV do Artigo 30 desta Lei Orgânica.

Parágrafo Único – Não será criada comissão especial de Inquérito, enquanto estiverem funcionando concomitantemente pelo menos cinco (05), salvo deliberação em contrário por parte da maioria dos membros da Câmara.

Art. 21º As Comissões em razão da matéria de sua competência, cabe:

I – discutir e votar projetos de lei que dispensar na forma do Regimento, a competência do plenário, salvo se houver recurso de um décimo (1/10) dos membros da casa;

II – realizar audiência pública com entidades da sociedade civil;

III – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

IV – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

V – apreciar programas de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

VI – convocar Secretários Municipais, para prestar informações sobre assuntos inerentes à suas atribuições.

CAPÍTULO II

DOS VEREADORES

Art. 22º - Os Vereadores não gozam de imunidade parlamentar, todavia, é lhes assegurado, nos estritos termos do Artigo 148 do Código Penal, emitir conceito desfavorável contra outrem, em apreciações, informações ou pareceres que, no cumprimento do respectivo mandato prestem ou emitam no restrito âmbito das Comissões da Câmara.

Art. 23 – È vedado ao Vereador:

I – desde a expedição do diploma;

a) – celebrar contrato com a administração pública, ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer às cláusulas uniformes;

b) – aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado em entidades autárquicas, sociedade de economia mista, empresa pública ou concessionária de serviço público.

II – desde a posse:

a) – ser diretor, proprietário ou sócio de empresa beneficiada em privilégio, isenção ou favor, em virtude de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.

b) – exercer outro mandato eletivo;

c) – ocupara cargo ou exercer funções públicas de que seja demissíveis “ad nutum”;

d) – patrocinar causa contra pessoa jurídica de direito público.

Art. 24º - Perderá o mandato o Vereador que:

I – utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção, de improbidade administrativa ou atentatórias as instituições vigentes;

II – proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decoro a esta em sua conduta pública;

III – fixar residência fora do município;

IV – deixar de comparecer, sem que esteja licenciado, à terça parte das sessões ordinárias, ou a três (3) sessões extraordinárias, que não sejam durante o recesso da Câmara, convocadas pelo Prefeito para apreciação de matéria urgente;

V – incidir nos impedimentos para o exercício do mandato, estabelecidos nesta Lei Orgânica e não desincompatibilizar até a expedição do diploma ou até a posse, conforme o caso, e, nos casos supervenientes, no prazo fixado em lei ou pela Câmara;

VI – que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

VII – quando o decretar a Justiça Eleitoral nos casos previstos na Constituição Federal, na Constituição Estadual, e nesta Lei Orgânica;

VIII – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

IX – que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior.

§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas aos Vereadores ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º - Nos casos dos incisos II, VIII e IX a perda do mandato será decidida pela Câmara, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de Partido Político representado na casa, assegurada ampla defesa.

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos IV, VI e VII a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de Partido Político representado na casa, assegurada ampla defesa.

Art. 25º - Extingue-se automaticamente o mandato do Vereador, nos termos da Legislação Federal pertinente e da Constituição do Estado, quando:

I – ocorrer falecimento, renúncia por escrito, cassação dos direitos políticos ou condenação por crime funcional ou eleitoral;

II – deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo de dez (10) dias;

§ 1º - Ocorrido e comprovado o fato extintivo, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, comunica ao plenário e fará constar da ata a declaração da extinção do mandato e convocará imediatamente o respectivo suplente.

§ 2º Se o Presidente da Câmara omitir-se nas providências do parágrafo anterior, o suplente de Vereador ou o Prefeito poderá requerer, em juízo, a declaração de extinção do mandato, e, se julgado procedente, a respectiva decisão judicial importará na destituição automática do Presidente omisso do cargo da Mesa e no seu impedimento para nova investidura nesta, durante toda a Legislatura, além de o Juiz condena-lo às cominações legais decorrentes do princípio da sucumbência.

Art. 26º - O Vereador investido no cargo de Secretário Municipal, não perde o mandato, desde que se licencie do exercício de Vereança.

Art. 27 – Nos casos do artigo anterior e nos de licença, e vaga por morte, renúncia ou extinção automática do mandato, o Vereador será substituído pelo Suplente, convocado nos termos da lei.

§ 1º - Cabe à Câmara conceder licença ao Vereador somente nos seguintes casos:

I – por moléstia devidamente comprovada;

II – para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou de interesse do Município;

III – para tratar de interesse particular por prazo determinado, nunca inferior a trinta (30) dias, e superior a cento e vinte (120) dias, não podendo reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.

§ 2º - Para fins de remuneração, considerar-se-á como em exercício o Vereador licenciado nos termos dos incisos I e II.

§ 3º -O Vereador investido no cargo de Secretário Municipal, não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado, e poderá optar pela remuneração do mandato.

§ 4º - O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a cento e vinte (120) dias.

§ 5º - Ocorrendo vaga e não havendo suplente far-se-á eleição para preenche-la se faltarem mais de quinze (15) meses para o término do mandato.

Art. 28º - Ao servidor público investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, poderá optar pela remuneração.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL.

Art. 29º - Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito dispor sobre todas as matérias atribuídas explícita ou implicitamente ao Município pelas Constituições Federal e do Estado.

I – Legislar sobre os tributos de competência municipal, bem como sobre o cancelamento da dívida ativa do Município, sobre isenções, anistia e moratória, e sobre extinção do crédito tributário do Município por compensação, transação ou remissão, com ou sem relevação das respectivas obrigações acessórias, observando em qualquer caso o disposto na legislação federal pertinente;

II – votar o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes e o Orçamento Anual;

III – autorizar a abertura de Créditos Suplementares e especial; e deliberar os créditos extraordinários abertos pelo Executivo;

IV – autorizar operações de crédito, deliberando sobre a forma e os meios de seu pagamento;

V – legislar sobre concessão de auxílios e subvenções;

VI – deliberar sobre a concessão de direito real de uso de bens do Município;

VII – deliberar sobre o arrendamento, o aforamento e a alienação de bens imóveis do Município, e o recebimento de doações com encargos gravosos, inclusive a simples destinação específica do bem;

VIII – legislar sobre normas de concessão de serviços públicos locais e sobre o uso de bens do Município por terceiros, incluindo o de transporte coletivo, que tem caráter essencial, bem como fixação e reajuste de tarifas e preços respectivos;

IX – deliberar sobre a aquisição de bens imóveis quando se tratar de doação com encargo;

X – deliberar sobre a aprovação do Plano Diretor do Município;

XI – legislar sobre a criação e extinção de cargos e funções públicas Municipais, bem como a fixação e a alteração dos respectivos vencimentos e outras vantagens pecuniárias;

XII – legislar sobre o regime jurídico dos servidores municipais;

XIII – legislar sobre a criação, reforma, denominação e extinção de órgãos e serviços municipais;

XIV – dispor sobre a divisão territorial do Município, observadas a legislação federal e a estadual pertinentes;

XV – legislar sobre o zoneamento urbano, bem como sobre a denominação de vias, logradouros e próprios públicos municipais;

XVI – decretar as leis complementares à Lei Orgânica, observado o disposto no artigo 36 e seus parágrafo e no artigo 39;

XVII – deliberar sobre a transferência temporária da sede dos Poderes Municipais, quando o interesse público o exigir.

Art. 30º - É da competência privativa da Câmara Municipal;

I – eleger sua Mesa, e constituir suas Comissões, bem como destituí-la, na forma regimental;

II – elaborar seu Regimento Interno;

III – votar a Lei Orgânica, bem como emenda-la nos termos do artigo 36 e seus parágrafo, e do artigo 39 e seu parágrafo único, e bem como, expedir decretos legislativos e resoluções;

IV – dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito quando eleitos, e conhecer de sua renúncia, e apreciar seus pedidos de licença;

V – conceder licença ao Prefeito e aos Vereadores para afastamento dos respectivos cargos;

VI – julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito, e os Vereadores por infrações político-administrativas definidas nesta Lei Orgânica em conformidade com a legislação federal a respeito, e, de acordo com o disposto nessa Legislação e na Constituição do Estado, cassar ou declarar extintos os respectivos mandatos;

VII – autorizar o Prefeito, nos termos da Constituição, a contrair empréstimos, regulando-lhe as condições e a respectiva aplicação;

VIII – apreciar e aprovar convênios, acordos ou contratos celebrados pelo Poder Executivo com o Governo Estadual ou Federal, entidades de direito público ou privado, ou particulares, de que resultam para o Município, quaisquer encargos;

IX – solicitar informações por escrito ao Executivo sobre assuntos administrativos;

X – propor ao Prefeito, mediante moção, a execução de qualquer obra ou medida que interesse à coletividade ou ao serviço público;

XI – convocar qualquer Secretário Municipal ou titular de órgão equivalente, diretamente subordinado ao Prefeito para informações sobre matéria de sua competência, observado o disposto no artigo 19 e seu parágrafo 1º;

XII – no inciso anterior a ausência sem justificação adequada, a recusa ou não atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informação falsa, importa em crime de responsabilidade;

XIII – exercer fiscalização financeira e orçamentária do Município, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, tomando e julgando as contas do Prefeito nos termos do artigo 17;

XIV – resolver, em sessão e votação secreta, sobre a nomeação de Diretores-Presidentes das sociedades de economia mista do Município, bem como, quando determinado em lei, sobre a nomeação de dirigentes de outros órgãos de cooperação governamental;

XV – criar comissão de inquérito por prazo certo e sobre fato determinado que se inclua na competência municipal, mediante requerimento de um terço (1/3), no mínimo, de seus membros, observado o disposto no parágrafo único do artigo 20;

XVI – suspender, por decreto legislativo, a execução, no todo ou em parte, de lei, ato, resolução ou regulamento municipal ou, de qualquer de suas respectivas disposições, que hajam sido declarados, por decisão do Poder Judiciário Estadual Transitada em julgado infringentes das Constituições da Repúblicas ou do Estado, desta Lei Orgânica ou das Leis;

XVII – promover, por deliberação da maioria absoluta de seus membros, representação para que o Estado intervenha no Município, nos casos e termos estabelecidos na Constituição Estadual;

XVIII – mudar a sua sede, em definitivo, para onde for transferida, com este caráter, a sede do município;

XIX – conceder título de cidadão honorário, ou qualquer outra homenagem ou honraria, às pessoas que reconhecidamente tenham prestado serviços relevantes ao Município, mediante decreto legislativo, aprovado, no mínimo, por dois terços (2/3) de seus membros;

XX – apreciar vetos do Prefeito Municipal;

XXI – a aprovação de convênios ou atos que acarretem encargos ou compromissos gravosos à Fazenda Municipal;

XXII – ordenar a sustação de contratos ou convênios impugnados pelo Tribunal de Contas;

XXIII – autorizar a mudança da sede do Município;

XXIV – julgar as contas anuais do Prefeito e da Mesa da Câmara, e apreciar relatório sobre a execução dos planos de governo procedendo à tomada de contas, quando não apresentadas dentro de sessenta (60) dias, contados da abertura da sessão legislativa.

XXV – fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive da administração indireta, e surta os atos normativos que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa;

XXVI – dispor sobre sua organização, funcionamento, poder de polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

XXVII – elaborar sua proposta de orçamento dentro dos limites da lei de diretrizes orçamentárias;

XXVIII – fixar, no último ano da legislatura a remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores para vigir na legislatura seguinte, observado o que dispõem os artigos 37, XI, 150, II, 153, III, § 2º, I, da Constituição Federal;

XXIX – fixar a verba de representação do Prefeito e do Presidente da Câmara;

XXX – autorizar por dois terços (2/3) de seus membros a instalação de processo contra o Prefeito e Vice Prefeito e Secretários;

XXXI – processar e julgar o Prefeito e Vice-Prefeito nos crimes de responsabilidade e os Secretários Municipais nos crimes da mesma conexos com aqueles;

XXXII – autorizar referendo e convocar plebiscito;

XXXIII – apresentar proposta de representação referente à inconstitucionalidade de lei ou de ato municipal;

XXXIV – solicitar ao Estado a intervenção do Município, nos casos admitidos na Constituição Estadual;

XXXV – estabelecer e manter temporariamente sua sede o local de suas reuniões, bem como da reunião de suas Comissões Permanentes;

XXXVI – deliberar, mediante resolução sobre assuntos de sua economia interna e nos demais casos de sua competência privativa, por meio de decreto legislativo;

XXXVII – autorizar o Prefeito e ao Vice-Prefeito a se ausentarem do Município, quando a ausência exceder a quinze (15) dias e do pais por qualquer tempo;

Parágrafo Único – No caso previsto no inciso XXXI, funcionará como Presidente o do Tribunal de Justiça, limitando-se a condenação que somente será proferida por dois terços (2/3) dos votos da Câmara, à perda do cargo com imobilização, por oito (8) anos, para o exercício da função pública, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CAPÍTULO IV

DA COMISSÃO REPRESENTATIVA

Art. 31º - A Comissão Representativa funciona nos períodos de recesso da Câmara Municipal e tem as seguintes atribuições:

I – zelar pela prerrogativas do Poder Legislativo;

II – zelar pela observância da Lei Orgânica e das leis em geral;

III – autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município e do Estado;

IV – convocar Secretários do Município ou titulares de órgãos equivalentes, nos termos do artigo 19 e de seu § 1º.

Parágrafo Único – As normas relativas ao funcionamento e desempenho das atribuições da Comissão Representativa são estabelecidas no Regimento Interno da Câmara.

Art. 32º - A Comissão Representativa, constituída por número ímpar de membros efetivos é composta pelo Presidente, sendo eleitos os demais componentes, bem como os respectivos suplentes, em votação secreta observada o disposto no parágrafo único do artigo 16.

Parágrafo Único – A Presidência da Comissão Representativa cabe ao Presidente da Câmara, cuja substituição far-se-á na forma regimental.

Art. 33º - A Comissão Representativa deve apresentar à Câmara relatório dos trabalhos por ela realizadas, quando do reinício do período da sessão legislativa imediata.

CAPÍTULO V

DAS LEIS E DO PROCESSO LEGISLATIVO

Art. 34º - São, ainda, objeto de celebração privativa da Câmara Municipal, dentre outros atos e medidas, na forma do Regimento Interno:

I – autorizações;

II – indicações;

III – requerimentos; e

IV – moções.

Art. 35º - O Processo Legislativo compreende a elaboração de:

I – emenda à Lei Orgânica;

II – leis complementares à Lei Orgânica;

III – leis ordinárias;

IV – leis delegadas;

V – medidas provisórias;

VI – decretos legislativos;

VII – resoluções.

Art. 36º - A Lei Orgânica pode ser emendada mediante proposta:

I – de um terço (1/3), no mínimo dos membros da Câmara Municipal;

II – do Prefeito;

III – de mais da metade da Câmara Municipal, manifestando-se, pela maioria simples de seus membros.

§ 1º - Em qualquer dos casos deste artigo, observado o disposto no § único do artigo 46, a proposta será discutida e votada pela Câmara em dois (2) turnos, dentro de sessenta (60) dias, a contar da sua apresentação ou recebimento, e havida por aprovada quando obtiver em ambas as votações, três quintos (3/5) dos votos dos membros da Câmara.

§ 2º - O prazo previsto no parágrafo anterior não ocorrerá nos períodos de recesso da Câmara.

§ 3º - A emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara, com o respectivo número, em ordem cronológica.

§ 4º - A Lei Orgânica não poderá ser emendada durante o período de intervenção.

§ 5º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Art. 37º - São objeto de lei complementar o Código de Obras, o Código de Posturas, o Código Tributário, o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, a Lei do Plano Diretor e as demais leis.

Art. 38º - Os projetos de lei complementar serão revistos por Comissão Especial da Câmara.

§ 1º - Dos projetos de Códigos e respectivas exposições de motivos, antes de submetidos à discussão da Câmara, será dada divulgação com maior amplitude possível.

§ 2º - Dentro de quinze (15) dias, contados da data em que se publicarem os projetos referidos no parágrafo anterior, qualquer cidadão poderá apresentar sugestões sobre eles, ao Prefeito ou ao Presidente da Câmara, neste caso, o último encaminhará à Comissão Especial para apreciação.

Art. 39º - As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias, e receberão numeração distinta das leis ordinárias;

Parágrafo Único – Para fins deste artigo consideram-se leis complementares a esta lei orgânica:

I – Estatuto dos servidores públicos municipais;

II – Lei Orgânica das entidades da administração indireta;

III – Estatuto do magistério municipal;

IV – outras leis de caráter estrutural, referidas nesta Lei Orgânica, ou incluídas nesta categoria pelo voto prévio da maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 40º - Igualmente observados os demais termos de votação das leis ordinárias, também só pela maioria dos membros da Câmara serão aprovados os projetos que criem cargos na Secretaria do Legislativo Municipal.

Parágrafo Único – Os projetos de leis de que trata este artigo deverão ser votados em dois (2) turnos, com intervalo mínimo de quarenta e oito (48) horas entre ambos; e apenas serão admitidas emendas aos mesmos que de qualquer forma aumentem as despesas ou o número de cargos previstos, quando assinados pela metade, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.

Art. 41º - A iniciativa das leis municipais, complementares ou ordinárias, exceto de iniciativa exclusiva, cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara de Vereadores, ao Prefeito Municipal, e aos cidadãos, na forma prevista nesta Lei Orgânica.

Parágrafo Único – A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara de projetos de lei subscritos por, no mínimo um por cento do eleitorado do Município.

Art. 42º - São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que:

I – disponham sobre:

a) – criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, bem como a fixação ou aumento da respectiva remuneração;

b) – servidores públicos do Município, seu regime jurídico de cargos, estabilidade e aposentadorias;

c) – criação, estruturação e atribuições das Secretarias do Município e órgãos da Administração pública Municipal;

d) – matéria orçamentária e tributária.

Art. 43º - No início ou em qualquer fase da tramitação de projetos de lei, sobre qualquer matéria, da competência exclusiva do Prefeito, este poderá solicitar à Câmara que os aprecie no prazo de quarenta e cinco (45) dias, a contar do recebimento pelo Poder Legislativo, da solicitação.

§ 1º - Se a Câmara Municipal não se manifestar no prazo de até quarenta e cinco (45) dias, será a proposição incluída na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos para que se ultime a votação.

§ 2º - O prazo estabelecido neste artigo não correrá nos períodos de recesso da Câmara.

§ 3º - O disposto neste artigo não se aplica aos projetos das leis complementares a que se refere o artigo 37, nem aos demais de codificação, como reorganização de serviços e sistemas de classificação de cargos, e nem às propostas orçamentárias.

Art. 44º - Decorridos trinta (30) dias do recebimento de um projeto de lei pela Câmara, o seu Presidente, a requerimento de qualquer Vereador, mandará incluí-lo na ordem do dia, para ser discutido e votado, mesmo sem parecer.

Parágrafo Único – Nesse caso, o projeto somente poderá ser retirado da ordem do dia, se o autor do pedido de sua inclusão nesta, desistir do respectivo requerimento.

Art. 45º - Não serão admitidos emendas que direta ou indiretamente aumentem a despesa prevista.

I – nos projetos de lei de iniciativa privativa do Prefeito, nos termos do Artigo 42, ressalvados os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos critérios adicionais, nos casos previstos nesta Lei Orgânica;

II – nos projetos sobre a organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal;

Art. 46º - O projeto de lei que receber, quanto ao mérito, parecer contrário de todas as comissões, será tido como rejeitado.

Parágrafo Único – A matéria constante de projeto de lei rejeitado, assim como a proposta de emenda à Lei Orgânica, rejeitada ou havida por prejudicada, será arquivada; e, ressalvadas as proposições de iniciativa do Prefeito, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante a proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 47º - Os projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal serão enviados ao Prefeito logo que concluída a respectiva votação, e este, aquiescendo, os aprovará.

§ 1º - Se o Prefeito julgar o projeto, no todo ou em parte inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-a total ou parcialmente, dentro de quinze (15) dias úteis, contados daquele em o receber, comunicando-o ao Presidente da Câmara; e, dentro de quarenta e oito (48) horas, encaminhará a este os motivos do veto. No recesso da Câmara, o veto deverá ser publicado pelo Prefeito.

§ 2º - Decorrida a quinzena de que trata o parágrafo anterior, o silêncio do Prefeito importará em sanção.

§ 3º - Devolvido o projeto à Câmara, no caso do § 1º, será ele submetido, dentro de trinta (30) dias, contados da data de seu recebimento, com ou sem parecer, à discussão única, considerando-se aprovado se, em votação secreta obtiver o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, caso em que será o projeto enviado ao Prefeito para promulgação.

§ 4º - Esgotado sem deliberação o prazo de trinta (30) dias, o veto será colocado no ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final, ressalvadas as matérias relativas às medidas provisórias, com força de lei.

§ 5º - Na apreciação do veto a Câmara Municipal não poderá introduzir qualquer modificação no texto vetado.

§ 6º - O veto poderá ser total, quando parcial abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso, de item ou de alínea.

Art. 48º - O projeto de lei após concluída a votação, se rejeitado pela Câmara Municipal, será arquivado, se aprovado será enviado para autógrafo em vinte e quatro (24) horas ao Prefeito, que aquiescendo o sancionará no prazo de quinze (15 dias úteis, ou promulgado no prazo de quarenta e oito (48) horas, se for ocaso.

Art. 49º - As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito Municipal, que deverá solicitar, para cada caso, a delegação à Câmara Municipal.

§ 1º - Não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva da Câmara Municipal, a matéria reservada à Lei complementar nem a legislação sobre:

I – plano plurianual;

II – diretrizes orçamentárias;

III – orçamentos.

§ 2º - a delegação ao Prefeito Municipal terá a forma de resolução da Câmara Municipal, que especificará seu critério e os termos de seu exercício.

§ 3º - Se a resolução determinar a apreciação do projeto pela Câmara Municipal, esta a fará em votação única, vedada qualquer emenda.

CAPÍTULO VI

DA REMUNERAÇÃO

Art. 50º - A Remuneração dos Vereadores será fixada pela Câmara Municipal no último ano da Legislatura até trinta dias antes das eleições municipais, vigorando para a legislatura seguinte, observado o disposto na Constituição Federal.

Art. 51º - A Remuneração dos Vereadores será fixada determinando-se o valor em moeda corrente do País, vedada qualquer vinculação.

§ 1º - A Remuneração de que trata este artigo será atualizada pelo índice de inflação, com periodicidade estabelecida na Resolução fixadora.

§ 2º - A Remuneração dos Vereadores será dividida em parte fixa e variável, vedado acréscimos a qualquer título.

§ 3º - A Verba de Representação do Presidente da Câmara não poderá exceder a dois terços da que for fixada para o Prefeito Municipal.

Art. 52º - A Remuneração dos Vereadores terá como limite máximo o valor percebido como remuneração pelo Prefeito Municipal, 75% (setenta e cinco por cento) da Remuneração em espécie percebida pelos Deputados Estaduais e não poderá ultrapassar a 5% (cinco por cento) da Receita Municipal.

Parágrafo Único – Para o limite de que trata o presente artigo, a Câmara deverá observar a realidade sócio-econômica do Município.

Art. 53º Poderá ser prevista remuneração para as sessões extraordinárias, desde que observado o limite no artigo anterior.

Art. 54º - A não fixação da Remuneração dos Vereadores e do Prefeito até a data prevista nesta Lei Orgânica, implicará a suspensão do pagamento da remuneração dos Vereadores pelo restante do mandato.

Parágrafo Único – No caso de não fixação prevalecerá a remuneração do mês de dezembro do último ano da legislatura, sendo este valor atualizado monetariamente pelo índice oficial.

Art. 55º - A lei fixará critérios de indenização de despesas de viagens para os Vereadores.

Parágrafo Único – A Indenização de que trata este artigo não será considerado como remuneração.

TÍTULO III

DO PODER EXECUTIVO

CAPÍTULO I

DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 56º - O Poder Executivo do Município é exercido pelo Prefeito.

§ 1º - O Prefeito e o Vice-Prefeito serão eleitos pelo voto direto, universal e secreto.

§ 2º - À eleição do Prefeito importará à do Vice-Prefeito com ele registrado.

§ 3º - Poderá o Vice-Prefeito, sem perda de mandato e mediante licença da Câmara, aceitar e exercer cargo ou função de confiança municipal, estadual ou federal.

Art. – O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse no dia primeiro de janeiro do ano subseqüente ao da eleição, em sessão na Câmara Municipal.

§ 1º - Ao tomarem posse, o Prefeito e o Vice-Prefeito prestarão o seguinte compromisso:

“PROMETO CUMPRIR E FAZER CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, OBSERVAR AS LEIS, PROMOVER O BEM GERAL, A INTEGRIDADE E O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO”.

§ 2º - Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse e ressalvado motivo de força maior, o Prefeito ou o Vice-Prefeito não tiverem assumido o cargo, sete este será declarado vago pela Câmara Municipal.

Art. 58º - Substituirá o Prefeito, no caso de impedimento, e suceder-lhe-a, no de vaga, o Vice-Prefeito.

Parágrafo Único – O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas nesta Lei Orgânica auxiliará o Prefeito, sempre que for por ele convocado para missões especiais.

Art. 59º - Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice Prefeito, ou vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício do Poder Executivo, o Presidente da Câmara Municipal.

Art. 60º - Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito far-se-a eleição noventa dias depois de abertura a última vaga.

Parágrafo Único – Ocorrendo vacância nos últimos dois anos do período de governo, a eleição para ambos os cargos será feita em trinta dias depois da última vaga, declarada pela Câmara Municipal, na forma da lei, para completar o período de seus antecessores.

Art. 61º - São crimes de responsabilidade, definidos em lei especial, e apenados com perda de mandato, os atos do Prefeito que atentarem contra:

I – probidade na administração;

II – o cumprimento das normas constitucionais, leis e decisões judicionais;

III – a lei orçamentária;

IV – o livre exercício do Poder Legislativo;

V – o exercício dos direitos políticos individuais e sociais.

§ 1º - A perda do mandato será decidida por maioria de dois terços 92/3) da Câmara Municipal, após processo instaurado com base em representação circunstanciada de Vereador ou eleitor devidamente acompanhado de provas, assegurando-se ampla defesa ao Prefeito.

§ 2º - O Prefeito poderá ser afastado liminarmente de suas funções, em qualquer fase do processo, por decisão de dois terços dos integrantes da Câmara Municipal, quando o Executivo impedir a plena apuração dos fatos ou quando se tratar de ilícito continuado.

§ 3º - Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, a decisão da Câmara Municipal, não tiver sido proferida, cessará o afastamento liminar do Prefeito, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

Art. 62º - Perderá o mandato o Prefeito que assumir outro cargo ou função na Administração Pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto artigo 38, I, IV e V da Constituição Federal.

Parágrafo Único – A perda do mandato prevista neste artigo será declarada pela Câmara Municipal, por provocação de Vereador ou eleitor, assegurado ampla defesa ao Prefeito.

Art. 63º - Na ocasião da posse e ao término do mandato, o Prefeito fará declaração de bens, que será transcrita em livro próprio, constando de ata o seu resumo.

Parágrafo Único – O Vice-Prefeito fará declaração de bens na forma deste artigo, no momento que assumir, pela primeira vez, o cargo de Prefeito.

Art. 64º - O Prefeito, desde a posse, e o Vice-Prefeito quando assumir a chefia do Executivo Municipal, deverão desincompatibilizar-se e ficam sujeitos aos impedimentos, proibições e responsabilidades estabelecidas nas Constituições da República e do Estado, nesta Lei Orgânica e na legislação federal pertinente.

Art. 65º - O Prefeito não poderá exercer atividade política nem favorecer direta ou indiretamente qualquer organização partidária, sob pena de responsabilidade, promovida por um terço (1/3) dos membros da Câmara.

Art. 66º - O Prefeito será julgado pelo Tribunal de Justiça nos crimes comuns.

Art. 67º - O Prefeito e o Vice-Prefeito do Município serão eleitos, simultaneamente, noventa dias antes do término do mandato de seus antecessores, observado o disposto no artigo 77 da Constituição Federal.

Parágrafo Único – O mandato do Prefeito Municipal é de quatro anos, vedada a reeleição para o período subseqüente, e terá início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.

Art. 68º - são condições de elegibilidade do Prefeito e do Vice-Prefeito:

I – a nacionalidade brasileira;

II – o pleno exercício dos direitos políticos;

III – o domicílio eleitoral na circunscrição do município pelo prazo fixado em lei;

IV – a filiação partidária;

V – a idade mínima de vinte e um anos.

Art. 69º - O Prefeito deve residir no Município.

SEÇÃO II

DAS LICENÇAS E DAS FÉRIAS

Art. 70º - O Prefeito deverá solicitar licença da Câmara, sob pena de extinção de seu mandato, nos casos de:

I – tratamento de saúde, por doença devidamente comprovada;

II – gozo de férias;

III – afastamento do município por mais de quinze (15) dias, ou do Estado por qualquer tempo.

Art. 71º - O Prefeito tem direito a gozar férias anuais de trinta (30) dias.

SEÇÃO III

DA REMUNERAÇÃO E DA VERDA DE REPRESENTAÇÃO

Art. 72º - A remuneração e a verba de representação do Prefeito será fixada pela Câmara Municipal, por decreto legislativo, antes das eleições para o mandato seguinte, obedecidos os princípios estabelecidos pela Constituição Federal.

§ 1º - O decreto legislativo que fixar a remuneração e a verba de representação, poderá faze-lo em quantias progressivas mas específicas, para cada ano de mandato.

§ 2º - A verba de representação não poderá exceder a cinqüenta por cento (50%) do valor da remuneração.

§ 3º - A remuneração do Vice-Prefeito, será fixada pela Câmara Municipal no mesmo decreto legislativo que fixar a do Prefeito e, não será superior a 50% da fixada para o Prefeito.

Art. 73º - O Prefeito regularmente licenciado pela Câmara terá direito a perceber a sua remuneração e a verba de representação, quando:

I – em tratamento de saúde;

II – em gozo de férias;

III – a serviço ou em missão de representação do Município.

Art. 74º - O disposto nesta seção aplica-se aos casos de Interventor.

SEÇÃO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 75º - Ao Prefeito, como chefe da administração municipal, cabe executar as deliberações da Câmara de Vereadores, dirigir, fiscalizar e defender os interesses do Município, e adotar de acordo com a lei, todas as medidas administrativas de utilidade pública.

Art. 76º - Compete privativamente ao Prefeito:

I – representar o Município, judicial e extrajudicialmente;

II – nomear e exonerar os Secretários Municipais;

III – exercer, com o auxílio dos Secretários do Município ou dos titulares de órgãos equivalentes, a direção superior da Administração Municipal;

IV – iniciar o processo legislativo, nos casos e na forma prevista nas Constituições da República e do Estado, e nesta Lei Orgânica;

V – enviar, à Câmara Municipal, no prazo estabelecido no artigo 232 e seus parágrafos, o Plano Plurianual, o projeto de lei de diretrizes e as propostas de orçamento previstos nesta Lei Orgânica;

VI – vetar, no todo ou em parte, os projetos de lei aprovados pela Câmara;

VII – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara, e expedir regulamentos para sua fiel execução;

VIII – expedir decretos, portarias e ordens de serviços;

IX – decretar a desapropriação, por utilidade pública ou interesse social, nos termos da legislação federal pertinente e do inciso IV do artigo 7 desta Lei Orgânica, de bens e serviços, bem como promove-la, a instituir servidões administrativas;

X – permitir ou autorizar o uso, por terceiros, de bens municipais, observado o que dispõe o artigo 192 desta Lei Orgânica;

XI – conceder, permitir ou autorizar a execução, por terceiros, de obras e serviços públicos, observadas a legislação federal sobre licitações;

XII – autorizar a aquisição ou compra de quaisquer bens, pela Municipalidade, observadas, também, a legislação federal sobre licitações;

XIII – fazer publicar os atos oficiais;

XIV – dispor sobre os serviços e obras da Administração Pública;

XV – promover e extinguir na forma da lei, as funções e cargos públicos, e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores, exceto os da Câmara Municipal;

XVI – contrair empréstimos, mediante prévia autorização da Câmara Municipal;

XVII – submeter a manifestações da Assembléia Legislativa do Estado, as autorizações da Câmara para o Município realizar operações ou acordo e contrair empréstimos externos, solicitando-lhe que, após manifestar-se a respeito, remeta respectivas propostas à autorização do Senado Federal;

XVIII – fixar por decreto, as tarifas ou preços públicos municipais, observado o disposto no parágrafo único do artigo 199 desta Lei Orgânica;

XIX – administrar os bens e as rendas públicas municipais, promovendo o lançamento, a fiscalização e a arrecadação dos tributos, bem como das tarifas ou preços públicos municipais;

XX – autorizar as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara;

XXI – colocar à disposição da Câmara, dentro de quinze (15) dias da promulgação da lei autorizatória de abertura, em seu favor, de créditos suplementares ou especiais, e, até o dia vinte (20) de cada mês, a parcela correspondente ao duodécimo (1/12) de sua dotação orçamentárias;

XXII – aplicar multas e penalidades quando previstas em leis, regulamentos e contratos como de sua exclusiva competência, e relava-las na forma e nos casos estabelecidos nesses provimentos;

XXIII – resolver sobre requerimentos, reclamações, representações e recursos que lhe forem dirigidos, nos termos de lei ou regulamento;

XXIV – oficializar, obedecidas as normas urbanísticas aplicáveis, às vias e logradouros públicos;

XXV – aprovar projetos de edificações e planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos;

XXVI – solicitar o auxílio da Polícia do Estado, para garantir o cumprimento de seus atos;

XXVII – fazer publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

XXVIII – prestar, anualmente, à Câmara Municipal dentro de sessenta (60) dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao exercício anterior;

XXIX – comparecer semestralmente à Câmara Municipal, para apresentar relatório geral sobre sua administração e responder às indagações dos Vereadores;

XXX – prestar à Câmara, por ofício, dentro de trinta (30) dias, porrogáveis a seu pedido, as informações solicitadas pela mesma e referentes aos negócios do Município, sem prejuízo de faze-lo na forma do artigo 18;

XXXI – comparecer espontaneamente à Câmara, para expor ou solicitar-lhe providências de competência do Legislativo, sobre assuntos de interesse público, observado o disposto no artigo 18;

XXXII – convocar extraordinariamente a Câmara, quando o interesse da administração o exigir;

Parágrafo Único – O Prefeito poderá delegar, por decreto, a seus auxiliares, funções administrativas que não sejam de sua exclusiva competência.

SEÇÃO V

DA RESPONSABILIDADE DO PREFEITO MUNICIPAL

Art. 77º - São crimes de responsabilidade os atos praticados pelo Prefeito Municipal, que atentarem contra a Constituição Federal, a Constituição Estadual, esta Lei Orgânica e, especialmente contra:

I – a existência da União, do Estado ou dos Municípios;

II – o livre exercício do Poder Legislativo;

III – o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV – a segurança interna do Município;

V – a probidade na Administração;

VI – a lei orçamentária;

VII – o cumprimento das leis e das decisões judicionais.

Parágrafo Único – Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.

Art. 78º - O Prefeito Municipal, admitida a acusação pelo voto de dois terços dos Vereadores, será submetido a julgamento perante o Tribunal de Justiça, nas infrações penais comuns, ou perante a Câmara Municipal, nos crimes de responsabilidade.

§ 1º - O Prefeito ficará suspenso de suas funções:

I – nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Tribunal de Justiça;

II – nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pela Câmara municipal.

§ 2º - Se decorrido o prazo de cento e oitenta (180) dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Prefeito, sem prejuízo d regular prosseguimento do processo.

§ 3º - Enquanto não sobrevier a sentença condenatória, nas infrações penais comuns, o Prefeito não estará sujeito à prisão.

Art. 79º - O Prefeito do Município, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

Art. 80º - Fica o Prefeito do Município, obrigado a dar publicidade, via órgão oficial de comunicação do Município, na ausência deste através dos meios usuais de comunicação, de todos os atos de Governo, inclusive a contratação e demissão de pessoal sob pena de responsabilidade.

§ 1º - A este artigo obrigam-se os titulares das secretarias, Autarquias, Fundações e órgãos da Administração Indireta do Município.

§ 2º - As nomeações, demissões e contratos de prestação de serviço efetuados pelo Prefeito Municipal e seus órgãos, que não forem tornados públicos na forma desta Lei Orgânica, serão considerados nulos de pleno direito.

CAPÍTULO II

DOS AUXILIARES DIRETOS DO PREFEITO

Art. 81º - São auxiliares diretos do Prefeito:

I – Os Secretários Municipais ou Titulares de Órgãos equivalentes;

II – Os Subprefeitos;

III – os Administradores Regionais.

Art. 82º - os auxiliares direto do Prefeito serão de livre nomeação e exoneração do Prefeito, serão providos nos correspondentes cargos em comissão criados por lei, a qual fixará o respectivo padrão de vencimentos, bem como seus deveres, competência e atribuições estabelecendo-se, desde logo, as seguintes, dentre outras:

I – orientar, coordenar e superintender as atividades dos órgãos e entidades da administração municipal, na área de sua competência;

II – referendar os atos e decretos do Prefeito, e expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos relativos aos assuntos de suas secretarias ou órgãos equivalentes;

III – praticar os atos pertinentes às atribuições que lhes forem delegadas pelo Prefeito;

IV – apresentar ao Prefeito, até primeiro (1º) de março de cada ano, relatório anual dos serviços realizados no exercício anterior por suas secretarias ou órgãos equivalentes;

V – comparecer à Câmara Municipal ou a qualquer de suas Comissões, quando convocados, no prazo de dez (10) dias após a sua convocação, ou na data que lhe for fixada, para prestar, pessoalmente informações sobre assuntos previamente determinados, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada;

VI – comparecer perante a Câmara Municipal e a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimento prévio com a Mesa Diretora, para expor assunto de relevância de sua Secretaria ou órgão equivalente;

VII – praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Prefeito Municipal;

VIII – encaminhar à Câmara Municipal, informações pedidas por escrito pela Mesa Diretora, os requerimentos dos Vereadores, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de dez (10) dias, bem como o fornecimento de informações falsas;

IX – propor ao Prefeito anualmente, o orçamento de sua pasta;

X – delegar suas próprias atribuições, por ato expresso, aos seus subordinados.

Art. 83º - Os auxiliares diretos do Prefeito, nos crimes comuns e nos crimes de responsabilidade, serão julgados pelo Tribunal de Justiça.

Parágrafo Único – Nos crimes de responsabilidade, conexos com os do Prefeito, o julgamento será efetuado pela Câmara Municipal.

Art. 84º - Os auxiliares diretos do Prefeito, que tiverem sido censurados pela Câmara Municipal, serão exonerados de ofício por força desta Lei Orgânica, não podendo ser reconduzidos ao cargo.

Art. 85º - Os auxiliares diretos do Prefeito, no ato da posse e no término do exercício do cargo, farão declaração pública de seus bens, nas mesmas condições e para os mesmas fins estabelecidos para os Vereadores.

Art. 86º - Os subprefeitos, em número não superior a um (1) por distrito, são delegados de confiança do Prefeito, por este, livremente, nomeados e exonerados.

Parágrafo Único – À exceção da sede do Município, todos os seus distritos poderão ter Subprefeitos.

Art. 87º - Compete aos sub-prefeito, nos limites do distrito correspondente:

I – executar e fazer cumprir as leis e regulamentos vigentes, bem como, de acordo com as instruções recebidas do Prefeito, os demais atos por este expedidos;

II – fiscalizar os serviços distritais;

III – atender as reclamações dos munícipes, e encaminha-las ao Prefeito, quando se tratar de matéria estranha às suas atribuições, comunicando aos interessados a decisão proferida;

IV – solicitar ao Prefeito as providências necessárias ao distrito;

V – prestar contas ao Prefeito, mensalmente, ou quando lhe forem solicitadas.

Art. 88º - As funções de Subprefeitos e de Administradores Regionais são exercidas gratuitamente, podendo, serem remuneradas nos termos da lei criadora dos respectivos cargos em comissão.

§ 1º - A competência dos Secretários Municipais abrangerá todo território do Município, nos assuntos pertinentes às respectivas Secretarias, a dos Subprefeitos e Administrares Regionais limitar-se-a aos distritos correspondentes.

§ 2º - Salvo o distrito da sede, todos os demais poderão ser administrados por Subprefeitos ou Administradores Regionais.

§ 3º - Os Subprefeitos e Administradores Regionais, como delegados do Executivo, exercerão funções meramente administrativas.

Art. 89º - Os auxiliares do Prefeito farão declaração de bens, na forma estabelecida nesta Lei Orgânica, no ato da posse e no do afastamento definitivo do respectivo cargo ou função.

TÍTULO IV

DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 90º - A Ordem Social tem como base o primeiro do trabalho, e como objeto o bem-estar e a justiça sociais.

CAPÍTULO II

DA SEGURIDADE SOCIAL

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 91º - A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, assegurada mediante políticas sociais, econômicas, ambientais e assistenciais, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

§ 1º - O Município é responsável solidariamente com os Poderes Públicos para organizar a Seguridade Social, em seu território, de acordo com os objetivos estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual e nesta Lei Orgânica.

§ 2º - A Seguridade social será financiada nos termos do Artigo 195 da Constituição Federal.

SEÇÃO II

DA SAÚDE

Art. 92º - A saúde é direito de todos os munícipes e dever do Poder Público, assegurada mediante políticas sociais e econômicas que visem à eliminação do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 93º - O direito à saúde implica aos seguintes direitos fundamentais:

I – acesso à terra e aos meios de produção;

II – condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, transporte e lazer;

III – respeito pelo meio ambiente e controle da poluição ambiental;

IV – opção quanto ao tamanho da prole;

V – acesso universal e igualitário de todos os habitantes do Município às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, sem qualquer discriminação;

VI – proibição de cobrança ao usuário pela prestação de serviços de assistência à saúde, públicos ou contratados, exceto para as acomodações especiais (suítes e apartamentos), optados por livre iniciativa do usuário.

Art. 94º - As ações de saúde são de relevância pública, devendo sua execução ser feita preferencialmente através de serviços públicos e, complementalmente, através de serviços de terceiros.

Parágrafo Único – É vedado ao Município cobrar do usuário pela prestação de serviços de assistência à saúde mantidos pelo Poder Público ou contratados com terceiros.

Art. 95º - São atribuições do Município, no âmbito do sistema único de saúde – SUS:

I – planejar, organizar, gerir, controlar, avaliar as ações e os serviços de saúde;

II – planejar, programar e organizar a rede regionalizada e hierarquizada do SUS, em articulação com a sua direção estadual;

III – gerir, executar, controlar e avaliar as ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho;

IV – executar serviços de:

a) – vigilância epidemiológica;

b) – vigilância sanitária;

c) – alimentação e nutrição;

V - planejar e executar a política de saneamento básico em articulação com o Estado e a União;

VI – executar a política de insumos e equipamentos para a saúde;

VII – fiscalizar as agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre saúde humana e atuar, junto aos órgãos estaduais e federais competentes, para controla-las;

VIII – formar consórcios intermunicipais de saúde;

IX – gerir laboratórios públicos de saúde;

X – avaliar e controlar a execução de convênios e contratos, celebrados pelo Município, com entidades privadas prestadoras de serviços de saúde;

XI – autorizar a instalação de serviços privados de saúde e fiscalizar-lhes o funcionamento.

Art. 96º - As ações e os serviços de saúde realizados no Município integram uma rede regionalizada e hierarquizada constituindo o Sistema Único de Saúde no âmbito do Município, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – comando único exercido pela Secretaria Municipal de Saúde ou equivalente;

II – integridade na prestação das ações de saúde;

III – organização de distritos sanitários com alocação de recursos técnicos e práticos de saúde adequados à realidade epidemiológica local;

IV – participação em nível de decisão de entidades representativas dos usuários, dos trabalhadores de saúde e dos representantes governamentais na formulação, gestão e controle da política municipal e das ações de saúde através do Conselho Municipal de saúde de caráter deliberativo e paritário;

V – direito do indivíduo obter informações e esclarecimentos sobre assuntos pertinentes à promoção, proteção e recuperação de saúde e da coletividade;

Parágrafo Único – Os limites dos distritos sanitários referidos no inciso III constarão do Plano Diretor de saúde e serão fixados segundo os seguintes critério:

I – área geográfica abrangente;

II – adscrição de clientela;

III – resolutividade de serviços à disposição da população.

Art. 97º - O Prefeito convocará anualmente o Conselho Municipal de Saúde para avaliar a situação do Município, com ampla participação da sociedade, e fixar as diretrizes gerais da política de saúde do Município.

Art. 98º - A lei disporá sobre a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde que terá as seguintes atribuições:

I – formular a política de saúde, a partir das diretrizes emanadas da Conferência Municipal de saúde;

II – planejar e fiscalizar a distribuição dos recursos destinados à saúde;

III – aprovar a instalação e o funcionamento de novos serviços públicos ou privados de saúde, atendidas as diretrizes do Plano Municipal de Saúde.

Art. 99º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar ao Sistema de Saúde, mediante contrato de direito ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Art. 100º - O Sistema Municipal de Saúde será financiado com recursos do orçamento do Município, do Estado, da Seguridade Social da União, além de outras fontes.

§ 1º - A metade (50%) das verbas de receita extramunicipal serão transferidas automaticamente ao Município, de acordo com critérios populacio-

nais reais, a outra metade (50%) será transferida ao Município, de acordo com os seguintes critérios:

I – capacidade instalada;

II – epidemiologia;

III – investimento da Prefeitura em saúde;

IV – desempenho de acordo assistencial e com esta Lei Orgânica.

§ 2º - Os recursos financeiros do Sistema Municipal de Saúde serão administrados por meio de um Fundo Municipal de Saúde vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

§ 3º - É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

§ 4º - O Setor de Saúde integra às três primeiras prioridades dos orçamentos municipais.

Art. 101º - O Sistema Municipal de Saúde adotará um Modelo Assistencial, elaborado na 1ª Conferência Municipal de Saúde, cujas diretrizes gerais, além das definidas nesta Lei são:

I – priorizar as ações preventivas, sem prejuízo de integralidade de ações;

II – priorizar as ações ambulatoriais, incluindo os incentivos salariais entre outros, às hospitalidades;

III – garantir acesso universal e igualitário a todos os níveis de atenção à saúde, incluindo o tratamento fora do domicílio, articulado com sistema de referência e contrareferência, que garanta a participação popular organizada em todos os níveis, da decisão e execução, tudo a ela transparente.

Art. 102º - É vedada a comercialização de produtos biológicos e farmacêuticos, proibidos à venda sem receita médica.

Parágrafo Único – A receita médica e odontológica não poderá ser alterada sem a autorização do outorgante.

Art. 103º - É vedado o exercício ilegal da Medicina e da Odontologia, nas ações inerentes à formação profissional, por pessoa não qualificadas.

Art. 104º - A Secretaria Municipal de Saúde, normatizará as ações de saúde que poderão ser desempenhadas pelos demais profissionais do setor.

Art. 105º - O Município poderá manter convênios com Escolas Superiores de Medicina, Farmácias, Enfermarias, Odontologistas e outras Entidades de Saúde, visando o atendimento aos setores do Município, e treinamento e estágio dos estudantes.

SEÇÃO III

DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 106º - A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social e tem por objetivo:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

III – garantir a todo cidadão o acesso ao mercado de trabalho;

IV – assegurar o exercício dos direitos da mulher, através de programas sociais voltados para as suas necessidades específicas, nas várias etapas evolutivas;

V – a prestação de assistência aos diversos segmentos excluídos do processo de desenvolvimento sócio-econômico;

VI – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

VII – ao trabalhador adolescente devem ser assegurados os seguintes direitos especiais:

a) – acesso à escola em turno compatível com seus interesses, atendidas as pecularidades locais;

b) – horário especial de trabalho compatível com a freqüência à escola.

VIII – O Município tem o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na Comunidade, e garantindo seus direitos, conforme preceitua a Constituição Federal.

Art. 107º - O Município assegurará às pessoas portadoras de qualquer deficiência, instrumentos para inserção na vida econômica e social e para o desenvolvimento de suas potencialidades, especialmente:

I – o direito à assistência desde o nascimento, à educação de primeiro grau, gratuita e sem limites de idade;

II – o direito à habilitação e à reabilitação com todos os equipamentos;

III – a permissão para a construção de novos edifícios públicos, de particulares, de freqüência aberta ao público e logradouros públicos, que possuam condições de pleno acesso a todas as dependências para os portadores de deficiências físicas, assegurado essas mesmas modificações nos demais estabelecimentos e logradouros dessa natureza já construídos;

IV – a permissão para entrada em circulação de novos ônibus apenas quando estiverem adaptados para o livre acesso e circulação das pessoas portadoras de deficiência física motora;

V – garantido a formação de recursos humanos em todos os níveis, especializados no tratamento, na assistência e na educação dos portadores de deficiência;

VI – garantindo o direito à informação e à comunicação, considerando-se as adaptações necessárias;

VII – criando programas de prevenção e atendimento especializado aos portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como a de integração social de adolescente portador de deficiência mediante treinamento para o trabalho e a convivência e a fiscalização do acesso aos serviços coletivos, com eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

Art. 108º - O Município deverá juntamente com o Estado assumir prioritariamente, o amparo e a proteção às crianças e aos jovens em situação de risco e os programas devem atender as características culturais e sócio-econômicas locais.

Art. 109º - O Município e o Estado prestarão em regime de convênios, apoio técnico-financeiro a todas as entidades beneficentes e de assistência que executarem programas sócio-educativos destinados às crianças e aos adolescentes carentes, na forma da lei.

Art. 110º - O Município deverá criar o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão consultivo, deliberativo e controlador da Política de atendimento à infância e à adolescência, composto por membros dos Poderes Públicos e da Sociedade, sendo regulamentada em lei.

CAPÍTULO III

DA AÇÃO CULTURAL

SEÇÃO I

DA EDUCAÇÃO

Art. 111º - O Município e o Estado organizarão os seus sistemas de ensino de modo articulado e em colaboração, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa humana, ao seu preparo para o exercício da cidadania com base nos seguintes princípios:

I – a educação escolar pública, de qualidade, gratuita é direito de todos;

II – gratuidade de ensino público, em estabelecimentos oficiais;

III – valorização dos profissionais do ensino garantindo, no forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional, jornada de trabalho de no mínimo, quarenta horas, sendo metade destinada a planejamento e estudos extra-classe e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pelo Município;

IV – gestão democrática, em todos os níveis dos sistemas de ensino, com eleição direta para diretores das unidades de ensino e dirigentes regionais e composição paritária dos Conselhos Deliberativos Escolares, com participação dos profissionais de ensino, pais e alunos, na forma da lei;

V – o trabalho será princípio educativo em todos os níveis e sistemas de ensino.

Art. 112º - É dever do Município o provimento de vagas em todo território do Município em número suficiente para atender à demanda do ensino fundamental.

Art. 113º - O Poder Público Municipal incentivará a instalação de bibliotecas na sede e nos Distritos.

Art. 114º - A definição da Política Educacional é privativa da Câmara Municipal.

Parágrafo Único – Cabe à Câmara Municipal toda e qualquer iniciativa, revisão, fiscalização e atualização de leis, regulamentos ou normas necessárias ao desenvolvimento da educação escolar pública de responsabilidade do Município.

Art. 115º - Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo, excepcionalmente, ser dirigidos às escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas, desde que não tenham fins lucrativos e possuem planos de cargos e salários isonômicos à carreira de ensino público:

I – escolas comunitárias são aquelas mantidas por associações civis sem fins lucrativos e que representem sindicatos, partidos políticos, associação de moradores e cooperativas;

II – escolas confessionais são aquelas mantidas por associações religiosas de qualquer confissão ou denominação.

Parágrafo Único – A destinação excepcional de recursos públicos de que trata o “caput”, só será possível após o atendimento da população escolarizável, garantidas as condições adequadas de formação, exercício e remuneração dos profissionais da educação e haja disponibilidade de recursos.

Art. 116º - O dever do Município com a educação efetivar-se-á mediante garantia de:

I – ensino fundamental, inclusive para os que não tiverem acesso na idade própria;

II – educação permanente para todos os adolescentes e adultos;

III – acesso aos instrumentos de apoio às necessidades do ensino público obrigatório.

Art. 117º - As unidades escolares terão autonomia na definição da política pedagógica, respeitados em seus currículos os conteúdos mínimos estabelecidos a nível nacional, tendo como referência os valores culturais e artísticos nacionais e regionais, a iniciação técnico-científico e os valores ambientais:

I – ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas de ensino fundamentais;

II – a educação ambiental será enfatizada em todos os graus de ensino nas disciplinas que disponham de instrumental ou conteúdo para estudos ambientais;

III – a educação física é considerada disciplina regulara e de matrícula obrigatória em todos os níveis de ensino.

Art. 118º - O Sistema Municipal de Ensino passa a integrar o Sistema Único de Ensino.

Parágrafo único – Ao Município caberá com assistência técnica e financeira do Estado, organizar a gradual integração no Sistema Único de Ensino, na forma que dispuser a lei.

Art. 119º - O Município aplicará anualmente, nunca menos de vinte e cinco por cento (25%) da receita resultante de impostos, inclusive a proveniente de transferência na manutenção e desenvolvimento da educação escolar.

§ 1º - A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino público fundamental.

§ 2º - O Poder Executivo repassará, direta e automaticamente, recursos de custeio às comunidades escolares públicas proporcional ao número de alunos, na forma da lei.

§ 3º É proibida qualquer forma de isenção tributária ou fiscal para atividades de ensino privado.

§ 4º - Nos casos de anistia fiscal ou incentivos fiscais de qualquer natureza, fica o Poder Público proibido de incluir os vinte e cinco por cento destinados à educação.

§ 5º - O salário educação financiará exclusivamente o desenvolvimento do ensino publico.

Art. 120º - O Município manterá programas municipais de complementação da Merenda nas Escolas, incentivando a produção de produtos hortigranjeiros em hortas escolares e comunitárias.

Art. 121º - O Poder Público poderá criar o Conselho Municipal de Educação Rural, a ser regulamentado por Lei Municipal.

SEÇÃO II

DA CULTURA

Art. 122º - O Município, através de seus poderes constituídos, da sociedade e de seu povo, garantirá a todos pleno exercício dos direitos culturais, respeitando o conjunto de valores e símbolos de cada cidadão e o acesso às fontes de cultura, nacional e regional, apoiando e incentivando a produção, a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Art. 123º - Constituem direitos culturais garantidos pelo Município:

I – liberdade de criação, expressão e produção artística, sendo vedada toda e qualquer forma de censura;

II – o amplo acesso a todas as formas de expressão cultural, das populares às eruditas, e das regionais às universais;

III – o reconhecimento, a afirmação e a garantia da pluralidade cultural, destacando-se as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e as de outros grupos participantes do processo cultural, municipal, mato-grossense e nacional;

IV – o acesso à educação artística, histórica e ambiental e ao desenvolvimento da criatividade em todos os níveis de ensino;

V – o apoio e incentivo à produção, difusão e circulação dos bens culturais.

Art. 124º - A política cultural facilitará o acesso da população à produção, à distribuição e ao consumo de bens culturais, garantindo:

I – o estímulo às produções culturais, apoiando a livre criação de todo o indivíduo;

II – a utilização democrática dos meios de comunicação através de:

a) – programação das emissoras locais voltadas para a promoção da cultura regional;

b) – regionalização, principalmente da produção artística, conforme percentuais estabelecidos em lei federal;

III – a promoção da ação cultural descentralizada viabilizando os meios para a dinamização e condução, pelas comunidades, das manifestações culturais;

IV – a viabilização de espaços culturais, adequadamente equipados, a conservação dos acervos existentes e a criação de novos.

Art. 125º - O Conselho Municipal da Cultura organizado em Câmara, integrado por representantes dos Poderes Públicos e da sociedade através das entidades de atuação cultural públicas e privadas que, na forma da lei:

I – estabelecerá diretrizes e prioridades para o desenvolvimento cultural do Município;

II – deliberará sobre projetos culturais e aplicação de recursos;

III – emitirá pareceres técnico-culturais, inclusive sobre as implicações culturais de planos sócio-econômicos.

Art. 126º - Constituem patrimônio cultural do Município os bens de natureza material, e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações artísticas, culturais, científicas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, espeleológico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico;

VI – os sítios dos quilombos.

Art. 127º - O Poder Público Municipal com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural do Município por meio de inventário, registro, vigilância, planejamento urbano, tombamento, desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação em articulação com a União e o Estado.

Parágrafo Único – os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos na forma da lei.

Art. 128º Cabe à Administração Pública, na forma da lei, a gestão da documentação sob a guarda do Município e as providências para franquear sua consulta e quantos dela necessitarem.

Parágrafo Único – Dos acervos particulares recolhidos por instituições públicas, através de doação, sofrerão limites ao seu acesso respeitando a temporalidade estabelecida pelo doador.

Art. 129º - Os proprietários de bens de qualquer natureza tombados pelo Estado, receberão incentivos para a sua preservação.

Parágrafo único – Na compra ou locação de imóvel os Poderes Públicos darão preferência a imóveis tombados.

Art. 130º - O Município manterá atualizado o Cadastramento do patrimônio histórico e o acervo cultural, público e privado, sob a orientação técnica do Conselho Municipal da Cultura.

Parágrafo Único – Os Planos Diretores Municipais disporão necessariamente, sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural.

Art. 131º - O Município, reconhecendo que a comunicação é um bem cultural e u direito inalienável de todo o cidadão, incentivará:

I – o pluralismo e a multiplicidade das fontes de informação;

II – o acesso dos profissionais de comunicação às fontes de informação;

III – o acesso de todo cidadão ou grupo social às técnicas de produção e de transmissão de mensagens;

IV – o acesso de todo cidadão ou grupo social às mensagens que circulem no meio social;

V – a participação da sociedade, através de suas entidades representativas, na definição das políticas de comunicação;

VI – o surgimento de emissoras de radiodifusão de baixa potência, geradas por entidades educacionais, culturais e que representam a sociedade civil.

SEÇÃO III

DO DESPOSTO

Art. 132º - É dever do Município fomentar práticas desportivas, formais e não formais, como direito de cada um, observados:

I – a autonomia das entidades desportivas, dirigentes e associações, quanto à sua organização e funcionamento;

II – a destinação de recursos humanos, financeiros e materiais para a promoção de desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto amador;

III – è vedada ao Município o critério de despesas para o desporto profissional;

Art. 133º - A ação do Poder Público Municipal e a destinação de recursos para o Setor, dará prioridade:

I – o esporte amador e educacional;

II – o lazer popular;

III – a criação e a manutenção de instalações esportivas e recreativas nos programas e projetos de urbanização da iniciativa privada.

Parágrafo Único – Caberá ao Município, juntamente com o Estado, estabelecer e desenvolver planos e programas de construção e manutenção de equipamentos escolares com alternativas de utilização para os portadores de deficiências físicas.

Art. 134º - A promoção, o apoio e o incentivo aos esportes e ao lazer garantidos mediante:

I – o incentivo e a pesquisa no campo de educação física e do lazer social;

II – programa de construção, preservação e manutenção de áreas para a prática esportiva e o lazer comunitário;

III – provimento por profissionais habilitados na área específica, dos cargos atinentes à educação física e ao esporte, tanto nas instituições públicas como nas privadas.

Art. 135º - O Poder Público garantirá aos portadores de deficiência o atendimento especializado para a prática esportiva, sobretudo no âmbito escolar.

Art. 136º - O Poder Público poderá criar o Conselho Municipal de Esporte, a ser regulamentado em Lei Municipal.

CAPÍTULO IV

DOS RECURSOS NATURAIS

SEÇÃO I

DO MEIO AMBIENTE

Art. 137º - Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, imponso-se ao Município, ao Estado e à coletividade o dever de defendelo e preserva-lo para as presentes e futuras gerações.

Parágrafo Único – Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Município:

I – zelar pela utilização racional, e sustentada dos recursos naturais de modo a assegurar-lhe a perpetuação e a minimizar o impacto ambiental;

II – instituir a política municipal de saneamento básica e recursos hídricos;

III – exigir, para instalação de obras ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade, garantida a participação da comunidade mediante audiência pública e de seus representantes em todas as fases;

IV – combater a poluição e a erosão fiscalizando as atividades degradadoras;

V – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VI – estimular e promover a recomposição da cobertura vegetal nativa das áreas degradadas, objetivando a consecução de índices mínimos necessários à manutenção do equilíbrio ecológico;

VIII – proteger a fauna e a flora, assegurando a diversidade das espécies e dos ecossistemas, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica e provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade;

VIII – controlar e regulamentar, no que couber a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, qualidade de vida e o meio ambiente;

IX – vincular a participação em licitações, acesso e benefícios fiscais e linhas de créditos oficiais, ao cumprimento da legislação ambiental, certificado pelo órgão competente;

X – definir, criar e manter na forma da lei, áreas necessárias à proteção das cavidades naturais, sítios arqueológicos, paisagens naturais notáveis, outros bens de valor histórico, turístico, cientifico e cultural;

XI – definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente projetados pela criação de unidades, de conservação ambiental e tombamento dos bens de valor cultural.

Art. 138º - As condutas e atividades lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores a sanções administrativas, com aplicação de multas diárias e progressivas no caso de continuidade da infração ou reincidência, incluídas a redução de atividade e a interdição, independentemente da obrigação dos infratores de repararem os danos causados, na forma do artigo 298 da Constituição Estadual.

Art. 139º - A licença ambiental para instalação de equipamento nuclueares somente será outorgada mediante consulta popular.

Parágrafo Único – Os equipamentos nucleares destinados às atividades de pesquisa ou terapêuticas terão seus critérios de instalações e funcionamento definidos em lei.

Art. 140º - O Município manterá, obrigatoriamente o Conselho Municipal do Meio Ambiente, órgão autônimo, composto paritariamente por representantes do Poder Público que, dentre outras atribuições definidas em lei, deverá:

I – fiscalizar qualquer projeto público ou privado que implique em impacto ambiental;

II – coordenar a implantação dos espaço territoriais escolhidos para serem especialmente protegidos;

III – apreciar os estudos prévios de impacto ambiental;

IV – avaliar e propor normas de proteção e conservação do meio ambiente.

Art. 141º - O Município que tiver parte de seu território integrando a unidade de conservação ambiental será assegurado, na forma da lei, especial tratamento quanto ao crédito das parcelas de receita referidas no artigo 158, Inciso IV da Constituição Federal.

Art. 142º - As pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, que exercem atividades consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras, ou que possam causar danos ambientais, são obrigadas:

I – responsabilizar-se pela coleta e tratamento dos resíduos poluentes por elas geradas;

II – auto-monitorar sua atividade de acordo com o requerido pelo órgão ambiental competente, sob pena de suspensão do licenciamento.

Art. 143º - O Município poderá se consorciar com outro município, objetivando a solução de problemas comuns relativos ao saneamento básico e a preservação dos recursos hídricos.

Art. 144º - O Município conjuntamente com o Estado exercerá o poder de polícia com reciprocidade de informações e colaboração efetiva, impedindo toda atividade que possa degradar o meio ambiente e exigir estudo prévio de impacto ambiental para licenciar aquelas que potencialmente possam causar risco ou prejuízo ambiental ou à qualidade de vida.

Art. 145º - São indisponíveis as terras públicas patrimoniais ou devolutas, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais, devendo destinação exclusiva para esse fim.

SEÇÃO II

DOS RECURSOS HÍDRICOS

Art. 146º - A Administração Pública manterá atualizado Plano Municipal de Recursos Hídricos e instituirá, por lei, sistema de recursos financeiros e mecanismos institucionais necessários para garantir:

I – a utilização racional e armazenamento das águas superficiais e subterrâneas;

II – o aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos e o rateio das respectivas obras, na forma da lei;

III – a proteção das águas contra os regimes que possam comprometer o seu uso, atual ou futuro;

IV – a defesa contra eventos críticos, que oferecem riscos à saúde, à segurança pública e prejuízos econômicos ou sociais.

Art. 147º A gestão dos recursos hídricos deverá:

I – propiciar o uso múltiplo das águas e reduzir seus efeitos adversos;

II – ser descentralizada, participativa e integrada em relação aos demais recursos naturais;

III – adotar a bacia hidrográfica como fonte potencial de abastecimento e considerar o ciclo hidrológico, em todas as suas fases.

Art. 148º - As diretrizes da Política Municipal de Recursos Hídricos serão estabelecidas em lei.

Art. 149º - O Município celebrará convênios com o Estado para a gestão, pó estes, das águas de interesse exclusivamente local condicionada às políticas e diretrizes estabelecidas a nível de planos estaduais de bacias hidrográficas, em cuja elaboração participará a municipalidade.

Art. 150º - No aproveitamento das águas superficiais e subterrâneas, será considerado prioritário o abastecimento das populações.

Art. 151º - A vegetação das áreas marginais dos cursos d'águas, nascentes, margens de lagos e topos de morros, numa extensão que será definida em lei, respeitada a legislação federal, é considerada de preservação permanente, sendo obrigatória a recomposição onde for necessário.

Art. 152º - Constará do Plano Diretor disposições relativas ao uso, à conservação, à proteção e ao controle dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, no sentido:

I – de serem obrigatórias a conservação e proteção das águas, de áreas de preservação para abastecimento das populações inclusive, através de implantação de metas ciliares;

II – de fazer o zoneamento de áreas inundáveis com restrições à edificação em áreas sujeitas a inundações freqüentes, e evitar maior velocidade de escoamento a montante por retenção superficial para evitar inundações;

III – da implantação de sistemas de alerta da defesa civil, para garantir a segurança e a saúde pública, quando de eventos Hidrológicos indesejáveis;

IV – da implantação dos programas permanentes visando à racionalização do uso das águas para abastecimento públicos e industrial para irrigação.

Art. 153º - O Município e o Estado estabelecerão programas conjuntos, visando ao tratamento dos despejos urbanos e industriais e de resíduos sólidos, de proteção e de utilização racional das águas, assim como de combate às inundações e à erosão.

Art.154º - A irrigação deverá ser desenvolvida após a instalação da Política de Recursos Hídricos e Energéticos e dos programas para a conservação do solo e da água.

Art. 155º - As empresas que utilizam recursos hídricos ficam obrigadas a restaurar e a manter numa faixa marginal de cem metros dos reservatórios, os ecossistemas naturais.

Art. 156º - O Município aplicará cinco por cento do que investir em recursos hídricos, no estudo de controle de poluição das águas, de preservação de inundações, do assoreamento e recuperação das áreas degradadas.

TÍTULO V

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 157º - A Administração Pública é o conjunto dos órgãos e funções dos Poderes do Município e das entidades descentralizadas, aplicadas, à execução de atividades e serviços administrativos com a finalidade de promoção do bem-estar geral e da satisfação das necessidades coletivas.

Art. 158º - A Administração Pública Direta é efetivada imediatamente por qualquer dos órgãos próprios dos Poderes do Município.

Parágrafo Único – A Administração Pública Indireta é realizada mediatamente por:

a) – autarquia;

b) –sociedade de economia mista;

c) – empresas públicas;

d) – fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público;

e) – demais entidades de direito privado, sob o controle direto do Município.

Art. 159º - A Administração Pública direta e indireta, de qualquer dos Poderes do Município, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, publicidade e, também, ao seguinte:

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvados as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III – o edital de convocação para concurso público estabelecerá:

a) – prazo de validade do concurso de até dois anos, prorrogável uma vez por igual período;

b) – o número de vagas oferecidas;

IV – os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidas, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargos de carreira ou profissional, nos casos e condições previstas em lei;

V – a lei ordinária reservará um percentual não inferior a um por cento dos cargos e empregos para as pessoas portadoras de deficiência de qualquer natureza e definirá os critérios de sua admissão, observado o disposto nesta Lei Orgânica.

VI – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade de excepcional interesse público;

VII – somente por lei específica poderão ser criadas e extintas as entidades da Administração Pública direta, e indireta;

VIII – depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades da Administração Pública Indireta, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

IX – as normas administrativas que criam, modificam ou extinguem direitos dos servidores da Administração Pública direta e indireta serão estabelecidas somente através de lei;

X – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública, que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei o qual somente permitirá as exigências de qualificações técnicas e econômicas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;

XI – para se habilitarem às licitações municipais, as empresas deverão comprovar, na forma da lei, o cumprimento de suas obrigações previdenciárias e trabalhistas.

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanha dos órgãos públicos deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos.

§ 2º - As despesas com publicidade de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, deverão ser objeto de dotação orçamentária específica com denominação “publicidade” de cada órgão, fundo, empresa ou subdivisão administrativa do Poderes constituídos, não podendo ser suplementadas senão através de lei específica.

§ 3º A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 4º - As reclamações relativas às prestações de serviços públicos serão disciplinados em lei.

§ 5º - Os atos de improbidade administrativas importarão na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública na indisponibilidade dos bens e no ressarciamento do erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 6º - Todos os atos efetuados pelos Poderes do Município da Administração Pública direta e indireta, deverão ser obrigatoriamente, publicados no órgão oficial do Estado, quando for o caso, para que produzam os efeitos regulares, podendo ser resumida a publicação dos atos não normativos.

§ 7º - A não publicação importa na nulidade do ato e na punição, pelo Tribunal de Contas, da autoridade responsável pelo fato, que será referendada pela Câmara Municipal.

§ 8º - A lei estabelecerá a obrigatoriedade da notificação ou intimação do interessado para determinados atos administrativos caso em que só produzirão efeitos a partir de tais diligências.

§ 9º - A lei fixará prazos para a prática dos atos administrativos e estabelecerá procedimentos adequados à sua revisão, indicando seus efeitos e forma de processamento.

Art. 160º - As empresas concessionárias de serviços públicos sujeitam-se ao permanente controle e fiscalização do Poder Público e da coletividade, cumprindo-lhes manter adequada execução do serviço e a plena satisfação dos direitos dos usuários.

Art. 161º - A autorização, permissão ou concessão para a prestação de serviços, sempre mediante licitação, será regulada por lei, que disporá sobre:

I – o regime das empresas concessionárias de serviços públicos de caducidade, fiscalização, rescisão e reversão de concessão ou permissão;

II – os direitos dos usuários;

III – tarifas que permitam cobrir o custo, a depreciação dos equipamentos na melhoria e a expansão dos serviços;

IV – a obrigatoriedade de manter o serviço adequado;

V – a reversão dos bens vinculados ao serviço público objeto de concessão ou permissão;

§ 1º - Os contratos de concessão e permissão de serviços públicos serão firmados por prazo determinado.

§ 2º - A cassação de concessão e permissão de serviço público inabilitará, em qualquer hipótese, a participação do concessionário ou permissionário, em nova concorrência pública para serviços da mesma natureza.

CAPÍTULO II

DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

Art. 162º - Servidores Públicos Municipais são todos quantos percebam pelos cofres do Município, da Administração Pública direta das autarquias e das fundações públicas.

Art. 163º - O Município estabelecerá em lei estatutária o regime único de seus servidores, respeitados os princípios fixados na Constituição Federal, na Constituição Estadual e nesta Lei Orgânica.

§ 1º - A lei assegurará, aos servidores da Administração Pública direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados no mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

§ 2º - As entidades da Administração Pública indireta não contempladas neste artigo, são constituídas de empregos públicos sob regime jurídico de natureza trabalhista, observado o disposto no Artigo 1290 da Constituição Estadual e o Artigo 173, § 2º da Constituição Federal.

§ 3º - Aplicam-se aos servidores públicos Municipais nomeação por concurso público, as seguintes disposições, além das previstas no § 2º do Artigo 39 da Constituição Federal.

I – adicional por tempo de serviço, na base de dois por cento do vencimento-base, por ano de efetivo exercício até o máximo de cinqüenta por cento, que não ultrapassará, os limites fixados nesta Lei Orgânica.

Revogado pelo Art. 1º da Lei Complementar 014/2011de 06 de dezembro de 2011.

II – licença-prêmio de três meses, adquirida em cada período de cinco anos de efetivo exercício no serviço público do Estado, permitida sua conversão em espécie por opção do servidor, parcial ou totalmente, sendo contado em dobro, para fins de aposentadoria e disponibilidade o período não gozado.

§ 4º - Sob pena de responsabilidade, a autoridade que determinar o desconto em folha de pagamento do servidor para instituições de previdência ou associações, deverá efetuar o repasse do desconto no prazo máximo de cinco dias úteis, juntamente com a parcela de responsabilidade do órgão.

Art. 164º - Os cargos públicos terão, pela lei que os criarem, fixados sua denominação, padrão de vencimentos, condições de provimento e atribuições.

Art. 165º - criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções dos serviços e a fixação da respectiva remuneração de seus servidores é de competência privativa do Legislativo Municipal, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

Parágrafo Único – Aplica-se no que couber, aos servidores da Câmara Municipal, o sistema de classificação e níveis de vencimentos dos cargos do Poder Executivo.

Art. 166º - Somente poderão ser criados cargos em comissão quando houver justificada necessidade baseada em relação pessoal de confiança.

Art. 167º - O município responderá pelos danos que seus servidores, no exercício de suas funções, venham causar a terceiros.

Parágrafo Único – Caberá ao Município ação regressiva contra o servidor responsável, em caso de culpa ou dolo.

Art. 168º - Ao servidor público municipal em exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I – tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou municipal ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II – investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III – investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo de remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV – Revogado pelo Art. 2º da Lei Complementar ____/2011.;

V – o servidor municipal eleito Vice-Prefeito, somente será obrigado a afastar-se de seu cargo, emprego ou função, quando substituir o Prefeito, aplicando-lhe o disposto no inciso II;

VI – para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse;

VII – será facultado ao servidor público municipal optar pelo regime jurídico em que se encontre à época da adoção do regime jurídico único pelo Município, sendo o cargo considerado em extinção.

Art. 169º - Quando no exercício de mandato eletivo em diretoria de entidade sindical ou associativa, representativa de categoria profissional de membros da Administração Pública, será colocado à disposição da entidade desde que:

I – seja solicitado e não ultrapasse o limite de três servidores, em entidades que congregue um mínimo de mil representados;

II – seja solicitado e não ultrapasse o limite de um servidor, em entidades que congregue menos de mil e mais de trezentos representados.

Art. 170º - Da direção das entidades da Administração Pública indireta e seus respectivos conselhos ou órgãos normativos participarão, obrigatoriamente, pelo menos um diretor e um conselheiro, representantes dos servidores, eleitos por estes mediante voto direto e secreto, dentre filiados de associações e sindicatos de categoria.

Art. 171º - O Poder Público Municipal garantirá assistência médica-odontológica, creches e pré-escolas aos filhos e dependentes dos servidores públicos, do nascimento até aos seis anos e onze meses.

Art. 172º - O Município poderá estabelecer, por lei ou convênio, o regime previdenciário de seus servidores não sujeito à legislação trabalhista.

Parágrafo Único – No caso de o regime previdenciário por convênio, a respectiva atribuição, por decreto, o compulsório nos salários dos servidores sujeitos ao mesmo será autorizado por lei.

Art. 173º - O disposto neste capítulo aplica-se aos servidores do Executivo e do Legislativo Municipal.

Art. 174º - O Município poderá constituir guarda municipal destinada à proteção das instalações, bens e serviços municipais, conforme dispuser a lei.

Art. 175º - O Município assegurará o pleno exercício dos direitos sociais contemplados na Constituição Federal, inclusive aos trabalhadores urbanos e rurais.

Art. 176º - A liberdade de associação profissional ou sindical será assegurada pelos agentes do Município, respeitados os princípios estabelecidos na Constituição Federal.

Art. 177º - É assegurado o direito de greve, consagrado pela Constituição Federal, competindo aos servidores municipais decidir sobre a oportunidade de exerce-lo e sobre os interesses que devam por esse meio defender.

§ 1º - Os serviços ou atividades essenciais e o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade serão definidos pela Lei Federal.

§ 2º - Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.

CAPÍTULO III

DA POLÍTICA SALARIAL ÚNICA

Art. 178º - A remuneração total dos cargos, empregos e funções dos Poderes Legislativo e Executivo será composta exclusivamente do vencimento-base e de uma verba de representação.

§ 1º - O adicional por tempo de serviço concedido aos ocupantes dos cargos de carreira de provimento efetivo e aos empregados públicos como única vantagem pessoal, não será considerado para efeitos deste artigo.

§ 2º - Os limites máximos no âmbito dos respectivos Poderes serão os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título pelo Prefeito.

§ 3º - Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superior aos pagos pelo Poder Executivo.

§ 4º - É vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para efeito de remuneração de pessoal do serviço público, ressalvados o disposto no inciso anterior e no artigo 39, § 1º da Constituição Federal.

§ 5º - Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores , sob o mesmo título ou idêntico fundamentos.

§ 6º - Os vencimentos dos servidores públicos, são irredutíveis e a remuneração observará o que dispõe os § 2º e 3º deste artigo, q legislação do Imposto de Renda e as demais normas contidas na Constituição Federal e na Constituição Estadual e nesta Lei Orgânica.

§ 7º - É vedada a acumulação remuneração de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:

a) – a de dois cargos de professor;

b) – a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) – a de dois cargos privativos de profissionais de saúde.

§ 8º - A proibição de acumular estender-se a empregos e funções e abrange também as entidades da Administração Pública Indireta.

Art. 179º - A lei, ao instituir o regime estatutário e os planos de carreira para os servidores e empregos públicos, fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração de carreira, estabelecendo também, a representação única.

§ 1º - A relação entre a maior e a menor remuneração, prevista neste artigo, será revista trienalmente, até chegar a oito vezes.

I – no primeiro triênio, a relação entre a maior remuneração será reduzida para dezoito vezes;

II – no segundo triênio, será reduzida para quinze vezes;

III – no terceiro triênio, será reduzida para no máximo dez.

§ 2º - A lei prevista no artigo 146 da Constituição Estadual, será editada cento e oitenta dias após a promulgação deste Lei Orgânica.

Art. 180º - A revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices, far-se-a sempre na mesma data.

§ 1º - Os reajustes e aumentos a qualquer título é feitos em qualquer época por qualquer dos Poderes serão automaticamente estendidos aos demais, sem distinção de índices.

§ 2º - O pagamento de remuneração dos servidores públicos municipais dar-se-a até o dia dez do mês seguintes ao que se refere, da administração direta e indireta.

§ 3º - O não pagamento até a data referida no parágrafo anterior importa na correção diária do valor da remuneração, aplicando-se os índices oficiais federais, a partir do dia primeiro seguinte, ao que se refere.

§ 4º - O montante do valor corrigido será pago junto com o vencimento do mês subseqüente, corrigido o seu total até o último dia do mesmo mês, pelos índices do parágrafo anterior.

Art. 181º - Os Poderes Legislativo e Executivo farão publicar, trimestralmente, seus respectivos lotacionogramas, com a especificação de remuneração atualizada de todos os servidores.

Parágrafo Único – As nomeações, demissões, exonerações e contratações para prestação de serviços e reajustes de remuneração que não forem publicadas, serão consideradas nulas de pleno direito.

CAPÍTULO IV

DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 182º - O Município poderá constituir guarda municipal, força auxiliar à proteção de seus bens, serviços e instalações nos termos da lei complementar.

§ 1º - A lei complementar de criação da guarda municipal disporá sobre acesso, direitos, deveres, vantagens e regime de trabalho, com base na hierarquia e disciplina.

§ 2º - A investidura nos cargos da guarda municipal far-se-a mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

CAPÍTULO V

DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 183º - Constituem Patrimônio do Município seus bens móveis, os imóveis de seu domínio pleno, direito ou útil, e a renda proveniente do exercício das atividades de sua competência e prestação de seus serviços.

Art. 184º - Os bens imóveis do Município não podem ser objeto de doação, nem de utilização gratuita por terceiros, salvo e mediante ato do Prefeito autorizado pela Câmara Municipal, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, entidade competente de sua Administração Pública Indireta ou Sociedade Civil sem fins lucrativos.

Art. 185º - O Município poderá realizar obras, serviços e atividades de interesse comum, mediante convênio com entidades públicas ou particulares, bem como através de consórcios intermunicipais, com o Estado ou a União, utilizando-se dos meios e instrumentos adequados à sua execução.

Art. 186º - Os bens imóveis de domínio municipal conforme sua destinação, são de uso comum do povo, de uso especial ou dominicais.

Art. 187º - Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles utilizados em seus serviços.

Art. 188º - Todos os bens imóveis municipais deverão ser tombados, e os móveis cadastrados, sendo que os últimos serão também numerados, segundo o estabelecimento em regulamento.

Art. 189º - A aquisição de bens pelo Município realizada mediante prévia licitação, nos termos da legislação federal pertinente.

Art. 190º - A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação, autorização legislativa e licitação, sendo esta realizada nos termos estabelecidos na legislação federal e na Estadual.

§ 1º - Será dispensada a licitação a que se refere o artigo, nos seguintes casos:

I – quando de imóveis, deverá constar as seguintes normas:

a) – quando de imóveis, deverá constar obrigatoriamente do contrato, se for o caso, os encargos do donatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de retrocessão, sob pena de nulidade do ato;

b) – quando de imóveis, somente será permitida se for destinada a fins de interesse social;

II – nas permutas;

III – na venda de ações, que será admitida exclusivamente em bolsa;

§ 2º - Preferencialmente à venda de seus bens imóveis, o Município outorgará concessão de direito real de uso dos mesmos, observado o disposto

no “caput” deste artigo. A licitação por este exigida poderá ser dispensada por lei, quando o uso se destina a concessionária de serviço público, e entidades assistenciais, ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado.

§ 3º - Na alienação de bens imóveis considerados por Comissão Especial nomeada pelo Prefeito, obsoletos ou de uso anti-econômico para o serviços municipal, é dispensada a autorização legislativa, e a licitação será por leilão, precedido de edital publicado com o prazo de trinta (30) dias e no qual constará a relação dos bens leiloadas, com o respectivo valor mínimo para a sua arrematação arbitrado pela referida Comissão.

Art. 191º - O uso, por terceiros, de bens municipais, poderá ser efetuado mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o caso e o interesse público exigir.

§ 1º - A concessão administrativa dos bens públicos municipais de uso especial e dominicais dependerá de autorização legislativa e licitação, e far-se-a mediante contrato, sob pena de nulidade do ato. A lei, inclusive a que autorizar a concessão, poderá dispensar a licitação quando o uso se destinar a concessionário de serviço público, a entidades assistenciais, ou quando houver interesse público relevante, devidamente justificado.

§ 2º - A concessão administrativa dos bens públicos municipais de uso comum, somente poderá ser outorgada para finalidade escolares de assistência social ou turísticas, mediante autorização legislativa.

§ 3º - A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita a título precário, mediante decreto.

§ 4º - A autorização, que também incidir sobre qualquer bem público, será feita mediante portaria, para atividade ou usos específicos e transitórios, pelo prazo máximo de sessenta dias.

Art. 192º - Poderão se cedidas a particulares, para serviços transitórios, máquinas e operadores da Prefeitura, desde que não haja prejuízo para os trabalhos normais do Município, e o interessado recolhe previamente a quantia arbitrada, correspondente ao uso da maquinaria e à remuneração de seus operadores, bem como assine termo de responsabilidade pela conservação e devolução dos bens que lhe forem cedidos, mediante prévia autorização da Câmara Municipal.

CAPÍTULO VI

DAS OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

Art. 193º - A execução das obras públicas municipais deverá ser sempre precedida de projeto elaborado segundo as normas técnicas adequadas.

Parágrafo Único – As obras públicas poderão ser executadas diretamente pela Prefeitura, por suas autarquias e entidades paraestatais e, indiretamente, mediante licitação, nos termos da legislação federal pertinente.

Art. 194º - As concessões, a terceiros, de execução de serviços públicos serão feitas mediante contrato, após prévia licitação, observadas as normas pertinentes estabelecidas na legislação federal.

Art. 195º - As permissões, a terceiros, para execução de serviços públicos serão outorgadas a título precário, mediante decreto.

Art. 196º - Serão nulas de pleno direito as concessões e as permissões em desacordo com o estabelecido nos dois artigos antecedentes.

§ 1º - Os serviços concedidos ou permitidos ficarão sempre sujeitos à regulamentação e fiscalização do Município, incumbidos, aos que os executem, sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários, observada, quanto aos primeiros, a legislação federal e respeito.

§ 2º - O Município poderá retomar, sem indenização, os serviços concedidos ou permitidos, desde que executados em desconformidade, respectivamente, com o contrato ou o ato permissivo, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.

§ 3º - A publicidade exigida pela legislação federal no caso de a licitação pára as concessões de serviços públicos, se por concorrência, deverá ser ampla, inclusive no Diário Oficial do Estado, nos termos da legislação pertinente.

TÍTULO VI

DA TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO

CAPÍTULO I

DA RECEITA E DA DESPESA

Art. 197º - A Receita Municipal é constituída dos tributos da competência do Município, da participação deste em tributos da União e do Estado, das tarifas ou preços públicos decorrentes da utilização de bens e outras atividades municipais, bem como de outros ingressos legalmente permissíveis.

Parágrafo Único – Nenhum tributo será exigido sem que a lei o estabeleça, nem cobrado, em cada exercício, sem que a lei que o houver instituído ou aumentada esteja em vigor antes do início do exercício financeiro.

Art. 198º - Nenhum contribuinte será obrigado ao pagamento de qualquer tributo lançado pela Prefeitura, sem prévia notificação.

§ 1º - Do lançamento do tributo, cabe ao Contribuinte recurso ao Prefeito, no prazo de quinze (15) dias, a contar da notificação.

§ 2º - A forma de notificação será estabelecida em lei competente.

Art. 199º - As tarifas ou preços públicos, devidos pela utilização de bens, serviços e outras atividades municipais, serão fixados pelo Prefeito, mediante decreto.

Parágrafo Único – As tarifas ou preços públicos relativos à utilização de bens, aos serviços e outras atividades municipais, deverão cobrir os seus custos, podendo ser reajustáveis, qualquer tempo, quando se tornarem deficitários ou excedentes.

Art. 200º - A despesa pública municipal observará os princípios pertinentes insertos na Constituição da República e as normas gerais de direito financeiro estabelecidas em legislação federal, ficando desde logo estatuído.

I – nenhuma despesa será ordenada ou realizada sem que exista dotação orçamentária própria, ressalvada a que ocorre por conta de crédito extraordinário;

II – nenhuma lei que crie ou aumente despesas será sancionada, sem que dela conte a indicação de recursos para atender os encargos decorrentes.

Art. 201º - Pertencem ao Município:

I – o produto da arrecadação da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II – cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis nele situados;

III – cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seu território;

IV – vinte e cinco por centro do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;

Parágrafo Único – As parcelas de receita pertencentes ao Município, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I – três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seu território;

II – até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual, ou no caso dos territórios, lei federal.

Art. 202º - A União entregará ao Município:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados na seguinte forma:

a) – vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios.

CAPÍTULO II

DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 203º - São tributos municipais os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas, instituídos por lei municipal, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nas normas gerais de direito tributário.

Art. 204º - São de competência do Município os impostos sobre:

I – propriedade predial e territorial urbana;

II – transmissão, inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição;

III – vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel;

IV – Serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência do Estado, definidos na lei complementar previstos no artigo 146 da Constituição Federal.

§ 1º - O imposto no inciso I poderá ser progressivo, nos termos da lei, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º - O imposto previsto no inciso II não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 3º - A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos previstos nos incisos III e IV.

Art. 205º - As taxas só poderão ser instituídas por lei, em razão do exercício do Poder de Polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à disposição pelo Município.

Art. 206º - A contribuição de melhoria poderá ser cobrada dos proprietários de imóveis valorizados por obras públicas municipais, tendo como limite a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 207º - Sempre que possível os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à Administração Municipal, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

Parágrafo Único – As taxas não poderão ter base de cálculo de impostos.

Art. 208º - O Município poderá instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social, mediante autorização do servidor interessado.

Art. 209º - O Município deverá criar o Conselho Municipal de Tributos, integrado por representantes dos Poderes Públicos e da Sociedade, com caráter e intuito deliberativo, sendo regulamentado em lei.

CAPÍTULO III

DOS ORÇAMENTOS

Art. 210º - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais do Município;

§ 1º - A lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Municipal, para as despesa de capital e outras decorrentes.

§ 2º - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá, justificadamente, sobre alteração na legislação tributária.

§ 3º - O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido de execução orçamentária.

§ 4º - A lei orçamentária anual do Município obedecerá ao disposto, a respeito, na Constituição Federal, e em sua legislação complementar, às normas gerais de direito financeiro e à disposição desta Lei Orgânica.

§ 5º - A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta e das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o orçamento de seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Pública direta ou indireta, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.

III – o orçamento de investimento das empresas em que o Município, direto ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

IV – o projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo, sobre receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira tributária e creditícia.

§ 6º - A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição e autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação da receita, nos termos da lei federal.

§ 7º - As operações de créditos por antecipação de receita, a que alude o parágrafo anterior, não poderão exceder à terça parte da receita total estimada para o exercício financeiro e, até trinta dias depois do encerramento deste serão obrigatoriamente liquidados.

§ 8º - Cabe à lei complementar federal:

I – dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, e elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II – estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da Administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento dos fundos.

Art. 211º - Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma de seu Regimento Interno, sendo aprovados pela maioria absoluta de seus membros.

§ 1º - Caberá à Comissão Permanente de Fiscalização o acompanhamento da execução orçamentária.

I – examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal;

II – examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões da Câmara Municipal, criadas de acordo com esta Lei Orgânica;

§ 2º - As emendas serão apresentadas na Comissão referida no parágrafo anterior, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo Plenário da Câmara Municipal.

§ 3º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II – indiquem os recursos necessários, admitido apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) – dotações para pessoal e seus encargos;

b) – serviços da dívida;

III – sejam relacionadas:

a) – com a correção de erros ou omissões;

b) – com os dispositivos do texto do projeto de lei;

§ 4º - As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas, quando incompatíveis com o Plano Plurianual.

§ 5º - O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo, enquanto não iniciada a votação, na comissão permanente de fiscalização e acompanhamento de execução orçamentária, da parte cuja alteração é proposta.

§ 6º - Os projetos de lei do Plano Plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Prefeito Municipal, à Câmara Municipal, nos termos da lei complementar Federal a que se refere o artigo 165º, § 9º da Constituição Federal.

§ 7º - Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 8º - Os recursos que em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 212º - São vedados:

I – o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II – a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III – a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV – a vinculação de receita de impostos a órgãos, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os Artigos 158 e 159, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo artigo 212º, e a prestação de garantias às operações de créditos por antecipação de receita previstas no artigo 165, § 8º, todos da Constituição Federal;

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII – a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir “déficit” de empresas, fundações e fundos;

IX – a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa;

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subseqüente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender às despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Art. 213º - Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, inclusive os créditos suplementares e especiais destinados ao Poder Legislativo Municipal, serão entregues até o dia 20 de cada mês, nos termos da lei complementar federal a que se alude o § 9º do artigo 165 da Constituição Federal.

Art. 214º - A despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar federal.

Parágrafo Único – A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título pelos órgãos e entidades da Administração Pública direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Art. 215º - O projeto de lei orçamentária anual será enviado pelo Prefeito à Câmara até 30 de Setembro de cada exercício anterior ao que deverá vigir; e a Câmara deverá remete-lo ao Prefeito, para sanção até o dia 1º de dezembro seguinte ao recebimento do projeto.

§ 1º - Aplicam-se ao projeto de lei orçamentária as demais normas relativas à elaboração legislativa, no que não contrariem o disposto deste capítulo e na seção correspondente ao mesmo, no que for aplicável, da Constituição Federal.

§ 2º - O Prefeito pode enviar mensagens à Câmara para propor a modificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 216º - Nos créditos suplementares ou especiais abertos em favor da Câmara, o respectivo numerário será posto à disposição desta em parcelas iguais correspondentes aos meses de vigência do crédito, sendo a primeira até quinze dias após a promulgação da respectiva lei autorizatória.

Art. 217º - Os pagamentos devidos pela Fazenda Municipal em, virtude de sentença judicial transitada em julgado, far-se-ao na ordem de apresentação dos precatórios e a conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim.

§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento de verba necessária ao pagamento dos débitos do Município, constante de precatórios judiciários, apresentados até primeiro de julho.

§ 2º - As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias respectivas à repartição municipal competente. E os respectivos pagamentos serão efetuados, segundo as possibilidades do depósito, à vista de precatório expedido pelo Presidente do Tribunal competente, ao qual também caberá, ouvido o chefe do Ministério Público junto ao mesmo, autorizar, a requerimento em seu direito de precedência, e seqüestro da quantia à satisfação do débito.

CAPÍTULO IV

DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 218º - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária operacional e patrimonial da Prefeitura, da Mesa da Câmara Municipal e das suas entidades de Administração Pública indireta, quando à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receita será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma estabelecida nesta Lei Orgânica e na Constituição Estadual.

Parágrafo Único – O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 219º - O Prefeito Municipal encaminhará ao Tribunal de Contas, para registro, o orçamento do Município e o de suas entidades de Administração Pública indireta, até o dia quinze de janeiro e as alterações posteriores, até o décimo dia de sua edição, a fim de que o Tribunal de Contas faça o acompanhamento da execução orçamentária.

Art. 220º - O Prefeito e a Mesa da Câmara Municipal remeterão ao Tribunal de Contas o balancete mensal, até o último dia do mês subseqüente, transcorrido o prazo sem isso ocorra, o Tribunal de Contas dará ciência do fato à Câmara Municipal, confirmada a omissão, a Câmara Municipal adotará as providências legais para compelir o faltoso ao cumprimento da obrigação.

Parágrafo Único – O Prefeito remeterá na mesma data à Câmara Municipal, uma via do balancete mensal para os Vereadores possam acompanhar os atos e fatos da Administração Municipal.

Art. 221º - As contas anuais do Prefeito e da Mesa da Câmara ficarão, durante sessenta dias, a partir de quinze de fevereiro, à disposição na própria Prefeitura e na Câmara Municipal, de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da lei, cujas contas serão remetidas ao Tribunal de Contas, pelos responsáveis dos respectivos poderes, no dia seguinte ao término do prazo, com o questionamento se houver, para emissão do parecer prévio.

Parágrafo Único – Não sendo as contas postas à disposição do contribuinte no prazo previsto no artigo anterior, quem tiver conhecimento do fato comunicará ao Tribunal de Contas, que mandará averiguar e, confirmando a ocorrência, procederá a tomada de Contas comunicando à Câmara Municipal.

Art. 222º - A Mesa da Câmara Municipal remeterá ao Tribunal de Contas do Estado, para registro, a Lei Orgânica do Município e as alterações posteriores, até o trigésimo dia de sua promulgação, não o fazendo neste prazo, o Tribunal de Contas solicitará ao Prefeito Municipal a suspensão da transferência do duodécimo.

Parágrafo Único – Sendo o parecer do Tribunal pela rejeição das contas, dele se dará vistas ao Prefeito pelo prazo de dez dias.

Art. 223º - A Câmara Municipal somente poderá julgar as contas do Prefeito, após o parecer do Tribunal de Contas.

Art. 224º - O Tribunal de Contas emitirá parecer prévio circunstanciado, sobre as contas que o Prefeito Municipal deve anualmente prestar, podendo determinar para esse fim a realização de inspeções necessárias, observado:

I – as contas anuais do Prefeito Municipal do ano anterior serão apreciadas pelo Tribunal de Contas, dentro do exercício financeiro seguinte;

II – o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos Vereadores à Câmara Municipal, que será tomada, obrigatoriamente, no prazo de sessenta dias à devolução delas pelo Tribunal de Contas;

III – esgotado o prazo de sessenta dias, sem deliberação da Câmara Municipal, as contas com o parecer do Tribunal de Contas serão colocadas na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final;

IV – rejeitada as contas, a Mesa da Câmara Municipal, bem como as contas das pessoas ou entidades, que públicas ou privadas, que utilize, guarde, arrecade, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos municipais, ou daqueles que derem causa, perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo à Fazenda Municipal.

Art. 225º - O Tribunal de Contas representará ao Prefeito e a Mesa da Câmara, sobre irregularidade ou abusos por ele verificados, fixando prazo para as providências saneadoras.

Art. 226º - As contas relativas a subvenções, financiamentos, empréstimos, auxílios e convênios, recebidos do Estado, ou por seu intermédio, serão prestadas em separado, diretamente ao Tribunal de Contas do Estado, no prazo de trinta dias da data do término da vigência.

TÍTULO VII

DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA URBANA

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 227º - A Política de Desenvolvimento Urbano executado pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixados em lei, atenderá ao Plano de desenvolvimento da Funções Sociais da Cidade e ao Bem-Estar de seus habitantes.

Art. 228º - No estabelecimento de normas e diretrizes relativas ao desenvolvimento urbano, o Município assegurará:

I – política de uso e ocupação de solo que garanta:

a) – controle de expansão urbana;

b) – controle dos vazios urbanos;

c) – manutenção de características do ambiente natural;

d) – estudos permanentes do meio ambiente urbano, objetivando o monitoramento da qualidade da vida urbana;

II – organização das vilas e sedes distritais;

III – o urbanização, a regularização fundiária e o atendimento aos problemas decorrentes de áreas ocupadas por população de baixa renda;

IV – criação de áreas de especial interesse social, ambiental, turístico ou de utilização pública;

V – participação de entidades comunitárias na elaboração de planos, programas e projetos e no encaminhamento de soluções para os problemas urbanos;

VI – eliminação de obstáculos arquitetônicos às pessoas portadoras de deficiência física;

VII – adequação e ordenação territorial, incluindo a integração das atividades urbanas e rurais;

VIII – integração, racionalização e otimização da infra-estrutura urbana-regional básica;

IX – melhoria na qualidade de vida da população.

Art. 229º - A Política Urbana consubstanciando às fundações sociais da cidade, visará ao acesso de todo o cidadão à moradia, ao transporte público, ao saneamento, à energia elétrica, à iluminação pública, à comunicação, à educação, à saúde, ao lazer, ao abastecimento e à segurança, assim como à preservação do patrimônio ambiental e cultural.

Art. 230º - Para assegurar as funções sociais da cidade e da propriedade, o Poder Público poderá utilizar os seguintes instrumentos:

I – tributários e financeiros:

a) – imposto predial e territorial urbano progressivo e diferenciado por zonas ou outros critérios de ocupação e uso do solo;

b) – taxas e tarifas diferenciadas por zonas segundo os serviços públicos oferecidos;

c) – contribuição de melhorias;

d) – incentivos e benefícios fiscais e financeiros;

II – institutos jurídicos, tais como:

a) – discriminação de terras públicas;

b) – desapropriação, na forma da Constituição Federal;

c) – parcelamento ou edificação compulsórios;

d) – servidão administrativa;

e) – restrição administrativa;

f) – tombamento de imóveis e/ou áreas de preservação;

g) – declaração de áreas de preservação ou proteção ambiental;

h) – cessão ou concessão de uso.

§ 1º - As terras públicas não utilizadas ou sub-utilizadas serão prioritariamente destinadas a assentamentos urbanos da população de baixa renda, obedecendo as diretrizes fixadas no Plano Diretor.

§ 2º - O imposto progressivo, a contribuição de melhoria e a edificação compulsória não poderão incidir sobre terreno de até duzentos e cinqüenta metros quadrados, destinado à moradia do proprietário que não tenha outro imóvel.

Art. 231º - No processo de uso e ocupação do território municipal serão reconhecidos os caminhos e servidões como logradouros do uso da população.

Art. 232º - O Município deverá instituir um Plano Diretor, através de lei, que será o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, bem como, expressará as exigências de ordenação da cidade, o qual deverá ser aprovado pela Câmara Municipal.

§ 1º - O Plano Diretor é parte integrante de um processo contínuo de planejamento a ser conduzido pela Prefeitura Municipal, abrangendo a totalidade do território do Município e contendo diretrizes de uso e ocupação do solo, zoneamento, índice urbanístico, áreas de interesse especial e social, diretrizes econômico-financeiras e administrativas.

§ 2º - É atribuição exclusiva da Prefeitura Municipal, através de seu órgão técnico, a elaboração do Plano Diretor e a condução de sua posterior implementação.

§ 3º - É garantida a participação popular através de entidades representativas da comunidade, nas fases de elaboração e implementação do Plano Diretor, em Conselho Municipal Deliberativo, a ser definido em lei, inclusive através de iniciativa popular de projetos de lei.

Art. 233º - O Município solicitará assistência técnica ao Estado, desde que não possua quadro técnico especializado para a elaboração de seu Plano Diretor.

Art. 234º - Através de lei específica o Município instituirá critérios e os requisitos mínimos para a definição e a delimitação de áreas urbanas, diretrizes gerais, normas de parcelamento do solo para fins urbanos situados no território municipal, respeitando para o parcelamento, os dispositivos da lei municipal.

SEÇÃO II

DA HABITAÇÃO E DO SANEAMENTO

Art. 235º - Ao Município incube de promover e executar programas de construção de moradias populares e garantir condições habitacionais e infra-estrutura urbana, em especial as de saneamento básico e transporte, assegurando-se sempre um nível compatível com a dignidade da pessoa humana.

Parágrafo Único – O Poder Público Municipal dará apoio à criação de cooperativas e outras formas de organização que tenham por objetivo a realização de programas de habitação popular.

Art. 236º - A lei estabelecerá a Política Municipal de Habitação e Saneamento, que deverá prever a articulação e integração das ações do Poder Público e a participação das comunidades organizadas, através de suas entidades representativas, bem como os instrumentos institucionais e financeiros de sua execução.

§ 1º - A distribuição de recursos públicos assegurará a prioridade ao atendimento das necessidades sociais, nos termos da Política Municipal de Habitação e Saneamento, e será prevista no Plano Plurianual de Investimento do Município e no Orçamento Municipal, o qual destinará recursos específicos para programas de habitação de interesse social e saneamento básico.

§ 2º - As medidas de saneamento serão estabelecidas de forma integrada com as demais atividades da Administração Pública, visando a assegurar a ordenação especial das atividades públicas e privadas para a utilização racional de água, do solo, e do ar, de modo compatível com os objetivos de preservação e melhoria da qualidade da saúde pública e do meio ambiente.

§ 3º - Deverão ser instituídos sistemas de funcionamento habitacional diferenciados para atender à demanda dos segmentos menos favorecidos da população.

§ 4º - O Município apoiará e estimulará a pesquisa que vise dar condições habitacionais.

Art. 237º - O Município, com a colaboração da sociedade, promoverá e executará programas de interesse social, que visem, prioritariamente, à:

I – regularização fundiária;

II – dotação de infra-estrutura básica e de equipamentos sociais;

III – solução do “déficit” habitacional e dos problemas da sub-habitação.

Art. 238º - O Conselho Municipal da Habitação com caráter deliberativo, com representação do Poder Público, dos representantes dos mutuários, dos inquilinos, da indústria, da construção e das entidades afins, inclusive de movimentos de luta pela moradia, será regulamentado por lei.

CAPÍTULO II

DOS TRANSPORTES

Art. 239º - Os sistemas viários e os meios de transportes subordinar-se-ao à preservação da vida humana, à segurança e ao conforto dos cidadãos, à defesa da ecologia e do patrimônio arquitetônico e paisagístico e às diretrizes de uso do solo.

Art. 240º - São isentos de pagamentos de tarifas nos transportes coletivos urbanos:

a) – pessoas maiores de sessenta e cinco anos mediante apresentação de documento oficial de identificação;

b) – pessoas de qualquer idade, portadoras de deficiência física, sensorial ou mental com reconhecida dificuldade de locomoção e seu acompanhante.

Art. 241º - Compete ao Município, com a participação das entidades representativas da população, o planejamento do transporte.

§ 1º - O Poder Executivo Municipal definirá, segundo os critérios do Plano Diretor, percurso, fluxo e tarifa do transporte coletivo local.

§ 2º - A execução do sistema será feita de forma direta, ou por concessão, nos termos da lei municipal.

Art. 242º - O transporte, sob responsabilidade do Estado localizado no meio urbano deve ser planejado e operado de acordo com os respectivos Planos Diretores.

Parágrafo Único – O Planejamento e as condições de operação dos serviços de transporte com itinerários intermunicipais são de responsabilidade do Estado e dos Municípios envolvidos em cada caso, que poderão conveniar-se para o exercício desta competência, na forma da lei.

Art. 243º - As áreas contíguas às estradas terão tratamento específico, através de disposições urbanísticas de defesa da segurança dos cidadãos e do patrimônio paisagístico e arquitetônico das cidades.

Art. 244º - O transporte coletivo de passageiros rodoviário e urbano realizado no Município, é um serviço público de caráter essencial, e de sua responsabilidade, incluindo-se também o transporte individual de passageiros.

§ 1º - O Poder Público estabelecerá as seguintes condições para a execução dos serviços:

a) – valor da tarifa;

b) – freqüência;

c) – tipo de veículo;

d) – itinerário;

e) – padrões de segurança e manutenção;

f) – normas de proteção ambiental relativas à poluição sonora e atmosférica;

g) – normas relativas ao conforto e à saúde dos passageiros e operadores de veículos.

§ 2º - As concessões mencionadas no “caput” deste artigo somente serão renovadas se atendidas as condições estabelecidas no parágrafo único anterior.

§ 3º - As informações referentes às condições mínimas mencionadas nos parágrafos 1º e 2º serão acessíveis à consulta pública.

§ 4º - A regra geral para a adjudicação dos serviços de exploração do transporte coletivo é a licitação pública.

Art. 245º - Fica proibido o uso de porteiras, cancelas, colchetes ou mata-burros nas estradas municipais, ficando os proprietários das áreas que atravessam a rede viária incumbidos de fazerem corredores para maior segurança dos usuários da mesma.

CAPÍTULO III

DA POLÍTICA AGRÍCOLA

Art. 246º - As terras e outros bens públicos do Município não poderão ser locados ou arrendados, salvo mediante autorização legislativa.

Art. 247º - Os proprietários rurais que tiverem suas terras valorizadas por projetos do Poder Público, pagarão a correspondente contribuição de melhoria, cumprindo o disposto no artigo 145, inciso III e § 1º da Constituição Federal.

Art. 248º - Os agricultores que tiverem suas terras atingidas pela execução de projetos do Poder Público Municipal, como parques ecológicos, vias de transportes ou barragens, serão indenizados mediante a outorga definitiva do imóvel de características e valor equivalente, ou em dinheiro, se preferirem, no valor do mercado imobiliário regional, com o pagamento no ato da escritura de transferência, ou até dois anos após o início das obras.

Art. 249º - A todo proprietário, cujo prédio não seja adjacente a água pública, cabe o direito de uso das mesmas para abastecimento de sua moradia ou para fins agrícolas, ficando os proprietários das áreas intermediárias obrigados a dar servidão de passagem aos respectivos encanamentos ou canais.

Art. 250º - Se houver interesse social, o Município poderá mediante prévia indenização em dinheiro, promover desapropriações para o fim de fomentar a produção agropecuária, de organizar o abastecimento alimentar.

Art. 251º - Nos limites de sua competência o Município colaborará na execução do Plano Nacional de Reforma Agrária com os meios, instrumentos e recursos ao seu alcance.

Art. 252º - Observados os limites de sua competência o Município planejará, através de lei específica, sua própria Política Agrícola, em que serão atendidas as peculiaridades da agricultura regional.

§ 1º - Será assegurada a participação de produtores rurais, de trabalhadores rurais, de engenheiros agrônomos e florestais, de médicos veterinários e zootecnistas, representados por associações de classe, na elaboração do planejamento e execução da Política Agrícola do Município.

§ 2º - Participarão do planejamento e execução da Política Agrícola efetivamente, os produtores e os trabalhadores rurais, representados por suas entidades de classe.

§ 3º - Incluem-se no planejamento da Política Agrícola as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais.

§ 4º - Serão compatibilizadas as ações de Política Agrícola e do Meio Ambiente.

Art. 253º - Na formulação da Política Agrícola serão levadas em conta, especialmente:

I – os instrumentos creditícios e fiscais;

II – a política de preços e custos de produção, a comercialização, armazenagem e estoques reguladores;

III – o incentivo à pesquisa e à tecnologia;

IV – a assistência técnica e extensão rural;

V – o cooperativismo, o sindicalismo e o associativismo;

VI – a habitação, educação e saúde para o trabalhador rural;

VII – a proteção do meio ambiente;

VIII – a recuperação, proteção e exploração dos recursos naturais;

IX – a formação profissional e educação rural;

X – o apoio à agroindústria;

XI – o desenvolvimento da propriedade em todas as suas potencialidades a partir do zoneamento agro-ecológico;

XII – o incentivo à formação de cinturão verde para produção de hortifrutigranjeiros gerando alimentos para o consumo interno;

XIII – a diversificação e rotação de culturas;

XIV – a classificação de produtos e sub-produtos de origem vegetal e animal;

XV – áreas que cumpram a função social da propriedade.

Art. 254º - A lei orçamentária do Município fixará anualmente, as metas físicas a serem atingidas pela política agropecuária, alocando os recursos necessários à sua execução.

Art. 255º - Compete ao Município através de ações e de dotações especifica, previstas na lei orçamentária garantir:

I – geração, difusão e apoio à implementação de tecnologias adaptadas às condições do município sobretudo na pequena produção, através de seus órgãos de assistência técnica e extensão rural, pesquisa e fomento agrícola;

II – Assistência Técnica e Extensão Rural mantida como Serviço Público Oficial, de caráter educativo, sem paralelismo na área municipal, garantida gratuitamente aos pequenos e médios produtores rurais, pescadores, artesões, suas famílias e suas formas associativas;

III – mecanismos de proteção e recuperação de solos agrícolas;

IV – construção e manutenção de infra-estrutura física e social que viabilize a produção agrícola e crie condições de permanência do homem no

campo, tal como eletrificação, estradas, irrigação, drenagem, educação, habitação, saúde, lazer e outros.

Art. 256º - No âmbito de sua competência o Município, através de órgão especial controlará e fiscalizará a produção, a comercialização, o uso, o transporte e a propaganda de agrotóxicos e biocidas em geral, visando a preservação do meio ambiente e a saúde dos trabalhadores rurais e consumidores.

Art. 257º - O Poder Legislativo promoverá a avaliação periódica dos resultados e abrangência social dos programas de apoio à produção agropecuária e de reforma agrária favorecidos com recursos públicos.

Art. 258º - As águas públicas, desviadas por particulares para qualquer fim, quando canalizadas através de um ou mais prédios servientes, podem ser utilizadas, para fins agrícolas, pelos usuários das terras por onde passam, independentemente de autorização e na forma fixada pelo código de águas.

Art. 259º - O exercício da atividade de extração ou exploração florestal no Município, fica condicionada à observação das normas de legislação federal pertinentes, sendo vedada a saída de madeira em toras.

Parágrafo Único – A vedação a que se refere este artigo aplica-se ao pescado “in natura”, na forma da lei.

Art. 260º - O Município em consonância com o Estado e a União, definirá, nos termos da lei, política para o setor florestal, priorizando a utilização dos seus recursos e observado as normas de preservação e conservação dos mesmos.

Art. 261º - Na área municipal torna-se obrigatório as vacinações e controle das doenças infecto-contagiosas dos animais domésticos principalmente, aftosa, Brucelose, Carbúnculo Sintomático, Raiva, Anemia Infecciosa Eqüina e Mastite.

Art. 262 – Compete ao Poder Público Municipal criar o Conselho de Desenvolvimento Agropecuário, com participação dos produtores rurais, associações, sindicatos, entidades afins e sistema cooperativista com caráter normativo-deliberativo e sendo regulamentado em lei.

Parágrafo Único – Este conselho exercerá as seguintes funções:

I – fiscalizar e controlar a comercialização e o uso de agrotóxicos e biocidas em geral;

II – exigir vacinação e controle das doenças infecto-contagiosas dos animais domésticos.

CAPÍTULO IV

DA POLÍTICA INDUSTRIAL E COMERCIAL

Art. 263º – O Município, através de lei, elaborará sua Política Industrial e Comercial.

Art. 264º - O Município concederá especial proteção às microempresas, como tais definidas em lei, receberão tratamento jurídico diferenciado, visando ao incentivo de sua criação, preservação e desenvolvimento, através de eliminação, redução ou simplificação, conforme o caso de suas obrigações administrativas e tributárias nos termos da lei.

Parágrafo Único – O Município apoiará e incentivará, também, as empresas produtoras de bens e serviços instaladas, com sede e foro jurídico, em seu território.

Art. 265º - As isenções tributárias às indústrias só serão permitidas àquelas que estiverem em fase de produção e por período de tempo determinado em lei.

§ 1º - O Município priorizará, na concessão de incentivos, as empresas que beneficiarem seus produtos dentro de seus limites territoriais.

§ 2º - As isenções tributárias, de qualquer natureza obedecerão, necessariamente, às disposições contidas neste artigo.

CAPÍTULO V

DO COOPERATIVISMO

Art. 266º - O Município apoiará o cooperativismo como instrumento de desenvolvimento e eliminação das diferenças sociais.

Art. 267º - Fica assegurada a participação de representação cooperativistas e associações de engenheiros agrônomos e florestais e médicos veterinários, no Conselho Municipal, direta ou indiretamente ligados ao setor agrícola.

Art. 268º - O Município planejará e executará a sua Política Agrária e Fundiária com efetiva participação do sistema cooperativo.

TÍTULO VIII

ATO DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 269º - Deverão os Poderes do Município:

I – auscultar permanentemente a opinião pública de modo especial através dos conselhos comunitários e das associações de classe.

II – divulgar, com a devida antecedência, os anteprojetos de leis sobre codificações, bem como, sempre que o interesse público a aconselhar, os anteprojetos de outras leis, estudando as sugestões recebidas e, quando oportuno, manifestar-se aos mesmos;

III – tomar medidas para assegurar a celebridade da tramitação e solução dos expedientes administrativos, punindo disciplinarmente, nos termos da lei, os servidores faltosos;

IV – facilitar aos servidores municipais sua participação em cursos, seminários, congressos e conclaves semelhantes que lhes propiciem aperfeiçoar seus conhecimentos, para melhor desempenho das respectivas funções.

Art. 270º - O Município providenciará para que todos quantos exerçam cargos de direção ou sejam responsáveis pela guarda e manipulação de dinheiros públicos, ou bens pertencentes ao patrimônio público municipal, apresentem, ao assumirem cargo ou função, declaração de bens e valores.

Art. 271º - É vedada qualquer atividade política-partidária, nas horas e locais de trabalho, quantos prestem serviços ao Município.

Art. 272º - Aos funcionários municipais é vedada qualquer participação direta ou indireta, no produto da receita do Município.

ATO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 1º - Os fundos existentes na data da promulgação da Lei Orgânica, extinguir-se-ao se não forem ratificados pela Câmara no prazo de um ano.

Art. 2º - Fica mantido o Conselho Municipal do Meio Ambiente atualmente existente, promovendo o Município a sua demarcação, regularização dominial e efetiva implantação no prazo de dois (2) anos, considerando-se, nos próximos orçamentos as verbas para tanto necessárias.

Art. 3º - O Município, no prazo de seis meses a partir da promulgação desta Lei Orgânica, deverá iniciar os processos discriminatórios e/ou de arrecadação, que estarão condicionados, sob pena de nulidade dos atos translativos da propriedade, a observância das disposições contidas nesta Lei Orgânica.

§ 1º - No tocante a revisão far-se-á com base exclusivamente no da operação.

Art. 4º - Dentro de seis meses, a contar da promulgação da presente Lei, o Governo Municipal através de Comissão Integrada por representação da Fazenda Pública Municipal, Procuradoria Municipal e de outras Secretarias, apresentará um cadastro de todas as terras que foram vencidas ou concedidas nos últimos dez anos.

Parágrafo Único – De posse do Cadastro de que trata o “caput” será constituída Comissão Especial na Câmara Municipal para que no prazo de três anos, a contar da promulgação desta lei, proceder revisão das conces-

sões, vendas, doações de terras públicas com área superior a quinhentos hectares (há), no período de 1º de janeiro de 1.979.

a) – No tocante às vendas, a revisão será feita com base exclusivamente no critério de legalidade da operação;

b) – no caso de concessões e doações, a revisão obedecerá aos critérios de legalidade e de conveniência do interesse público;

c) – nas hipóteses previstas nas alíneas anteriores, comprovadas a ilegalidade, ou havendo interesse público, as terras reverterão ao patrimônio do município.

Art. 5º - Ficam assegurados todos os direitos e vantagens constantes desta lei aos servidores aposentados antes de 31 de dezembro de 1.979.

Art. 6º - Dentro de cento e oitenta (180) dias contados da promulgação desta lei, proceder-se-á a revisão dos direitos dos servidores públicos do Município inativos e pensionistas e a atualização dos proventos e pensões a eles devidos, a fins de ajustá-los ao nela disposto.

Art. 7º - Na liquidação dos débitos fiscais devidos ao Município até trinta de dezembro de 1.989 pelas pequenas e microempresas urbanas e rurais, ainda que ajuizados, haverá remissão da multa e dos juros de mora e redução da correção monetária calculada a época da concessão deste benefício obedecidos os seguintes critérios:

I – para pagamento à vista, redução de 60% (sessenta por cento);

II – para pagamento em seis parcelas mensais iguais e consecutivas, redução de quarenta por cento (40%);

III – para pagamento em doze parcelas mensais iguais e consecutivas, redução de vinte por cento (20%).

§ 1º - O contribuinte poderá optar pelo parcelamento do débito previsto neste artigo por prazo superior a doze meses e máximo de trinta e seis, caso em que haverá incidência da correção monetária plena com remissão apenas de multa respectiva.

§ 2º - Os benefícios a que se refere o "caput" só serão concedidos se requeridos no prazo de sessenta dias a contar da promulgação desta lei.

§ 3º - Descumpridas quaisquer das condições estabelecidas para concessão do parcelamento, o débito remanescente será considerado vencido em sua totalidade, restabelecendo-se a multa inicial, os juros de mora e a correção monetária plena.

§ 4º - Os benefícios de que trata este artigo não se estendem aos débitos já quitados e aos devedores que tenham constituintes como sócios.

Art. 8º - Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos das aposentadorias que estejam sendo percebidos em desacordo com esta Lei Orgânica, serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes.

Art. 9º - Os servidores públicos não considerados estáveis conforme o artigo 19 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, prestarão, obrigatoriamente concurso público, no prazo máximo de cento e oitenta dias, a contar da promulgação desta lei.

Parágrafo Único – A não realização de concurso público implicará em vacância dos cargos e na extinção dos mesmos.

Art. 10º - O Poder Executivo assegurará a formação em serviço do professor leigo.

Art. 11º - Até a promulgação da Lei Complementar referida no artigo 169 da Constituição Federal, o Município não poderá despender com pessoal mais do que sessenta e cinco por cento (65%) do valor das respectivas receitas correntes.

Parágrafo Único – Se a respectiva despesa de pessoal do Município estiver excedendo o limite previsto neste artigo, deverão atingir aquele limite, reduzindo o percentual excedente à razão de um quinto (1/5) por ano.

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE – MT, 05 DE ABRIL DE 1.990.

SUPERVISORA DE RH
PORTARIA 18/2017

PORTARIA 18/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

SÚMULA: "NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, EM CARGOS COMISSIONADOS DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO".

O Excelentíssimo Senhor, ***EDUARDO FLAUSINO VILELA***, Prefeito Municipal De Figueirópolis D'oeste, MT, no uso de suas atribuições, buscando ainda dar cumprimento ao que prescreve os princípios da legalidade, transparência, publicidade, honestidade e respeito à legislação vigente; Resolve

Art. 1° - NOMEIA a Sr.ª **Elma Lucia Rezende Garcia**, para o cargo de Secretária Municipal de Cultura, Turismo e Comunicação a partir de 02 de Janeiro de 2017.

Art. 2° - Esta Portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Figueirópolis D'Oeste, MT, 02 de Janeiro 2017.

EDUARDO FLAUSINO VILELA

Prefeito Municipal

SUPERVISORA DE RH
DECRETO Nº 006/2017

DECRETO Nº 006/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Súmula: "Estabelece prazo para recolhimento de tributos municipais e dá outras providências".

O Excelentíssimo Senhor **Eduardo Flausino Vilela,** Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Art. 1o – Estabelece prazos para recolhimento dos tributos municipais, conforme previsto no artigo 217 da Lei Complementar Municipal n° 11/2008. Código Tributário Municipal de 04 de Novembro de 2008.

Art. 2o Fica estabelecido 28 de fevereiro de 2017 o prazo para recolhimento da Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento – Alvará.

Art. 3o Fica estabelecido o dia 28 (vinte e oito) de Abril o prazo para recolhimento do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbano – IPTU.

§ 1o O contribuinte que optar por pagamento até o dia 30 de Março, será concedido desconto de 10% (Dez) por cento sobre o valor do tributo devido, caso não tenha débitos anteriores junto a Fazenda Municipal.

§ 2º O não pagamento até a data de vencimento será cobrado juros e multas e inscrição em divida ativa e posteriormente Execução Fiscal.

Art. 4o O recolhimento do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, será até o décimo quinto dia do mês subseqüente ao fato gerador.

Art. 5o Os demais tributos de competência do Município serão cobrados no ato da ocorrência do seu fato gerador.

Art. 6o – Os créditos de tributos municipais vencidos cadastrados em divida ativa poderá ser parcelado em até 05 (cinco) vezes desde que superiores a 12 UPFM cada.

Art. 7ª - Este Decreto entrará em vigor na data de sua Publicação.

Art. 8o – Revogam-se as disposições em contrário.

Figueirópolis D'Oeste, 09 de Janeiro de 2017.

Eduardo Flausino Vilela

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

PORTARIA MUNICIPAL Nº.025 /2017

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ASSESSOR EXTERNO E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei.

RESOLVE,

Art. 1º - A Srª Isadora Fritschi Rocha, brasileira, filha Noeli Fritschi Rocha e Amilton Rocha, nascida em 11/11/1990, portadora do RG N°20577273, SSP/PR e CPF:031.372.961-10, passa a ocupar o Cargo de **ASSESSOR EXTERNO**, a partir de 02/01/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte-MT,02 de JANEIRO 2017.

_____

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº.024 /2017

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CHEFE DE RH E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei.

RESOLVE,

Art. 1º - Fica Nomeada o Srª. Ticiane Crisley Pires De Andrade Melo, brasileira, filha de Mary Terezinha Pires de Andrade e Nelson de Andrade, nascida em 23/04/1986, portadora do RG N°2862390-8, SSP/MT e CPF:333.561.698-74, no Cargo de **CHEFE DE RH**, a partir de 02/01/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte-MT,02 de JANEIRO 2017.

_____

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIAS 2017

PORTARIA Nº029/GP/2017 De, 03 de Janeiro de 2017.

"Dispõe sobre designação de servidor e da outras providências".

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a funcionária Srª. **LOURENA NEVES RODRIGUES, RG: 1881754-8 SSP/MT, CPF: 018.235.221-81, SECRETÁRIA DE SAÚDE**, para gerir as contas do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, De, 03 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº030/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **NORMA GOMES DE OLIVEIRA**, exercendo a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 20 de JANEIRO de 2014 a 20 de JANEIRO de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº031/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **CESARINA TSINHOTSE**, exercendo a função de PROFESSORA, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 02 de JANEIRO de 2015 a 02 de JANEIRO de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº032/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **LUCINEIDE BARBOSA DE MORAES**, exercendo a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 13 de FEVEREIRO de 2014 a 13 de FEVEREIRO de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº033/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **LUCINEIDE RODRIGUES DE SOUSA**, exercendo a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 03 de AGOSTO de 2013 a 03 de AGOSTO de 2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº034/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **EDVANIA BATISTA RESENDE**, exercendo a função de PROFESSORA, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 02 de AGOSTO de 2015 a 02 de AGOSTO de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº035/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **MARIA JULIA DE JESUS**, exercendo a função de MERENDEIRA, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 03 de AGOSTO de 2015 a 03 de AGOSTO de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº036/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** ao funcionário **GLEIBSON PINHEIRO DA SILVA**, exercendo a função de MOTORISTA, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 01 de JUNHO de 2015 a 01 de JUNHO de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº037/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** ao funcionário **JOSÉ ELEVAIR DE MATOS**, exercendo a função de MOTORISTA, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 07 de JULHO de 2015 a 07 de JULHO de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº038/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **EDLA MARA GOMES DA SILVA**, exercendo a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 20 de JANEIRO de 2015 a 20 de JANEIRO de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº039/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** ao funcionário **DEMILDO PEREIRA COELHO**, exercendo a função de MOTORISTA, da Prefeitura Municipal de General

Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 02 de AGOSTO de 2015 a 02 de AGOSTO de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº040/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **MARIA JOSE DE OLIVEIRA**, exercendo a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 03 de AGOSTO de 2015 a 03 de AGOSTO de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete da Prefeita, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº041/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **MARIA CONCEIÇÃO GOMES**, exercendo a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 03 de AGOSTO de 2015 a 03 de AGOSTO de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº042/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **IVANI DAVID DE MORAES**, exercendo a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 02 de AGOSTO de 2015 a 02 de AGOSTO de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2016.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº043/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **ADELCILENE PEREIRA DE ALMEIDA**, exercendo a função de MERENDEIRA, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 03 de AGOSTO de 2015 a 03 de AGOSTO de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº044/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **GISLEIA DIAS FERREIRA**, exercendo a função de COORDENADORA DE UNIDADE ESCOLAR, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 07 de FEVEREIRO de 2015 a 07 de FEVEREIRO de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2016.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº045/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **MARIA DO CARMO BATISTA**, exercendo a função de PROFESSORA, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 02 de JANEIRO de 2015 a 02 de JANEIRO de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº046/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** ao funcionário **ITAMAR PEREIRA DE SOUSA**, exercendo a função de PROFESSOR, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 03 de AGOSTO de 2015 a 03 de AGOSTO de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº047/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **ANA LEANDRO RUWER**, exercendo a função de PROFESSORA, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 03 de MARÇO de 2015 a 03 de MARÇO de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº048/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **ZILDETE PEREIRA DOS SANTOS**, exercendo a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 23 de FEVEREIRO de 2015 a 23 de FEVEREIRO de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete da Prefeita, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº049/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** ao funcionário **JOÃO BOSCO MARTINS**, exercendo a função de **DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR**, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 07 de JULHO de 2015 a 07 de JULHO de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete da Prefeita, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº050/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **HÉLEM CRISTINA SOUZA FERREIRA**, exercendo a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 05 de FEVEREIRO de 2015 a 05 de FEVEREIRO de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº051/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **SILVIA REGINA LIMA DE OLIVEIRA COSTA**, exercendo a função de PROFESSORA, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 03 de AGOSTO de 2015 a 03 de AGOSTO de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº052/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **MARLY SOARES DE ARAÚJO SILVA**, exercendo a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 04 de MARÇO de 2015 a 04 de MARÇO de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº053/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **APARECIDA PEREIRA DE SOUSA**, exercendo a função de PROFESSORA, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 23 de FEVEREIRO de 2015 a 23 de FEVEREIRO de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº054/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **LEENNY TEIXEIRA DE ARAUJO**, exercendo a função de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 24 de MARÇO de 2015 a 24 de MARÇO de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete da Prefeita, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº055/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **ADIVAIR BORGES SIRQUEIRA LIMA**, exercendo a função de MERENDERA, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 02 de AGOSTO de 2015 a 02 de AGOSTO de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº056/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **SANDRA SOUSA PAULINO**, exercendo a função de PROFESSORA, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 20 de FEVEREIRO de 2015 a 20 de FEVEREIRO de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2016.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº057/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **HERONDINA MARQUES CAMILO**, exercendo a função de COORDENADORA DE UNIDADE ESCOLAR, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 02 de OUTUBRO de 2013 a 02 de OUTUBRO de 2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº058/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **SUSIE SOBRINHO FERREIRA MARQUES**, exercendo a função de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 03 de AGOSTO de 2014 a 03 de AGOSTO de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº059/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **CHIRLEY VIEIRA ARRAIS TALON**, exercendo a função de COORDENADORA, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 01 de JANEIRO de 2015 a 01 de JANEIRO de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº060/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** ao funcionário **FERNANDO NONATO MORAES ROCHA**, exercendo a função de MOTORISTA, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 12 de SETEMBRO de 2015 a 12 de SETEMBRO de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete da Prefeita, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº061/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** ao funcionário **THALES MARCELO FONSECA VIGATO**, exercendo a função de MOTORISTA, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 16 de JUNHO de 2015 a 16 de JUNHO de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete da Prefeita, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº062/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **VALDECY BORGES DO NASCIMENTO**, exercendo a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 03 de AGOSTO de 2015 a 03 de AGOSTO de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº063/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **LEONORA CARLOS ASSUNÇÃO**, exercendo a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 20 de JANEIRO de 2016 a 20 de JANEIRO de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº064/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **ERICA FRANCISCA BORGES**, exercendo a função de VIGILANTE DE ENDEMIAS, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 20 de JANEIRO de 2016 a 20 de JANEIRO de 2017, que serão gozadas de 09 de Janeiro de 2017 a 07 de Fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2016.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº065/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **FLAVIA FONSECA VIGATO**, exercendo a função de ENFERMEIRA, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 20 de JANEIRO de 2015 a 20 de JANEIRO de 2016, que serão gozadas de 09 de Janeiro de 2017 a 07 de Fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete da Prefeita, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº066/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **FERNANDA FONSECA VIGATO CASTAÑON**, exercendo a função de AGENTE SANITÁRIO, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 20 de JANEIRO de 2015 a 20 de JANEIRO de 2016, que serão gozadas de 09 de Janeiro de 2017 a 07 de Fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº067/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

“Dispõe sobre nomeação de servidor e da outras providências”.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. **BELMI JOÃO ALVES MORAIS**, Portador do RG nº. **441759 SSP/MT** e CPF nº. **396094131-53**, para exercer em Comissão o Cargo de **ENCARREGADO DE SERVIÇO**,junto ao Departamento de Administração, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº068/GP/2017 De, 05 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** ao funcionário **NERI FELIPE MAUERVECK**, exercendo a função de MOTORISTA, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 20 de JANEIRO de 2013 a 20 de JANEIRO de 2014, que serão gozadas de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº069/GP/2017 De, 06 de Janeiro de 2017.

“Dispõe sobre nomeação de servidor e da outras providências”.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. **ALESSANDRO PEREIRA DE OLIVEIRA**, Portador do RG nº266861-0 **SJSP/MT** e CPF nº. **037.850.781-88**, para exercer em Comissão o Cargo de **ENCARREGADO DE SERVIÇO**,junto ao Departamento de Administração, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 06 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº070/GP/2017 De, 06 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** ao funcionário **LAZARO WA’AIHO**, exercendo a função de PROFESSOR, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 03 de AGOSTO de 2014 a 03 de AGOSTO de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 06 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº071/GP/2017 De, 06 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **SANDRA SOUSA PAULINO**, exercendo a função de PROFESSORA, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 20 de FEVEREIRO de 2015 a 20 de FEVEREIRO de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 06 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº072/GP/2017 De, 06 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **TEREZA POLESE RO'ONHIDZA**, exercendo a função de PROFESSORA, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 02 de AGOSTO de 2014 a 02 de AGOSTO de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 06 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº073/GP/2017 De, 06 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **JUREMA TSINHOTSE EDZARROMA**, exercendo a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 13 de MARÇO de 2014 a 13 de MARÇO de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 06 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº074/GP/2017 De, 06 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **LUCIANA W. APTSI**, exercendo a função de MERENDEIRA, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 25 de JANEIRO de 2015 a 25 de JANEIRO de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 06 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº075/GP/2017 De, 06 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **ODETE REDZEBDARI**, exercendo a função de MERENDEIRA, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 16 de FEVEREIRO de 2015 a 16 de FEVEREIRO de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 06 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº076/GP/2017 De, 06 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **RENEE PEMO'O WA'ARO**, exercendo a função de MERENDEIRA, da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 16 de FEVEREIRO de 2014 a 16 de FEVEREIRO de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 06 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº077/GP/2017 De, 09 de Janeiro de 2017.

"Dispõe sobre Nomeação de servidora e da outras providências".

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeara Sra. **MARLY FRANCISCA MORENO**, funcionária **EFETIVA** do departamento de Saúde, Portadora do RG nº 922991 SSP/MT e CPF nº 604.217.031-72, para exercer em Comissão o cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO I GERAL**, junto ao Departamento de Administração desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 09 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº078/GP/2017 De, 09 de Janeiro de 2017.

"Dispõe sobre Nomeação de servidora e da outras providências".

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeara Sra. **VIVIANE SOARES FREITAS SOUZA**, Portadora do RG nº 3177163-2 DGPC/GO e CPF nº 625.925.721-04, para exercer em Comissão o cargo de **SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, junto ao Departamento de Assistência Social, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 09 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº079/GP/2017 De, 09 de Janeiro de 2017.

"Dispõe sobre Nomeação de servidora e da outras providências".

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeara Sra. **CHIRLEY VIEIRA ARRAIS TALON**, Portadora do RG nº 895617 SSP/MT e CPF nº 568.138.991-04, para exercer em Comissão o cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO I**, junto ao Departamento de Educação, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 09 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº080/GP/2017 De, 09 de Janeiro de 2017.

"Dispõe sobre Nomeação de servidora e da outras providências".

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeara Sra. **MARLENE PEREIRA DE SOUZA**, Portadora do RG nº 707745 SSP/MT e CPF nº 535.940.371-34, para exercer em Comissão o cargo de **CHEFE DE SEÇÃO,** junto ao Departamento de Administração, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 09 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº081/GP/2017 De, 10 de Janeiro de 2017.

"Dispõe sobre Nomeação de servidor e da outras providências".

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomearo Sr. **CLAUDINEY DOS SANTOS PINHEIRO**, Portador do RG nº 651199 SSP/MT e CPF nº 495.838.831-15, para exercer em Comissão o cargo de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA**, junto ao Departamento de Agricultura, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 10 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº082/GP/2017 De, 10 de Janeiro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** a funcionária **ELIANA RIBEIRO ALVES**, exercendo a função de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 02 de AGOSTO de 2013 a 02 de AGOSTO de 2014, que serão gozadas do dia 13 de Janeiro de 2017 a 11 de Fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 10 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº083/GP/2017 De, 10 de Janeiro de 2017.

"Dispõe sobre Nomeação de servidora e da outras providências".

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeara Sra. **NEIVA MAUERVERCK FLOREVI**, Portadora do RG nº 330312 SSP/MT e CPF nº 304.501.011-34, para exercer em Comissão o cargo de **COORDENADORA DE UNIDADE ESCOLAR INDÍGENA** junto ao Departamento de Educação, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT. Considerando do dia 09 de Janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 10 de Janeiro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 084/GP/2017 Em 10 de janeiro de 2017.

"Dispõe sobre a instauração da sindicância, criada para apurar os atos praticados no Edital do concurso n° 001/2015, conforme mandamento do Decreto Municipal n° 04/2017 em seu artigo 2°, e dá outras providências".

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e, tendo em vista o disposto nos arts. 143 e 148 da Lei nº 8.112/90, RESOLVE:

R E S O L V E :

Art. 1º DESIGNAR os senhores UBIRATAN BARROSO DE CASTRO JUNIOR, Procurador Geral do Município, ANA FLAVIA FARIAS BEZERRA, Secretária de Administração e LILIAN BORGES DO NASCIMENTO, Agente Administrativo I, para, sob a presidência do primeiro, constituírem sindicância, com sede em General Carneiro-MT, incumbida de apurar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos relativo ao Edital nº 001/2015, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º Todos os servidores desse município devem colaborar com a Comissão constituída.

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se. Gabinete do Prefeito Municipal.

General Carneiro-MT, 10 de janeiro de 2017.

Marcelo AquinoPrefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

PORTARIA N.º 013 DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor **PAULO REMÉDIO,** Prefeito Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições que lhes são conferidas por Lei, conforme o Artigo 84, Inciso IX da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Artigo I - **NOMEAR** os senhores: **Ângela Aparecida da Silva Toloi** - Presidente, **Sidinei da Silva** – Secretário, **Sandra Esméria Bergamasco Taveira** – Membro, **Leandro de Souza Remédio** – Suplente, para comporem a Comissão de Licitação do Município, sem ônus para os cofres públicos desta Municipalidade.

Artigo II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO EM 04 DE JANEIRO DE 2017.

PAULO REMÉDIO

Prefeito Municipal de Glória D´Oeste – MT.

PORTARIA Nº 012 DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ATRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor **PAULO REMÉDIO**, Prefeito Municipal de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições e tendo em vista o que dispõe o Artigo 84 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º - Atribuir competências nos termos da Lei Complementar nº 008 e 14 de Abril de 1997, á Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Glória D' Oeste para assinar cheques da conta bancária do Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescentes de Glória D' Oeste – MT, conjuntamente com o Chefe do Setor de Finanças, na qualidade de ordenador de despesas, a exercer os poderes abaixo identificados:

Emitir cheques, abrir contas de depósitos, autorizar cobranças, solicitar saldos, extratos e comprovantes, retirar cheques devolvidos, sustar/contra ordenar cheque, cancelar cheque, baixar cheques, efetuar resgate/aplicações financeiras, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, efetuar saques conta corrente, efetuar saques poupança, efetuar pagamento por meio eletrônico, efetuar transferência por meio eletrônico, liberar arquivos de pagamentos, solicitar saldos/extratos de operações de créditos, emitir comprovantes, efetuar transferências para mesma titularidade por meio eletrônico e encerrar contas de depósitos.

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: Cátia Cristine Leite de Almeida, nomeada pela Portaria nº 43 de 25 de Abril de 2013, portadora do RG nº 1846801-2 SSP/MT e do CPF nº 019. 346.741-09.

Chefe do Setor de Finanças (ordenador de Despesas): Sandra Esméria Bergamasco Taveira, nomeada pela Portaria nº 01 de 02 de Janeiro de 2017, portadora do RG 857.180 SSP/MT e do CPF 469.109.721-04.

Artigo 2º - Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Fica revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Gabinete do prefeito do Município de Glória D' Oeste, estado de Mato Grosso, 04 de Janeiro 2017.

PAULO REMÉDIO

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 015 DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA CHEFE DO SETOR DE AGRICULTURA DO MUNICIPIO DE GLÓRIA D´OESTE MT.

O Excelentíssimo Senhor **PAULO REMÉDIO**, Prefeito Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições que

lhes são conferidas por Lei, conforme o Artigo 84, Inciso IX da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE

Artigo I - **NOMEAR** o Senhor **ANTONIO DOS SANTOS NETO**, brasileiro, portador do RG n.º 486736 SSP/MT e do CPF 415.262.791-34 para exercer as funções inerentes ao Cargo de Provimento em Comissão CC – 8, de **Chefe do Setor de Agricultura** desta municipalidade à partir desta data.

Artigo II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO EM 11 DE JANEIRO DE 2017.

PAULO REMÉDIO

Prefeito Municipal de Glória D´Oeste – MT.

PORTARIA N.º 014 DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA CHEFE DO SETOR DE DESPORTO DO MUNICIPIO DE GLÓRIA D´OESTE MT.

O Excelentíssimo Senhor **PAULO REMÉDIO**, Prefeito Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições que lhes são conferidas por Lei, conforme o Artigo 84, Inciso IX da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Artigo I - **NOMEAR** o Senhor **WELTERSON VIEIRA DOS SANTOS**, brasileiro, portador do RG n.º 8655.540 SSP/MT e do CPF 459.617.001-00 para exercer as funções inerentes ao Cargo de Provimento em Comissão CC – 9, de **Chefe do Setor de Desporto** desta municipalidade à partir desta data.

Artigo II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO EM 10 DE JANEIRO DE 2017.

PAULO REMÉDIO

Prefeito Municipal de Glória D´Oeste – MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 022/2017, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

SÚMULA: "Dispõe sobre a nomeação da Senhora Irtes Celita Fuhr Dalla Valle, para ocupar o cargo de Encarregado de Setor na Secretaria Municipal de Assistência Social, da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT, e dá outras providências".

O Senhor **PEDRO FERRONATTO**, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade administrativa, resolve:

Art. 1º - Nomear a Senhora **Irtes Celita Fuhr Dalla Valle**, brasileira, casada, inscrita no CPF n° 020.647.919-06 e do RG sob n°. 2698518-7 SSP/MT residente em Ipiranga do Norte/MT, para exercer a função de Encarregado de Setor, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Ipiranga do Norte/MT, 10 de janeiro de 2017.

Registre-se e Publique-se

Data Supra

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 23/2017, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

SÚMULA: "Dispõe sobre a exoneração do Senhor Gilsinei Strada Fuhr, do cargo em comissão de Supervisor de Área da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT, e dá outras providências".

O Senhor **PEDRO FERRONATTO**, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade administrativa, resolve:

Art. 1º - Exonerar a pedido o Senhor **Gilsinei Strada Fuhr,** do cargo em comissão de **Supervisor de Área**, lotado na Secretaria Municipal de Coordenação Geral, da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT, nomeado através da Portaria nº. 163/2013 de 18 de março de 2013.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº. 163/2013.

Gabinete do Prefeito, Ipiranga do Norte/MT, 10 de janeiro de 2017.

Registre-se e Publique-se

Data Supra

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

PREFEITURA
PREFEITURA DE ITAÚBA- FUNDAÇÃO HOSPITALAR

PORTARIA Nº 003/2017

SÚMULA: "NOMEIA A COMISSÃO GERAL DE LEVANTAMENTO PATRIMONIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EDINALDO CARLOS ROSA SIMÃO, *Presidente da Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a lei:*

CONSIDERANDO *a necessidade da implantação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público em convergência às normas internacionais,*

CONSIDERANDO *as mudanças eminentes da Contabilidade Pública no que tange o Patrimônio e suas variações;*

CONSIDERANDO *a necessidade de apuração da real situação e rigoroso controle do inventário patrimonial da Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Itaúba - MT, para proceder ao novo tratamento do mesmo;*

CONSIDERANDO *a existência de materiais permanentes e de consumo que se encontram obsoletos, antieconômicos ou inservíveis em disponibilidade;*

RESOLVE:

ART. 1° *- Fica instituída A Comissão de Levantamento Geral do Patrimônio da Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Itaúba.*

ART. 2° *- A Comissão que trata o artigo anterior será composta pelos seguintes membros:*

Presidente: Rose Montanari

Secretaria: Geneci da Silva Sturmer

Membro: Eunice Pereira da Silva

ART. 3° *- Compete a Comissão, as seguintes atribuições:*

Confecção das atas das reuniões realizadas no período de realização do Levantamento Patrimonial. Conferência e Verificação do Patrimônio da Fundação, verificar compatibilidade do patrimônio físico junto ao banco de dados do sistema de informática. Conferir e verificar o estado de conservação e funcionamento dos Bens Públicos e realizar as devidas Reavaliações e Depreciações. Realizar o levantamento e Proceder a Baixa dos Bens inservíveis, obsoletos ou antieconômicos a esta Fundação de Saúde. Proceder o Inventário Físico e Financeiro dos Bens Móveis e Imóveis de forma a demonstrar a real situação física e financeira dos Bens que compõem o Patrimônio desta Fundação.

ART. 4° *- Das Reavaliações e Depreciações;*

ART. 5° *- Esta Comissão deverá entregar o relatório final conclusivo ao Presidente da Fundação, bem como o Inventário Físico e Financeiro do exercício sob analise ate o dia 31 de Dezembro do corrente ano.*

ART. 6° *- Fica facultado ao Presidente desta Comissão a requisição do auxílio de Servidores para o desenvolvimento dos trabalhos.*

ART. 7° *- Fica a Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Itaúba responsável pelo Treinamento e Capacitação dos Servidores, disponibilização de materiais equipamentos, e veículos para realização dos trabalhos.*

ART. 8° - *Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.*

Itaúba - Mato Grosso, em 04 de janeiro de 2017.

EDINALDO CARLOS R. SIMÃO

Presidente da FHSMI

PREFEITURA
PREFEITURA DE ITAÚBA

PORTARIA Nº. 031/2017

SÚMULA: "NOMEIA O SERVIDOR MISAEL TEMPONI VASCONCELOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO SR. VALCIR DONATO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

RESOLVE:

Artigo 1° - Nomear a partir desta data o Sr. MISAEL TEMPONI VASCONCELOS, portador do RG 2675174-7 SSP/MT e inscrito no CPF 050.091. 721-35, para o cargo comissionado de **CHEFE DE DIVISÃO DE PESQUISA E FOMENTO**, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Turismo, nesta Prefeitura Municipal de Itaúba-MT.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itaúba- MT, 11 de Janeiro de 2017.

VALCIR DONATO

PREFEITO

PREFEITURA
PREFEITURA DE ITAÚBA- FUNDAÇÃO HOSPITALAR

PORTARIA Nº 001/2017

"INSTITUI A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE MUNICIPAL DE ITAÚBA - MT, PARA O EXERCÍCIO DE 2017"

O excelentíssimo Senhor EDINALDO CARLOS ROSA SIMÃO, Presidente da Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1.993, atualizada pela Lei nº 8.883 de 08 de Junho de 1.994.

Artigo 1º - Fica constituída a Comissão Permanente de Licitação da Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso, para avaliar os expedientes de Compras e Contratações desta Fundação Hospitalar de Saúde Municipal.

Artigo 2º - A Comissão citada no artigo anterior será composta por 03 (três) funcionários da Fundação Hospitalar, sendo a **Sr. Marcelo Mesquita** (Presidente)**,** Sr**. Edinaldo Carlos Rosa Simão** (Secretário) e **Sra. Neuza Notari** (membro).

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itaúba - Mato Grosso, em 04 de janeiro de 2017.

EDINALDO CARLOS R. SIMÃO

Presidente da FHSMI

PREFEITURA
PREFEITURA DE ITAÚBA- FUNDAÇÃO HOSPITALAR

PORTARIA Nº. 04/2017

SÚMULA: "NOMEIA O SERVIDORA ROSE MARIA MONTANARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAUDE MUNICIPAL DE ITAÚBA-MT , EXCELENTISSIMO SENHOR EDINALDO CARLOS ROSA SIMÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

RESOLVE:

Artigo 1° - Nomear a partir desta data o Sra. ROSE MARIA MONTANARI, portadora do RG 14259680 SSP/MT e inscrito no CPF 936.874.191.34, para o cargo da DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE MUNICIPAL DE ITAÚBA-MT.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itaúba- MT, 10 de Janeiro de 2017.

Itaúba - Mato Grosso, em 10 de janeiro de 2017.

EDINALDO CARLOS R. SIMÃO

Presidente da FHSMI

PREFEITURA
PREFEITURA DE ITAÚBA- FUNDAÇÃO HOSPITALAR

PORTARIA Nº 002/2017

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR EDINALDO CARLOS ROSA SIMÃO, PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM O DO REGIMENTO INTERNO, E

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor EDINALDO CARLOS ROSA SIMÃO, portador do CPF nº. 968.594.231-53 e nº. RG 1376270-2 SSP/MT, em observância à legislação vigente, para exercer a função de Fiscal Administrativo dos Contratos da **FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE MUNICIPAL DE ITAÚBA - MT,** vigentes ecelebrados no exercício de 2017.

ART 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação através de afixação em quadro de aviso, revogadas as disposições em contrario.

Itaúba - Mato Grosso, em 04 de janeiro de 2017.

EDINALDO CARLOS R. SIMÃO

Presidente da FHSMI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 013, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

"Exonera, o servidor **FRANCISCO SOARES CAMPOS FILHO**, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95 da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO o disposto no disposto no artigo 20, § 2º da Lei nº 379/99 e art. 12 do Decreto Municipal 74/2015, e;

CONSIDERANDO que o servidor em estágio probatório **FRANCISCO SOARES CAMPOS FILHO** foi considerado INAPTO para exercer suas funções no cargo de PINTOR;

R E S O L V E:

Art. 1° - Exonerar, a partir do **dia 12 de janeiro de 2017**, o servidor **FRANCISCO SOARES CAMPOS FILHO**, matrícula nº 978, do cargo de Pintor, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo. Itiquira-MT, 11 de janeiro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO Nº. 002/2016 AO CONTRATO N.º 011/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Mun. de Jaciara-MT; **CONTRATADO: SELMA MARIS MONARI - ME;** OBJETO:ACRÉSCIMO DE SALDO**;** Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas do contrato nº. 011/2016; **ASSINATURA**: 20/12/2016.

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 045/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: PAULO ROCHA DOS SANTOS E CIA LTDA;** OBJETO; **"Contratação de empresa para instalação de Bueiro Celular no Município de Jaciara/MT"**; **PRAZO: 29/12/2016 à 29/12/2017; VALOR GLOBAL** R$ 118.170,22 (Cento e dezoito mil, cento e setenta reais e vinte e dois centavos);**ASSINATURA: 29/12/2016.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO Nº. 008/2016 AO CONTRATO N.º 017/2012

CONTRATANTE: Prefeitura Mun. de Jaciara-MT; **CONTRATADO: JV CONSTRUTORA LTDA - ME;** OBJETO:READEQUAÇÃO DE PROJETO**;** Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas do contrato nº. 017/2012; **ASSINATURA**: 30/12/2016.

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO Nº. 001/2016 À ATA N.º 037/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Mun. de Jaciara-MT; **CONTRATADO: SELMA MARIS MONARI - ME;** OBJETO:ACRÉSCIMO DE SALDO**;** Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº. 037/2016; **ASSINATURA**: 20/12/2016.

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO Nº. 001/2016 À ATA N.º 112/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Mun. de Jaciara-MT; **CONTRATADO: CIDADE COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - EPP;** OBJETO:ACRÉSCIMO DE VALOR**;** Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº. 112/2016; **ASSINATURA**: 13/12/2016.

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO Nº. 001/2016 À ATA N.º 039/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Mun. de Jaciara-MT; **CONTRATADO: CIDADE COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - EPP;** OBJETO:ACRÉSCIMO DE VALOR**;** Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº. 039/2016; **ASSINATURA**: 22/12/2016.

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 043/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: S. A. LIMA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP;** OBJETO; **"Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Pavimentação dos Canteiros Centrais das Avenidas Botocudos e Xavantes do Município de Jaciara/MT"**; **PRAZO: 23/12/2016 à 23/12/2017; VALOR GLOBAL** R$ 194.175,80 (Cento e noventa e quatro mil, cento e setenta e cinco reais e oitenta centavos);**ASSINATURA: 23/12/2016.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 044/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: KAMILA REGINA SILVÉRIO FEITOSA - ME;** OBJETO; **"Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Pavimentação dos Canteiros Centrais das Avenidas Botocudos e Xavantes do Município de Jaciara/MT"**; **PRAZO: 23/12/2016 à 23/12/2017; VALOR GLOBAL** R$ 204.534,08 (Duzentos e quatro mil, quinhentos e trinta e quatro reais e oito centavos);**ASSINATURA: 23/12/2016.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

P O R T A R I A N º 006/2017

EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

NOMEAR , a senhor **NOÉ JOAQUIM DOS SANTOS**, para exercer o cargo em Comissão de Secretario Municipal de Infra-Estrutura Urbana a partir desta data.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em Jangada/MT 02 de Janeiro de 2017.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

P O R T A R I A N º 011/2017

"Dispõe sobre composição da Comissão Permanente de Licitação para o no de 2017"

EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Considerando o que dispõe a Lei 8.666/93 em seu art. 51 caput;

Art. 1º - Fica nomeados os servidores abaixo relacionados, para compor a Comissão Permanente de Licitação – CPL passando a vigorar a partir de 02 de janeiro de 2017.

Presidente: Adilson Pereira Nunes

1 – Equipe de Apoio : Paulo Neris de Assunção

2 - Equipe de Apoio: Eder Trajano Oliveira

3 - Equipe de Apoio: Fagner Vieira de Godoes

Art.2º - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrario.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em Jangada/MT 02 de Janeiro de 2017.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

P O R T A R I A N º 010/2017

" Nomeia o Pregoeiro e Respectiva Equipe de Apoio para realização de Licitação, na modalidade Pregão, no âmbito do Poder Executivo do Município de Jangada –MT, para o Exercício 2017."

EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Fica nomeados o Pregoeiro e sua respectiva equipe de Apoio para realização da Licitação na modalidade Pregão , no âmbito do poder Executivo deste Município de Jangada-MT, no decorrer do Exercício de 2017, conforme abaixo identificado, sendo os seguintes servidores.

Presidente: Adilson Pereira Nunes

1 – Equipe de Apoio : Paulo Neris de Assunção

2 - Equipe de Apoio: Eder Trajano Oliveira

3 - Equipe de Apoio: Fagner Vieira de Godoes

Art.2º - Caberá ao pregoeiro e respectiva equipe de apoio, dentre outras atribuições, o recebimento das propostas e lances, á analise de sua aceitabilidade, sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, e deverá cumprir aos princípios gerais de direito publico, em especial as regras e determinações instituídas pela Lei nº. 10.520 de 17/07/2002, consoante as alterações que lhe forem dadas, assim como as disposições da Lei nº 8.666/1993.

Art. 3º - O Pregoeiro e a respectiva Equipe de Apoio, por seus Membros de que se trata esta Portaria, não serão remunerados pelo exercício das respectivas funções, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse publico.

Art. 4 – Esta Portaria entrara e vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrario.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em Jangada/MT 02 de Janeiro de 2017.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

TERMO DE COMPROMISSO DE POSSE Nº03/2017Á 2020

Termo de compromisso de posse do cargo de Vice-prefeita Municipal Eleito em 2 de Outubro de 2016.

Certifico que a folha nº 13 do livro foi Lançado o Seguinte;

Ao primeiro dia do Mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete, nesta cidade de Jangada Estado de Mato Grosso na Sede Câmara Municipal de jangada, ás 8:30 horas, sob a presidência do Sr Vereador Rogerio de Oliveira Meira, compareceram os seguintes Vereadores: Edenilson Jose de Barros, Abilio Antunes da Costa Neto, Enezio Anselmo da Silva, Noilton Augusto da Silva, Salvador Araujo dos Santos, Julio Cesar Duarte da Silva, Flavio Lucio de Almeida Rondon, Benys Mamedes do Nascimento, onde compareceu a Senhora Cleusa Cunha da Silva, Vice- Prefeita eleito pela coligação "Jangada Terra de Todos" em 02 de outubro de 2016,devidamente diplomado no dia 9 de Dezembro de 2016, pelo excelentíssimo senhor doutor Ednei Ferreira dos Santos, Juiz eleitoral da 3ª zona eleitoral, em seguida o senhor presidente verificou a autenticidade do diploma apresentado e convidou a senhora Cleusa Cunha da Silva, Vicê-Prefeito eleito em 02 de Outubro de 2016 a prestar o seguinte compromisso:

"PROMETO CUMPRIR E FAZER CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,OBSERVAR AS LEIS,PROMOVER O BEM GERAL DOS MUNICIPES E EXERCER O CARGO SOB A INSPIRAÇÃO DA DEMOCRACIA,DA LEGITIMIDADE E DA LEGALIDADE."

"ASSIM O PROMETO"

PRESTA DE PÉ O REFERIDO COMPROMISSO, O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU A SENHORA CLEUZA CUNHA DA SILVA, EMPOSSADO NO CARGO DE VICÊ-PREFEITA MUNICIPAL PARA LEGISLATURA 2017 a 2020. NADA MAIS HAVENDO A REGISTRAR PARA CONSTAR. EU ENEZIO ANSELMO DA SILVA, SECRETÁRIO LAVREI O PRESENTE TERMO QUE VAI DEVIDAMENTE ASSINADO POR MIM E PELO PRESIDENTE, PELO COMPROMISSADO E PELO VEREADORES PRESENTES.

JANGADA-MT 01 DE JANEIRO DE 2017.

Vice-prefeita: Cleusa cunha da silva:

01-Rogerio de Oliveira Meira:

02-Edenilson Jose de Barros:

03-Abilio Antunes da Costa Neto:

04-Enezio Anselmo da Silva:

05-Noilton Augusto da silva:

06-Salvador Araújo dos Santos:

07-Julio Cesar Duarte da Silva:

08-Flavio Lucio de Almeida Rondon:

09- Benys Mamedes do Nascimento:

P O R T A R I A N º 012/2017

EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

NOMEAR , a senhor **EDER TRAJANO OLIVEIRA**, para exercer o cargo em Comissão de Assessor Tecnico Superior I a partir desta data.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em Jangada/MT 02 de Janeiro de 2017.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

P O R T A R I A N º 003/2017

Dispõe sobre a Designação da Senhora **Suellen Martins** para ser Fiscal dos Contratos.

O Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, **Srº Ederzio de Jesus Mendes**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de Fiscalizar os Contratos abaixo, resolve:

Art. 1º - Nomear a Senhora **Suellen Martins**, Engenheira , como fiscal dos Contratos conforme segue:

A- Contrato Administrativo nº 18/2014 : **Bulow Engenharia e Construções**/ Contratação da Empresa para Construção do Centro de Referencia de Assistência Social (CRAS). B- Contrato Administrativo nº 66/2014**: Bulow Engenharia e Construções**/ Reforma e Adequação do Ginásio Poliesportivo no Município de Jangada/MT C- Contrato Administrativo nº 59/2015: **A.I Fernandes Serviços de Engenharia Eireli –Epp**./ Empresa para Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Agua Pluvial de Avenidas e Ruas do Município de Jangada/MT. D- Contrato Administrativo nº17/2016: **J.M. Nascimento & Cia Ldta –ME**/ Contrataçao de mão-de-obra Técnicos especializados para Licenciamento Ambiental do Licenciamento Ambiental os quais são necessários á Caracterização Hidrogeologica do Cemitério , relatório Padrão SEMA, na cidade de Jangada/MT. Do (01) Cemitério Central Municipal e (02) Cemitério municipal Nova Jangada, e o (03) o novo Cemitério Altos da Jangada. E- Contrato Administrativo nº 003/2014/ Ágil Softwares para Área Publica/ Empresa especializada do ramo de tecnologia da informação para realizar migração/conversão, treinamento e fornecimento de licenças de uso de softwares com referida manutenção e consultoria técnica para os setores de contabilidade, tesoureira, orçamento, planejamento, recursos humanos, folha de pagamento, tributos,issqn com emissão de nfs-e, protocolo/processos, almoxarifado, compras e licitação, frotas, patrimônio, portal da transparência, controle interno, gestão de combustível e serviço de hospedagem em nuvem-data Center.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrario.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em Jangada/MT 02 de Janeiro de 2017.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

P O R T A R I A N º 007/2017

EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

NOMEAR , a senhor **JEFFERSON CRISTIANO BASTOS SANTOS**, para exercer o cargo em Comissão de Secretario Municipal de Meio Ambiente a partir desta data.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em Jangada/MT 02 de Janeiro de 2017.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

TERMO DE COMPROMISSO DE POSSE Nº 02/2017 Á 2020 - POSSE DO CARGO DE VEREADORES ELEITOS.

TERMO DE COMPROMISSO DE POSSE Nº02/2017 Á 2020.

TERMO DE COMPROMISSO DE POSSE DO CARGO DE VEREADOR ELEITOS EM 2 DE OUTUBRO DE 2016.

Certifico que a folha nº12 do Livro foi lançado o Seguinte;

Ao primeiro dia do Mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete, nesta cidade de Jangada Estado de Mato Grosso na Sede Câmara Municipal de jangada, ás 8:30 horas, sob a presidência do Sr Vereador Rogerio Oliveira de Meira, o mais votado entre os presentes de acordo com a lei Orgânica Municipal e do regimento Interno desta casa de Leis, compareceram os seguintes Vereadores: Edenilson Jose de Barros, Abilio Antunes da Costa Neto, Enezio Anselmo da Silva,Noilton Augusto da Silva, Salvador Araujo dos Santos, Julio Cesar Duarte da Silva, Flavio Lucio de Almeida Rondon, Benys Mamedes do Nascimento,para o fim de tomarem posse dos respectivos cargos, estando presente a maioria absoluta dos vereadores eleitos, o senhor presidente, convidou o vereador Enezio Anselmo da Silva, para Secretariar “ad doc” os trabalhos, até a constituição da mesa diretora. Em seguida o Sr. Presidente Solicitou ao Sr. Secretario a verificar a autenticidade dos diplomas e documentos necessários apresentados pelos Senhores Vereadores, que serão empossados concluída a verificação o Sr. Secretário comunica ao Sr. Presidente, ao verificar a autenticidade da documentação necessária que a Lei exige de todos os vereadores eleitos foram entregue na secretaria deste poder legislativo. Portanto todos estão aptos a tomar posse. O Sr. Presidente solicitou ao Sr. Secretario a convidar os senhores vereadores para assinarem o termo de posse. O Sr. Presidente solicita aos Senhores Vereadores para que em pé e com as mãos estendidas a prestarem o seguinte compromisso:

“PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,OBSERVAR AS LEIS,DESEMPENHAR O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO E TRABALHAR PELO PROGRESSO DO MUNICIPIO E BEM ESTAR DE SEU POVO.”

“ASSIM O PROMETO”

Assim compromissado, deu-lhes posse. Dos cargos para quais foram eleitos. Nada mais havendo a registrar para constar, eu Enezio Anselmo da Silva, secretario lavrei o presente termo que vai devidamente assinado por mim e todos os vereadores presentes.

JANGADA-MT 01 DE JANEIRO DE 2017.

01-Rogerio de Oliveira Meira

02-Edenilson Jose de Barros

03-Abilio Antunes da Costa Neto

04-Enezio Anselmo da Silva

05-Noilton Augusto da silva

06-Salvador Araújo dos Santos

07-Julio Cesar Duarte da Silva

08-Flavio Lucio de Almeida Rondon

09- Benys Mamedes do Nascimento

P O R T A R I A N º 008/2017

EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

NOMEAR , a senhor **CRISTIANE DE MORAIS**, para exercer o cargo em Comissão de Coordenadora de Programa Sociais a partir desta data.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em Jangada/MT 02 de Janeiro de 2017.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

TERMO DE COMPROMISSO DE POSSE N°.04/2017 - POSSE DO CARGO DE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL E MEMBROS DA MESA DIRETORA PARA O BIÊNIO 2017/2018

TERMO DE COMPROMISSO DE POSSE n°.04/2017.

termo de compromisso de posse do cargo de presidente da câmara municipal e membros da mesa diretora para o biênio 2017/2018.

Certifico que a folha n° 14 do livro foi lançado o seguinte

Ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, nesta cidade de Jangada Estado de Mato grosso na sede Câmara Municipal de Jangada, ás 8:30, horas sob a presidência do Sr. Vereador Rogerio de oliveira Meira, presentes os seguintes vereadores, Edenilson Jose de Barros, Abilio Antunes da Costa Neto, Enezio Anselmo da Silva,Noilton Augusto da Silva, Salvador Araujo dos Santos,julio Cesar Duarte da Silva, Flavio Lucio de Almeida Rondon, Benys mamedes do Nascimento. Todos devidamente empossados sob a presidência do vereador Rogerio de Oliveira Meira, iniciou–se os trabalhos designando “ad doc” o Sr. Enezio Anselmo da Silva, para secretariar, em seguida deu-se o procedimento ao processo de eleição da nova mesa diretora para o Biênio 2017/2018. Inscreveu-se ao pleito chapa única composta dos seguintes Vereadores: Rogerio de Oliveira Meira - Presidente, Ver; Benes Mamedes do Nascimento - Vice-Presidente, 1º Secretario, Vereador Enezio Anselmo da Silva - 2º Secretario, Julio Cesar Duarte da Silva. Em seguida concedeu um intervalo de 15(quinze) minutos, prorrogáveis se necessário, para que em querendo apresentar outra chapas possam ainda se inscrever. Retornando aos trabalhos constatou-se a existência da chapa única foi apresentada com o nome “Lutando por uma Jangada Melhor.” Com a composição citado acima. Sendo eleita por aclamação e em seguida empossada. Não havendo mais nada a tratar a sessão foi encerrada e Eu, vereador Enezio Anselmo da Silva secretario “ ad doc “ lavrei o presente termo que segue assinado por mim e por todos os membros da nova mesa diretora e os demais vereadores presentes.

Jangada-MT,01 de Janeiro de 2017.

Presidente: Ver; Rogerio de Oliveira Meira:

Vice-Presidente:Ver; Benys Mamedes do Nascimento:

1º Secretário: Enezio Anselmo da Silva:

2º Secretário: Julio Cesar Duarte da Silva:

Vereador: Salvador Araujos dos Santos:

Vereador: : Edenilson Jose de Barros:

Vereador: Noilton Augusto da Silva:

Vereador: Abilio Antunes da Costa Neto:

Vereador: Flavio Lucio de Almeida Rondon:

TERMO DE COMPROMISSO DE POSSE Nº01/2017Á 2020

Termo de compromisso de posse do cargo de prefeito Municipal Eleito em 2 de Outubro de 2016.

Certifico que a folha nº 11 do livro foi Lançado o Seguinte;

Ao primeiro dia do Mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete, nesta cidade de Jangada Estado de Mato Grosso na Sede Câmara Municipal de jangada, ás 8:30 horas, sob a presidência do Sr Vereador Rogerio de Oliveira Meira, compareceram os seguintes Vereadores: Edenilson Jose de Barros, Abilio Antunes da Costa Neto, Enezio Anselmo da Silva,Noilton Augusto da Silva, Salvador Araujo dos Santos, Julio Cesar Duarte da Silva, Flavio Lucio de Almeida Rondon, Benys Mamedes do Nascimento, onde compareceu o Senhor Ederzio de Jesus Mendes Prefeito eleito pela coligação “Jangada Terra de Todos” em 02 de outubro de 2016, devidamente diplomado no dia 9 de Dezembro de 2016 pelo Excelentíssimo Senhor Doutor Ednei Ferreira dos Santos, Juiz eleitoral da 3ª zona eleitoral, obtendo 2.733 votos pelo partido Social Democrático Brasileiro. PSDB, em seguida o senhor presidente verificou a autenticidade do diploma apresentado e convido o senhor Ederzio de Jesus Mendes, Prefeito eleito em 02 de Outubro de 2016 a prestar o seguinte compromisso:

“PROMETO CUMPRIR E FAZER CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, OBSERVAR AS LEIS,PROMOVER O BEM GERAL DOS MUNICIPES E EXERCER O CARGO SOB A INSPIRAÇÃO DA DEMOCRACIA,DA LEGITIMIDADE E DA LEGALIDADE.”

“ASSIM O PROMETO

PRESTA DE PÉ O REFERIDO COMPROMISSO, O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU O SENHOR EDERZIO DE JESUS MENDES,EMPOSSADO NO CARGO DE PREFEITO MUNICIPAL PARA LEGISLATURA 2017 a 2020. NADA MAIS HAVENDO A REGISTRAR PARA CONSTAR. EU ENEZIO ANSELMO DA SILVA, SECRETÁRIO LAVREI O PRESENTE TERMO QUE VAI DEVIDAMENTE ASSINADO POR MIM E PELO PRESIDENTE,PELO COMPROMISSADO E PELO VEREADORES PRESENTES.

JANGADA-MT 01 DE JANEIRO DE 2017.

Prefeito Municipal: Ederzio de Jesus Mendes:

01-Rogerio de Oliveira Meira:

02-Edenilson Jose de Barros:

03-Abilio Antunes da Costa Neto:

04-Enezio Anselmo da Silva:

05-Noilton Augusto da silva:

06-Salvador Araújo dos Santos:

07-Julio Cesar Duarte da Silva:

08-Flavio Lucio de Almeida Rondon:

09- Benys Mamedes do Nascimento:

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 20/2017 DATA: 11/01/2017

Extrato de Contrato nº. 20/2017 Data: 11/01/2017

Vigência: 11/01/2017 até 31/012/2017

Licitação:PREGÃO 002/2017/ADESÃO/CARONA 002/2017

Objeto: Contratação de Serviços Técnicos Especializados na Assessoria e Consultoria Contábil e Jurídica ao Departamento de Recursos Humanos e demais Encargos referente à Folha de Pagamento relacionado a assuntos previdenciários da Municipalidade.

Forma de Pagamento: 20% (vinte por cento) conforme apresentação de relatório de execução dos serviços.

Contratada: FAMA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA

SETOR DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 001/2017/ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO: Nº. 002/2017/ADMINISTRAÇÃO – ADESÃO REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO nº 002/2017

ADESÃO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 001/2017/ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO: Nº. 002/2017/ADMINISTRAÇÃO **– ADESÃO REGISTRO DE PREÇOS**

PROCESSO: PREGÃO 002/2016/PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA/MT/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2016.

ASSINATURA: 11 DE JANEIRO DE 2017.

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

Pelo presente instrumento, **A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o **15.072.663/0001-99**, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Interino **Sra. Luciane Borba Azoia Bezerra**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade n.º **0925703-9 SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **581.047.711-91**, residente e domiciliado na Rua Corumbá n. 229-W, Bairro Centro, na cidade de Juara-MT, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **FAMA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA EPP**, inscrita no CNPJ: **10.801.681/0001-27**, com sede à Rua Mal. Floriano Peixoto, nº 732, Quilombo, na cidade de Cuiabá/MT, CEP: 78.043-460, Fone (65) 3322-0045, Fax (65) 3322-5090, neste ato representado pelo **Sr. Mário Augusto Laurindo da Silva**, portador do RG nº 410.508-7 SSP/MT e CPF nº. 828.398.321-00, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão para Registro de Preços nº 002/2016, Ofício nº 018/2017/GABINETE/PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA, aceite do Administrador da Ata e Anuência do Detentor do Registro, conforme Oficio em Anexo ao processo de Adesão, **RESOLVEM** registrar os preços para **"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIA OPERACIONAL PARA FORMULAR, IMPLANTAR E EXECUTAR PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DE AUDITAGEM, QUALIFICAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS NO FCVS, IRRF, PIS/PASEP/COFINS, E EM ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E TRABALHISTAS CORRENTES"**, constantes do Anexo I do Edital do Pregão para Registro de Preços nº 002/2016/JACIARA, que passa a fazer parte integrante desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos nºs 3.555, de 08 de agosto de 2000, 3.693, de 20 de dezembro de 2000, 3.784, de 06 de abril de 2001, 3.931, de 19 de setembro de 2001 e 4.342, de 23 de agosto de 2002, que regulamentam a modalidade do Pregão e o Sistema de Registro de Preços, e no que couber, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas legais aplicáveis, e ainda à Cláusula Terceira da Ata de Registro de Preços nº 02/2016/ PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA/MT, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente ATA tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIA OPERACIONAL PARA FORMULAR, IMPLANTAR E EXECUTAR PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DE AUDITAGEM, QUALIFICAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS NO FCVS, IRRF, PIS/PASEP/COFINS, E EM ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E TRABALHISTAS CORRENTES"**, conforme planilha abaixo:

ITEM	OBJETO	ESPECIFICAÇÕES – FONTES	PORCENTAGEM
01	**Serviços Técnicos Especializados de Auditoria Operacional**	Revisão, Qualificação e Restituição e/ou Compensação dos Encargos Previdênciários e Trabalhistas calculados incorretamente sobre a folha corrente de pagamento	20,00 %

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Juara/MT não será obrigada a utilizar-se dos produtos referidos na Cláusula I, exclusivamente, pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de quaisquer espécies às sociedades empresárias detentoras, podendo inclusive, cancelar esta Ata, na ocorrência das hipóteses previstas para tanto, garantindo às detentoras, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL

3.1. Todas as atividades necessárias à execução do objeto desta Ata de Registro de Preços deverão ser realizadas em espaços físicos e instalações adequadas.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura após a solicitação dos produtos, devendo o pagamento ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da fatura.

4.2. O pagamento será creditado em nome da licitante vencedora, mediante ordem bancária, a ser efetivado no banco, agencia, e conta corrente, explicitamente em sua Proposta de Preços.

4.3. A Divisão de Compras da PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA reserva-se o direito de suspender o pagamento se os serviços prestados estiverem em desacordo com as especificações do Termo de Referência – Anexo V do Edital de Pregão.

4.4. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstancia que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao fornecedor e o pagamento ficará pendente, até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo par pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando ônus para a Prefeitura Municipal de Juara.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A Prestação dos Serviços será efetuada após expedição de regular nota de empenho pela PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA, "Requisição de Serviço", na qual deverá (ão) ser indicado (s) local (is) para prestação dos serviços.

5.2. O fornecedor, quando do recebimento da solicitação da necessidade da prestação do serviço, emitida pelo Órgão solicitante, deverá colocar na cópia, que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a recebeu, além da identificação de quem a recebeu.

5.3. A cópia da solicitação, referida no item anterior, deverá ser devolvida ao Órgão requisitante, a fim de ser anexada ao respectivo processo.

5.4. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar às detentoras desta Ata, segundo a gravidade da falta cometida, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções cabíveis:

a) advertência, por escrito;

b) multa equivalente a 10% (dez por cento), pela recusa da entrega dos produtos ou por estar em desacordo com o ora pactuado, calculada sobre o valor total do Contrato, recolhida no prazo máxima de 10 (dez) dias corridos, contado do recebimento da notificação;

c) suspensão temporária para participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Juara, por um prazo de até 02 (dois) anos, conforme fixar a Autoridade Competente, em função da natureza e gravidade da falta cometida;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramentos de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei nº 10.520, de 17.07.2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da multa prevista na alínea "b" desta cláusula e demais cominações legais, conforme determina o art. 7º, da Lei em comento.

6.2. Se qualquer um dos motivos ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente, justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de Juara, a licitante detentora desta Ata ficará isenta das penalidades supracitadas.

6.3. As multas referidas nesta cláusula serão recolhidas diretamente à Prefeitura Municipal de Juara, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da notificação ou, quando da efetiva contratação, descontada dos pagamentos, eventualmente, devidos pela Administração, da garantia, ou, ainda, cobrada judicialmente, nos termos dos §§ 2º e 3º, do art. 36, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

6.4. As penalidades previstas nesta cláusula serão formalmente motivadas nos autos do processo e serão independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

O Fornecedor poderá ter o seu registro de preços cancelado:

7.1. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Juara, quando:

a) descumprir as condições constantes da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva Nota de Empenho ou Instrumento Equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceita reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

e) der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente da presente Ata de Registro de Preços.

7.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Autoridade Competente da Prefeitura Municipal de Juara.

7.3. A pedido do Fornecedor, quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados;

b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material/equipamento. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VI, caso não sejam aceitas as razoes do pedido.

7.4. A comunicação do cancelamento dos preços registrados será feita pessoalmente ou por correspondência, com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos.

7.5. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado(s) o(s) preço(s) registrado(s) no dia subsequente à publicação.

CLÁUSULA OITAVA – DA AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação dos serviços, objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em todo caso, pela PREFEITURA MUNICIPAL DE JARA ou, na hipótese prevista na cláusula segunda pelo Órgão requisitante.

8.1. As emissões de Autorização de Serviços, suas retificações ou cancelamentos, totais ou parciais, serão, igualmente, autorizadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA ou pelo Órgão requisitante ou qual sido facultado à utilização desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

Ficará responsável pela fiscalização desta Ata de Registro de Preços a servidora pública municipal a Sra. Flávia Cavichioli da Silva, designada como Fiscal de Contratos, através da Portaria GP/N° 039 de 02 de janeiro 2017, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso das aquisições, que de tudo dará ciência à Administração, conforme art. 67, da Lei nº 8.666/93, com suas ulteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

03 – Secretaria Municipal de Finanças

03.001.04.123.0900.2019.339039 – 128

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram a presenta Ata de Registro de Preços o Edital de Pregão para Registro de Preços nº 002/2016 realizado pela Prefeitura Municipal de Jaciara e seus respectivos Anexos, Anuência do Órgão Gerenciador da Ata, Aceite do Fornecedor Detentor do Registro e a Proposta de Preços da sociedade empresária: **FAMA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA – EPP**, no mencionado certame.

11.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos nº 3.555, de 07 de agosto de 2000, 3. 693, de 20 de dezembro de 2000, 3.784, de 06 de abril de 2001, 3.931, de 19 de setembro de 2001 e 4.342, de 23 de agosto de 2002 e no que couber, com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e ainda a Lei Complementar nº 123/2006.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA providenciará a publicação, do extrato, desta Ata de Registro de Preços no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no prazo de até 20 (vinte) dias da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com o Contrato vinculado a esta Licitação a Licitante Vencedora deve se subordinar ao Foro da Justiça Comum, da Comarca de Juara-MT. Excluindo, por mais pri-

vilegiado que for, qualquer outro, desde que não possa ser resolvido amigavelmente.

Juara-MT, 11 de janeiro de 2017.

LUCIANE BORBA AZOIA BEZERRA

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATANTE

FAMA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA EPP

CNPJ: **10.801.681/0001-27**

Sr. Mário Augusto Laurindo da Silva – Representante Legal

RG nº 410.508-7 SSP/MT e CPF nº. 828.398.321-00

DENTENTORA

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N. 004/2017/SRP

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO N. 004/2017/SECAD

TIPO: PRESENCIAL

APURAÇÃO: Menor Preço por Item.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINA PESADA TIPO ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E PÁ CARREGADEIRA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, conforme Edital e seus anexos.

ONDE SE LÊ

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia **27 de janeiro** de 2017 a partir das 14h00 – Horário Local.

PASSA-SE A LER: **SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES:** dia **24 de janeiro** de 2017 a partir das 14h00 – Horário Local.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE VINCULAÇÃO N.º 027/2013 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS N.º 078/2012, OBJETO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2012.

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE JURUENA – PREVI-JURUENA*, com natureza jurídica de Fundo Contábil,* devidamente inscrito no CNPJ nº 03.502.516/0001-22 situado na Avenida 4 de Julho, n° 360, Bairro Centro, Juruena/MT, representado neste ato pelo **Sr. Rodolfo Pereira Dias,** brasileiro, portador do CPF nº 198.834.719-04 e do RG nº 1.206.124 SSP/PR, Secretário Municipal de Administração e Finanças, residente e domiciliado na Rua Cerejeiras, n°151, Qd 93, Lt 15 Bairro Centro, Juruena/MT, doravante denominado **CONTRATANTE,**

Considerando o disposto na Cláusula 2.1. do Termo de Vinculação n.º 027/2013 estatuindo que "em cada exercício financeiro deverá ser pactuado entre o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juruena – PREVI-JURUENA e a empresa consorciada Agenda Assessoria, Planejamento e Informática Ltda.,termo de apostilamento com vistas à atualizar os valores resultantes da aplicação do percentual constantes da referida cláusula contratual;

Considerando que o valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao PREVI-JURUENA relativo ao exercício financeiro de 2016 foi de R$ 9.682.545,14 (nove milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e quatorze centavos), **RESOLVE** modificar unilateralmente o Termo de Vinculação n.º 027/2013, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem como objeto reajustar o ***preço*** do Termo de Vinculação n.º 027/2013 praticado em dezembro de 2016, que fica reajustado para R$ 145.238,18 (cento e quarenta e cinco mil, duzentos e trinta e oito reais e dezoito centavos), dividido em 12 (doze) parcelas mensais de R$ 12.103,18 (doze mil, cento e três reais e dezoito centavos), referente a 1,50% sobre o valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao PREVI-JURUENA relativo ao exercício financeiro de 2016 a razão de R$ 9.682.545,14 (nove milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e quatorze centavos), a partir de 01.01.2017, com amparo na cláusula 2.1. do antedito Termo, atendendo solicitação da empresa Agenda Assessoria, Planejamento e Informática Ltda. O registro deste reajuste por apostila está respaldado nas disposições do § 8° do art. 65 da Lei n°. 8.666/1993.

CLAÚSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas no Termo de Vinculação n.º 027/2013, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O PREVI-JURUENA providenciará a publicação resumida do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e Jornal Oficial dos Municípios, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei Federal n° 8.666/93, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.

Juruena/MT, 11 de janeiro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE JURUENA – PREVI-JURUENA

Rodolfo Pereira Dias

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

LEI Nº 1.051-2016

LEI N° 1.051/2016 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTIMA A RECEITA E FIXA AS DESPESAS DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

VALDECIR LUIZ COLLE, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprecie e aprove o seguinte projeto de Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2017, compreendendo:

I – Orçamento Fiscal referente aos poderes do Município, seus fundos especiais, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta;

II – O Orçamento da Seguridade Social do Município abrangendo todas as entidades da Administração Direta e Indireta.

CAPÍTULO II

DA PREVISÃO DA RECEITA

Artigo 2º - Estima-se a Receita Total em **R$ 29.649.140,84 (vinte nove milhões, seiscentos quarenta nove mil, cento e quarenta reais e oi-**

tenta quatro centavos),que serão arrecadadas na forma da legislação em vigor, com a estimativa constante do seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	
Receita Tributária	4.743.000,00
Receita de Contribuições	400.000,00
Receita Patrimonial	135.000,00
Receita de Serviços	825.000,00
Transferências Correntes	25.624.140,84
Outras Receitas Correntes	187.000,00
Dedução das Receitas para Formação do FUNDEB	(3.125.000,00)
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	**28.789.140,84**
RECEITAS DE CAPITAL	
Alienação de Bens	10.000,00
2. Transferências de Capital	850.000,00
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	**860.000,00**
TOTAL GERAL	**29.649.140,84**

CAPÍTULO III

DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Artigo 3º - A Despesa Total do Município é fixada na forma dos Anexos desta Lei em **R$ 29.649.140,84 (vinte nove milhões, seiscentos quarenta nove mil, cento e quarenta reais e oitenta quatro centavos)**, que serão realizadas segundo a discriminação dos quadros de trabalho e natureza de despesas que estão assim desdobrados:

I – POR CATEGORIA ECONÔMICA	
Despesas Correntes	26.412.140,84
Despesas de Capital	2.937.000,00
Reserva de Contingência	300.000,00
TOTAL GERAL	**29.649.140,84**

II- POR GRUPO DE NATUREZA	
Pessoal e Encargos Sociais	14.596.364,00
Juros e Encargos da Dívida	42.000,00
Outras Despesas Correntes	11.773.776,84
Investimentos	2.487.000,00
Amortização da Dívida	450.000,00
Reserva de Contingência	300.000,00
TOTAL GERAL	**29.649.140,84**

III- POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO		
3.1.90	Aplicações Diretas	14.596.364,00
3.2.90	Aplicações Diretas	42.000,00
3.3.50	Transf.Instituições Privadas Sem Fins Lucr.	32.000,00
3.3.70	Transf. A Instituições	80.000,00
3.3.71	Transf. Consórcio Público M. Contr .Rateo	221.000,00
3.3.90	Aplicações Diretas	11.440,776,84
4.4.90	Aplicações Diretas	2.487.000,00
4.6.90	Aplicações Diretas	450.000,00
9.9.99	Reserva de Contingência	300.000,00
TOTAL GERAL	**29.649.140,84**	

IV- POR ORGÃOS DE GOVERNO	
Câmara Municipal	1.250.000,00
Executivo Municipal	773.000,00
Secretaria Municipal de administração	2.353.000,00
Secretaria Municipal de Finanças	1.917.000,00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Urbano	1.571.000,00
Secretaria Municipal de Educação e Cultura	7.829.130,00
Secretaria Municipal Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente	214.000,00
Secretaria Municipal de Infra-Estrutura	2.472.600,00
Secretaria Municipal de Esportes	233.500,00
Departamento Municipal de Água e Esgoto	689.000,00
Fundo Municipal de Saúde FMS	8.630.410,84
Fundo Municipal de assistência Social	982.000,00
Secretaria Municipal de Turismo e Lazer	99.000,00
Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social	335.500,00
Reserva de Contingência	300.000,00
TOTAL GERAL	**29.649.140,84**

V- DESPESAS POR FUNÇÕES DE GOVERNO	
Legislativa	1.250.000,00
Essencial a Justiça	129.000,00
Administração	5.610.600,00
Assistência Social	1.288.000,00
Saúde	8.630.410,84
Educação	7.779.130,00
Cultura	50.000,00
Urbanismo	924.000,00
Habitação	29.500,00
Saneamento	684.000,00
Gestão Ambiental	90.000,00
Agricultura	124.000,00
Comércio e Serviços	99.000,00
Energia	400.000,00
Transporte	1.566.000,00
Desporto e Lazer	203.500,00
Encargos Especiais	492.000,00
Reserva de Contingência	300.000,00
TOTAL GERAL	**29.649.140,84**

VI- DESPESAS POR PROGRAMAS	
1010 – Processo Legislativo	1.250.000,00
1046 – Atenção ao Idoso	34.000,00
1049 – Gestão do Sistema de Infra-Estrutura Urbana	15.000,00
2010 – Administração Superior	773.000,00
3010 – Desenvolvimento Institucional	2.353.000,00
4010 – Controle Financeiro	1.425.000,00
4020 – Encargos Especiais	492.000,00
5010 – Malha Viária Rural	1.571.000,00
6010 – Manutenção e Revitalização do Ensino Fundamental	1.622.000,00
6020 – Manutenção e Revitalização do Ensino Infantil	1.541.130,00
6030 – Apoio Educacional	1.163.000,00
6040 – Gestão do Sistema Educação	347.000,00
6050 – Difusão Cultural	50.000,00
6070 – Desenvolvimento do Ensino Básico	3.106.000,00
7010 – Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	124.000,00
7020 – Preservação do Meio Ambiente	90.000,00
8010 – Cidade Limpa	261.000,00
8020 – Cidade Bonita	601.000,00
8030 – Malha Viária Urbana	462.000,00
8040 – Gestão do Sistema de Infra-Estrutura Urbana	1.133.600,00
9010 – Gestão do Sistema de Desporto	233.500,00
9100 – Abastecimento de Água	689.000,00
9200 – Atenção Básica a Saúde	7.347.615,96
9210 – Atenção a Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	633.794,88
9220 – Assistência Farmacêutica	96.000,00
9230 – Vigilância em Saúde	141.000,00
9240 – Vigilância Epidemiológica	412.000,00
9300 – Atenção a Criança e ao Adolescente	509.000,00
9310 – Atenção ao Trabalhador	6.000,00
9320 – Atenção ao Idoso	70.000,00
9330 – Enfrentamento a Pobreza	5.000,00

9340 – Gestão do sistema de Assistência Social	595.000,00
9350 – Morar Melhor	29.500,00
9360 – Apoio á Família	69.000,00
9400 – Desenvolvimento do Turismo e Lazer	99.000,00
9.9.99.99 - Reserva de Contingência	300.000,00
TOTAL GERAL	**29.649.140,84**

CAPÍTULO IV

DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Artigo 4º - O Orçamento da Seguridade Social do Município é de **R$ 9.918.410,84 (nove milhões novecentos e dezoito mil quatrocentos e dez reais e oitenta quatro centavos)**, conforme discriminação.

08 – Assistência Social R$ 1.288.000,00

10 – Saúde R$ 8.630.410,84

TOTAL R$ 9.918.410,84

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no curso da execução orçamentária, com base nos recursos efetivamente disponíveis, como determinado pelo artigo 43, §1º e seus incisos, da Lei n.º 4.320/64, créditos adicionais suplementares até o limite de 15 % (Quinze por cento) do total da despesa fixada no artigo 3º desta Lei.

Artigo 6º - Esta Lei entra em vigor em 01 de janeiro de 2017, revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal Juscimeira, Estado de Mato Grosso, em 26 de Dezembro de 2016.

VALDECIR LUIZ COLLE

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 1.050-2016

LEI N° 1.050/2016 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALDECIR LUIZ COLLE, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprecie e aprove o seguinte projeto de Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, §2º, da Constituição Federal, e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, as diretrizes estabelecidas nesta Lei, para elaboração do Orçamento Municipal para o exercício de 2017 compreendendo:

I – as prioridades e metas da Administração Pública Municipal, extraídas do Plano Plurianual 2014/2017, e suas alterações.

II – a estrutura e organização dos orçamentos;

III – as diretrizes para elaboração e execução do orçamento do município e suas alterações;

IV – as disposições relativas à arrecadação;

V – as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;

VI – as disposições sobre dívida pública municipal;

VII – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VIII – as disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL EXTRAÍDA DO PLANO PLURIANUAL

Artigo 2º - Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2017, são as especificadas no Anexo de Programas e Ações Prioritárias que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício de 2017, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2017 e durante sua execução, o Poder Executivo poderá por ato próprio aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa fixada à receita estimada, em virtude de reprogramação das receitas e despesas, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas, bem como ajustar a distribuição das Funções e Subfunções de forma a alcançar a compatibilização mencionada.

§ 2º - O Município define como Meta Fiscal o montante do valor que se pretende atingir, no exercício orçamentário.

§ 3º - Terão prioridade sobre novas ações de expansão ou novos projetos as despesas com pessoal e encargos sociais, a manutenção das atividades, os projetos e obras em andamento, o pagamento do serviço da dívida, bem como as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 4º - O Município aplicará no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) das receitas, conforme estabelecido nos artigos 212 e 213 da Constituição Federal, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 5º - O Município deverá aplicar nos programas de saúde o mínimo de 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea "b" do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal conforme determina o art. 7º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2.012.

§ 6º - O Município terá como prioridade sobre novas ações do governo o término de projetos em andamento provenientes do ano anterior.

§ 7º - Durante a execução dos orçamentos, compensam-se eventuais frustrações de metas dos orçamentos fiscal e de seguridade social por excedente do resultado apurado no respectivo programa.

§ 8º - Fica vedada a adoção, pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categorias de prioridades que não estejam contempladas no Anexo referido no caput deste artigo, salvo deliberação em contrário do Executivo através das Secretarias de Administração ou de Planejamento em que o referido Órgão justificará a necessidade e os critérios adotados na definição das novas prioridades.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Artigo 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV – Operações Especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada Programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades ou projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada Atividade, Projeto ou Operação Especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 3º - As Atividades com a mesma finalidade de outras já existentes poderão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

Artigo 4º - O Orçamento Fiscal e de Seguridade Social discriminará a despesa por unidades orçamentárias, detalhadas por categoria de programação com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos e os grupos de despesa conforme a seguir discriminados:

A) DESPESAS CORRENTES

1 – Pessoal e Encargos Sociais;

2 – Juros e Encargos da Dívida;

3 – Outras despesas correntes;

B) DESPESAS DE CAPITAL

4 – Investimentos;

5 – Inversões Financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas;

6 – Amortização da Dívida; e

C) RESERVA DE CONTINGÊNCIA

9 – Reserva de Contingência.

Parágrafo Único – As unidades orçamentárias serão agrupadas em órgãos orçamentários, entendidos como sendo o de maior nível da classificação institucional.

Artigo 5º - As metas físicas, de cada programa, serão agregadas segundo os respectivos projetos e atividades.

Artigo 6º - O Orçamento Fiscal e de Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes Legislativo, Executivo, seus Fundos, Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, considerando a Estrutura Organizacional do Executivo Municipal, e suas alterações.

Artigo 7º - A Lei Orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

I – às ações relativas à saúde e assistência social;

II – ao atendimento às ações de alimentação escolar;

III – às despesas com o desenvolvimento da educação básica;

IV – ao pagamento de precatórios judiciários.

Artigo 8º - O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal de Vereadores e a respectiva Lei será constituída de:

I – texto da lei;

II – quadros orçamentários consolidados;

III – anexo dos orçamentos fiscal e de seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei.

§ 1º - Os quadros orçamentários a que se referem os incisos II e III deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei 4.320 de 17 de março de 1964, na Portaria 163, de 04 de maio de 2001, e posteriores, e da Lei Complementar 101/2000, sendo os seguintes:

I – evolução da receita do Município, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes;

II – evolução da despesa do Município, segundo as categorias econômicas e grupos de despesa;

III – resumo das receitas orçamentárias fiscais e de seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem de recursos;

IV – resumo das despesas orçamentárias fiscal e de seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem de recursos;

V – receita e despesa orçamentárias fiscal e de seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo I da Lei 4.320, e suas alterações;

VI – receita orçamentária fiscal e de seguridade social, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do anexo III, da Lei nº 4. 320, de 1964 e suas alterações;

VII – despesa orçamentária fiscal e de seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo Poder e Órgão, por grupo e fonte de recursos;

VIII – despesa orçamentária fiscal e de seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo a função, subfunção, programa, categoria econômica de despesa e grupo de natureza de despesa;

IX – demonstrativo da despesa por órgãos e funções, conforme Anexo IX da Lei nº 4.320/64;

X – Programa de Trabalho de Governo – despesa por funções, subfunções, programas, projetos, atividade e operações especiais;

XI – aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

XII – Aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, na forma da legislação que dispõe sobre o assunto.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Artigo 9º - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução orçamentária do exercício de 2017 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Artigo 10 - O projeto de lei orçamentária poderá incluir, além dos que estejam no Anexo de Prioridades desta Lei, outras ações e programas constantes do Plano Plurianual 2014-2017 e suas alterações, ou que tenham sido objeto de leis específicas.

Artigo 11 - A alocação dos créditos orçamentários será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes, integrantes do orçamento fiscal e de seguridade social.

§ 1º - Desde que observadas as vedações contidas no art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, fica facultada a descentralização de créditos orçamentários para execução de ações de responsabilidade da unidade descentralizadora.

§ 2º - Os recursos para a descentralização de créditos orçamentários para os Fundos, Fundações e Autarquias, se for o caso, para a execução de projetos específicos acontecerá através da alocação da despesa diretamente sob a responsabilidade da unidade e os recursos serão através de transferência financeira.

Artigo 12 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação de recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Artigo 13 - Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e definidas as unidades executoras, devendo ser observado o equilíbrio entre receita e despesa;

II - incluídas despesas a título de Investimentos – Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de necessidade pública, assim reconhecidos pela autoridade competente; e

III - transferidos a outras unidades orçamentárias os recursos recebidos por transferência.

Artigo 14 - O Poder Legislativo terá como limite total da despesa para 2017 a proposta orçamentária encaminhada ao Poder Executivo, incluindo o subsídio dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, o valor decorrente da aplicação dos critérios estabelecidos no inciso I, artigo 29-A, da Constituição Federal, com redação da EC nº 25 e alterações.

Parágrafo Único – O Poder Executivo terá como obrigação cumprir com os repasses financeiros no limite fixado nas cotas mensais de repasse, conforme valor fixado da despesa e observância ainda do ato administrativo, nos termos do art. 16 desta Lei, quando ocorrer à limitação de empenho.

Artigo 15 - Os recursos para compor a contrapartida de empréstimos para o pagamento de sinal, caução, amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações, não poderão ter destinação diversa das referidas finalidades, exceto se comprovado documentalmente erro na alocação desses recursos. Verificando-se em ato contínuo sua retificação e correta aplicação.

§ 1º - Excetua-se do disposto neste artigo à destinação, mediante a abertura de crédito adicional, com prévia autorização legislativa, de recursos de contrapartida para a cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais, sempre que for evidenciada a impossibilidade da sua aplicação original.

§ 2º - Os Projetos e Atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado.

§ 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à abertura do Crédito Adicional à conta de recursos provenientes de convênio, mediante assinatura do competente instrumento.

Artigo 16 - Caso ocorra frustração das Metas de Arrecadação da Receita comprometendo o equilíbrio entre receita e despesa, e para eventual recondução do montante da dívida consolidada nos limites estabelecidos, será fixada limitação de empenho e da movimentação financeira.

§ 1º - A limitação de que trata este artigo será fixada de forma proporcional à participação dos Poderes Legislativo e Executivo no total de dotações orçamentárias constantes da Lei Orçamentária para o exercício de 2017 e seus créditos adicionais.

§ 2º - A limitação terá como base o percentual de redução proporcional ao déficit de arrecadação e será determinada por unidades orçamentárias.

§ 3º - A limitação de empenho e da movimentação financeira será determinada pelos Chefes do Poder Executivo e Legislativo, dando-se respectivamente, por Decreto e por Ato da Mesa.

§ 4º - Excluem-se da limitação de que trata este artigo, às despesas que constituem obrigação constitucional e legal de execução, em atendimento ao § 2º do art. 9º da Lei Complementar 101/2000.

§ 5º - A limitação de empenhos mencionada no caput deste artigo, observará ainda, a fonte de recursos, para as seguintes despesas:

I – eliminação ou redução de vantagens concedidas a servidores;

II – eliminação de despesas com horas extras;

III – redução de gastos com materiais e serviços terceirizados, de forma que não prejudiquem o oferecimento dos serviços públicos essenciais; e

IV – redução de investimentos programados, desde que não comprometidos àqueles relacionados a atividades consideradas essenciais.

Artigo 17 - É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de “subvenções sociais”, “auxílios” e “contribuições” para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para a educação básica e o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;

II – voltadas para ações de proteção ao meio ambiente;

III – voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos.

IV – consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

V – ações não abrangidas nos incisos anteriores, relativas a clara economia do erário ou atendimento aos interesses locais.

§ 1º - Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na lei orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de:

a) Elaboração pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

b) Identificação do beneficiário e do valor pactuado no respectivo convênio.

§ 2º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, auxílios ou contribuições, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2017 por no mínimo uma autoridade local e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 3º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 4º - As transferências efetuadas na forma deste artigo deverão ser precedidas da celebração do respectivo termo de convênio, ajuste ou congênere.

§ 5º - É vedada, ainda, a inclusão de dotação global a título de subvenções sociais, auxílios ou contribuições.

§ 6º - Não poderá ser concedida subvenção social, auxílio ou contribuição à entidade que esteja em débito com relação a prestações de contas decorrentes de sua responsabilidade.

§7º - A habilitação para o recebimento de recursos públicos a título de subvenção social, auxílio ou contribuição, respeitará o Princípio da Anualidade da Lei Orçamentária, podendo ser estendido o período em situações de interesse público.

Artigo 18 - A execução das ações de que trata o artigo 17 desta Lei, fica condicionada à autorização específica exigida pelo caput do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000, quando for o caso específico de satisfação de necessidade de pessoa física ou déficit de pessoa jurídica.

Parágrafo Único - A destinação de recursos para entidades privadas, a título de “contribuições”, nos termos do art. 12, § 2º e § 6º, da Lei nº 4.320/64, fica condicionada a autorização específica de que trata o caput deste artigo.

Artigo 19 - É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de “subvenções econômicas” ou “transferências de capital” para entidades privadas, ressalvadas as que forem

destinadas aos programas de desenvolvimento industrial, instituídas por lei específica no âmbito do Município.

Parágrafo Único - Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária.

Artigo 20 - As transferências de recursos do Município, consignadas na lei orçamentária anual, para o Estado, União ou outro Município, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros, contribuições, cessão de servidores ou estagiários, somente poderão ocorrer em situações que envolvam o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62 da Lei Complementar 101/2000.

Artigo 21 - A Lei Orçamentária poderá consignar, quando comprovado o interesse público municipal, dotação específica de valor destinado ao custeio de despesas de competência de outro Ente da Federação, em consonância com o Artigo 20 desta Lei.

§ 1º - A realização da despesa mencionada neste artigo, somente poderá se efetivar desde que seja firmado convênio, acordo, ajuste ou congênere, conforme sua legislação, bem como a verificação das exigências do art. 25 da Lei Complementar 101/2000.

§ 2º - Fica o Executivo municipal desde já autorizado a firmar convênio com os governos: Federal, Estadual e ou Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Artigo 22 - A Reserva de Contingência da Administração Direta será constituída de recursos do orçamento em montante equivalente a no mínimo de 1% (um por cento) da receita corrente líquida na proposta orçamentária.

§ 1º - A Reserva de Contingência será utilizada para fazer frente ao pagamento dos valores decorrentes de situações entendidas como riscos fiscais, no atendimento de passivos contingentes, intempéries e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, suplementações bem como para obtenção de resultado primário positivo.

§ 2º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, sem prejuízo da observância do equilíbrio das contas municipais.

§ 3º - Para efeitos desta Lei entende-se como “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento das atividades e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas, ou orçadas a menor, e neste caso, mesmo que referentes a investimentos.

Artigo 23 - Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária.

§ 1º - Os Decretos de abertura de créditos suplementares autorizados por lei orçamentária serão submetidos ao Controle Interno da Prefeitura Municipal.

§ 2º - Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 3º - A lei orçamentária poderá conter dispositivo que autorize a abertura de créditos adicionais suplementares, a realizar transposições, remanejamentos ou transferências de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, em obediência aos incisos V e VI do artigo 167, da Constituição Federal.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À ARRECADAÇÃO

Artigo 24 - O Poder Executivo poderá adotar as seguintes medidas, voltadas ao aumento da arrecadação tributária do Município:

I – atualização da planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e efetivas;

II – reestruturação da atividade de fiscalização tributária;

III – aperfeiçoamento dos instrumentos para agilização da cobrança da dívida ativa e atualização do valor dos créditos;

IV – atualização do cadastro mobiliário fiscal de caráter obrigatório;

V – alteração de alíquotas;

VI – soluções administrativas pautadas em acordos extrajudiciais com contribuintes;

VII – anistias e descontos, com o objetivo de eliminar o estoque da dívida.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Artigo 25 - Os atos relativos à concessão ou ampliação de incentivo ou benefício tributário que importem em renúncia de receita deverão obedecer especialmente às disposições do art. 14 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único - Aplicam-se à Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no caput, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Artigo 26 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, não se constituindo renúncia de receita para os efeitos do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Artigo 27 - A administração da dívida pública municipal tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º - Serão garantidos na Lei Orçamentária recursos para o pagamento da dívida.

§ 2º - O Município, através de seus poderes, subordinar-se-á às normas estabelecidas nas Resoluções 40 e 43 de 2001 e suas posteriores alterações afetas a matéria, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, VI e IX da Constituição Federal.

Artigo 28 - Na Lei Orçamentária para o exercício de 2017, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas e nas autorizações concedidas até a data do encaminhamento do respectivo projeto de lei à Câmara Municipal.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Artigo 29 - No exercício financeiro de 2017, as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes Executivo e Legislativo, terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias o art. 20, III, da Lei Complementar nº 101/2000, sendo a despesa com a folha de pagamento calculada de acordo com a situação vigente, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral, a serem concedidos aos servidores públicos, alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos de eventual alteração da estrutura administrativa.

§ 1º - Fica autorizada a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo, Legislativo, das Autarquias e Fundações Públicas, cujo percentual será definido em lei específica, e observando também eventuais alterações da estrutura administrativa.

§ 2º - Os recursos para revisão geral de pessoal poderão constar da Lei Orçamentária em categoria de programação específica.

Artigo 30 - No exercício de 2017, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I – existirem cargos vagos a preencher ou de reestrutura administrativa;

II – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;

III – for observado o limite previsto no artigo anterior;

IV – for observado o disposto no art. 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

§1º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover a alteração na estrutura organizacional e de cargos e carreiras da Prefeitura Municipal, podendo para isso, extinguir ou transformar cargos, criar novos cargos e também realizar concurso público de provas e títulos, visando o preenchimento de cargos e funções.

§2º - Para efeitos de eventual concurso público e de eventuais processos seletivos as necessidades serão explicitadas no próprio edital sendo averiguado por meio das vagas ofertadas.

Artigo 31 - Nas situações em que a despesa total com pessoal tiver extrapolado 95% (noventa e cinco por cento) do limite referido no art. 31 desta Lei, o serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinado ao atendimento de relevante interesse público, especialmente os voltados para as áreas de segurança, educação e saúde, que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Artigo 32 - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do § 1º, do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que:

I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extintos, total ou parcialmente;

III – não caracterizem relação direta de emprego.

Artigo 33 - O Município transferirá a contribuição patronal para o INSS, sobre a remuneração paga ou creditada aos servidores.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 34 - O Poder Executivo realizará estudos visando à definição e melhorias do sistema de controle de custos e avaliação de resultado de ações de governo.

Parágrafo Único – Os controles internos dos Poderes Legislativo e Executivo serão responsáveis pelos controles de custos e a avaliação dos resultados dos programas inseridos na lei orçamentária.

Artigo 35 - Caso seja necessário à limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, será fixado,separadamente, percentual de limitação para o conjunto de “projetos”, “atividades” e “operações especiais” e à participação do Poder Legislativo e Executivo no total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária vigente no exercício de 2017, em cada um dos citados conjuntos, excluídas:

Parágrafo Único – as dotações constantes da proposta orçamentária, desde que a nova estimativa de receita, demonstrada em relatório, seja igual ou superior àquela estimada na proposta orçamentária, destinadas às:

I - despesas com ações de recursos vinculados às funções saúde, educação e assistência social, não abrangidas no inciso I; e

II - “atividades” do Poder Legislativo Municipal.

Artigo 36 - O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2017, a Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso Mensal, por órgão, nos termos do art. 8º e 13 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º - O Poder Legislativo deverá também elaborar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2017, o Cronograma Anual de Desembolso Mensal para o pagamento de suas despesas.

§ 2º - O desembolso de recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados ao Poder Legislativo, será efetuado até o dia 20 de cada mês, sendo o valor calculado de acordo com os critérios estabelecidos no art. 2º, da Emenda Constitucional nº 25 de 14 de fevereiro de 2000.

§ 3º - A Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso de que tratam este artigo poderão ser revistos no decorrer do exercício financeiro a que se referirem, conforme os resultados apurados em função de sua execução.

Artigo 37 - São vedados quaisquer procedimentos que motivem a execução de despesas sem a comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e previsibilidade de recursos financeiros para sua liquidação.

Artigo 38 - Para os fins do disposto no art. 16, da Lei Complementar 101/2000, fica estabelecido que a despesa será considerada irrelevante aquelas que não ultrapassarem o valor máximo da dispensa de licitação na forma estabelecida pela Lei Federal nº 8.666, de 27 de junho de 1993.

Artigo 39 - O Executivo Municipal enviará até 15 de novembro de 2016 a proposta orçamentária a Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2016.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária proporcionalmente em forma de 1/12 (um doze avos) até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

Artigo 40 - As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos e modalidades de aplicação, especificando o elemento de despesa.

Artigo 41 - Ao final de cada quadrimestre será emitido o Relatório de Gestão Fiscal nos termos que dispõe o artigo 54 da Lei Complementar nº 101/2000.

Artigo 42 - Submeter-se-ão aos preceitos desta Lei, no que lhes couber, os órgãos, fundações, autarquias e demais entidades instituídas e mantidas pelo poder público, observando o atendimento do princípio da legalidade bem como da unidade dos orçamentos.

Artigo 43 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Em 26 de Dezembro de 2016.

VALDECIR LUIZ COLLE

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL CONVOCAÇÃO 002-2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 002/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA, nodesempenho de suas atribuições legais, **CONVOCA** os candidatos constantes no quadro em ane-

xo, que foram aprovados no Concurso Público n° 001/2015, destinado ao preenchimento de vagas do quadro da prefeitura de Juscimeira, a comparecerem à Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, no Departamento de Recursos Humanos, localizada na Avenida Joaquim Miguel dos Santos, 210 - Centro, noprazo de **30 (trinta) dias, no horário das 13h00min às 17h00min,** portando os documentos originais ou fotocópia autenticada em cartório abaixo relacionado:

a) Cópia autenticada em cartório da Carteira de Identidade;

b) Cópia autenticada em cartório do Título de Eleitor e certidão de regularidade expedida pelo TRE;

c) Cópia autenticada em cartório do CPF;

d) Cópia autenticada em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

e) Comprovante de endereço atualizado;

f) Cópia autenticada em cartório da Certidão de nascimento;

g) Comprovante do estado civil (casado e CPF do cônjuge), união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois);

h) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);

i) Carteira de Trabalho e Previdência Social;

j) Duas fotografia tamanho 3x4 recente, colorida;

k) Fotocópia autenticada em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo/categoria profissional/especialidade reconhecida pelo Conselho, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no Conselho de Classe do Estado de Mato Grosso se for o caso;

l) Carteira de habilitação (no caso de exigência do cargo);

m) Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital;

n) Certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos; ou maiores se for dependente;

o) Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 anos e acima de 06 anos declaração da matricula escolar;

p) Certidão da Justiça (civil e criminal);

q) Declaração que não responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

r) Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

s) Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 (cinco) anos, na esfera federal, estadual e municipal;

t) CPF do Pai e da Mãe ou declaração de falecimento;

u) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível, acúmulo legal de cargo e de interesse da prefeitura de Juscimeira/MT;

v) Exame médico Pré-Admissional, apenas se o candidato convocado apresentar todos os documentos solicitados na 1ª Fase. O candidato convocado deverá submeter-se a exame médico Pré-Admissional ou a exame médico específico (portadores de deficiência) a ser realizado pelo órgão de saúde indicado pela **Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT**, que terá decisão terminativa, após análise dos seguintes exames a serem realizados pelo candidato convocado:

x)Resultado de Laudo Médico Pericial, emitido por médico credenciado junto à **prefeitura municipal de Juscimeira/MT,** juntamente com os seguintes exames: **Para todos os cargos,** Hemograma completo, Eletrocardiograma, Plaquetas, Velocidade de hemossedimentação (VHS), Creatinina, Glicemia de jejum, Gama glutamiltransferase (GAMA GT), Tempo de tromboplastina total e Parcial ativado (TTPA), EAS, Raio-X do Tórax)

Fica ciente que o não comparecimento do convocado até a data indicada, a falta de comprovação de qualquer dos requisitos para investidura ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo Concurso Público e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, nos termos do Edital.

Juscimeira/MT, 11 de Janeiro de 2017.

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

Cargo: PROFESSOR-HISTORIA-EM CHICO MENDES			
Candidato	Inscrição	Colocação	Edital
LUCRÉCIA FERREIRA VÁZ	000248	2º	001/2015
Cargo: PROFESSOR-EDUCACAO FISICA-EM CHICO MENDES			
Candidato	Inscrição	Colocação	Edital
ELAINE MARILENE STACK PALUDO	000564	2º	001/2015

EDITAL CONVOCAÇÃO 001-2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 001/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA, nodesempenho de suas atribuições legais, **CONVOCA** os candidatos constantes no quadro em anexo, que foram aprovados no Concurso Público n° 001/2016, destinado ao preenchimento de vagas do quadro da prefeitura de Juscimeira, a comparecerem à Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, no Departamento de Recursos Humanos, localizada na Avenida Joaquim Miguel dos Santos, 210 - Centro, noprazo de **30 (trinta) dias, no horário das 13h00min às 17h00min,** portando os documentos originais ou fotocópia autenticada em cartório abaixo relacionado:

a) Cópia autenticada em cartório da Carteira de Identidade;

b) Cópia autenticada em cartório do Título de Eleitor e certidão de regularidade expedida pelo TRE;

c) Cópia autenticada em cartório do CPF;

d) Cópia autenticada em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

e) Comprovante de endereço atualizado;

f) Cópia autenticada em cartório da Certidão de nascimento;

g) Comprovante do estado civil (casado e CPF do cônjuge), união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois);

h) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);

i) Carteira de Trabalho e Previdência Social;

j) Duas fotografia tamanho 3x4 recente, colorida;

k) Fotocópia autenticada em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo/categoria profissional/especialidade reconhecida pelo Conselho, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no Conselho de Classe do Estado de Mato Grosso se for o caso;

l) Carteira de habilitação (no caso de exigência do cargo);

m) Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital;

n) Certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos; ou maiores se for dependente;

o) Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 anos e acima de 06 anos declaração da matricula escolar;

p) Certidão da Justiça (civil e criminal);

q) Declaração que não responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

r) Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

s) Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 (cinco) anos, na esfera federal, estadual e municipal;

t) CPF do Pai e da Mãe ou declaração de falecimento;

u) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível, acúmulo legal de cargo e de interesse da prefeitura de Juscimeira/MT;

v) Exame médico Pré-Admissional, apenas se o candidato convocado apresentar todos os documentos solicitados na 1ª Fase. O candidato convocado deverá submeter-se a exame médico Pré-Admissional ou a exame médico específico (portadores de deficiência) a ser realizado pelo órgão de saúde indicado pela **Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT**, que terá decisão terminativa, após análise dos seguintes exames a serem realizados pelo candidato convocado:

x)Resultado de Laudo Médico Pericial, emitido por médico credenciado junto à **prefeitura municipal de Juscimeira/MT,** juntamente com os seguintes exames: **Para todos os cargos,** Hemograma completo, Eletrocardiograma, Plaquetas, Velocidade de hemossedimentação (VHS), Creatinina, Glicemia de jejum, Gama glutamiltransferase (GAMA GT), Tempo de tromboplastina total e Parcial ativado (TTPA), EAS, Raio-X do Tórax)

Fica ciente que o não comparecimento do convocado até a data indicada, a falta de comprovação de qualquer dos requisitos para investidura ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo Concurso Público e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, nos termos do Edital.

Juscimeira/MT, 11 de Janeiro de 2017.

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

Cargo: ADI - AUXILIAR DESENVOLVIMENTO INFANTIL - CEI ENEDINA M. BARBOSA			
Candidato	Inscrição	Colocação	Edital
GISLLENE SOUZA OLIVEIRA	0000420	8º	001/2016
LUCIMARA PAES DIAS	0000840	9º	001/2016
ELIANE DA SILVA COSTA	0000280	10º	001/2016
JACIANE LOPES DA SILVA	0001990	11°	001/2016
EDIVANIA ALVES DOS SANTOS	0000140	12°	001/2016

LEI Nº 1.052-2016

LEI N° 1.052/2016 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI Nº 944/2013 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, PLANO PLURIANUAL – PPA DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA PARA O PERÍODO DE 2014/2017".

VALDECIR LUIZ COLLE, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Faz saber, que a Câmara Municipal aprecie e aprove o seguinte projeto de Lei:

Art. 1º - Esta Lei Altera o Plano Plurianual de Juscimeira/MT, para o período de 2014 a 2017, no cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo 1º, da Constituição Federal, constituído pelos anexos integrantes desta lei, que será executado nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

Art. 2º - A Lei de Diretrizes Orçamentária de cada Exercício Financeiro indicará os programas prioritários a serem incluídos no projeto de Lei Orçamentária.

Art. 3º - Na ocasião da elaboração do projeto de Lei Orçamentária, o Poder Executivo fez alteração no Plano Plurianual com inclusão, exclusão ou alteração de programas, indicadores, resultados esperados, projetos, metas e montante de investimentos autorizado pelo Poder Legislativo.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, em 26 de Dezembro de 2016.

VALDECIR LUIZ COLLE

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 007/2017- AJUSTE SALARIAL

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AJUSTE DE SALÁRIO A PARTIR DE 01 DE JANEIRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE**, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei e,

- Considerando o Art. 49, da Lei Municipal 761/2011, de 29 de março de 2011, o cálculo do subsídio correspondente a cada classe e nível da estrutura da carreira dos Profissionais da Educação Básica obedecerá às tabelas anexas.

Art. 1° - Fica ajustado de acordo com a Lei Municipal 761/2011 que dispõe sobre o plano de cargos, carreira e remuneração e estatuto dos profissionais da educação pública do município de Marcelândia - MT, a tabela de vencimentos do Apoio Administrativo Educacional, técnico em desenvolvimento infantil – profissionalizado - 40 horas semanais, em 20% da base do salário mínimo vigente, conforme tabela abaixo:

Base 20% salário mínimo vigente R$ 937,00

		A
Classe	**Coeficiente**	**1**
Nível		**Subsidio**
1	**1,00**	1.124,40
2	**1,04**	1.169,38
3	**1,09**	1.225,60
4	**1,14**	1.281,82
5	**1,19**	1.338,04
6	**1,25**	1.405,50
7	**1,32**	1.484,21
8	**1,41**	1.585,40
9	**1,50**	1.686,60
10	**1,53**	1.720,33
11	**1,56**	1.754,06
12	**1,59**	1.787,80

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal, em Marcelândia – MT, 10 de janeiro de 2017.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA DE MATUPÁ/RECURSOS HUMANOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016

A Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Matupá – MT, através da Nomeação da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2016, da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, nomeada pelo Decreto nº. 2336 de 25 de Novembro de 2016;

Considerando a apresentação do **GABARITO PRÉVIOno dia 11 de Janeiro de 2017.**

RESOLVE:

I – Acrescentar no Gabarito Prévio o seguinte Cargo:

MANUTENÇÃO E LIMPEZA		
LÍNGUA PORTUGUESA	CONHECIMENTOS GERAIS	CONHECIMENTO ESPECÍFICO
1. B 2. A 3. A 4. D 5. C 6. B 7. B 8. A 9. D 10. A	11. A 12. C 13. B 14. B 15. D 16. B 17. C 18. C 19. A 20. B	21. D 22. A 23. C 24. D 25. B 26. B 27. C 28. D 29. C 30. D

Matupá – MT, 12 de janeiro de 2017.

Cleusa Marisa Mosquer Dutel

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 100/2014

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: J N CABRAL & CIA LTDA – ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE INTERNET VIA RÁDIO URBANA E RURAL, CONFORME DESCRIÇÃO ESPECIFICADA NO ANEXO I DESTE EDITAL" de acordo com o Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 082/2014 do respectivo Pregão Presencial nº 054/2014**.**

Onde se Lê:

Dotação Orçamentária:

Código Geral: 07.070.0.6.12.361.0013.2017 – Manutenção das Escolas Municipais Salário Educação – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - Fonte e destinação de Recursos – 0115000000 - R$ 8.184,00

Código Geral: 07.070.5.27.812.0012.2012 – Manutenção do Departamento de Esportes – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - Fonte e destinação de Recursos – 0100000000 - R$ 1.320,00 Código Geral: 07.070.0.1.12.364.0013.2021 – Apoio Manutenção do Ensino Superior – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - Fonte e destinação de Recursos – 0100000000 - R$ 1.320,00

Código Geral: 08.080.0.2.10.301.0017.2031 – Manutenção das USFs e Programa de Saúde Rural – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - Fonte e destinação de Recursos – 0102000000 - R$ 924,00

Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0033.2059 – Manutenção do Programa IGD – PBF – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - R$ 2.244,00 - Fonte e destinação de Recursos - 0129000000

Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0028.2054 – Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica – R$ 2.244,00 Fonte e destinação de Recursos - 0100000000

Código Geral: 13.130.0.1.13.392.0041.2067 – Manutenção da Biblioteca, Banda, Videoteca e Secretaria de Cultura – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - Fonte e destinação de Recursos - 0100000000R$ 2.244,00

Código Geral: 13.130.0.1.13.122.0042.2069 – Manutenção das Atividades da Secretaria e Departamentos – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - Fonte e destinação de Recursos - 0100000000R$ 924,00

Leia–se:

Cláusula Oitava – Dotação Orçamentária

Código Geral: 07.070.0.6.12.361.0013.2017 – Manutenção das Escolas Municipais Salário Educação – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - Fonte e destinação de Recursos – 0115000000 - R$ 5.940,00

Código Geral: 07.070.0.6.12.365.0013.2082 – Manutenção das Escolas Municipais Salário Educação Ens. Infantil – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - Fonte e destinação de Recursos – 0115049000 - R$ 2.244,00

Código Geral: 07.070.5.27.812.0012.2012 – Manutenção do Departamento de Esportes – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - Fonte e destinação de Recursos – 0100000000 - R$ 1.320,00

Código Geral: 07.070.0.1.12.364.0013.2021 – Apoio Manutenção do Ensino Superior – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - Fonte e destinação de Recursos – 0100000000 - R$ 1.320,00

Código Geral: 08.080.0.2.10.301.0017.2031 – Manutenção das USFs e Programa de Saúde Rural – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - Fonte e destinação de Recursos – 0102000000 - R$ 924,00

Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0033.2059 – Manutenção do Programa IGD – PBF – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - Fonte e destinação de Recursos – 0129000000 - R$ 2.244,00

Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0028.2054 – Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica –Fonte e destinação de Recursos – 0100000000 - R$ 2.244,00

Código Geral: 13.130.0.1.13.392.0041.2067 – Manutenção da Biblioteca, Banda, Videoteca e Secretaria de Cultura – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - Fonte e destinação de Recursos – 0100000000 - R$ 2.244,00

Código Geral: 13.130.0.1.13.122.0042.2069 – Manutenção das Atividades da Secretaria e Departamentos – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - Fonte e destinação de Recursos – 0100000000 -R$ 924,00

PREFEITURA DE MATUPÁ/RECURSOS HUMANOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2016

DECLARAÇÃO

A COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2016, através da ***Nomeação da Comissão Organizadora e Elaboração do*Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2016*, da Prefeitura Municipal de Matupá - MT,*** nomeada pelo Decreto nº 2336, de 25 de Novembro de 2016**.**

Declara para os devidos fins que se fizer necessário que não houve interposição de recursos contra o Ato de Homologação das Inscrições.

Por ser verdade, assino e dou fé.

Matupá – MT 11 de Janeiro de 2017.

Cleusa Marisa Mosquer Dutel

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão n° 001/2017 - SERVIÇO AUT. DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D OESTE – SAEMI.

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO N°**001/2017** "registro de preços" **Tipo de Licitação**: Menor Preço item. MODALIDADE: "REGISTRO DE PREÇOS" **OBJETO**: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS E ÓLEO HIDRÁULICO. No dia 23/01/2017 ate as 09:00** HORAS (HORÁRIO DE MATO GROSSO). **LOCAL AUDIENCIA PÚBLICA**: NA SALA DE LICITAÇÕES NA SEDE DO SAEMI. **SOLICITAÇÃO DO EDITAL**: saemi_mirassol@hotmail.com. **INFORMAÇÕES:** DEPART. ADM DO SAEMI, sito á Rua Ricardo Druzian Galo, n° 161, Bairro: Mirassol II, FONE: (65) 3241-2178. **PREGOEIRA**: **GLEICY MARTINEZ OCHIUTO**. Portaria 002/2017. **VALTER CESAR COUTINHO – DIRETOR DO SAEMI – Mirassol D' Oeste - MT, 11 de Janeiro de 2017.**

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº 002/2017–SAEMI MIRASSOL DOESTE – MT, 10 DE JANEIRO DE 2017

NOMEIA O PREGOEIRO E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO DE PREGÃO DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D` OESTE PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E REVOGA A ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Diretor Geral do SAEMI – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D`Oeste, Estado de Mato Grosso, Sr. **VALTER CESAR COUTINHO**, no uso e gozo de suas legais atribuições e considerando o disposto na Lei Federal nº 10520/2002 e Decreto nº 5.450/2005, e alterações posteriores, resolve baixar a seguinte:

PORTARIA

Artigo 1º - Nomear, nesta data, como Pregoeiro e como membros da equipe de apoio, para julgar e conduzir os Processos Licitatórios na modalidade de Pregão do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D`Oeste, os funcionários efetivos, abaixo relacionados:

Pregoeira: **GLEICY MARTINEZ OCHIUTO**

Membros da Equipe de Apoio:

JOEL NASCIMENTO SALVATERRA KERLEY CRISTINA AMARAL FERREIRA

Artigo 2º - Ficam nomeados como suplente pregoeiro **ANA PAULA BELISARIO DO NASCIMENTO** – Atendente recepcionista. Suplentes da Equipe de Apoio: **LUCINÉIA DIAS DOS SANTOS** atendente, **GESIANE SILVEIRA ALVES** atendente.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-se em especial a **portaria 006/2016, de 25 de Abril de 2016**, considerando a renovação da comissão de pregão desta autarquia e demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Diretor do SAEMI, Mirassol D`Oeste – MT, aos 10 (dez) dias do mês de Janeiro do ano de 2017.

VALTER CESAR COUTINHO

DIRETOR GERAL - SAEMI

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
REGIMENTO INTERNO

RESOLUÇÃO Nº 002 DE 21 DE DEZEMBRO 2009. DISPÕE SOBRE O NOVO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, fundamentada no Artigo 471 Capítulo II do Regimento Interno desta Casa de Leis;

FAZ SABER, que o Plenário das deliberações da Câmara Municipal, **DECRETOU** e **ELA PROMULGA** a seguinte **RESOLUÇÃO:**

LIVRO I

DA ESTRUTURA

TÍTULO I

DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. A Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste é o Poder Legislativo do Município, composto de Vereadores eleitos na forma de legislação federal, com sede na Rua Juscelino Kubitschek, nº 3.226, Bairro Centro.

Art. 2º. A Câmara Municipal tem funções institucional, legislativa, fiscalizadora, julgadora, administrativa, integrativa e, de assessoramento que, serão exercidas com independência e harmonia em relação ao Poder Executivo Municipal.

§1º A função institucional é exercida pelo ato de posse dos vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, da extinção de seus mandatos, da convocação de suplentes e da comunicação à Justiça Eleitoral de vagas a serem preenchidas.

§2º A função legislativa é exercida no processo legislativo por meio de emendas à Lei Orgânica, leis complementares, leis ordinárias, resoluções e decretos legislativos sobre matérias da competência do Município, respeitadas as de competência privativa da União e do Estado.

§3º A função fiscalizadora é exercida por meio de requerimentos sobre fatos sujeitos à fiscalização da Câmara e pelo controle externo da execução orçamentária do Município, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§4º A função julgadora é exercida pela apreciação do parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas, sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar e, pelo julgamento do Prefeito pela prática de infração político-administrativa e dos vereadores pela prática de infração ético-parlamentar.

§5º A função administrativa é restrita à sua organização interna, ao seu pessoal e aos seus serviços auxiliares.

§6º A função integrativa é exercida pela cooperação das associações representativas na elaboração das leis municipais.

§7º A função de assessoramento é exercida por meio de indicações, sugerindo medidas de interesse público ao Executivo.

Art. 3º. As Sessões serão realizadas na sede da Câmara Municipal nos dias e horas previstos neste Regimento Interno.

§1º Comprovada a impossibilidade de acesso ao recinto do Plenário ou causa que impeça a sua utilização, as sessões poderão ser realizadas em outro local, por deliberação da maioria absoluta dos membros da Câmara.

§2º Durante a realização das sessões é vedado fumar no recinto do Plenário.

§3º As sessões solenes poderão ser realizadas fora da sede da Câmara.

§4º Quaisquer autoridades ou pessoas, somente serão admitidas no recinto reservado aos Vereadores, quando expressamente convidadas pela Mesa.

§5º As autoridades convidadas para as sessões, deverão se apresentar vestidas em traje passeio completo.

Art. 4º. Cada legislatura terá duração de quatro anos.

Art. 5º. A Câmara Municipal reunir-se-á, anualmente, de 02 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro de cada ano, quando se encerrará a sessão legislativa.

§1º Entende-se por sessão legislativa, o conjunto dos dois períodos de funcionamento, referidos neste artigo.

§2º As Sessões Ordinárias realizar-se-ão todas as segundas-feiras, às 20 horas e, quando caírem em feriados serão transferidas para o primeiro dia útil subseqüente.

§3º A Sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.

§4º Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, o funcionamento da Câmara, fora dos períodos referidos no "caput" deste artigo, será considerado extraordinário.

CAPÍTULO II

DAS SESSÕES PREPARATÓRIAS E DA POSSE

Art. 6º. Às oito horas do dia primeiro de janeiro do primeiro ano de cada legislatura, os Vereadores diplomados reunir-se-ão em sessão preparatória, na sede da Câmara, independentemente de convocação e quorum, para a solenidade de posse.

Art. 7º. Assumirá a direção dos trabalhos o Vereador mais votado dentre os presentes e, na falta deste, a Presidência será ocupada pelo Vereador mais idoso na nova Legislatura, ou ainda, declinando este da prerrogativa pelo mais idoso dentre os presentes que aceitarem o encargo.

Art. 8º. Declarando aberta a sessão, o Presidente convidará um de seus pares, para secretariar os trabalhos.

Art. 9º. Constituída a Mesa Provisória, procederá o Presidente o recolhimento dos diplomas e das declarações de bens e, em seguida, a tomada do compromisso legal dos Vereadores.

Art. 10. O Presidente proferirá em postura solene, com a mão direita espalmada sobre as Constituições, Federal e Estadual, e a Lei Orgânica Municipal, o seguinte compromisso: **"Prometo manter, defender e cumprir as Constituições: Federal e Estadual, a Lei Orgânica do Município, observar as Leis, promover o bem geral, a integridade e o desenvolvimento do Município".** Ato contínuo feita a chamada pelo 1º Secretário, cada Vereador, com o mesmo gesto solene declarará: **"Assim o prometo"**.

§1º O Presidente colherá as assinaturas dos vereadores no termo de posse e a seguir proclamará: **"Em nome do povo, que esta Augusta Casa de Leis representa e no uso das prerrogativas constitucionais, declaro empossados suas Excelências, os Senhores ...",** declinando o nome de cada vereador empossado.

§2º O mesmo compromisso será prestado, em sessão ou junto à Mesa Diretora da Câmara, pelos Vereadores que se empossarem posteriormente.

§3º O Suplente de Vereador que haja prestado o compromisso uma vez é dispensado de fazê-lo novamente em convocação subseqüente, da mesma forma proceder-se-á em relação a declarações de bens.

§4º O Vereador que se encontrar em situação incompatível com exercício do mandato não poderá empossar-se sem prévia comprovação de desincompatibilização, no prazo de quinze dias contados da sessão de posse.

§5º Na hipótese da posse não se verificar na data prevista no art. 6º, deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias, salvo motivo de força maior aceito pela maioria dos membros da Câmara.

§6° Decorrido o prazo para a posse sem uma justificativa do eleito à Câmara, entender-se-á pela renúncia tácita ao mandado.

Art. 11. Estando devidamente empossado os Senhores Vereadores, o Presidente declarará instalada a Legislatura, procedendo-se em seguida a posse do Prefeito e Vice-Prefeito de acordo com o art. **225 á 232** deste Regimento.

Art. 12. Após a posse do Prefeito e Vice-Prefeito, o Presidente atenderá as solicitações firmadas no inciso IX do art. 150 deste Regimento, e logo após, encerrará a sessão solene convocando outra, em caráter extraordinário, para o dia seguinte, especificamente para a eleição da Mesa Diretora.

TÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DA COMPOSIÇÃO E DA ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA

Seção I

Da Composição da Mesa

Art. 13. A Mesa Diretora da Câmara compõe-se dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário.

Seção II

Da Eleição da Mesa

Art. 14. Nos termos do art. 47 da Lei Orgânica, os Vereadores empossados reunir-se-ão, presididos na forma estatuída nos arts. 7° e 8° deste Regimento, para eleição da Mesa Diretora para o primeiro biênio.

Parágrafo único. Não havendo número legal o Presidente convocará sessões diárias até que seja eleita a Mesa Diretora.

Art. 15. Para eleição da Mesa Diretora, será utilizado o sistema de chapas, apresentadas anteriormente pelos candidatos, em requerimento escrito ao Presidente dos Trabalhos, contendo o nome, pela ordem dos cargos e assinaturas dos candidatos que comporão as respectivas chapas.

§1º A eleição será realizada por escrutínio secreto, presente a maioria absoluta dos Vereadores da Câmara.

§2º Através da chamada oral e nominal dos Vereadores, feita pelo Presidente em ordem alfabética, proceder-se-á ao processo de votação.

§3º A votação será feita mediante cédulas impressas com a indicação dos candidatos e respectivos cargos.

§4º Se nenhuma chapa obtiver maioria de votos, proceder-se-á imediatamente nova votação nominal, na qual considerar-se-á vencedora a chapa mais votada, e no caso de persistência no empate, dar-se-á como vencedora, a chapa que possuir o candidato a Presidente mais votada na eleição municipal.

§5º Os vereadores eleitos para a mesa, serão empossados pelo Presidente provisório, mediante termo lavrado pelo Secretário provisório, na sessão em que se realizar a eleição e entrarão imediatamente em exercício.

Art. 16. O procedimento de eleição da Mesa Diretora, far-se-á com obediência às seguintes exigências:

I– verificação do quorum exigido no § 1° do art. 15;

II – leitura dos requerimentos de registro de chapa;

III – a Mesa rubricará as cédulas, na presença dos demais vereadores;

IV– chamada oral dos Vereadores por ordem alfabética, que deverão assinar a folha de votação e depositar a cédula na urna, à vista do Plenário;

V– terminado o trabalho de votação o Presidente convocará dois Vereadores, de partidos diferentes para auxiliar a Mesa nos trabalhos de apuração;

VI– o Presidente, à vista dos representantes das bancadas junto à Mesa, retirará as cédulas da urna, fará a contagem das mesmas e, verificada a

coincidência do seu número com o número de votantes, cientificará o fato ao Plenário, após abrirá as cédulas;

VII – será efetuada a leitura dos votos em voz alta, por um escrutinador e sua anotação pelo outro, à medida que apurados;

VIII – invalidar-se-á a cédula com efeito duvidoso, nos termos do §4° deste artigo;

IX- o Presidente comunicará o total dos votos apurados por cada chapa, dos votos nulos, brancos e da abstenção;

X – proclamação dos eleitos;

XI - posse dos eleitos

§1º Será de dois anos o mandato dos membros da Mesa, proibida a reeleição para o mesmo cargo.

§2º Não poderá ser votado o vereador que não estiver presente à sessão.

§3º Considera-se efeito duvidoso qualquer rasura na cédula de votação que implique em dúvida quanto à intenção de voto.

§4° É nula de pleno direito a cédula de votação que contiver qualquer escrito ou razura que identifique o autor do voto.

CAPÍTULO II

DA INSTALAÇÃO, DA PRORROGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO DE SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA

Seção I

Da instalação da Sessão Legislativa

Art. 17. No dia 02 de fevereiro a Câmara reunir-se-á, independentemente de convocação, às 8:00 horas, em sessão solene, para instalação da Sessão Legislativa anual, que se encerrará em 22 de dezembro.

Parágrafo único. A sessão terá aspecto festivo com a presença de convidados especiais e a apresentação da mensagem do Prefeito Municipal.

Art. 18. Se o próprio Prefeito for proceder a leitura de sua mensagem, será comunicado à Mesa, que destacará uma comissão de dois Vereadores, nomeados pelo Presidente, que o receberá e o conduzirá ao recinto.

§1º Conduzido ao recinto do Plenário, o Prefeito tomará assento a direita do Presidente da Câmara.

§2º Constituída a Mesa, nos moldes protocolares, o Presidente proferirá a alocução oficial ao término da qual proclamará: **Está instalada a ....** *(numeração da respectiva sessão na forma ordinal)* **Sessão Legislativa da .. .. ..** *(idem)* **Legislatura da Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste.**

§3º Em seguida, dada a palavra ao Prefeito, procederá este a leitura da mensagem.

Art. 19. Não sendo a mensagem trazida pelo próprio Prefeito, aplica-se o disposto no artigo anterior com o representante do Poder Executivo encarregado de proceder a sua leitura.

Art. 20. Quando a mensagem for enviada por ofício, o Presidente fará proceder a sua leitura pelo 1º Secretário.

Art. 21. Em seguida conceder-se-á aos vereadores, a palavra pelo protocolo, a ser usada com vista ao acontecimento da instalação dos trabalhos Legislativos, conforme artigo 156, IX deste Regimento.

Art. 22. Cessadas as manifestações, o Presidente adotará as seguintes providências:

I- recolherá as indicações das bancadas para as respectivas lideranças, comunicando em seguida, os nomes dos Líderes;

II - solicitará aos Líderes a indicação dos nomes dos Vereadores para integrarem as Comissões Permanentes, observada a proporcionalidade na composição partidária;

III - encerrará a sessão.

Seção II

Da prorrogação da Sessão Legislativa

Art. 23. A Sessão Legislativa não será interrompida sem aprovação do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento anual.

Art. 24. A sessão Legislativa Ordinária poderá ser prorrogada mediante prosposta de um terço dos membros da Câmara Municipal.

§1° A prosposta formulada em termos de requerimento e lida na mesma sessão em que for apresentada será incluída em caráter preferencial na ordem do dia para deliberação do Plenário.

§2º O requerimento da prorrogação não sofrerá discussão.

Art. 25. Nas sessões ordinárias do período prorrogado observar-se-á o rito das sessões do período comum.

§1º A Câmara poderá, no ato da prorrogação, limitar o objeto das sessões, destinando-se exclusivamente à apreciação de matérias determinadas.

§2º Na hipótese do parágrafo anterior, a sessão destinar-se-á a ordem do dia .

Seção III

Da convocação da Sessão Legislativa extraordinária

Art. 26. A sessão Legislativa extraordinária será convocada pelo Presidente da Câmara, em caso de estado de:

I- calamidade;

II - de intervenção;

III - para compromisso e posse de Prefeito e Vice-Prefeito; ou

IV - em caso de urgência ou interesse público relevante, em que possa incorrer graves prejuízos ao Município.

§1º Do ato convocatório que será afixado em órgãos públicos, constarão necessariamente o objeto da convocação e o período pretendido de funcionamento.

§2º A comunicação aos vereadores deverá ser pessoal e por escrito, respeitando o prazo estipulado para convocações.

Art. 27. Aplicam-se às sessões do período Legislativo extraordinário as mesmas normas das sessões ordinárias, com as seguintes alterações:

I - Nenhuma nova matéria poderá ser proposta, sem que haja relação com o objeto da convocação;

II - As sessões extraordinárias terão duração de quatro horas, não havendo palavra livre e nem explicação pessoal, sendo todo o tempo destinado à ordem do dia;

Art. 28. O período de funcionamento da Sessão Legislativa extraordinária, poderá ser prorrogado na conformidade do disposto para a prorrogação do período ordinário, nos termos do art. 24 deste Regimento.

CAPÍTULO III

DA RENOVAÇÃO DA MESA

Seção I

Da Renovação da Mesa

Art. 29. A eleição dos membros da Mesa Diretora para o segundo biênio, dar-se-á na última sessão ordinária da segunda Sessão Legislativa, considerando-se automaticamente empossados, os eleitos, em 1° de janeiro do ano subsequente.

Parágrafo único. A Sessão de que trata o caput, reserva-se, exclusivamente, para eleição da nova Mesa Diretora.

Art. 30. O procedimento da eleição obecederá rigorosamente o disposto nos artigos 15 e 16 deste Regimento.

Art. 31. Eleita a nova Mesa Diretora, nos termos dos artigos precedentes, o Presidente encerrará a Sessão Legislativa, anunciando a sua reabertura com as formalidades de praxe em 2 de Fevereiro do ano subsequente.

Art. 32. O Suplente de Vereador convocado somente poderá ser eleito para o cargo da Mesa quando não seja possível preenchê-lo de outro modo, a menos que o Vereador titular esteja impedido de reassumir o mandato.

§1º Na renúncia ou impedimento de qualquer membro titular da Mesa, assumirá o membro substituto imediato.

§2º Na renúncia ou impedimento dos imediatos em exercício far-se-á nova eleição para todos os cargos vagos.

§3º Quando o vereador titular reassumir, será feita nova eleição para o cargo da Mesa que estiver ocupado pelo Suplente, para mandato coincidente com os demais.

Art. 33. Considerar-se-á vago qualquer cargo da Mesa quando:

I – extinguir-se o mandato político do respectivo ocupante, ou se este o perder;

II – licenciar-se o membro da Mesa do mandato de Vereador, por prazo superior a cento e vinte dias, salvo por motivo de doença comprovada;

III – houver renúncia do cargo da Mesa pelo seu titular;

IV – for o Vereador destituído da Mesa por decisão do Plenário.

Art. 34. A renúncia do vereador ao cargo que ocupa na Mesa será feita mediante comunicação escrita e será tida como efetivada mediante a simples leitura em Plenário.

Art. 35. A destituição do membro da Mesa ocorrerá quando houver comportamento comprovadamente desidioso, ou ineficiente ou ainda quando tenha se prevalecido do cargo para fins ilícitos dependendo de representação formalizada por qualquer Vereador acolhida por deliberação do Plenário, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

Parágrafo único. O procedimento no caso de destituição será o previsto no art. 38 deste Regimento.

Art. 36. Para o preenchimento do cargo vago na Mesa, haverá eleição suplementar na primeira sessão ordinária seguinte àquela na qual se verificar a vaga.

Seção II

Do processo de destituição

Art. 37. Sempre que qualquer Vereador propuser a destituição de membro da Mesa, o Plenário, conhecendo da representação deliberará, preliminarmente, em face da prova documental, oferecida por antecipação pelo representante, sobre o processamento da matéria.

§1º Caso o Plenário se manifeste pelo processamento da representação, esta será autuada pelo 1º Secretário ou pelo Presidente ou, seus substitutos legais, se forem os denunciados, determinará a notificação do acusado para oferecer defesa no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sendo-lhe enviada cópia da peça acusatória e dos documentos que a tenham instruído.

§2º Se houver defesa, anexada a mesma com os documentos que a acompanharem aos autos, o Presidente mandará notificar o representante para confirmar a representação ou retirá-la, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§3º Se não houver defesa, ou, se havendo, o representante confirmar a acusação será sorteado relator para o processo e convocar-se-á sessão extraordinária para a apreciação da matéria, na qual serão inquiridas as testemunhas de acusação e de defesa, até o máximo de 3 (três), para cada lado.

§4º Não poderá funcionar como relator, membro da Mesa.

§5º Na sessão, o relator, que se servirá de funcionário efetivo da Câmara para coadjuvá-lo, inquirirá as testemunhas perante o Plenário, podendo qualquer Vereador formular perguntas do que se lavrará assentada.

§6º Finda a inquisição, o Presidente da Câmara concederá 30 (trinta) minutos para se manifestarem individualmente o representante, o acusado e o relator seguindo-se a votação da matéria pelo Plenário.

§7º Se o Plenário decidir por 2/3 (dois terços) de votos dos Vereadores, pela destituição, será elaborado projeto de resolução pelo Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, e o Presidente da Câmara declarará destituído o membro da Mesa.

CAPÍTULO IV

DA MESA DIRETORA

Seção I

Disposições preliminares

Art. 38. O Presidente da Mesa não poderá fazer parte de qualquer Comissão Permanente ou Temporária.

Parágrafo único. O Vice-Presidente ficará impedido de nelas funcionar no curso do exercício da Presidência, nos casos de impedimento, licença ou ausência do Presidente.

Art. 39. É defeso ao membro da Mesa falar de sua cadeira sobre assunto alheio às incumbências do cargo, sempre que pretender propor ou discutir matéria ou participar de debates, o membro da Mesa deixará o assento que nela ocupar, utilizando-se da Tribuna.

Seção II

Da Competência Privativa da Mesa

Art. 40. A Mesa Diretora é órgão de direção dos trabalhos legislativos e administrativos da Câmara.

Art. 41. A Mesa Diretora compete privativamente, além de outras atribuições consignadas neste Regimento ou implicitamente resultantes da supervisão dos trabalhos Legislativos e Administrativos da Câmara, especialmente:

I – Sob a orientação do Presidente, dirigir os trabalhos em Plenário;

II – Propor Projetos de Lei que criem ou extingam cargos dos serviços da Câmara e fixem os respectivos vecimentos;

III– Propor Projetos de Lei dispondo sobre a abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;

IV - Promulgar a Lei Orgânica e suas alterações;

V - Elaborar a proposta orçamentária da Câmara a ser incluída na proposta orçamentária do Município;

VI – representar junto ao Poder Executivo sobre as necessidades da economia interna;

VII – suplementar mediante ato as dotações do Orçamento da Câmara desde que os recursos para a sua cobertura sejam provenientes de anulação total ou parcial de sua dotação;

VIII – Propor Projetos de Decretos Legislativos dispondo;

a) licença ao Prefeito Municipal;

b) autorização ao Prefeito Municipal, para, por necessidade de serviços ausentar-se do Município por mais de 10 (dez) dias;

c) julgamentos das contas do Prefeito Municipal;

d) dispor sobre fixação e revisão anual, no último ano da Legislatura, até 90 (noventa) dias antes das eleições Municipais, dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores, de acordo com os artigos 42 à 46 da Lei Orgânica do Município;

e) Autorização sobre atos não pertinentes à Lei, conforme artigo 65 da Lei Orgânica do Municipio;

IX – Propor Projetos de Resolução dispondo sobre:

a) licença do vereador;

b) criação de Comissão temporária;

c) regulamentação dos serviços administrativos da Câmara Municipal, observando os preceitos regimentais ;

X– Determinar a abertura de sindicância ou inquérito administrativo;

XI – Convocar e homologar concurso para provimento de cargo do quadro da secretaria da Câmara, bem como designar a banca examinadora respectiva;

XII – Comunicar ao Plenário, mensalmente, a disponibilidade dos balancetes do movimento financeiro para analise dos vereadores;

§1º Todas as providências necessárias à eficácia e regularidade dos trabalhos Legislativos e Administrativos, far-se-ão através do Presidente, durante as sessões legislativas e nos seus interregnos;

§2º Nenhuma proposição que modifique os serviços da secretaria da Câmara ou as condições do seu pessoal poderá ser submetida a deliberação do Plenário sem parecer da Mesa, que terá o prazo improrrogável de 05 (cinco) dias.

§3º Subentendem-se favoráveis os pareceres a que aludem o parágrafo anterior, quando o Projeto for de autoria da Mesa.

Art. 42. Os membros da Mesa, sempre que necessário, reunir-se-ão a fim de deliberar, por maioria de votos, sobre a matéria de sua competência.

Seção III

Da Competência Específica dos Membros da Mesa

Art. 43. O Presidente da Câmara é a mais alta autoridade da Mesa, dirigindo o Plenário bem como a todos os serviços auxiliares do Legislativo, em conformidade com as atribuições que lhe conferem este Regimento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
RESCISAO

EXTRATO DE RESCISÃO

1.1 Rescisão Unilateral do Contrato nº 32/2016 – do processo licitatório do processo licitatório n° 39/2016, Tomada de Preço n° 013/2016, referente à ***Contratação de Medico Veterinário para Prestação de Serviços de Inspeção Municipal e Demais Serviços Pertinentes a Área no município de Nobres – MT, para atender a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.*** Contratado: **ADELIAN BARBOSA NONATO**, inscrito no CPF/MF n° 040.631.351-28. Data: 01 de Junho de 2016. Fundamento Legal: Art. 78, Inciso XVII da Lei 8.666/1993. Assina: Leocir Hanel – *Prefeito* Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

EXTRATO CONTRATO DE PRESTACAO DE SERVIÇO Nº 002/2017

EXTRATO CONTRATO DE PRESTACAO DE SERVIÇO Nº 002/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO VOLANTE PREVENTIVA E EMERGENCIAL EXCLUSIVA DOS VEÍCULOS, ÔNIBUS E MICRO ÔNIBUS PRÓPRIOS DO TRANSPORTE ESCOLAR, CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT QUE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA *PEDRO JOSE DA COSTA*, AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2017 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO OBJETO

.Constitui objeto principal do presente instrumento a Contratação de empresa para realização de serviço de Manutenção VOLANTE PREVENTIVA E EMERGENCIAL EXCLUSIVA dos veículos, ônibus e micro ônibus PRÓPRIOS do Transporte Escolar, caminhões e máquinas pesadas da frota da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT

DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá sua vigência de 04 (meses) a partir da sua assinatura.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas realizadas para as aquisições correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias 2017:

Secretaria	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Cód. Red. / Fonte	Valor (R$)
Obras	2276 – Manut de Frota de Máquinas e Veículos	33.90.39.00 – outros serv. de terc. Pessoa jurídica	080020/100	R$ 30.000,00
VALOR TOTAL (R$)	**R$ 30.000,00**			

Nossa Senhora do Livramento/MT, 11 de Janeiro de 2017

Contratante:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

Contratada

Empresa **Pedro Jose da Costa -98788736172**

CNPJ n.º **17.371.175/0001-08**

Representada pelo Sr. **Pedro Jose da Costa**

RG: 1372762-1 e CPF: 987.887.361-72

2º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 094/2016

2º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 094/2016 PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE PONTES DE MADEIRA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA CAMPOS E BUENO DE ALMEIDA LTDA – EPP CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL Nº.107/2016, COM A DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE NO PROCESSO Nº 2007/2016, AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo com as motivações administrativas constantes na justificativa apresentada pelo setor de engenharia a Administração Pública Municipal no processo Administrativo nº 2146/2016 partes decidem celebrar este termo aditivo de prazo ao contrato nº 094/2016 referente a **Contratação Emergencial de empresa especializada em execução de serviços de Construção de ponte de madeira de forma emergencial sobre o Córrego Lava Cavalo – PA Estrela do Oriente – Extensão de 13,00 metro e Largura de 5,00 metros – Coordenadas UTM 21L0546682,10 – 8256055,98.**

VIGENCIA DO PRAZO

A vigência deste termo aditivo de prazo será fixado pelo período de 20 (vinte) dias.

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo na Lei 8.666/93 e Parecer Jurídico nº 413/2016

DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 094/2016.

DO FORO

51 Fica eleito o foro da Comarca de Várzea Grande -MT, como o local competente para dirimir as questões oriundas do presente Instrumento, bem como para propor qualquer medida judicial dele decorrente, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estar justo e acordado, assinam o referido Aditivo em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, de tudo cientes, para que produzam efeitos legais e de direito.

Nossa Senhora do Livramento-MT. 26 de Dezembro 2016.

CONTRATANTE:

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

CONTRATADA:

EMPRESA CAMPOS E BUENO DE ALMEIDA LTDA – EPP,

CNPJ/MF sob o nº 06.943.269/0001-98

Representado neste ato pelo **Srº**, Ostacio Bueno de Almeida

RG nº 0798548-7 SJSP/MT E CPF/MF sob o nº. 531.555.561-53

3º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 113/2014

3º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO **Nº 113/2014** DE SERVIÇO DE CONSULTORIA, ASSESSORIA, CAPACITAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO GOVERNAMENTAL, **ENTRE** SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA **TRAVESSIA DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL LTDA CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11036/2014, MODALIDADE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2014** AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas constantes no Processo Administrativo n. 031/2017 de aditivação de conforme a Lei 8666/93 decide celebrar este termo aditivo referente à contratação de empresa a prestação em serviço de Consultoria, Assessoria, Capacitação, Planejamento e Gestão Governamental, com experiência comprovada na área pública como propósito de nortear o crescimento e avanços da gestão e bem como qualificar tecnicamente os recursos humanos da administração municipal, quando assim solicitados pela Administração.

Não haverá alteração de Valor.

DA VIGÊNCIA

O presente termo aditivo de prazo Contrato terá sua vigência de 03 (três) meses a partir do termino da vigência do segundo termo aditivo de prazo.

FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente aditivo na Lei 8.666/93 e parecer jurídico nº 003/2017.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam re-ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 113/2014 em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 09 de Janeiro 2017.

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

EMPRESA **TRAVESSIA DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL LTDA**

CNPJ/MF sob o nº 03.451.104/0001-00

Representada neste ato pela Senhora Elizabete de Queiroz

RG: 100281 SSP/MT e CPF/MF sob nº 181.210.801-00

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2017. PROCESSO: 41/2017.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2017.

Processo: 41/2017.

Assunto: - Contratação de empresa especializada em execução de serviços de Reforma de ponte de madeira de forma emergencial sobre o Córrego Brumado – Extensão de 8,00 metros e Largura de 4,00 metros – Coordenadas UTM 21L554949,61E – 8252677,19S, conforme planilha orçamentária anexa a este Termo.

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO para a **Contratação de empresa especializada em execução de serviços de Reforma de ponte de madeira de forma emergencial sobre o Córrego Brumado – Extensão de 8,00 metros e Largura de 4,00 metros – Coordenadas UTM 21L554949,61E – 8252677,19S, conforme planilha orçamentária anexa a este Termo", C**onforme exigências e especificações constantes neste termo de referencia nº**. 001/2017**, Empresa**: Empresa CONSTRUTORA NATIVA LTDA - CNPJ: 22.198.066/0001-70**, no valor total contratado de **R$ 52.892,32 (cinqüenta e dois mil oitocentos e noventa e dois reais e trinta e dois centavos).**

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa, Projeto/Atividade, Natureza da Despesa, Fonte e Valor.						
Programa	**Origem do Recurso**	**Projeto/Atividade**	**Natureza Despesa**	**Fonte**	**Cod. Red.**	**Valor (R$)**
2278	PRÓPRIO	Recup. E Manut. E Const. De estradas vicinais	33.90.39.00	100	080034	**R$ 52. 892,32**
VALOR TOTAL ESTIMADO (R$)	**R$ 52.892,32**					

E autorizo o empenho da despesa, no valor de **R$ 52.892,32 (cinqüenta e dois mil oitocentos e noventa e dois reais e trinta e dois centavos),** em favor da **Empresa CONSTRUTORA NATIVA LTDA - CNPJ: 22.198.066/0001-70,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR **nº 001/2017.**

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 11 de janeiro de 2017.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE Nº 008/2017

Termo de Posse nº 008/2017

Cargo de Provimento Efetivo

Aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, foi dado posse ao Sr. **Ricardo Correa Marques – OAB 10622**, para ocupar o cargo de **Advogado Municipal, lotado na Procuradoria Municipal** em virtude de sua aprovação no Concurso Publico Municipal nº 001/2016.

A presente posse se da em conformidade com o Artigo 16, 17, 18, 20 e 21 seguintes, da Lei Complementar nº 006/2004, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso.

Ricardo Correa Marques

Empossado

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2017 PROCESSO: 42/2017

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2017

Processo: 42/2017

Assunto: - Contratação de empresa especializada em execução de serviços de reforma de ponte de madeira de forma emergencial sobre o Córrego Coxos I – LT44- Extensão de 12,50 metros e largura de 4,50 metros – Coordenadas UTM 21L0534098 – 8282836, conforme planilha orçamentária anexa a este termo.

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO para a Contratação de empresa especializada em execução de serviços de reforma de ponte de madeira de forma emergencial sobre o Córrego Coxos I – LT44- Extensão de 12,50 metros e largura de 4,50 metros – Coordenadas UTM 21L0534098 – 8282836, conforme planilha orçamentária anexa a este termo**, C**onforme exigências e especificações constantes neste termo de referencia nº009/2017 Empresa**: CONSTRUTORA NATIVA LTDA CNPJ: 22.198.066/0001-70**, no valor total contratado de **R$ 22.740,44 (**vinte e dois mil setecentos e quarenta reais e quarenta e quatro centavos**).**

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

15-Programa,Projeto/Aividade,Natureza da Despesa, Fonte e valor					
PROGRAMA	**ORIGEM DO RECURSO**	**PROJETO/ATIVIDADE**	**NATUREZA DA DESPESA**	**FONTE/Cod. Red.**	**VALOR**
2278	**PROPRIO**	**Recup. E Manut.e Constução de estradas vicinais**	**33.90.39.00**	**0100**	**R$ 22. 740,44**

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$ **22.740,44 (**vinte e dois mil setecentos e quarenta reais e quarenta e quatro centavos**)**, em favor da Empresa- **CONSTRUTORA NATIVA LTDA CNPJ: 22.198.066/0001-70,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 009/2017

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 11 de janeiro de 2017

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO

A Prefeitura Municipal de NOVA BANDEIRANTES/MT, inscrita no CNPJ sob o nº. 33683822/0001-73, autoriza como de fato autorizado a empresa **SAGA COMERCIO E SERVIÇOS TECNOLOGICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. **05.870.713/0001-20**, Ata de Registro de Preços nº. **037/2016,** a dar inicio aos **SERVIÇOS** objeto do Pregão Presencial nº. 051/2016, Processo Licitatório nº. 071/2016, tudo nos termos da Lei Federal n°. 8.666 de 21/06/93.

Nova Bandeirantes, MT 10 de Novembro de 2016.

_____

Solange Sousa kreidloro

Prefeita Municipal

_____

SAGA COMERCIO E SERVIÇOS TECNOLOGICOS LTDA

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
REPUBLICAR PORTARIA N° 004/2017, DE 01 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA N° 004/2017, DE 01 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia ocupante do cargo em comissão de Secretária Municipal de Economia e Finanças.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no inciso I, do art.61, da Lei Orgânica do Município de Nova Brasilândia, de 05 de abril de 1990 e em consonância com o art. 22 e 23, da Lei n° 002, de 06 de abril de 1993,

RESOLVE

Art.1° Nomear a senhora **JEOLLI CERUTTI AMORIM**, portadora da RG de n° 1375095-0, SSP/MT e do CPF de n° 958.074.201-44, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal de Economia e Finanças.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 01 de janeiro de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2016

PREVBRAS
DECRETO

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA.

CNPJ 15.023.963/0001-88

DECRETO N.º 003/2017

"***Dispõe sobre a nomeação*** d**os membros dos conselhos Curador e Fiscal da Previdência dos Servidores Públicos de Nova Brasilandia- PREVBRAS, e dá outras providências**."

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados como membros do Conselho Curador, para mandato de 02 (dois) anos conforme o cargo para o qual foram nomeados:

Giselle Mendes de Araujo - Presidente – Repres. Executivo

Jeolli Cerutti Amorim – Suplente- Repres. Executivo

Beatriz de Souza Cardoso – Titular – Repres. Educação

Esterlita Marques - Suplente- Repres. Educação

Joana Carlos dos Santos - Suplente – Repres. Inativos

Sebastiana Candida Teixeira – Titular –Repres.Inativos

Rosimeire Silva dos Santos - Suplente- Repres. Legislativo

Sirlei Angelica Costa Lima –Titular- Repres. Legislativo

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA.

CNPJ 15.023.963/0001-88

Art. 2º Ficam nomeados como membros do Conselho Fiscal por mandato de 02(dois) anos, conforme o cargo para o qual foram nomeados:

Edimar Rodrigues da Silva - Presidente- Repres. Saude

Juliana Ritta Souza Bassetto - Suplente- Repres. Saude

Julio Cesar Bonfim Lopes - Titular- Repres. Educação

Maria Dirce Honorato - Suplente-Repres. Inativo

Vilma da Silva Carvalho - Titular-Repres. Inativo

Maria Lopes dos Santos- Suplente-Repres. Inativos

Art 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal, 09 de Janeiro de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

PREVBRAS
RELAÇÃO DE CONTRATOS

ESTADO DE MATO GROSSO

PREVBRAS

PREVIDENCIA DOS SERV. PÚBLICO MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

CNPJ. 02.834.062/0001-80

RELAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS NO EXERCICIO DE 2017

Nº DO CONTRATO	DATA DA ASSINATURA	VIGENCIA	CONTRATADO	OBJETO	Nº E MODALIDADE DA LICITAÇÃO	VALOR R$
001/2017	02/01/2017	03 MESES	STAF SISTEMAS LTDA-EPP	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE SISTEMAS DE CONTABILIDADE PUBLICA		R$4.443,00
002/2017	02/01/2017	03 MESES	AGENDA ASSESSORIA, PLANEJAMENTO	LICENÇA DE USO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO PREVIDENCIARIA		R$2.938,47
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 007/2015	10/01/2017	12 MESES	OSVALDEMI NESTOR DE ARAUJO	SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS NA AREA DE CONTABILIDADE PUBLICA		R$15.000,00

PREVBRAS
DECRETO

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA.

CNPJ 15.023.963/0001-88

DECRETO N.º 004/2017

"***Dispõe sobre a nomeação*** d**os membros do COMITE DE INVESTIMENTOS da Previdência dos Servidores Públicos de Nova Brasilandia- PREVBRAS, e dá outras providências**."

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o art.3 – A da Portaria MPS n 170/2012 de 25 de Abril de 2012;

Considerando a necessidade de instituição do Comitê de Investimentos que visa auxiliar na gestão dos recursos previdenciários do PREVBRAS;

Considerando a necessidade de nomeação dos membros para a composição do Comitê de Investimentos;

DECRETA:

Art. 1º Passa a compor a organização administrativa do PREVBRAS, o conselho de investimentos, com função de auxiliar o processo decisório quanto a execução da política de investimentos dos recursos previdenciários.

Art. 2º Compõe o conselho de investimentos do PREVBRAS a Sra Vera Lucia Alves Pinto – CPF :n 569.116.101.68; a Sra Ana Lucia Do Nascimento Pinto – CPF n 858.157.301.06; e, a Sra Arminda Xavier de Paiva – CPF n 207.112.041.87, sob a presidência do primeiro, para comporem a Comissão a de investimentos dos recursos previdenciários.

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA.

CNPJ 15.023.963/0001-88

Art. 3º Os membros do comitê de investimentos terão mandato de 03(três) anos, podendo ser renovados por igual período.

Art 4º A maioria dos membros do comitê de investimentos deverá ter sido aprovado em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, conforme art. 2 da portaria MPS n 519/2011.

Art 5º O comitê de investimentos se reunirá no mínimo três vezes ao ano, cabendo-lhe especificamente realizar estudos quanto a destinação da aplicação de recursos previdenciários, de forma a auxiliar o conselho de investimentos na execução da politica de investimentos.

Art 6º As decisões referente a destinação da aplicação dos recursos de previdenciários deverão ser registrados em atas e arquivadas junto as demais decisõesemitidas pelo conselho de investimentos.

Parágrafo Único – O membros do comitê de investimentos, nada perceberão pelo desempenho de mandato.

Art 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal, 09 de Janeiro 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE

PORTARIA N.º 004/2017

O Senhor **RUBENS ROBERTO ROSA**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: Nomear o senhor **CLODOALDO ALVES MARANI,** portador do RG nº. 1085712-5 SSP/MT e do CPF nº. 788.981.371-68, exercendo a função de Agente Administrativo Matrícula nº 161, conferindo-lhe poderes para movimentar as contas correntes em nome do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Nova Canaã do Norte – CNPJ: 02.309.619/0001-08, pelo **AUTO-ATENDIMENTO SETOR PÚBLICO**, juntamente comigo **RUBENS ROBERTO ROSA**, Prefeito Municipal, portador do RG nº. 7.116.343-8 SSP/SP e do CPF nº. 955.424.858-04, **NO PERÍODO DE 02/01/2017 A 31/12/2020**, nos seguintes serviços abaixo discriminados:

SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES SUSTAR/ CONTRA-ORDENAR CHEQUES CANCELAR CHEQUES BAIXAR CHEQUES EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECU LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANC SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS,EXCETO INVESTIMENTO SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CRE EMITIR COMPROVANTES EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

RUBENS ROBERTO ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

ROSANGELA ROCHA DOS SANTOS

PORTARIA N.º 017/2017

O Senhor **RUBENS ROBERTO ROSA**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: DESIGNAR, para exercer a função de **"DIRETOR EXECUTIVO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**, do Canaã Previ – Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Nova Canaã do Norte-MT**"** a servidora estatutária **MARIA OZANINA MACHADO DELLATESTA**, portadora do RG de nº 819.797 SSP/MT e CPF de nº 344.651.621.20.

ARTIGO 2º: A servidora responderá pela referida Autarquia sem qualquer adicional, percebendo *unicamente* sua remuneração de Concurso Público.

ARTIGO 3º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

RUBENS ROBERTO ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

ROSANGELA ROCHA DOS SANTOS

PORTARIA N.º 018/2017

O Senhor **RUBENS ROBERTO ROSA**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: DESIGNAR, para "*assinar em conjunto com o Diretor Executivo da Previdência Social, do Canaã Previ – Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Nova Canaã do Norte-MT"* o servidor estatuário **FRANCISCO DA SILVA**, portador do RG de nº 1.716.147 SSP/MT e CPF de nº 270.319.261.49.

ARTIGO 2º: O servidor responderá pela referida Autarquia sem qualquer adicional, percebendo *unicamente* sua remuneração de Concurso Público.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

RUBENS ROBERTO ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

ROSANGELA ROCHA DOS SANTOS

PORTARIA N.º 003/2017

O Senhor **RUBENS ROBERTO ROSA**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: Nomear o senhor **CLODOALDO ALVES MARANI,** portador do RG nº. 1085712-5 SSP/MT e do CPF nº. 788.981.371-68, exercendo a função de Agente Administrativo Matrícula nº 161, conferindo-lhe poderes para movimentar as contas correntes em nome do Fundo Municipal de Saúde do Município de Nova Canaã do Norte – CNPJ: 13.889.874/0001-93, pelo **AUTO-ATENDIMENTO SETOR PÚBLICO**, juntamente comigo **RUBENS ROBERTO ROSA**, Prefeito Municipal, portador do RG nº. 7.116.343-8 SSP/SP e do CPF nº. 955.424.858-04, **NO PERÍODO DE 02/01/2017 A 31/12/2020**, nos seguintes serviços abaixo discriminados:

SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES CANCELAR CHEQUES BAIXAR CHEQUES EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECU LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANC SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS,EXCETO INVESTIMENTO SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CRE EMITIR COMPROVANTES EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

RUBENS ROBERTO ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

ROSANGELA ROCHA DOS SANTOS

PORTARIA N.º 002/2017

O Senhor **RUBENS ROBERTO ROSA**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: Nomear o senhor **CLODOALDO ALVES MARANI,** portador do RG nº. 1085712-5 SSP/MT e do CPF nº. 788.981.371-68, exercendo a função de Agente Administrativo Matrícula nº 161, conferindo-lhe poderes para movimentar as contas correntes em nome do Município de Nova Canaã do Norte – CNPJ: 03.238.912/0001-94, pelo **AUTO-ATENDIMENTO SETOR PÚBLICO**, juntamente comigo **RUBENS ROBERTO ROSA**, Prefeito Municipal, portador do RG nº. 7.116.343-8 SSP/SP e do CPF nº. 955.424.858-04, **NO PERÍODO DE 02/01/2017 A 31/12/2020**, nos seguintes serviços abaixo discriminados:

SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES CANCELAR CHEQUES BAIXAR CHEQUES EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECU LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANC SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS,EXCETO INVESTIMENTO SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CRE EMITIR COMPROVANTES EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

RUBENS ROBERTO ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

ROSANGELA ROCHA DOS SANTOS

PORTARIA N.º 010/2017

O Senhor **RUBENS ROBERTO ROSA**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: TRANSFERIR, nos termos da legislação vigente, a Servidora**ELAINE DOS REIS**, portadora do RG nº 1800026-6 SSP/MT e CPF nº 018.104.521.47, da Secretaria Municipal de Educação, para exercer seu cargo de Agente Administrativo, na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

RUBENS ROBERTO ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

ROSANGELA ROCHA DOS SANTOS

PORTARIA N.º 009/2017

O Senhor **RUBENS ROBERTO ROSA**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: NOMEAR, nos termos da legislação vigente **MONICA NASCIMENTO SEMELER DA SILVA**, portadora do RG nº 1550805-6 SSP/MT e CPF nº 013.731.391.88, para exercer o Cargo em Comissão de **SECRETÁRIA ADJUNTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**,da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

RUBENS ROBERTO ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

ROSANGELA ROCHA DOS SANTOS

PORTARIA N.º 012/2017

O Senhor **RUBENS ROBERTO ROSA**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: Designar **ELIANI DA SILVA BARRETO DE OLIVEIRA**, matrícula nº 36, servidora estatutária no cargo de Agente Administrativo; **ELAINE DOS REIS**, matrícula nº 1710, servidora estatutária no cargo de Agente Administrativo; e**BRUNO DE ALMEIDA CALVI**, matrícula n° 1684, servidor estatutário no cargo de Agente Administrativo; sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão Permanente de Licitação – CPL desta Prefeitura, competindo-lhes a prática de todos os atos necessários ao processamento e julgamento das Licitações.

ARTIGO 2º: O Presidente da Comissão será substituído em suas ausências e impedimentos eventuais pelo segundo nomeado, ficando designado como suplente da Comissão o servidor EDMAR JOSE RIZZATO, matrícula nº 1787, servidor estatutário no cargo de Fiscal de Tributos.

ARTIGO 3º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

RUBENS ROBERTO ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

ROSANGELA ROCHA DOS SANTOS

PORTARIA N.º 013/2017

O Senhor **RUBENS ROBERTO ROSA**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: NOMEAR, nos termos da legislação vigente **LINDOMAR MARQUES**, portador do RG nº 1314723-8 SSP/MT e CPF nº 932.678.431. 20, para exercer o Cargo em Comissão de **MOTORISTA DE GABINETE**,da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

RUBENS ROBERTO ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

ROSANGELA ROCHA DOS SANTOS

PORTARIA N.º 008/2017

O Senhor **RUBENS ROBERTO ROSA**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: NOMEAR, nos termos da legislação vigente **MARIA APARECIDA SOUSA ROSA**, portadora do RG nº 33.489.176.0 SSP/SP e CPF nº 250.896.681.91, para exercer o Cargo em Comissão de **SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**,da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

RUBENS ROBERTO ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

ROSANGELA ROCHA DOS SANTOS

PORTARIA N.º 007/2017

O Senhor **RUBENS ROBERTO ROSA**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: NOMEAR, nos termos da legislação vigente **ÉRIO FERREIRA NOGUEIRA**, portador do RG nº 278865 SSP/MT e CPF nº 078.480. 641.15, para exercer o Cargo em Comissão de **SECRETÁRIO ADJUNTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**,da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

RUBENS ROBERTO ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

ROSANGELA ROCHA DOS SANTOS

PORTARIA N.º 006/2017

O Senhor **RUBENS ROBERTO ROSA**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: NOMEAR, nos termos da legislação vigente **JOSE ANTONIO PEREIRA**, portador do RG nº 1735548-6 SSP/MT e CPF nº 011.987. 281.16, para exercer o Cargo em Comissão de **COORDENADOR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**,da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

RUBENS ROBERTO ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

ROSANGELA ROCHA DOS SANTOS

PORTARIA N.º 014/2017

O Senhor **RUBENS ROBERTO ROSA**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: REVOGAR, da função sem remuneração de **"DIRETOR DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**, do Canaã Previ – Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Nova Canaã do Norte-MT**"** o servidor **IZARU**

BELARMINO LEITE, portador do RG de nº 44279240 SSP/PR, designado a referida função pela Portaria 065/2009, de 02 de março de 2009.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

RUBENS ROBERTO ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

ROSANGELA ROCHA DOS SANTOS

PORTARIA N.º 015/2017

O Senhor **RUBENS ROBERTO ROSA**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: REVOGAR, da função sem remuneração de **"CONTADOR**, do Canaã Previ – Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Nova Canaã do Norte-MT**", JOSÉLIO PEREIRA DE SOUSA**, portador do RG de nº 1558545-0 SSP/MT, designado a referida função pela Portaria 047/2015, de 27 de fevereiro de 2015.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

RUBENS ROBERTO ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

ROSANGELA ROCHA DOS SANTOS

PORTARIA N.º 016/2017

O Senhor **RUBENS ROBERTO ROSA**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: REVOGAR, a Portaria 041/2009, de 28 de janeiro de 2009, que designa o servidor **CLODOALDO ALVES MARANI**, portador do RG de nº 1.085.712.5 SSP/MT, "*a assinar em conjunto com o Diretor Executivo do Canaã Previ, a conta corrente da Previdência Social do Município de Nova Canaã do Norte-MT***".**

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

RUBENS ROBERTO ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

ROSANGELA ROCHA DOS SANTOS

PORTARIA N.º 005/2017

O Senhor **RUBENS ROBERTO ROSA**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: NOMEAR, nos termos da legislação vigente **JACI PEREIRA**, portador do RG nº 399125 SESP/RO e CPF nº 482.115.831.00, para exercer o Cargo em Comissão de **COORDENADOR DE TRANSPORTE**,da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

RUBENS ROBERTO ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

ROSANGELA ROCHA DOS SANTOS

PORTARIA N.º 011/2017

O Senhor **RUBENS ROBERTO ROSA**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: TRANSFERIR, nos termos da legislação vigente, a Servidora**ELIANI DA SILVA BARRETO DE OLIVEIRA**, portadora do RG nº 923. 130 SSP/MT e CPF nº 522.328.401.15, da Secretaria Municipal de Educação, para exercer seu cargo de Agente Administrativo, na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

RUBENS ROBERTO ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

ROSANGELA ROCHA DOS SANTOS

PORTARIA N.º 001/2017

O Senhor **RUBENS ROBERTO ROSA**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: NOMEAR, nos termos da legislação vigente a servidora **LISMAR ALVES FERREIRA**, portadora do RG de nº 08.159.136-4 SSP/MS e CPF nº 006.433.707.30, para exercer o Cargo em Comissão de **SECRETÁRIA DE SAÚDE**,da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

RUBENS ROBERTO ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

ROSANGELA ROCHA DOS SANTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
2°TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 044/2016.

Contratada: ELIZANGELA PEREIRA DOS SANTOS

Aditamento: Fica aditada, nos termos do Item 4, o prazo do Contrato de Prestação de Serviços nº. 044/16/SMA/PMNG, que passa a vigorar pelo período compreendido entre os dias 11 de janeiro de 2017 e 12 de março de 2017.

Data: 11/01/2017.

ADMINISTRAÇÃO
OFICIO

Nova Guarita – MT; 06 de janeiro de 2017.

Ofício N.º 02/17/SMA/PMNG

Excelentíssimo Senhor Gerente,

Externando nossos cordiais e respeitosos cumprimentos, vimos diante do presente encaminhar a Vossa Senhoria, de acordo com a Lei Complementar Nº. 018/2016, Dispõe sobre os quadros de cargos e funções publicas do Município de Nova Guarita – MT, informamos que Raquel da Rosa Linhares, nomeada na função de Tesoureira, irá desenvolver todas as atividades financeiras que atribui o cargo para cumprimento das necessidades do ente publico.

Sendo que se apresentava para o momento, coloco-me a disposição para outros esclarecimentos sendo necessários, na oportunidade renovo meus protestos da mais alta estima e apreço.

Cordialmente,

_____

Ivandro Ugolini

Secretária Municipal de Administração

Ao Exmo. Sr.

Gerente Banco do Brasil

Cooperativa de Credito Sicredi.

CONSÓRSIO DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº. 008/2016

RESOLUÇÃO Nº. 008/2016

SÚMULA: Dispõe sobre o Plano de Aplicação para o Exercício Financeiro de 2017 e dá outras providências.O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Norte Matogrossense, Sr. FRANCISCO ENDLER, no uso de suas atribuições legais,RESOLVE: Art. 1º - Esta Resolução Estima a Receita e Fixa a Despesa do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Norte Mato-grossense, para o exercício financeiro de 2.017, em igual valor no total de R$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais); Art. 2º - A receita será arrecadada, mediante a contribuição mensal dos municípios consorciados, receitas devidas de anos anteriores de municípios consorciados, transferências de Estado, nos termos da legislação vigente e das especificações constantes dos quadros integrantes desta lei, observando o seguinte desdobramento: RECEITA 1000.00.00.00 – RECEITAS CORRENTES 2.200.000,001300.00.00.00 – Receitas Patrimonial 20.000,001320.00.00.00 – Receitas de Valores Mobiliários 20.000,001325.00.00.00 – Remuneração de Depósitos bancários 20.000,001700.00.00.00 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 2.180.000,001720.00.00.00 – Transferências Intergovernamentais 2.180.000,001722.00.00.00 – Transferências dos Estados 194.000,001722.37.00.00 – Transferências a Consórcios Públicos 194.000,001723.00.00.00 – Transferências dos Municípios 1.986.000,001723.37.00.00 – Transferências a Consórcios Públicos 1.986.000,001723.37.01.00 – PAPI – Programa de Atendimento a Pacientes Intermucipalizados 930.000,001723.37.01.01 – Colíder 450.000,001723.37.01.02 – Itaúba 65.000,001723.37.01.03 – Marcelândia 120.000,001723.37.01.04 – Nova Canaã do Norte 175.000,001723.37.01.05 – Nova Guarita 70.000,001723.37.01.06 – Nova Santa Helena 50.000,00 1723.37.02.00 – PCAP – Programa Casa de Apoio 492.000,001723.37.02.01 – PCAP – Colíder 0,001723.37.02.02 – PCAP – Itaúba 60.000,001723.37.02.03 – PCAP – Marcelândia 108.000,001723.37.02.04 – PCAP – Nova Canaã do Norte 240.000,001723.37.02.05 – PCAP – Nova Guarita 24.000,001723.27.02.06 – PCAP – Nova Santa Helena 60.000,001723.37.03.00 – PAICI – Programa de Apoio ao Desenv. e Implem. dos Cons. Inter. de Saúde 377.000,001723.37.03.01 – PAICI – Colíder 195.000,001723.37.03.02 – PAICI – Itaúba 25.000,001723.37.03.03 – PAICI – Marcelândia 45.000,001723.37.03.04 – PAICI – Nova Canaã do Norte 67.000,001723.37.03.05 – PAICI – Nova Guarita 28.000,001723.27.03.06 – PAICI – Nova Santa Helena 17.000,001723.37.04.00 – PTPI – Programa de Transportes a Pacientes Intermunicipais 182.000,001723.37.04.01 – PAICI – Colíder 52.000,001723.37.04.02 – PAICI – Itaúba 26.000,001723.37.04.03 – PAICI – Marcelândia 32.500,001723.37.04.04 – PAICI – Nova Canaã do Norte 32.500,001723.37.04.05 – PAICI – Nova Guarita 19.500,001723.27.04.06 – PAICI – Nova Santa Helena 19.500,00 TOTAL RECEITA..... 2.200.000,00 Art. 3º - A despesa será realizada de acordo com a discriminação constante dos quadros "Programas de Trabalho" a "Natureza da Despesa", que integram a presente Lei, e apresentam os seguintes desdobramentos.1 – POR FUNÇÕES DE GOVERNO R$10 - Saúde 2.200.000,00TOTAL: 2.200.000,00 2 – POR CATEGORIA ECONÔMICA R$Despesas Correntes 2.190.000,00Despesas de Capital 10.000,00TOTAL DA DESPESA: 2.200.000,001 – POR ORGÃO R$01 Consorcio Intermunic. De Saúde 2.200.000,00TOTAL: 2.200.000,00DESPESAORGÃO – 01 Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Norte Matogrossense10- SAÚDE10.122-ADMINISTRAÇÃO GERAL10.122.0009-Manutenção do Consórcio10.122.0009.2001-Manutenção do Consorcio01.001.10.122.0009.2001.3190.09.00 – Salario Família 1.000,0001.001.10.122.0009.2001.3190.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 250.000,0001.001.10.122.0009.2001.3190.13.00 – Obrigação Patronais 57.000,0001.001.10.122.0009.2001.3190.92.00 – Despesas de Exercícios Anteriores 5.000,0001.001.10.122.0009.2001.3190.94.00 – Indenizações e Restituições trabalhistas 5.000,0001.001.10.122.0009.2001.3390.14.00 – Diárias – Civil 50.000,0001.001.10.122.0009.2001.3390.30.00 – Material de Consumo 140.000,0001.001.10.122.0009.2001.3390.33.00 – Passagens e Despesas com Locomoção 10.000,0001.001.10.122.0009.2001.3390.36.00 – Outros Serviços Pessoa Física 50.000,00 01.001.10.122.0009.2001.3390.39.00 – Outros Serviços Pessoa jurídica 1.600.000,0001.001.10.122.0009.2001.3390.47.00 – Obrigações Tributárias e Contributivas 22.000,0001.001.10.122.0009.2001.4490.52.00 – Equip. e Material Permanente 10.000,00 TOTAL DESPESA..... 2.200.000,00Art. 4º - Fica o Consorcio Intermunicipal de Saúde autorizado: I - a abrir no curso da execução orçamentária, com base nos recursos efetivamente disponíveis, como determinado pelo Art.43°, da Lei 4.320, de 17 de março de 1.964, créditos adicionais suplementares até o limite 40% (Quarenta por cento) do total da despesa fixado no Art.3° desta resolução. Art. 5º - Esta resolução entrará em vigor a partir de primeiro de janeiro de dois mil e dezesseis.Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.Colíder – MT, 07 de Dezembro de 2016.FRANCISCO ENDLER Presidente do Conselho Diretor do CISRNM

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 048/2017/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr JOSE LAIR ZAMONER, no uso de suas atribuições legais:

O Município de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.465.598/0001-02,

neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JOSÉ LAIR ZAMONER, brasileiro, casado, portador do RG nº 0710063-9 SSP/MT SSP/MT, inscrito no CPF sob nº 145.711.370-87, residente e domiciliado na Rua Dos Cajueiros, S/N, Centro, Cidade De Nova Guarita/MT.

RESOLVE

ART. 1° - Autorizar Raquel da Rosa Linhares, brasileira, solteira, tesoureira, portadora do Documento de Identificação nº 5732138 expedido pelo SSP/MT em 19/04/2006, inscrito no CPF nº 085.302.129.59, residente na Rua dos Cajueiros, nº 044, Centro, Município de Nova Guarita - MT.

ART. 2° - O Prefeito Municipal acima identificado determina que a tesoureira acima identificada juntamente com ele poderá requisitar, sustar/contra-ordenar e baixar cheques; retirar cheques devolvidos; solicitar saldos, extratos e comprovantes; movimentar conta corrente, emitir, descontar duplicatas, efetuar transferências/pagamentos; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar saques em conta corrente, efetuar pagamentos e/ou transferências por meio eletrônico; liberar arquivos de pagamentos no Gerenciador Financeiro; solicitar saldos/extratos de investimentos e/ou operações de crédito; emitir comprovantes; consultar obrigações do débito direto autorizado, atualizar faturamento pelo Gerenciador Financeiro.

ART. 4° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costuma, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete.

Registre-se. Publique-se. Cientifique-se. CUMPRA-SE

JOSE LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 047/2017/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr JOSÉ LAIR ZAMONER, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - Nomear o senhor Adailton Silva de Castro Nascimento, Engenheiro Civil, para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 003/2017 referente a prestação de serviços de mão de obra para Construção de 03 (três) bueiros, no Município de Nova Guarita - MT, conforme as especificações e localidades constantes do Projeto de Engenharia (Anexo 01).

ART. 2° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dez dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE.

JOSÉ LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 044/2017/GP/PMNG

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr JOSÉ LAIR ZAMONER, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - Nomear a servidora pública municipal senhora Graciela Schuster, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, para exercer a função de Fiscal de Contratos com exceção aos contratos Obras e Engenharia do Município de Nova Guarita – MT.

ART. 2° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e Dezessete.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE.

JOSÉ LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 040/2017 DESIGNAR ROBERTO DA CONCEIÇÃO NOGUEIRA

PORTARIA Nº 040/2017

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 019/2005 de 15 de Dezembro de 2005, 046/2009 de 01 de dezembro de 2009, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **ROBERTO DA CONCEIÇÃO NOGUEIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliada na Av Antonio Carlos Amaral, Bairro Centro, portadora do RG 771205 ssp/MT e CPF 496.289.841-87, professor concursada através do decreto 031/98 de 28/01/98, para responder pelo cargo em comissão de **DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAS RURAIS – EM VISTA ALEGRE E EM VALE DO GUAPORÉ**

.

Art. 2º - O referido servidor será remunerado de acordo com o Artigo 68 da Lei Complementar 046/2009 de 01/12/2009 que altera o plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos profissionais da educação básica do município de Nova Lacerda, lei complementar 019/2005 de 15/12/2005.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 09 dias do mês de Janeiro de 2017.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 034/2017 NOMEAR CLAUDINEI DA SILVA FERNANDES

PORTARIA Nº 034/2017

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 020/2005 021/2005 e 022/2005 de 15 de Dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Nomear, a partir de 04/01/2017,** o senhor **CLAUDINEI DA SILVA FERNANDES,** brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Mato Grosso, 47, Projeto Morar Melhor, Bairro São José, neste município, portador do RG 2323808-9 ssp/MT e CPF. 059.434.381-06, para responder pelo cargo em comissão de ***CHEFE DA DIVISÃO DE ESPORTE E LAZER - Padrão DAS – 1.***

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2017.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 035/2017 DESIGNAR LUIZ ROBERTO MAGIONI

PORTARIA Nº 035/2017

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Complementar 042/2009 de 18 de agosto de 2009, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Designar a partir de 02/01/2017,** o Senhor **LUIZ ROBERTO MAGIONI,** brasileiro, casado, portador do R.G. 10.859603 SSP/SP e CPF n. º 967.009.718-53, servidor publico efetivo no cargo de Auxiliar Administrativo, sob portaria 072/2006 e termo de posse 005/2006 de 01/03/2006, residente e domiciliado na Rua 04, Bairro Centro, neste município, para responder pelo cargo em comissão de ***SECRETÁRIO ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO.***

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2017.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 037/2017 DATA: 11 DE JANEIRO 2017.
EMENTA: NOMEIA O SR° AILTON SOUTO PICALHO PARA RESPONDER PELAS ATIVIDADES DE "CHEFE DE SETOR DE FISCALIZAÇÃO E VIGILÂNCIA SANITÁRIA LOTADO SEC

EMENTA: NOMEIA O Sr° **AILTON SOUTO PICALHO**PARA RESPONDER PELAS ATIVIDADES DE "***CHEFE DE SETOR DE FISCALIZAÇÃO E VIGILÂNCIA SANITÁRIA***LOTADO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA MARILANDIA – MT.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º - Fica nomeado a partir do dia 11 de janeiro de 2017 o Sr° **AILTON SOUTO PICALHO,** Brasileiro, portador da Carteira de Identidade sob o RG Nº **1438825-1 SSP/MT** cadastrado no CPF nº **997.723.021-87**, ocupante do cargo efetivo de Agente de Fiscalização de Saúde, Para Responder Pelas Atividades De "***CHEFE DE SETOR DE FISCALIZAÇÃO E VIGILÂNCIA SANITÁRIA"***lotado na Secretaria Municipal de saúde do município de Nova Marilândia-MT.

Art. 2º - As atribuições do cargo são previstas em Lei e restritas a elas, devendo o nomeado agir com total dedicação e responsabilidade de suas funções.

Art. 3º - A remuneração do funcionário ora nomeado será de acordo com fulcro nas Leis Nº **725/2016**.

Art. 4º - O nomeado tomará posse imediatamente após registro e a publicação da presente Portaria.

Parágrafo Único - O ocupante do cargo, de que trata esta Portaria no ato de sua posse fará a entrega ao setor Administrativo de Pessoal a sua declaração de bens e valores, para fins de direito.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE – 11/01/2017.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILANDIA - MT

Registrada e publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei**.**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 036/2017 DATA: 11 DE JANEIRO 2017.
EMENTA: NOMEIA A SR.ª WERLANE DALFIOR SILVA PARA RESPONDER PELAS ATIVIDADES DE "DIRETORA DA CRECHE MUNICIPAL "TIA ELIZA" LOTADA SECRETARIA MUN

EMENTA: NOMEIA A Sr.ª **WERLANE DALFIOR SILVA** PARA RESPONDER PELAS ATIVIDADES DE "**DIRETORA DA CRECHE MUNICIPAL "TIA ELIZA"** LOTADA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA – MT.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º - Fica nomeada a partir do dia 11 de janeiro de 2017 a Sr°**WERLANE DALFIOR SILVA,** Brasileira, portadora da Carteira de Identidade sob o RG Nº **12013358 SJ/MT** cadastrado no CPF nº **920.138.561-72**, ocupante do cargo efetivo de Professora Para Responder Pelas Atividades De "**DIRETORA DA CRECHE MUNICIPAL "TIA ELIZA"** lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Turismo do município de Nova Marilândia-MT.

Art. 2º - As atribuições do cargo são previstas em Lei e restritas a elas, devendo o nomeado agir com total dedicação e responsabilidade de suas funções.

Art. 3º - A remuneração do funcionário ora nomeado será de acordo com fulcro nas Leis Nº **725/2016**.

Art. 4º - O nomeado tomará posse imediatamente após registro e a publicação da presente Portaria.

Parágrafo Único - O ocupante do cargo, de que trata esta Portaria no ato de sua posse fará a entrega ao setor Administrativo de Pessoal a sua declaração de bens e valores, para fins de direito.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE – 11/01/2017.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILANDIA - MT

Registrada e publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei**.**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 034/2017 DATA: 11 DE JANEIRO 2017. EMENTA: NOMEIA O SR°. JOSE APARECIDO DE LIMA SOUZA, PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE "DIRETOR DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO " DO MUNICÍPIO DE NOV

EMENTA: NOMEIA O Sr°. **JOSE APARECIDO DE LIMA SOUZA,** PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE "**DIRETOR DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO** ***"***DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º - Nomeia a partir do dia 11 de janeiro de 2017 o Sr° **JOSÉ APARECIDO DE LIMA SOUZA,** portador da Carteira de Identidade sob o RG Nº **1438954-1 SSP/MT** cadastrado no CPF nº **965.061.561-04**, para exercer o cargo em comissão de "**DIRETOR DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO** ***"*** lotado na Secretaria Municipal de Saneamento e Planejamento do município de Nova Marilândia-MT.

Art. 2º - As atribuições do cargo são previstas em Lei e restritas a elas, devendo o nomeado agir com total dedicação e responsabilidade de suas funções.

Art. 3º - A remuneração do funcionário ora nomeado será de acordo com fulcro nas Leis Nº **725/2016**.

Art. 4º - O nomeado tomará posse imediatamente após registro e a publicação da presente Portaria.

Parágrafo Único - O ocupante do cargo, de que trata esta Portaria no ato de sua posse fará a entrega ao setor Administrativo de Pessoal a sua declaração de bens e valores, para fins de direito.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE – 11/01/2017.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILANDIA - MT

Registrada e publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei**.**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 020/2017 DATA: 02/01/2017 EMENTA: CONCEDE TRINTA (30) DIAS DE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO. JUVEN

EMENTA: *CONCEDE TRINTA (30) DIAS DE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO.*

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA O ART. 171 DA LEI Nº. 725/2016.

RESOLVENDO

Art. 1º. – Conceder aos Servidores Públicos Municipais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo atendendo ao calendário escolar.

Art. 2º - O período concedido terá início em 02/01/2017 e término em 01/02/2017, retornando as suas atividades no dia 02/02/2017.

Parágrafo único – Ao término da licença concedida neste ato, deverá os servidores retornarem às atividades concernentes ao seu cargo junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo do município de Nova Marilândia – MT.

	Nome	*Cargo*	*CPF*
1	AMANDIA SANTOS SANTANA	ZELADOR	90044487134
2	ANGELA MARIA DIAS PINATTI MARQUES	PROFESSOR MAGISTERIO POS 30HS	57168350153
3	DIANA DE SOUZA OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA	PROFESSORA MAGISTERIO	59391359191
4	DILAENE CRISTINA OLIVEIRA ENDRINGER SILV	PROFESSOR (PEDAGOGIA)	01384438157
5	DINALVA APARECIDA FERREIRA PICALHO	PROFESSOR MAGISTERIO POS 30HS	59388137191
6	EDRIA FERREIRA SOAVE	PROFESSOR(PEDAGOGIA)	94605750134
7	ELIZANGELA DIAS PACHECO DE ANDRADE	PROFESSOR MAGISTERIO POS 30HS	59392444168
8	HELENA DA SILVA	VIGIA	02186655128
9	HILDETE DE CARVALHO	PROFESSOR 30HS - GRADUADO	34584536104
10	IDEONE SOARES DE ARRUDA	ZELADOR	01024974197
11	IRENE NATAL GONÇALVES	MERENDEIRA	56716800182
12	IVANES DA SILVA LEITE MULINARIO	MERENDEIRA	39540030153
13	JACKSON DOUGLAS ANDRADE RIBEIRO	CHEFE DEPTº DE CULTURA	97279854168
14	JACQUELINE WAIANDT DA SILVA	PROFESSOR (LETRAS)	00084266198
15	PAULO SERGIO BUFON	MOTORISTA	
16	JOSILENE JAQUELINE SCAFFI RIBEIRO ALVES	MERENDEIRA	02749030161
17	JOSE LEAL DE SOUZA	MOTORISTA	
18	JUCILEIA FERREIRA DA SILVA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS	50356313115
19	LAUREMILSO DA SILVA	MOTORISTA "C D"	57157049104
20	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA SILVA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS	50358618134
21	MARIA CELIA BELA DE LIMA	MERENDEIRA	91872316115
22	MARIA DE LOURDES DALFIOR	PROFESSOR MAGISTERIO POS 30HS	433.138.171-49
23	MARINALVA FERREIRA VENTURA	PROFESSOR MAGISTERIO POS 30HS	59388196104
24	MARLENE FERNANDES DA SILVA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS	85137952168
25	MARLY MARIA DALFIOR DE MOURA	AGENTE ADMINISTRATIVO	
26	MEIRE MOURA SOAVE RODRIGUES	PROFESSOR MAGISTERIO POS 30HS	80596002149
27	MONICA DE SOUZA SOAVE	PROFESSOR MAGISTERIO POS 30HS	86539221134
28	NELI TEREZINHA GARBIN MIGNONI	CHEFE DE SETOR BIBLIOTECARIO	64706036968
29	NEUZA MARIA DE JESUS	PROFESSOR MAGISTERIO POS 30HS	65187857134
30	ROSALINA ARRAES INACIO	AGENTE DE SERVICOS GERAIS	36901750110
31	ROSANGELA SOARES DE ARAUJO	PROFESSOR MAGISTERIO POS 30HS	82150125153
32	ROSIMEIRE APARECIDA SOUTO	PROFESSOR MAGISTERIO POS 30HS	92360831100
33	RUTH LEAL DE SOUZA FERREIRA	PROFESSOR MAGISTERIO POS 30HS	71509925104
34	SONIA DA SILVA CRISPIM	AGENTE DE SERVICOS GERAIS	61448915104
35	TILMAN GASPAR OKADA	ZELADOR	59390158168
36	VALDECI PEREIRA ALVES	ZELADOR	412.141.881-68

37	VANDILENE FRANCISCA GOMES	PROFESSOR (PEDAGOGIA)	899.952.361-68
38	MARIA DE LOURDES DALFIOR	PROFESSOR MAGISTERIO POS 30HS	433.138.171-49

Art. 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE – 02/01/2017.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 035/2017 DATA: 11 DE JANEIRO 2017.
EMENTA: NOMEIA A SR.ª. TATIANA ROGERIA SILVA, PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE "DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO E AÇÕES DE

EMENTA: NOMEIA A Sr.ª. **TATIANA ROGERIA SILVA,** PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE "**DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO E AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA***"*DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º - Nomeia a partir do dia 11 de janeiro de 2017 a Sr°**TATIANA ROGERIA SILVA,** portador da Carteira de Identidade sob o RG Nº **1201329-3 SSP/MT** cadastrado no CPF nº **947.514.121-91**, para exercer o cargo em comissão de "**DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO E AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA***"* lotado na Secretaria Municipal de Saúde do município de Nova Marilândia-MT.

Art. 2º - As atribuições do cargo são previstas em Lei e restritas a elas, devendo o nomeado agir com total dedicação e responsabilidade de suas funções.

Art. 3º - A remuneração do funcionário ora nomeado será de acordo com fulcro nas Leis Nº **725/2016**.

Art. 4º - O nomeado tomará posse imediatamente após registro e a publicação da presente Portaria.

Parágrafo Único - O ocupante do cargo, de que trata esta Portaria no ato de sua posse fará a entrega ao setor Administrativo de Pessoal a sua declaração de bens e valores, para fins de direito.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE – 11/01/2017.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILANDIA - MT

Registrada e publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei**.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONCURSO PÚBLICO 001/2016 EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2017

O Sr. **JOÃO BRAGA NETO**, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Concurso Público 001/2016, **CONVOCA** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) à comparecer(em) na Sede da Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, situada na Avenida Amos Bernardino Zanchet, 50-E, no prazo de 30 (TRINTA) dias, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado desistente, perdendo a respectiva vaga.

CARGO: 173 - **TÉCNICO ADM. EDUCACIONAL (ADMINISTRACAO ESCOLAR) - SEDE**

Classif.	NOME
01º	ROSIANA MACEDO

Nova Maringá - MT, 11 de janeiro de 2017.

.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDÍCA
RESOLUÇÃO Nº002/2014 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

RESOLUÇÃO Nº002/2014 de 01 de Setembro de 2014.

Súmula: "*Dispõe sobre a reforma integral do Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Maringá-MT e dá outras providências".*

SIDINEI APARECIDO FERREIRA DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais previstas no Art. 30 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO

O Plenário da Câmara Municipal de Nova Maringá, cumprindo as disposições da Lei Orgânica do município e objetivando disciplinar, agilizar e democratizar o trâmite das proposições e o exercício pleno da competência do Poder Legislativo Municipal, sob a proteção de Deus e confiante na sua orientação e sabedoria, aprova as seguintes normas regimentais:

DA CÂMARA MUNICIPAL

Capítulo I

DA SEDE

Art. 1o – A Câmara Municipal é o Órgão Legislativo do Município e compõe-se de Vereadores eleitos nas condições e termos da Legislação vigente, e tem sua sede situada à Av. Amos Bernardino Zanchet, Bairro Centro, nesta cidade de Nova Maringá- Estado de Mato Grosso.

Parágrafo Primeiro: As sessões ordinárias e extraordinárias só poderão ser realizadas em sua sede, as solenes e comemorativas poderão ser realizadas em outro recinto.

Parágrafo Segundo: As sessões itinerantes poderão ser realizadas em qualquer lugar do município de Nova Maringá, desde que, aprovada por maioria simples em plenário na sessão anterior.

Capítulo II

DAS FUNÇÕES

Art. 2o. – A Câmara tem funções legislativas e exercem atribuições de fiscalização externa, financeira e orçamentária, controle e assessoramento dos atos do Executivo, competindo-lhe ainda, os atos de administração interna, obedecidas às disposições da Constituição Municipal.

Parágrafo 1o– A função legislativa consiste em deliberar por meio de leis, decretos legislativos, portarias e resoluções sobre todas as matérias de competência do Município, respeitadas as reservas constitucionais do estado e da União.

Parágrafo 2o –A função da fiscalização externa é de caráter político-administrativo e se exerce sobre o Prefeito, Mesa do Legislativo, Vereadores e especialmente:

a) - Apreciação das contas dos exercícios financeiros, apresentadas pelo prefeito e pela Mesa da Câmara:

b) - Acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do Município, bem como das Empresas de Economia Mista em que o município for acionista.

c) - Julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores.

Parágrafo 3o– A função de assessoramento consiste em sugerir medidas de interesse público, mediante indicações.

Parágrafo 4o– A função administrativa é restrita à sua organização interna, a regulamentação e estruturação de seu funcionalismo e serviço.

Capítulo III

DAS SESSÕES LEGISLATIVAS

Art. 3o– A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente no período legislativo de 02 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro em sessões:

a)- **Ordinárias**, todas as sexta feiras das 19:00 às 21:00 horas, podendo ser prorrogada a requerimento e aprovada por maioria simples dos vereadores presentes.

b)-**Extraordinárias**, quando, com esse caráter, for convocada a Câmara Municipal.

Parágrafo 1o–Será considerado como recesso legislativo, o período de 21 de julho a 03 de agosto e de 23 de dezembro a 31 de janeiro.

Parágrafo 2o– Somente os vereadores podem permanecer nos assentos a eles destinados, salvo em sessões especiais.

Capítulo IV

DA INSTALAÇÃO E POSSE

Art. 4o– A Câmara Municipal instalar-se-á no primeiro dia da legislatura, às 8:00 horas, em sessão solene, independentemente de número, sob a presidência do vereador mais votado entre os presentes, que designará um de seus pares para secretariar os trabalhos.

Parágrafo 1o– Os Vereadores presentes, regularmente diplomados, serão empossados após a leitura do compromisso pelo Presidente nos seguintes termos:

"PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHAR O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO E TRABALHAR PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E PELO BEM ESTAR DE SEU POVO".

Parágrafo 2o– O Presidente convidará, a seguir, o Prefeito e o Vice-Prefeito, eleitos e regularmente diplomados, a prestarem o compromisso a que se refere o parágrafo anterior e os declarará empossados.

Art. 5o– A posse, a desincompatibilização e a apresentação de declarações de bens de Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito, obedecerão a disposições da legislação superior.

Art. 6o– O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores eleitos, deverão apresentar os seus diplomas à Secretaria Administrativa da Câmara até 24 (vinte e quatro) horas antes da sessão de instalação e posse.

Parágrafo Único– Nesta oportunidade, o Vereador escolherá o nome parlamentar com que deverá figurar nas publicações e registros da Casa, fazendo, por escrito, a sua comunicação dirigida à Mesa.

Art. 7o – Tendo prestado o compromisso uma vez, fica o Suplente de Vereador dispensado de fazê-lo novamente, em convocações subseqüentes.

Art. 8o– Na Sessão Solene de instalação da Câmara poderão fazer uso da palavra, pelo prazo máximo de 10 (dez) minutos, um representante de cada Bancada, o Prefeito, o Vice-Prefeito e o Presidente da Câmara.

Capítulo V

DOS VEREADORES

DO EXECUTIVO

DOS DEVERES

Art. 9o– O Vereador deve apresentar-se no edifício da Câmara à hora regimental, trajando terno e gravata, para tomar parte das Sessões Plenárias, bem como se apresentar nas reuniões da Comissão de que seja membro, para participar dos respectivos trabalhos, cabendo-lhe:

a) - votar as proposições submetidas à deliberação da Câmara, salvo quando tiver ele próprio interesse pessoal, sob pena de nulidade de votação, se o seu voto for decisivo;

b) - desempenhar os encargos que lhe forem atribuídos, salvo motivo justo alegado perante o Presidente, à Mesa ou a Câmara, conforme o caso;

c) - propor a Câmara todas as medidas que julgar conveniente aos interesses do Município e à segurança e bem estar dos munícipes, bem como impugnar as que forem contrárias ao interesse público;

d) - oferecer proposições, discutir, votar e ser votado;

e) - fazer uso da palavra, observada as disposições deste regimento;

f) - comunicar sua falta ou ausência quando tiver motivo justo para deixar de comparecer às sessões Plenárias ou às reuniões de Comissão;

g) - residir no território do Município, sendo obrigatório a residência do Presidente da casa na sede da Câmara Municipal;

h) - manter o decoro parlamentar;

i) - observar as determinações legais relativos ao exercício do mandato;

j) - desempenhar fielmente o mandato político, atendendo aos interesses públicos;

k) - conhecer e observar este regimento, bem como a lei orgânica do município.

DAS PROIBIÇÕES

Art. 10 - O vereador não poderá, desde a posse:

a) - Firmar ou manter contrato com o município com suas entidades descentralizadas ou com pessoas que realizem serviços ou obras municipais, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

Parágrafo Único – Não será, de qualquer modo, subvencionada viagem de Vereador ao exterior, salvo quando a serviço do Município, houver designação pelo Prefeito e concessão de licença pela Câmara.

Capítulo VI

DOS SUBSÍDIOS

Art. 11 – Os subsídios dos Vereadores serão fixados nos termos, limites e critérios estabelecidos na Lei Orgânica do Município, e legislação superior.

Capitulo VII

DO USO DA PALAVRA

DOS ORADORES

Art. 12 -Os debates deverão realizar-se com ordem e dignidade, cumprindo aos Vereadores atender às seguintes determinações regimentais:

a) - não usarem da palavra, sem a solicitarem e sem receberem consentimento do Presidente;

b) - referirem-se ou dirigirem-se a outro Vereador pelo tratamento de “Senhor”, “Excelência”, “Nobre Colega” e “Nobre Vereador”;

c) - ao usarem a palavra, os Vereadores deverão fazer uso do microfone;

d) - a não ser através de aparte, nenhum Vereador poderá interromper o orador que estiver na Tribuna, exceto quando levantar questão de ordem;

e) - se o Vereador falar, sem que lhe tenha sido dada a palavra, ou permanecer na Tribuna além do tempo concedido, o Presidente adverti-lo-á;

f) se, apesar da advertência referida no item anterior, o Vereador insistir em falar, o Presidente dará seu discurso por terminado e serão desligados os microfones.

g) - se, apesar da advertência referida no item anterior, o Vereador insistir em falar, o Presidente dará seu discurso por terminado e a taquigrafia deixará de apanhá-lo e serão desligados os microfones;

h) - nenhum Vereador poderá referir-se aos seus pares e de um modo geral, a qualquer representante do Poder Público, de forma descortês ou injuriosa.

Art. 13 -Durante a realização das sessões, o Vereador só poderá falar para:

I - versar assunto livre escolha, durante o expediente quando regularmente inscrito;

II - para discutir matéria em debate quando regularmente inscrito, ou quando solicitar a palavra antes do encerramento da discussão;

III - para apartear na forma regimental;

IV - pela ordem, para solicitar esclarecimentos da Presidência sobre a ordem dos trabalhos, para fazer comunicado importante de interesse da Câmara ou para suscitar questão de ordem regimental;

V- pela urgência do assunto - Para suscitar assunto capaz de tornar-se nulo, ou irrelevante, se deixar de ser imediatamente manifesto ou tratado. Não poderá exceder 2 (dois) minutos;

VI - questão de Ordem para fazer reclamação quanto à interpretação do Regimento, sua aplicação ou sua legalidade;

VII - para justificar seu voto, quando devidamente inscrito;

VIII - para explicação pessoal, quando inscrito devidamente antes do término da Ordem do Dia;

IX - para apresentar requerimento verbal;

X - em qualquer fase da sessão, se líder, nos termos regimentais;

XI - para interpelar Secretários Municipais, Prefeito ou outras autoridades convocadas pela Câmara;

XII - para saudar visitante, quando designado pelo Presidente;

XIII - para homenagear, pesar, congratulações, aplausos ou semelhante, quando designado pelo Presidente por indicação das lideranças de Bancadas.

Art. 14 -O Vereador que solicitar a palavra para falar sobre proposição em discussão, não poderá:

I - desviar-se da matéria em debate;

II - falar sobre matéria vencida, salvo em declaração de voto ou explicação pessoal.

Art. 15 -O Presidente solicitará ao orador, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Vereador, que interrompa o seu discurso nos seguintes casos:

I - quando no Plenário não houver no mínimo de 1/3 (um terço) de Vereadores presentes;

II - para apresentação de requerimento de urgência;

III - para comunicação importante à Câmara;

IV - para recepção de personalidade ilustre em visita à Câmara;

V - para votação de requerimento de prorrogação do horário da sessão;

VI - para atender ao pedido de palavra “pela ordem” para suscitar questão de ordem regimental.

Parágrafo Único – Será feita a compensação de tempo em favor do orador que se encontrar na Tribuna.

Art. 16 - Quando mais de um Vereador pedir a palavra simultaneamente, para falar sobre o mesmo assunto, o Presidente concedê-la-á, obedecendoa seguinte ordem de preferência:

I - ao autor;

II - ao relator;

III - ao autor de substitutivo, emendas ou subemendas;

IV - aos autores de votos em separado;

V - aos líderes de Bancada.

Parágrafo Único - Cumpre ao Presidente dar a palavra alternadamente, a quem seja pró ou contra a matéria em debate quando não prevalecer à ordem determinada no presente artigo ou após o uso da palavra pelos oradores preferenciais.

Art. 17 - Salvo disposição especial em contrário, o Vereador terá os seguintes prazos para o uso da palavra:

I - 2(dois) minutos para apartear;

II - 3(três) minutos para:

a) - formular questões de ordem;

b) - pela ordem.

III - 5(cinco) minutos para:

a) - apresentar retificação ou impugnação da ata;

b) - falar sobre redação final;

c) - encaminhamento devotação;

d) - justificativa de voto;

e) - falar sobre requerimentos sujeitos a discussão;

f) - homenagem;

g) - interpelar autoridades convocadas;

h) - justificar emendas ou grupo de emendas apresentadas;

i) - os líderes de bancada para declaração de natureza inadiável, em qualquer fase de sessão;

j) - discutir recurso contra atos da Presidência.

VI - 10(dez) minutos para:

a) - falar da Tribuna durante o grande expediente, em tema livre;

b) - falar em processos de cassação de mandatos de Vereador, Prefeito e membros da Mesa, quando o orador não for relator, denunciado ou denunciante;

c) - discutir moções;

d) - falar sobre projetos em discussão.

VII - 60(sessenta) minutos para:

a) - o relator, denunciado ou denunciados, denunciante ou denunciantes, cada um com apartes em processo de destituição de membros da Mesa;

b) - o denunciado ou para seu procurador, o denunciante; com apartes, em processo de cassação de mandato de Vereador e Prefeito

.

Capítulo VIII

DAS FALTAS E DAS LICENÇAS

Art. 18 - Será atribuída falta ao Vereador que não comparecer às sessões Plenárias ou às reuniões das Comissões, salvo motivo justo.

Parágrafo 1o– Para efeito de justificação das faltas, consideram-se motivos justos:

a) - representação externa;

b) - doença;

c) - luto;

d) - casamento do legislador, ou de parentes.

e) – outros motivos devidamente justificados e aceitos pelo presidente.

Parágrafo 2o– A justificativa das faltas far-se-á por requerimento fundamentado ao Presidente da Câmara.

I - Determina-se o prazo de até 72 (setenta e duas) horas para o protocolo da justificativa na casa legislativa, sob pena de nulidade.

II – Todas as faltas serão colocadas em votação para serem abonadas.

Art. 19. – Encontrando-se o Vereador impossibilitado física ou mentalmente, de subscrever requerimentos de licença para tratamento de saúde, caberá ao Presidente da Câmara declará-lo licenciando, mediante comunicação escrita do Líder da Bancada devidamente instruída com atestado médico.

Art. 20 - É facultado ao Vereador licenciar-se ou prorrogar seu tempo de licença, por meio de requerimento, nos termos da legislação vigente.

Capítulo IX

DAS SANÇÕES

Art. 21 - Se qualquer Vereador cometer, dentro do recinto da Câmara, excesso que deva ser reprimido, o Presidente conhecerá do fato e tomará as seguintes providências conforme a sua gravidade:

I - advertência pessoal;

II - advertência em Plenário;

III - cassação da palavra;

IV - suspensão da sessão para entendimento na sala da presidência;

V - proposta de perda de mandato de conformidade com legislação vigente.

Capítulo X

DAS VAGAS

Art. 22 - As vagas na Câmara Municipal dar-se-ão:

I - por extinção do mandato;

II - por cassação.

III – por renúncia.

IV – pelo óbito

Parágrafo 1o– Compete ao Presidente da Câmara declarar a extinção de mandato, nos termos da legislação superior.

Parágrafo 2o– A cassação de mandato dar-se-á por deliberação do Plenário, observada a forma estabelecida pela legislação superior pertinente.

DA EXTINÇÃO DO MANDATO

Art. 23- A extinção do mandato do Vereador verificar-se-á quando ocorrer uma das situações a seguir enumeradas:

I - falecimento;

II - renúncia;

III - cassação de direitos políticos;

IV - condenação por crime funcional ou eleitoral;

V - deixar de tomar posse sem motivo justo aceito pela Câmara dentro do prazo de 30(trinta) dias do inicio da legislatura, ou 15 (quinze) dias da data da convocação;

VI - deixar de comparecer, sem que esteja licenciado, a 3 (três) sessões ordinárias consecutivas, ou a 3 (três) sessões extraordinárias; salvo no recesso, para apreciação de matérias urgentes;

VII- incidir nos impedimentos para exercício de mandato e não se desincompatibilizar até a posse, e nos casos supervenientes, no prazo de 15 (quinze) dias da convocação.

Parágrafo 1o– Para os efeitos de VI (seis), se durante o período das 3 (três) sessões ordinárias houver uma sessão solene convocada pelo Presidente da Câmara e a ela comparecer o Vereador faltante, isso não elimina as faltas às sessões ordinárias nem interrompe sua contagem, ficando o faltoso sujeito à extinção do mandato se completar as 3(três) sessões ordinárias consecutivas.

Parágrafo 2o– Do mesmo modo não anula as faltas anteriores, o comparecimento do Vereador a uma sessão extraordinária, mesmo comparecendo a esta, mas não comparecendo às sessões ordinárias.

Parágrafo 3o– Ocorrido e comprovado o ato ou fato extintivo, o presidente da câmara, na primeira sessão, comunicará o plenário e fará constar da ata, declaração de extinção do mandato e convocará imediatamente o respectivo suplente:

I - Se o presidente omitir-se nas providências listadas neste parágrafo, o suplente de vereador ou qualquer eleitor do município, poderá requerer a declaração de extinção de mandato por via judicial.

DA CASSAÇÃO DO MANDATO

Art. 24 - A Câmara poderá cassar o mandato do Vereador quando:

I - utilizar-se do mandato para prática de atos de corrupção ou de improbabilidade administrativa;

II - fixar residência fora do município;

III - proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública.

Parágrafo 1o– Nos casos de menor gravidade, poderá o poder legislativo aplicar alternativamente ao Vereador faltoso a pena de advertência e/ ou suspensão do mandato por até 90(noventa) dias, com perdimento dos vencimentos em favor de entidades filantrópicas.

I - o grau de gravidade será julgado pela câmara, por comissão constituída para este fim específico, caso não haja na casa legislativa, instituída a comissão de ética e decoro parlamentar.

II - as entidades filantrópicas, em favor das quais se reverterá os vencimentos do vereador julgado, serão listadas de comum acordo pelos demais vereadores.

III - o impedimento previsto neste parágrafo, não gerará abertura de vaga.

Parágrafo 2o– O processo de cassação obedecerá às normas vigentes na época dos fatos.

Capítulo XI

DA CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE

Art. 25 - Dar-se-á a convocação de suplente, nos casos de vaga por afastamento do exercício do mandato, para o desempenho das funções de Secretário Municipal, licença por mais de 120 (cento e vinte) dias e impedimentos.

Parágrafo 1o– Quando vagar o cargo por impedimento, somente será convocado o respectivo suplente, se o prazo de duração do impedimento for superior a 120 (cento e vinte) dias.

I - Em caso de afastamento por licença médica, só se convocará o suplente respectivo, se a mesma for superior a 120 (cento e vinte) dias. Nos casos previstos neste artigo e parágrafo o legislador não será remunerado.

Parágrafo 2o- O vereador suplente, para licenciar-se, precisará antes, assumir e estar no exercício do cargo.

Parágrafo 3o– Na falta de suplente, o Presidente fará a devida comunicação à justiça Eleitoral, dentro de 48 (quarenta e oito) horas.

Capítulo XII

DA MESA

DA COMPOSIÇÃO

Art. 26 –A Mesa diretora da Câmara Municipal será composta dos cargos de **Presidente, Vice-Presidente, 1o** e **2o secretários**,com mandato de dois (2) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo, na eleição imediatamente subseqüente.

I - Não se considera recondução a eleição para o mesmo cargo, em legislaturas diferentes, ainda que sucessivas.

Parágrafo 1o–Na falta ou impedimento do Presidente, assumirá o Vice-Presidente, eleito juntamente com os membros da mesa.

Parágrafo 2o - O vice-presidente substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos, e este, será substituído pelo **1o** secretário, que será substituído nas mesmas condições, pelo **2o** secretário, assim sucessivamente.

Parágrafo 3o – Ausentes em Plenário, os Secretários, o Presidente convidará qualquer Vereador para substituição em caráter eventual.

Parágrafo 4o – Não se achando presentes o Presidente e seus substitutos legais, em qualquer fase da sessão, assumirá a Presidência o Vereador mais idoso que comporá a Mesa e dirigirá os trabalhos até o comparecimento de algum membro titular ou de seus substitutos legais.

Art. 27 – As funções dos membros da Mesa cessarão:

a) - pela posse da mesa eleita para o mandato subseqüente;

b) - pela renúncia, apresentada por escrito;

c) - pela destituição;

d) - pela perda ou extinção do mandato de vereador;

e) - pela morte;

f) - pelo término do mandato.

Art. 28 – Dos membros da Mesa em exercício, somente o Presidente não poderá fazer parte das Comissões Permanentes.

Art. 29 – Os membros eleitos da Mesa assinarão o respectivo termo de posse.

Parágrafo 1o- O suplente de vereador convocado não poderá assumir a presidência, e, somente poderá ser eleito para o cargo da mesa, caso não seja possível preenchê-lo de outro modo.

Parágrafo 2o- Para o preenchimento de cargo vago na mesa, haverá eleição suplementar na primeira sessão ordinária seguinte, àquela na qual se verificou a vaga, para o preenchimento do cargo.

Capítulo XIII

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 30– Além das atribuições previstas na Lei Orgânica do Município, à Mesa Diretora compete:

I - sob a orientação da presidência, dirigir os trabalhos em Plenário;

II - propor projetos e decretos legislativos dispondo sobre:

a) - licença do Prefeito e Vice-Prefeito para afastamento do cargo;

b) - autorização ao Prefeito para ausentar–se do Município por mais de 15 (dez) dias;

c) - criação de Comissões Especiais de Inquérito na forma prevista por este Regimento.

III - propor projetos de lei ou resoluções que criem ou extingam cargos dos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos, inclusive as revisões anuais dos vencimentos;

IV - propor projetos de resolução dispondo sobre:

a) - licença aos Vereadores para afastamento do cargo;

b) - criação de Comissão Especial de Inquérito na forma prevista neste Regimento.

V- assinar os autógrafos das leis destinadas à sanção e promulgação pelo Chefe do Executivo.

VI - opinar sobre as reformas do regimento Interno;

VII – propor convocação de sessões extraordinárias e solenes;

VIII - promover a policia interna da Câmara, permitir ou não, que sejam irradiados, gravados, filmados ou televisionados os trabalhos da Câmara.

IX- apresentar projetos que dizem respeito à economia interna da Casa e de seu funcionalismo;

X- elaborar, anualmente, o relatório dos trabalhos da Câmara, que será lido na última sessão ordinária do ano.

DO PRESIDENTE

Art. 31 – O Presidente é o representante legal da Câmara nas suas relações externas, cabendo-lhe as funções, administrativas e diretivas de todas as atividades internas, competindo-lhe privativamente, além das atribuições previstas pela Lei Orgânica dos Municípios, residir no município, bem como, comparecer todos os dias da semana, em meio expediente por dia, para verificar e fiscalizar o andamento e os trabalhos da câmara municipal.

Parágrafo primeiro- Não poderá o Presidente da Câmara, exercer outro cargo efetivo no âmbito municipal, estadual ou federal, salvo, se pedir exoneração ou estiver licenciado do cargo, ou ainda, se houver compatibilidade de horários, aplicando-se a regra do Art. 38, inciso III da Constituição Federal

I - zelar pelo respeito às prerrogativas e honorabilidade da Câmara Municipal de Vereadores;

II - convocar e presidir às sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal;

III - designar a Ordem do Dia das sessões e retirar matéria da pauta para cumprimento de despacho, correção de erro ou omissão e para sanar falhas da instrução;

IV - fazer ao Plenário a qualquer momento comunicação de interesse público, da Câmara e do Município;

V- assinar autógrafos, juntamente com o Primeiro e Segundo Secretários, designado para esse fim, substitutos, na ausência dos titulares, em casos de urgência;

VI - fazer observar, na sessão, as disposições regimentais;

VII - assinar títulos e concessões honoríficos juntamente com o Primeiro e Segundo Secretários;

VIII - impugnar as proposições que lhe pareçam contrárias à Constituição ou anti-regimentais, ressalvando ao autor, recurso para o Plenário, que decidirá após audiência da Comissão de justiça;

IX- determinar por requerimento do autor, a retirada de proposição que ainda não tenha parecer de Comissão, ou em havendo, lhe for contrária;

X- não aceitar substitutivo ou emenda que não sejam pertinentes à proposição inicial.

XI - determinar o destino do expediente lido, de oficio ou em cumprimento de resolução e distribuir as matérias às Comissões;

XII - declarar prejudicada a proposição, em face da rejeição de outra com o mesmo objetivo;

XIII - decidir as questões de ordem;

XIV - orientar as discussões e fixar os pontos sobre que devam versar podendo, quando conveniente, dividir as proposições para fins de votação;

XV- zelar pelos prazos dos processos legislativos bem como dos concedidos às Comissões e ao Prefeito;

XVI - nomear os membros das Comissões Especiais criadas por deliberação da Câmara e designar-lhes substitutos por indicação dos líderes;

XVII - desempatar as votações;

XVIII - proclamar os resultados das votações;

XIX - despachar os requerimentos verbais e escritos nos termos deste Regimento;

XX - fazer reiterar pedidos de informações;

XXI - promulgar as resoluções, decretos legislativos e leis quando for o caso;

XXII - resolver, ouvindo o Plenário, qualquer caso não previsto neste Regimento;

XXIII - promover a publicação de resumo dos trabalhos e atos da Câmara;

XXIV - presidir às reuniões da Mesa, dos Presidentes de Comissões e dos Líderes;

XXV- nomear, exonerar, promover, comissionar, demitir, remover, conceder gratificação, licenças, substituições, abrir inquérito administrativo e punir funcionários ou servidores da Câmara Municipal, nos termos da lei. E somente com a aprovação de 2/3 dos membros da câmara poderá exonerar ou demitir funcionários efetivos ou comissionados da Câmara Municipal, após processo administrativo concluído.

XXVI – alterar a carga horária dos servidores e horário de expediente da câmara mediante decreto ou portaria.

XXVII- ordenar, juntamente com 1o. Secretário, as despesas de Administração da Câmara nos limites legais.

Art. 32– O Presidente só se dirigirá ao Plenário, da cadeira presidencial, não lhe sendo lícito dialogar com os Vereadores nem apartear.

Parágrafo Único – O Presidente deixará a cadeira presidencial, sempre que, como Vereador, quiser participar ativamente dos trabalhos da sessão.

Art. 33 – O Presidente só terá voto:

I- na eleição da Mesa;

II- quando a matéria exigir “Quorum” de 2/3 (dois terços);

III- quando houver empate em votação no Plenário.

Parágrafo 1o – A presença do Presidente será sempre considerada para efeito de “quorum”.

Parágrafo 2o – Aplicar-se-á o principio deste artigo, ao Vereador que substituir o Presidente.

DO VICE-PRESIDENTE

Art. 34 – Para suprir a falta ou impedimento do Presidente em Plenário, haverá o Vice-Presidente, Primeiro e o Segundo secretário eleitos juntamente com os membros da Mesa.

Parágrafo 1o – Ao Vice-Presidente, compete substituir o Presidente ficando investido na plenitude das respectivas funções, lavrando-se o termo de posse, caso ocorra à licença ou impedimento, a renúncia ou morte do Presidente.

Parágrafo 2o – Para preenchimento de cargo vago, ocorrido em conformidade com o disposto no parágrafo 1º deste artigo, o Vice-Presidente procederá à eleição na segunda sessão ordinária subseqüente.

DOS SECRETÁRIOS

Art. 35 – Ao Primeiro Secretário, compete:

I - constatar a presença dos Vereadores ao abrir a sessão, anotando no livro de presença os que compareceram e os que faltaram, assim como, encerrar o referido livro da sessão;

II - fazer a chamada dos Vereadores nas ocasiões determinadas pelo Presente, ler a ata, o expediente, bem como, as proposições e demais papéis que devam ser de conhecimento do Plenário;

III - redigir e transcrever as atas das sessões secretas;

IV - assinar com o Presidente e o Segundo Secretário os atos da Mesa, os autógrafos de leis, as resoluções e decretos legislativos, os títulos e concessões honoríficas;

V- ordenar, junto ao Presidente as despesas de Administração da Câmara nos limites legais.

Art. 36 – Ao Segundo Secretário compete:

I - substituir o Primeiro Secretário nas suas ausências, licenças e impedimentos, sucedendo-o na vacância do cargo, com todas as suas prerrogativas;

II - controle das inscrições dos oradores e do tempo de cada orador, bem como, o tempo de seus aparteantes;

III - assinar com o Presidente e Primeiro Secretário os atos da Mesa, os autógrafos de leis, as resoluções e decretos legislativos, bem como, títulos e demais concessões honoríficas;

IV- fazer anotações em lugar específico, das tramitações das proposituras.

V- auxiliar o Presidente e o primeiro Secretário no desempenho das atribuições, quando das sessões plenárias.

Capítulo XIV

DA ELEIÇÃO

Art. 37 – A mesa da Câmara Municipal para o 1o. Biênio será eleita no dia da posse da legislatura, considerando empossados automaticamente os eleitos, e em seguida dando posse respectivamente ao Prefeito e Vice-Prefeito, exceto para o 2o. Biênio que a eleição da Mesa Diretora ocorrerá na última sessão ordinária de dezembro do 2o. ano de mandato, e posse dos eleitos no dia 1o. de janeiro do 3o. ano de mandato.

Parágrafo 1o – A votação para eleição da Mesa Diretora será pública e aberta, mediante chamada nominal.

Parágrafo 2o – A eleição da Mesa será feita por maioria simples de voto presente, pelo menos, a maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo 3o – O presidente em exercício designará dois Vereadores para acompanharem como escrutinadores, os trabalhos de votação e apuração, após o que proclamará os eleitos e dará posse aos mesmos.

Parágrafo 4o – Fica proibido aos membros da Mesa, concorrer à reeleição para o mesmo cargo.

Art. 38 – Na hipótese de não se realizar a sessão ou a eleição por falta de número legal, quando do inicio da legislatura, o Vereador mais idoso dentre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias até que seja eleita a mesa.

I - No caso de haver vereadores idosos com o mesmo número de anos, adota-se como critério de desempate, meses, dias. Se mesmo assim persistir o empate, o vereador mais votado dentre os mais idosos empatados.

Parágrafo Único – Na eleição da Mesa, para segundo biênio da legislatura, ocorrendo à hipótese a que se refere este artigo, caberá ao Presidente ou seu substituto legal, cujos mandatos se findam, a convocação de sessões diárias.

Art. 39 – Na hipótese de ocorrer empate, será considerado eleito, o Vereador mais idoso, desde que apenas dois tenham disputado.

Parágrafo Único – Caso haja mais de dois disputantes, será realizado o segundo escrutínio com a participação apenas dos que obtiveram o

mesmo número de votos no primeiro escrutínio, prevalecendo o empate, aplicar-se-á o disposto no presente artigo.

Capítulo XV

DA RENÚNCIA E DA DESTITUIÇÃO DA MESA

Art. 40 – A renúncia do Vereador ao cargo que ocupa na Mesa, ou do Vice-Presidente, dar-se-á por ofício a ela dirigida e se efetivará, independentemente de deliberação do Plenário, a partir do momento em que for lido em sessão.

Parágrafo Único – Em caso de renúncia total da Mesa, o oficio respectivo será levado ao conhecimento do Plenário pelo Vereador mais idoso dentre os presentes exercendo as funções de Presidente.

Art. 41 – Os membros da Mesa, isoladamente, ou em conjunto, o Presidente e ou Vice-Presidente, quando no exercício da Presidência, poderão ser destituídos de seus cargos, mediante Resolução aprovada por dois terços (2/3), no mínimo, dos membros da Câmara, assegurado o direito de ampla defesa.

Parágrafo Único – É passível de destituição, o membro da Mesa quando faltoso, omisso ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, ou então que exorbite das atribuições a ele conferidas por este Regimento ou por quebra de decoro parlamentar.

I – Considera-se quebra do decoro parlamentar:

a) Atos incompatíveis com o Regimento Interno;

b) Abuso das prerrogativas asseguradas à função legislativa;

c) Recebimento de vantagens ilícitas ou imorais, no exercício do mandato;

d) Atos atentatórias contra a administração pública municipal e da Câmara Municipal;

e) Cometimento de crimes contra a administração pública, definidos no Código Penal Brasileiro.

Art. 42 – O processo de destituição terá inicio por representação, subscrita, necessariamente, por um dos membros da Câmara, lida em Plenário pelo seu autor, em qualquer fase da sessão, com ampla e circunstancial fundamentação.

Parágrafo 1o – Oferecida a representação nos termos do presente artigo e recebida pelo Plenário, a mesma será transformada em projeto de resolução pela Comissão de Justiça, entrando para Ordem do Dia da sessão subseqüente àquela em que foi apresentada, dispondo sobre a constituição da Comissão de Investigação e Processante.

Parágrafo 2o – Com aaprovação do projeto por maioria absoluta, serão sorteados três Vereadores dentre os desimpedidos, para comporem a Comissão de Investigação e Processante, que se reunirá dentro de até 48 (quarenta e oito) horas, sob a Presidência do mais idoso de seus membros, para eleição do Presidente, Vice-Presidente, Relator e dar-se-á início aos trabalhos.

Parágrafo 3o – Não poderão fazer parte da Comissão o acusado ou acusados, o denunciante ou denunciantes, porém, poderão acompanhar todos os atos e diligências da Comissão Processante.

Parágrafo 4o– A Comissão Processante terá o prazo máximo e improrrogável de 90 (noventa) dias para emitir e dar publicação do parecer respectivo, o qual deverá concluir pela improcedência das acusações se julgá-las infundadas; ou, em caso contrário, por projeto de resolução propondo a destituição do acusado, ou acusados.

Parágrafo 5o– Instalada a Comissão de investigação e Processante, o acusado, ou acusados, serão notificados, dentro de três dias, abrindo-lhes o prazo de 10 (dez) dias para apresentação, por escrito, de defesa prévia.

Parágrafo 6o– Findo o prazo estabelecido no parágrafo anterior, a Comissão de Investigação e Processante, de posse ou não da defesa prévia, procederá nas diligências que entender necessárias, emitindo ao final, seu parecer.

Art. 43 – O parecer da Comissão de Investigação e Processante que concluir pela improcedência das acusações, será apreciado em discussão e votação única, na fase do expediente da primeira sessão ordinária, subseqüente à publicação.

Parágrafo 1o– A votação do parecer se fará mediante voto aberto em cédula impressa, que constará dos seguintes dizeres antagônicos: “aprovo o parecer” e “rejeito o parecer” devendo a referida cédula ser assinada pelo votante.

Parágrafo 2o– Caso seja aprovado o parecer, o processo será arquivado e em caso contrário, o mesmo será encaminhado à Comissão de justiça que elaborará dentro de 03 (três) dias, parecer que conclua por projeto de resolução, propondo a destituição do acusado ou acusados.

Parágrafo 3o – Se, por qualquer motivo, não se concluir, na fase do expediente da primeira sessão ordinária a apreciação do parecer, as sessões ordinárias subseqüentes, ou as sessões extraordinárias para esse fim convocadas, serão integral e exclusivamente destinadas ao prosseguimento do exame da matéria, de definitiva deliberação do Plenário sobre a mesma.

Art. 44 – Aprovado o projeto de resolução, propondo a destituição do acusado ou dos acusados, o fiel translado dos autores será remetido à justiça quando for o caso.

Parágrafo Único – Sem prejuízo do afastamento, que será imediato, a resolução respectiva será promulgada e enviada à publicação dentro de 48(quarenta e oito) horas da deliberação do Plenário:

I - pela Mesa, se a destituição não houver atingido a maioria de seus membros;

II - pela Comissão de Justiça em caso contrário, ou quando, na hipótese do anterior, a Mesa não o fizer dentro do prazo estabelecido.

Art. 45 – O membro da mesa envolvido nas acusações não poderá presidir, nem secretariar os trabalhos, quando e enquanto estiver sendo apreciado o parecer da Comissão de investigação e Processante, ou o parecer da Comissão de Justiça, estando igualmente impedido de participar de sua votação.

Parágrafo Único – O denunciante ou denunciantes, o denunciado ou denunciados, são impedidos de votar sobre a denúncia, devendo ser convocado o respectivo suplente, ou suplentes, para exercer o direito de voto e para os efeitos de “quorum”.

Art. 46 – Para discutir o parecer da Comissão de Investigação e Processante, ou Comissão de Justiça, cada Vereador disporá de 15 (quinze) minutos, exceto o relator e o acusado, ou acusados, o denunciante ou denunciantes, cada um dos quais poderá falar durante 60(sessenta) minutos, sendo vedada a cessão de tempo.

Parágrafo Único – Terão preferência à ordem de inscrição, respectivamente, o relator do parecer, o denunciante ou denunciantes, o acusado ou acusados.

DOS LÍDERES

Art. 47 – Líder é o porta-voz de uma representação partidária e o intérprete autorizado das decisões da Bancada junto aos órgãos da Câmara.

Parágrafo 1o– Cada representação partidária deverá indicar à Mesa, em documento subscrito pela maioria dos membros das respectivas bancadas partidárias, no inicio da legislatura, os respectivos Líderes, e Vice-Líderes:

I - caso haja substituição das lideranças de bancada, diferentes das previstas no parágrafo **1o** deste artigo, as representações partidárias, deverão novamente indicar à mesa o nome das lideranças que, por determinação da bancada os substituirão.

II - na falta da indicação de que determina o **Parágrafo 1o** considerar-se-ão líder e vice-líder, respectivamente, o primeiro e o segundo vereadores mais votados de cada bancada.

Parágrafo 2o– Os Líderes serão substituídos nas suas faltas, licenças ou impedimentos, pelos Vice-Líderes.

Parágrafo 3o– É da competência do Líder, além de outras atribuições regimentais expressamente conferidas:

a) - indicação de membros efetivos da Comissão Permanente ou Especial e de substitutos nos casos de falta ou impedimentos;

b) - o Líder poderá usar da palavra em qualquer fase da sessão, pelo prazo de 05(cinco) minutos, para declaração ou comunicações relativas à sua Bancada, ou ao Partido a que pertence quando, pela sua relevância e urgência, interesse ao conhecimento da Câmara;

c) - usar da palavra, preferencialmente, para encaminhar votação e transmitir o pensamento da bancada.

Parágrafo 4o- O uso da palavra, na hipótese prevista neste artigo, poderá ser delegado a qualquer dos liderados, mediante comunicação à Mesa.

Parágrafo 5o - As lideranças partidárias poderão ser exercidas por integrantes da mesa, exceto pelo presidente.

Art. 48 – O disposto na letra "b" do artigo anterior, não se aplicará durante o tempo correspondente à Ordem do Dia em que figuram proposições em regime de urgência, salvo para manifestação sobre matéria dela constante.

Art. 49 – Os Líderes poderão sempre julgar necessário, requerer verbalmente a suspensão dos trabalhos por até 30 (trinta) minutos improrrogáveis, para exame da matéria em discussão.

Capítulo XVI

DAS COMISSÕES

DAS ESPÉCIES

Art. 50 –A Câmara Municipal terá Comissões Permanentes e Temporárias:

I - Permanentes – as que subsistem através de cada período legislativo;

II - Temporárias – as que são constituídas com finalidades especiais, ou de representação, e que se extinguem com o término da legislatura, ou antes dela, quando preenchidos os fins para os quais foram constituídos.

PERMANENTES

Art. 51 – As Comissões Permanentes têm por objetivo estudar os assuntos submetidos a seu exame, manifestar sobre eles a sua opinião e preparar, por iniciativa própria ou indicação do Plenário, projetos de resolução ou decretos legislativos atinentes à sua especialização.

Art. 52 – As Comissões Permanentes são 05 (cinco), com as seguintes denominações:

I - justiça e redação;

II – finanças, orçamento e fiscalização;

III – obras, transporte, trânsito, urbanismo e serviços públicos;

IV – educação, cultura, saúde, meio ambiente, agricultura, esporte e turismo;

V – segurança pública, indústria, comércio, cidadania, assistência social, direitos humanos;

Parágrafo único: Poderão ser criadas novas comissões permanentes, quando necessárias, independente do número de comissões.

TEMPORÁRIAS

Art. 53 – As Comissões Temporárias são:

I - comissões Especiais;

II - comissões Especiais de Inquérito;

III - comissões de Representação;

IV - comissões de investigação e Processante.

Capitulo XVII

DA COMPOSIÇÃO

DAS PERMANENTES

Art. 54 - É a seguinte a composição das Comissões Permanentes:

I – constituição, justiça e redação, composta por 01 (um) Presidente, 01 (um) Vice e 01(um) Relator;

II – finanças, orçamento e fiscalização, 01(um) Presidente, 01 (um) Vice e 01 (um) Relator;

III – obras, transporte, trânsito e serviços públicos, 01 (um) Presidente, 01 (um) Vice e 01 (um) Relator;

IV – educação, cultura, saúde e meio ambiente, 01 (um) Presidente, 01 (um) Vice e 01 (um) Relator;

V – segurança pública, indústria, comércio, cidadania, assistência social e direitos humanos; 01 (um) Presidente, 01 (um) Vice e 01 (um) Relator;

Art. 55 – A composição diretiva das Comissões Permanentes poderá ser feita de comum acordo, pelos Líderes das Bancadas vereadores.

Parágrafo Único - Havendo acordo, dispensar-se-á a eleição, lavrando-se ata, oficiando-se ao Presidente da Câmara para conhecimento do Plenário.

Art. 56 – Não havendo acordo, proceder-se-á a eleição dos membros das Comissões Permanentes, votado, cada membro, num único nome para cada cargo, considerando-se eleitos os mais votados.

Parágrafo 1o – Cada Comissão elegerá um Presidente e um Vice-Presidente e Relator.

Parágrafo 2o – A votação para constituição diretiva de cada uma das Comissões Permanentes se fará mediante voto a descoberto, em cédula separada, impressa, datilografada ou manuscrita, com a indicação do nome e cargo do votado e assinada pelo votante.

Art. 57 – As Comissões Permanentes, eleitas para o mandato de 02 (dois) anos, deverão funcionar até à posse das que foram eleitas para o mandato subseqüente.

I - A renúncia a lugar em comissão (permanente ou temporária) far-se-á em comunicação escrita à mesa.

Art. 58 – Cada Vereador não poderá fazer parte, como membro efetivo, em mais de 03 (três) Comissões Permanentes e por igual número, como suplente.

Art. 59 – As Comissões Permanentes serão organizadas mediante indicação dos líderes de partido, no início da Ordem do Dia da primeira sessão ordinária do ano legislativo e nomeadas pelo Presidente.

Parágrafo 1o – No ato da composição das Comissões Permanentes, figurará sempre o nome do Vereador efetivo, ainda que licenciado, bem como de seu suplente na respectiva Comissão.

Parágrafo 2o– Os Suplentes, mediante a obrigatória convocação do Presidente da respectiva Comissão, tomarão parte nos trabalhos sempre que qualquer membro efetivo não se ache presente.

Parágrafo 3o– É vedado às comissões permanentes pronunciarem-se sobre o que não for de sua competência.

DAS ESPECIAIS

Art. 60 – As Comissões Especiais serão constituídas mediante apresentação de projetode resolução, de autoria da Mesa, ou subscrito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo 1o – O projeto de resolução, independente de parecer, terá uma única discussão e votação, na Ordem do Dia da sessão subseqüente àquela de sua apresentação.

Parágrafo 2o– O projeto de resolução, propondo a constituição de Comissão Especial, deverá indicar necessariamente:

a) - a finalidade, devidamente fundamentada;

b) - o número de membros;

c) - o prazo de funcionamento.

I - O prazo das comissões temporárias é contado a partir da publicação dos atos que as criarem, suspendendo-se nos períodos de recesso do legislativo.

Parágrafo 3o – O Presidente da Câmara, por indicação dos Líderes, nomeará seus membros.

I - Em casos de bancadas com o mesmo número de membros, proceder-se-á o sorteio entre as mesmas para o preenchimento da(s) vaga(s) a suprir.

Art. 61 – O primeiro signatário do projeto de resolução que a propôs, obrigatoriamente, fará parte da Comissão Especial.

ESPECIAIS DE INQUÉRITO

Art. 62– As Comissões Especiais de Inquérito, constituídas nos termos da Constituição Municipal, destinar-se-ão a examinar irregularidades ou fato determinado que se inclua na competência Municipal.

Parágrafo 1o – A proposta da constituição de Comissão Especial de Inquérito deverá contar, no mínimo, com a assinatura de 1/3(um terço) dos membros da Câmara.

Parágrafo 2o– Recebida a proposta, a Mesa elaborará projeto de resolução ou de decreto legislativo, conforme a área de atuação, com base na solicitação inicial, seguindo a tramitação estabelecida nos parágrafos 1º, 2º e 3o do Art. 60.

Parágrafo 3o – No caso, em que se examinem irregularidades ou fato determinado, envolvendo a pessoa do Vereador ou vereadores, ou ainda a do Prefeito, a Comissão regulada por esta Secção, não poderá apresentar relatório conclusivo, cabendo esta competência à Comissão de Investigação e Processante, instituída de acordo com a Secção V, do presente Capítulo.

REPRESENTAÇÃO

Art. 63 – As Comissões de Representação terão por finalidade representar a Câmara em atos externos.

Parágrafo 1o – As Comissões de Representação serão constituídas por deliberação do Presidente da Câmara, ou a requerimento subscrito, no mínimo, pela maioria absoluta do Legislativo, independentemente de deliberação do Plenário.

Parágrafo 2o – Os membros da Comissão de Representação, serão designados de imediato pelo Presidente.

Parágrafo 3o– A Comissão de Representação, constituída a requerimento da maioria absoluta da Câmara, será sempre presidida pelo seu primeiro signatário, quando dela não faça parte o Presidente da Câmara ou um dos Vice-Presidentes.

INVESTIGAÇÕES E PROCESSANTES

Art. 64– As Comissões de Investigação e Processantes serão constituídas com as seguintes finalidades:

I – apurar infrações político-administrativas do Prefeito e dos Vereadores, no desempenho de suas funções, e nos termos fixados na legislação federal pertinentes;

II – destituição dos membros da Mesa nos termos deste Regimento.

Parágrafo Único – Para os efeitos de extinção e cassação de mandatos de Vereadores e Prefeito, aplicar-se-á o disposto na legislação federal.

Capitulo XVIII

DA DIREÇÃO

Art. 65 – As Comissões Permanentes, logo que constituídas reunir-se-ão para eleger os respectivos Presidentes e Vice-Presidentes, sob a presidência do mais idoso de seus membros.

Art. 66 – Compete aos Presidentes das Comissões:

I – deliberar sobre os dias e horas de reunião ordinária;

II - convocar reuniões extraordinárias;

III – ordenar e dirigir os trabalhos das Comissões;

IV – dar-lhe conhecimento de toda matéria recebida;

V – designar relatores para a matéria distribuída às Comissões, agindo eqüitativamente na sua distribuição;

VI – zelar pela observância dos prazos concedidos às Comissões;

VII – representar a Comissão nas relações com a Mesa, com outras comissões, com os líderes, e com o Plenário;

VIII – resolver, nos termos deste regimento, as questões de ordem ou reclamações suscitadas na comissão;

IX – conceder "vista" de proposições aos membros das Comissões, que não poderão exceder a 05 (cinco) dias para as proposições em regime de tramitação ordinária;

X – convocar Suplentes ou solicitar substituto à Presidência da Câmara para os membros das Comissões que estiverem ausentes;

XI – ser o órgão de comunicação da Comissão com a Mesa, com as outras Comissões e com os Líderes;

XII – desempatar as votações;

XIII – assinar o expediente das Comissões;

XIV – solicitar em virtude de deliberação das Comissões, os serviços de funcionários e técnicos para estudo de determinado trabalho;

XV – convidar, para o mesmo fim do item anterior, técnicos ou especialistas e representantes de entidades ou associações científicas ou de classe;

XVI - outras atribuições pertinentes ao cargo.

Parágrafo 1o- O Presidente poderá funcionar como relator, e terá voto em todas as deliberações da Comissão.

Parágrafo 2o- Compete ao presidente da comissão de Constituição e Justiça presidir as reuniões conjuntas das comissões**.**

Art. 67 – De todos os atos e deliberações do Presidente sobre questões de ordem e, em geral sobre o andamento e direção dos trabalhos, caberá recurso de qualquer membro à Comissão que decidirá a respeito.

Parágrafo Único – A Comissão terá 10 (dez) dias de prazo para dar decisão, ou na falta dela, o membro recorrente poderá interpor novo recurso ao Plenário, dentro de 10(dez) dias, após o vencimento do prazo.

Art. 68. – Ao Vice-Presidente, compete substituir o Presidente em suas ausências, faltas, impedimentos e licenças.

Art. 69 – Compete, em comum, às comissões:

I - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

II - encaminhar, através da mesa, pedidos de informação sobre matéria que lhes for submetida;

III- receber sugestões e reclamações de qualquer cidadão;

IV- solicitar colaboração de órgãos e entidades da administração pública e da sociedade civil, para elucidação de matéria sujeita a seu pronunciamento;

V - estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático, podendo promover ou propor à mesa da Câmara a realização de conferências, seminários, palestras e exposições.

Parágrafo único - Quando duas ou mais Comissões Permanentes apreciarem proposições ou qualquer matéria em reunião conjunta, a Presidência dos trabalhos caberá ao mais idoso presidente de Comissão, dentre os presentes, salvo o disposto no art. 66, parágrafo 2 **o**.

Art. 70 – As Comissões temporárias, além do Presidente e Vice-Presidente, elegerão também o relator, quando for o caso.

Parágrafo Único - Mesmo não sendo integrante, o vereador poderá assistir às reuniões de qualquer comissão permanente, discutir matéria em debate e apresentar sugestões por escrito, dando-se prioridade ao autor da proposição.

Capitulo XIX

DAS ATRIBUIÇÕES

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Art. 71- Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Redação:

I- examinar e emitir parecer sobre:

a) aspecto constitucional, legal e regimental das proposições;

b) veto que tenha por fundamento a inconstitucionalidade;

c) licença ou afastamento do Prefeito.

II- dar parecer sobre recurso contra decisão da Presidência;

III- zelar pelo cumprimento da Declaração Universal dos Direitos do Homem;

IV- responder a consultas da Mesa, de Comissão ou de Vereador na área de sua competência;

V - elaborar projeto de decreto legislativo sobre licença do Prefeito e do Vice-Prefeito e quando a matéria referir-se à aplicação de dispositivos constitucionais, orgânicos e regimentais.

Parágrafo 1o. – Compete ainda manifestar-se sobre o mérito das seguintes proposições:

1- organização administrativa da Câmara e da Prefeitura;

2- contratos, ajustes, convênios e consórcios;

3- licença de Vereadores;

4- proposições de discussão única.

FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Art. 72 – Compete à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização:

I- examinar e emitir parecer sobre:

a) projetos de lei relativos ao plano plurianual;

b) projetos de lei relativa às diretrizes orçamentárias;

c) projetos de lei relativa ao orçamento anual;

d) projetos de lei relativos aos créditos adicionais;

e) contas apresentadas anualmente pelo Prefeito;

f) projetos de lei ordinária ou complementar, inclusive suas emendas, que tratem de matéria financeira;

g) veto que envolva matéria financeira;

h) matéria relativa ao planejamento urbano, planos diretores, em especial, planejamento e controle do parcelamento, uso e ocupação do solo;

i) administração de pessoal;

j) proposições referentes à matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outros que direta ou indiretamente alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;

l) atividades econômicas desenvolvidas no Município;

m) economia urbana e rural e desenvolvimento técnico-científico aplicado à indústria, à prestação de serviços, ao comércio e à agricultura.

II- exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo das demais Comissões da Câmara Municipal;

III- examinar relatório de execução orçamentária

IV- apresentar emendas à proposta orçamentária;

V- acompanhar a execução orçamentária da Câmara;

VI- elaborar projeto de resolução sobre as contas da Câmara;

VII- elaborar projeto de decreto legislativo sobre as contas da Prefeitura;

VIII- elaborar a redação final dos projetos de diretrizes orçamentárias, plano plurianual, orçamento anual.

Parágrafo 1o.-Emitir parecer sobre a Prestação de contas do Prefeito e da Mesa da Câmara após o parecer do Tribunal de contas do estado, concluindo por projeto de decreto legislativo e projeto de resolução, respectivamente:

I - Emitir parecer sobre Proposições que fixem os vencimentos do funcionalismo ou subsídios e a verba de representação do Prefeito, Vice-Prefeito, Presidente da Câmara e dos Vereadores quando for o caso.

Parágrafo 2o. – Compete, ainda, à Comissão de Finanças e Orçamento:

a) - Apresentar nos meses de agosto e setembro, do último ano de cada legislatura, projeto de decreto legislativo fixando os subsídios e a verba de representação do Prefeito e do Vice-prefeito, para vigorar na legislatura seguinte;

b) - Apresentar de igual forma nos meses de agosto e setembro, do último ano de legislatura, projeto de resolução, fixando a verba de representação do Presidente da Câmara e subsídios dos Vereadores, quando for o caso;

c) - Zelar para que em nenhuma Lei, sejam criados encargos ao erário municipal, sem que se especifiquem os recursos necessários à sua execução;

d) - A fiscalização financeira orçamentária e patrimonial da administração direta e indireta do município, no tocante à legalidade, regularidade, eficiência e eficácia de seus órgãos, no cumprimento dos objetivos institucionais, recorrendo ao Tribunal de Contas sempre que necessário.

Parágrafo 3o. – Na falta de iniciativa da Comissão de Finanças e Orçamento, para as proposições enumeradas nas letras “a” e “b” do parágrafo anterior, a Mesa apresentará projeto de resolução, ou de Decreto Legislativo, conforme o caso, com base nos subsídios e verbas de representação em vigor, de acordo com a legislação superior.

OBRAS, TRANSPORTE, TRÂNSITO E SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 73 – Compete à Comissão de obras, transporte, trânsito e serviços públicos:

Parágrafo primeiro - emitir parecer sobre todos os processos atinentes a realização de obras e execução de serviços pelo Município, autarquias, entidades para estatais e concessionárias que digam respeito a transportes, comunicações, indústria, Comércio sujeitas à deliberação da Câmara dentre os processos de competência desta comissão, citam-se alguns:

I - denominação de vias e logradouros públicos;

II - planejamento urbano, em especial o planejamento e controle do parcelamento, uso e ocupação do solo;

III - organização do território municipal especialmente divisão em distritos, observada a legislação estadual e delimitação do perímetro urbano;

IV - bens imóveis municipais: concessão de uso, retomada de bens cedidos às instituições filantrópicas e de utilidade pública, com a finalidade de prática de programas de relevante interesse social, alienação e aquisição;

V- permutas;

VI- obras e serviços públicos;

VII- assuntos referentes à habitação;

VIII- assuntos referentes a transportes coletivos, individuais, frete, carga e descarga, vias urbanas e estradas municipais e à respectiva sinalização.

Parágrafo 1o – A Comissão de **OBRAS,TRANSPORTE, TRÂNSITO E SERVIÇOS PÚBLICOS,**compete também fiscalizar a execução do Plano diretor de Desenvolvimento Integrado.

EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE, MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA,ESPORTE E TURISMO

Art. 74 - Compete à Comissão de Educação, Cultura, Saúde, Meio Ambiente, Agricultura**,** Esporte e Turismo examinar e emitir parecer sobre:

I **-** preservação da memória da cidade no plano estético, paisagístico, patrimônio histórico, cultural, artístico e arquitetônico;

II - concessão de títulos honoríficos e demais homenagens;

III - serviços, equipamentos e programas culturais, turísticos, esportivos, recreativos e de lazer;

IV - programas voltados ao idoso, à mulher, à criança, ao adolescente e aos portadores de deficiências;

V - projetos e programas de desenvolvimento do potencial turístico do município;

VI - demais matérias pertinente ao setor;

VII - fiscalizar a execução o plano de turismo da cidade.

EDUCAÇÃO

Art. 75 – Compete ainda, à Comissão Integrante da Educação, fiscalizar, examinar e emitir parecer sobre:

I- sistemas de ensino;

II- projetos relativo à erradicação do analfabetismo;

III- aplicação do percentual constitucional;

IV- demais matérias pertinentes ao ensino fundamental.

SAÚDE

Art. 76 - Compete ainda, à Comissão integrante de saúde examinar e emitir parecer sobre:

I- sistema único de saúde e seguridade social;

II- vigilância sanitária, epidemiológica e nutricional;

III- segurança e saúde do trabalhador;

IV- saneamento básico;

V- matéria que disponha sobre a proteção da vida humana;

VI- planejamentos e projetos urbanos e rurais, que tenham impacto direto ou indireto com a qualidade de vida e saúde das pessoas;

VII- todas e quaisquer matérias alusivas à saúde humana, no âmbito municipal;

VIII - celebração de quaisquer convênios ou outrosmeios equivalentes, na área de saúde pública;

IX - o gerenciamento hospitalar municipal ou conveniado.

Parágrafo 1o – À Comissão de saúde, compete também, fiscalizar a execução do CÓDIGO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO.

DO MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA

Art. 77 – Compete ainda, à Comissão integrante da defesa do Meio Ambiente e Agricultura, examinar e emitir parecer sobre:

I - matérias e assuntos referentes ao meio ambiente, tendo por base a preservação, defesa e manutenção do ecossistema;

II - controle da poluição ambiental quer seja da terra, do ar, cursos de água, sonora ou visual;

III - defesa de nossas áreas verdes, estudando e propondo medidas que visem a sua ampliação, defendendo o Município contra a devastação de suas matas;

V - todas e quaisquer matérias pertinentes ao meio ambiente e agricultura.

Parágrafo 1o – À Comissão do Meio Ambiente e Agricultura**,**compete também, fiscalizar a execução do CÓDIGO municipal do meio ambiente.

SEGURANÇA PÚBLICA, INDÚSTRIA,COMÉRCIO, CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Art. 78 – Compete à Comissão integrante da segurança pública:

I - examinar e emitir parecer: sobre todos os processos atinentes à segurança, tanto pública quanto privada, no município;

II - opinar e acompanhar a instalação de órgãos de segurança municipal, estadual e federal.

II - opinar sempre que solicitada sobre a redação de quaisquer proposições que tramitem pela Casa.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Art. 79- Compete à Comissão integrante da INDÚSTRIA E COMÉRCIO: examinar e emitir parecer sobre matérias que digam respeito a programas e ou projetos de desenvolvimento industriais ou comerciais, bem como o controle e a avaliação das atividades correlatas.

CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Art. 80 - Compete à Comissão integrante da Cidadania, Assistência Social e Direitos Humanos:

I- examinar e emitir parecer sobre:

a) proteção e promoção dos direitos da família, mulheres, crianças, adolescentes, idosos, portadores de necessidades especiais, população indígena e dos discriminados por origem étnica ou orientação sexual;

b) assistência social;

c) - trabalho;

d) - acesso à terra e à habitação;

II - acompanhar no território do Município qualquer tipo de lesão, individual ou coletiva, aos Direitos Humanos e do Cidadão;

III - dar conhecimento aos órgãos de justiça, de denúncias encaminhadas à Comissão, das quais possam decorrer responsabilidades civil e criminal;

IV- exercer funções preventivas, antecipando-se a acontecimentos onde exista a possibilidade de violência e lesão aos Direitos Humanos e do Cidadão.

Art. 81 - À Comissão de Redação, compete ainda:

I - oferecer a redação final dos projetos apresentados em Plenário, salvo o disposto no VIII do artigo 72;

II - opinar sempre que solicitada sobre a redação de quaisquer proposições que tramitem pela Casa.

DAS TEMPORÁRIAS

Art. 82. – As Comissões Temporárias terão como atribuições, as finalidades para as quais foram criadas.

Parágrafo 1o. – Concluídos seus trabalhos, elaborarão parecer sobre a matéria enviando-a ao Presidente, que comunicará ao Plenário a conclusão de seus trabalhos.

Parágrafo 2o. – Sempre que julgar necessário consubstanciar o resultado de seu trabalho numa proposição, dever-se-á apresentá-la em separado, constituindo o parecer, a respectiva justificativa, respeitada a iniciativa privativa do prefeito, Mesa e Vereadores, quanto a projetos de lei, caso em

que oferecerá tão somente a proposição como sugestão a quem de direito.

Parágrafo 3o. – Se a Comissão deixar de concluir seus trabalhos dentro do prazo estabelecido, ficará automaticamente extinta, salvo se o Plenário houver aprovado, em tempo hábil, a prorrogação de seu prazo de funcionamento, através de projeto de resolução ou de decreto legislativo, conforme o caso de iniciativa de todos os seus membros e terá uma única discussão e votação na Ordem do Dia da sessão subseqüente à sua apresentação.

Parágrafo 4o. – Não caberá constituição de Comissão Temporária, para tratar de assuntos de competência específica de qualquer das Comissões Permanentes.

Parágrafo 5o - Não se constituirão comissões temporárias, enquanto, três outras estiverem em funcionamento, salvo comissão temporária de representação.

Art. 83. – Aplica-se, subsidiariamente, às Comissões Temporárias, no que couber e desde que não coincidentes com os desta seção, os dispositivos concernentes às Comissões Permanentes.

Capitulo XX

DAS REUNIÕES

Art. 84. – As Comissões reunir-se-ão, ordinariamente, no Edifício da Câmara, nos dias e hora previamente fixados pelo Presidente.

Parágrafo 1o– O Órgão Oficial publicará periodicamente a relação das Comissões e sua constituição com a designação do horário e data em que realizam as reuniões.

Parágrafo 2o – As reuniões extraordinárias serão sempre convocadas com antecedência mínima de 24(vinte e quatro) horas, avisando-se obrigatoriamente, a todos os integrantes da Comissão, prazo esse dispensado, se contar no ato de convocação com a presença de todos os membros.

Parágrafo 3o– As reuniões, ordinárias e extraordinárias, durarão o tempo necessário para os seus fins, salvo deliberação em contrário.

Parágrafo 4o – As Comissões somente deliberarão com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo 5o – Emreuniões, salvo deliberação em contrário, tomada pela maioria de seus membros, serão públicas.

Parágrafo 6o– As Comissões não poderão reunir-se no período da Ordem do Dia das sessões da Câmara, salvo para emitirem parecer em matéria sujeita a tramitação de urgência e as proposições sob regime de decurso de prazo, ocasião em que serão as sessões suspensas.

Art. 85 – Os membros da Comissão que faltarem a mais de 03(três) reuniões consecutivas, sem justificativa, perderão suas funções e a ela não poderão retornar no mesmo biênio legislativo.

Capitulo XXI

DOS TRABALHOS

Art. 86– Os trabalhos das Comissões iniciar-se-ão, salvo deliberação em contrário, pela leitura e discussão da ata da reunião anterior que, se aprovada, será assinada pelo Presidente e demais membros.

Art. 87– As Comissões Permanentes e, quando couber as Especiais, serão secretariadas por funcionário da secretaria da Câmara, na forma do regulamento.

Art. 88– As Comissões Permanentes poderão requisitar do Executivo, por intermédio do Presidente da Câmara, independentemente de manifestação do Plenário, todas as informações julgadas necessárias, cabendo ao Presidente o prazo de 05(cinco) dias para encaminhá-las.

Art. 89– Quando qualquer processo for distribuído a mais de uma Comissão, cada qual dará seu parecer separadamente, ouvido em primeiro lugar a de justiça e constituição, quanto ao aspecto legal ou constitucional e, em último, a de Finanças e Orçamento, quando for o caso.

Art. 90. – Mediante comum acordo de seus Presidentes em caso de urgência justificada, poderão as Comissões Permanentes realizar reuniões conjuntas para exame das proposições ou qualquer matéria a elas submetidas.

Parágrafo 1o– O parecer das Comissões poderá ser em conjunto, desde que consigne a manifestação de cada uma delas, ou em separado, se essa for orientação preferida, mencionando, em qualquer caso, os votos vencidos, em separado, pelas conclusões e com restrições.

Parágrafo 2o – Cada Comissão poderá ter o seu relator senão preferir Relator único.

Parágrafo 3o – O estudo da matéria será em conjunto, mas a votação far-se-á, separadamente, na ordem constante com despacho da mesa.

Art. 91 – Pretendendo uma Comissão que outra se manifeste sobre o processo a ela submetido, assim o requererá ao Presidente.

Art. 92 – A manifestação de uma Comissão sobre determinada matéria, não excluirá a possibilidade de nova manifestação, mesmo em proposição de sua autoria, se houver razões que a justifiquem e o Plenário assim deliberar.

Art. 93 – Cada Comissão limitará o exame, os pedidos de diligência e as emendas à parte inerentes à sua competência sendo-lhe, entretanto, permitido consignar a omissão de pronunciamento verificado em matéria da competência de outra Comissão.

Art. 94 – Os processos e demais papéis destinados às Comissões serão distribuídos por meio de protocolo e irão com vista aos Vereadores por igual forma.

Art. 95– Poderão ser convidados para participarem dos trabalhos das Comissões, sem direito a voto, técnicos ou representantes de entidades que tenham interesse na matéria submetida à apreciação das mesmas.

Capitulo XXII

DOS PRAZOS

Art. 96– Salvo as exceções previstas neste Regimento para emitir parecer sobre qualquer matéria, cada Comissão Permanente terá o prazo de 15(quinze) dias prorrogáveis por mais 08 (oito) dias, pelo Presidente da Câmara, a requerimento devidamente fundamentado.

Parágrafo 1o – O prazo previsto neste artigo começa a correr a partir da data em que o processo der entrada na Comissão.

Parágrafo 2o – O Presidente da Comissão, dentro do prazo máximo de 03(três) dias úteis, designará o relator.

Parágrafo 3o – O relator terá o prazo improrrogável de 8(oito) dias para apresentação do parecer.

Parágrafo 4o – Findo o prazo previsto no parágrafo anterior sem que o parecer seja apresentado, o Presidente da Comissão evocará o processo e emitirá parecer.

Art. 97– Se houver pedido de vista, este será concedido pelo prazo máximo de 05(cinco) dias, improrrogáveis, nunca porém, com transgressão do limite do prazo estabelecido no Art.96.

Parágrafo 1o. – Só se concederá vista do processo, depois de estar o mesmo devidamente relatado.

Parágrafo 2o. – Não serão aceitos pedidos de vista para projetos em fase de redação final, com prazo fatal de apreciação, que se encontrem em regime de urgência e para os processos sob regime de decurso de prazo.

Art. 98. – Dependendo do exame de qualquer outro processo ainda não chegado à Comissão, deverá seu Presidente requisitá-lo ao Presidente da Câmara, sendo que, neste caso os prazos estabelecidos ficarão sem

fluência por 20(vinte) dias corridos no máximo, a partir da data da requisição.

Parágrafo Único – A entrada do processo requisitado na Comissão antes de decorridos os 20 (vinte) dias dará continuidade à fluência do prazo interrompido.

Art. 99. – Os prazos previstos no presente capítulo, não se aplicam aos projetos sob regime de decurso de prazo, que os terão reduzido pela metade.

Art. 100– Sempre que a Comissão solicitar informações do Prefeito ou audiência preliminar de outra Comissão, fica interrompido o prazo regimental, até o máximo de 20 (vinte) dias, findo o qual deverá a Comissão exarar o seu parecer.

Parágrafo Único – O prazo não será interrompido quando se tratar de projeto sob regime de decurso de prazo, neste caso, a Comissão que solicitou as informações, poderá completar seu parecer até 48 (quarenta e oito) horas, após o atendimento da solicitação, desde que o projeto ainda se encontre em tramitação, cabendo ao Presidente diligenciar justo a urgência necessária.

Art. 101- Decorridos os prazos previstos, deverá o processo ser devolvido à Secretaria, com ou sem parecer, sendo que, na falta deste, o Presidente declarará o motivo.

Parágrafo Único – Na falta do parecer, o presidente da Câmara designará relator especial, que terá o prazo de 5 (cinco) dias para o seu pronunciamento, prorrogáveis por mais 5(cinco) dias, desde que, devidamente justificado perante o Presidente da Câmara.

Art. 102. – Decorridos os prazos de todas as Comissões a que tenham sido enviados, poderão os processos ser incluídos na Ordem do Dia, com ou sem parecer, pelo Presidente da Câmara de oficio, ou a requerimento de qualquer Vereador, independentemente do pronunciamento de plenário.

Parágrafo Único – Para os fins do disposto neste artigo, o Presidente da Câmara se necessário, determinará a pronta restauração do processo.

Capitulo XXIII

DA MANIFESTAÇÃO

DOS RELATÓRIOS

Art. 103. – A designação do relator independe de reunião da Comissão e deverá ser feita dentro de 3(três) dias a partir do recebimento do projeto na Comissão, salvo nos casos em que este Regimento estipule outro prazo.

Parágrafo 1o. – O relator do parecer aprovado pela Comissão relatará também obrigatoriamente quaisquer emendas à Mesa, salvo ausência ou recusa.

Parágrafo 2o. – Quando se trata de emenda oferecida pelo relator, em Plenário, o Presidente da Comissão designará outro Vereador para relatá-la.

Art. 104. – Não poderá funcionar como relator, o autor da proposição.

Art. 105 – O presidente poderá funcionar como relator.

DOS RELATÓRIOS

Art. 106– O relatório deverá ser oferecido por escrito, salvo nos casos e, que este Regimento admita parecer em Plenário.

Art. 107– Lido o relatório, desde que a maioria dos membros presentes à reunião se manifeste de acordo com o relator, ele passará a constitui o parecer.

Parágrafo Único – Conhecido o voto do relator, qualquer membro da Comissão poderá pedir vista do processo nos termos regimentais.

DOS PARECERES

Art. 108 – Parecer é o pronunciamento da Comissão sobre qualquer matéria sujeita a seu estudo.

Parágrafo Único – Salvo, nos casos expressamente previstos neste regimento, o parecer será escrito e constará de três partes fundamentais:

I – exposição da matéria em exame;

II – conclusões da Comissão, tanto quanto possível sintética, opinando sobre a conveniência da aprovação, ou rejeição da matéria e, quando for o caso, oferecendo-lhe substitutivo ou emenda;

III – decisão da Comissão, com assinatura dos membros que votaram a favor, ou contra a matéria.

Art. 109– Os membros das Comissões emitirão seu juízo sobre a manifestação do relator, mediante voto.

Parágrafo Único – Os relatórios somente poderão receber as demais assinaturas, após a sua apreciação pelos membros da Comissão.

Art. 110– Para efeito de contagem de votos emitidos, serão considerados:

I – favoráveis, e os que tragam ao lado da assinatura do votante, a indicação “com restrições”, ou pelas conclusões;

II – contrários, os que tragam ao lado da assinatura do votante, a indicação “contrário”;

Art. 111 – Poderá ainda, o membro da Comissão, exarar o “voto em separado” devidamente fundamentado:

I – “pelas conclusões”, quando favoráveis às conclusões do relator e dê outra e diversa fundamentação;

II – “aditivo” quando favorável às conclusões do relator, acrescente novos argumentos à sua fundamentação;

III – “contrário”, quando se oponha frontalmente às conclusões do relator.

Parágrafo 1o–O voto do relator não acolhido pela maioria da Comissão, constituirá “voto vencido”.

Parágrafo 2o. – O “voto em separado”, divergente, ou não, das conclusões do relator, desde que acolhido pela maioria da Comissão, passará a constituir seu parecer.

Parágrafo 3o.- Fica impedido de exarar parecer e votar nas comissões o autor da proposição.

Art. 112– Concluído o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e pela inconstitucionalidade ou ilegalidade de qualquer proposição, deverá o referido parecer ser submetido ao Plenário, a fim de, em discussão e votação única, ser apreciado.

Parágrafo Único – Se aprovado o parecer da Comissão Constituição e Justiça, a matéria será sumariamente arquivada e, se rejeitada o parecer, terá sua tramitação normal.

Art. 113– As Comissões poderão concluir os pareceres com a apresentação de emendas, subemendas ou substitutivo total.

Parágrafo Único – Considera-se emenda de Comissão, a proposta feita por qualquer de seus membros e por ela adotada.

Capitulo XXIV

DAS VAGAS E LICENÇAS

Art. 114 – As vagas das Comissões, verificar-se-ão:

I – com a renúncia;

II – com a perda do lugar.

Parágrafo 1o– A renúncia de qualquer membro da Comissão será ato acabado e definitivo, desde que manifestada, por escrito, ao Presidente da Câmara.

Parágrafo 2o– O membro da Comissão que faltar a mais de 3(três) reuniões consecutivas, sem justificativa aceita pela mesma, perderá suas fun-

ções e será substituído nos termos regimentais, não mais podendo participar da mesma durante o biênio correspondente.

Parágrafo 3o– A perda dar-se-á por simples representação de qualquer Vereador ou por oficio do Presidente da Comissão, que após comprovar a autenticidade das faltas e a sua não justificativa em tempo hábil, declarará vago o cargo na Comissão e comunicará à Presidência da Câmara.

Parágrafo 4o– O presidente da Câmara preencherá, por nomeação, as vagas verificadas nas Comissões, de acordo com a indicação do Líder do partido a que pertencer o substituído, exceção das representações unitárias.

Art. 115 – No caso de licença e impedimento de qualquer membro das Comissões Permanentes, caberá ao Presidente da Câmara a designação do substituto, depois de ouvida a liderança do Partido.

Parágrafo Único – Tratando-se de licença do exercício de mandato de Vereador, a nomeação recairá, obrigatoriamente, no respectivo Suplente que assumir a vereança.

Art. 116 – Sempre que um membro da Comissão não puder comparecer às reuniões, comunicá-la diretamente ao seu Presidente, ou por intermédio do Líder de seu partido, para efeito de convocação do respectivo Suplente.

Parágrafo 1o. – Na falta do Suplente, o Presidente da Câmara, a requerimento do Presidente da Comissão respectiva, o designará, por indicação do Líder do partido a que pertence o impedido ou o ausente.

Parágrafo 2o. – Cessará a permanência do substituto na Comissão, desde que o substituído compareça às reuniões.

Art. 117 – Serão devolvidas ao Presidente da Comissão, para serem redistribuídas, as proposições em poder de titular ou suplente que se afastar do exercício do mandato.

Capitulo XXV

DAS ATAS

Art. 118 – Das reuniões das Comissões lavrar-se-á atas com sumário do que, durante elas, houver ocorrido, devendo consignar, obrigatoriamente:

I – a hora e local da reunião;

II – o caráter da reunião: se ordinária ou extraordinária;

III – os nomes dos membros que compareceram e dos que se fizerem ausentes, com ou sem justificativa;

IV – referência sucintas dos relatórios lidos e dos debates;

V – relação da matéria distribuída e os nomes dos respectivos relatores, cujo ato poderá ocorrer fora das reuniões.

Art. 119 – À Secretaria, incumbida de prestar assistência às Comissões, além da redação das atas de suas reuniões, caberá manter protocolo especial para cada uma delas.

Capitulo XXVI

DO PLENÁRIO

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 120 – O Plenário é o órgão deliberativo e soberano da Câmara Municipal, constituído pela reunião dos Vereadores em exercício, em local, forma e número estabelecido neste Regimento.

Parágrafo 1o –O local é o recinto de sua sede.

Parágrafo 2o–A forma legal para deliberar a sessão é regida pelos dispositivos referentes à matéria, instituída em leis ou neste Regimento.

Parágrafo 3o–O número é o “quorum” determinado em lei ou neste Regimento, para realização das sessões, e para as deliberações.

Art. 121– A discussão e a votação de matéria pelo plenário, constantes da ordem do Dia, só poderão ser realizadas com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo Único – Aplica-se às matérias sujeitas a discussão e votação no expediente, o disposto no presente Artigo.

Capitulo XXVII

DAS DELIBERAÇÕES

Art. 122 – As deliberações do Plenário serão tomadas por:

I – maioria simples;

II – maioria absoluta;

III – maioria qualificada.

Parágrafo 1o– A maioria simples é aquela que depende do voto favorável da maioria dos Vereadores presentes à sessão.

Parágrafo 2o– A maioria absoluta é a que compreende mais da metade do número dos componentes da Câmara.

Parágrafo 3o – A maioria qualificada é a que atinge ou ultrapassa a 2/3 (dois terços) dos componentes da Câmara.

Art. 123 - Quanto às deliberações por maioria simples, absoluta e qualificada:

Parágrafo 1o- As deliberações pelo voto favorável da maioria simples, serão as seguintes:

I- moções, exceto as de repúdio;

II- honrarias;

III- indicações.

Parágrafo 2o– Dependerão de voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal:

I – rejeição de veto aposto pelo Prefeito;

II – recebimento de denúncia em processo de Cassação do Prefeito;

III – recebimento de denúncia contra Vereador;

IV – requerimentos;

V - e demais matérias não contempladas no artigo 123, parágrafos **1o.** e **3o.**

Parágrafo 3o– Dependerão de maioria qualificada (2/3 dois terços) dos membros da Câmara Municipal:

I – elaboração e alterações da lei Orgânica do Município;

II – afastamento do cargo do Prefeito em decorrência de processo de cassação;

III - afastamento e cassação de mandato de Vereador;

IV – rejeição do Parecer Prévio do Tribunal de Contas sobre as contas dos Poderes Executivo e Legislativo;

V – realização de sessão Secreta da Câmara Municipal;

VI - criação de secretarias, autarquias e cargos;

VII - moções de repúdio.

Art. 124 – As sessões da Câmara serão:

I – ordinária;

II – extraordinária;

III – solene ou Comemorativas;

IV – secretas.

Art. 125 – As sessões da Câmara serão públicas, salvo deliberação em contrário.

Art. 126 – A Câmara, para o exercício de suas funções, reunir-se-á obrigatoriamente em dias úteis, exceto no período de recesso, às sexta-feira, às 19:00 horas.

Art. 127 – Exceto as solenes, comemorativas e secretas, as sessões da Câmara terão a duração de até 2 (duas) horas.

Parágrafo 1o–O tempo de duração das sessões poderá ser prorrogado a requerimento verbal de qualquer Vereador, aprovado em Plenário e por tempo determinado.

Parágrafo 2o– Havendo dois ou mais pedidos simultâneos de prorrogação dos trabalhos, será votado o que determinar menor prazo, ficando estabelecido um prazo mínimo de prorrogação de 15 (quinze) minutos.

Art. 128 – As sessões da Câmara poderão, a critério da Mesa Diretora, serem transmitidas por quaisquer meios de comunicação local.

Art. 129 – As sessões da Câmara, com exceção das Solenes ou Comemorativas, só poderão ser abertas, ou ter continuidades, com a presença de, no mínimo, 1/3(um terço) dos membros da Câmara.

Parágrafo Único – Sempre que for constatada no decorrer da sessão, ausência de "Quorum" mencionado no presente artigo, o Presidente suspenderá os trabalhos pelo espaço de 15 (quinze) minutos, decorrido o prazo estabelecido sem que se alcance o "quorum" necessário, o Presidente encerrará a sessão.

Art. 130 – Durante as sessões, somente os Vereadores poderão permanecer no recinto do Plenário.

Parágrafo 1o– A critério do Presidente, serão convocados funcionários da Secretaria Administrativa, necessários ao andamento dos trabalhos.

Parágrafo 2o– A convite da Presidência, por iniciativa própria ou sugestão de qualquer Vereador, poderão assistir os trabalhos no recinto do Plenário, ou da Tribuna de Honra, autoridades públicas federais, estaduais e municipais, personalidades homenageadas e outras, a critério da presidência.

Parágrafo 3o– Os representantes credenciados da imprensa, emissora de rádio e televisão, terão lugar reservado para esse fim.

Capitulo XXVIII

DAS ORDINÁRIAS

DO EXPEDIENTE

Art. 131 – As sessões ordinárias compor-se-ão de quatro partes: pequeno expediente, grande expediente, ordem do dia, explicação pessoal.

Parágrafo 1o– O PEQUENO EXPEDIENTE: que terá a duração improrrogável de até 40 (quarenta) minutos, destinar-se-á à leitura e aprovação da ata da sessão anterior, leitura das correspondências recebidas e das proposições apresentadas a casa, leitura de informações ou respostas às proposições submetidas à deliberação do plenário.

Parágrafo 2o– **GRANDE EXPEDIENTE:** que terá a duração improrrogável de até 60 (sessenta) minutos, para uso da palavra por Vereador regularmente inscrito, versando tema livre pelo prazo de 10 (dez) minutos, sendo facultado ao orador seguinte inscrito, ceder no todo, ou em parte o tempo a que tem direito.

Parágrafo 3o–Ao Orador que por esgotar o tempo reservado ao Expediente, for interrompido em sua palavra, será assegurado o direito de ocupar a tribuna, em primeiro lugar, na sessão subseqüente, para completar o tempo regimental.

Parágrafo 4o–As inscrições dos oradores para o grande expediente, serão feitas em livro especial, de próprio punho e sob a fiscalização do segundo Secretário.

Parágrafo 5o–O Vereador que, inscrito para falar no grande expediente, não se encontre presente na hora em que lhe for dada a palavra, ficará prejudicado.

Parágrafo 6o–As permutas somente poderão ser feitas entre Vereadores inscritos, anotando-se, de próprio punho, no livro competente;

Parágrafo 7o–O orador que tiver que apresentar à Casa, memoriais subscritos por terceiros, poderá simplesmente encaminhá-los à Mesa, a fim de serem considerados como partes integrantes de seu discurso.

Art. 132 – Na hora do grande expediente só poderão ser objetos de deliberação, requerimento que não dependam de pareceres das Comissões, que não digam respeito a proposições constantes da Ordem ou os que o regimento não determine que sejam submetidos em outra fase da sessão.

Art. 133 – A Câmara poderá destinar parte do Expediente para comemorações cívicas, recepções de altas autoridades a critério da Presidência.

Parágrafo Único –Poderá também ser destinado tempo para conferências ou exposições de assuntos de relevância, sempre por deliberação do Plenário, ouvida preliminarmente a Comissão de Justiça.

DA ORDEM DO DIA

Art. 134 – Findo o expediente, por ter-se esgotado o seu prazo, ou ainda por falta de oradores, tratar-se-á da matéria da ordem do dia.

Parágrafo 1o. – Efetuada a chamada regimental, a sessão somente prosseguirá se estiver presente a maioria absoluta dos Vereadores.

Parágrafo 2o– Havendo o "quorum", o presidente anunciará a matéria em discussão, a qual será encerrada se nenhum vereador houver solicitado a palavra, passando-se à sua imediata votação.

Parágrafo 3o. Não se verificando o "quorum" regimental, o Presidente suspenderá os trabalhos até o prazo de 15 (quinze) minutos, decorridos esse prazo, e persistindo a falta de "quorum", será encerrada a sessão e sua pauta transferida para a sessão seguinte.

Art. 135 – As matérias que serão incluídas na Ordem do Dia, a juízo do presidente:

I - matérias em tramitação normal;

II – matérias lidas nos Expedientes anteriores e sujeitas à deliberação do Plenário;

III – matérias adiadas da sessão anterior;

IV – vetos.

Parágrafo 1o– A pauta da Ordem do Dia, somente será alterada por motivo de preferência, desde que, requerida por qualquer vereador e submetida à apreciação do plenário, para ser votada imediatamente, sem discussão.

Parágrafo 2o– Aprovado o requerimento de preferência, a matéria entrará imediatamente em discussão, ficando a pauta prejudicada até a decisão da proposição para a qual a preferência foi requerida.

Art. 136 – Se nenhum Vereador presente estiver inscrito, ou solicitado palavra para falar sobre a matéria em debate, o Presidente dará por encerrada a discussão.

Art. 137 – Da Ordem do Dia registrada em ata, constará obrigatoriamente, além do número da sessão, data e hora de sua realização, o seguinte:

I – numero da proposição e sua natureza;

II – de quem a iniciativa;

III – a discussão a que esta sujeita;

IV – a respectiva emenda;

V – os pareceres das Comissões, se favoráveis, contrários, com substitutivos, emendas ou subemendas ou outras indicações que se fizerem necessárias.

Art. 138 – Nenhuma proposição poderá ser colocada em discussão sem que tenha sido incluída na Ordem do Dia, com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas antes do inicio da sessão, salvo em regime de urgência quando regularmente aprovada.

DA EXPLICAÇÃO PESSOAL

Art. 139 – Terminada a Ordem do Dia, o Presidente dará em seguida a palavra para Explicação Pessoal ao orador que tenha procedido a sua inscrição em livro especial, de próprio punho, antes do término da votação do último item da Ordem do Dia, pelo prazo de 05 (cinco) minutos.

Parágrafo 1o– A Explicação Pessoal é destinada à manifestação dos Vereadores sobre atitudes pessoais assumidas durante a sessão ou no exercício do mandato, permitindo apartes.

Parágrafo 2o– Quando o Vereador for criticado por outro durante a Explicação Pessoal, poderá inscrever-se independentemente das normas previstas no presente Artigo.

Parágrafo 3o– A sessão não poderá ser prorrogada para uso da palavra em explicação Pessoal.

I - Findo os trabalhos o presidente declarará encerrada a sessão.

Capitulo XXIX

DAS EXTRAORDINÁRIAS

Art. 140 – A Câmara somente poderá ser convocada extraordinariamente pelo Prefeito ou pelo Presidente.

Parágrafo Único – As sessões extraordinárias poderão ter a mesma duração das ordinárias.

Art. 141 – As sessões extraordinárias terão em sua convocação, discriminadas de forma clara e precisa as suas finalidades.

Capitulo XXX

DAS SOLENES E COMEMORATIVAS

Art. 142. – As sessões Solenes serão convocadas pelo Presidente, para o fim específico que lhes for determinado e especialmente:

I – entrega de Títulos honoríficos;

II – solenidades cívicas e oficiais.

Parágrafo 1o –O Presidente convocará sessões especificadas neste artigo, por iniciativa própria, no caso do I ou em cumprimento à deliberação do Plenário, no caso do II.

Parágrafo 2o –Essas sessões poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara, em local adequado e condigno mediante aprovação da Câmara.

Parágrafo 3o–Nas sessões Solenes, não haverá tempo determinado para o seu encerramento.

Art. 143-Poderão ser realizadas Sessões Solenes Comemorativas aos aniversários, de fundação e emancipação política da cidade.

Parágrafo Único –Como parte do programa, a Câmara poderá proceder à entrega de Títulos honoríficos, já aprovados, a critério do Presidente.

Art. 144– Nas sessões Solenes, usará da palavra apenas um Vereador por Bancada.

Parágrafo Único –Não se aplica o disposto no presente artigo, quando se procede à entrega de títulos honoríficos a mais de um homenageado, caso em que poderá falar um orador para cada um deles.

Capitulo XXXI

DAS SECRETAS

Art. 145– A Câmara poderá realizar sessões secretas, por deliberação tomada pela maioria de 2/3 (dois terços) de seus membros quando ocorrer motivo relevante de preservação do decoro parlamentar.

Parágrafo 1o –Deliberada sessão secreta ainda que, para realizá-la se deva interromper a sessão pública, o Presidente determinará que todas as portas do recinto sejam fechadas, desligando o serviço de som, permitindo-se apenas, a presença dos Vereadores.

Parágrafo 2o–Iniciada a sessão secreta, a Câmara Municipal deliberará preliminarmente com o mesmo “quorum” exigido no presente artigo, se o objetivo deva continuar a ser tratado secretamente; caso contrário tornar-se-á pública a sessão.

Parágrafo 3o–A Câmara poderá deliberar e os debates serem gravados e o respectivo apanhado com ata e demais documentos referentes à sessão, arquivando-se todas as deliberações em caráter sigiloso.

Parágrafo 4o–Os documentos referidos no parágrafo anterior, devidamente lacrados e arquivados, só poderão ser reabertos para exame em sessão secreta, sob pena de responsabilidade civil e criminal.

Parágrafo 5o–Será permitido ao Vereador que houver participado dos debates, reduzir seu discurso a escrito, para ser arquivado com a ata e os documentos referentes à sessão.

Art. 146 – Antes de encerrar-se uma sessão secreta, o Plenário resolverá se a matéria debatida deverá ser publicada, no todo ou em parte.

Parágrafo Único – A ata deverá ser aprovada nesta mesma sessão.

Capitulo XXXII

DAS ATAS

Art. 147– De cada sessão da Câmara, lavrar-se-á ata dos trabalhos, contendo os nomes dos Vereadores presentes e ausentes, e uma exposição sucinta dos assuntos tratados, a fim de ser submetida ao Plenário.

Parágrafo 1o– As proposições e documentos apresentados em sessão, serão indicados apenas com a deliberação do objeto a que se referiram, salvo requerimento de transcrição integral, aprovado pela Câmara.

Parágrafo 2o – A transcrição de declaração de voto, feito por escrito e em termos concisos e regimentais, deverá ser requerida ao presidente.

Parágrafo 3o– Cada Vereador poderá falar uma vez sobre a ata para pedir a sua retificação ou impugná-la.

Parágrafo 4o – Feita à impugnação ou solicitada à retificação da ata, o Plenário deliberará a respeito. Aceita a impugnação será lavrada nova ata e se aprovada a retificação, a mesma será incluída na ata da sessão em que ocorrer a sua votação.

Art. 148– As atas serão encadernadas por sessão legislativa e recolhidas ao arquivo da Câmara.

Art. 149 – A ata da última sessão de cada legislatura será redigida e submetida à aprovação com qualquer número, antes de encerrar a sessão.

Capitulo XXXIII

DAS PROPOSIÇÕES

DAS ESPÉCIES

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 150– Proposição é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário e consiste em:

I - projetos;

II - requerimentos;

III - indicações;

IV - pareceres;

V - substitutivos e Emendas;

VI - moções.

Art. 151 – As proposições deverão ser redigidas em termos claros ,sintéticos e autuadas, consignando-se na respectiva capa, no ato da organização do processo:

1- a natureza da proposição;

2- o número;

3- o ano de apresentação;

4- a ementa completa;

5- o autor.

Art. 152– Somente serão lidas no Expediente das sessões plenárias, as proposições registradas no Protocolo da Câmara, até as 17:00 (dezessete) horas do dia anterior a Sessão; salvo deliberação em contrário do plenário, para proposição específica requerida.

Art. 153– As proposições uma vez despachadas pela Presidência, não poderão ser transformadas em proposições diferentes daquela em que foi apresentada e autuada.

Art. 154– Toda proposição encaminhada à mesa ou ao Protocolo, deverá receber deste a informação quanto à existência, ou não, de matérias idênticas em tramitação ou arquivadas.

Parágrafo Único - Caso positivo a informação do Protocolo, deverá ser providenciada sua juntada, anexação ou arquivamento, conforme o caso.

Art. 155– As representações de outras edilidades solicitando a manifestação da Câmara sobre qualquer assunto, serão lidas no Expediente e encaminhadas às Comissões competentes.

Parágrafo Único - A Comissão poderá encampar a proposição mencionada no presente artigo, transformando–a em proposição própria, em forma de substitutivo total.

Art. 156– Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, vencido os prazos regimentais, a Presidência determinará a sua reconstituição por deliberação própria ou a requerimento de qualquer Vereador.

Art. 157– As proposições de autoria de Vereador licenciado ou renunciante, com mandato cassado ou extinto, entregues à mesa antes de ocorrer o fato, terão tramitação normal.

Art. 158– As assinaturas consideradas para efeito de encaminhamento, não poderão ser retiradas após a entrega da proposição à Mesa.

Art. 159– O autor poderá fundamentar ou justificar a proposição, por escrito ou verbalmente.

Art. 160 – As proposições subscritas pela Comissão de Constituição e Justiça, não poderão deixar de ser recebidas sob alegação de ilegalidade ou inconstitucionalidade.

Art. 161 – A Presidência restituirá ao autor, as proposições que:

I - versarem sobre assuntos alheios à competência da Câmara;

II - delegarem a outro poder, atribuições privativas do Legislativo;

III - aludindo a lei ou artigo de lei, decreto, regulamento, ato, contrato ou concessão, não tragam, em anexo, a cópia ou transcrição do dispositivo aludido;

IV - sejam manifestamente anti-regimentais, ilegais ou inconstitucionais;

V - apresentadas antes do prazo regimental, consubstanciem matéria anteriormente rejeitada ou vetada e com veto mantido.

Parágrafo 1o– As razões da devolução ao autor de qualquer proposição nos termos do presente artigo deverão ser devidamente fundamentadas pelo Presidente, por escrito.

Parágrafo 2o- Não se conformando, o autor da proposição, com a decisão do Presidente em devolvê-la, poderá recorrer do ato ao Plenário nos termos regimentais.

Art. 162– As proposições já aprovadas em primeira discussão, recebendo substitutivo, emendas, juntadas ou quaisquer alterações, seguirão a tramitação normal; vetando-se a sua obstrução sob qualquer argumentação, cabendo às Comissões competentes opinar sobre as mesmas.

Parágrafo Único – Havendo dúvidas quanto à legalidade ou constitucionalidade das emendas apresentadas, poderá a presidência solicitar manifestação prévia da Comissão de justiça.

DOS PROJETOS

Art. 163 – A Câmara exerce sua função legislativa, por meio de:

I – projetos de Lei;

II – projetos de Decreto Legislativo;

III – projetos de Resolução.

Art. 164– Projeto de Lei é a proposição que tem por fim, regular toda a matéria legislativa de competência da Câmara e sujeita à sanção do Prefeito.

Parágrafo Único – A iniciativa dos Projetos de Lei serão:

a) – do Prefeito Municipal;

b) – dos Vereadores;

c) - da Mesa da Câmara;

d) – das Comissões;

e) – de iniciativa popular.

I - Os projetos de lei, de iniciativa popular reger-se-á por critérios estabelecidos na Lei Orgânica Municipal.

Art. 165– Os Projetos de Lei de autoria do Poder Executivo, que venham acompanhados de requerimento de urgência especial, serão apreciados e votados pela Câmara no prazo de até 30 (trinta) dias.

Parágrafo único – Findo prazo, e a Câmara não deliberou sobre a matéria, obrigatoriamente deverá ser incluída como matéria preferencial na primeira sessão ordinária, independente do parecer das Comissões.

I– No período de recesso do Poder Legislativo, o prazo citado no “caput” ficará suspenso.

Art. 166 – Qualquer proposição que, distribuída a mais de uma Comissão de mérito, receba o parecer contrário em duas comissões, será considerada rejeitada e sumariamente arquivada.

I - Excluí-se das comissões de mérito, a comissão de redação.

Art. 167 – Projeto Decreto Legislativo é a proposição destinada a regular matéria que exceda os limites da economia interna da Câmara, mas não sujeita à sanção do Prefeito, sendo promulgada pelo Presidente da Câmara.

Parágrafo 1o– Constitui matéria de Decreto Legislativo:

I – concessão de títulos de cidadão honorário, ou qualquer outra honraria ou homenagem a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado serviços ao Município, aprovada pelo voto favorável de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

II – fixação dos subsídios e da verba de representação do prefeito, Vice-Prefeito e Presidente da Câmara;

III – aprovação ou rejeição das contas do Prefeito;

IV – concessão de licença ao prefeito e Vice-Prefeito;

V – autorização do prefeito para ausentar-se do Município por mais de 15(quinze) dias consecutivos;

VI – criação de comissão Especial de Inquérito, sobre fato determinado que se inclua na competência municipal para apuração de irregularidades administrativas;

VII – cassação de mandatos do Prefeito e Vice-Prefeito;

VIII – demais atos que independam da sanção do Prefeito e como tais, definidos em Lei.

Parágrafo 2o– Será de exclusiva competência da Mesa, a apresentação de projetos de decreto legislativos para os itens “IV” e “V” do parágrafo anterior. Os demais poderão ser de iniciativa da Mesa, da Comissão e dos Vereadores.

Art. 168. – Projeto de Resolução é a proposição destinada a regular matéria político-administrativa da Câmara.

Parágrafo 1o– Constitui matéria de projeto de resolução, entre outras:

I – assuntos de economia interna da Câmara;

II – perda de mandato de Vereador;

III – destituição da Mesa e de qualquer de seus membros;

IV – fixação da verba de representação da Presidência da Câmara, quando for o caso;

V – fixação de remuneração dos Vereadores, quando for o caso;

VI – elaboração e reforma do regimento Interno;

VII – concessão de licença a Vereador;

VIII- constituição de Comissão especial, de Comissão Especial de Inquérito, quando o fato referir-se a assuntos de economia interna, nos termos deste Regimento;

IX – aprovação ou rejeição das contas da Mesa;

X – Organização dos Serviços administrativos, sem criação de cargos.

Parágrafo 2o – Os projetos de resolução a que se refere os itens "I" , "VII" e "X" do parágrafo anterior, são de iniciativa exclusiva da Mesa, independentemente de pareceres, e com exceção dos mencionados no item "VII" que entram para a Ordem do Dia da Mesma sessão. Os demais serão apreciados na sessão subseqüente à sua apresentação.

Parágrafo 3o– Respeitado o disposto no parágrafo anterior a iniciativa dos projetos de resolução poderá ser da Mesa, das Comissões e dos Vereadores, conforme dispõe o presente Regimento.

Parágrafo 4º– Os projetos de resolução e de decreto legislativo, elaborado pelas Comissões Permanentes, Especiais ou Especiais de Inquérito em assuntos de sua competência, serão incluídos na Ordem do Dia da sessão imediata à sua apresentação, independentemente de parecer salvo requerimento de vereador, para que seja ouvida outra Comissão e discutido e aprovado em Plenário.

Art. 169– São requisitos indispensáveis dos Projetos:

I – ementa de seu objetivo;

II – contar tão somente a enunciação da vontade legislativa;

III – divisão em artigos numerados, claros e concisos;

IV – menção da revogação de Lei com a citação de número e data ou artigo de lei quando for o caso, e das disposições em contrário;

V – justificativa, com a exposição circunstanciada dos motivos de mérito que fundamentam a medida proposta.

Art. 170– Todas as emendas das proposições deverão ser lidas pelo 1o. Secretário, para conhecimento do Plenário, e ressalvados os casos previstos neste Regimento, serão elas encaminhadas às Comissões Permanentes que, por natureza, devam opinar sobre o assunto.

Art. 171 – Serão considerados aprovados os projetos que alcançar o voto favorável de, no mínimo, maioria absoluta, dos membros da Câmara, após a efetuação das assinaturas.

DOS REQUERIMENTOS

Art. 172– Requerimento é a proposição dirigida por qualquer Vereador ou Comissão, ao Presidente ou Mesa, sobre matéria de competência da Câmara e serão:

I – verbais;

II – escritos.

Parágrafo Único – Quanto à competência para decidí-lo, os requerimentos são de duas espécies:

I – sujeitos apenas a despacho do presidente;

II – sujeito à deliberação do Plenário.

Art. 173– Serão de alçada do Presidente da Câmara, os despachos aos requerimentos verbais que solicitem:

I – a palavra ou a desistência dela;

II – permissão para falar sentado;

III – leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;

IV – observância de disposição regimental;

V – retirada, pelo autor, de requerimento verbal ou escrito, ainda não submetido à deliberação do Plenário;

VI – verificação de presença ou de votação;

VII – informações sobre os trabalhos, e pauta ou a prazos;

VIII – requisição de documento, processos, livros ou publicações existentes na Câmara, relacionados com a proposição em discussão no Plenário;

IX – preenchimento de vagas em Comissão;

X – inclusão na Ordem do Dia de proposição a requerimento subscrito pelo autor, líder de bancada ou pela maioria absoluta dos membros da Câmara;

XI – retificação ou impugnação das atas;

XII – requerimento para suspensão dos trabalhos, nos termos regimentais;

XIII – prorrogação de prazo para apresentação de parecer, nos termos regimentais.

Art. 174 – Serão de alçada do Presidente da Câmara, os despachos aos requerimentos escritos que solicitem:

I – renúncia de membros da Mesa;

II – audiência de Comissão, quando o requerimento for apresentado por outra;

III – designação de Relator especial;

IV – juntada ou desentranhamento de documentos;

V – informações, em caráter oficial, sobre atos da Mesa, da Presidência ou da Câmara;

VI – constituição de Comissão de Representação;

VII – cópias de documentos existentes no arquivo da Câmara;

VIII – informações oficiais ao prefeito, formuladas pelos senhores vereadores, ouvidas preliminarmente a Comissão de Constituição e Justiça, se assim entender o presidente;

IX – retirada pelo autor de proposição sem parecer ou com parecer contrário;

X – inclusão na Ordem do Dia de proposição a requerimento subscrito pelo autor, Líder da Bancada, ou subscrita pela maioria absoluta dos membros da Câmara;

XI – revogação da convocação de sessão extraordinária nos termos dos parágrafos 1o. e 2o. do presente artigo;

XII – justificativa de falta do Vereador a sessões plenárias.

Parágrafo 1o– Se eventualmente, a sessão extraordinária iniciada antes da sessão ordinária, prolongar-se até a hora da abertura desta última, poderá a sessão Ordinária ser suspensa mediante requerimento subscrito por 2/3 (dois terço) dos Vereadores presentes.

Parágrafo 2o– O requerimento a que alude o parágrafo anterior deve ser entregue à Mesa até 15 (quinze) minutos antes da hora prevista para abertura da sessão ordinária.

Art. 175 – Encaminhado um requerimento de informações, e estas não forem prestadas dentro de 15 (quinze) dias, o Presidente fará reiterar o pedido através de oficio em que acentuará aquela circunstância.

Art. 176 – O Presidente deixará de encaminhar requerimentos de informações que contenham expressões pouco corteses e deixará de receber

resposta que esteja vazada em termos tais que possam ferir a dignidade de algum Vereador ou da Câmara.

Parágrafo Único – Ao Vereador, no exercício de seu mandato, e exclusivamente no desempenho de suas atribuições legislativas e fiscalizadoras, fica assegurada a assistência jurídica quando houver ofensa à sua honra e dignidade.

Art. 177 –A Presidência é soberana na decisão sobre os requerimentos citados neste e no artigo anterior salvo os que pelo próprio Regimento, devam receber a sua simples anuência.

Parágrafo Único – caso entender o Presidente que, determinado requerimento não deva ser encaminhado, solicitará pronunciamento da Comissão competente e determinará a seguir, a sua inclusão na Ordem do dia para deliberação final do Plenário.

Art. 178 – Dependerá de deliberação do Plenário, sendo verbal ou escrito, e não sofrerá discussão o requerimento que solicite:

I – prorrogação de sessão;

II – destaque de matéria para votação;

III – votação para determinado processo;

IV – encaminhamento da votação;

V – dispensa da leitura da ata.

Art. 179 – Será da alçada do Plenário, a discussão e votação dos requerimentos que solicitem:

I - ato público ou acompanhamento de alta significação;

II – manifestação por motivo de luto nacional, falecimento de parlamentar de qualquer legislatura, representantes dos Poderes Federais, Estaduais, Municipal, Ministro de Estado, Secretários de qualquer esfera de poder e Vereadores;

III – representação da Câmara em Comissão externa;

IV – constituição de Comissão Especial;

V – remessa a determinada Comissão de documentos despachados a outra;

VI – inserção de documentos nos anais ou publicação de documentos não oficiais;

VII – preferência;

VIII – retirada de proposição principal ou acessória, com parecer favorável;

IX – voto de pesar por falecimento;

X – voto de congratulações;

XI – convocação dos Secretários, Presidentes de autarquias, Presidentes de Órgãos de Administração indireta;

XII – informações oficiais ao Prefeito, em nome da Câmara ou vereador interessado, sobre assuntos referentes à administração municipal.

Parágrafo 1o – Os requerimentos de informações somente poderão referir-se a atos do executivo, órgãos da administração indireta, autarquias e sociedades de economia mista municipais, no exercício de suas atribuições legais, cuja fiscalização interesse ao Legislativo.

Parágrafo 2o– Poderão ser admitidos requerimentos de informações, dirigidos a particulares ou aos poderes Estaduais e Federais e de outros Municípios, suas autarquias ou sociedade de economia mista.

Parágrafo 3o – Serão votados na Ordem do Dia da Sessão de sua apresentação, os requerimentos definidos nos itens “I”, “III”, “V”, “VII”, “VIII”, “IX”, e “X”, do presente artigo.

Parágrafo 4o- Pedindo algum Vereador a palavra para discutir essas proposições, será a discussão aberta imediatamente, só podendo falar um representante de cada bancada, designado pelo seu Líder e durante o prazo improrrogável de 05 (cinco) minutos.

Parágrafo 5o – Serão considerados aprovados, no momento de sua apresentação, os requerimentos definidos no II, do presente artigo, desde que nenhum Vereador se proponha a discutir.

Parágrafo 6o – Para votação dos requerimentos referentes nos itens VI, XI e XII do presente artigo, será ouvida preliminarmente a Comissão de constituição e Justiça.

Parágrafo 7o – Os requerimentos ao item VI do presente artigo, terão o encaminhamento previsto pelo artigo 60o. e seus parágrafos.

DAS INDICAÇÕES

Art. 180 – Indicação é a proposição que o Vereador ou Comissão sugere medida de interesse público aos poderes competentes.

Parágrafo Único – Não é permitido dar forma de indicação em assuntos reservados por este Regimento para se constituir em objetos de requerimento.

Art. 181 – As indicações serão lidas no Expediente e encaminhadas a quem de direito, independente de deliberação do Plenário.

Parágrafo 1o- No caso de entender o Presidente, que a indicação não deva ser encaminhada, dará conhecimento da decisão ao Plenário e solicitará o pronunciamento da Comissão competente.

Parágrafo 2o- Se o parecer for favorável, a indicação será encaminhada e, se contrário, o Presidente inclui-la-á na Ordem do Dia para discussão e votação única.

DOS PARECERES

Art. 182 – Constitui proposição, o parecer que deva ser discutido e votado pelo Plenário, quando não concluir pela apresentação de projeto, requerimento, substitutivo ou emenda, em separado.

Parágrafo Único – Para discussão e votação, o parecer será incluído na Ordem do Dia.

DOS SUBSTITUTOS E EMENDAS

Art. 183 – O Substitutivo é proposição apresentada, por Vereador ou Comissão para substituir outra já apresentada sobre o mesmo assunto.

Art. 184 – Emenda é a proposição apresentada, como assessória de outras e poderá ser:

I – supressiva, é a que manda suprimir em parte, ou no todo, o artigo, parágrafo ou do projeto;

II – substitutiva, é a que deve ser colocada em lugar do artigo, parágrafo ou do projeto;

III – aditiva, é a que deve ser acrescentada aos termos do artigo, parágrafo ou do projeto;

IV – modificativa, é a que se refere apenas à redação do artigo, parágrafo ou sem alterar a sua substância;

V – aglutinativa, é a que destina a juntar uma ou mais redações e/ou uma ou mais emendas estritamente com o mesmo conteúdo, tornando uma única emenda, com uma única redação.

Parágrafo Único – Caso as emendas sejam apresentadas por autores diferentes, prevalecerá a emenda na ordem direta de sua apresentação protocolar.

Art. 185 – Não serão aceitos substitutivos ou emendas que não tenham relação direta ou indireta com a matéria da proposição principal.

Parágrafo 1o - O autor da proposição que receber substitutivo ou emendas estranhas ao seu objetivo, terá o direito de reclamar contra a sua admissão, competindo ao presidente da câmara decidir sobre a reclamação, cabendo recurso ao plenário da decisão do presidente.

Parágrafo 2o- Idêntico direito de recurso ao plenário contra atos do presidente que refutar a proposição, caberá ao seu autor.

Parágrafo 3o - As emendas que não se referirem diretamente à matéria do projeto, poderão ser destacadas para constituir projetos em separados, sujeitos à tramitação regimental.

Art. 186 –O substitutivo oferecido por qualquer Comissão, terá preferência, para votação, sobre a do autor, este sobre a dos Vereadores.

Parágrafo Único - A apresentação de um substitutivo prejudica os demais, bem como a proposição original.

Art. 187– As emendas, antes de aprovado o projeto ou substitutivo, serão votadas, uma a uma, na ordem direta de sua apresentação, exceto quanto às de autoria de Comissão, que terão sempre a preferência.

Parágrafo 1o - A emenda que receber parecer favorável em todas as comissões de mérito será considerada aprovada, dispensando discussão e votação.

Parágrafo 2o - Caso a emenda seja rejeitada em uma das comissões de mérito, será submetida à discussão e apreciação do plenário.

Parágrafo 3o- As emendas rejeitadas não poderão ser reapresentadas.

Art. 188– A emenda à redação final só será admitida, para evitar incorreção, incoerência, contradição evidente ou absurda manifesta.

Art. 189– Não será permitida ao Vereador a apresentação de Emenda, verbalmente.

DAS MOÇÕES

Art. 190 - Moção é a proposição que o Vereador sugere a manifestação da Câmara sobre determinado assunto, apelando, aplaudindo ou protestando.

Capitulo XXXIV

DA RETIRADA DE PROPOSIÇÕES

Art. 191 – O autor poderá solicitar em qualquer fase da elaboração legislativa a retirada de sua proposição, cabendo ao Presidente deferir o pedido quando ainda não houver parecer ou este lhe for contrário.

Parágrafo 1o – Se a proposição tiver parecer favorável de uma Comissão, embora o tenha contrário de outra, caberá ao Plenário decidir o pedido de retirada.

Art. 193 – Os recursos contra atos do Presidente da Câmara serão interpostos dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data da ocorrência, por simples petição a ele dirigido.

Parágrafo 1o – O recurso será encaminhado ao Presidente para contestá-lo, em seguida, à Comissão de constituição e Justiça, que opinará a respeito e, se for o caso, elaborar-se-á projeto de resolução.

Parágrafo 2o – A Comissão terá o prazo de 10 (dez) dias para emitir parecer e o Presidente da Câmara deverá, dentro de 10 (dez) dias, incluí-los na Ordem do Dia.

Parágrafo 3o– Os prazos estabelecidos neste artigo e parágrafos, serão fatais e correrão dia a dia.

Parágrafo 4o– O parecer da Comissão, sendo favorável ao acolhimento do recurso, concluirá com a apresentação de projeto de resolução e, caso contrário, se limitará a emitir o parecer, prevalecendo à decisão que originou o recurso desde que aprovado pelo Plenário.

Parágrafo 5o – O parecer contrário ao acolhimento do recurso, se rejeitado pelo Plenário, o Presidente designará uma Comissão de três Vereadores para elaborar o projeto de resolução, que será incluído na Ordem do Dia da sessão subseqüente.

Parágrafo 6o– O parecer da Comissão, se contrário ao recurso, poderá concluir com projeto de resolução, para incorporar a decisão recorrida ao Regimento Interno, se assim entender a Comissão.

Capitulo XXXV

DA AUTORIA

Art. 194 – Considera-se autor da proposição para os efeitos regimentais o seu primeiro signatário e co-autores os que suas assinaturas vierem precedidas da conjunção “e”.

Parágrafo Único – As assinaturas que se seguirem à do autor ou co-autor, serão consideradas para efeito de encaminhamento.

Art. 195– Considera-se de autoria da Comissão a proposição que, com esse caráter for por ela apresentada.

Parágrafo Único – A proposição de comissão deve ser assinada pelo Presidente e membros, totalizando, pelo menos, a maioria de sua composição.

Capitulo XXXVI

DA URGÊNCIA

Art. 196 – A urgência é a dispensa das exigências regimentais, salvo a de número legal e de parecer, mesmo verbal, para que determinada proposição seja imediatamente considerada. Para a concessão deste regime de tramitação, serão obrigatoriamente observadas, as seguintes normas e condições:

I – concedida à urgência para projeto que não conte com pareceres, as comissões competentes reunir-se-ão em conjunto ou separadamente, para

elaborá-los, suspendendo-se a sessão pelo prazo de 30(trinta) minutos, prorrogáveis por despacho do Presidente da Câmara, por mais 30 (trinta) minutos a cada Comissão, quando reunidas separadamente;

II – na ausência ou impedimento de membros das Comissões, o Presidente da Câmara designará os substitutos;

III – na impossibilidade de manifestação das Comissões competentes, o Presidente da Comissão consultara o Plenário a respeito da sustação da urgência apresentando justificativas e, se o Plenário rejeitar, o Presidente da Câmara designará relator especial.

Art. 197– A concessão da urgência dependerá de requerimento escrito, que somente será submetido à deliberação do Plenário, se for apresentado com a necessária justificativa e subscrito:

I – pelo Prefeito em matéria de sua iniciativa;

II – pela Mesa;

III – por Comissão competente, para opinar sobre o mérito da proposição;

IV – por Líder;

V – pelo autor da proposição com apoio de mais 3 (três) Vereadores;

VI – por 1/3 (um terço) dos Vereadores presentes.

Art. 198 – Somente será considerada sob regime de urgência, a matéria que, examinada objetivamente, evidencie necessidade premente e atual, de tal sorte que não sendo tratada desde logo, resulte em grave prejuízo, perdendo a sua oportunidade ou aplicação.

Parágrafo 1o – O requerimento de urgência poderá ser apresentado em qualquer ocasião, mais somente será anunciado e submetido ao Plenário durante o tempo destinado à Ordem do Dia.

Parágrafo 2o– Aprovado o requerimento de urgência pela maioria dos Vereadores, entrará imediatamente a matéria respectiva em discussão.

Parágrafo 3o– O requerimento de urgência sofrerá discussão.

Art. 199 – Se a matéria em regime de urgência não for decidida durante a sessão, deverá o Presidente consultar o Plenário, na sessão seguinte sobre se a urgência deve perdurar. Se esta não for mantida, a proposição passará automaticamente, a seguir os trâmites ordinários.

Art. 200 – Tramitarão ainda, em regime de urgência, os casos de segurança e calamidade pública, devendo neste caso, interromper-se de imediato o andamento normal da sessão para tratar da matéria em questão.

Capitulo XXXVII

DOS DEBATES E DAS DELIBERAÇÕES

DAS DISCUSSÕES

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 201 – Discussão é a fase dos trabalhos destinados aos debates em Plenário.

Art. 202 – Os Projetos de lei, de resolução, de decreto legislativo e as proposições que devam ser submetidas ao Plenário, em geral, serão de uma só discussão e votação.

Parágrafo 1º – Dependerão de duas discussões e duas votações os projetos que versarem sobre:

I – lei do Orçamento;

II – plano Diretor;

III – criação de cargos no serviço público Municipal;

IV – remuneração de Servidores Públicos Municipais e seu regime jurídico;

V – concessões de Serviços Públicos Municipais;

VI – parecer do Tribunal de Contas sobre contas do Poder Executivo e do Poder Legislativo;

VII – cassação do Prefeito ou Vereadores;

VIII – alienação de bens móveis e imóveis;

IX – aquisição de bens móveis e imóveis;

X – aprovação ou alteração de Códigos ou Estatutos;

XI – lei Orgânica;

XII – regimento Interno.

Parágrafo 2º– É vedada a realização de segunda discussão de um projeto na mesma sessão em que se discutir em primeira, ainda que em regime de urgência, excetuando os casos de calamidade pública.

Parágrafo 3º– Será permitida em sessão extraordinária a discussão do projeto em segunda discussão e redação final na mesma data da sessão ordinária.

Art. 203 - As moções serão submetidas a uma só discussão e independerão de redação final, a menos que sejam aprovadas emendas

Parágrafo 1º- Aplicam-se também o mesmo critério deste artigo para os requerimentos e as indicações sujeitas ao debate e deliberação do plenário.

Art. 204– A discussão versará sobre proposição, conjuntamente com as emendas, se houver.

Parágrafo 1º – Nas segundas discussões dos Projetos de Lei, de Decretos Legislativos e de Resoluções, ou nas discussões únicas, o Presidente poderá, de oficio ou deliberação do Plenário, anunciar o debate por títulos, Capítulos, secções, grupos de artigos, ou artigos, sendo lícito, neste caso, ao Vereador inscrito, dividir em vários discursos o tempo que dispuser para tratar da matéria.

Parágrafo 2o – Encerrada a discussão, da primeira votação; e se tiverem sido apresentadas emendas nos termos regimentais, o processo voltará às Comissões competentes que deverão opinar no prazo regimental.

Parágrafo 3º – A matéria rejeitada em primeira votação não será submetida à segunda.

DO ENCERRAMENTO

Art. 205 – O encerramento da discussão de qualquer proposição dar-se-á:

I – por inexistência de orador inscrito;

II – pelo decurso dos prazos regimentais;

III – a requerimento de qualquer Vereador mediante deliberação do Plenário.

Parágrafo 1º – Só poderá ser proposto o encerramento da discussão, nos termos do item III do Presente artigo, quando sobre a matéria já tenham falado o autor, o relator, o autor de voto separado ou vencido, os Líderes, um orador de cada bancada, salvo desistência ou ausência.

Parágrafo 2º– O requerimento de encerramento da discussão, comporta apenas o encaminhamento da votação.

Art. 206 – A discussão não será encerrada, quando houver pedido de adiamento ou vista.

DO ADIAMENTO

Art. 207 – Sempre que um Vereador desejar adiar a discussão ou obter vista de qualquer proposição, poderá requerê-la, por escrito, à Mesa.

Parágrafo 1º – O deferimento do requerimento em não aceitar a discussão, estará subordinado às seguintes condições:

a) – ser apresentado durante a Sessão cujo adiamento se requer;

b) – não ter sido lido, nem votado, havendo orador na tribuna;

c) –pré-fixar o prazo de adiamento ou vista, que não poderá exceder de 10 (dez) dias;

d) – não estar à proposição em regime de urgência;

e) – não se referir a projeto de lei com prazo pré-fixado para votação.

Art. 208 - Vencidos os prazos do adiamento ou vista, a proposição será incluída na 1a. sessão subseqüente, 10 (dez) dias após a carga de vista.

Art. 209 – Tendo sido adiada uma vez a discussão de uma matéria, só será novamente quando requerido por 2/3 (dois terços), no mínimo, dos integrantes da Câmara, sendo a vista concedida, porém, exclusivamente ao primeiro signatário.

DOS APARTES

Art. 210 – Aparte é a interrupção do orador, para indagação ou esclarecimento relativo à matéria em debate:

Parágrafo 1o – O Vereador só poderá apartear o orador, e ao fazê-lo, deverá aguardar a resposta do aparteado.

Parágrafo 2o – O aparte deverá ser expresso em termos corteses, precisos, e não poderá exceder 02 (dois) minutos.

Parágrafo 3o – Não serão permitidos apartes paralelos, sucessivos, ou sem licença do orador.

Parágrafo 4o – Não será permitido apartear:

I - o Presidente;

II - o orador que fala “Pela Ordem”;

III - o orador que fala para encaminhamento de votação;

IV - o orador que fala pela justificativa de voto;

V - o orador que fala pela liderança;

VI - o orador que fala pela discussão das emendas do orçamento.

VII - o orador que fala pela interpelação de secretários ou demais autoridades do cargo público municipal.

Parágrafo 5o – Quando o orador negar o aparte solicitado não lhe será permitido ao aparteante dirigir-se, diretamente aos Vereadores presentes.

DAS QUESTÕES DE ORDEM

Art. 211 – Questão de Ordem é toda dúvida levantada em Plenário quanto à interpretação de Regimento na sua prática, ou relacionada com a Constituição ou com a Lei Orgânica do Município.

Art. 212 – As questões de ordem devem ser formuladas com clareza e com a indicação precisa das disposições regimentais que se pretende elucidar.

Parágrafo Único - Se o Vereador, ao levantar uma questão de ordem, não observar o disposto neste artigo, o Presidente poderá desde logo, cassar-

lhe a palavra, determinando ainda que não se faça registro dela nos anais da Câmara.

Art. 213 – Caberá ao Presidente resolver, soberanamente, as questões de Ordem, não sendo lícito a qualquer Vereador opor-se à decisão ou criticá-la na sessão em que for proferida.

Parágrafo Único – O Presidente poderá submeter à questão de ordem à decisão do Plenário.

Art. 214 – As deliberações do presidente da Câmara em questões de ordem poderão, a requerimento verbal de Vereador, ser submetido ao Plenário, sem discussão no momento das decisões, constituir precedente.

Art. 215 – O prazo para formular uma, ou mais questões de ordem, simultaneamente, em qualquer fase da sessão, não poderá exceder de 03 (três) minutos.

DA DISCUSSÃO

Art. 216 - A discussão é a fase da sessão, logo após os pareceres das comissões competentes, que se argumenta sobre a proposição que está sendo deliberada vedada discussão de quaisquer outras matérias.

Art. 217 - Para discussão de qualquer proposição, o vereador poderá fazer uso da palavra por 10 (dez) minutos, em primeira discussão; e poderá ceder apartes.

Parágrafo único - Poderá o vereador retornar por mais uma vez, para discussão da mesma matéria, pelo tempo regimental de 05 (cinco) minutos, Sendo lhe vedado ceder apartes.

Capitulo XXXVIII

DAS VOTAÇÕES

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 218– Votação é o ato complementar da discussão, através do qual o Plenário manifesta a sua vontade deliberativa.

Parágrafo 1o – Considera-se qualquer matéria em fase de votação, a partir do momento em que o Presidente declara encerrada a discussão.

Parágrafo 2o –Durante a fase de votação declarada pelo Presidente poder-se-á:

a) **–** encaminhar a votação;

b) – requerer votação nominal;

c) – suspender a sessão a requerimento das lideranças nos termos deste Regimento;

d) – requerer verificação de "quorum".

Parágrafo 3o – Iniciada a votação propriamente dita, esta não poderá ser interrompida e se, no curso da mesma, esgotar-se o tempo destinado à sessão, esta será dada por prorrogada até que se conclua por inteiro a votação da matéria, ressalvada a hipótese da falta de número para a deliberação caso em que a sessão será encerrada imediatamente.

Art. 219 – O voto será sempre público nas deliberações da Câmara, com ressalva aos casos previstos neste Regimento.

DO "QUORUM"

Art. 220 – As deliberações da Câmara serão tomadas, em conformidade com o que dispõe o artigo 123 e seus parágrafos

Art. 221 – Não havendo "quorum" para votação, a matéria será discutida e, encerrada a discussão, será retirada da pauta e automaticamente incluída na Ordem do Dia da sessão subseqüente.

Art. 222 – Quando a matéria for declarada em votação, o Vereador não poderá deixar o Plenário, pois a sua presença será computada para efeito de "quorum", cabendo a qualquer Vereador, no ato, interpelar o Presidente para as devidas providências.

Art. 223 – O Vereador presente à sessão, no ato em que a matéria é declarada em votação, não poderá recusar-se de votar, devendo porém, abster-se quando tiver interesse pessoal manifesto na deliberação, sob pena de nulidade da votação, quando seu voto for decisivo.

Parágrafo Único – O Vereador que se considerar impedido de votar, nos termos do presente artigo, fará a devida comunicação ao Presidente, computando-se, todavia sua presença para efeito de "quorum".

Art. 224 – Nenhum projeto poderá ser votado, sem que haja em Plenário o número de vereadores exigido para esta votação.

Parágrafo Único – O Presidente será contado para efeito de "quorum", apenas para prosseguimento dos trabalhos, ressalvados os casos em que seu voto seja obrigatório.

DOS PROCESSOS DE VOTAÇÃO

Art. 225 - Os processos de votação são dois, a saber:

a) – simbólico;

b) – nominal.

Parágrafo 1o– No processo de votação simbólico, o Presidente convidará os Vereadores que estiverem de acordo a permanecerem sentados, e os que forem contrários, a se levantarem, procedendo, em seguida, a necessária contagem e a proclamação do resultado.

Parágrafo 2o– No processo nominal de votação, o primeiro Secretário procederá à chamada dos Srs. Vereadores que responderão "sim" ou "não".

Parágrafo 3o– Terminada a chamada de votação, ato contínuo, o primeiro Secretário anunciará o resultado da votação ao presidente.

Parágrafo 4o–O Presidente proclamará o resultado, determinando a juntada da cópia da votação ao processo.

Art. 226– Iniciada a votação de determinada proposição, pelo processo nominal, não poderá ser adotado outro em qualquer fase da tramitação regimental.

Art. 227 – Proceder-se-á obrigatoriamente, a votação pelo processo nominal para as seguintes matérias:

I – eleição da Mesa;

II – destituição de Membros da Mesa;

III – cassação de mandato de Prefeito, Vice-Prefeito e vereadores;

IV – aprovação de contas do Prefeito e da Mesa;

V – concessão de Serviços Públicos;

VI – outorga de bens imóveis;

VII – alienação de bens imóveis;

VIII – aquisição de bens imóveis por doação com encargos;

IX – aprovação ou modificação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

X – empréstimos de particular;

XI – aprovação ou alteração do Regimento Interno da Câmara;

XII - aprovação ou alteração de Códigos e Estatutos;

XIII – criação de cargos no quadro do funcionalismo municipal, inclusive da Câmara;

XIV – concessão de títulos honoríficos ou qualquer outra honraria;

XV – requerimento de convocação de Secretário Municipal ou Presidente de Órgão de Administração Direta ou Indireta de âmbito municipal;

XVI – requerimento de urgência;

XVII – veto do Executivo, total ou parcial;

XVIII – demais matérias que, para sua aprovação, dependam do voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

DA VERIFICAÇÃO DE VOTAÇÃO

Art. 228 – Se algum Vereador tiver dúvida quanto ao resultado da votação proclamada pelo Presidente, poderá requerer verificação de voto.

Parágrafo 1o– O requerimento de verificação de votação será de imediato atendimento pelo Presidente.

Parágrafo 2o– nenhuma votação admitirá mais de uma verificação.

Parágrafo 3o– Ficará prejudicado o requerimento de verificação de votação, caso não se encontre presente, no momento em que for chamado pela primeira vez, o Vereador que requereu.

Parágrafo 4o– Prejudicado o requerimento de verificação de votação, pela ausência de seu autor, ou por pedido de retirada, faculta-se a qualquer outro Vereador reformulá-lo.

Parágrafo 5o– Durante a verificação de votação, será vedada a retificação de voto.

DO ENCAMINHAMENTO DA VOTAÇÃO

Art. 229– A partir do instante em que o Presidente da Câmara declarar a matéria em fase de votação, poderá ser solicitada a palavra para seu encaminhamento.

Parágrafo Único – No encaminhamento da votação, será assegurado a cada Bancada, por um de seus membros, designados pelos respectivos Líderes, para falar apenas uma vez, por 03 (três) minutos, sendo vedados os apartes.

DA JUSTIFICATIVA DO VOTO

Art. 230– Justificativa de voto é o pronunciamento do Vereador sobre os motivos que o levaram a manifestar-se contrária ou favoravelmente à matéria votada.

Art. 231– A justificativa de voto a qualquer matéria, far-se-á de uma vez, depois de concluída por inteiro a votação de todas as peças do processo.

Parágrafo 1o– Em justificativa de voto, cada Vereador dispõe de 3 (três) minutos, sendo vedados os apartes.

Parágrafo 2o– Quando a justificativa de voto estiver formulada por escrito, poderá o Vereador solicitar a sua inclusão no respectivo processo e na ata dos trabalhos.

Capitulo XXXIX

DA REDAÇÃO FINAL

Art. 232 – Terminada a fase de votação, será a proposição, com as respectivas emendas, se houver, enviada à Comissão de Redação, para elaborar a redação final, na conformidade da aprovação e apresentar, se necessário, emendas de redação

Parágrafo Único – Excetuam-se no disposto neste artigo, os Projetos de lei Orçamentária que serão enviados à Comissão de Finanças, e os de Resolução, e de Decreto legislativos, quando de iniciativa da Mesa, ou modificando o Regimento Interno que serão enviados à Mesa.

Art. 233– A redação final será discutida e votada.

Art. 234– Só caberão emendas à redação final para evitar incorreção de linguagem, incoerência notória, contradição evidente ou absurdo manifesto.

Parágrafo 1o– A votação desta terá preferência sobre a redação final.

Art. 235– Se rejeitada a redação da emenda, retornará ela à Comissão de Redação para que se elabore novo texto, o qual será submetida ao Plenário, e considerado aprovado, se contra ele não votarem dois terços dos integrantes da Câmara.

Art. 236– Quando, após a aprovação da redação final e até a expedição do autógrafo, se verificar inexatidão do texto, a Mesa procederá à respectiva correção, da qual levará ao conhecimento do Plenário. Não havendo impugnação, considerar-se-á aceita a correção e, em caso contrário, será reaberta a discussão para a decisão final do Plenário.

Capitulo XL

DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL

DOS CÓDIGOS

Art. 237– Código é a reunião de disposições legais sobre a mesma matéria, de modo orgânico e sistemático, visando estabelecer os princípios gerais do sistema adotado e aprovar completamente, a matéria tratada.

Art. 238– Os projetos de Códigos, depois de apresentados ao Plenário, serão publicados e distribuídos por cópia, aos Vereadores.

Art. 239– A seguir, a Mesa nomeará uma Comissão Especial composta de 05 (cinco) Vereadores para manifestar-se sobre todos os aspectos da proposição.

Parágrafo 1o- Durante o prazo de 10 (dez) dias, poderão os Vereadores encaminhar à Comissão emendas a respeito da matéria.

Parágrafo 2o– A Comissão terá mais 15 (quinze) dias para exarar parecer ao projeto e às emendas apresentadas.

Art. 240– Decorrido o prazo, ou antes, se a comissão antecipar o seu parecer, a proposição, emendas ou substitutivos e o parecer da Comissão, serão encaminhados às Comissões Permanentes correspondentes, para parecer técnico.

Art. 241– As Comissões terão o prazo de 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual prazo, a requerimento dos respectivos Presidentes para apresentarem seus pareceres. Oferecidos estes, será a proposição incluída na Ordem do Dia para a Discussão e votação.

Parágrafo 1o – Se forem apresentadas emendas, serão elas votadas em primeiro lugar. Se aprovada qualquer delas, o processo será encaminhado à Comissãode Redação para elaborar a redação definitiva que será submetida a novo exame do Plenário.

Parágrafo 2o–Neste caso, a Comissão de Redação terá o prazo improrrogável de 10 (dez) dias, para apresentar o parecer.

Parágrafo 3o – Aprovada a redação final, a Mesa deverá dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, expedir os respectivos autógrafos em 03 (três) vias ao Poder Executivo.

Art. 242–Nas alterações parciais de Códigos, será aplicado o regime deste Capítulo.

Capitulo XLI

DO ORÇAMENTO

Art. 243 –Recebida à proposta orçamentária do prefeito, dentro do prazo legal, será ela lida em resumo, no Expediente e publicada, permanecendo logo após, em pauta, durante 02 (duas) sessões para recebimento de emendas.

Parágrafo 1o – A seguir, será a proposta orçamentária encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça que a apreciará dentro do prazo de 5 (cinco) dias, no seu aspecto constitucional e legal.

Parágrafo 2o– Recebido o parecer da Comissão de Justiça, será a proposta orçamentária encaminhada à Comissão de Finanças e Orçamento para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste sobre o mérito da proposição e das emendas.

Parágrafo 3o – Para maior facilidade do estudo da matéria, poderá a Comissão de Finanças o Orçamento dividir a proposta da despesa orçamentária por partes, cabendo neste caso a cada relator, apreciar uma das partes, e ao Presidente da Comissão, elaborar o parecer geral.

Parágrafo 4o– Se qualquer das Comissões deixar de dar parecer nos prazos previstos nos Parágrafos 1o. e 2o. deste artigo, o Presidente desig-

nará 3 (três) vereadores, para em conjunto e dentro do prazo de 10 (dez) dias, emitir o parecer.

Art. 244 – Depois de devidamente instruída com os pareceres das Comissões, a proposta orçamentária e as emendas serão incluídas na Ordem do Dia para primeira discussão e votação, iniciando pelas emendas, uma a uma:

I - Logo após, discutidas as emendas uma a uma, as mesmas serão votadas conjuntamente.

Parágrafo 1o– Cada Vereador poderá, nessa fase de discussão, falar pelo prazo máximo de 03 (três) minutos, sem apartes.

Parágrafo 2o– Para falar, terão preferência os autores de emendas, e após estes os relatores, observados em ambos os casos a ordem de inscrição.

Parágrafo 3o– Só serão aceitas emendas que tenham caráter estritamente técnico ou retificante.

Parágrafo 4o– Encerrado o prazo previsto no parágrafo 4o., do Art. 243, voltará a proposta orçamentária à Comissão de Finanças e Orçamento para pronunciar-se sobre as emendas, no prazo de 5 (cinco) dias, findos os quais, retornará o projeto à Ordem do Dia, para 2a. discussão e votação.

Parágrafo 5o– Na 2a. discussão, observar-se-á o disposto nos parágrafos 1o. e 2o., sendo, a respectiva votação feita com as emendas correspondentes.

Parágrafo 6o – Encerrada a votação, será a proposta orçamentária encaminhada à Comissão de Finanças e Orçamento, para elaborar a redação final, no prazo de 10 (dez) dias;

Parágrafo 7o– Se forem apresentadas emendas, serão estas votadas em primeiro lugar, após parecer verbal da Comissão de Finanças e Orçamento, que deve ser proferido na mesma sessão. Aprovada qualquer emenda, a Mesa solicitará novo parecer da Comissão de Finanças e Orçamento antes de encaminhar o respectivo autógrafo ao Poder executivo.

Art. 245– No projeto de lei orçamentária não poderá figurar disposição que:

I – não indique especificamente o total da receita cuja arrecadação se autoriza;

II – não corresponda à tributação vigente;

III - consigne despesa para o exercício diverso daquele que a lei vai reger;

IV – autorize ou consigne dotação para a função, cargo efetivo ou não, e serviço ou repartição, não criados anteriormente em lei;

V – não caiba, direta ou precisamente, na lei de orçamento;

VI - não venha ferir legislação superior.

Art. 246– Não serão recebidas pela Mesa, emendas que:

I – Sejam incompatíveis com o plano plurianual e com a lei de Diretrizes Orçamentárias do Município.

II – Não indiquem os recursos de despesas, excluídas as que incidam sobre:

a) – votações para pessoal e seus encargos;

b) – serviços da dívida do Município.

III – Não sejam relacionadas:

a) – com correção de erros ou omissões;

b) – com dispositivos do texto do Projeto de Lei.

Art. 247– À Comissão de Finanças e Orçamento, será permitido opinar sobre as emendas, propor modificações ao projeto e às emendas, oferecer novas e apresentar substitutivos de ordem geral, não podendo as emendas diminuir a receita, aumentar a despesa e as que se referirem a vantagens ao funcionalismo público municipal.

Art. 248– A discussão e votação do orçamento terão preferências sobre qualquer outra matéria, inclusive as que estiverem em regime de urgência, salvo deliberação contrária do Plenário.

Art. 249– Não tendo o Prefeito enviado até trinta de setembro a proposta orçamentária, o Presidente determinará à Comissão de Finanças e Orçamento que a elabore, dentro de 20 (vinte) dias, tomando por base o orçamento vigente.

Parágrafo Único – A proposta assim apresentada, obedecerá quanto à tramitação, o disposto neste Regimento.

Art. 250 – A proposta orçamentária do município deverá ser votada até o final do período legislativo. Em não ocorrendo, ficará suspenso o recesso parlamentar até que o mesmo ocorra.

Art. 251 – Aplicam-se ao orçamento Plurianual de investimentos, as regras estabelecidas neste CAPÍTULO para o orçamento programa, excetuando tão somente, o prazo para aprovação da matéria.

Art. 252 –O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara propondo a modificaçãodo projeto de lei orçamentária (anual ou plurianual), enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Parágrafo Único – Através de proposição, devidamente justificada, o Prefeito poderá, a qualquer tempo, propor à Câmara a revisão do Orçamento Plurianual de investimentos, assim como o acréscimo de exercícios para substituir os já vencidos.

Art. 253 –O Orçamento Plurianual de investimentos, que abrangerá no mínimo, o período de 03 (três) anos consecutivos, terá suas votações anuais incluídas no orçamento de cada exercício.

Art. 254 – Para discussão e votação da matéria, a Câmara funcionará, se necessário, em sessões extraordinárias, de modo que a discussão e votação do orçamento estejam concluídas até a data prevista de 30 (trinta) de novembro.

Capitulo XLII

DO REGIMENTO INTERNO

Art. 255– As interpretações do regimento Interno, feitas pelo Presidente da Câmara, em assunto controverso, constituirão precedentes regimentais, desde que a Presidência assim o declare, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer Vereador.

Parágrafo 1o – Os precedentes regimentais serão anotados em livro próprio, para orientação na solução de casos análogos.

Parágrafo 2o – Ao final de cada sessão legislativa, o Presidente constituirá uma Comissão Especial de 05 (cinco) Vereadores, que deverão proceder à consolidação de todas as modificações feitas no regimento, bem como dos precedentes regimentais, publicando-os em separata.

Art. 256– Os casos não previstos neste Regimento serão resolvidos soberanamente pelo Plenário, e as soluções constituirão precedentes regimentais.

Parágrafo Único – À Mesa incumbe na sessão seguinte, apresentar projeto de resolução enquadrando a norma estabelecida na forma deste artigo para ser submetido ao Plenário e constituir modificações deste Regimento.

Art. 257– Qualquer projeto de resolução modificando o Regimento Interno, depois de ser dado conhecimento ao Plenário e publicado, permanecerá em pauta durante duas sessões, para recebimento de emendas.

Parágrafo 1o– Findo esse prazo, a Mesa emitirá parecer sobre o projeto, dentro do prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo 2o– Caso receba emendas durante a primeira discussão, voltará o projeto à Mesa que emitirá parecer sobre emendas no prazo de três dias, e será incluído na Ordem do Dia para a segunda discussão.

Parágrafo 3o– Durante a discussão, cada Vereador poderá falar pelo prazo de 10 (dez) minutos, com direito à cessão da palavra, à exceção do relator que falará pelo prazo de 20 (vinte) minutos.

Parágrafo 4o– Encerrada a fase de discussão, proceder-se-á a votação, que poderá ser realizada em globo ou por partes, por iniciativa da Mesa ou de qualquer Vereador, ouvido o Plenário.

Parágrafo 5o– Procedida à votação na 2a. discussão, será o projeto de resolução encaminhado à comissão de Redação, para a redação final, que será submetida ao Plenário, dentro do prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo 6o– Aprovada a redação final, a Mesa terá o prazo de 10 (dez) dias para a promulgação.

Parágrafo 7o. – O projeto de resolução que visa alterar o Regimento Interno somente será aceito pela Mesa, quando proposta por maioria absoluta dos membros da Câmara.

Capitulo XLIII

DOS TÍTULOS HONORÍFICOS

Art. 258 – Por via de Decreto Legislativo, aprovado em discussão e votação única pelo voto nominal de maioria simples de seus membros, a Câmara poderá conceder título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem a personalidades ou entidades nacional ou estrangeira radicadas no país, comprovadamente dignos de honrarias.

Parágrafo 1o– A Câmara poderá, também, conceder o título a pessoas radicadas ou não no Município, mais que tenham prestado relevantes serviços ao município, fazendo entrega em sessão solene, de pergaminho alusivo ao fato.

Parágrafo 2o– Os títulos referidos no presente artigo, poderão ser conferidos a personalidades ou entidades estrangeiras, mundialmente consagradas pelos serviços prestados à humanidade, não se aplicando nesta hipótese, o disposto no parágrafo anterior nem a exigência de radicar no país, constante do “caput” desse artigo.

Parágrafo 3o–Anualmente cada Vereador poderá conceder 05 (cinco) Títulos de Cidadão Honorífico.

Art. 259–O projeto de concessão de títulos honoríficos obedecerá à seguinte tramitação:

I – deverá vir anexado como requisito essencial, circunstanciada biografia da pessoa ou histórico da entidade a quem deseja homenagear;

II – relação circunstanciada dos trabalhos e serviços prestados à cidade ou à humanidade pela pessoa ou entidade a quem se pretende prestar a homenagem;

III – preliminarmente o projeto deverá ser subscrito apenas pelo autor.

Art. 260– As proposições com insuficiência de documentos exigidos, serão devolvidas ao autor, que as completará, procedendo a novo encaminhamento.

Art. 261– Não se consideram serviços relevantes prestados ao município, os atos praticados por dever de ofícios, por autoridades constituídas.

Art. 264– A entrega dos títulos honoríficos e demais honrarias, será feita em sessão solene, nos termos do Art. 144, parágrafo Único, ou especialmente convocada pelo Senhor Presidente da Câmara, para esse fim.

Parágrafo Único – Nas sessões a que alude o presente artigo, será permitida a fala ao vereador proponente, pelo prazo regimental de 05 (cinco) minutos.

I - fica assegurada a palavra a um dos homenageados, para que em nome de todos, faça as devidas considerações.

Capitulo XLIV

DA TOMADA DE CONTAS

Art. 265– O controle externo de fiscalização financeira e orçamentária será exercido pela Câmara Municipal com o auxilio do Tribunal de Contas competente.

Parágrafo 1o– Recebidos os Processos do Tribunal de Contas competente, com os respectivos pareceres prévios, a mesa dará conhecimento ao Plenário e encaminhará à Comissão de Finanças e Orçamento para opinar, apresentando o respectivo projeto de Decreto Legislativo e de Resolução.

Parágrafo 2o– A Comissão de Finanças e Orçamento terá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar os pareceres, concluindo por Projeto de Decreto Legislativo e Projeto de Resolução, relativos às contas do Prefeito e da Mesa, respectivamente, dispondo sobre sua aprovação ou rejeição.

Parágrafo 3o– Se a Comissão não exarar os pareceres no prazo indicado, a Presidência designará um relator especial, que terá o prazo de 3 (três) dias improrrogáveis, para consubstanciar os pareceres do Tribunal de Contas nos respectivos projetos de Decretos Legislativo e de Resolução.

Art. 266– Recebido o processo com parecer da Comissão de Finanças e Orçamento ou de relator especial, depois da publicação, a Mesa mandará incluí-lo na pauta da Ordem do Dia da sessão imediata.

Parágrafo Único – Se houver pedido de informação, voltará o processo à Comissão de Finanças e Orçamento ou ao relator especial, para se manifestar, reincluindo-o, a seguir, na Ordem do Dia.

Art. 267– As referidas proposições só poderão receber emendas durante a sua primeira discussão.

Parágrafo Único –Terminada a votação, se aprovada as emendas, voltará o processo à Comissão de Finanças e Orçamento para a redação final.

Art. 268– As proposições somente poderão ser rejeitadas por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

Parágrafo Único – Rejeitadas as contas, os processos serão remetidos imediatamente ao Ministério Público, para os devidos fins.

Art. 269– Cabe a qualquer Vereador o direito de acompanhar os estudos da Comissão de Finanças e Orçamento, no período em que o processo estiver entregue à mesma.

Capitulo XLV

DO EXECUTIVO

Capítulo I

DA SANÇÃO, DO VETO E DA PROMULGAÇÃO

Art. 270– O projeto, aprovado pela Câmara, será enviado ao prefeito, dentro de 10 (dez) dias úteis, contados da data da sua aprovação, para sanção e promulgação.

Parágrafo 1°– O membro da Mesa não poderá, sob pena de destituição, recusar-se a assinar o autógrafo;

Parágrafo 2o – Os autógrafos de lei, antes de serem remetidos ao Prefeito, serão registrados em livro próprio, assinado, procedendo-se da mesma forma com os processos de decretos legislativos e de resoluções.

Art. 271– Se o prefeito julgar o processo, no todo ou em partes inconstitucional, ilegal ou contrário ao interesse público, vetando-o total ou parcialmente, comunicará dentro de quinze (15) dias úteis, contados daquele que o receber, ao presidente da câmara os motivos do veto.

Parágrafo 1º- Decorrido o prazo, o silêncio do prefeito, será considerado como sanção, obrigatória a sua imediata promulgação pelo presidente da câmara.

I – O veto do Prefeito, considerado matéria prioritária, será lido em qualquer fase da sessão, tão logo chegue à Câmara.

Parágrafo 2º– Comunicado o veto ao presidente da câmara, este tomará as providências cabíveis, para, ouvida as comissões competentes e dentro do prazo regimental, incluí-lo em discussão e votação. Considerando-se

mantido, o veto que não obtiver o voto contrário da maioria absoluta dos membros da câmara.

I - Se as Comissões não se pronunciarem no prazo regimental, a Presidência da Câmara incluirá a proposição na pauta da Ordem do Dia, independente de parecer.

Parágrafo 3º. - Se o veto não for apreciado no prazo de 30 (trinta) dias do seu recebimento, será incluído na pauta da sua primeira sessão ordinária subseqüente para discussão e votação.

Art. 272 – Rejeitado o veto, será o projeto enviado ao prefeito, que terá o prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, para sua promulgação.

Parágrafo 1º –Se assim não o fizer, as disposições aprovadas no prazo do "caput" deste artigo, a responsabilidade para tal, será do presidente da câmara, por igual prazo.

Parágrafo 2º–Se o Presidente não promulgar as disposições aprovadas no prazo do "caput" deste artigo, em igual prazo o fará o Vice-Presidente.

Art. 273 – Os Decretos Legislativos e as Resoluções serão promulgadas pelo Presidente da Câmara e enviadas à publicação dentro do prazo máximo e improrrogável de 10 (dez) dias, contados da data de sua aprovação em Plenário, ressalvadas as exceções regimentais.

Capitulo XLVI

DA CONVOCAÇÃO DOS SECRETÁRIOS E COMPARECIMENTO DO PREFEITO

Art. 274– Os Secretários Municipais poderão ser convocados pela Câmara, para prestar informações sobre suas administrações.

Parágrafo 1o–O requerimento deverá ser escrito e indicar com precisão o objeto da convocação, ficando sujeito à deliberação do Plenário.

Parágrafo 2o– Aprovada a convocação, nos termos do parágrafo anterior o Presidente entenderá com o Prefeito, a fim de fixar dia e hora para seu comparecimento, dando-lhe ao mesmo tempo, ciência da matéria sobre o que versará a interpelação.

Art. 275. – Quando desejar comparecer a Câmara e às Comissões o Prefeito, os Secretários e as demais autoridades para prestarem esclarecimentos, a Mesa designará o dia e a hora de sua recepção.

Art. 276–As autoridades mencionadas no Art. 274 poderão fazer-se acompanhar de técnicos que julgar convenientes para prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Art. 277– Na sessão ou reunião a que comparecer, as autoridades farão inicialmente por si ou por intermédio de técnicos, uma exposição do objeto de seu comparecimento, respondendo a seguir, às interpelações de qualquer Vereador.

Art. 278–Durante a sua exposição ou respostas às interpelações que lhe forem feitas, bem como o Vereador ao enunciar as suas perguntas, não poderão desviar-se do objetivo da convocação e não sofrerão apartes.

Art. 279–As autoridades que comparecerem a Câmara, ficarão sujeitas às normas deste Regimento.

Capitulo XLVII

DO SUBSÍDIO E DA VERBA DE REPRESENTAÇÃO DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO, DOS VEREADORES E SECRETÁRIOS

Art. 280–Os subsídios e a verba de representação do Prefeito, Vice-Prefeito, vereadores e secretários, serão fixados nos termos e critérios da legislação superior.

Capitulo XLVIII

DAS LICENÇAS E CASSAÇÃO DE MANDATO DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 281– Para a concessão de licenças e para a cassação de mandato do Prefeito e Vice-Prefeito, aplicar-se-á o disposto na legislação superior pertinente.

DA POLÍCIA INTERNA

Art. 282– O policiamento do edifício da Câmara, externa e internamente, compete privativamente, ao Presidente.

Parágrafo Único– O policiamento poderá ser feito por investigadores da Policia, elementos da Policia Militar ou outros elementos requisitados à Secretaria da Segurança Pública do Estado e postos à disposição da Câmara.

Art. 283–O corpo de policiamento cuidará também para que as Tribunas reservadas para convidados especiais, representantes do Corpo Consular, bem como da imprensa escrita ou falada ou televisionada credenciados pela Mesa para o exercício de sua profissão junto a Câmara, não sejam ocupadas por outras pessoas, se assim o determinar o Presidente.

Art. 284– No recinto do Plenário e em outras dependências da Câmara, reservadas a critério da mesa, só serão admitidos Vereadores e funcionários da Secretaria, estes quando em serviço.

Art. 285–Qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara, na parte do recinto que lhe é reservada, desde que:

I- apresente-se decentemente trajado;

II- não portar armas;

III- não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa em Plenário;

IV- atenda às determinações da Presidência;

V- não interpele os Vereadores.

Parágrafo 1o– Pela inobservância desses deveres, poderão os assistentes ser obrigados pela Presidência, a retirar-se imediatamente do recinto, sem prejuízo de outras medidas.

Parágrafo 2o– O Presidente poderá determinar retirada dos assistentes, se a medida for julgada necessária.

Parágrafo 3o– Se, no recinto da Câmara, for cometida qualquer infração penal, o Presidente fará a prisão em flagrante, apresentando o infrator à autoridade competente, para lavratura do auto e instauração do processo crime correspondente; se não houver flagrante, o Presidente deverá comunicar o fato à autoridade policial competente, para instauração do Inquérito.

Parágrafo 4o– Poderá o Presidente mandar prender em flagrante, qualquer pessoa que perturbar os seus membros.

Art. 286– Cada jornal e emissora solicitará à Presidência o credenciamento de representantes, em número não superior a 2 (dois) de cada órgão para os trabalhos correspondentes à cobertura jornalística.

Parágrafo Único – O credenciamento fornecido pelo Presidente será sempre a título precário, podendo ser cassado a qualquer tempo, independentemente da manifestação do Plenário.

DA ADMINISTRAÇÃO

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 287-Os servidores administrativos da Câmara far-se-ão através de sua Secretaria e reger-se-ão pelo respectivo regulamento.

Parágrafo Único –Caberá à Presidência superintender os referidos serviços, fazendo observar os regulamentos.

Art. 288- Todos os serviços da Câmara, que integram a Secretaria Administrativa, serão criados, modificados ou extintos por resolução; a criação ou extinção de seus cargos, bem como a fixação de seus respectivos vencimentos, serão por lei ou resolução, de iniciativa privativa da Mesa.

Parágrafo Único – Os servidores da Câmara ficam sujeitos ao mesmo regime jurídico dos servidores da Prefeitura Municipal de Nova Maringá.

Art. 289 –Poderão os Vereadores interpelar a Presidência sobre os serviços da Secretaria Administrativa ou sobre a situação do respectivo pessoal, ou ainda, apresentar sugestões sobre os mesmos através de proposição fundamentada.

Parágrafo Único – Depois de devidamente informado por escrito; as interpelações serão encaminhadas ao Vereador interessado para conhecimento, cabendo-lhe, no caso julgar se houve omissão, negligência ou exorbitância por parte da Presidência, e tomar as providências previstas por este Regimento.

Art. 290 – A correspondência oficial da Câmara será elaborada pela Secretaria Administrativa, sob a responsabilidade da Presidência.

DOS ATOS E PORTARIAS

Art. 291 – Os atos administrativos, de competência da Mesa e da Presidência, serão expedidos com observância das seguintes normas.

DA MESA

1- Por ato, numerado em ordem cronológica, nos seguintes casos:

a) elaboração e expedição da discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara, bem como alteração quando necessária;

b) suplementação das dotações do orçamento da Câmara, observando o limite da autorização constante da lei orçamentária, desde que os recursos para sua cobertura sejam provenientes da anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias;

c) outros casos como tais definidos em lei ou resolução.

DO PRESIDENTE

1- Por ato, numerado em ordem cronológica, nos seguintes casos:

a) regulamentação dos serviços administrativos;

b) nomeação de Comissões Especiais, Especiais de Inquérito e de Representação;

c) assunto de caráter financeiro;

d) designação de substitutos nas Comissões;

e) outros casos de competência de Presidência e que não estejam enquadrados como portaria.

DAS PORTARIAS

2- Por portaria, nos seguintes casos:

a) provimento e vacância nos cargos da Secretaria Administrativa e demais atos de efeitos individuais.

b) autorização para contrato e dispensa de servidores admitidos em serviços de caráter temporário ou contratados para funções de natureza técnica especializada, sob regime de Legislação Trabalhista ou outro a ser fixado em Legislação Federal.

c) abertura de sindicância e processo administrativo, aplicação de penalidades e demais atos individuais de efeitos internos;

d) outros casos determinados em lei ou resolução.

Parágrafo Único – A numeração de atos da Mesa e da Presidência obedecerá ao período de Legislatura.

Art. 292– As determinações do presidente aos servidores da Câmara serão expedidas por meio de inscrições, observado o critério do parágrafo único do artigo anterior.

DAS ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Art. 293–A Secretaria de Administração, mediante autorização expressa do Presidente, fornecerá a qualquer munícipe que tenha legítimo interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, certidões de atos, contratos e decisões, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo, deverá atender às requisições judiciais, se outro não for fixado pelo Juiz.

Art. 294– A Secretaria de Administração terá os livros e fichas necessárias ao seu serviço e especialmente os de:

I – termo de compromisso e posse do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e da Mesa;

II – declaração de bens;

III – atas das sessões da Câmara e das reuniões das Comissões;

IV – registros de leis, decretos legislativos, resoluções, atos da Mesa e da Presidência, portaria e instruções.

V – cópia de correspondência oficial;

VI – protocolo, registro e índice de papeis livros e processos arquivados;

VII – protocolo, registro e índice de proposições em andamento e arquivados;

VIII – licitações e contratos para obras e serviços;

IX – contratos de serviços;

X – termo de compromisso e posse de funcionários;

XI – contratos em geral;

XII – contabilidade e finanças;

XIII – cadastramento dos bens móveis;

XIV – registro de Diplomas dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito eleitos.

Parágrafo Único – Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Presidente da Câmara, ou por funcionários designados para tal fim.

Capitulo XLIX

DISPOSIÇÕES FINAIS

DOS VISITANTES

Art. 295-Os visitantes oficiais, nos dias de sessão serão recebidos e introduzidos no Plenário, por uma Comissão de Vereadores, designada pelo Presidente e terão assento à Mesa ou Tribuna de Honra, a critério do Presidente.

Parágrafo 1o – A saudação oficial ao visitante será feita em nome da Câmara, por Vereador que o Presidente designar para esse fim.

Parágrafo 2o –Os visitantes oficiais poderão discursar a convite da presidência, pelo tempo regimental não superior a 10 (dez) minutos, salvo disposição em contrário.

Capitulo L

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 296–Todas as proposições, apresentadas em obediência às disposições regimentais, terão tramitação normal, enquadrando-se no que for possível, às disposições regimentais do presente Regimento Interno.

Art. 297–Ficam revogados os precedentes regimentais anteriormente firmados.

Art. 298–Os casos omissos ou as dúvidas que, eventualmente surjam quanto à tramitação a ser dada a qualquer processo, serão submetidos na esfera administrativa por escrito e com as sugestões julgadas convenientes à decisão do presidente da Câmara, que firmará o critério a ser adotado e aplicado em casos análogos.

Art. 299–O Poder Legislativo terá o prazo máximo de quatro anos para realizar uma revisão completa no Regimento Interno; salvo disposições em contrário.

Art. 300–Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Nova Maringá-MT, 01 de setembro de 2014.

SIDINEI APARECIDO FERREIRA DOS SANTOS

Vereador/Presidente

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 026/2017 "DISPÕE SOBRE O RETORNO DE LICENÇA FÉRIAS DO SR. REGINALDO DA SILVA"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e 298/2003, com suas posteriores alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - RETORNAR DA LICENÇA FÉRIAS, o Sr: **REGINALDO DA SILVA,** portador do RG nº. 2031880 SSP/PR, e CPF sob o n.º 439.469.259.87, conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 05 de Janeiro de 2017.

JOÃO BRAGA NETO Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 027/2017 "DISPÕE SOBRE A CONCEÇÃO DE LICENÇA FÉRIAS DOS SERVIDORES"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, aos servidores:

MAT	NOME	CPF
2416	VENICUS EVANGELISTA RIBEIRO	019.695.931.48
2434	JOEL BINO DO NASCIMENTO	238.032.829.34

, conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, a partir desta data 02 de Janeiro de 2017, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 05 de Janeiro de 2017.

JOÃO BRAGA NETO Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 028/2017 "DISPÕE SOBRE A CONCEÇÃO DE LICENÇA FÉRIAS DA SRA. LEOSANDRA APARECIDA PAZ DALLA COSTA"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, a Sra. **LEOSANDRA APARECIDA PAZ DALLA COSTA**, portadora do RG nº. 38929882 SSP/SC, e CPF sob o n.º 040.408.529-66, conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, a partir desta data 10 de Janeiro de 2017, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 10 de Janeiro de 2017.

JOÃO BRAGA NETO Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 029/2017 "DISPÕE SOBRE O RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DO SR. SIDINEY DA ROCHA"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - RETORNA DA LICENÇA SAÚDE, o Sr. ***SIDNEY DA ROCHA***, portadora do RG nº. 700098 SSP/MT, e CPF sob o n.º 449.096.169.34, a partir do dia 31 de Dezembro de 2016, conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 31 de Dezembro de 2016, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 10 de Janeiro de 2017.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
QUINTO TERMO DE ADITIVO E REEQUILIBRIO ECONOMICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 016/2016. PREGÃO PRESENCIAL 007/2016.

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ, CNPJ 37.464.831/0001-24 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JOÃO BRAGA NETO, RESOLVE registrar os preços da **KIRST COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA** inscrito no CNPJ 00.445.400/0001-00, neste ato representado pelo Sr. VILSON GONZALES KIRST portador do RG 1.384.949-2, CPF 326.046.370-49, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/2002, LC 123/2006 e suas alterações, Decreto Municipal nº. 001/2010 e Decreto Municipal nº. 22/2013, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

A presente Licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL E ÓLEO DIESEL PARA ATENDER A FROTA DE VEICULOS E MAQUINAS DAS SECRETARIAS DO DISTRITO DE BRIANORTE E MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT,**conforme especificações e condições constantes nesta Ata, no edital e seus anexos.

2. DOS PREÇOS

2.1. Os novos preços, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados neste termo de supressão ao reequilíbrio econômico, encontram-se indicados na Ata de registro de Preços conforme tabela abaixo:

EMPRESA KIRST COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA – inscrito no **CNPJ 00.445.400/0001-00.**

LOTE 07 - Óleo Diesel S-10 e Gasolina Comum – Para abastecimento em **"BOMBA"** no perímetro Urbano do **Município de Lucas do Rio Verde -MT**. O prazo de entrega é imediato após a ordem de fornecimento, mediante apresentação de requisição.

VALOR ANTERIOR:

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	Unid	Marca	Vlr. Unit.	Vlr. TOTAL
02	3.000	DIESEL S-10	Litro	Petrobras	3,6099	10.829,70

VALOR ATUAL.

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	Unid	Marca	Vlr. Unit.	Vlr. TOTAL
02	3.000	DIESEL S-10	Litro	Petrobras	3,6986	11.095,80

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. O reequilíbrio é justificável, pois conforme o anuncio do Governo Federal em 05/01/2017 as refinarias foram autorizadas a inserir o aumento de 6,1% no Óleo Diesel, e a Empresa detentora da Ata de registro de Preços nº 016/2016 resolve reajustar seu preço na venda de Óleo Diesel B S10 Conforme o ajuste repassado pela refinaria distribuidora de petróleo no qual sãos seus fornecedores.

O valor do ajuste a ser praticado para o licitante será de:

0,0887 (oito centavos e oitenta e sete décimos) por litro de Óleo Diesel B S10.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Os demais itens e cláusulas da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 016/2016, PREGÃO PRESENCIAL 007/2016 original permanecem inalteradas.

Nova Maringá – MT, 11 de Janeiro de 2017.

_____

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT

JOÃO BRAGA NETO

Contratante

_____

KIRST COM. DE COMBUSTIVEL LTDA

CNPJ 00.445.400/0001-00

Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

CRISTIANE MARIA DE JESUS

CPF 049.743.479-26

_____

WELDER SOUZA CUNHA

CPF: 631.381.071.68

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 029 /2017

SÚMULA: ALTERA A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DO MATO GROSSO NAS DATAS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

ARTIGO 1º - Nomeia a Comissão Permanente de Licitação para o exercício de 2017, como segue.

Presidente: Johnny Bernatzky

Secretária: Vanuza Aparecida Onofre Tenfen

Membros: Roseli Souza Porto de Paula

Rosinalva de Souza Franca Oliveira

ARTIGO 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

NOVA MONTE VERDE - MT, 11 DE JANEIRO DE 2017.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 009/2017

SÚMULA: "FICA NOMEADO O SR ANDERSON CAMILLO DE OLIVEIRA, PARA O CARGO DE GERENTE DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO".

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica nomeado o Sr. ANDERSON CAMILLO DE OLIVEIRA, para o cargo de Gerente da Vigilância Ambiental, lotado na Secretaria de Saúde, do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 11 de Janeiro de 2017.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

CAMARA MUNICIPAL
ATA DE POSSE DA PREFEITA, VICE-PREFEITO E VEREADORES LEGISLATURA 2017/2020.

Ao Primeiro dia do Mês de Janeiro de dois mil e dezessete, às dez horas, na Sede da Câmara Municipal de Nova Monte Verde Estado de Mato Grosso, foi realizado o Cerimonial da Sessão Solene de Posse da Prefeita, Vice-Prefeito e Vereadores Eleitos no dia dois de outubro de dois mil e dezesseis, devidamente diplomados no dia dezesseis de dezembro de dois mil e dezesseis pelo Meritíssimo Juiz Eleitoral Juliano Hermont Hermes da Silva, da Comarca de Nova Monte Verde-MT. A Sessão Solene foi apresentada pela Cerimonialista Maria Estela Noetzold, a qual deu as boas vindas a todos. Convidou o Ex-Prefeito Municipal Arion Silveira para compor a Mesa de Honra, juntamente com o Ex-Vice-Prefeito Florisvaldo José Ferreira e a Ex-Presidente da Câmara Municipal, Senhora Fernanda Lehmann Nagel. Agradeceu a presença de todas as Autoridades Presentes, e representando o Poder Judiciário, o Dr. Bruno César Singulane França, Juiz da Comarca de Nova Monte Verde, as autoridades Militares e Eclesiásticas. Conforme dispositivo do Regimento Interno do Poder Legislativo de Nova Monte Verde e da Lei Orgânica do Município, o Vereador mais votado nas Eleições presidirá esta Sessão Solene de Posse, e será o Vereador Eder Fernandes da Silva. Convidou a Excelentíssima Senhora Beatriz de Fátima Sueck Lemes, Prefeita Eleita e Diplomada e o Excelentíssimo Senhor Adauto Nequinho da Silva,Vice-Prefeito Eleito e Diplomado, para ocupar lugar na Mesa de Honra. Convidou a todos os Vereadores Eleitos e Diplomados para ocupar seu lugares: Anderson Rodrigues dos Santos, Eliana Kliztke Lauvers, Francisco Antonio Sevallo, Gilberto Cassimiro, Júlio Cesar Paranhos da Silva, Luiz Carlos Pasquini Ferro, Pedro Lopes Filho e Romilton Anacleto Noetzold. Todos se colocaram de pé para execução do Hino Nacional Brasileiro. A Cerimonialista Maria Estela Noetzold passou a palavra ao Vereador Eder Fernandes da Silva que irá conduzir os trabalhos. Eder Fernandes da Silva declarou sob a Proteção de Deus aberta a Sessão Solene de Posse. E convidou a Vereadora Eliana Kliztke Lauvers para secretariar os trabalhos. O Vereador Eder Fernandes da Silva apresentou à Secretária seu Diploma e Declaração de Bens. Logo após a Secretária Eliana Kliztke Lauvers convidou os Vereadores Eleitos para apresentar o Diploma e Declaração de Bens, conforme segue: Anderson Rodrigues dos Santos, Eliana Kliztke Lauvers, Francisco Antonio Sevallo, Gilberto Cassimiro, Júlio Cesar Paranhos da Silva, Luiz Carlos Pasquini Ferro, Pedro Lopes Filho e Romilton Anacleto Noetzold. Em seguida todos de pé com a mão direita estendida na direção da Bandeira Nacional Brasileira fizeram seu juramento: " PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, OBSERVANDO AS LEIS E DESEMPENHANDO COM LEALDADE O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO E TRABALHAR PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO, SOB A INSPIRAÇÃO DE DEUS, DO PATRIOTISMO, DA HONRA E DO BEM COMUM." Logo após declarou empossados todos os Vereadores. Em seguida convidou a Excelentíssima Prefeita Eleita e Diplomada, Senhora Beatriz de Fátima Sueck Lemes para apresentar seu Diploma e Declaração de Bens e prestar seu juramento na Tribuna, a qual declarou: " PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, OBSERVANDO AS LEIS E DESEMPENHANDO COM LEALDADE O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO E TRABALHAR PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO, SOB A INSPIRAÇÃO DE DEUS, DO PATRIOTISMO, DA HONRA E DO BEM COMUM." Em seguida convidou o Excelentíssimo Vice-Prefeito Eleito e Diplomado, Senhor Adauto Nequinho da Silva para apresentar seu Diploma e Declaração de Bens e prestar seu juramento na Tribuna, o qual declarou: " PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, OBSERVANDO AS LEIS E DESEMPENHANDO COM LEALDADE O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO E TRABALHAR PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO, SOB A INSPIRAÇÃO DE DEUS, DO PATRIOTISMO, DA HONRA E DO BEM COMUM." Nesse momento declarou empossados a Excelentíssima Senhora BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES como Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso e o Excelentíssimo Senhor ADAUTO NEQUINHO DA SILVA como Vice-Prefeito. O Senhor Eder Fernandes da Silva convidou a Senhora Fernanda Lehmann Nagel, Ex-Presidente da Câmara Municipal para fazer uso da palavra e a transmissão de Governo. Em seguida convidou o Ex-Prefeito Arion Silveira para fazer uso da palavra e a transmissão do Governo. Logo após convidou a Excelentíssima Prefeita Municipal Beatriz de Fátima Sueck Lemes para fazer uso da palavra, e para finalizar convidou a Pastora Karina Galdino dos Santos para fazer uma oração e benção sobre todos e o Município de Nova Monte Verde-MT.Sob a Proteção de Deus foi encerrada a Sessão Solene de Posse. E logo em seguida iniciou-se a Sessão de Eleição e Posse da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, para o Biênio 2017/2018. Foi presidida novamente pelo Vereador Eder Fernandes da Silva, que convidou a Vereadora Eliana Kliztke Lauvers para Secretariar a Sessão. Foi feita a leitura da Chapa número um, para concorrer ao Pleito do Biênio 2017/2018 da Mesa Diretora. A Chapa ficou assim composta: Presidente: Francisco Antonio Sevallo; Vice-Presidente: Luiz Carlos Pasquini Ferro; 1º Secretário: Júlio César Paranhos da Silva e 2º Secretário: Pedro Lopes Filho. A Votação foi aberta e nominal, sendo: Anderson Rodrigues dos Santos, votou sim; Eliana Kliztke Lauvers, votou não; Francisco Antonio Sevallo, votou sim; Gilberto Cassimiro, votou sim; Júlio Cesar Paranhos da Silva, votou sim; Luiz Carlos Pasquini, Ferro votou sim; Pedro Lopes Filho, votou sim e Romilton Anacleto Noetzold, votou não. Foi declarada vencedora a Chapa número um por sete votos sim e dois votos não. Eder Fernandes da Silva declarou empossada a Nova Mesa Diretora para o Biênio 2017/2018, e no mesmo ato passou a direção dos trabalhos ao Presidente Eleito e Empossado Francisco Antonio Sevallo. O qual assumiu a direção da Sessão e agradeceu a todos os presentes, em especial à Excelentíssima Prefeita Municipal Beatriz de Fátima Sueck Lemes e Vice-Prefeito Adauto Nequinho da Silva e todos os Vereadores agora empossados, agradeceu também por ter sido eleito Presidente da Câmara para este biênio que se inicia nesta data. Deixou a palavra a cada Vereador para fazer seu pronunciamento. Comunicou que será avisado posteriormente a data da primeira Sessão Ordinária deste Poder Legislativo. Sem mais nada, foi encerrada a sessão sob a Proteção de Deus.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

ADAUTO NEQUINHO DA SILVA

Vice-Prefeito Municipal

FRANCISCO ANTONIO SEVALLO

Vereador Presidente da Câmara Municipal

LUIZ CARLOS PASQUINI FERRO

Vice-Presidente da Câmara Municipal

JÚLIO CESÁR PARANHOS DA SILVA

1º Secretário da Câmara Municipal

PEDRO LOPES FILHO

2º Secretário da Câmara Municipal

ANDERSON RODRIGUES DA SILVA

Vereador

EDER FERNANDES DA SILVA

Vereador

ELIANA KLIZTKE LAUVERS

Vereadora

GILBERTO CASSIMIRO

Vereador

ROMILTON ANACLETO NOETZOLD

Vereador

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 028/2017

SÚMULA: FICA NOMEADO A SENHOR JOHNNY BERNATZKY, PARA O CARGO DE PREGOEIRO, COM LOTAÇÃO NA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DO MATO GROSSO

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica Nomeado o Senhor JOHNNY BERNATZKY, para o Cargo de Pregoeiro, lotada na Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças do Município de Nova Monte Verde-MT

ARTIGO 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

NOVA MONTE VERDE - MT, 11 DE JANEIRO DE 2017.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 008/2017

SÚMULA: "FICA EXONERADO O SR JOHNNY BERNATZKI, DO CARGO DE GERENTE DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO".

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica exonerado o Sr. JOHNNY BERNATZKI, do cargo de Gerente da Vigilância Ambiental, lotado na Secretaria de Saúde, do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 11 de Janeiro de 2017.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 030 /2017

SÚMULA: ALTERA A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA EQUIPE DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE "PREGÃO" DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DO MATO GROSSO NAS DATAS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

DECRETA:

ARTIGO 1º - Nomeia os membros da Comissão de Licitação na modalidade "PREGÃO" para o exercício de 2017, como segue.

Presidente: Johnny Bernatzky

Membros: Vanuza Aparecida Onofre Tenfen

Maísa de Oliveira Galvão

ARTIGO 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

NOVA MONTE VERDE - MT, 11 DE JANEIRO DE 2017.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PORTARIA Nº 1229 DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Designa servidora para exercer funções junto à Secretaria Municipal de Viação e Transporte e Serviços Urbanos.

JOÃO TEODORO FILHO, Prefeito do Município de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a necessidade de disponibilizar um servidor efetivo para digitação de documentos e demais assuntos pertinentes junto à Secretaria Municipal de Viação e Transporte.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar a servidora municipal **Sra. Rayça Alves de Carvalho,** portadora do **CPF n º 046.345.811-75 RG nº 23677270**, matrícula nº 9254 **ocupante do cargo efetivo como Agente Administrativo,** para exercer suas atribuições funcionais diariamentena sede da Secretaria Municipal de Viação e Transporte, **no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, de segunda e sexta-feira,** sem prejuízo de seus vencimentos.

Artigo 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Nova Nazaré, em 11 de Janeiro de 2017.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

A presente portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

KENIA CRISTINA CAMPOS DE AZEVEDO IUEN

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

PORTARIA MUNICIPAL N.º 074 DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

"QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, OBJETIVANDO A CONTRATA-

ÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL, **AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL N.º 1076 DE 10 DE JANEIRO DE 2017.**

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, expede a seguinte portaria;

RESOLVENDO:

Art. 1º - Nomear como membros da comissão responsável pelo Processo Seletivo Simplificado objetivando a contratação temporária de pessoal para atendimento de Políticas na Área de Educação, para os cargos autorizado pela **Lei Municipal N.º 1050 de 03 de Fevereiro de 2016,** os servidores públicos municipais a seguir qualificados:

Nome do Servidor	Área	CPF
Marcos Antônio dos Santos Lima	Educação	871.216.971-49
Carmem Lucia Rodrigues Moura	Educação	781.521.511-49
Rosenilda Lima Almeida	Educação	792.651.035-15
Suzany Passarello Araújo	Prefeitura	514.424.001.10

Art. 2º - A comissão ora nomeada ficará responsável pela execução de todo o processo de seleção, observando a legislação e normas pertinentes à matéria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições contrárias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Olímpia-MT, 11 de janeiro de 2017.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL N.º 075 DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

"QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS PARA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PARA O PERÍODO DE 11/01/2017 A 11/01/2018."

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere o art. 72 Inciso IV da Lei Orgânica, expede a seguinte Portaria, resolvendo, e ainda,

CONSIDERANDO, o disposto no inciso XVI, artigo 6º da Lei N.º 8.666 de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

Art. 1º Nomear como membros da Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, **no período de 11 de janeiro 2017 a 11 de janeiro de 2018**, para efeitos de instrução e julgamento de processos licitatórios nas modalidades previstos na Lei Federal N.º 8.666/1993, os servidores abaixo relacionados:

Nome	Função
Andressa Nadia Alencar Alves	Presidente
Josenil Marques Pereira	Secretário
Luiz Carlos Duarte	Membro

Art. 2º Os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeados através da presente portaria deverão cumprir os princípios da legalidade, da impessoalidade, da imparcialidade, da moralidade, da probidade administrativa e também, os princípios constitucionais e demais diplomas legais que regem a matéria.

Art. 3º Os membros da Comissão Permanente de Licitações não serão remunerados, por se tratar de serviço de relevante interesse público administrativo.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, 11 de janeiro de 2017.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

SIMPREV
TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE VINCULAÇÃO N.º 001/2013 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS N.º 078/2012, OBJETO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2012.

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA OLÍMPIA – SIMPREV, com natureza jurídica de Fundo Contábil, devidamente inscrito no CNPJ nº 01.875.815/0001-87 situado na Rua Minas Gerais, n°1.229 W, Bairro Centro, Nova Olímpia/MT, representado neste ato pelo **Sr. Carlos Marcos Mascarenhas Almeida,** brasileiro, casado, portador do CPF nº 956.919.875-34 e do RG nº **0537711848 SSP/BA, Diretor Executivo,** residente e domiciliado na Rua 32, Qd 30, Lt 03 Bairro Jardim das Oliveiras, Nova Olímpia/MT, doravante denominado **CONTRATANTE,**

Considerando o disposto na Cláusula 2.1. do Termo de Vinculação n.º 001/2013 estatuindo que "em cada exercício financeiro deverá ser pactuado entre o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nova Olímpia– SIMPREV e a empresa consorciada Agenda Assessoria, Planejamento e Informática Ltda.,termo de apostilamento com vistas à atualizar os valores resultantes da aplicação do percentual constantes da referida cláusula contratual;

Considerando que o valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao SIMPREV relativo ao exercício financeiro de 2016 foi de R$ 20.491.723,32 (vinte milhões, quatrocentos e noventa e um mil, setecentos e vinte e três reias e trinta e dois centavos), **RESOLVE** modificar unilateralmente o Termo de Vinculação n.º 001/2013, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem como objeto reajustar o ***preço*** do Termo de Vinculação n.º 001/2013 praticado em dezembro de 2016, que fica reajustado para R$ 245.900,68 (duzentos e quarenta e cinco mil, novecentos reais e sessenta e oito centavos), dividido em 12 (doze) parcelas mensais de R$ 20.491,72 (vinte mil, quatrocentos e noventa e um reais e setenta e dois centavos), referente a 1,20% sobre o valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao SIMPREV relativo ao exercício financeiro de 2016 a razão de R$ 20.491.723,32 (vinte milhões, quatrocentos e noventa e um mil, setecentos e vinte e três reias e trinta e dois centavos), a partir de 01.01.2017, com amparo na cláusula 2.1. do antedito Termo, atendendo solicitação da empresa Agenda Assessoria, Planejamento e Informática Ltda. O registro deste reajuste por apostila está respaldado nas disposições do § 8° do art. 65 da Lei n°. 8.666/1993.

CLAÚSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas no Termo de Vinculação n.º 001/2013, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O SIMPREV providenciará a publicação resumida do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e Jornal Oficial dos Municípios, consoante ao que dispõe o art. 61,

Parágrafo Único, da Lei Federal n° 8.666/93, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.

Nova Olímpia/MT, 11 de janeiro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE NOVA OLÍMPIA- SIMPREV

Carlos Marcos Mascarenhas Almeida

CONTRATANTE

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 045 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

"QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO"

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia - MT, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por Lei, expede a seguinte portaria;

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Fica designado para responder pela **COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SISTEMA GEO-OBRAS** sem prejuízo de suas funções, o **Sr. ERISON BARROS CAMPOS,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG: nº. 13642731-SSP-MT e do CPF: nº. 882.082.731-04, residente e domiciliado neste Município de Nova Olímpia-MT.

Art. 2º - As atribuições da Coordenação serão exercidas sem remuneração.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 02 de Janeiro de 2017.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL N.º 1076 DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, Faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar processo seletivo simplificado objetivando a contratação temporária de pessoal para atendimento de políticas sociais na área de educação, não atendível pelo quadro de provimento efetivo atualmente existente.

Art. 2º Os cargos e vagas previstos para o Processo Seletivo conforme artigo 1º são :

Zona Urbana - **10 (dez) Pedagogos com formação em Pedagogia 20 horas e 04 (quatro) Educadores Físicos com formação em Educação Física e registro no CREF 20 horas.**

Paragrafo único: as contratações previstas nesta lei, serão feitas mediante contrato administrativo de prestação de serviços com tempo determinado, pelo prazo de 12 meses, admitindo prorrogação por igual período.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, aos 10 dias do mês de janeiro de 2017.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL N.º 1077 DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

QUE ALTERA O ARTIGO Nº 101 "CAPUT" DA LEI MUNICIPAL Nº 775 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2008, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, Faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 101 "caput" da Lei Municipal nº 775 de 13 de fevereiro de 2008, passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 101 - Quando no exercício de mandato eletivo, em diretoria de entidade sindical ou associativa, representativa de categoria profissional dos servidores efetivos, a administração pública poderá conceder ao servidor estável eleito o direito à licença para o desempenho de mandato classista com ônus integral para a entidade de classe representada.

I - .....

II - .....

Paragrafo Único - .....

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, aos 10 dias do mês de janeiro de 2017.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 1078 DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

"REGULAMENTA O ESTÁGIO DE ESTUDANTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E NO ENSINO MÉDIO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA - MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, Faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Município de Nova Olímpia - MT, nos termos da legislação vigente, poderá aceitar, como estagiário, estudante regularmente matriculado em curso vinculado ao ensino público ou particular, oficial ou assim reconhecido.

§1º. O estudante a que se refere o "caput" deste artigo deve, comprovadamente, estar frequentando curso de nível superior ou de 2º grau, nas áreas diretamente relacionadas às atividades administrativas do Poder Executivo Municipal de Nova Olímpia - MT.

§2º. A idade mínima do estagiário é de 16 (dezesseis) anos.

§3º. O estágio deverá propiciar ao estudante a complementação do ensino e da aprendizagem e ser planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, constituindo-se em instrumento de integração, em termos de treinamento prático ou aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

Art. 2º. O órgão responsável pela Gestão de Pessoal, por meio de seu setor específico, promoverá a operacionalização das atividades de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação dos estágios, cabendo-lhe:

I. realizar diagnóstico da necessidade de estagiário no âmbito dos serviços internos do Poder Executivo;

II. indicar as possibilidades de estágio (áreas e número de vagas) e agilizando os procedimentos administrativos para sua realização;

III. cuidar do termo de compromisso a ser assinado pelo estagiário, pela Instituição de Ensino e pelo Município de Nova Olímpia, que no ato será representado pela referido Departamento;

IV. acompanhar, mensalmente, a frequência dos estagiários, comunicando ao Recursos Humanos quaisquer eventos atípicos;

V. receber as avaliações trimestrais de desempenho do estagiário e os relatórios de atividade do estágio;

VI. expedir declaração ou certificado de estágio;

VII. receber e analisar comunicações de desligamento de estágio;

VIII. elaborar e assinar documentos de representação de estagiário à instituição de ensino, em decorrência do desligamento.

Art. 3º. Podem receber estagiários quaisquer setores dos serviços internos do Poder Executivo Municipal, desde que observados os seguintes requisitos:

I. o local de estágio deve ter condição de proporcionar experiência prática ao estudante, mediante efetiva participação em serviços, programas, planos e projetos que guardem estrita correlação com a respectiva área de formação profissional;

II. dispor de servidor que reúna condições necessárias para ser supervisor do estágio;

III. dispor de espaço físico e mobiliário adequado para acomodação do estagiário; e

IV. apresentar projeto para desenvolvimento das atividades do estágio, devendo conter:

a) área do estágio;

b) descrição sucinta das atividades;

c) resultados esperados para o estagiário e para o setor;

d) número de estagiários que o setor necessita e comporta.

Art. 4º. O número total de estagiários é fixado em convênio, não podendo ultrapassar a 20% (vinte por cento) do quantitativo de servidores ativos no Poder Executivo Municipal de Nova Olímpia - MT.

Parágrafo único. Do total de vagas firmadas no convênio, 10% (dez por cento) é assegurado às pessoas portadoras de deficiência.

Art. 5º. O estágio não cria vínculo empregatício de nenhuma natureza, percebendo o estagiário bolsa mensal em valor estipulado pelo Poder Executivo Municipal, nos seguintes valores:

I. Estagiários de Nível Superior: R$. 600,00 (seiscentos reais);

II. Estagiários de Nível Médio: R$. 400,00 (quatrocentos reais).

Art. 6º. A critério do Município de Nova Olímpia, os estagiários podem ser escolhidos mediante seleção pública, precedida de convocação por edital, devendo o Chefe do Poder Executivo constituir Comissão Especial para a seleção, por meio de ato do Executivo Municipal ou através da instituição de ensino.

Art. 7º. Podem estagiar no Poder Executivo Municipal de Nova Olímpia - MT:

I. estudantes do ensino médio;

II. estudantes Universitários frequentando cursos de ensino superior.

CAPÍTULO II

DOS ESTAGIÁRIOS

Art. 8º. Incumbe ao estagiário, no exercício de suas funções:

I. o levantamento de dados de conteúdo necessários ou convenientes ao correspondente exercício funcional;

II. o estudo de matérias que lhe são confiadas, propondo a adoção dos procedimentos consequentes;

III. a atendimento ao público, nos limites da orientação que venha a receber;

IV. o controle da movimentação dos autos de processos administrativos, acompanhando a realização dos correspondentes atos e termos;

V. a execução dos serviços de digitação, correspondência, registro e arquivo que lhe forem atribuídos;

VI. o desempenho de quaisquer outras atividades compatíveis com sua condição acadêmica;

VII. comparecer com assiduidade e pontualidade ao local de estágio.

Art. 9º. São deveres do estagiário:

I. atender às orientações que lhe são dadas pelo setor de estágio;

II. cumprir o horário que lhe são fixado;

III. cumprir com o plano de estágio;

IV. apresentar, trimestralmente ou quando, solicitado relatório de suas atividades;

V. ter postura profissional, respeitando as normas do Poder Executivo Municipal e mantendo sigilo acerca de fatos relevantes de que tiver conhecimento no exercício do estágio.

Art. 10. O estagiário pode assinar qualquer ato escrito, desde que em conjunto com seu supervisor do setor ao qual estiver estagiando.

Seção I

Da Duração e da Jornada do Estágio

Art. 11. A duração do estágio no âmbito do Poder Executivo Municipal não pode exceder a 23 (vinte e três) meses.

Art. 12. A duração da jornada de atividades no estágio é de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Art. 13. É vedado mais de 2 (dois) contratos de estágio, independente do nível de escolaridade cursado.

Parágrafo Único: Além do previsto no caput, e vedado ainda, firmar contrato de estágio, nos termos desta Lei, com alunos que nos últimos 02 (dois) anos, já tenham sido contratados

Art. 14. É assegurado ao estagiário com estágio que tenha duração superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, na seguinte forma:

I. 15 (quinze) dias, a serem gozados juntamente com recesso municipal;

II. 15 (quinze) dias, a serem acordados com o estagiário, preferencialmente em período de suas férias escolares.

Parágrafo único. Os dias de recesso acima previstos são concedidos de maneira proporcional nos casos de estágio com duração inferior a 1 (um) ano.

Seção II

Do Acompanhamento e da Avaliação

Art. 15. O estagiário é acompanhado pelo órgão responsável pela Gestão de Pessoal, com base nas informações fornecidas trimestralmente, em formulário próprio, pelo supervisor de estágio.

Art. 16. O acompanhamento das atividades, no âmbito do setor que receber o estagiário, é feito pelo supervisor do estágio, a quem cabe:

I. orientar o estagiário sobre aspectos de conduta funcional e normas do Município de Nova Olímpia - MT;

II. acompanhar profissionalmente o estagiário, observando a existência de correlação entre as atividades desenvolvidas e as exigidas pela instituição de ensino;

III. proceder à avaliação de desempenho do estagiário e elaborar relatório de atividade do estágio;

IV. manter contato permanente com o órgão responsável pela Gestão de Pessoal.

Seção III

Dos Benefícios

Art. 17. O estagiário tem direito a licença, sem prejuízo da bolsa mensal, por período não superior a quinze dias, para tratamento de saúde, devidamente comprovado por meio de atestado médico.

Art. 18. É considerada, para efeito de cálculo da bolsa, a frequência mensal do estagiário, deduzindo-se os dias de falta e/ou atrasos e retiradas não justificados.

Seção IV

Do Desligamento

Art. 19. O desligamento do estagiário ocorre:

I. automaticamente, ao término do prazo de validade do termo de compromisso;

II. por abandono, caracterizado por ausência não justificada por 05 (cinco) dias consecutivos ou 10 (dez) intercalados, no período de um mês;

III. por conclusão ou interrupção do curso na instituição de ensino;

IV. a pedido do estagiário;

V. por interesse e conveniência da Administração;

VI. ante o descumprimento, pelo estagiário, de qualquer cláusula do termo de compromisso;

VII. por comportamento incompatível com a natureza da atividade exercida, notadamente receber, a qualquer título, honorários, percentagens, custas ou participações pecuniárias de qualquer natureza;

VIII. identificar-se, invocando sua qualidade funcional, ou por usar papéis com o timbre da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia em qualquer matéria alheia ao serviço.

Art. 20. Suspende-se o pagamento da bolsa a partir da data de desligamento do estagiário, qualquer que seja a causa.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. Ao término do estágio, os estagiários recebem certificado de comprovação do período de estágio.

Art. 22. Os atuais estagiários cumprirão com as regras anteriormente estabelecidas até a data do vencimento do respectivo Termo de Compromisso de Estágio, quando então deverão observar o disposto nesta Resolução.

Art. 23. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar o disposto nesta lei, por meio de Decreto.

Art. 24. As despesas de pessoal e encargos sociais oriundas da execução desta Lei correm por conta das dotações orçamentárias específicas, inscritas no orçamento vigente.

Parágrafo único: Fica o Executivo Municipal, autorizado a inclusão de elemento de despesa em Ação dos Programas instituídos no PPA – Plano Plurianual (2014/2017), LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias (2017) e LOA – Lei Orçamentária Anual (2017), bem como a abertura de crédito especial, para suprir as despesas instituídas na presente lei.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, aos 10 dias do mês de janeiro de 2017.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017

De ordem do Senhor JOSE ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia - MT, e a Comissão Examinadora de Processo Seletivo Simplificado, designada pela Portaria Nº 074 de 11 de Janeiro de 2017, em cumprimento aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, e ainda em cumprimento à Lei Municipal Nº 529/2002 e alterações posteriores, e demais legislações aplicáveis à espécie; resolve divulgar e estabelecer normas para abertura das inscrições e realização do Processo Seletivo Simplificado, segundo critérios e requisitos que estabelece neste edital, para preenchimento de vagas constantes no Anexo I desde Edital, nos cargos que adiante específica tudo conforme segue:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Este Processo Seletivo dar-se-á em conformidade com a Lei Municipal N.º 529/2002 e alterações posteriores, Lei Municipal N.º 1076 de 10 de Janeiro de 2017.

1.2. A seleção para os cargos de que tratam este edital se dará através de Prova de Títulos e Prova Objetiva.

1.3. O Processo Seletivo Simplificado será realizado na cidade de Nova Olímpia-MT.

2. DOS CARGOS

2.1. O processo Seletivo se dará através de Prova de Títulos e Prova Objetiva.

2.2. O presente Edital é complementado pelos anexos discriminados abaixo, com detalhamento de informações concernentes ao objeto do teste seletivo:

Anexo I – Demonstrativo do cargo, número de vagas, carga horária semanal, requisitos e local de atuação;

Anexo II – Conteúdo Programático para o cargo;

Anexo III – Atribuições Sumárias

Anexo IV – Cronograma de Execução do Certame;

Anexo V – Ficha de Inscrição para Professor;

Anexo VI – Contagem de Títulos;

Anexo VII – Protocolo de Provas de títulos;

Anexo VIII – Formulário de Recursos;

2.3. O Edital do presente Processo Seletivo Simplificado encontra-se disponível no endereço eletrônico www.novaolimpia.mt.gov.br e no mural da Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Educação.

2.4. Os candidatos aprovados neste Processo Seletivo exercerão suas atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT.

3. DA DIVULGAÇÃO

A divulgação oficial das etapas deste Processo Seletivo dar-se-á através de avisos afixados na Sede da Secretaria Municipal de Educação localizada a Avenida Mato Grosso S/N e Prefeitura Municipal de Nova Olímpia - MT, localizada na Av. Mato Grosso, Nº 175, Centro, no site www.novaolimpia.mt.gov.br. e no Diário Oficial dos Municípios – AMM -www.amm.org.br.

4. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

4.1. Ter sido selecionado e convocado pela ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado na forma estabelecida neste Edital.

4.2. O provimento do cargo obedecerá à ordem de classificação final dos candidatos, às disposições legais pertinentes e aos demais requisitos mencionados no ANEXO I deste Edital.

4.3. O candidato deve atender às seguintes condições, quando de sua convocação:

a) ter nacionalidade brasileira ou gozar das prerrogativas dos Decretos nº 70.391/72 e artigo 12, parágrafo 1º da Constituição Federal;

b) estar quite com as obrigações eleitorais, para os candidatos de ambos os sexos;

c) estar quite com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;

d) não estar incompatibilizado para nova investidura em cargo público;

e) comprovar a escolaridade exigida para o exercício do cargo para o qual se inscreveu, conforme disposto em legislação própria;

f) ter aptidão física e mental e não apresentar deficiência que o incapacite para o exercício das funções do cargo para o qual concorre;

g) ter idade mínima de 18 anos no ato da convocação;

4.4. A posse de candidato aprovado dependerá de:

a) comprovação de cumprimento de todos os requisitos exigidos nas normas do Processo Seletivo Simplificado, importando sua não apresentação em insubsistência de inscrição e nulidade da aprovação;

b) comprovação de sanidade física e mental para o perfeito exercício das funções inerentes ao cargo, emitida por médico através de atestado, considerando-se que a inaptidão para o exercício do cargo implica automática eliminação do candidato do Processo Seletivo;

c) comprovação de compatibilidade de horário, em caso de acumulação legal.

d) cumprir as determinações deste edital.

4.5. O candidato aprovado deverá apresentar no ato da assinatura do contrato, obrigatoriamente os seguintes documentos:

a) cópia da cédula de identidade;

b) cópia do cadastro de pessoa física - CPF/MF;

c) cópia do título de eleitor e certidão de quitação eleitoral;

d) cópia do reservista ou documento equivalente;

e) cópia da certidão de casamento ou nascimento;

f) cópia da certidão de nascimento dos filhos;

g) cópia da carteira de vacinação dos filhos de 0 a 7 anos

h) cópia do certificado de escolaridade exigida pelo cargo;

i) cópia da carteira profissional no caso de profissão regulamentada;

j) cópia do comprovante de inscrição no PIS/PASEP, exceto se nunca fora inscrito;

k) atestado médico admissional expedido por médico do trabalho;

l) cópia do comprovante de residência atualizado.

5. DA INSCRIÇÃO

5.1. As inscrições serão realizadas pessoalmente ou por procuração pública ou particular nos dias 12 a 18 de Janeiro de 2017, das 07h00 ás 11h00 e das 13h00 as 17h00, na Sede da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Avenida Mato Grosso S/Nº, Centro, Nova Olímpia – MT.

5.2. Requisitos básicos para a inscrição

a) Idade mínima de 18 anos.

b) Escolaridade mínima exigida pelo cargo;

c) Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;

d) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;

e) Atender às condições prescritas para a função.

f) Disponibilidade de tempo para exercer suas atividades conforme carga horária descrita no Anexo I.

5.3. Documentações necessárias para inscrição:

a) Cópia da Carteira de Identidade;

b) Cópia do CPF;

c) Comprovante de Escolaridade exigida para o cargo pretendido;

d) Documentações para a Prova de Títulos.

5.4. Procedimentos de inscrição:

a) Comparecer ao local de inscrição SEMECETEL, situado na Avenida Mato Grosso, S/Nº, Centro . Preencher o Formulário de Inscrição, Anexo V e anexar os documentos constantes no item 5.3 deste Edital.

b) Entregar o Formulário de Inscrição devidamente preenchido e assinado;

c) Apresentar documento de identificação com foto;

d) No ato da inscrição o candidato receberá seu respectivo comprovante assinado pelo atendente conferidor.

e) A inscrição só terá validade se o comprovante estiver devidamente assinado.

f) Com posse do comprovante de inscrição o candidato deverá realizar sua contagem de Títulos, no mesmo local, apresentando os documentos constantes no Quadro de que trata o item 7.2.4.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

6.1. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. Uma vez efetivada a inscrição não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.

6.2. É vedada a inscrição via postal, a via fax ou a via correio eletrônico.

6.3. As inscrições por procuração somente serão aceitas originais, específicas e com firma reconhecida em cartório.

7 – DAS FASES DO PROCESSO SELETIVO

7.1. Para os cargos de Professor Pedagogo e Professor de Educação Física, serão aplicados exames de conhecimentos, mediante aplicação de prova objetiva de caráter eliminatório, abrangendo os conteúdos programáticos constantes do ANEXO II deste edital, e prova de títulos de caráter somatório conforme quadro abaixo.

Prova de Títulos Somatório	Prova Objetiva Eliminatório	Total
20 pontos	80 pontos	100 pontos

7.2Da prova de títulos:

7.2.1.A contagem de pontos dos títulos e certificados (original e cópias ou copias autenticadas) será realizada no mesmo local, hora e data da inscrição.

7.2.2.O candidato deverá comparecer para a contagem de pontos dos títulos e certificados, após a efetivação da inscrição, munido de todos os documentos necessário inclusive documentos pessoais.

7.2.3. Após iniciada a contagem de pontos dos títulos e certificados, a falta de quaisquer documentos de comprovação não poderá ser entregue posteriormente.

7.2.4.Títulos e/ou Certificados válidos para contagem:

	TÍTULOS E/OU CERTIFICADOS	PONTOS
a)	Pós Graduação (Especialização);	**3,0 pontos**
b)	Mestrado	**4,0 pontos**
c)	Doutorado	**5,0 pontos**
d)	Atualização pedagógica - Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didáticos curriculares e de políticas educacionais, com limite máximo de 5,0 pontos. Serão considerados apenas os realizados nos últimos 3 anos. (2014, 2015 e 2016)	**0,5 – (meio) ponto para cada 40 horas.**
e)	Publicações Científicas (livro completo publicado) - apresentar cópia da página que conste o parecer do Conselho Editorial, nº do registro. Limite máximo de 2,0 (dois) pontos.	**1,0 (ponto) pontos para cada unidade**
f)	Publicação de artigos que possuam mérito cientifico ou de apoio as atividades de ensino - aprendizagem, em livros, jornais, revistas, anais, periódicos (eletrônica ou impressa) relacionadas à área de educação, apresentar cópia da página que conste o parecer do Conselho Editorial, nº do registro ou carta de aceite, ISSN/ISBN. Limite máximo de 2,0 (dois) pontos.	**0,75 (setenta e cinco) centésimos para cada publicação**
g)	Formação Continuada via Projeto Sala do Educador, na rede municipal de ensino no ano de 2016, certificado pela SEMECETEL com aproveitamento mínimo de 75%.	**5,0 (cinco) pontos**
h)	Formação Continuada no Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) no ano de 2016, com no mínimo 75% de aproveitamento.	**1,0 (um) ponto**

7.2.5. Referente aos itens a, b, c, do quadro 7.2.4 do presente Edital, contam-se pontos somente para a maior graduação acima da graduação exigida como requisito do cargo para o qual se inscreveu.

7.2.6. A prova de títulos e/ou Certificados é de caráter somatório, sendo que a não apresentação dos títulos não elimina o(a) candidato(a) da seleção.

7.3 Da prova objetiva:

7.3.1. A prova objetiva será aplicada no dia 24 de Janeiro de 2017 das 19h00 às 22h00 na Escola Municipal Sagrado Coração de Jesus, na Rua Wilson de Almeida, S/Nº, Bairro Ouro Verde, Próximo ao Centro de Eventos, Nova Olímpia-MT.

7.3.2 A prova objetiva, de caráter eliminatório, terá 20 (vinte) questões de múltipla escolha que versarão sobre o Conteúdo Programático constante no Anexo II deste Edital, valendo 04 (quatro pontos) cada questão.

7.3.3. Em cada questão de múltipla escolha constarão 04 (quatro) alternativas dentre as quais somente 01 (uma) estará correta.

7.3.4. O tempo de duração da Prova Objetiva será de 03 (três) horas para todos os cargos, já incluído o tempo para preenchimento da folha de resposta.

7.3.5. Caso haja questão anulada, será concedida a pontuação da referida questão a todos os candidatos.

7.3.6 Serão considerados eliminados os candidatos que não atingirem 30% de acertos na Prova Objetiva.

7.3.7 A Classificação Final no Teste Seletivo de que trata o presente Edital será aplicada somente aos candidatos que atingirem acima de 30% de acertos na Prova Objetiva onde serão somados os pontos obtidos na Prova de Títulos e/ou Certificação e os Pontos Obtidos na Prova Objetiva.

7.3.8 A lista de candidatos aprovados e classificados será ordenada de acordo com valores decrescentes das notas obtidas na somatória total conforme citado nos itens 6 e 7 deste Edital.

7.3.9 Para obter pontuação no item, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos campos da Folha de Respostas.

7.3.10. O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para a Folha de Respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e na Folha de Respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.

7.3.11 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da Folha de Respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este edital ou com o Cartão-Resposta, tais como marcação rasurada ou emendada ou campo de marcação não preenchido integralmente.

7.3.12. Não será permitido que as marcações na Folha de Respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esta comissão.

7.3.13. O candidato só poderá levar seu caderno de prova, se deixar a sala de prova após 01h30min (uma hora e trinta minutos) do inicio da prova.

7.3.14. Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro de preenchimento do candidato. O seu preenchimento é de inteira responsabilidade do candidato, não havendo possibilidade da ajuda por parte da fiscalização do Processo Seletivo Simplificado.

7.3.15 Será considerado faltoso o candidato que deixar de assinar a Lista de Presença, e o Cartão-Resposta.

8. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO

8.1. A Prova Objetiva será corrigida pela comissão do Processo Seletivo Simplificado, sendo somente consideradas as respostas transferidas apropriadamente para o Cartão-Resposta. Não será atribuído ponto às questões com emendas ou rasuras, ou com mais de uma resposta assinalada, ou sem marcação.

8.2. Os candidatos serão classificados por ordem decrescente de notas, obtidas pela somatória das notas obtidas na Prova Objetiva, para os candidatos classificados nesta etapa, ou seja, com pontuação superior a 30%, adicionada a nota obtida na Prova de Títulos.

9. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. Em caso de empate na nota final no Processo Seletivo Simplificado, o desempate ocorrerá na seguinte ordem:

a) o candidato com a maior nota na prova Objetiva.

b) o candidato com maior escolaridade

c) o candidato com maior idade.

10. DOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

10.1. Aos candidatos portadores de necessidades especiais serão destinados 10% (dez por cento) da vaga do respectivo cargo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, quando for o caso, conforme Lei Complementar do Estado de Mato Grosso nº 114/2002.

10.2. Caso a aplicação do percentual de que trata o parágrafo anterior resulte em número fracionário superior a 0,7 (sete décimos), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente;

10.3. Ao candidato portador de deficiência física, é assegurado o direito de se inscrever nessa condição, declarando a deficiência física de que é portador, submetendo-se, se convocado, à perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal de Nova Olímpia, que dará decisão terminativa sobre a qualificação do candidato com deficiência e/ou o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo;

10.4. A não observância do disposto no subitem anterior acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições;

10.5. O candidato portador de deficiência física participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos;

10.6. A vaga reservada a portadores de deficiência física, não preenchida por falta de candidato, por reprovação no Processo Seletivo Simplificado ou na perícia médica será preenchida pelos demais candidatos, observada a ordem de classificação;

10.7. Os candidatos que no ato da inscrição se declararem portadores de deficiência física, se classificados nas provas além de figurarem na lista geral de classificação, terão seus nomes publicados em relação à parte, observada a respectiva ordem de classificação.

11. DA VALIDADE

Prestação de serviços com tempo determinado pelo prazo de 12(doze) meses, admitindo prorrogação por igual período.

12. DOS RECURSOS

12.1.Os pedidos de recursos deverão ser dirigidos por escrito à comissão designada para a realização do processo seletivo simplificado no prazo de 01 (um dia) útil a contar da publicação do resultado, conforme formulário encontrado no Anexo VIII.

12.2. Os pedidos de recursos que não estiverem devidamente fundamentados serão imediatamente indeferidos;

12.3. Não será permitida a anexação de novos documentos para efeito de pontuação. Será permitida apenas a correção dos documentos que geraram o indeferimento.

13 DA ATRIBUIÇÃO DE AULAS

13.1. O processo de atribuição de aulas obedecerá à ordem de classificação dos candidatos de acordo com o Resultado Final da seleção, bem como, horário estabelecido em Edital de Convocação para comparecimento à atribuição de aulas.

13.2.Na hipótese do servidor efetivo retornar às suas funções, o candidato que estiver contratado para a substituição deste servidor, poderá ser remanejado para outra lotação existente no momento.

14 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. O Contrato Temporário poderá ser extinto antecipadamente em virtude de:

a) Quando o contratado der motivo para sua rescisão, devidamente justificado pela Secretaria ordenadora da despesa;

b) A pedido do contratado, por escrito, com antecedência mínima de 30 dias;

c) Pelo contratante quando insubsistente os motivos que fundamentaram a contratação ou na hipótese de inadimplemento da cláusula ou condição contratual;

d) Na comprovação de terceirização das aulas;

e) Na falta de 03 (três) dias consecutivos ou 05 (cinco) dias alternados, exceto nos casos previstos em lei;

f) Com o retorno de servidor efetivo afastado/licenciado ou convocação de candidato aprovado em concurso público;

g) Pelo término do prazo contratual;

h) Qualquer ato de inexecução contratual praticado pelo candidato, este ficará impedido de participar de qualquer processo seletivo realizado por esta municipalidade durante 02 (dois) anos.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas para o Processo Seletivo Simplificado contido nos comunicados, neste edital e em outros a serem publicados.

15.2. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Processo Seletivo.

15.3. O candidato poderá obter informações referentes ao Processo Seletivo Simplificado na Sede da Secretaria Municipal de Educação, Avenida Mato Grosso, S/N, Centro, e pela Internet, no endereço eletrônico www.novaolimpia.mt.gov.br.

15.4. Não serão dadas, por telefone, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados.

15.5. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de meia hora do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta preta ou azul, do Cartão de Inscrição e do documento de identidade original.

15.6. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelo Corpo de Bombeiro Militar; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão Simplificado que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997).

15.7. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não Identificáveis e/ou danificados.

15.7.1. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.

15.8. Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida neste edital, não poderá fazer a prova e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

15.9. Não será aplicada prova em local, data ou horário diferente do predeterminado em edital ou em comunicado.

15.10. Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

16.11. O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas por, no mínimo, 1h00(uma hora) após o início das provas.

16.11.1. A inobservância do subitem anterior acarretará a não correção da prova e, consequentemente, a eliminação do candidato no Processo Seletivo.

16.12. O candidato que se retirar do ambiente de prova não poderá retornar em hipótese alguma.

16.13. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em razão do afastamento de candidato da sala de prova.

16.14. Não será permitida, durante a realização da prova, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive legislação.

16.15. Será eliminado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que, durante a realização da prova, for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, telefone celular, calculadora, etc.

16.16. Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que, durante a sua realização:

a) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas;

b) utilizar-se de livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos ou que se comunicar com outro candidato;

16.17. Se, a qualquer tempo, for constatado, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, sua prova será anulada e ele será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

16.18. O descumprimento de quaisquer das instruções supracitadas implicará a eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude.

16.19. Quaisquer alterações nas regras fixadas neste edital só poderão ser feitas por meio de outro edital.

16.20. A classificação no Processo Seletivo não gera aos candidatos direito à contratação para a função, cabendo à Prefeitura Municipal de Nova Olímpia, o direito de aproveitar os candidatos aprovados em número estritamente necessário e por período pré-determinado, não havendo obrigatoriedade de contratação de todos os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado, respeitados sempre, a ordem de classificação, bem como não lhes garante escolha do horário e do local de trabalho.

16.21. Transpostas todas as fases do processo seletivo, a administração pública publicará a homologação do resultado final.

16.22. O Edital de homologação do resultado final será divulgado na Internet, no endereço eletrônico,

www.novaolimpia.mt.gov.br, na Secretaria Municipal de Educação e Sede da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia, Av. Mato Grosso, N.º 175, Centro, e no Diário Oficial dos Municípios -AMM -www.amm.org.br.

16.23. Aos contratos decorrentes do Processo Seletivo Simplificado aplica-se o Regime Especialmente Administrativo, nos termos deste Edital, e no que tange a relação previdenciária aplica-se o Regime Geral de Previdência Social (INSS) (art. 13, da Lei 1.115/2004), e quanto às atribuições, obrigações, vantagens e remunerações aplica-se subsidiariamente o disposto ao regime jurídico dos servidores e Lei Municipal 775/2008 (Estatuto do Servidor).

17. CASOS OMISSOS

17.1. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Examinadora do Processo Seletivo, nomeada pela Portaria Nº 074 de 11 de Janeiro de 2017.

Nova Olímpia-MT, 11 de Janeiro de 2017.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

DEBORA CRISTIANE FERREIRA

Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS E VAGAS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2017

Secretaria	Cargo	C. H.	Vagas	Vagas PNE	Requisito Obrigatório/ Escolaridade Mínima	Vencimento Base (R$)
Educação	Professor (Zona Urbana)	20	10	1	Curso Superior em Pedagogia	R$ 1.816,49
Educação	Professor de Educação Física (Zona Urbana)	20	4		Curso Superior na Área com registro no órgão competente	R$ 1.816,49

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CARGO: PROFESSOR E PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Conhecimentos Específicos:

Cargo: Professor com formação em Pedagogia

- Alfabetização e Letramento.

- Capacidades linguísticas da alfabetização e eixos.

- Matriz curricular e matriz de referência da Educação Básica (Ensino Infantil, Educação Especial, Ensino Fundamental).

- Lúdico no processo ensino aprendizagem. Interdisciplinaridade.

- Avaliação da aprendizagem: modalidades e exames nacionais.

- Informática na Educação: possíveis intervenções no processo Ensino-aprendizagem.

- Ensino Fundamental de 9 anos.

- Diversidade e Currículo.

- Planejamento.

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96).

- Projeto Político Pedagógico;

Cargo: Professor com formação em Educação Física

- Tendências atuais da Educação Física – Processos de ensino e avaliação da Educação Física Escolar.
- Conhecimentos sobre o corpo (anatômico, fisiológico, bioquímico, biomecânicos e afetivos).
- Procedimentos e conceitos de: danças, jogos cooperativos, recreativos e competitivos, lutas e ginásticas.
- Aptidão física, desenvolvimento das habilidades motoras e das capacidades físicas.
- Atividade Física adaptada para a pessoa com deficiência.
- Normativas e funções da prática da educação física;
- Educação Física na Educação Infantil (Recreação física escolar);
- Conhecimentos de fisiologia;
- Regras dos principais esportes (futebol, vôlei, basquete, handebol, futebol de salão, atletismo e natação).

ANEXO III

ATRIBUIÇÕES SUMÁRIAS

Cargo de Professor Pedagogo

I. Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal.

II. Elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação.

III. Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico.

IV. Desenvolver a regência efetiva.

V. controlar e avaliar o rendimento escolar.

VI. Executar tarefa de recuperação de alunos.

VII. Participar de reunião de trabalho.

VIII. Desenvolver pesquisa educacional.

IX. Participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade escolar.

X. Buscar Formação Continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa.

XI. Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente.

Cargo: Professor de Educação Física

I. Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal.

II. Elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação.

III. Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico.

IV. Desenvolver a regência efetiva.

V. Participar de reunião de trabalho.

VI. Desenvolver pesquisa educacional.

VII. Participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade escolar.

VIII. Buscar Formação Continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa.

IX. Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente.

X. Ministrar aulas visando desde a alfabetização até desenvolvimento integral e educacional do aluno; em todos os campos do conhecimento nas áreas de atividades físicas e de desporto, intervindo, segundo propósitos educacionais, na saúde e no lazer.

ANEXO IV

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO CERTAME

ESPECIFICAÇÃO	DATAS
Divulgação do Edital de Teste Seletivo	**11/01/2017**
Período de Inscrição e Prova de Títulos	**12 a 18/01/2017**
Homologação das Inscrições	**19/01/2017**
Interposição de recursos	**22/01/2017**
Decisão quanto aos recursos interpostos contra o edital de homologação das inscrições	**23/01/2017**
Realização das Provas	**24/01/2017**
Divulgação do Gabarito/Prova Objetiva	**24/01/2017**
Publicação do Edital de Candidatos Aprovados e Classificados (Prova Objetiva e Prova de Títulos)	**27/01/2017**
Recursos interpostos contra o edital Preliminar de Aprovação e Classificação	**30/01/2017**

Decisão quanto aos recursos interpostos contra o edital Preliminar de Aprovação e Classificação	**31/01/2017**
Publicação do Edital de Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado contendo o resultado definitivo das Provas Publicação da homologação do Resultado Final	**01/02/2017**
Publicação da Convocação	**02/02/2017**
Atribuição da Carga Horária/ Jornada de Trabalho	**03/02/2017**

ANEXO V

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA PROFESSOR

Inscrição Nº_____

1. DADOSPESSOAIS

Nome do candidato (a): _____ Data Nasc.:__/__/____

Endereço:_____ nº._____ Bairro: _____

Cidade _____ CEP: _____ Estado: ____Telef. Res:_____ Cel.:_____ E-mail: _____

RG:_____ CPF: _____

Concorre a Vaga PNE ( ) Sim ( ) Não Tipo de Deficiência:_____

Em caso de Sim necessita de atendimento diferenciado: ( ) Sim ( ) Não Qual:_____

2. OPÇÃO DE INSCRIÇÃO PARA TESTE SELETIVO

( ) Pedagogia (Zona Urbana) ( ) Professor de Educação Física (Zona Urbana)

3. FORMAÇÃO ESCOLAR/HABILITAÇÃO:_____

DECLARAÇÃO

Declaro estar ciente e conhecer todos os itens constantes no Edital 001/2017, que rege este teste seletivo. Todas as informações aqui prestadas são verdadeiras e por elas assumo integral responsabilidade, comprometendo-me a comprová-las sempre que necessário. Fico ciente de que a presente inscrição será tornada sem efeito caso demonstre falsidade das declarações, ou deixe de fazer prova das mesmas.

_____

Assinatura do Candidato

_____

PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO

Ficha de Inscrição n.º _____ Data da Inscrição: _____

Cargo: _____

Nome do Candidato: _____ Data de Nascimento: ___/____/_____

CPF:_____ RG:_____

Para boa ordem dos trabalhos, solicitamos aos candidatos:
A) Que compareçam ao local das provas 30 minutos antes da hora marcada para início;
B) Que não se apresentem com livros, cadernos, pastas ou embrulhos, levando somente caneta azul ou preta, lápis e borracha;
C) Apresentar-se em todas as provas com Documento de Identificação com foto e Protocolo de Inscrição. A falta do mesmo implicará no impedimento em participar da prova.

_____

Assinatura do Técnico Responsável

ANEXO VI

PROVAS DE TÍTULOS

DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR:

	TÍTULOS E/OU CERTIFICADOS	**PONTOS ATRIBUIDOS**	**PONTOS OBTIDOS**
a)	Pós Graduação (Especialização);	3,0 pontos	
b)	Mestrado	4,0 pontos	
c)	Doutorado	5,0 pontos	
d)	Atualização pedagógica - Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didáticos curriculares e de políticas educacionais, com limite máximo de 5,0 pontos. Serão considerados apenas os realizados nos últimos 3 anos. (2014, 2015 e 2016)	0,5 – (meio) ponto para cada 40 horas.	
e)	Publicações Científicas (livro completo publicado) - apresentar cópia da página que conste o parecer do Conselho Editorial, nº do registro. Limite máximo de 2,0 (dois) pontos.	1,0 (ponto) pontos para cada unidade	
f)	Publicação de artigos que possuam mérito cientifico ou de apoio as atividades de ensino - aprendizagem, em livros, jornais, revistas, anais, periódicos (eletrônica ou impressa) relacionadas à área de educação, apresen-	0,75 (setenta e cinco) centési-	

	tar cópia da página que conste o parecer do Conselho Editorial, nº do registro ou carta de aceite, ISSN/ISBN. Limite máximo de 2,0 (dois) pontos.	mos para cada publicação	
g)	Formação Continuada via Projeto Sala do Educador, na rede municipal de ensino no ano de 2016, certificado pela SEMECETEL com aproveitamento mínimo de 75%.	5,0 (cinco) pontos	
h)	Formação Continuada no Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) no ano de 2016, com no mínimo 75% de aproveitamento.	1,0 (um) ponto	
PONTUAÇÃO FINAL			

_____ _____

Assinatura do (a) Professor (a) Assinatura do Responsável pela Conferência

Nova Olímpia, ___ de Janeiro de 2017

ANEXO VII

PROTOCOLO DE PROVAS DE TÍTULOS

Nome:_____

Numero de Inscrição:_____

RG:_____ CPF: _____

Cargo ou Função pretendido:_____

Pontuação Obtida na Prova de Títulos:_____

Declaro estar ciente de que somente será computada minha obtida nota na Prova de Títulos, quando em caso de ser Classificado(a) na Prova Objetiva.

_____ _____

Assinatura do Candidato Responsável pela Conferência dos Títulos

ANEXO VIII

FORMULÁRIO DE RECURSO

À

COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO

PREFEITURA DE NOVA OLÍMPIA-MT

CANDIDATO:_____

N.º DE INSCRIÇÃO:_____ CPF: _____ RG:_____

ENDEREÇO:_____

CARGO :_____

JUSTIFICATIVA DO CANDIDATO – RAZÕES DO RECURSO (EMBASAMENTO RESUMIDO, CLARO e OBJETIVO).

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Obs: Reproduzir a quantidade necessária. Preencher em letra de forma ou digitar e entregar este formulário em 02 (duas) vias, uma via será devolvida com protocolo. Não serão aceitos recursos por meio de e-mail, procuração ou por terceiros.

Nova Olímpia-MT, ____ de Janeiro de 2017.

_____

Assinatura do Candidato

SIMPREV
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 001/2017 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES EM FORMA DE JUNTA

MÉDICA, PARA FINS DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS, AUXÍLIOS E SALÁRIO MATERNIDADE

O SIMPREV - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nova Olímpia – Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público, constituído na forma de Autarquia Municipal, conforme Lei N.º 265/97, possuidor do CNPJ sob n.º 01.875.815/0001-87, neste ato representado por seu Diretor-Executivo, Sr. CARLOS MARCOS MASCARENHAS ALMEIDA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua: 32, Jardim das Oliveiras, denominado de CONTRATANTE, e do outro lado **YABAR & ARRAIS S/C LTDA**, CNPJ: 04.293.889/0001-01, na cidade de Tangará da Serra - MT, justos e contratados os serviços, na conformidade das seguintes cláusulas e condições: neste ato representada pelas Doutoras. ELICIENE BAMBARÉM DE YABAR CRM 3306-MT CPF: 171.440. 448-99, e SUZANA DAL ROSSO ARRAIS CRM 2499-MT CPF: 374.265. 670-87, brasileiras, médicas do trabalho, casadas, residentes e domiciliadas, na cidade de Tangará da Serra – MT.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente é a contratação de 02 (duas) profissionais da saúde para realizarem perícia médica, na forma de **JUNTA MÉDICA PERICIAL**, para os servidores efetivos do Município de Nova Olímpia – MT, com fins de percepção de benefícios previdenciários previstos na Lei nº 852/2009: (Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença e Salário Maternidade) estatuídos em lei.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

O CONTRATANTE se obriga a pagar, pela prestação de serviços da CONTRATADA, a parcela de R$ 125,00 (Cento e Vinte e Cinco Reais), a médica da respectiva Junta Médica de saúde que realizar a perícia.

PARÁGRAFO ÚNICO – Quando a consulta solicitada for para aposentadoria por invalidez, deverão estar presentes 02 médicos peritos, sendo que o CONTRATANTE pagará a cada membro da respectiva junta médica, o valor de R$ 125,00 (Cento e Vinte e Cinco Reais). Quando for auxílio doença ou salário maternidade, a perícia médica será realizada apenas por um dos médicos peritos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

O prazo de duração do presente contrato será de 6 (seis) meses, período compreendido entre 02/01/2017 a 30/06/2017.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

A Fiscalização direta dos serviços estará a cargo da Diretoria-Executiva do SIMPREV, que acompanhará as tramitações das consultas e receberão das CONTRATADAS todas as informações que julgarem necessárias.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços prestados será efetuado até o dia 05 (cinco) do mês subsequente às consultas, por moeda corrente nacional.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

AS CONTRATADAS se obrigam a efetuar, pelos meios disponíveis, todas as gestões necessárias ao cumprimento do objeto do presente contrato, especialmente:

a) – preencher todos os formulários médicos - periciais apresentados pelo CONTRATANTE;

b) – marcar data, horários e locais para a realização dos trabalhos periciais;

c) – apresentar os resultados conjuntos, somente quando tratar-se de aposentadoria por invalidez, no máximo em 05 (cinco) dias após a devida consulta, se for o caso, após a devida revisão médica.

d) – adotar todas as providências médicas a fim de que o segurado examinado seja atestado clinicamente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE colocará à disposição das CONTRATADAS toda e qualquer documentação do segurado que tiver disponível, fotocópias autenticadas de todas as guias, comprovantes de pagamentos e demais documentos que lhe forem solicitados em função do trabalho desenvolvido, bem como prestará todas as informações necessárias ao bom andamento do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA OITAVA – JUSTIFICATIVA

O Motivo da contratação dessa empresa é devido à proximidade que vêm a facilita o deslocamento dos servidores além de realizar o atendimento diário.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

Servirá de cobertura para o presente contrato a dotação orçamentária de código **10.10001.09.272.0033.2261-3.3.90.39.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INDENIZAÇÕES

O CONTRATANTE não responderá por indenizações oriundas de danos causados a terceiros, nem as causadas por culpa ou dolo das CONTRATADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FÔRO

As dúvidas oriundas do presente contrato serão dirimidas no foro do Município do CONTRATANTE, quando não resolvidas administrativamente.

E assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento, digitado em 03 (Três) vias de igual teor e forma.

Nova Olímpia – MT, 02 de Janeiro de 2017.

CONTRATANTE:

SIMPREV - Fdo. Mun. Prev. Social dos Serv. de Nova Olímpia-MT

CNPJ: 01.875.815/0001-87

CONTRATADA:

YABAR & ARRAIS S/C LTDA

CNPJ:04.293.889/0001-01

TESTEMUNHAS:

1ª.: LUIZ CARLOS DUARTE 2ª.: VILMAR RODRIGUES FERREIRA

CPF.: 826.704.987-87 CPF.: 010.422.501-70

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 001/2017

SUMULA: DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DA UNIDADE PADRÃO FISCAL DO MUNICÍPIO –UPFM- EM 7,19 (SETE VÍRGULA DEZENOVE POR CENTO), PARA EFEITO DA COBRANÇA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EXMA SRA. PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SRA. TEREZINHA GUEDES CARRARA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

CONSIDERANDO, os termos do Artigo 683 da Lei Complementar nº 212/2006.

CONSIDERANDO, o reajuste acumulado de 7,19% (setevírgula dezenove por cento), do Índice Geral de Preços – IGP- ocorrido entre o período de janeiro de 2016 a dezembro de 2016.

D E C R E T A:

Art.**1º -** Fica atualizada em 7,19% (setevírgula dezenove por cento), a Unidade Padrão Fiscal do Município – UPFM – passando seu valor unitário a vigorar durante o ano de 2017 o equivalente a R$ 27,30 (vinte e sete reais

e trinta centavos), para fins tributários a que se refere o artigo 683 da Lei Complementar Municipal nº 212/2006.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 10 de janeiro de 2.017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

Prefeita Municipal Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

Publicado e afixado no mural da Prefeitura Municipal no período de 10/01/2017 à 10/02/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 046/2017

A EXMA. PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SRA. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a senhora **Bruna Maria Procópio Martins Parron**, portadora do RG nº 1.378.509-5 SSP/MT e do CPF nº 931.375.401-00, para exercendo a função de Diretora Executiva do Santa Helena Previ, conferindo-lhe poderes para movimentar as Contas Correntes em nome do Fundo Municipal da Previdência Social de Nova Santa Helena, com CNPJ sob nº. 07.236.008/0001-09, pelo autoatendimento setor público, juntamente com **Janaina Matheus de Nadai,** Tesoureira do Santa Helena Previ, portadora do RG nº 1.581.971-0 SSP/MT e do CPF nº 006.593.311-79, conferindo-lhes poderes para movimentar público, nos seguintes serviços abaixo discriminados:

Emitir cheques	Abrir contas de depósito	Autorizar cobrança
Utilizar o crédito aberto na forma e condições	Receber, passar recibo e dar quitação.	Solicitar saldos e extratos
Requisitar talonários de cheques	Autorizar débito em conta relativo a operações	Retirar cheques devolvidos
Endossar cheque	Sustar/contra-ordenar cheques	Cancelar cheques
Baixar cheques	Efetuar resgates/aplicações financeiras	Cadastrar, alterar e desbloquear senhas
Efetuar pagamentos por meio eletrônico	Efetuar transferências por meio eletrônico	Consultar Contas/aplic. Programas Repasse Recursos Federal - RPG
Liberar arquivos de pagamentos no ger. Financeiro/AASP	Solicitar saldos/extratos de investimentos	Solicitar saldos/extratos de operações de credito
Emitir comprovantes	Efetuar transferência p/ mesma titularidade-meio eletrônico	Encerrar contas de deposito
Solicitar saldos/extratos de operações de credito		

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos retroativos à 02/01/2017.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 11 de janeiro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

- Prefeita Municipal –

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 11/01/2017 à 11/02/2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 047/2017

A EXMA. PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SRA. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a senhora **Janaina Matheus de Nadai**, portadora do RG nº 1.581.971-0 SSP/MT e do CPF nº 006.593.311-79, para exercendo a função de Tesoureira do Santa Helena Previ, conferindo-lhes poderes para movimentar as Contas Correntes em nome do Fundo Municipal da Previdência Social de Nova Santa Helena, com CNPJ sob nº. 07.236.008/0001-09, pelo autoatendimento setor público, juntamente com **Bruna Maria Procópio Martins Parron,** Diretora Executiva do Santa Helena Previ, portadora do RG nº 1.378.509-5 SSP/MT e do CPF nº 931.375.401-00, conferindo-lhes poderes para movimentar público, nos seguintes serviços abaixo discriminados:

Emitir cheques	Abrir contas de depósito	Autorizar cobrança
Utilizar o crédito aberto na forma e condições	Receber, passar recibo e dar quitação.	Solicitar saldos e extratos
Requisitar talonários de cheques	Autorizar débito em conta relativo a operações	Retirar cheques devolvidos
Endossar cheque	Sustar/contra-ordenar cheques	Cancelar cheques
Baixar cheques	Efetuar resgates/aplicações financeiras	Cadastrar, alterar e desbloquear senhas
Efetuar pagamentos por meio eletrônico	Efetuar transferências por meio eletrônico	Consultar Contas/aplic. Programas Repasse Recursos Federal - RPG
Liberar arquivos de pagamentos no ger. Financeiro/AASP	Solicitar saldos/extratos de investimentos	Solicitar saldos/extratos de operações de credito
Emitir comprovantes	Efetuar transferência p/ mesma titularidade-meio eletrônico	Encerrar contas de deposito
Solicitar saldos/extratos de operações de credito		

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos retroativos à 02/01/2017.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 11 de janeiro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

- Prefeita Municipal –

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 11/01/2017 à 11/02/2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 045/2017

A EXMA. PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SRA. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear os senhores, Wesley Junior Fernandes, Antonio Almi de Oliveira e Welinton Maciel Lopes, para comporem a Comissão Especial de Avaliação ano base 2017, com a finalidade específica de promover a avaliação de bens imóveis para futuras locações para o Município de Nova Santa Helena, quando do interesse da Administração.

Artigo 2º - A Comissão será presidida pelo primeiro e secretariado pelo segundo, nomeados respectivamente conforme artigo 1º.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 11 de janeiro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 11/01/2017 à 11/02/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 1.978, DE 9 DE JANEIRO DE 2017

LEI MUNICIPAL N.º 1.978, DE 9 DE JANEIRO DE 2017

Altera dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752/2013, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 89 da Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

Art. 89......

§1º. .....

§ 2º. .....

§3° .....

§ 4º Os servidores que se enquadrarem no último nível/classe da tabela a cada três anos, como os demais servidores, farão jus ao adicional de tempo de serviço de que trata o § 1º deste artigo.

Art. 2º A Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013 passa a vigorar acrescida do art. 89-A:

Art. 89-A. Para o enquadramento nas novas tabelas de que trata o art. 89 desta Lei, deverá ser obedecido aos seguintes critérios:

I – Para os servidores que estão na tabela correspondente ao respectivo cargo, deverá contar o tempo de serviço desde a sua posse para efetivação do enquadramento nas novas tabelas, deduzindo-se o tempo em que tenha afastamento para tratar de interesse particular ou afastamento para exercer cargo comissionado em outro ente da administração pública que não seja vinculada ao município;

II – Para os servidores que ao longo da carreira foram promovidos e havendo compatibilidade salarial, deverá ser realizado o enquadramento no nível e classe correspondente ao cargo criado em lei, não sendo possível, respeitando o princípio da irredutibilidade salarial, dever-se-á proceder ao enquadramento na tabela no nível e classe correspondente a sua remuneração atual, sem prejuízo dos demais direitos.

§ 1º Os servidores que trata o inciso II deste artigo, enquadrados nos níveis/classe finais da tabela/carreira, e ainda estiverem faltando tempo de serviço para completar o interstício de sua aposentadoria, será garantido trienalmente o percentual do adicional de tempo de serviço previsto nos §§ 1º e 4º do art. 89, à recomposição geral anual e aos demais direitos extensivos a todos os servidores estabelecidos por lei.

§ 2º Para aplicação do disposto do *caput* do § 1º deste artigo, a Divisão de Gestão de Pessoas, deverá proceder ao lançamento em folha de pagamento sob a denominação de adicional de tempo de serviço, que integrar-se-á definitivamente a remuneração do servidor, inclusive para efeitos de aposentadoria.

Art. 3º Exclui-se da aplicabilidade desta Lei, os profissionais da educação básica que já possuem legislação especifica.

Art. 4º Continuam em vigor os demais dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 9 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.046, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.046, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* **resolve:**

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de licença-prêmio a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Roberzan Marques Pereira Tusset*** - Matrícula Funcional n.º 3417, Agente Administrativo, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 3/11/2010 a 2/11/2015.

Parágrafo único. A licença-prêmio de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 16/1/2017 a 14/2/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 10 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.047, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N.º 8.047, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre a nomeação de fiscal de contrato, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o **Contrato nº 049/2.016**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa *Jeziel de A. Oliveira & Cia Ltda* que tem por objeto o *execução de serviços de construção e conclusão da praça Jardim Tropical II, Setor Xavantina, conforme especificações dos memoriais descritivos e planilhas integrantes do edital* – **Tomada de Preços nº 004/2.016**, resolve:

Art. 1º Nomear ***Edbert Moreira Júnior –*** Engenheiro Civil, Matrícula Funcional n.º 3956, para atuar na fiscalização do **Contrato nº 049/2.016**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, do **Contrato nº 049/2.016** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar a Ata especificada no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10/06/2016.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 10 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.048, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N.º 8.048, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre a nomeação de fiscal de contrato, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o **Contrato nº 050/2.016**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa *Hercon Serviços Ltda - EPP* que tem por objeto o *execução de serviços de construção e conclusão da praça Virgílio do Nascimento, Setor Xavantina, conforme especificações dos memoriais descritivos e planilhas integrantes do edital* – **Tomada de Preços nº 003/2.016**, resolve:

Art. 1º Nomear ***Edbert Moreira Júnior –*** Engenheiro Civil, Matrícula Funcional n.º 3956, para atuar na fiscalização do **Contrato nº 050/2.016**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, do **Contrato nº 050/2.016** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar a Ata especificada no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10/06/2016.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 10 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.049, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N.º 8.049, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre a nomeação de fiscal de contrato, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o **Contrato nº 053/2.016**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa *Akroid Instalações e Equipamentos Ltda - ME* que tem por objeto o *implantação de rede de iluminação pública na Avenida Beira Rio, conforme especificações dos memoriais descritivos e planilhas integrantes do edital* – **Tomada de Preços nº 005/2.016**, resolve:

Art. 1º Nomear ***Edbert Moreira Júnior –*** Engenheiro Civil, Matrícula Funcional n.º 3956, para atuar na fiscalização do **Contrato nº 053/2.016**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, do **Contrato nº 053/2.016** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar a Ata especificada no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26/07/2016.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 10 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.050, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N.º 8.050, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre a nomeação de fiscal de contrato, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o **Contrato nº 061/2.016**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa *Akroid Instalações e Equipamentos Ltda - ME* que tem por objeto o *implantação de rede de iluminação pública e outros serviços na Avenida Carazinho, conforme especificações dos memoriais descritivos e planilhas integrantes do edital* – **Tomada de Preços nº 009/2.016**, resolve:

Art. 1º Nomear ***Edbert Moreira Júnior –*** Engenheiro Civil, Matrícula Funcional n.º 3956, para atuar na fiscalização do **Contrato nº 061/2.016**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, do **Contrato nº 061/2.016** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar a Ata especificada no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21/12/2016.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 10 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.051, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N.º 8.051, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre a nomeação de fiscal de contrato, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o **Contrato nº 064/2.016**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa *Elétrica Radiante Materiais Elétricos Ltda – EPP* que tem por objeto o *implantação de rede de iluminação pública na Avenida Carazinho, conforme especificações dos memoriais descritivos e planilhas integrantes do edital* – **Tomada de Preços nº 010/2.016**, resolve:

Art. 1º Nomear ***Edbert Moreira Júnior –*** Engenheiro Civil, Matrícula Funcional n.º 3956, para atuar na fiscalização do **Contrato nº 064/2.016**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, do **Contrato nº 064/2.016** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar a Ata especificada no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05/12/2016.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 10 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.052, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N.º 8.052, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre a nomeação de fiscal de contrato, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o **Contrato nº 083/2.015**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa *Hercon Serviços Ltda - EPP* que tem por objeto o *execução de serviços de reforma da Unidade Básica de Saúde da Família (PSF 1), Setor Xavantina, conforme especificações dos memoriais descritivos e planilhas integrantes do edital* – **Tomada de Preços nº 012/2.015**, resolve:

Art. 1º Nomear ***Edbert Moreira Júnior –*** Engenheiro Civil, Matrícula Funcional n.º 3956, para atuar na fiscalização do **Contrato nº 083/2.015**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, do **Contrato nº 083/2.015** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar a Ata especificada no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15/9/2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 10 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.053, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N.º 8.053, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre a nomeação de fiscal de contrato, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o **Contrato nº 088/2014**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa *Jesiel de A. Oliveira e Cia Ltda - EPP* que tem por objeto a *obra de construção civil para construção de escola padrão de 06 (seis) salas de aula, neste município, conforme projeto, memorial descritivo, planilhas orçamentárias, e demais anexos do Edital* – **Tomada de Preços nº 017/2014**, resolve:

Art. 1º Nomear ***Edbert Moreira Júnior –*** Engenheiro Civil, Matrícula Funcional n.º 3956, para atuar na fiscalização do **Contrato nº 088/2014**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, do **Contrato nº 088/2014** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar a Ata especificada no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29/8/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 10 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.054, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N.º 8.054, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre a nomeação de fiscal de contrato, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o **Contrato nº 90/2014**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa *Monumental Projetos e Construções Ltda - ME* que tem por objeto a *contratação de empresa especializada em construção civil, para execução de serviços de construção da praça da Agrovila Banco Safra, conforme especificações do memorial descritivo e planilhas integrantes do Edital* – **Tomada de Preços nº 024/2.014**, resolve:

Art. 1º Nomear ***Edbert Moreira Júnior –*** Engenheiro Civil, Matrícula Funcional n.º 3956, para atuar na fiscalização do **Contrato nº 90/2014**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, do **Contrato nº 90/2014** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar a Ata especificada no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10/12/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 10 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 2.897, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO N.º 2.897, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre o reajuste da tarifa de água, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, e demais legislação pertinente à matéria;

- Considerando o estabelecido no Contrato n.º 093/2002 e alterações posteriores, que tem por objeto a Concessão dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários na cidade de Nova Xavantina;

- Considerando que após reunião os Membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB), decidiram nos termos da Concessão, pela aplicação de 6,833% de reajuste sobre a tarifa de água e dos serviços de esgoto do município, conforme Ofício n.º 005/CMSB/16, que integra o presente Decreto; **Decreta:**

Art. 1º Fica reajustado o valor da tarifa de água e dos serviços de esgoto do município em 6,833% a ser aplicado pela Concessionária – SETAE nas faturas a partir de janeiro de 2017.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 29 de dezembro de 2016.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 2.899, DE 6 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO N.º 2.899, DE 6 DE JANEIRO DE 2017.

Altera dispositivos constantes no Decreto n.º 2.297/2014 que dispõe sobre a arrecadação sumária de terras no perímetro urbano de Nova Xavantina, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em especial as disposições contidas na Lei Municipal n.º 1.135, de 26 de setembro de 2005; **Decreta**:

Art. 1º O art. 1º do Decreto n.º 2.297, de 15 de janeiro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 1º** Fica a partir desta data arrecadado de forma sumária que passa a compor e integrar o patrimônio municipal, uma área de terras de 2. 809,00m², equivalente a 0,2809ha, existente no perímetro urbano do Município de Nova Xavantina – MT, conforme mapa e memorial descritivo em anexo, lavrados pelo Engenheiro Civil *Edbert Moreira Júnior* – CONFEA 260.136.459-9, CREA 194.635/D-SP, Visto 6.610-VD-MT, ART n.º 1.821. 815, que passam a fazer parte integrante deste Decreto".

Art. 2º Continuam em vigor os demais dispositivos constantes no Decreto n.º 2.297/2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 6 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 2.900, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO N.º 2.900, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a incorporação do Adicional de Qualificação ao vencimento, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe legais que confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no inciso I, alínea "a" do art. 91 da Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e de acordo com o Decreto n.º 2.453, de 25 de setembro de 2.014 que *regulamente Lista de Cursos para fins de pagamento do Adicional de Qualificação previsto na Lei Municipal n.º 1.752/2013, e dá outras providências*; **Decreta**:

Art. 1º Fica incorporado, definitivamente, à remuneração do(a) Servidor(a) Público(a) Municipal ***Antonia Marlene Ferreira***, Matrícula Funcional n.º 66, Agente Administrativa, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a importância equivalente a 30% (trinta por cento) do salário base do cargo, referente ao Adicional de Qualificação ao seu vencimento, para todos os efeitos legais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 2.901, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO N.º 2.901, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a elevação de classe de servidor(a) público(a) municipal, e dá outras providências".

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.835, de 21 de outubro de 2014, *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências.*Decreta**:**

Art. 1º Fica elevado(a) de Classe o(a) servidor(a) público(a) municipal **Celma Pereira Machado Santos** – Matrícula Funcional n.º 3838, Professora, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Classe/Nível B/02 para a Classe/Nível C/02.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de setembro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 2.902, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO N.º 2.902, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a elevação de classe de servidor(a) público(a) municipal, e dá outras providências".

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.835, de 21 de outubro de 2014, *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências.*Decreta**:**

Art. 1º Fica elevado(a) de Classe o(a) servidor(a) público(a) municipal **Marcilene Soares da Silva** – Matrícula Funcional n.º 3832, Apoio Administrativo Educacional, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Classe/Nível A/02 para a Classe/Nível B/02.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 2.903, DE 9 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO N.º 2.903, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a incorporação da sexta-parte do vencimento, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe legais que confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03

de dezembro de 2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT;*

- Considerando que o(a) servidor(a) ao completar 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no Serviço Público Municipal receberá a importância equivalente à sexta-parte do seu vencimento; **Decreta**:

Art. 1º Fica incorporado, definitivamente, à remuneração do(a) Servidor(a) Público(a) Municipal **Cleusa Mara Kasper**, admitido(a) em 8 de outubro de 1999, Matrícula Funcional n.º 10, Assistente Administrativa, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a importância equivalente à sexta-parte do seu vencimento, para todos os efeitos legais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de setembro/2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 2.904, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO N.º 2.904, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a incorporação da sexta-parte do vencimento, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe legais que confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT;*

- Considerando que o(a) servidor(a) ao completar 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no Serviço Público Municipal receberá a importância equivalente à sexta-parte do seu vencimento; **Decreta**:

Art. 1º Fica incorporado, definitivamente, à remuneração do(a) Servidor(a) Público(a) Municipal **Walmir Arruda Costa**, admitido(a) em 11 de novembro de 1991, Matrícula Funcional n.º 58, Agente Sanitário, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a importância equivalente à sexta-parte do seu vencimento, para todos os efeitos legais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de outubro/2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 2.905, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO N.º 2.905, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a incorporação da sexta-parte do vencimento, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe legais que confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT;*

- Considerando que o(a) servidor(a) ao completar 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no Serviço Público Municipal receberá a importância equivalente à sexta-parte do seu vencimento; **Decreta**:

Art. 1º Fica incorporado, definitivamente, à remuneração do(a) Servidor(a) Público(a) Municipal **Jones Freitas Terra**, admitido(a) nos períodos de 10/3/1986 a 13/2/1990 e de 16/02/1993 até a presente data, Matrícula Funcional n.º 188, Operador de Máquinas Pesadas, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, a importância equivalente à sexta-parte do seu vencimento, para todos os efeitos legais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de outubro/2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 2.906, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO N.º 2.906, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Institui a Brigada Municipal de Prevenção e Combate a Incêndios e Pânico para atuar em Unidades Escolares Municipais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Decreta**:**

Art. 1º Institui a ***Brigada Municipal de Prevenção e Combate a Incêndios e Pânico***, para atuar nas Unidades Escolares Municipais, conforme discriminadas abaixo:

I – Escola Municipal José Rodrigues Silqueira – JR:

a) Danilo Francisco da Silva – CPF n.º 053.181.981-71;

b) Eva Rodrigues Barros – CPF n.º 364.673.081-15;

c) João Henrique Costa Silva – CPF n.º 006.540.661-32;

d) Joselita Alves da Silva – CPF n.º 935.914.701-04;

e) Maria da Guia Tavares Santana da Paixão – CPF n.º 364.922.051-20.

II – Escola Municipal Deus é Amor:

a) Nerusa Maria da Costa – CPF n.º 627.509.681-00;

b) Elzimar Cardoso Lima – CPF n.º 617.142.671-72;

c) Jailso Ademar Lira – CPF n.º 044.410.479-83;

d) Aparecida Ribeiro Vieira Brito – CPF n.º 029.431.271-40;

e) Rosilene Ferreira de Moura – CPF n.º 000.200.201-98;

f) Sueli Aparecida Anastácio – CPF n.º 070.850.398-50.

III – Escola Municipal Monteiro Lobato:

a) Maria Mendonça de Oliveira – CPF n.º 550.254.201-72;

b) Dorival Barros de Carvalho – CPF n.º 013.075.361-07;

c) Shirley Vitorino dos Santos – CPF n.º 973.108.161-53;

d) Nilton Martins de Carvalho – CPF n.º 545.667.621-49;

e) Celma Pereira Machado – CPF n.º 429.244.301-78;

f) Maria Sirlene de Miranda Correa – CPF n.º 809.623.861-20

IV – Centro de Educação Infantil Geovanna Marra – Irmã Francisca:

a) Bianca Cristina Ferreira da Silva – CPF n.º 010.286.081-52;

b) Glaucia Mayse Valeira Oliveira – CPF n.º 052.836.031-05;

c) Keila Pereira Umbelino – CPF n.º 007.157.621-50;

d) Kelen Cintia Santos Batista – CPF n.º 046.420.531-07;

e) Welissandra Negrão – CPF n.º 022.055.201-05;

f) Yuna de Abreu Freitas Ribeiro – CPF n.º 014.384.441-50;

g) Zildene Ferreira Miranda – CPF n.º 893.556.361-72.

Parágrafo único. As Brigadas Municipais de Prevenção e Combate a Incêndios e Pânico de que trata o *caput* deste artigo, terá por objetivo atuar nas Unidades Escolares Municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 10 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.035, DE 3 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.035, DE 3 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* **resolve:**

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de licença-prêmio a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Maria Inês Baldonado da Silva*** - Matrícula Funcional n.º 1968, Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2/1/2009 a 1/1/2014.

Parágrafo único. A licença-prêmio de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 18/1 a 16/2/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 3 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.034, DE 3 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.034, DE 3 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* **resolve:**

Art. 1º Conceder 90 (noventa) dias de licença-prêmio a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Valdenirio dos Santos*** **- Matrícula Funcional n.º , Operador de Máquinas Pesadas, I**otado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 10/3/2004 a 9/3/2009.

Parágrafo único. A licença-prêmio de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 19/1 a 18/4/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 3 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.033, DE 3 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.033, DE 3 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* **resolve:**

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de licença-prêmio a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Luiz Carlos da Silva Cordeiro*** - Matrícula Funcional n.º 1175, Agente de Vigilância, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Esportes, referente ao período aquisitivo de 7/2/2011 a 31/1/2016.

Parágrafo único. A licença-prêmio de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 5/1 a 3/2/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 3 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.032, DE 3 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA N.º 8.032, DE 3 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* **resolve:**

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de licença-prêmio a(o) servidor(a) público(a) municipal ***Helena Maria Gomig*** **- Matrícula Funcional n.º 95, Atendente, I**otado(a) junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 12/3/2009 a 11/3/2014.

Parágrafo único. A licença-prêmio de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 1/1 a 30/1/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 3 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2.016.

Prefeitura Municipal de Nova Xavantina

TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2.016.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT torna público o resultado do julgamento referente à TOMADA DE PREÇOS nº 012/2.016, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONCLUSÃO DA COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA NA ESCOLA MUNICIPAL DA AGROVILA BANCO SAFRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DOS MEMORIAIS DESCRITIVOS E PLANILHAS INTEGRANTES DO EDITAL. empresa vencedora do certame: **TAYNÁ – Construção, Consultoria e Empreendimentos Ltda - ME,** como valor global R$ 101.864,11 (cento e um mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e onze centavos).

Nova Xavantina – MT, 11 de janeiro de 2.017.

WALMIR ARRUDA COSTA

Presidente da CPL

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 1.981, DE 9 DE JANEIRO DE 2017

LEI MUNICIPAL N.º 1.981, DE 9 DE JANEIRO DE 2017

Aprova loteamento particular de área urbana, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina,** Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Nos termos da Lei Federal n.º 6.766/79, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.973, de 29 de dezembro de 2016, que *Dispõe sobre o parcelamento do solo, e dá outras providências,* ficaAprovado o loteamento particular de solo urbano, com área de 27.021,42m², Matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina – MT, sob o n.º 18.475, de propriedade da Sra. ***Marta Carolina Dondo Gonçalves***, uruguaia, divorciada, portadora do CI/RG n.º W010.510-B-DIGRE/DIREX/DPF, inscrita no CPF sob o n.º 622.226.351-87, residente e domiciliada nesta cidade, à Travessa Guará, 147 nesta cidade, conforme discriminado abaixo:

Ord.	Descrição	Área m²	Percentual (%)
a.	**Área total do empreendimento**	**27.021,42m²**	**100,00%**
b.	Áreas verdes	2.703,43m²	10,00%
c.	Área de Preservação Permanente - APP	3.295,37m²	12,20%
d.	Área parcelada	18.079,78m²	66,91%
e.	Área pavimentada	1.791,27m²	6,63%
f.	Área calçada	1.151,57m²	4,26%
g.	Perímetro	720,98metros	

§ 1º Integram a presente Lei, Plantas, Memoriais Descritivos e RRT Simples n.º 4234796, emitidos pelo Jorge Adriano Nascimento – Registro Nacional A78779-5.

§ 2º O loteamento de que trata o *caput* deste artigo, terá a seguinte denominação: ***"Residencial Solar dos Ipês"***.

Art. 2º A loteadora/proprietária do loteamento de que trata o artigo 1º, será a responsável pela implantação de toda a infra-estrutura básica, constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação, pavimentação asfáltica, de acordo com Termo de Compromisso e Cronograma de Execução, que integram a presente Lei.

Parágrafo único. A loteadora/proprietária do loteamento deverá executar as obras de infra-estrutura básica de que trata o caput deste artigo, no prazo de 01 (um) ano, a contar da data de assinatura do Termo de Compromisso, Cronograma de Execução e Termo de Caução de Lotes, devendo comunicar o Município sobre o inicio da sua execução, para que haja o acompanhamento do Setor competente, que após a conclusão das obras, dará por cumprido integramente as exigências constantes desta Lei.

Art. 3º A loteadora/proprietária do empreendimento darão 08 (oito) lotes, conforme discriminado abaixo, em garantia às execuções de obras e serviços de infra-estrutura do referido loteamento, que deverão ser caucionados junto à matrícula do Loteamento Residencial Solar dos Ipês, conforme Termo de Caução de Lotes, que integra a presente Lei:

Lotes caucionados		
Lote	Área m²	Valor R$
02	500,00	120.000,00
03	500,00	120.000,00
04	500,00	120.000,00
05	475,60	114.144,00
06	493,83	118.519,20
11	514,94	123.585,60
12	645,33	154.879,20
13	651,53	156.367,20
Total 08 (oito) lote	**1.027.495,20**	

Art. 4º A Loteadora se obriga a apresentar o projeto executivo de infra-estrutura, juntamente com a ART's devidamente aprovados pelos órgãos competentes, num prazo de 60 (sessenta) dias contados da sanção da presente Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

Termo de Caução de Lotes

Termo de caução de lotes que fazem entre s, o Município de Nova Xavantina – MT e Marta Carolina Dondo Gonçalves para garantia da implantação da infra-estrutura básica do Loteamento Residencial Solar dos Ipês.

Pelo presente Termo de Caução de Lotes, que fazem entre si, o ***Município de Nova Xavantina – MT***, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n.º 15.024.045/0001-73, com sede na Avenida Expedição Roncador Xingu, n.º 249 – Centro, setor Xavantina, nesta cidade e do outro lado a Sra. ***Marta Carolina Dondo Gonçalves***, uruguaia, divorciada, portadora do CI/RG n.º W010.510-B-DIGRE/DIREX/DPF, inscrita no CPF sob o n.º 622.226.351-87, residente e domiciliada nesta cidade, à Travessa Guará, 147 nesta cidade, neste ato denominado simplesmente Loteadora, ajustam as condições para a caução de lotes necessários como garantia da implantação da infra-estrutura do Loteamento "***Residencial Solar dos Ipês***", conforme definição na Lei Municipal n.º 1.981, de 9 de janeiro de 2017.

Cláusula primeira – A Loteadora se obriga a oferecer como garantia das execuções de obras e serviços de infra-estrutura os lotes descritos na Cláusula Quarta.

Cláusula segunda – Os lotes dado em garantia não poderão ser comercializados até que sejam liberados pelo Município, através de aditamento a este Termo e mediante laudo de vistoria emitido pelo Engenheiro do quadro efetivo do Município de Nova Xavantina – MT.

Cláusula terceira – A liberação dos lotes caucionados poderá ser feita parcialmente na medida em que as obras de infra-estrutura forem sendo executadas.

Cláusula quarta – Os lotes a serem caucionados em favor do Município, junto a Matrícula nº 18.475, do 1º Serviço de Registro de Imóveis desta Circunscrição, são os abaixo discriminados:

Lotes caucionados		
Lote	Área m²	Valor R$

02	500,00	120.000,00
03	500,00	120.000,00
04	500,00	120.000,00
05	475,60	114.144,00
06	493,83	118.519,20
11	514,94	123.585,60
12	645,33	154.879,20
13	651,53	156.367,20
Total 08 (oito) lote	**1.027.495,20**	

Cláusula quinta – Vencidos todos os prazos para a implantação da infra-estrutura e não havendo acordo entre o Município e a Loteadora, esta Municipalidade executará as obras de infra-estrutura remanescente e promoverá a adjudicação dos lotes caucionados, os quais integrarão o patrimônio deste Município.

Cláusula sexta – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Xavantina – MT, para dirimir as questões decorrentes deste Termo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam este Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Nova Xavantina – MT, 9 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

Marta Carolina Dondo Gonçalves

Loteadora

Testemunhas:

_____

_____

Nome: Nome:

RG: RG:

CPF: CPF:

Termo de Compromisso para implantação de infra-estrutura

no Loteamento Residencial Solar dos Ipês

Termo de Compromisso que fazem entre si, o Município de Nova Xavantina – MT, e Marta Carolina Dondo Gonçalves, para garantia da implantação da infra-estrutura básica do Loteamento Residencial Solar dos Ipês.

Pelo presente Termo de Compromisso, que fazem entre si, o ***Município de Nova Xavantina – MT***, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n.º 15.024.045/0001-73, com sede na Avenida Expedição Roncador Xingu, n.º 249 – Centro, setor Xavantina, nesta cidade e do outro lado o Sr. ***Marta Carolina Dondo Gonçalves***, uruguaia, divorciada, portadora do CI/RG n.º W010.510-B-DIGRE/DIREX/DPF, inscrita no CPF sob o n.º 622.226.351-87, residente e domiciliada nesta cidade, à Travessa Guará, 147 nesta cidade, neste ato denominado simplesmente Loteadora, ajustam as condições para a execução da infra-estrutura no Loteamento Residencial Solar dos Ipês, nas seguintes condições:

Cláusula primeira – O presente Termo de Compromisso tem como finalidade formalizar as exigências legais a respeito da responsabilidade que tem a Loteadora de executar, sem quaisquer ônus para o Município, das obras de infra-estrutura em loteamento por ela aprovado, conforme Lei Municipal n.º 1.981, de 9 de janeiro de 2017.

Cláusula segunda – A Loteadora se compromete a executar as obras de infra-estrutura básica descritas nos § 5º do artigo 2º da Lei Federal n.º 6. 766/79, a seguir relacionadas, com recursos próprios e no prazo máximo de 01 (um) ano após a aprovação, tudo em conformidade com o Cronograma de Execução apresentado pelo Loteadora, sob pena de caducidade da aprovação, consoante dicção do § 1º do artigo 12 da Lei Federal n.º 6.766/79, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.973, de 29 de dezembro de 2016, que *Dispõe sobre o parcelamento do solo, e dá outras providências:*

Infra-estrutura básica a ser realizada:

1. Locação de lotes e ruas;

2. Aberturas das ruas;

3. Implantação de rede de água e rede de esgoto;

4. Implantação de rede elétrica pública e extensão para domiciliar;

5. Implantação de pavimentação asfáltica e escoamento de águas pluviais;

6. Locação das Quadras e Lotes.

Cláusula terceira – A Loteadora sujeitar-se-á a ação da fiscalização permanente do Município durante a execução dos serviços e das obras complementares.

Cláusula quarta – Após a conclusão dos serviços e obras complementares, o Loteador ainda estará sujeito as penalidades, se comprovado, através da fiscalização do Município, o descumprimento das exigências legais do loteamento.

Cláusula quinta – A Loteadora se obriga a apresentar os projetos de execução das obras de infra-estrutura citadas na Cláusula primeira deste Termo, já devidamente aprovados pelos órgãos competentes, num prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data de sanção da Lei Municipal n.º 1.981 de 9 de janeiro de 2017.

Cláusula sexta – A Loteadora se obriga a submeter o loteamento ao Registro de Imóveis às suas expensas discriminando às áreas reservadas ao Município, caucionadas no Termo de Caução anexo, num prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da aprovação do projeto definitivo do loteamento, nos termos do artigo 18 da Lei Federal nº 6.766/79, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.973/2016.

Cláusula sétima – A Loteadora se compromete a não alterar a destinação dos espaços livres de uso comum, das vias e praças, das áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo, desde a aprovação do loteamento, conforme artigo 17 da Lei Federal n.º 6.766/79, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.973/2016.

Cláusula oitava – O presente Termo de Compromisso entra em vigor na data de sua assinatura, adquirindo eficácia e validade na data de expedição do Alvará de Licença pelo Órgão competente da Prefeitura e terá seu encerramento depois de verificado o cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes.

Clausula nona – São causas de revogação deste Termo de Compromisso a não obediência a qualquer de suas cláusulas, importando, em conseqüência, na cassação do Alvará de Licença para a execução das obras constantes do seu projeto.

Cláusula décima – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Xavantina – MT, para as questões decorrentes deste Termo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam este Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Nova Xavantina – MT, 9 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

Marta Carolina Dondo Gonçalves

Loteadora

Testemunhas:

_____

_____

Nome: Nome:

RG: RG:

CPF: CPF:

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.036, DE 4 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N.º 8.036, DE 4 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre a nomeação de Ana Lúcia da Silva e Souza, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.901, de 23 de dezembro de 2015, que *dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências,* **resolve**:

Art. 1º Nomear ***Ana Lúcia da Silva e Souza***, portadora do CI/RG n.º 1475443-6-SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 204.145.102-59, para exercer a função comissionada de Assessora de Imprensa, Marketing e Cerimonial, junto ao Gabinete do Prefeito, fazendo jus aos vencimentos pertinentes ao cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 4 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.037, DE 4 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N.º 8.037, DE 4 DE JANEIRO DE 2017

Altera dispositivos constantes na Portaria n.º 8.028, que Dispõe sobre a nomeação de Comissão Especial para Avaliação de Bem Móvel, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação que trata da matéria; resolve:

Art. 1º A Portaria n.º 8.028 que *dispõe sobre a nomeação de Comissão Especial para Avaliação de Bem Móvel, e dá outras providências* passa a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê:

28 de dezembro de 2017

Leia-se;

28 de dezembro de 2016

Art. 2º Continuam em vigor os demais dispositivos constantes na Portaria n.º 8.028.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 4 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.038, DE 9 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N.º 8.038, DE 9 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre a exoneração de Junia Viviane de Sousa e Silva, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, **resolve**:

Art. 1º Exonerar ***Junia Viviane de Sousa e Silva*** – Professora, Matrícula Funcional n.º 1834, que exercia a função gratificada de *Coordenadora Pedagógica Escolar da Escola Municipal Monteiro Lobato*, junto Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. º 7.211/2016.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.039, DE 9 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N.º 8.039, DE 9 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre a nomeação de Maricléia Marques de Lima, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.835, de 21 de outubro de 2014, que *institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências,* **resolve**:

Art. 1º Nomear ***Maricléia Marques de Lima*** – Professora, Matrícula Funcional n.º 1827, para exercer a função gratificada de *Coordenadora Pedagógica Escolar da Escola Municipal Monteiro Lobato*, junto Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Parágrafo único. O exercício da função de que trata o *caput* deste artigo, será a título de Dedicação Exclusiva, fazendo jus a uma gratificação de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o salário base, ficando vedada a sua incorporação sobre o vencimento para quaisquer efeitos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. º 7.212/2016.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.040, DE 9 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N.º 8.040, DE 9 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre a nomeação de Celma Machado Pereira Santos, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.835, de 21 de outubro de 2014, que *institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências,* **resolve**:

Art. 1º Nomear ***Celma Machado Pereira Santos*** – Professora, Matrícula Funcional n.º 3838, para exercer a função gratificada de *Coordenadora*

Pedagógica Escolar da Escola Municipal Monteiro Lobato, junto Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Parágrafo único. O exercício da função de que trata o *caput* deste artigo, será a título de Dedicação Exclusiva, fazendo jus a uma gratificação de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o salário base, ficando vedada a sua incorporação sobre o vencimento para quaisquer efeitos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 04/2016

RESULTADO FINAL

CARGO: PROFESSOR 1º AO 5º ANO – CLASSE B – ZONA URBANA

ORD.	Nº INSCRIÇÃO	NOME	RG	NOTA PROVA	NOTA TITULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
01	116	ANA APARECIDA SERAFIM	27668100 SEJUSP/MT	7,5	11,0	18,50	APROVADO
02	084	NAYARA AGUIAR DE JESUS COUTEN	19044518 SSP/MT	8,0	10,5	18,50	APROVADO
03	152	SUILENE PEREIRA DA SILVA	15978060 SSP/MT	7,5	11,0	18,50	APROVADO
04	049	ANA LUCIA ALVES LOPES	4036030 PC/PA	7,5	10,75	18,25	APROVADO
05	117	GIOVANA REGINA FURTADO GUNTZEL	09276491 SSP/MT	7,0	11,0	18,00	APROVADO
06	013	ELIVAINE FERNANDES DE ALMEIDA FARIAS	26322323 SSP/MT	8,5	9,07	17,57	APROVADO
07	142	REGINA APARECIDA DE FARIA LEITE	179906720 SSP/MT	8,5	9,0	17,50	APROVADO
08	073	MARIA DA CONCEIÇÃO BEZERRA LEAL	480838 SSP/MT	6,5	10,75	17,25	APROVADO
09	096	IOLANDA FRANCISCA DE MORAES	11041633 SSP/MT	7,5	9,12	16,62	APROVADO
10	025	MARCIA PIRES PACHECO	08796696 SSP/MT	6,0	10,58	16,58	APROVADO
11	095	ROSA MARINEIDE MENDES DA CRUZ	11212110 SJ/MT	7,5	8,75	16,25	APROVADO
12	050	EDILENE FERREIRA FONSECA	14736993 SSP/MT	5,0	11,0	16,00	APROVADO
13	183	IVONE DE FREITAS LEAL	6831015 SSP/SP	9,5	6,0	15,50	APROVADO
14	174	CELESTE CONCEIÇÃO DA SILVA	3531046 2ª VIA DGPC/GO	6,5	8,72	15,22	APROVADO
15	078	DOMINGAS FRANCISCA DE MORAES	483905 SSP/MT	6,0	9,2	15,20	APROVADO
16	035	MARIA REGINA VIEIRA	5267865 SSP/SP	7,0	7,0	14,00	APROVADO
17	184	WEILA ROSICLER DA SILVA	14748282 SSP/MT	8,5	5,0	13,50	APROVADO
18	101	HELEN FERNANDA FREITAS DE ANDRADE	14117517 SSP/MT	8,5	4,76	13,26	APROVADO
19	057	ELIDA GORETH LOPES DE SOUZA	898578 SSP/MT	8,0	5,0	13,00	APROVADO
20	094	GLAUCIMAR CANDIDA DE JESUS GOMES	15146723 SSP/MT	8,0	5,0	13,00	APROVADO
21	108	LEIDILENE SEVERO DA SILVA	20252390 SSP/MT	7,5	5,0	12,50	APROVADO
22	127	DILCE BISPO DE SOUZA	546871 SSP/MT	7,0	5,0	12,00	APROVADO
23	124	ANA PAULA DA SILVA	10175679 SEJUSP/MT	7,0	4,97	11,97	APROVADO
24	024	IGNEZ DA SILVA DE ABREU	12708780 SSP/MT	6,5	5,0	11,50	APROVADO
25	005	GIUCIELLI STARELI SOUZA	15851524 SSP/MT	7,0	4,5	11,50	APROVADO
26	038	ANAYARA PEREIRA DA SILVA	21309698 SSP/MT	6,5	5,0	11,50	CLASSIFICADO
27	159	FRANCISCA IVONILDE DA SILVA COSTA	0565282646 SSP/BA	6,5	5,0	11,50	CLASSIFICADO
28	067	LUCIANA FREITAS DE MORAES	04744051658 SSP/MT	7,5	3,75	11,25	CLASSIFICADO
29	160	HULY KARLA FURTADO DE SOUZA	5659047 2ª VIA PC/GO	6,0	5,0	11,00	CLASSIFICADO
30	040	MARCIA REGINA FERREIRA DE ARAUJO	10396446 SSP/MT	6,0	5,0	11,00	CLASSIFICADO
31	090	ANTONIA TAVARES PIMENTEL	4791297 DGPC/GO	8,5	1,55	10,05	CLASSIFICADO
32	155	LECI JANETE PEREIRA TARTAS	05264766 SSP/MT	5,0	5,0	10,00	CLASSIFICADO
33	051	LAURA NUBIA VIEIRA GOMES	25680676 SSP/MT	6,0	3,62	9,62	CLASSIFICADO
34	088	ANA KLEBIA PEREIRA DA SILVA BORGES	14566273 SSP/MT	7,5	2,0	9,50	CLASSIFICADO
35	132	JUCIENE PEREIRA MENDONÇA	1122975 SSP/TO	7,0	1,8	8,80	CLASSIFICADO
36	065	ARCILENE ROSA COELHO	356035 SSP/GO	8,0	0,71	8,71	CLASSIFICADO
37	143	ANDREIA RODRIGUES DA SILVA	16290879 SSP/MT	6,5	1,5	8,00	CLASSIFICADO
38	182	RAQUEL RIBEIRO SANTIAGO	22389857 SSP/MT	5,0	2,96	7,96	CLASSIFICADO
39	085	NERACIDES MARIA DA COSTA MAGALHÃES	06978606 SSP/MT	7,0	0,92	7,92	CLASSIFICADO
40	009	JANAINA ELEANDRO DE SOUZA	17049857 SSP/MT	6,5	1,25	7,75	CLASSIFICADO
41	133	ISABELA ARAUJO AIRES	17708435 SSP/MT	7,5	0,0	7,50	CLASSIFICADO
42	131	RENATA ARAUJO SANTANA	18061850 SSP/MT	5,5	1,5	7,00	CLASSIFICADO
43	138	JACKELINE RODRIGUES DE SOUSA	23014008 SSP/MT	6,5	0,0	6,50	CLASSIFICADO
44	068	SUZANA RODRIGUES DE OLIVEIRA	10009280 SSP/MT	6,0	0,5	6,50	CLASSIFICADO
45	118	MARIA SILVEIRA DE SOUZA	18563163 SSP/MT	5,5	0,5	6,00	CLASSIFICADO
46	193	RAFFAELA APARECIDA QUEIROZ GARCIA	001396776 SSP/MT	6,5	0,0	6,50	CLASSIFICADO
47	139	ANDREA ALVES DA SILVA	17017432 SSP/MT	5,5	0,0	5,50	CLASSIFICADO
48	010	ALINE RODRIGUES PEREIRA	12705837 SSP/MT	4,5	-	4,50	DESCLASSIFICADO
49	023	CLEIBIAN RODRIGUES DO PRADO SANTANA	3699579 SSP/GO	4,5	-	4,50	DESCLASSIFICADO
50	129	KAMILA CASTILHO SILVA	20737475 SSP/MT	4,5	-	4,50	DESCLASSIFICADO
51	062	LUCIANA PEREIRA DOS SANTOS	18136044 SSP/MT	4,5	-	4,50	DESCLASSIFICADO
52	064	ALEXANDRA FERREIRA DE JESUS	13294105 SSP/MT	4,0	-	4,00	DESCLASSIFICADO
53	149	MARIA APARECIDA DANTAS	512771 SSP/MT	4,0	-	4,00	DESCLASSIFICADO
54	107	ANA CARLA TEIXEIRA VIEIRA	416176203 SSP/MT	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO

55	185	FALLUBIA SOUZA ALVES	5472962 SPTC/GO	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
56	203	WELISSANDRA NEGRÃO	19436971 SSP/MT	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	DESCLASSIFICADO

PROFESSOR 1º AO 5º ANO – CLASSE B – ZONA URBANA - PESSOA COM DEFICIENCIA

ORD.	Nº INSCRIÇÃO	NOME	RG	NOTA PROVA	NOTA TITULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
01	083	LINDAMIR APARECIDA FABRI	91346770 SSP/MT	5,5	1,9	7,40	APROVADO

CARGO: PROFESSOR 1º AO 5º ANO – CLASSE B – ZONA RURAL

ORD.	Nº INSCRIÇÃO	NOME	RG	NOTA PROVA	NOTA TITULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
01	043	ROSILAINE R. DA COSTA TEREBINTO	17918715 SSP/MT	8,5	11,0	19,50	APROVADO
02	046	ANTONIA LEILA RIBEIRO DA COSTA	16863950 SSP/MT	6,5	11,0	17,50	CLASSIFICADO
03	151	ALINE SILVA FERREIRA	5239640 SUPTC/GO	7,5	5,0	12,50	CLASSIFICADO
04	163	LISIANE BERGHAHN	3061344 SSP/MT	8,5	0,62	9,12	CLASSIFICADO

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGILÂNCIA

ORD.	Nº INSCRIÇÃO	NOME	RG	NOTA FINAL	RESULTADO
01	141	MATEUS RODRIGUES BARBOSA	2499790 SEJUSP/MT	9,00	APROVADO
02	167	EDUARDO MAURICIO T. SILVA FULGENCIO	MG 19332101 PC/MG	8,50	CLASSIFICADO
03	120	DAYANE PEREIRA LIMA	22991360 SSP/MT	8,00	CLASSIFICADO
04	004	JONATHAN ANGELO DE QUEIROZ	19946317 SEJUSP/MT	8,00	CLASSIFICADO
05	052	LEANDRO FARIAS DA SILVA	21267170 SSP/MT	8,00	CLASSIFICADO
06	041	SIMONE DIAS SOARES	14647680 SP/MT	7,50	CLASSIFICADO
07	154	NAICEMIRA FERNANDES PILICIE	MG 15107044 SSP/MG	7,50	CLASSIFICADO
08	055	EDUARDO CELESTINO BARBOSA JUNIOR	4728627 SSP/GO	7,50	CLASSIFICADO
09	070	MARLENE MORAIS SILVANO	17819687 SSP/MT	7,50	CLASSIFICADO
10	056	AGMAR CAETANO DA SILVA	23108010 SSP/MT	7,50	CLASSIFICADO
11	140	FABIANA SOUZA GALVÃO	22784292 SSP/MT	7,50	CLASSIFICADO
12	103	ANA LIDIA DIONIZIA LUZ	10445781 SJ/MT	7,00	CLASSIFICADO
13	072	SIMONE DE SOUZA FUMEIRO	12783960 SSP/MT	7,00	CLASSIFICADO
14	044	CLEBERSON MARTINS LEITE	20907540 SSP/MT	7,00	CLASSIFICADO
15	016	JOSIENE NAVES CARRIJO	21854432 SSP/MT	7,00	CLASSIFICADO
16	164	PALLOMA MOREIRA ALVES	28252713 SEJUSP/MT	7,00	CLASSIFICADO
17	179	LAYRANA ARAUJO SILVA SOUZA	21931305 SSP/MT	7,00	CLASSIFICADO
18	187	JAQUELINE BERNARDES SANTOS	14421127 SSP/MT	7,00	CLASSIFICADO
19	100	VILMAR MORAES DOS SANTOS	691658 SSP/MT	6,50	CLASSIFICADO
20	126	CELIA SOARES DE OLIVEIRA	11187700 SJ/MT	6,50	CLASSIFICADO
21	190	ADRIANA BEZERRA DA SILVA	16020774 SSP/MT	6,50	CLASSIFICADO
22	110	GIOVANI GEDI SOKOLOWSKI	33827830 SSP/PR	6,50	CLASSIFICADO
23	075	ROGERIO PAULO C. VIEIRA DA ROCHA	4116987 DGPC/GO	6,50	CLASSIFICADO
24	144	KAIAN TAVARES DA PAIXÃO	52375 MTE/MT	6,50	CLASSIFICADO
25	093	ALEXANDRO MOREIRA DE CASTRO	13947516 SSP/MT	6,50	CLASSIFICADO
26	121	MARGARETE ROCHA CARDOSO	00001017877 SEJUSP/RO	6,00	CLASSIFICADO
27	176	ADRIANA RODRIGUES DA SILVA	14766167 SEJUSP/MT	6,00	CLASSIFICADO
28	161	RADAMES PAULO MACARI	15025578 SSP/MT	6,00	CLASSIFICADO
29	077	BABY D'DIVA DA SILVA MARTINS	18551696 SSP/MT	6,00	CLASSIFICADO
30	145	WELLISON DE ALMEIDA MIRANDA	20163568 SSP/MT	6,00	CLASSIFICADO
31	197	LARISSA FERREIRA SOARES	26264307 SEJUSP/MT	6,00	CLASSIFICADO
32	031	ANA PAULA BARBOSA DOS SANTOS	19642695 SSP/MT	5,50	CLASSIFICADO
33	018	ANA GONÇALVES FRANÇA	23860227 SSP/MT	5,50	CLASSIFICADO
34	028	ANDRA HAYASHI	18945651 SSP/MT	5,50	CLASSIFICADO
35	060	LIVIA APARECIDA S. DA SILVA ARAUJO	17637309 SSP/MT	5,5	CLASSIFICADO
36	074	GABRIEL MARACAHIPES DE SALES	22804013 SSP/MT	5,50	CLASSIFICADO
37	180	BRENDA ARAUJO DA SILVA	24800643 SEJUSP/MT	5,50	CLASSIFICADO
38	125	VERA LUCIA SOARES DE OLIVEIRA	11542705 SJ/MT	5,00	CLASSIFICADO
39	169	JHONATAN ALMEIDA DA SILVA	22516336 SSP/MT	5,00	CLASSIFICADO
40	063	MATEUS MAIA ARAUJO DA SILVA	23790237 SSP/MT	5,00	CLASSIFICADO
41	191	CLEIDI BEZERRA DA SILVA	16019377 SSP/MT	4,50	DESCLASSIFICADO
42	027	EVANDRO JOSÉ LUZ PIMENTEL	16639421 SSP/MT	4,50	DESCLASSIFICADO
43	188	ROZEIMAR MOREIRA DA SILVA	12259209 SJ/MT	3,00	DESCLASSIFICADO
44	130	RAFAEL DUARTE DE BRITO	19209274 SSP/MT	2,00	DESCLASSIFICADO
45	172	DAIRONE GOMES NERES	21367477 SSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
46	162	DANIELLY RIBEIRO DA SILVA OLIVEIRA	25902229 SSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
47	014	EDIMAR OLIVEIRA SANTOS MANSO	11093447 SSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
48	158	EDNA ROSA ALVES DE OLIVEIRA	12280895 SJ/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
49	198	EDVALDO MOREIRA DOS SANTOS	843797 SSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
50	122	EMMILY MIRANDA DA SILVA	27361080 SSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
51	054	FRANCISCO PEREIRA DOS SANTOS	4117604 SSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
52	192	GHEZILA GONÇALVES DA COSTA	23180927 SEJUSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
53	021	JOÃO MARCOS RIGATON PRESTES	24634913 SSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
54	173	JUCELINO GOMES NERES	23677880 SSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
55	123	KAUANDA TAVARES DA PAIXÃO	27573168 SSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
56	178	LIDIA JAQUELINE SOUZA GOMES	23547260 SEJUSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
57	069	LUCAS BARBOSA DOS SANTOS	24955655 SSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
58	189	LUCIANA PEREIRA CARDOSO	21633720 SSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO

59	156	MARIA ROSEMARA BARICHELLO	636940 SSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
60	022	MARIO DOUGLAS SILVA DE OLIVEIRA	28066553 SSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
61	170	MAURICIO BATISTA DE SOUZA	26263270 SSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
62	201	NAYRA BEATRIZ CAVALCANTE CARNEIRO	26694158 SSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
63	150	OSVALDO HENRIQUE GUIMARÃES	4574362 2ª VIA SSP/GO	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
64	053	RAIMUNDA APARECIDA FARIAS DA SILVA	992890 SSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
65	196	SANDRA AGUIAR MELO	24114502 SEJUSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
66	001	TIAGO ALMEIDA MIRANDA	20322054 SSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
67	011	VANNUCCIANO ALVES DA SILVA	21114242 SSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
68	199	VITOR FRANCISCO MORENO DOS SANTOS	22703675 SSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
69	165	WANDERSON PEREIRA MESSIAS	25799770 SEJUSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - NUTRIÇÃO

ORD.	Nº INSCRIÇÃO	NOME	RG	NOTA FINAL	RESULTADO
01	079	KEILA SIQUEIRA FERRAZ	3830005 SSP/GO	8,50	APROVADO
02	039	ANA PAULA NUNES DA SILVA	25846760 SSP/MT	8,00	CLASSIFICADO
03	177	CINTHIA SILVA BORGES CAMPOS	25286765 SEJUSP/MT	7,50	CLASSIFICADO
04	111	JANAINA UBELINO TOLEDO	16042905 SSP/MT	7,50	CLASSIFICADO
05	076	VILMAIRA ALESSANDRA ALVES	25434780 SSP/MT	7,00	CLASSIFICADO
06	204	SIMONE AP. BORGES PINTO DA SILVA	14044528 SEJUSP/MT	7,00	CLASSIFICADO
07	136	ELIDA CRISTINA GOMES	23002670 SSP/MT	7,00	CLASSIFICADO
08	175	MARIA FRANCISCA MATOS	14202638 SEJUSP/MT	6,50	CLASSIFICADO
09	015	RAQUEL OLIVEIRA SANTOS	16884779 SSP/MT	6,50	CLASSIFICADO
10	113	ALESSANDRA DE OLIVEIRA ALVES	19249209 SSP/MT	6,50	CLASSIFICADO
11	171	SELMA SANTOS DE OLIVEIRA	4795045 DGPC/GO	6,50	CLASSIFICADO
12	019	CLAUDIA PERES GONÇALVES DE MIRANDA	20118597 SSP/MT	6,50	CLASSIFICADO
13	166	TANIA CRISTINA SCHOSSLER DE SOUZA	450934433 SSP/SP	6,50	CLASSIFICADO
14	202	CARMEN LUCIA AYRES M. DE SOUSA	08249873 SSP/MT	6,00	CLASSIFICADO
15	089	LEIDIMAR MONTEIRO MALAQUIA	20084048 SSP/MT	6,00	CLASSIFICADO
16	020	MARIA LUIZA R. DE SOUZA MOURA	14051761 SSP/MT	6,00	CLASSIFICADO
17	119	DAMYANE MACARI	15560090 SSP/MT	6,00	CLASSIFICADO
18	195	LANA SILVA BARBOSA MARTINS	25220713 SSP/MT	5,50	CLASSIFICADO
19	066	DALVA RODRIGUES DE ALMEIDA	841925 SSP/MT	5,50	CLASSIFICADO
20	026	MARLY DIAS DE SOUZA	10783830 SSP/MT	5,00	CLASSIFICADO
21	012	MARGARETH DA SILVA VIANA	12422649 SSP/MT	5,00	CLASSIFICADO
22	106	FATIMA TELES DA SILVA	15520684 SSP/MT	5,00	CLASSIFICADO
23	137	PATRICIA LOPES DA SILVA	24211435 SEJUSP/MT	5,00	CLASSIFICADO
24	115	ANA GOMES DA SILVA GUNTZEL	07953321 SEJUSP/MT	4,50	DESCLASSIFICADO
25	112	JULIANA CORREIA DA SILVA	16381289 SEJUSP/MT	4,50	DESCLASSIFICADO
26	059	LEIDIANE DE OLIVEIRA	20531974 SSP/MT	4,50	DESCLASSIFICADO
27	045	ELIZABETE ARDEN M. DA SILVA OLIVEIRA	29594162 SSP/MT	4,00	DESCLASSIFICADO
28	181	INGRID GALVÃO ALVES	24990612 SEJUSP/MT	4,00	DESCLASSIFICADO
29	036	KATIA PRISCILA RODRIGUES DA SILVA	21204845 SSP/MT	4,00	DESCLASSIFICADO
30	147	ELISANGELA CAVALCABTE B. JOST	10225030 SSP/MT	2,50	DESCLASSIFICADO
31	037	MARLENE ALVES BARBOSA DA SILVA	11542756 SSP/MT	2,00	DESCLASSIFICADO
32	008	CREUSANA PEREIRA DA SILVA OLIVEIRA	14971461 SSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
33	135	EDNA OLIVEIRA DA SILVA	10948791 SJ/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
34	006	JOCIELE FELIZ SANTANA	1493734490 SSP/BA	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
35	029	KEDIMA SANTOS SILVA	25771434 SSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
36	200	SANDRA REGINA GALLE	13826581 SSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
37	098	SARA THALIA DE ASSUNÇÃO BASTOS	22568972 SSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
38	134	SONIA MARIA NUNES	712245 SSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
39	099	VANUZA BERNARDO DA SILVA PAIXÃO	15322483 SSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA

ORD.	Nº INSCRIÇÃO	NOME	RG	NOTA TOTAL	RESULTADO
01	114	VALTER JOSE GADEIA	10129421 SJ/MT	8,00	APROVADO
02	061	JENNEFFER LAURA COELHO GOMES	22013725 SSP/MT	8,00	CLASSIFICADO
03	194	GLAUCIA MAYSE V. DE OLIVEIRA	25434802 SEJUSP/MT	8,00	CLASSIFICADO
04	086	VANESSA SABRINA MARTINS GOMES	20140240 SSP/MT	7,50	CLASSIFICADO
05	091	FLORACI ALVES CAVALCANTE	13690248 SSP/MT	7,00	CLASSIFICADO
06	105	GERLAINE DE OLIVEIRA CAROLINO	1147509 SSP/MT	7,00	CLASSIFICADO
07	048	DANIELA MARIA BARICHELLO	18477020 SSP/MT	7,00	CLASSIFICADO
08	146	LETICIA DE FATIMA DE A. SILVA	28006135 SSP/MT	7,00	CLASSIFICADO
09	081	RAIRA TRINDADE DE OLIVEIRA	19794738 SSP/MT	7,00	CLASSIFICADO
10	047	TAINARA DE PAULA PEIXOTO SANTOS	2748586 SSP/MT	7,00	CLASSIFICADO
11	017	JOCIELE TAVERA DA SILVA	23458658 SSP/MT	6,50	CLASSIFICADO
12	071	GABRIELA MEDRADO MESQUITA	22541578 SSP/MT	6,50	CLASSIFICADO
13	148	ANA PAULA MARTINS SILVA	23761253 SEJUSP/MT	6,50	CLASSIFICADO
14	153	ELENIR BARBOSA DE SOUZA GOMES	15890635 SSP/MT	6,50	CLASSIFICADO
15	042	ELISANGELA MARTINS DA SILVA	16293096 SSP/MT	6,00	CLASSIFICADO
16	033	CONCEIÇÃO LUZ DE SOUSA	06783414 SSP/MT	6,00	CLASSIFICADO
17	104	JOELNA DE JESUS CORDEIRO	14012910 SSP/MT	6,00	CLASSIFICADO
18	082	MARCOS SANTANA DE SOUZA	18114091 SSP/MT	6,00	CLASSIFICADO
19	034	SUENE SOUZA DE OLIVEIRA	17625661 SSP/MT	5,50	CLASSIFICADO

20	205	AGMAR XAVIER DE BRITO	1102294 SSP/MT	5,00	CLASSIFICADO
21	102	ANDRESSA FERREIRA DOS SANTOS	24992569 SEJUSP/MT	4,50	DESCLASSIFICADO
22	058	LUCIULA FERREIRA CABRAL	19048378 SSP/MT	4,50	DESCLASSIFICADO
23	168	VANESSA RIBEIRO GERTRUDES	23899476 SEJUSP/MT	4,00	DESCLASSIFICADO
24	007	LUCIANE FERREIRA CABRAL	19696523 SSP/MT	3,50	DESCLASSIFICADO
25	097	LUZILENE FERREIRA VIEIRA	110252247 SJ/MT	3,50	DESCLASSIFICADO
26	186	MARTA MENDANHA DE SOUZA	15858170 SSP/MT	3,50	DESCLASSIFICADO
27	092	TATIANA PEREIRA DA SILVA	30387175 SSP/MT	3,50	DESCLASSIFICADO
28	109	MARINEZ MENDES DE ABREU	522621 SSP/MT	3,00	DESCLASSIFICADO
29	003	CRISTIANA COSTA SOUZA	13191535 SSP/MT	2,50	DESCLASSIFICADO
30	030	APARECIDA GERMANA MALAQUIAS	26368498 SSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
31	032	DEUZENI RODRIGUES DOS SANTOS	23712627 SSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
32	128	JOSELIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	15004953 SSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
33	002	KIEZIA DA SILVA OLIVEIRA	23721588 SSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
34	157	LIANE DE FATIMA CARLIN CHUQUES	849312 SSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO
35	087	THAIS TANIELLY R. DE FARIAS	23327677 SSP/MT	AUSENTE	DESCLASSIFICADO

NOVA XAVANTINA-MT, 11 DE JANEIRO DE 2017**.**

CARLA BEATRIZ PEREIRA

PRESIDENTE DA COMISSÃO

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.041, DE 9 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N.º 8.041, DE 9 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre a exoneração de Nilva Inês Scapini, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, **resolve**:

Art. 1º Exonerar ***Nilva Inês Scapini* – Professora, Matrícula Funcional n.º 3422, que** exercia a função gratificada de *Coordenadora Pedagógica Escolar da Escola Municipal Deus é Amor*, junto Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. º 7.213/2016.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.042, DE 9 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N.º 8.042, DE 9 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre a nomeação de Vera Maria Schossler, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.835, de 21 de outubro de 2014, que *institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências,* **resolve**:

Art. 1º Nomear ***Vera Maria Schossler*** – Professora, Matrícula Funcional n.º 155, para exercer a função gratificada de *Coordenadora Pedagógica Escolar do Centro de Educação Infantil – CEI,* junto Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Parágrafo único. O exercício da função de que trata o *caput* deste artigo, será a título de Dedicação Exclusiva, fazendo jus a uma gratificação de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o salário base, ficando vedada a sua incorporação sobre o vencimento para quaisquer efeitos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. º 7.214/2016.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.043, DE 9 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N.º 8.043, DE 9 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre a nomeação de Elzimar Cardoso Lima, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.835, de 21 de outubro de 2014, que *institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências,* **resolve**:

Art. 1º Nomear ***Elzimar Cardoso Lima*** – Professora, Matrícula Funcional n.º 83, para exercer a função gratificada de *Coordenadora Pedagógica Escolar da Escola Municipal Deus é Amor,* junto Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Parágrafo único. O exercício da função de que trata o *caput* deste artigo, será a título de Dedicação Exclusiva, fazendo jus a uma gratificação de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o salário base, ficando vedada a sua incorporação sobre o vencimento para quaisquer efeitos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

PARECER Nº 001/2016 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2016

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2016

PARECER Nº 001/2016

REF: RECURSOS IMPETRADOS

A Comissão Interna nomeada pela Portaria nº. 7.902, de 11 de novembro de 2016, no uso de suas atribuições, concedidas pelo Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 04/2016 e Editais Complementares, após a verificação da regularidade, emite PARECER ao recurso impetrado, constatando:

RECORRENTE*:* Arcilene Rosa Coelho – Inscrição nº 65 – Cargo: Professor 1º ao 5° Ano – Zona Urbana – Classe "B".

TIPO DO RECURSO: Outro – Erro na contagem de Títulos.

CONSIDERAÇÕES:

Após análise do recurso, a Comissão julgou IMPROCENDENTE, uma vez que não houve erro na contagem de títulos, sendo considerados os títulos apresentados no Ato da Inscrição em conformidade com os subitens 3.3. 1.8 e **6.2.** do Edital do Processo Seletivo.

É o Parecer.

Nova Xavantina-MT, 11 de janeiro de 2017.

CARLA BEATRIZ PEREIRA Presidente	ANA CELIA MOREIRA DA SILVA SALES Secretária
MARIA MESSIAS RIBEIRO DOS SANTOS Membro	DANIELA SEHNEM Membro
WANIA MARIA GONÇALVES Membro	

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.044, DE 9 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N.º 8.044, DE 9 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre a nomeação de Edirene Alves de Lima, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.901, de 23 de dezembro de 2015, que *dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências,* alterada através da Lei Municipal n.º 1.974, de 29 de dezembro de 2016, que *altera dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.901/2015, e dá outras providências*, **resolve**:

Art. 1º Nomear a servidora pública municipal ***Edirene Alves de Lima****, portadora do CI/RG n.º 732.409-SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 522.099. 381-04,* para exercer a função gratificada de Chefe da *Divisão de Empenhos – GF-73*, junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.045, DE 9 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N.º 8.045, DE 9 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre a nomeação de Jucélia Oliveira Marin, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.835, de 21 de outubro de 2014, que *institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências,* **resolve**:

Art. 1º Nomear ***Jucélia Oliveira Marin*** – Professora, Matrícula Funcional n.º 109, para exercer a função gratificada de *Coordenadora Pedagógica Escolar da Escola Municipal José Rodrigues Silqueira - JR*, junto Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Parágrafo único. O exercício da função de que trata o *caput* deste artigo, será a título de Dedicação Exclusiva, fazendo jus a uma gratificação de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o salário base, ficando vedada a sua incorporação sobre o vencimento para quaisquer efeitos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. º 7.210/2016.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 1.980, DE 9 DE JANEIRO DE 2017

LEI MUNICIPAL N.º 1.980, DE 9 DE JANEIRO DE 2017

Autoriza o Chefe do Poder Executivo municipal a realizar Processo Seletivo Simplificado, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado proceder à abertura de **Processo Seletivo Simplificado** para realizar contratações por tempo determinado com base no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, para atendimento às necessidades de excepcional interesse do serviço público municipal da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme o seguinte lotacionograma:

Cargo	Nº Vagas	Vencimento Inicial – R$(2)	C/ H(1) sem.	Exigências para o cargo
Professor -1º ao 5º ano Classe B – Tamboril II – zona rural – Piau	01	R$ 2. 242,68	28	Normal Superior / Pedagogia completo.
Professor – 6º ao 9º ano – Classe B – zona rural – Rancho Amigo	02	R$ 2. 242,68	28	Normal Superior / Pedagogia completo.
Professor – 6º ao 9º ano – Tamboril II (sala anexa) – zona rural – Vale da Serra	02	R$ 2. 242,68	28	Superior/outras licenciaturas
Professor -1º ao 5º ano Classe B – Escola São João "A" – zona rural – Banco Safra	01	R$ 2. 242,68	28	Normal superior/Pedagogia completo

1 – Carga horária semanal.

2 – Os valores poderão sofrer alterações de acordo com o aumento do piso salarial, aumento da carga horária ou reajuste do salário mínimo.

Art. 2º Os contratos por tempo determinado que trata o "caput" do Artigo 1º, serão pelo prazo de até 01 (um) ano, podendo ser aditivado e/ou rescindido no todo ou parte, antes do prazo previsto, sempre que haja o interesse do serviço público.

Art. 3º Os Contratados deverão obrigatoriamente obedecer ao horário de trabalho previamente estabelecidos pela Secretaria a que estão diretamente ligados e de forma que atenda as necessidades do serviço público.

Art. 4º Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado de que trata o art. 1º desta Lei, serão contratados sob o Regime Jurídico Especial – contratual administrativo, estabelecido no art. 31, IX, da Constituição Federal e subordinados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Art. 5º Os profissionais da educação básica contratados no ano de 2016, que tiverem notas inferiores a 7,0 (sete), referente a avaliação de desempenho garantido a ampla defesa, ficam impedidos de serem contratados por um prazo de um ano.

Art. 6 º Os profissionais da educação básica que foram demitidos por justa causa através de procedimento administrativo, ficam impedidos de serem contratados por um prazo de 05 (cinco) anos.

Art. 7º Autoriza o Poder Executivo Municipal a constituir Comissão Interna para realização do Processo Seletivo Simplificado de que trata o artigo 1º desta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 9 de janeiro de 2017

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 1.979, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

LEI MUNICIPAL N.º 1.979, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Altera dispositivos constantes na Lei Municipais n.º 1.801/2014, reestrutura Cargos e Tabelas do Quadro de Servidores Públicos Municipais Efetivos, em conformidade com o art. 282 da Lei Municipal n.º 1.752/2013, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei Municipal n.º 1.801, de 11 de junho de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar e reclassificar **novas categorias funcionais e alterar o número de vagas no *Quadro Geral de Cargos de Provimento Efetivo e Contratado em Caráter Permanente* do Município de Nova Xavantina, de acordo com os Quadros abaixo discriminados:**

Quadro – I

Ord.	*Categorias Funcionais*	*Tabela*	*Classe*	*Nível*	*Vagas*	*Situação*
01	Agente Administrativo	*XIV*	*A*	*1 a 12*	*30*	*Em extinção*
02	*Agente de Higienização Hospitalar*	*XIV*	*A*	*1 a 12*	*04*	
03	***Agente de Promoção Social***	**XIV**	**B**	**1 a 12**	**03**	**Extinto**
04	Agente de Vigilância	*XIV*	*A*	*1 a 12*	*20*	*Em extinção*
05	Agente Comunitário de Saúde	*Piso salarial Nacional*				
06	Agente de Combate a Endemias	*Piso Salarial Nacional*				
07	Agente Sanitário	*XIV*	*B*	*1 a 12*	*01*	*Em extinção*
08	Assistente Administrativo	*XIV*	*B*	*1 a 12*	*23*	
09	Atendente	*XIV*	*A*	*1 a 12*	*49*	
10	***Auditor Público Interno***	**XIV**	**I**	**1 a 12**	**01**	
11	Auxiliar de Enfermagem	*XIV*	*B*	*1 a 12*	*21*	*Em extinção*
12	Auxiliar Escritório	*XIV*	*A*	*1 a 12*	*02*	*Em Extinção*
13	Auxiliar Serviços Gerais	*XIV*	*A*	*1 a 12*	*93*	
14	Bioquímico/Farmacêutico	*XIV*	*G*	*1 a 12*	*03*	
15	Contador	*XIV*	*I*	*1 a 12*	*01*	
16	Eletricista	*XIV*	*D*	*1 a 12*	*03*	
17	Enfermeiro	*XIV*	*G*	*1 a 12*	*08*	
18	Engenheiro Civil	*XIV*	*G*	*1 a 12*	*01*	
19	Fiscal de Obras e Engenharia	*XIV*	*C*	*1 a 12*	*01*	
20	Fiscal de Tributos	*XIV*	*E*	*1 a 12*	*03*	
21	Fiscal Sanitário	*XIV*	*C*	*1 a 12*	*05*	
22	***Fiscal de Serviços Públicos***	**XIV**	**E**	**1 a 12**	**06**	
23	Gari	*XIV*	*A*	*1 a 12*	*30*	
24	Maqueiro	*XIV*	*C*	*1 a 12*	*04*	
25	Mecânico	*XIV*	*F*	*1 a 12*	*02*	*Em extinção*
26	Medico Traumato-Ortopedista	*XIV*	*G*	*1 a 12*	*02*	
27	Motorista	*XIV*	*B*	*1 a 12*	*17*	
28	Motorista de veículo de emergência	*XIV*	*B*	*1 a 12*	*01*	
29	Odontólogo	*XIV*	*G*	*1 a 12*	*05*	
30	Operador Maquinas Pesadas	*XIV*	*C*	*1 a 12*	*10*	
31	Pedreiro	*XIV*	*B*	*1 a 12*	*05*	*Em extinção*
32	Procurador	*XIV*	*I*	*1 a 12*	*01*	
33	Técnico em Contabilidade	*XIV*	*F*	*1 a 12*	*01*	*Em extinção*
34	Técnico de Informática	*XIV*	*G*	*1 a 12*	*01*	*Extinto*
35	Técnico de Segurança do Trabalho	*XIV*	*D*	*1 a 12*	*01*	

Art. 2º Extingue o cargo de Agente de Promoção Social e reenquadra os cargos de Auditor Público Interno e Fiscal de Serviços Públicos para a classe I e E da Tabela XIV, respectivamente, conforme descritos no art. 1º desta Lei.

Art. 3º A partir de janeiro de 2018, os cargos de Biólogo e Fonoaudiólogo integrarão ao Quadro de que trata o art. 1º desta Lei, sendo reenquadrados para a classe G e F da Tabela XIV, respectivamente.

Art. 4º A partir de janeiro de 2019, o cargo de Fisioterapeuta integrará ao Quadro de que trata o art. 1º desta Lei, sendo reenquadrado na classe F da Tabela XIV.

Art. 5º A partir de janeiro de 2020, os cargos de Fiscal Sanitário e Fiscal de Obras serão reenquadrados para a classe E da Tabela XIV.

Art. 6º É condição para a efetivação dos reenquadramentos de que trata os arts. 2º, 3º e 4º desta Lei, a disponibilidade financeira, a realização de estudo de impacto financeiros, respeitando os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e o teto remuneratório previsto no artigo 37, XI CF.

Art. 7º Integra a presente lei o estudo de impacto financeiro nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 8º Fica o Executivo Municipal autorizado a fazer as adequações e complementação através de Decreto Municipal.

Art. 9º Continuam em vigor os demais dispositivos inalterados constantes na Lei Municipal n.º 1.801/2014.

Art. 10 Exclui-se da aplicabilidade desta Lei, as tabelas que não constam do *caput* do art. 1º e os profissionais da educação básica.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 9 de janeiro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

DECLARAÇÃO

A adequação da tabela de classes e níveis dos cargos dos servidores efetivos para o exercício 2017, que trata os projetos 001 e 002/2017, tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, como pode ser observado na Lei Municipal 1953/2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017) e na Lei Municipal 1960/2016 (Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2017). Atendendo assim ao artigo 16, 1º, I e II da LC 101/200 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Nova Xavantina – MT, 3 de janeiro de 2017

João Batista Vaz da Silva

Prefeito Municipal

DECLARAÇÃO

A adequação da tabela de classes e níveis dos cargos dos servidores efetivos para o exercício 2017, que trata os projetos 001 e 002/2017, tem prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, como pode ser observado na Lei Municipal 1953/2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017) bem como autorização na Lei Municipal 1960/2016 (Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2017). Atendendo assim ao artigo 169, *§1º, I e II da Constituição Federal de 1988.*

A origem dos recursos para o custeio do aumento gerado pela adequação das tabelas será o aumento da alíquota do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU do município, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.969/2016 e conforme o Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro 001/2017, e isto não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no §1º do artigo 4º e atendendo também o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto ao disposto no artigo 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que trata de ultrapassar os limites de despesa com pessoal, não se faz necessário metas de redução do percentual excedente nos quadrimestres seguintes, pois, a despesa com pessoal do executivo hoje é de 45,71% e está muito abaixo do limite prudencial de 51,30%, atendo assim também ao limite previsto no artigo 20, III, alínea "b", bem como os incisos I e II do parágrafo único do artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nova Xavantina – MT, 3 de janeiro de 2017

Marcio Garcia da Silva

Prefeito Municipal

Lei Municipal n.º 1.979/2017

TABELA XIV									
nível	**Classe A**	Classe B	**Classe C**	**Classe D**	**Classe E**	**Classe F**	**Classe G**	**Classe H**	**Classe I**
01	880,00	1.057,29	1.370,19	1.976,09	2.782,00	3.783,52	5.267,76	6.006,12	8.123,06
02	906,40	1.089,01	1.411,30	2.035,37	2.865,46	3.897,03	5.425,79	6.186,30	8.366,75
03	933,59	1.121,68	1.453,63	2.096,43	2.951,42	4.013,94	5.588,57	6.371,89	8.617,75
04	961,60	1.155,33	1.497,24	2.159,33	3.039,97	4.134,35	5.756,22	6.563,05	8.876,29
05	990,45	1.189,99	1.542,16	2.224,11	3.131,17	4.258,39	5.928,91	6.759,94	9.142,58
06	1.020,16	1.225,69	1.588,43	2.290,83	3.225,10	4.386,14	6.106,78	6.962,74	9.416,85
07	1.050,77	1.262,46	1.636,08	2.359,55	3.321,85	4.517,72	6.289,98	7.171,62	9.699,36
08	1.082,29	1.300,33	1.685,16	2.430,34	3.421,51	4.653,25	6.478,68	7.386,77	9.990,34
09	1.114,76	1.339,34	1.735,72	2.503,25	3.524,15	4.792,85	6.673,04	7.608,37	10.290,05
10	1.148,20	1.379,52	1.787,79	2.578,35	3.629,88	4.936,64	6.873,23	7.836,62	10.598,75
11	1.182,65	1.420,91	1.841,42	2.655,70	3.738,78	5.084,73	7.079,43	8.071,72	10.916,71
12	1.218,13	1.463,54	1.896,66	2.735,37	3.850,94	5.237,28	7.291,81	8.313,87	11.244,21

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 27/2017

"Dispõe sobre nomeação de cargo de provimento em Comissão, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT,Sr. **Silvano Pereira Neves, no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,**

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a servidora **MARIA ALVES DOS SANTOS,** brasileira, maior, portadora do RG.785.789SSP/MT. E inscrita no CPF. Nº: 488.703. 901-87, para exercer o Cargo em Comissão de **Assessora Adjunta de Saúde**, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde** desta Prefeitura.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 11 de janeiro de 2017.

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 26/2017

"Dispõe sobre nomeação de cargo de provimento em Comissão, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte /MT, Sr. **Silvano Pereira Neves,** no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o Sr. **JUAREZ CIRINO DE SOUZA,** brasileiro, casado, maior, portador do RG: nº 1424678 SSP/GO e do CPF: nº. 292.105.001. 30, para exercer o Cargo em Comissão de **SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COORDENAÇÃO DE PROJETOS,** desta Prefeitura.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 11 de janeiro de 2017.

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 02/2017

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Artigo 1º - Com base no disposto no caput, inciso IV do Artigo 7º da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015 e considerando o Decreto nº 8.948 de 29 de dezembro de 2016 do Governo Federal que dispõe sobre o valor do salário mínimo e sua política de valorização de longo prazo a partir de 1º de janeiro de 2017 no valor de R$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), fica decretado à atualização dos salários dos servidores **não profissionalizados** – 30 horas, lotados na Secretaria Municipal de Educação conforme a Lei nº 532/ 2001 reestruturada pelas Leis 581/03, 768/08, 797/08 e 895/2011 PCCS.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 03 de janeiro de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 25/2017

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora **Sebastiana Maria dos Santos**, lotada na **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer** no cargo efetivo de professora**,** referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a partir do dia 11/01/2017 a 09/02/2017, com retorno no dia 10/02/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 11 de janeiro de 2017.

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

ADMINISTRAÇÃO
RREO 6ª BIMESTRE ANEXO 08 RECEITAS E DESPESAS COM MDE CONSOLIDADO

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE NOVO MUNDO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/Bimestre NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	297.675,00	297.675,00	972.353,31	326,65%
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	77.175,00	77.175,00	191.064,84	247,57%
1.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	77.175,00	77.175,00	134.354,44	174,09%
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	0,00	0,00	0,00	
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	0,00	0,00	56.710,40	
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	0,00	0,00	0,00	
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	44.100,00	44.100,00	407.790,95	924,70%
1.2.1 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	44.100,00	44.100,00	407.790,95	924,70%
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	176.400,00	176.400,00	373.497,52	211,73%
1.3.1 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	110.250,00	110.250,00	371.478,60	336,94%
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	0,00	
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	66.150,00	66.150,00	2.018,92	3,05%
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	0,00	
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00	
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	
1.5.1 - Imposto sobra a Propriedade Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativo do ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	13.538.700,00	13.538.700,00	16.977.297,96	125,40%
2.1- Cota-Parte FPM	6.063.750,00	6.063.750,00	6.852.500,94	113,01%
2.1.1 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.063.750,00	6.063.750,00	6.852.500,94	113,01%
2.1.2 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	
2.2- Cota-Parte ICMS	7.166.250,00	7.166.250,00	9.081.947,09	126,73%
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	33.075,00	33.075,00	39.325,80	118,90%
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	33.075,00	33.075,00	56.431,71	170,62%
2.5- Cota-Parte ITR	22.050,00	22.050,00	255.561,75	1.159,01%
2.6- Cota-Parte IPVA	220.500,00	220.500,00	392.482,89	178,00%
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	299.047,78	
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.836.375,00	13.836.375,00	17.949.651,27	129,73%

Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLIC. FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO				
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	562.275,00	562.275,00	368.566,19	65,55%
5.1- Transferências do Salário-Educação	220.500,00	220.500,00	204.076,76	92,55%
5.2- Transferências Diretas - PDDE	22.050,00	22.050,00		

Emissão: 11/01/2017 14:02:13 Page 1 de 5
Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE NOVO MUNDO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/Bimestre NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72)				R$1,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	154.350,00	154.350,00	30.560,00	19,80%
5.4- Transferências Diretas - PNATE	165.375,00	165.375,00	97.124,31	58,73%
5.5- Outras Transferências do FNDE			36.805,12	
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE				
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	701.742,00	701.742,00		
6.1- Transferência de Convênios	701.742,00	701.742,00		
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios				
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	156.350,00	156.350,00	794.523,94	508,17%
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 +5 + 6 + 7 + 8)	1.420.367,00	1.420.367,00	1.163.090,13	81,89%

FUNDEB

Receitas do Fundeb	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.701.125,00	2.701.125,00	3.230.191,19	119,59%
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.212.750,00	1.212.750,00	1.276.328,43	105,24%
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.433.250,00	1.433.250,00	1.816.389,18	126,73%
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	6.615,00	6.615,00	7.865,16	118,90%
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)				
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	4.410,00	4.410,00	53.428,47	1.211,53%
10.6- Cota-Parte IPVA Destinadaao FUNDEB - (20% de 2.6)	44.100,00	44.100,00	76.179,95	172,74%
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.307.500,00	3.307.500,00	3.216.607,54	97,25%
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.307.500,00	3.307.500,00	3.216.607,54	97,25%
11.2- Complementação da União ao FUNDEB				
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB				
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	606.375,00	606.375,00	-13.583,65	-2,24%

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE NOVO MUNDO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/Bimestre NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

DESPESAS DO ENSINO

Despesas do Fundeb	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	4.666.800,00	5.054.997,95	4.867.841,13	96,30%	4.867.841,13	96,30%	
13.1- Com Educação Infantil	720.000,00	993.282,19	929.620,54	93,59%	929.620,54	93,59%	
13.2- Com Ensino Fundamental	3.946.800,00	4.061.715,76	3.938.220,59	96,96%	3.938.220,59	96,96%	
14- OUTRAS DESPESAS	481.350,00	375.701,13	292.662,64	77,90%	292.662,64	77,90%	
14.1- Com Educação Infantil	204.000,00	146.664,49	128.612,34	87,69%	128.612,34	87,69%	
14.2- Com Ensino Fundamental	277.350,00	229.036,64	164.050,30	71,63%	164.050,30	71,63%	
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.148.150,00	5.430.699,08	5.160.503,77	95,02%	5.160.503,77	95,02%	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	
16.1 - FUNDEB 60%	
16.2 - FUNDEB 40%	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
17.1 - FUNDEB 60%	
17.2 - FUNDEB 40%	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	

INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 – 18)	
19.1 - Mínimo de 60% do Fundeb na Remuneração do Magistério[1] ((13 - (16.1 + 17.1)) / 11) x 100 %	0,00%
19.2 - Mínimo de 40% em Despesa com MDE, que na Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / 11) x 100 %	0,00%
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %	0,00%

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	65.736,37
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE2016[2]	65.736,37

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

Receita com Ações Típicas de MDE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)[3]	3.459.093,75	3.459.093,75	4.487.412,82	129,73%

Despesas com Ações Típicas de MDE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	924.000,00	1.139.946,68	1.058.232,88	92,83%	1.058.232,88	92,83%	
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	924.000,00	1.139.946,68	1.058.232,88	92,83%	1.058.232,88	92,83%	
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos				0,00%			
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.224.150,00	4.290.752,40	4.102.270,89	95,61%	4.102.270,89	95,61%	
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.224.150,00	4.290.752,40	4.102.270,89	95,61%	4.102.270,89	95,61%	
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos				0,00%			
25- ENSINO MÉDIO				0,00%			
26- ENSINO SUPERIOR				0,00%			

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE NOVO MUNDO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/Bimestre NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR				0,00%			
28- OUTRAS	1.890.950,00	3.202.512,60	3.224.123,43	100,67%	3.181.132,99	99,33%	
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	7.039.100,00	8.633.211,68	8.384.627,20	97,12%	8.341.636,76	96,62%	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-13.583,65
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	0,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO [4]	0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)	0,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36) [6]	-13.583,65
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37)) [6]	5.174.087,42
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) % [6]	28,83

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

Outras Despesas Custeadas com Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM APLIC. FINAN. DE OUTROS RECURSOS DE IMP. VINC. AO ENSINO				0,00%		0,00%	
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO				0,00%		0,00%	
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO				0,00%		0,00%	
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	17.200,00			0,00%		0,00%	
44- TOTAL DAS OUTRAS DESP. CUSTEADAS COM RECEITAS ADIC. P/ FINAN. DO ENSINO (40+41+42+43)	17.200,00			0,00%		0,00%	
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	7.056.300,00	8.633.211,68	8.384.627,20	97,12%	8.341.636,76	96,62%	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	VALOR
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	65.736,37
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.216.607,54
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	5.160.503,77
49.1- Orçamento do Exercício	0,00
49.2- Restos a Pagar	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	-1.878.159,86

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos á conta dos Fundos, inclusive relativos á complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3 Caput do artigo 212 da CF/1988
4 Os valores referentes á parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada á educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE NOVO MUNDO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/Bimestre NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

VILMAR BOSA
Secretário(a) Municipal

ALCIDES NERI VITORINO
Contador

Emissão: 11/01/2017 14:02:13

ADMINISTRAÇÃO
RREO 6ª BIMESTRE ANEXO 07 RESTOS A PAGAR POR ORGAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Prefeitura Municipal de Novo Mundo

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO - CONSOLIDADO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO Á DEZEMBRO 2016 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2015					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	25.948,00	217.848,21	217.614,99		26.181,22	645.248,71		253.079,50	253.137,72		392.110,99	418.292,21
Executivo	25.948,00	217.848,21	217.614,99		26.181,22	645.248,71		253.079,50	253.137,72		392.110,99	418.292,21
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
Executivo		33.285,67	33.285,67									

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

VILMAR BOSA
Secretário(a) Municipal

ALCIDES NERI VITORINO
Contador

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO Emissão: 11/01/2017 às 14:01 Page 1 de 1

ADMINISTRAÇÃO
RREO 6ª BIMESTRE ANEXO 06 RESULTADO PRIMARIO CONSOLIDADO

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE NOVO MUNDO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016 / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	28.876.178,00	31.714.949,56	26.133.958,80
Receitas Tributárias	453.128,00	1.434.034,46	848.798,99
IPTU	77.175,00	134.354,44	109.177,13
ISS	110.250,00	371.478,60	276.582,61
ITBI	44.100,00	407.790,95	64.764,21
IRRF	132.300,00	336.930,93	234.359,63
Outras Receitas Tributárias	89.303,00	183.479,54	163.915,41
Receitas de Contribuições	485.100,00	655.386,49	556.778,13
Receitas Previdenciárias	485.100,00	655.386,49	556.778,13
Outras Receitas de Contribuições			
Receita Patrimonial Líquida			
Receita Patrimonial	418.950,00	1.580.382,20	812.770,72
(-) Aplicações Financeiras	418.950,00	1.580.382,20	812.770,72
Transferências Correntes	27.761.550,00	29.241.364,95	24.487.547,35
FPM	6.063.750,00	6.852.500,94	5.929.446,88
ICMS	7.166.250,00	9.081.947,09	7.393.006,55
Convênios	2.806.965,00		
Outras Transferências Correntes	11.724.585,00	13.306.916,92	11.165.093,92
Demais Receitas Correntes	176.400,00	384.163,66	240.834,33
Dívida Ativa	73.663,00	59.298,95	79.646,28
Diversas Receitas Correntes	102.737,00	324.864,71	161.188,05
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.058.367,00	4.040.151,46	1.171.023,79
Operações de Crédito (III)			
Amortização de Empréstimos (IV)			
Alienação de Bens (V)	11.025,00		
Transferências de Capital	2.047.342,00	4.040.151,46	1.171.023,79
Convênios	1.661.467,00	2.848.328,53	989.824,54
Outras Transferências de Capital	385.875,00	1.191.822,93	181.199,25
Outras Receitas de Capital			
REC. PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	2.047.342,00	4.040.151,46	1.171.023,79
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**30.923.520,00**	**35.755.101,02**	**27.304.982,59**

DESPESAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	24.143.661,86	22.968.322,18	19.397.747,98	22.968.322,18	19.397.747,98		
Pessoal e Encargos Sociais	12.120.227,40	11.435.645,71	9.364.726,38	11.435.645,71	9.364.726,38		
Juros e Encargos da Dívida (IX)							
Outras Despesas Correntes	12.023.434,46	11.532.676,47	10.033.021,60	11.532.676,47	10.033.021,60		
DESEPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	24.143.661,86	22.968.322,18	19.397.747,98	22.968.322,18	19.397.747,98		
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	5.165.865,14	3.554.449,79	1.058.487,70	3.543.022,81	1.058.487,70	11.426,98	
Investimentos	5.165.865,14	3.554.449,79	1.058.487,70	3.543.022,81	1.058.487,70	11.426,98	
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos (XII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XIV)							
DESP. PRIM. DE CAPITAL(XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	5.165.865,14	3.554.449,79	1.058.487,70	3.543.022,81	1.058.487,70	11.426,98	
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	802.068,00						
RESERVA DO RPPS (XVII)							
DESP. PRIM. TOTAL (VXIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**30.111.595,00**	**26.522.771,97**	**20.456.235,68**	**26.511.344,99**	**20.456.235,68**	**11.426,98**	

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**811.925,00**	**9.232.329,05**	**6.848.746,91**	**9.243.756,03**	**6.848.746,91**		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	Valor Corrente
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

VILMAR BOSA
Secretário(a) Municipal

ALCIDES NERI VITORINO
Contador

Emissão: 11/01/2017 às 14:00 **Prefeitura Municipal de Novo Mundo** Page 1 de 1
Homologado

ADMINISTRAÇÃO
RREO 6ª BIMESTRE ANEXO 05 RESULTADO NOMINAL

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE NOVO MUNDO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO – Anexo 05 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

Dívida Fiscal Líquida	Saldo		
	em 31/DEZ/2015 (a)	em 31/OUT/2016 (b)	em 31/DEZ/2016 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)			
DEDUÇÕES (II)	774.313,17	2.522.513,73	3.101.185,74
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.049.330,16	2.548.636,73	3.127.308,74
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	275.016,99	26.123,00	26.123,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-774.313,17	-2.522.513,73	-3.101.185,74
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = ((III + IV) - V)	-774.313,17	-2.522.513,73	-3.101.185,74

Resultado Nominal	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-578.672,01	-2.326.872,57

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Corrente
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA [3]	0,00

Previdenciário			
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	Saldo		
	em 31/DEZ/2015 (a)	em 31/OUT/2016 (b)	em 31/DEZ/2016 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	6.194.817,79	6.194.817,79	6.194.817,79
Passivo Atuarial	6.194.817,79	6.194.817,79	6.194.817,79
Demais Dívidas			
DEDUÇÕES (VIII)	7.676.378,52	9.519.045,17	10.007.821,20
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.676.561,17	9.519.045,17	10.007.821,20
Investimentos			
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados	182,65		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-1.481.560,73	-3.324.227,38	-3.813.003,41
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-1.481.560,73	-3.324.227,38	-3.813.003,41

Fonte: REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE NOVO MUNDO

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

VILMAR BOSA
Secretário(a) Municipal

ALCIDES NERI VITORINO
Contador

Emissão: 11/01/2017 às 13:59 Page 1 de 1
Homologado

ADMINISTRAÇÃO
RREO 6ª BIMESTRE ANEXO 04 RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE NOVO MUNDO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE NOVO MUNDO
ORÇAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO À DEZEMBRO 2016 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso **II**) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	870.975,00	870.975,00	2.130.649,89	1.293.512,53
RECEITAS CORRENTES	870.975,00	870.975,00	2.130.649,89	1.293.512,53
Receita de Contribuições dos Segurados	485.100,00	485.100,00	655.386,49	556.778,13
Pessoal Civil	485.100,00	485.100,00	655.386,49	556.778,13
Ativo	485.100,00	485.100,00	655.386,49	556.778,13
Inativo				
Pensionista				
Pessoal Militar				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Outras Receitas de Contribuições				
Receita Patrimonial	385.875,00	385.875,00	1.376.010,99	727.477,73
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários	385.875,00	385.875,00	1.376.010,99	727.477,73
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes			99.252,41	9.256,67
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			2.609,27	9.256,67
Demais Receitas Correntes			96.643,14	
RECEITAS DE CAPITAL				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
( ) DEDUÇÕES DA RECEITA				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	463.050,00	463.050,00	661.009,03	494.292,76
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (III) = (I + II)	1.334.025,00	1.334.025,00	2.791.658,92	1.787.805,29

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (IV)	1.298.325,00	1.298.325,00	459.002,97	302.744,77	459.002,97	302.744,77		
ADMINISTRAÇÃO								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
PREVIDÊNCIA	1.298.325,00	1.298.325,00	459.002,97	302.744,77	459.002,97	302.744,77		
Pessoal Civil	310.000,00	338.260,52	330.882,21	217.838,31	330.882,21	217.838,31		
Aposentadorias	273.000,00	266.000,00	258.621,69	177.879,58	258.621,69	177.879,58		
Pensões	37.000,00	72.260,52	72.260,52	39.958,73	72.260,52	39.958,73		
Outros Benefícios Previdenciários								
Pessoal Militar								
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias								

Emissão: 11/01/2017 13:59:09 Page 1 de 3

Homologado

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE NOVO MUNDO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE NOVO MUNDO
ORÇAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO À DEZEMBRO 2016 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso **II**) R$ 1,00

Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	35.700,00	35.700,00	3.110,02	2.143,35	3.110,04	2.143,35	-0,02	
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	1.334.025,00	1.334.025,00	462.112,99	304.888,12	462.113,01	304.888,12	-0,02	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III VI)			2.329.545,93	1.482.917,17	2.329.545,91	1.482.917,17		

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	RECEITAS REALIZADAS
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	
Plano Financeiro	
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	
Outros Aportes para o RPPS	
Plano Previdenciário	
Recursos para Cobertura de Déficit	
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	
Outros Aportes para o RPPS	

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015
CAIXA		
BANCOS CONTA MOVIMENTO		
INVESTIMENTOS	10.007.821,20	
OUTROS BENS E DIREITOS		

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS ATUALIZADAS	
			Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015
RECEITAS CORRENTES (VIII)	463.050,00	463.050,00	661.009,03	494.292,76
Receita de Contribuições	463.050,00	463.050,00	661.009,03	494.292,76
Patronal	463.050,00	463.050,00	661.009,03	494.292,76
Pessoal Civil	463.050,00	463.050,00	661.009,03	494.292,76
Ativo	463.050,00	463.050,00	661.009,03	494.292,76
Inativo				
Pensionista				
Pessoal Militar				
Ativo				
Inativo				
Militar				
Para Cobertura de Déficit Atuarial				

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE NOVO MUNDO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE NOVO MUNDO
ORÇAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO À DEZEMBRO 2016 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso **II**) R$ 1,00

Em Regime de Débitos e Parcelamentos								
Receita Patrimonial								
Receita de Serviços								
Outras Receitas Correntes								
RECEITAS DE CAPITAL (IX)								
Alienação de Bens								
Amortização de Empréstimos								
Outras Receitas de Capital								
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)								
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)		463.050,00		463.050,00		661.009,03		494.292,76

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015
ADMINISTRAÇÃO (XII)	35.700,00	35.700,00	3.110,02	2.143,35	3.110,04	2.143,35	-0,02	
Despesas Correntes	35.700,00	35.700,00	3.110,02	2.143,35	3.110,04	2.143,35	-0,02	
Despesas de Capital								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	35.700,00	35.700,00	3.110,02	2.143,35	3.110,04	2.143,35	-0,02	

Fonte: REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE NOVO MUNDO

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

VILMAR BOSA
Secretário(a) Municipal

ALCIDES NERI VITORINO
Contador

ADMINISTRAÇÃO
RREO 6ª BIMESTRE ANEXO 03 RECEITA CORRENTE LIQUIDA CONSOLIDADO

GOVERNO FEDERAL; ESTADO DE MATO GROSSO; MUNICIPIO DE NOVO MUNDO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	JAN/16	FEV/16	MAR/16	ABR/16	MAI/16	JUN/16	JUL/16	AGO/16	SET/16	OUT/16	NOV/16	DEZ/16		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.655.568,22	2.115.024,16	1.994.756,15	2.258.994,83	2.561.924,65	2.493.696,34	2.293.447,20	2.136.132,09	1.936.624,39	2.454.767,49	3.088.763,39	4.075.441,66	30.065.140,57	26.594.003,00
Receita Tributária	52.439,63	115.539,80	69.811,82	30.175,63	177.191,04	96.249,83	56.384,55	182.125,53	31.479,76	390.072,24	149.290,99	83.273,64	1.434.034,46	453.128,00
IPTU	11.051,68			511,53	39.730,28	40.328,26	18.740,15	15.772,86	2.194,30	1.550,14	1.581,29	2.893,95	134.354,44	77.175,00
ISS	10.072,78	25.058,04	32.472,10	19.741,27	41.478,04	28.537,74	17.571,61	73.169,17	17.835,59	27.836,47	46.345,01	31.360,78	371.478,60	110.250,00
ITBI	3.376,30		15.668,29		2.720,68	10.705,33	2.697,37	9.091,63	582,34	347.463,42	11.894,04	3.591,55	407.790,95	44.100,00
IRRF	967,88	55.339,03	2.556,10	3.390,92	74.963,74	1.395,54	1.355,83	74.771,88	564,57	4.988,64	80.278,21	36.358,59	336.930,93	132.300,00
Outras Rec. Tributarias	26.970,99	35.142,73	19.115,33	6.531,91	18.298,30	15.282,96	16.019,59	9.319,99	10.302,96	8.233,57	9.192,44	9.068,77	183.479,54	89.303,00
Receita Contribuições	44.747,40	48.707,59	47.772,52	47.343,91	49.583,38	40.548,78	53.513,42	52.233,39	52.656,88	55.728,47	56.585,30	105.965,45	655.386,49	485.100,00
Receita Patrimonial	160.542,54	116.915,09	175.229,00	173.132,59	69.917,22	133.087,16	143.022,26	122.142,92	157.215,87	102.468,84	56.668,15	170.040,56	1.580.382,20	418.950,00
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita Serviços	13.152,00	16.655,00	13.890,00	13.514,00	13.859,00	14.016,00	14.100,00	15.338,00	13.704,00	12.672,00	20.362,00	13.108,00	174.370,00	66.150,00
Transferências Correntes	2.375.146,97	1.810.864,34	1.675.423,30	1.985.989,80	2.234.219,68	2.189.351,48	2.000.211,51	1.752.158,42	1.672.166,05	1.888.750,32	2.791.332,65	3.635.559,24	26.011.173,76	25.060.425,00
Cota Parte do FPM	495.913,76	620.547,89	376.557,30	447.645,78	595.260,83	491.781,88	545.320,79	442.168,49	359.571,32	436.481,83	796.354,94	1.244.896,13	6.852.500,94	6.063.750,00
Cota Parte do ICMS	1.106.258,07	554.850,09	663.375,34	715.962,59	693.021,89	816.951,48	748.201,73	583.764,86	686.685,86	604.551,59	1.111.465,60	796.857,99	9.081.947,09	7.166.250,00
Cota Parte do IPVA	19.771,92	38.783,19	44.558,20	50.601,58	52.304,90	49.172,72	38.137,83	39.540,29	17.538,58	15.057,79	15.434,56	11.581,33	392.482,89	220.500,00
Cota Parte do ITR	3.315,10	5.520,39	1.461,25	4.676,03	7.925,20	3.413,52	8.531,60	2.580,48	25.714,02	146.754,22	27.794,29	17.875,65	255.561,75	22.050,00
Transf. LC 87/1966	3.277,15	3.277,15	3.277,15	3.277,15	3.277,15	3.277,15	3.277,15	3.277,15	3.277,15	3.277,15	3.277,15	3.277,15	39.325,80	33.075,00
Transf. LC 61/1989	6.952,47	4.608,64	4.416,30	4.132,37	5.078,08	3.184,66	3.907,64	4.383,14	3.526,58	4.599,35	6.223,63	5.418,85	56.431,71	33.075,00
Transferências FUNDEB	367.400,27	230.222,14	226.210,01	249.185,70	286.506,66	208.030,80	257.095,87	241.899,55	220.384,40	191.316,45	382.398,70	355.956,99	3.216.607,54	3.307.500,00
Outras Transf. Correntes	372.258,23	353.054,85	355.567,75	510.508,60	590.844,97	613.539,27	395.738,90	434.544,46	355.468,14	486.711,94	448.383,78	1.199.695,15	6.116.316,04	8.214.225,00
Outras Receitas Correntes	9.539,68	6.342,34	12.629,51	8.838,90	17.154,33	20.443,09	26.215,46	12.133,83	9.401,83	5.075,62	14.524,30	67.494,77	209.793,66	110.250,00
DEDUÇÕES (I)	370.454,51	293.303,25	265.618,24	291.776,45	319.941,25	313.468,04	284.452,54	266.499,56	271.214,19	296.952,89	447.450,51	464.446,25	3.885.577,68	3.186.225,00
Cont. Pls. Seg. Soc. Serv.	44.747,40	48.707,59	47.772,52	47.343,91	49.583,38	40.548,78	53.513,42	52.233,39	52.656,88	55.728,47	56.585,30	105.965,45	655.386,49	485.100,00
Comp. Financ. Reg. Prev.														
Ded. Rec. p/ Form. FUNDEB	325.707,11	244.595,66	217.845,72	244.432,54	270.357,87	272.919,26	230.939,12	214.266,17	218.557,31	241.224,42	390.865,21	358.480,80	3.230.191,19	2.701.125,00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA(III) = (I - II)	2.285.113,71	1.821.720,91	1.729.137,91	1.967.218,38	2.241.983,40	2.180.228,30	2.008.994,66	1.869.632,53	1.665.410,20	2.157.814,60	2.641.312,88	3.610.995,41	26.179.562,89	23.407.778,00

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

VILMAR BOSA
Secretário(a) Municipal

ALCIDES NERI VITORINO
Contador

Emissão: 11/01/2017 13:57:47

Page 1 de 1

Homologado

ADMINISTRAÇÃO
RREO 6ª BIMESTRE ANEXO 02 DESPESAS POR FUNCAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE - NOVEMBRO a DEZEMBRO de 2016
CONSOLIDADO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	25.621.695,00	29.343.926,63	4.729.295,09	25.909.332,16	97,68	3.434.594,47	4.922.274,18	25.897.905,18	97,68	3.446.021,45	11.426,98
LEGISLATIVA											
ACAO LEGISLATIVA	961.165,20	961.247,67	158.517,60	961.247,67	3,62		172.075,42	961.247,67	3,62		
JUDICIÁRIA											
ESSENCIAL A JUSTIÇA											
ADMINISTRAÇÃO											
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	309.000,00	286.926,24	66.117,70	286.926,24	1,08		66.117,70	286.926,24	1,08		
ADMINISTRACAO GERAL	2.350.134,80	2.395.386,35	485.961,54	2.373.994,73	8,95	21.391,62	485.961,54	2.374.958,19	8,95	20.428,16	-963,46
DEFESA NACIONAL											
SEGURANÇA PÚBLICA											
RELAÇÕES EXTERIORES											
ASSISTÊNCIA SOCIAL											
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	112.500,00	96.140,00	285,00	39.736,37	0,14	56.403,63	285,00	39.736,37	0,14	56.403,63	
ASSISTENCIA COMUNITARIA	850.850,00	641.741,93	76.921,43	553.149,18	2,08	88.592,75	76.921,43	553.149,18	2,08	88.592,75	
PREVIDÊNCIA SOCIAL											
PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	1.298.325,00	1.298.325,00	98.645,06	459.002,97	1,73	839.322,03	98.645,06	459.002,97	1,73	839.322,03	
SAÚDE											
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	402.300,00	266.980,20	69.907,14	233.555,64	0,88	33.424,56	69.907,14	233.555,64	0,88	33.424,56	
ATENCAO BASICA	4.625.975,00	5.991.251,61	1.041.310,01	5.610.999,00	21,15	380.252,61	1.041.310,01	5.610.999,00	21,16	380.252,61	
SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	88.200,00										
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	121.250,00	142.851,43	23.070,42	137.601,43	0,51	5.250,00	23.070,42	137.601,43	0,51	5.250,00	
VIGILANCIA SANITARIA	91.650,00	123.000,00	7.356,86	22.343,29	0,08	100.656,71	7.356,86	22.343,29	0,08	100.656,71	
TRABALHO											
EDUCAÇÃO											
ALIMENTACAO E NUTRICAO	165.400,00	134.301,94	19.298,44	127.247,00	0,47	7.054,94	19.298,44	127.247,00	0,47	7.054,94	
EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	17.200,00										
EDUCACAO INFANTIL	864.000,00	1.055.946,68	190.347,71	978.774,11	3,69	77.172,57	190.347,71	978.774,11	3,69	77.172,57	
ENSINO FUNDAMENTAL	5.561.900,00	6.939.267,23	1.085.110,13	6.852.745,03	25,83	86.522,20	1.085.110,13	6.852.745,03	25,84	86.522,20	
CULTURA											
DIFUSAO CULTURAL	8.800,00	52.033,00		52.033,00	0,19			52.033,00	0,19		
DIREITOS DA CIDADANIA											
URBANISMO											
INFRA-ESTRUTURA URBANA	428.500,00	1.260.928,56	59.743,64	703.777,07	2,65	557.151,49	239.164,91	692.350,09	2,61	568.578,47	11.426,98
HABITAÇÃO											
HABITACAO URBANA	86.690,00	5.500,00		79,10		5.420,90		79,10		5.420,90	
SANEAMENTO											
SANEAMENTO BASICO URBANO	2.000,00	26.638,67		26.638,67	0,10			26.638,67	0,10		
GESTÃO AMBIENTAL											
RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS	16.500,00										
CIÊNCIA E TECNOLOGIA											
AGRICULTURA											

Emissão: 11/01/2017 13:53:19 Page 1 de 3

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE - NOVEMBRO a DEZEMBRO de 2016
CONSOLIDADO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
EXTENSAO RURAL	624.400,00	492.835,80	42.181,03	484.810,99	1,82	8.024,81	42.181,03	484.810,99	1,82	8.024,81	
PROMOCAO DA PRODUCAO ANIMAL	22.000,00										
RECURSOS HIDRICOS	154.250,00	4.299,71	1.905,12	4.299,71	0,01		1.905,12	4.299,71	0,01		
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA											
INDÚSTRIA											
COMÉRCIO E SERVIÇOS											
PROMOCAO COMERCIAL	21.725,00										
TURISMO	29.900,00										
COMUNICAÇÕES											
ENERGIA											
ENERGIA ELETRICA	55.000,00										
TRANSPORTE											
TRANSPORTE RODOVIARIO	5.506.880,00	7.001.241,74	1.289.919,39	5.929.668,52	22,35	1.071.573,22	1.289.919,39	5.928.705,06	22,36	1.072.536,68	963,46
DESPORTO E LAZER											
DESPORTO COMUNITARIO	137.500,00	167.082,87	12.696,87	70.702,44	0,26	96.380,43	12.696,87	70.702,44	0,26	96.380,43	
ENCARGOS ESPECIAIS											
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	707.700,00										
RESERVA DO R.P.P.S.											
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	792.600,00	767.668,37	119.614,18	613.439,81	2,31	154.228,56	119.614,18	613.439,81	2,31	154.228,56	
TOTAL (III) = (I + II)	26.414.295,00	30.111.595,00	4.848.909,27	26.522.771,97	100,00	3.588.823,03	5.041.888,36	26.511.344,99	100,00	3.600.250,01	11.426,98

INTRA ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	792.600,00	767.668,37	119.614,18	613.439,81	2,31	154.228,56	119.614,18	613.439,81	2,31	154.228,56	
ACAO LEGISLATIVA	36.400,00	36.317,53	6.240,54	36.317,53	0,13		6.240,54	36.317,53	0,13		
ADMINISTRACAO GERAL	141.500,00	98.664,56	26.092,47	98.664,56	0,37		26.092,47	98.664,56	0,37		
PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	35.700,00	35.700,00	549,50	3.110,02	0,01	32.589,98	549,50	3.110,02	0,01	32.589,98	
ATENCAO BASICA	140.000,00	145.323,45	19.705,68	144.510,08	0,54	813,37	19.705,68	144.510,08	0,54	813,37	
EDUCACAO INFANTIL	60.000,00	84.000,00	19.560,36	79.458,77	0,29	4.541,23	19.560,36	79.458,77	0,29	4.541,23	
ENSINO FUNDAMENTAL	379.000,00	367.662,83	47.465,63	251.378,85	0,94	116.283,98	47.465,63	251.378,85	0,94	116.283,98	

Emissão: 11/01/2017 13:53:19 Page 2 de 3

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE - NOVEMBRO a DEZEMBRO de 2016
CONSOLIDADO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA	VILMAR BOSA	ALCIDES NERI VITORINO
Prefeito Municipal	Secretário(a) Municipal	Contador

Emissão: 11/01/2017 13:53:19 Page 3 de 3

Homologado

ADMINISTRAÇÃO
RREO 6ª BIMESTRE ANEXO 01 BALANCO ORC RECEITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO - CONSOLIDADO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	28.652.370,00	28.652.370,00	7.820.580,73	27,29	34.105.292,03	119,03	-5.452.922,03
RECEITAS CORRENTES	26.594.003,00	26.594.003,00	7.164.205,05	26,93	30.065.140,57	113,05	-3.471.137,57
RECEITA TRIBUTARIA	453.128,00	453.128,00	232.564,63	51,32	1.434.034,46	316,47	-980.906,46
Impostos	363.825,00	363.825,00	214.303,42	58,90	1.250.554,92	343,72	-886.729,92
Taxas	33.075,00	33.075,00	3.078,74	9,30	84.953,04	256,84	-51.878,04
Contribuição de Melhoria	56.228,00	56.228,00	15.182,47	27,00	98.526,50	175,22	-42.298,50
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	485.100,00	485.100,00	162.550,75	33,50	655.386,49	135,10	-170.286,49
Contribuições Sociais	485.100,00	485.100,00	162.550,75	33,50	655.386,49	135,10	-170.286,49
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	418.950,00	418.950,00	226.708,71	54,11	1.580.382,20	377,22	-1.161.432,20
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	418.950,00	418.950,00	226.708,71	54,11	1.580.382,20	377,22	-1.161.432,20
Receitas de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Pú							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	66.150,00	66.150,00	33.470,00	50,59	174.370,00	263,59	-108.220,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.060.425,00	25.060.425,00	6.426.891,89	25,64	26.011.173,76	103,79	-950.748,76
Transferências Intergovernamentais	22.253.460,00	22.253.460,00	6.426.891,89	28,88	26.011.173,76	116,88	-3.757.713,76
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	2.806.965,00	2.806.965,00					2.806.965,00
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	110.250,00	110.250,00	82.019,07	74,39	209.793,66	190,28	-99.543,66
Multa de Juros de Mora	16.537,00	16.537,00	65.169,45	394,08	121.407,21	734,15	-104.870,21
Indenizações e Restituições	20.050,00	20.050,00	10.560,01	52,66	29.087,50	145,07	-9.037,50
Receita da Dívida Ativa	73.663,00	73.663,00	6.289,61	8,53	59.298,95	80,50	14.364,05
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amorti							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL	2.058.367,00	2.058.367,00	656.375,68	31,88	4.040.151,46	196,27	-1.981.784,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	11.025,00	11.025,00					11.025,00
Alienação de Bens Móveis	11.025,00	11.025,00					11.025,00
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.047.342,00	2.047.342,00	656.375,68	32,05	4.040.151,46	197,33	-1.992.809,46
Transferências Intergovernamentais	385.875,00	385.875,00	279.107,15	72,33	1.191.822,93	308,86	-805.947,93
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	1.661.467,00	1.661.467,00	377.268,53	22,70	2.848.328,53	171,43	-1.186.861,53
Transferências para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (Intra-Orçamentárias) (II)	463.050,00	463.050,00	178.079,69	38,45	661.009,03	142,75	-197.959,03
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	29.115.420,00	29.115.420,00	7.998.660,42	27,47	34.766.301,06	119,40	-5.650.881,06
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Refinanciamento (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	29.115.420,00	29.115.420,00	7.998.660,42	27,47	34.766.301,06	119,40	-5.650.881,06
DÉFICIT (VI)					8.254.956,07		
TOTAL(VII) = (V + VI)	29.115.420,00	29.115.420,00	7.998.660,42	27,47	43.021.257,13	147,76	-13.905.837,13

Emissão: 11/01/2017 13:52:10

Page 1 de 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO - CONSOLIDADO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Créditos A							
Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	463.050,00	463.050,00	178.079,69	38,45	661.009,03	142,75	-197.959,03
RECEITAS CORRENTES	463.050,00	463.050,00	178.079,69	38,45	661.009,03	142,75	-197.959,03
RECEITA TRIBUTARIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	463.050,00	463.050,00	178.079,69	38,45	661.009,03	142,75	-197.959,03
Contribuições Sociais	463.050,00	463.050,00	178.079,69	38,45	661.009,03	142,75	-197.959,03
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receitas de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Pú							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multa de Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amorti							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Dív. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

VILMAR BOSA
Secretário(a) Municipal

ALCIDES NERI VITORINO
Contador

Emissão: 11/01/2017 13:52:10

Page 2 de 2

Homologado

ADMINISTRAÇÃO
RREO 6ª BIMESTRE ANEXO 01 BALANCO ORC DESPESAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO - CONSOLIDADO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (VIII)	25.621.695,00	29.343.926,63	2.647.105,92	25.909.332,16	3.434.594,47	4.910.836,73	25.897.905,18	3.446.021,45	25.873.397,78	11.426,98
DESPESAS CORRENTES	21.145.317,00	23.375.993,49	3.739.961,32	22.354.882,37	1.021.111,12	3.813.320,86	22.353.918,91	1.022.074,58	22.330.374,97	963,46
Pessoal e Encargos Sociais	10.641.442,00	11.352.559,03	1.930.678,24	10.822.205,90	530.353,13	1.930.678,24	10.819.181,37	533.377,66	10.822.205,90	3.024,53
Juros e Encargos da Dívida										
Outras Despesas Correntes	10.503.875,00	12.023.434,46	1.809.283,08	11.532.676,47	490.757,99	1.882.642,62	11.534.737,54	488.696,92	11.508.169,07	-2.061,07
DESPESAS DE CAPITAL	2.966.610,00	5.165.865,14	-1.092.855,40	3.554.449,79	1.611.415,35	1.097.515,87	3.543.986,27	1.621.878,87	3.543.022,81	10.463,52
Investimentos	2.936.610,00	5.165.865,14	-1.092.855,40	3.554.449,79	1.611.415,35	1.097.515,87	3.543.986,27	1.621.878,87	3.543.022,81	10.463,52
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida	30.000,00									
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.509.768,00	802.068,00			802.068,00			802.068,00		
RESERVA DO RPPS										
DESPESAS(Intra-Orçamentárias)(IX)	792.600,00	767.668,37	119.614,18	613.439,81	154.228,56	119.614,18	613.439,81	154.228,56	613.439,81	
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	26.414.295,00	30.111.595,00	2.766.720,10	26.522.771,97	3.588.823,03	5.030.450,91	26.511.344,99	3.600.250,01	26.486.837,59	11.426,98
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - Refinanciamento (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	26.414.295,00	30.111.595,00	2.766.720,10	26.522.771,97	3.588.823,03	5.030.450,91	26.511.344,99	3.600.250,01	26.486.837,59	11.426,98
SUPERÁVIT (XIII)				8.243.529,09			8.254.956,07		8.279.463,47	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	26.414.295,00	30.111.595,00	2.766.720,10	34.766.301,06	-4.654.706,06	5.030.450,91	34.766.301,06	-4.654.706,06	34.766.301,06	11.426,98

Emissão: 11/01/2017 13:52:14

Page 1 de 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO - CONSOLIDADO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesa Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	792.600,00								613.439,81	
DESPESAS CORRENTES	792.600,00								613.439,81	
Pessoal e Encargos Sociais	792.600,00								613.439,81	
Juros e Encargos da Dívida										
Outras Despesas Correntes										
DESPESAS DE CAPITAL										
Investimentos										
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida										

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

VILMAR BOSA
Secretário(a) Municipal

ALCIDES NERI VITORINO
Contador

Emissão: 11/01/2017 13:52:14

Page 2 de 2

Homologado

ADMINISTRAÇÃO
RGF ANEXO 06 DEMO SIMPLIFICADO DO REL. GESTAO FISCAL 2º SEMESTRE

MUNICIPIO DE NOVO MUNDO - PODER EXECUTIVO
Prefeitura Municipal de Novo Mundo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATE O 3 QUADRIMESTRE DE 2016

LRF, art. 48 – Anexo 06 — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	11.435.645,71	43,68 %
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 60,00%	15.707.737,73	60,00 %
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) 51,30%	13.430.115,76	51,30 %

DIVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA	-3.076.678,34	-11,75 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - %		0,00 %

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
TOTAL DAS GARANTIAS DE VALORES		0,00 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - %		0,00 %

OPERACOES DE CREDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS E INTERNAS		0,00 %
OPERACOES DE CREDITOS POR ANTECIPACAO DA RECEITA		0,00 %
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CREDITO EXTERNAS E INTERNAS - 0,00 %		0,00 %
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CREDITO POR ANTECIPACAO DA RECEITA - 0,00 %		0,00 %

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)		2.610.991,91

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

Jose HELIO Ribeiro da Silva
Prefeito Municipal

Vilmar Bosa
Secretario de Financas

Alcides Neri Vitorino
Contador CRC/PR 011325/O

Emissão: 11/01/2017 13:50:57 — Page 1 de 1

Homologado

ADMINISTRAÇÃO
RGF ANEXO 05 DEMO DISPONIBIL DE CAIXA E RESTO A PAGAR 2º SEMESTRE

MUNICíPIO DE NOVO MUNDO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

LRF, art . 55, Inciso III, alínea "a" - Anexo V — R$ 1,00

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	3.127.308,74	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	386.169,33
Caixa	0,00	Depósitos	-52.381,49
Bancos	3.127.308,74	Restos a Pagar Processados	46.381,61
Conta Movimento	1.168.294,25	Do Exercício	20.258,61
Contas Vinculadas	1.959.014,49	De Exercícios Anteriores	26.123,00
Aplicações Financeiras	0,00	RP não Processados de Exercícios Anteriores	392.169,21
Outras Disponibilidades Financeiras	0,00	Débitos de Tesouraria	0,00
Créditos Intragovernamentais	0,00	Contas Pendentes	0,00
Devedores Diversos	0,00		
Aplicações Financeiras Médio e Longo Prazo	0,00		
Depósitos Judiciais	0,00		
Créditos Intergovernamentais	0,00		
Contas Pendentes	0,00		
SUBTOTAL	3.127.308,74	SUBTOTAL	386.169,33
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	0,00
TOTAL	3.127.308,74	TOTAL	3.127.308,74
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			**11.426,98**
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			**2.729.712,43**

REGIME PREVIDENCIÁRIO

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	10.007.821,20	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	5.770,61
Caixa	0,00	Depósitos	1.521,82
Bancos	10.007.821,20	Restos a Pagar Processados	4.248,79
Conta Movimento	10.007.821,20	Do Exercício	4.248,79
Contas Vinculadas	0,00	De Exercícios Anteriores	0,00
	-	RP não Processados de Exercícios Anteriores	0,00
Aplicações Financeiras	0,00	Outras Obrigações Financeiras	0,00
Outras Disponibilidades Financeiras	0,00	Encargos Sociais a Recolher	0,00
Créditos em Circulação	0,00	Obrigações Tributárias	0,00
	-	Precatórios a Pagar	0,00
	-	Débitos Diversos a Pagar	0,00
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)	10.002.050,59
TOTAL	10.007.821,20	TOTAL	10.007.821,20
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VII)			**0,00**
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII) = (VI - VII)			**10.002.050,59**

Emissão: 11/01/2017 13:49:06 — Page 1 de 1

Homologado

ADMINISTRAÇÃO
RGF ANEXO 04 DEMO DAS OPERACOES DE CREDITO 2º SEMESTRE

MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Segundo Semestre - Julho à Dezembro de 2016

RGF – ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALORES		
	No Semestre	Até o Semestre(a)	Executado Até o Semestre
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00	0,00
Antecipação da Receita	0,00	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Servicos	0,00	0,00	0,00
Demais Atencipações da Receita	0,00	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuicoes Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite para Fins de Contratação	0,00	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% Sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	26.179.562,80	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00%
Do Período de Referência (III)	0,00	0,00%
De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE = (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	0,00	0,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	0,00	90,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00%

Fonte: MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO

Nota: [1] **Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais cominações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedadas ou em desacordo com limites e condições impostos pela legislação em vigor.**

Agili - Softwares para Area Publica

Emissão: 11/01/2017 13:46:47

Page 2
Homologado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Segundo Semestre - Julho à Dezembro de 2016

RGF – ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA	VILMAR BOSA	ALCIDES NERI VITORINO
Prefeito Municipal	Secretário(a) Municipal	Contador

ADMINISTRAÇÃO
RGF ANEXO 03 DEMO DAS GARANTIAS 2º SEMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURALIDADE SOCIAL
Semestral - Janeiro a Dezembro de 2016

RGF - ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em Operações de Crédito			
Outras Garantias na Forma da LRF*			
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em Operações de Crédito			
Outras Garantias na Forma da LRF*			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	20.697.304,55	23.218.158,77	26.179.562,89
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL %			
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00%			

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em Operações de Crédito			
Outras Garantias na Forma da LRF*			
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em Operações de Crédito			
Outras Garantias na Forma da LRF*			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)			

Fonte: MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO
Nota: * Inclui garantias concedidas por meio de fundos.

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

VILMAR BOSA
Secretário(a) Municipal

ALCIDES NERI VITORINO
Contador

Emissão: 11/01/2017 13:46:04 Page 1 de 1

Homologado

ADMINISTRAÇÃO
RGF ANEXO 02 DEMO DA DIVIDA CONSO LIQUIDA 2º SEMESTRE

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO
CNPJ: 01614517000133
ALTO DA BELA VISTA - 0000012 - CENTRO
Telefone 06635396003
prefeitura_novomundo@hotmail.com

Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Semestral - 01/2016 à 12/2016

RGF – ANEXO 02 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		até o 1º Semestre	até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive)- Vencidos e Não Pagos.	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	774.313,17	2.402.081,62	3.076.678,34
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.049.330,16	2.428.204,62	3.127.308,74
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	275.016,99	26.123,00	50.630,40
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-774.313,17	-2.402.081,62	-3.076.678,34
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	20.697.304,55	23.218.158,77	26.179.562,89
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	-3,74	-10,35	-11,75
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	0,00	0,00	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL			
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdênciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DIVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC			
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	187.906,98	83.014,58	0,00
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	645.248,71	645.306,93	392.169,21
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDÊNCIÁRIA (IX)	6.194.817,79	6.194.817,79	6.194.817,79
Passivo Atuarial	6.194.817,79	6.194.817,79	6.194.817,79
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (X)[1]	7.674.496,28	8.802.669,33	10.007.821,20
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.676.561,17	8.802.669,33	10.007.821,20
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	2.064,89	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-1.479.678,49	-2.607.851,54	-3.813.003,41

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

VILMAR BOSA
Secretário(a) Municipal

ALCIDES NERI VITORINO
Contador

Emissão: 11/01/2017 13:45:31

Page 1 de 1

Homologado

ADMINISTRAÇÃO
RGF ANEXO 01 DEMO DA DESP C PESSOAL 2º SEMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro/2016 a Dezembro /2016 - Consolidado Total

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") **R$ 1,00**

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	EMPENHADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	11.435.645,71	
Pessoal Ativo	11.435.645,71	
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Tercerização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	11.435.645,71	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa) + (IIIb)		11.435.645,71

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		26.179.562,89	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)		11.435.645,71	43,68 %
LIMITE MÁXIMO VI (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF)		15.707.737,73	60,00 %
LIMITE PRUDENCIAL VII (§ único do art. 22 da LRF)		13.430.115,76	51,30 %
LIMITE DE ALERTA VIII (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	90,00 %	14.136.963,96	54,00 %

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

VILMAR BOSA
Secretário(a) Municipal

ALCIDES NERI VITORINO
Contador

Emissão: 11/01/2017 13:40:52 **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO** Page 1 de 1

Homologado

ADMINISTRAÇÃO
RREO 6ª BIMESTRE ANEXO 09 RECEITAS DE OPERACOES DE CREDITO

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE NOVO MUNDO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO – ANEXO 09 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) — R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a – b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)			

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)
DESPESAS DE CAPITAL	5.165.865,14	3.554.449,79	3.543.022,81	11.426,98	1.611.415,35
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE					
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS					
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	5.165.865,14	3.554.449,79	3.543.022,81	11.426,98	1.611.415,35
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-5.165.865,14	-3.554.449,79			-1.611.415,35

Fonte: MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO

Notas:
¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

VILMAR BOSA
Secretário(a) Municipal

ALCIDES NERI VITORINO
Contador

Emissão: 11/01/2017 14:03:20 — Page 1 de 1

Homologado

ADMINISTRAÇÃO
RREO 6ª BIMESTRE ANEXO 10 PROJECAO ATUARIAL DO REGIME PROPRIO

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE NOVO MUNDO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEXEMBRO 2016/BIMESTRE JANEIRO-DEXEMBRO

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	958.807,12	462.475,44	496.331,68	6.689.146,80
2016	1.375.968,13	252.954,78	1.123.013,35	7.812.160,15
2017	1.230.083,00	919.624,58	310.458,42	8.122.618,57
2018	1.197.349,97	1.109.198,65	88.151,32	8.210.769,89
2019	1.185.925,53	1.208.815,24	-22.889,71	8.187.880,18
2020	1.150.786,99	1.401.599,90	-250.812,91	7.937.067,27
2021	1.133.289,76	1.520.317,19	-387.027,43	7.550.039,84
2022	1.097.509,30	1.708.320,26	-610.810,96	6.939.228,88
2023	1.056.235,16	1.913.443,09	-857.207,93	6.082.020,95
2024	1.010.708,27	2.130.155,72	-1.119.447,45	4.962.573,50
2025	942.187,92	2.429.357,35	-1.487.169,43	3.475.404,07
2026	897.342,96	2.631.411,16	-1.734.068,20	1.741.335,87
2027	873.572,42	2.749.116,95	-1.875.544,53	-134.208,66
2028	839.099,31	2.902.462,75	-2.063.363,44	-2.197.572,10
2029	775.293,70	3.157.828,17	-2.382.534,47	-4.580.106,57
2030	740.963,49	3.298.422,45	-2.557.458,96	-7.137.565,53
2031	624.145,27	3.708.691,28	-3.084.546,01	-10.222.111,54
2032	596.078,84	3.828.334,61	-3.232.255,77	-13.454.367,31
2033	589.923,50	3.845.876,12	-3.255.952,62	-16.710.319,93
2034	545.248,68	3.993.176,62	-3.447.927,94	-20.158.247,87
2035	488.595,23	4.173.774,78	-3.685.179,55	-23.843.427,42
2036	419.665,50	4.386.938,64	-3.967.273,14	-27.810.700,56
2037	385.187,45	4.472.788,84	-4.087.601,39	-31.898.301,95
2038	330.120,18	4.619.167,43	-4.289.047,25	-36.187.349,20
2039	246.318,45	4.850.556,94	-4.604.238,49	-40.791.587,69
2040	224.509,09	4.865.283,63	-4.640.774,54	-45.432.362,23
2041	206.884,43	4.857.883,93	-4.650.999,50	-50.083.361,73
2042	176.279,17	4.883.761,70	-4.707.482,53	-54.790.844,26
2043	160.972,36	4.851.050,32	-4.690.077,96	-59.480.922,22
2044	144.670,79	4.812.639,22	-4.667.968,43	-64.148.890,65
2045	103.920,21	4.841.587,74	-4.737.667,53	-68.886.558,18
2046	85.330,12	4.791.144,18	-4.705.814,06	-73.592.372,24
2047	52.642,60	4.774.452,86	-4.721.810,26	-78.314.182,50
2048	35.301,02	4.701.112,55	-4.665.811,53	-82.979.994,03
2049	21.548,85	4.608.233,32	-4.586.684,47	-87.566.678,50
2050	17.806,23	4.477.527,78	-4.459.721,55	-92.026.400,05
2051	7.549,68	4.358.508,42	-4.350.958,74	-96.377.358,79
2052	7.547,57	4.203.721,69	-4.196.174,12	-100.573.532,91
2053		4.051.724,33	-4.051.724,33	-104.625.257,24
2054		3.897.925,31	-3.897.925,31	-108.523.182,55
2055		3.727.906,73	-3.727.906,73	-112.251.089,28
2056		3.554.034,65	-3.554.034,65	-115.805.123,93
2057				-115.805.123,93
2058				-115.805.123,93
2059				-115.805.123,93
2060				-115.805.123,93
2061				-115.805.123,93
2062				-115.805.123,93
2063				-115.805.123,93
2064				-115.805.123,93
2065				-115.805.123,93
2066				-115.805.123,93
2067				-115.805.123,93
2068				-115.805.123,93

Emissão: 11/01/2017 14:04:00 Page 1 de 2

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE NOVO MUNDO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEXEMBRO 2016/BIMESTRE JANEIRO-DEXEMBRO

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

2069				-115.805.123,93
2070				-115.805.123,93
2071				-115.805.123,93
2072				-115.805.123,93
2073				-115.805.123,93
2074				-115.805.123,93
2075				-115.805.123,93
2076				-115.805.123,93
2077				-115.805.123,93
2078				-115.805.123,93
2079				-115.805.123,93
2080				-115.805.123,93
2081				-115.805.123,93
2082				-115.805.123,93
2083				-115.805.123,93
2084				-115.805.123,93
2085				-115.805.123,93
2086				-115.805.123,93
2087				-115.805.123,93
2088				-115.805.123,93
2089				-115.805.123,93
2090				-115.805.123,93

Fonte: Município de NOVO MUNDO

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

VILMAR BOSA
Secretário(a) Municipal

ALCIDES NERI VITORINO
Contador

Emissão: 11/01/2017 14:04:00 Page 2 de 2

Homologado

ADMINISTRAÇÃO
RREO 6ª BIMESTRE ANEXO 11 XIV RECEITA DE ALIENACAO DE ATIVOS APLIC

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / 2016

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	11.025,00		11.025,00
Receita de Capital - Alienação de Bens Móveis	11.025,00		11.025,00
Receita de Capital - Alienação de Bens Imóveis			
Rendimentos de Aplicação Financeira			

DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (e)	Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	Pagamento de Restos a Pagar (f)	Saldo a Pagar (g) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	5.693.307,14	4.014.838,78	4.003.411,80	3.999.163,01	11.426,98		1.694.144,13
Despesas de Capital	5.165.865,14	3.554.449,79	3.543.022,81	3.543.022,81	11.426,98		1.622.842,33
Investimentos	5.165.865,14	3.554.449,79	3.543.022,81	3.543.022,81	11.426,98		1.622.842,33
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	527.442,00	460.388,99	460.388,99	456.140,20			71.301,80
Regime Geral de Previdência Social							
Regime Próprio dos Servidores Públicos	527.442,00	460.388,99	460.388,99	456.140,20			71.301,80

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2015 (h)	2016 (i) = (Ib - (IIe + IIf))	SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)
VALOR (III)		-3.999.163,01	-3.999.163,01

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

VILMAR BOSA
Secretário(a) Municipal

ALCIDES NERI VITORINO
Contador

Emissão: 11/01/2017 14:04:46

Page 1 de 1
Homologado

ADMINISTRAÇÃO
RREO 6ª BIMESTRE ANEXO 12 RECEITA DE IMPOSTO LIQUIDA E DAS DESP PROPRIAS

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE NOVO MUNDO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	454.025,00	454.025,00	1.334.617,94	293,95%
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	77.175,00	77.175,00	134.354,44	174,09%
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	44.100,00	44.100,00	407.790,95	924,70%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	110.250,00	110.250,00	371.478,60	336,94%
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	132.300,00	132.300,00	336.930,93	254,67%
Imposto Territorial Rural - ITR				
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	16.537,00	16.537,00	24.764,07	149,75%
Dívida Ativa dos Impostos	73.663,00	73.663,00	59.298,95	80,50%
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa				
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	13.505.625,00	13.505.625,00	16.621.818,47	123,07%
Cota-Parte FPM	6.063.750,00	6.063.750,00	6.852.500,94	113,01%
Cota-Parte ITR	22.050,00	22.050,00	255.561,75	1.159,01%
Cota-Parte IPVA	220.500,00	220.500,00	392.482,89	178,00%
Cota-Parte ICMS	7.166.250,00	7.166.250,00	9.081.947,09	126,73%
Cota-Parte IPI-Exportação				
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais				
Desoneração ICMS (LC 87/96)	33.075,00	33.075,00	39.325,80	118,90%
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	**13.959.650,00**	**13.959.650,00**	**17.956.436,41**	**128,63%**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.513.700,00	2.513.700,00	2.097.335,81	83,44%
Provenientes da União	1.885.275,00	1.885.275,00	1.664.287,52	88,28%
Provenientes dos Estados	628.425,00	628.425,00	433.048,29	68,91%
Provenientes de Outros Municípios				
Outras Receitas do SUS				
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS				
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	606.375,00	606.375,00	156.167,56	25,75%
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	**3.120.075,00**	**3.120.075,00**	**2.253.503,37**	**72,23%**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES	5.229.375,00	6.344.061,99	5.823.664,74	91,80%	5.823.664,74	91,80%	
Pessoal e Encargos Sociais	2.387.150,00	3.111.493,04	2.916.061,29	93,72%	2.916.061,29	93,72%	
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes	2.842.225,00	3.232.568,95	2.907.603,45	89,95%	2.907.603,45	89,95%	
DESPESAS DE CAPITAL	240.000,00	325.344,70	325.344,70	100,00%	325.344,70	100,00%	
Investimentos	240.000,00	325.344,70	325.344,70	100,00%	325.344,70	100,00%	
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	**5.469.375,00**	**6.669.406,69**	**6.149.009,44**	**92,20%**	**6.149.009,44**	**92,20%**	

Emissão: 11/01/2017 14:05:37

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE NOVO MUNDO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LÍQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS							
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL							
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	4.167.550,00	4.888.163,43	4.481.130,03	72,88%	4.481.130,03	72,88%	
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	4.057.550,00	4.888.163,43	4.481.130,03	72,88%	4.481.130,03	72,88%	
Recursos de Operações de Crédito							
Outros Recursos	110.000,00						
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]							
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]							
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES[3]							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	**4.167.550,00**	**4.888.163,43**	**4.481.130,03**	**72,88%**	**4.481.130,03**	**72,88%**	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	**1.301.825,00**	**1.781.243,26**	**1.667.879,41**		**1.667.879,41**		

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(h ou i) / IIIb x 100)[6] - LIMITE CONSTITUCIONAL 15,00%[4 e 5]	**9,29%**
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h ou i) - (15 x IIIb)/100] [6]	**-1.025.586,05**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2016					1.025.586,05
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência	362.217,89		293.505,58	68.712,31	
Total	**362.217,89**		**293.505,58**	**68.712,31**	**1.025.586,05**

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	**Despesas Custeadas no exercício de referência (j)**	**Saldo Final (Não Aplicado)**
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016			
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência	98.359,84		98.359,84
Total(VIII)	**98.359,84**		**98.359,84**

Emissão: 11/01/2017 14:05:37

Page 2 de 3

Homolog

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE NOVO MUNDO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2015			
Diferença de limite não cumprido em 2014			
Diferença de limite não cumprido em 2013			
Diferença de limite não cumprido em 2012			
Diferença de limite não cumprido em 2011			
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência			
Total(IX)			

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100	
Atenção Básica	4.765.975,00	6.136.575,06	5.755.509,08	93,60%	5.755.509,08	93,60%	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	402.300,00	266.980,20	233.555,64	3,80%	233.555,64	3,80%	
Suporte Profilático e Terapêutico							
Vigilância Sanitária	91.650,00	123.000,00	22.343,29	0,36%	22.343,29	0,36%	
Vigilância Epidemiológica	121.250,00	142.851,43	137.601,43	2,24%	137.601,43	2,24%	
Alimentação e Nutrição							
Outras Subfunções	88.200,00						
TOTAL	**5.469.375,00**	**6.669.406,69**	**6.149.009,44**	**100,00%**	**6.149.009,44**	**100,00%**	

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

VILMAR BOSA
Secretário(a) Municipal

ALCIDES NERI VITORINO
Contador

Emissão: 11/01/2017 14:05:37

Page 3 de 3
Homolog

ADMINISTRAÇÃO
RREO 6ª BIMESTRE ANEXO 13 PARCERIAS PUBLICO PRIVADAS

ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Novo Mundo
CNPJ: 01614517000133
ALTO0000012CENTRO
Telefone 06635396003
prefeitura_novomundo@hotmail.com

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ANEXO 13 - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2016 - 6º Bimestre - Nov/Dez

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No bimestre	Até o bimestre (b)	
TOTAL DE ATIVOS Direitos Futuros Ativos Contabilizados na SPE Contrapartida para Provisões de PPP				
TOTAL DE PASSIVOS (I) Obrigações Não Relacionadas a Serviços Contrapartida para Ativos da SPE Provisões de PPP				
GARANTIAS DE PPP (II)				
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I – II)				
PASSIVOS CONTINGENTES Contraprestações Futuras Riscos Não Provisionados Outros Passivos Contingentes				
ATIVOS CONTINGENTES Serviços Futuros Outros Ativos Contingentes				

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (2016)	2017	2018	2019	2020
Do Ente Federado						
Das Estatais Não-dependentes						
TOTAL DAS DESPESAS						
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	20.697.304,55	26.179.562,89				
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)						

DESPESAS DE PPP	2021	2022	2023	2024	2025
Do Ente Federado					
Das Estatais Não-dependentes					
TOTAL DAS DESPESAS					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)					
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)					

Nota:

Emissão: 11/01/2017 14:06:16 Page 1 de 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Novo Mundo
CNPJ: 01614517000133
ALTO0000012CENTRO
Telefone 06635396003
prefeitura_novomundo@hotmail.com

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ANEXO 13 - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2016 - 6º Bimestre - Nov/Dez

Liria Kurten Wronski
Diretora Executiva

ADMINISTRAÇÃO
RREO 6ª BIMESTRE ANEXO 14 RELATORIO RESUMIDO DA EXECUCAO ORCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	29.115.420,00
Previsão Atualizada	29.115.420,00
Receitas Realizadas	34.766.301,06
Déficit Orçamentário	8.254.956,07
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	
DESPESAS	
Dotação Inicial	26.414.295,00
Créditos Adicionais	3.697.300,00
Dotação Atualizada	30.111.595,00
Despesas Empenhadas	26.522.771,97
Despesas Liquidadas	26.511.344,99
Despesas Pagas	26.486.837,59
Superávit Orçamentário	8.254.956,07

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	26.522.771,97
Despesas Liquidadas	26.511.344,99

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	26.179.562,89

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social	
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas(II)	
Resultado Previdênciário (III) = (I - II)	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	2.791.658,92
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)	462.113,01
Resultado Previdênciário (VI) = (IV - V)	2.329.545,91

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal		-2.326.872,57	-257%
Resultado Primário		9.232.329,05	0%

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo à Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	277.081,88		250.900,66	26.181,22
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo	645.248,71		253.137,72	392.110,99
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
TOTAL	**922.330,59**		**504.038,38**	**418.292,21**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo à Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento	5.174.087,42	25,00 %	28,83 %
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fu		0,00 %	0,00 %
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação		0,00 %	0,00 %
Complementação da União ao FUNDEB		0,00 %	0,00 %

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	7.108.899,58	1.611.415,35

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício¹	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias(I)				
Despesas Previdenciárias(II)				
Resultado Previdênciário (III) = (I - II)				
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias(IV)	1.375.968,13	897.342,96	419.665,50	7.549,68
Despesas Previdenciárias(V)	252.954,78	2.631.411,16	4.386.938,64	4.358.508,42
Resultado Previdênciário (VI) = (IV - V)	1.123.013,35	-1.734.068,20	-3.967.273,14	-4.350.958,74

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		11.025,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	4.014.838,78	1.678.468,36

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo à Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Desp. com Ações e Serviços Públicos de Saúde Exec. com Rec. de Impostos	1.667.879,41	15,00 %	9,29 %

DESPESAS DE CARATER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE
Total das Despesas / RCL (%)	

Fonte: Prefeitura Municipal de Novo Mundo

¹ Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

VILMAR BOSA
Secretário(a) Municipal

ALCIDES NERI VITORINO
Contador

Emissão: 11/01/2017 14:07:42 — Page 1 de 1

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA 10/2016

PORTARIA N.º010/2016

"***Dispõe sobre concessão de férias, e dá outras providências."***

O Exmo Senhor **SEMILDO ROGERIO HOBOLD**, Presidente da Câmara Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo:

R E S O L V E :

Art. 1º **Conceder Férias,** em conformidade com o artigo 69 e Art. 73 da Lei Complementar nº 004/2001 para o período de 01/10/2016 A 20/10/2016 A Senhora **ROSANA MARIA BIAZOTTO**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1269448-7 SSP/MT, e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 545381491-87, efetiva no cargo de Contadora, devidamente matriculada sob a matricula 51, referente ao período aquisitivo de 02/04/2015 A 02/04/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Presidente, aos trinta dia do mês de setembro de 2016.

SEMILDO ROGERIO HOBOLD ***Presidente biênio 2015/2016***

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA 009/2016

PORTARIA N.º09/2016

"***Dispõe sobre concessão de ferias, e dá outras providências."***

O Exmo Senhor **SEMILDO ROGERIO HOBOLD**, Presidente da Câmara Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo:

R E S O L V E :

Art. 1º **Conceder Ferias,** em conformidade com o artigo 69 e Art. 73 da Lei Complementar nº 004/2001 para o período de 01/07 A 30/07 A Senhora **KAMILA MICKELON DALAZEN**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1999981-0 SSP/MT, e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 025194971-06, efetiva no cargo de Agente Financeiro E Patrimonial,, devidamente matriculada sob a matricula 52, referente ao período aquisitivo de 02/04/2015 A 02/04/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Presidente, ao Primeiro dia de julho de 2016

SEMILDO ROGERIO HOBOLD ***Presidente biênio 2015/2016***

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA 008/2016

PORTARIA Nº. 008/2016 de 10 DE JUNHO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DOS TERMOS DE ENQUADRAMENTO DOS SERVIDORES EFETIVOS NA LEI COMPLEMENTAR N.º 030/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O EXMO PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

R E S O L V E :

Artigo 1° - HOMOLOGAR OS TERMOS DE ENQUADRAMENTO FUNCIONAL de servidor efetivo da Câmara Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, em obediencia o que disciplina a Lei, em especial o artigo 32, da Lei Complementar n.º 30/2013 de 24 de Maio de 2013, conforme segue:

Mat.	Servidor	Admissão	Classe	Nível Atual	Nivel Novo	Cargo
01	Maira Cardoso de Almeida	01/01/1997	B	7	8	Agente Administrativo I

Artigo 2° -Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente Da Câmara De Novo Mundo, Aos Dez Dias Do Mês De Junho Do Ano De Dois Mil e Dezesseis**.**

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

SEMILDO ROGERIO HOBOLD

PRESIDENTE BIENIO 2015/2016

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA 007/2016

PORTARIA N.º007/2016

" DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A

SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE

PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA

MUNICIPAL DE NOVO MUNDO /MT**."**

O Senhor **SEMILDO ROGERIO HOBOLD**, Presidente da Câmara Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Art. 1ºConceder férias ao servidor **ANTONIO CARLOS FREIRE SETUBAL**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 493178 SSP/MT , devidamente inscrito no CPF sob o nº. 361.840.961-, ocupante de cargo de VIGILANTE, do quadro de provimento efetivo da Câmara

Municipal de Novo Mundo.

Parágrafo – Único: As férias refere-se ao período de aquisição de janeiro de 2015 a janeiro de 2016, que será gozada de 01 a 31 de maio de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Presidente, aos 02 de maio de 2016.

SEMILDO ROGERIO HOBOLD ***Presidente biênio 2015/2016***

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA 006/2016

PORTARIA N.º006/2016

"***Dispõe sobre concessão de ferias, e dá outras providências."***

O Exmo Senhor **SEMILDO ROGERIO HOBOLD**, Presidente da Câmara Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo:

R E S O L V E :

Art. 1º **Conceder Ferias,** em conformidade com o artigo 69 e Art. 73 da Lei Complementar nº 004/2001 para o período de 01/04/2016 A 30/04/2016 ao servidor Senhor **ANTONIO BISPO RODRIGUES FARIAS**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1635568-7 SSP/MT, e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 293158913-68, servidor efetivo no cargo de Vigilante, devidamente matriculado sob a matricula 55, referente ao período aquisitivo de 02/04/2015 A 02/04/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Presidente, ao primeiro dia de abril de 2016

SEMILDO ROGERIO HOBOLD ***Presidente biênio 2015/2016***

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

PORTARIA N.º 15/2017

PORTARIA N.º 15/2017, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre a nomeação do Secretario de Administração, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, **resolve**:

Art. 1º Nomear o Senhor VALBER KENEDY BARBOZA SANDES, portador do RG nº. 312.011/SSP-TO e CPF nº. 428.073.601-49,para exercer a função comissionada de Secretario Municipal de Administração, fazendo jus aos vencimentos pertinentes ao cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 09 de janeiro de 2017.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM
PORTARIA 004/GP/2017

PORTARIA Nº.004/2016 02 DE JANEIRO DE 2017

"Dispõe sobre a nomeação dos integrantes da Comissão de avaliação de títulos de Servidores públicos do Poder Legislativo do Município de Novo São Joaquim/MT, e dá outras providências".

Maria Lucia Monteiro Ladeira, Presidente da Câmara Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e conforme o Artigo 18, Inciso VIII, alínea "a" , do Regimento Interno desta Casa de Leis.

RESOLVE.

Art. 1º Fica Criada a Comissão de avaliação de Títulos de Servidores Públicos desta Câmara Municipal de Vereadores de Novo São Joaquim Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - A referida comissão fica composta pelos Servidores abaixo nomeados , sob a presidência do primeiro, integram pelo prazo de (01) um Ano a contar da Publicação deste Ato, Comissão de avaliação de Títulos dos Servidores Públicos do Poder Legislativo do Município de Novo São Joaquim/MT.

Welton Guimarães Silva – Funcionário Efetivo desta Casa

Maria Lucia Ladeira – Vereadora desta Casa

Izeni Moreira de Avila – Funcionária Efetiva desta Casa

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em Contrário.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Novo São Joaquim – MT, aos Dois dias do mês de Janeiro de 2017.

_____

Maria Lucia Monteiro Ladeira

(Presidente da Câmara Municipal de N.S. Joaquim/MT)

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM
PORTARIA 003/GP/2017

PORTARIA Nº.003/2017 02 DE JANEIRO DE 2017

"Dispõe sobre a criação da Comissão de Inventário Físico e Financeiro do Patrimônio Público Municipal para o exercício de 2017, e dá outras providências".

Maria Lucia Monteiro Ladeira, Presidente da Câmara Municipal de Novo Sã o Joaquim, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, baixa a presente portaria.

Art. 1º Fica criada a Comissão de Inventário Físico e Financeiro do Patrimônio PúblicoMunicipal, que deverá desenvolver suas atividades de acordo com os termos desta portaria.

Parágrafo único. A comissão de que trata este artigo é composta dos seguintes membros:

I **–** Gustavo Martins de Souza – Presidente

II – Ouilis Jose da Silva – Secretário

III – Wandelton Neves de Oliveira – Membro.

Art. 2º - A referida comissão contará com o apoio total de todos os chefes de gerências eservidores desta municipalidade para o apoio, bem como receberá todos os materiais de expediente e veículos que forem necessários para o bom andamento dos trabalhos.

Art. 3º - A comissão poderá ainda solicitar a participação de empresa ou profissionaisespecializados para assessorar ou para executar os serviços, sob a coordenação do seu presidente.

Art. 4º - À Comissão de Inventário Físico e Financeiro do Patrimônio Público Municipalcompete a realização das seguintes atribuições:

I – lavrar ata de instauração da comissão e de todas as reuniões realizadas com a finalidade para a qual foi criada;

II – realizar todo o levantamento físico dos bens móveis e imóveis na localidade onde os mesmos se encontrarem;

III – efetuar a conferência das plaquetas já afixadas nos bens móveis;

IV – promover a colocação das plaquetas nos bens móveis ainda não tombados ou que se encontrarem sem identificação;

V – levantar todos os dados necessários à identificação atual dos bens móveis, tais como as suas características básicas (tipo, marca/modelo , tamanho, cor, medidas, potência, ano de fabricação) e o seu estado de conservação;

VI – lançar em livro apropriado as anotações e o arquivamento da plaqueta do bem onde a mesma não poderá ser diretamente afixada;

VII – elaborar relatórios sobre a conclusão do levantamento físico;

VIII – solicitar da Administração, tão logo seja concluído o levantamento físico, a fixação de percentuais de atualização do valor dos bens públicos com base nos preços de mercado;

IX – efetuar o levantamento de preços no mercado para se aplicar a tabela de atualização de valores;

X – promover a reavaliação dos bens com base nos percentuais fixados;

XI – promover o lançamento de todas as informações no sistema de controle informatizado, cadastrando aqueles bens que se encontrarem fora do sistema de patrimônio;

XII – elaborar os termos de baixa de vida útil e os termos de doação e de transferência necessários para a regularização da situação patrimonial;

XIII – elaborar os relatórios sobre a conclusão de todo o trabalho, apontando para a

Administração os caminhos a serem seguidos em relação aos bens considerados inservíveis e àqueles bens não localizados;

XIV – acompanhar todas as transferências de bens realizadas, promovendo os respectivos lançamentos no sistema informatizado de controle patrimonial;

XV – encaminhar à área contábil cópia dos relatórios, devidamente atualizados, para a adequação dos novos valores patrimoniais avaliados;

XVI – desempenhar todas as demais tarefas correlatas e afetas a sua competência.

Art. 5º - Fica expressamente proibido o remanejamento de bens móveis de um setor paraoutro sem que haja a comunicação prévia expressa para a Comissão de Inventário Físico e Financeiro do Patrimônio Público Municipal.

Art. 6º - A presente comissão terá o prazo de 40 (quarenta) dias para desenvolver suasatividades e para a sua conclusão, cabendo prorrogação caso haja necessidade de dilação de prazo.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Novo São Joaquim – MT, aos Dois dias do mês de Janeiro de 2017.

_____

Maria Lucia Monteiro Ladeira

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM
PORTARIA 009/2016

PORTARIA Nº 09/2016 EM 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

REVOGA licença Para Tratar de Assuntos Particulares, de servidor que Especifica .

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM ,ESTADO DE MATO GROSSO ,NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E COM FULCRO NOS ARTIGOS 17 E 18 DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA DE LEIS E ARTIGO 126,§4 DA LEI Nº 456/2007 ,

Resolve:

Art.1º REVOGAR licença não renumerada para tratar de assuntos particulares concedida a servidora KEZIA ALVES DE PAULA BRAGA ,detentora do cargo de Assessora JURIDICA da Câmara Municipal de NOVO SÃO JOAQUIM /MT, LOTADO nesta casa de leis E ARTIGO 126,§4 DA LEI N 456/2007

Art.2º Em razão das solicitações dos vereadores ,em razão da necessidade da servidora responsável pelo setor jurídico para auxiliar nos serviços internos da câmara e ainda em razão da nova legislatura que se estabelecera em janeiro próximo o servidor devera reassumir as suas funções em no máximo 20 dias e ficar disponível durante o recesso da casa

ART.3º ESTA PORTARIA ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICCAÇAO ,REVOGADAS AS DISPOSIÇOES EM CONTRARIO.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

NOTIFIQUE-SE A SERVIDORA.

Câmara Municipal de Novo São Joaquim/MT, 01 de Dezembro de 2016

HERONIDES JOSE DE CARVALHO

Presidente

Vereador – PR

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM
PORTARIA 010/2016

PORTARIA Nº 010/2016 EM 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

INSTAURA SINDICANCIA INVESTIGATIVA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Senhor**, HERONIDES JOSE DE CARVALHO,** Presidente da Câmara Municipal de Novo São Joaquim Estado de Mato Grosso ,no uso de suas atribuições legais ,conforme os Artigos 17 e 18 ,do Regimento desta casa de leis.

Considerado a necessidade de se apurar os fatos ocorridos no sinistro que culminou com a perda total do veiculo WV_ GOL 1.0 IV ,ano 2011 2012,ocorrido na data de 13 04 2016,conforme Boletim de Acidente 01 2016;

Considerado que o veiculo foi deixado na data de 13 04 2016 para conserto junto a Oficina Mecânica denominada Auto Peças São Luís e de la não retornou;

Considerando que a Sindicância Investiu visa apurar irregularidades imprecisas e difusas ,que não há vestígios de indicação de autoria ,e prescinde da observância dos princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa ;

Considerando a necessidade de instrução preparatória e informativa cujo relatório servira de base a uma decisão fundamentada ;

Considerando ainda ,que e dever da administração Publica ;apurar fatos que contenham indícios de infrações que envolvem seu patrimônio;

Resolve:

Art.1º Determinar a instauração de Sindicância Investigativa, para apurar possíveis irregularidades , autoria e indícios de infração no Sinistro que culminou com a perda total do veiculo de propriedade da Câmara Municipal;

Art.2º Designar a servidora Polyana Inácio de Oliveira na condição de Presidente , o servidor Gustavo Martins de Sousa na condição de secretario ,e o Servidor Davi Luís Inácio , na condição de membro da Comissão Sindicante ,para a apuração dos fatos acima mencionados;

Art.3º Deliberar que tal sindicância ,por sua natureza investigatória ,será célere ,ocorrera sem publicidade e não terá natureza acusatória;

Art.4º A Comissão ora nomeada ,terá o prazo de 30 dias para concluir a apuração dos fatos ,proáveis por igual período ,dando ciência dos mesmos a administração ;

Art.5º Para bem cumprir as suas atribuições ,a comissão terá acesso a toda documentação necessária a elucidação dos fatos ,bem como devera colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender **pertinentes;**

Art.6º- Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação .

Art.7º- Revogadas as disposições contrarias .

REGISTRA-SE. PUBLICA-SE. CUMPRA-SE

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

HERONIDES JOSE DE CARVALHO

Presidente

Vereador – PR

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM
PORTARIA 001/GP/2017

PORTARIA Nº 001/GP/2016 EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

O Senhor **MARIA LUCIA MONTEIRO LADEIRA,** Presidente da Câmara Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conforme o Artigo 18, Inciso VIII, alínea “a”, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS SILVA, portadora do RG Nº 1791139-1, SSP MT e do CPF Nº 009.775.631-89, para o cargo de Tesoureiro (a), deste Poder.

Artigo 2º - Fica estipulado o salario mensal para este cargo no valor de 1. 100,00 (Hum mil e cem reais), com período de vigência de 02/01/2017 à 31/12/2017.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogadas as disposições contrárias.

REGISTRA-SE. PUBLICA-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

MARIA LUCIA MONTEIRO LADEIRA

Presidente

Vereadora – PROS

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM
PORTARIA 002/GP/2017

PORTARIA Nº 002/GP/2017 EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

A Senhora **MARIA LUCIA MONTEIRO LADEIRA,** Presidente da Câmara Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conforme o Artigo 18, Inciso VIII, alínea “a”, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, o senhor OUILIS JOSE DA SILVA, portador do RG Nº 1806590-2, SSP MT e do CPF Nº 009.551.951-36, para o cargo de Fiscal de Contrato, deste Poder Legislativo.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogadas as disposições contrárias.

REGISTRA-SE. PUBLICA-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

MARIA LUCIA MONTEIRO LADEIRA

Presidente

Vereadora – PROS

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM
PORTARIA 01/2017 RECURSOS HUMANOS

RECURSOS HUMANOS DO PODER LEGISLATIVO DE NOVO SÃO JOAQUIM, ESTADO DE MATO GROSSO.

PORTARIA Nº 001/ 2017

Sumula: ***Nomeia Comissão de Avaliação e Desempenho dos Servidores da Câmara Municipal de Novo São Joaquim/MT***.

A Senhora **MARIA LUCIA MONTEIRO LADEIRA,** Presidente da Câmara Municipal de Novo São Joaquim Estado de Mato Grosso, e Responsável pelo Setor de Recursos Humanos deste Poder Legislativo, no Uso de suas atribuições Legais, para atender o que Rege o Paragrafo **IX, do Art.7º** da Resolução **nº 085/2012** desta Câmara Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear e Designar Comissão de Avaliação e Desempenho dos Funcionários da Câmara Municipal de Novo São Joaquim/MT.

Artigo 2º - A Comissão terá cinco (05) membros, sendo eles:

Maria Lucia Monteiro Ladeira – Vereadora e Presidente desta casa.

Cleber Gonçalves de Sousa - Vereador desta casa.

Davi Luiz Inácio – Funcionário Efetivo desta casa.

Triel Ribeiro de Rezendes – Vereador desta casa

Wandelton Neves de Oliveira – Funcionário Efetivo desta casa.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em Vigor na Data de Sua publicação.Revogadas as disposições contrárias.

REGISTRA-SE. PUBLICA-SE. CUMPRA-SE.

CAMARA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM/MT, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

MARIA LUCIA MONTEIRO LADEIRA

Presidente

Vereadora – PROS

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM
PORTARIA 005/GP/2017

PORTARIA Nº 005/GP/2017 EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

A Senhora **MARIA LUCIA MONTEIRO LADEIRA,** Presidente da Câmara Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Nº 8.666 de 21 de Junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica a partir desta data constituída e nomeada a Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso para o exercício do ano de 2017, composta pelos seguintes membros:

Presidente: ISENI MOREIRA DE AVILA, portador (a) da Carteira de Identidade RG: **1280265-4** SSP/MT e CPF: **912.413.591-72.**

Secretario: DAVI LUIZ INACIO, portador da Carteira de Identidade RG: **510271** SSP/MT e CPF: **329.303.991-04**.

Membro: WELTON GUIMARÃES SILVA, portador do RG Nº **2017492-6** SSP/MT e do CPF Nº **037.550.661-65.**

Artigo 2º. – Os membros da Comissão Permanente de Licitação de que trata esta Portaria, não serão remunerados pelo exercício de suas funções, sendo os serviços considerados como relevantes.

Artigo 3º. – Compete à Comissão Permanente de Licitação deste Poder Legislativo, a prática de todos os atos necessários ao processamento e julgamento das licitações, ressalvadas a competência da autoridade superior, e deverá cumprir os princípios gerais do direito público, bem como, todas as normas de que trata a Lei das Licitações e Contratos, c/c as alterações que lhe forem dadas, em atendimento ao interesse público.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogadas as disposições contrárias.

REGISTRA-SE. PUBLICA-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

Maria Lucia Monteiro Ladeira

(Presidente da Câmara Municipal de N.S. Joaquim/MT)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

ASSESSORIA JUIRIDICA
PORTARIA N° 083 DE 11 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N° 083 DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

"CONSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE REAVALIAÇÃO E DEPRECIAÇÃO DO PATRIMONIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **Srº**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

I- Nomear a Comissão Permanente de Reavaliação e Depreciação do Patrimônio Público, composta dos seguintes membros:

1.- Presidente: Itamar Rodrigues

2.- Secretário: Abílio Moraes Ramos

3.- Membro: Gabrieli de Oliveira Silva

4.- Membro: Manoel Luiz Ferreira da Silva

5.- Membro: Vanessa Godoi de Souza

II- A Comissão deverá emitir relatório individualizado da reavaliação ou depreciação de cada um dos bens, inclusive de patrimônio, os inservíveis e ou para fins de venda ou baixa patrimonial.

III- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e em especial a Portaria de nº 282/2016.

IV- Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 11 de janeiro de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 002/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº. 002/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

O Secretária Municipal de Educação de Paranatinga-MT, SRª. RAQUEL GONÇALVES DOS REIS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor:

RESOLVE:

1 – Nomear a **Srª. VANDA FERNANDES SOARES**,portadora do CPF n° 340.165.031-91 e do RG n° 0568796-9, órgão emissor SSP/MT, para responder pela função de **COORDENADORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, conforme a Lei n° 511/2008 de 26 de novembro de 2008.

2 – Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

3 – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paranatinga - MT, 02 de Janeiro de 2017.

RAQUEL **G**ONÇALVES DOS **R**EIS

***S**ECRETÁRIA **M**UNICIPAL DE **E**DUCAÇÃO*

***P**ORTARIA 008/2017*

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 081 DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 081 DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **NOMEAR** o **Sr. JOÃO BOSCO ALVES DE LIMA**, brasileiro, inscrito no CPF sob o número 429.332.691-04 e portador do RG de número 0601958-7 SJ/MT, para responder pelo cargo de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER**.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 10 de janeiro de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA JUIRIDICA
PORTARIA N° 084 DE 11 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N° 084 DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

"CONSTITUI COMISSÃO PERMANENTE PARA DAR BAIXA DOS BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, Srº. JOSIMAR MARQUES BARBOSA, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

I- Nomear a Comissão Permanente para dar baixa dos bens móveis inservíveis do Patrimônio Público Municipal, composta dos seguintes membros:

1.- Presidente: Itamar Rodrigues

2.- Secretário: Abílio Moraes Ramos

3.- Membro: Gabrieli de Oliveira Silva

4.- Membro: Manoel Luiz Ferreira da Silva

5.- Membro: Vanessa Godoi de Souza

II- A Comissão deverá emitir relatório individualizado dos bens móveis inservíveis que foram baixados no Patrimônio Público Municipal.

III- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em Contrário e em especial a Portaria de nº 283/2016.

IV- Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 11 de janeiro de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 007/2017 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº. 007/2017 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre remoção "a pedido" dos Profissionais da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino para zona urbana e zona rural.

O **Secretário Municipal de Educação** no uso de suas atribuições legais e, considerando o artigo 43 da Lei Complementar nº. 533 de 26 de novembro de 2008 e Decreto nº 828/2012, considerando ainda a necessidade de organizar o processo de remoção dos Profissionais da Educação Básica, para o ano letivo de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar público a Alteração da Portaria nº 011/2016 supracitado:

Faz- se a Alteração:

ONDE SE LÊ:

ANEXO II

QUADRO 1 – VAGAS PARA REMOÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ESCOLA	QUANTIDADE DE VAGAS PROFESSOR	QUANTIDADE DE VAGAS AAE I - MERENDEIRA	QUANTIDADE DE VAGAS AAE I - ASG	QUANTIDADE DE VAGAS AAE - VIGIA	QUANTIDADE DE VAGAS AAE I - TDI	QUANTIDADE DE VAGAS TAE
ESCOLA MUNICIPAL 03 DE MAIO	-	01	-	01	-	-
ESCOLA MUNICIPAL 17 DE DEZEMBRO	-	02	01	01	-	-
ESCOLA MUNICIPAL CHAPEUZINHO VERMELHO	01	-	-	01	-	-
ESCOLA MUNICIPAL RUI BARBOSA	-	-	-	-	-	-
ESOLA MUNICIPAL TELES PIRES	-	02	-	01	-	-
ESCOLA MUNICIPAL VISTA ALEGRE	-	01	-	-	-	-
ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MENINO JESUS	01	01	-	01	08	-
ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MEU PEQUENO LAR	01	01	-	-	-	-
ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO LUCIO CATARINO VALVERDE	02	-	-	-	-	-
ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO ALCIDES VISONE	01	01	01	-	-	-
ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO ALCIDES VISONE – SALA ANEXA BOA VISTA	-	-	-	-	-	-
ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO ALCIDES VISONE – SALA ANEXA AGROCHAPADA	-	-	-	-	-	-
ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO EUZÉBIO DE QUEIROZ	-	-	-	-	-	-
ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO VALTER RIBEIRO DE SOUZA	-	-	-	-	-	-
ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO GERALDO JOSÉ DELAI	01	01	01	-	-	-
ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO GERALDO JOSÉ DELAI – SALA ANEXA VALE DOS SONHOS	-	-	-	-	-	-
ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA JOSÉ PIRES ULUKO	-	-	-	-	-	-
ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA JOSÉ PIRES ULUKO – SALA ANEXA PAIKUM	-	-	-	-	-	-
ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA JOSÉ PIRES ULUKO – SALA ANEX VICENTE KAIAWA	-	-	-	-	-	-
ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA OTAVIO KUREWE	-	-	-	-	-	-
ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA ARIMATÉIA	-	-	-	-	-	-
ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA ARIMATÉIA – SALA ANEXA BETÂNIA	-	-	-	-	-	-
ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA ARIMATÉIA – SALA ANEXA GALILÉIA	-	-	-	-	-	-
ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA CEREMECE CEREPSE	-	-	-	-	-	-
ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA NOVO PROGRESSO	-	-	-	-	-	-

LEIA-SE:

ANEXO II

QUADRO 1 – VAGAS PARA REMOÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ESCOLA	QUANTIDADE DE VAGAS PROFESSOR	QUANTIDADE DE VAGAS AAE I - MERENDEIRA	QUANTIDADE DE VAGAS AAE I - ASG	QUANTIDADE DE VAGAS AAE - VIGIA	QUANTIDADE DE VAGAS AAE I - TDI	QUANTIDADE DE VAGAS TAE
ESCOLA MUNICIPAL 03 DE MAIO	-	01	-	01	-	-
ESCOLA MUNICIPAL 17 DE DEZEMBRO	-	02	01	01	-	-
ESCOLA MUNICIPAL CHAPEUZINHO VERMELHO	01	-	-	01	-	-
ESCOLA MUNICIPAL RUI BARBOSA	-	-	-	-	-	-
ESOLA MUNICIPAL TELES PIRES	-	02	-	01	-	-
ESCOLA MUNICIPAL VISTA ALEGRE	-	01	-	-	-	-

ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MENINO JESUS	**01**	**01**	**-**	**01**	**08**	**-**
ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MEU PEQUENO LAR	**01**	**01**	**-**	**-**	**-**	**-**
ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO LUCIO CATARINO VALVERDE	**02**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO ALCIDES VISONE	**01**	**01**	**01**	**-**	**-**	**-**
ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO ALCIDES VISONE – SALA ANEXA BOA VISTA	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO ALCIDES VISONE – SALA ANEXA AGROCHAPADA	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO EUZÉBIO DE QUEIROZ	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO VALTER RIBEIRO DE SOUZA	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO GERALDO JOSÉ DELAI	**01**	**01**	**01**	**-**	**-**	**-**
ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO GERALDO JOSÉ DELAI – SALA ANEXA VALE DOS SONHOS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA JOSÉ PIRES ULUKO	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA JOSÉ PIRES ULUKO – SALA ANEXA PAIKUM	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA JOSÉ PIRES ULUKO – SALA ANEX VICENTE KAIAWA	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA OTAVIO KUREWE	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA ARIMATÉIA	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA ARIMATÉIA – SALA ANEXA BETÂNIA	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA ARIMATÉIA – SALA ANEXA GALILÉIA	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA CEREMECE CEREPSE	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA NOVO PROGRESSO	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	**-**	**-**	**01**	**-**	**-**	**-**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranatinga MT, 10 de janeiro de 2017.

RAQUEL **G**ONÇALVES DOS **R**EIS

***S**ECRETÁRIA **M**UNICIPAL DE **E**DUCAÇÃO*

***P**ORTARIA 008/2017*

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 006/2017 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº. 006/2017 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

O Secretária Municipal de Educação de Paranatinga-MT, SRª. RAQUEL GONÇALVES DOS REIS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor:

RESOLVE:

1 – Nomear a **Srª. NELIR RENOSTRO HEINEN**,portadora do CPF n° 563. 253.129-53 e do RG n° 1172609-1, órgão emissor SSP/MT, para responder pela função de **COORDENADORA DE PROJETOS**, conforme a Lei n° 511/2008 de 26 de novembro de 2008.

2 – Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

3 – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paranatinga - MT, 02 de Janeiro de 2017.

RAQUEL **G**ONÇALVES DOS **R**EIS

***S**ECRETÁRIA **M**UNICIPAL DE **E**DUCAÇÃO*

***P**ORTARIA 008/2017*

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 005/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA N° 005/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

O Secretária Municipal de Educação de Paranatinga-MT, **SRª**. **RAQUEL GONÇALVES DOS REIS**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a **Sr.ª EDNA LOPES KOCHAN**,portadora do CPF n° 004.931.119-05 e do RG n° 3661500, órgão emissor SSP/SC, da função de **SECRETÁRIA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MENINO JESUS E SECRETÁRIA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS INDÍGENAS**, conforme a Lei n° 511/2008 de 26 de novembro de 2008.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paranatinga MT, 02 de janeiro de 2017.

RAQUEL **G**ONÇALVES DOS **R**EIS

***S**ECRETÁRIA **M**UNICIPAL DE **E**DUCAÇÃO*

***P**ORTARIA 008/2017*

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 004/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA N° 004/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

O Secretária Municipal de Educação de Paranatinga-MT, **SRª**. **RAQUEL GONÇALVES DOS REIS**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a **Sr.ª** Nomear a **Sr.ª JANAINA SOUZA MENEZES**,portadora do CPF n° 013.173.041-01 e do RG n° 9.522.794-5, órgão emissor SSP/PR, da função de **SECRETÁRIA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MEU PEQUENO LAR E SECRETÁRIA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO CAMPO**, conforme a Lei n° 511/2008 de 26 de novembro de 2008.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paranatinga MT, 02 de janeiro de 2017.

RAQUEL **G**ONÇALVES DOS **R**EIS

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA 008/2017

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 003/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA N° 003/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

O Secretária Municipal de Educação de Paranatinga-MT, **SRª**. **RAQUEL GONÇALVES DOS REIS**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a **Sr.ª LUCIANA ARAUJO DE ANDRADE**,portadora do CPF n° 522.662.811-00 e do RG n° 780.137, órgão emissor SSP/MT, da função de **SECRETÁRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, conforme a Lei n° 511/2008 de 26 de novembro de 2008.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paranatinga MT, 02 de janeiro de 2017.

RAQUEL **G**ONÇALVES DOS **R**EIS

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA 008/2017

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 001/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº. 001/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

O Secretária Municipal de Educação de Paranatinga-MT, SRª. RAQUEL GONÇALVES DOS REIS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor:

RESOLVE:

1 – Nomear a **Srª. FRANCISCA MOREIRA DOS SANTOS**,portadora do CPF n° 320.343.501-20 e do RG n° 759.108, órgão emissor SSP/MT, para responder pela função de **COORDENADORA EDUCAÇÃO INDÍGENA E EDUCAÇÃO DO CAMPO**, conforme a Lei n° 511/2008 de 26 de novembro de 2008.

2 – Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

3 – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paranatinga - MT, 02 de Janeiro de 2017.

RAQUEL **G**ONÇALVES DOS **R**EIS

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA 008/2017

ASSESSORIA JUIRIDICA
PORTARIA N° 082 DE 11 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N° 082 DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

"CONSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE INVENTÁRIO DO PATRIMONIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **Srº**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

I- Nomear a Comissão Permanente de Inventário do Patrimônio Público, composta dos seguintes membros:

1.- Presidente: Itamar Rodrigues

2.- Secretário: Abílio Moraes Ramos

3.- Membro: Gabrieli de Oliveira Silva

4.- Membro: Manoel Luiz Ferreira da Silva

5.- Membro: Vanessa Godoi de Souza

II- A Comissão deverá emitir relatório individualizado de Inventário do Patrimônio Público, de cada um dos bens, inclusive de patrimônio, os inservíveis e ou para fins de venda ou baixa patrimonial.

III- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e em especial a Portaria de nº 281/2016.

IV- Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 11 de Janeiro de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 003/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
MODALIDADE: dispensa Nº 002/2015	**DATA: 30/12/2016**
CONTRATADO: M.P. DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB	
Constitui objeto da presente licitação contratação de empresa especializada na prestação de serviço de hospedagem da Web Site da Prefeitura Municipal de Pedra Preta/MT.	
prazo: 180 dias	**VIGÊNCIA: 28/06/2017**
DOTAÇÃO: 03.001.2012.33.90.39.00.00	

OFÍCIO Nº 019/2017/GAB

Pedra Preta, 11 de janeiro de 2017.

A Sua Senhoria o Senhor

VANDERSON SOUZA BARROS

Gerente Geral

Agência 2423-6

Banco do Brasil

Pedra Preta-MT.

MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA – **Estado de Mato Grosso**,pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Avenida Fernando Corrêa da Costa, nº 940, Centro, Pedra Preta/MT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.773.942/0001-09, neste ato representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Juvenal Pereira Brito**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Luthero Lopes, nº 451, Centro – Pedra Preta – MT, CEP 78795-000, portador do RG nº 561.514 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 406.594.881-91, através deste ato delegativo confere a **Maria da Cruz Martins de Arruda**, brasileira, casada portadora da Cédula de Identidade RG nº 371.296 SSP/MT, inscrita no CPF/MF sob o nº 361.818.971-00, residente e domiciliada em Pedra Preta/MT, nomeada para o cargo de Secretária de Educação e Assistência Social, através da Portaria nº 021/2017, de 02/01/2017**, os poderes necessários à** emissão de cheques, abertura de contas de depósitos, retiradas de cheques devolvidos, endosso de cheques, avaliação de cheques, consultas de valores depósitos judiciais via internet, assinaturas no orçamento, transferências de valores (TED/DOC/entre contas BB), pagamentos de boletos/faturas, assinatura de apólice de seguros, cancelamentos de cheques, baixa de cheques, sustação/contra ordenar

cheques, extratos bancários, saldo bancário, emissão comprovantes, cancelamentos de agendamentos, liberação de transações pendentes, alteração de limites para transferências, contas favorecidas de créditos (contas correntes BB – cadastramento / outros bancos-cadastramentos) e autorização de débitos em conta relativos a operações, **referente às contas** da Secretaria Municipal de Educação no CNPJ da Prefeitura de Pedra Preta 03.773.942/0001-09, a mesma assina em conjunto com o Prefeito Municipal Juvenal Pereira Brito as contas abaixo.

CNPJ: 03.773.942/0001-09
CONTAS BANCARIAS
18.059-9
11.366-2
11.719-6
15.737-6
7.489-6
22.017-5
22.020-5
22.811-7
22.018-3
22.860-5
22.878-8
22.939-3
24.154-7
23.065-0
50.142-5
23.816-3

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

OFÍCIO Nº 021/2017/GAB

Pedra Preta, 11 de janeiro de 2017.

A Sua Senhoria o Senhor

VANDERSON SOUZA BARROS

Gerente Geral

Agência 2423-6

Banco do Brasil

Pedra Preta-MT.

MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA – Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Avenida Fernando Corrêa da Costa, nº 940, Centro, Pedra Preta/MT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.773.942/0001-09, neste ato representado pela Prefeito Municipal, Sr. Juvenal Pereira Brito, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Luthero Lopes, nº 451, Centro – Pedra Preta – MT, CEP 78795-000, portador do RG nº 561.514 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 406.594. 881-91, solicito a liberação de acesso para *consulta e cadastramento de PASEP dos servidores e liberação de margens de consignação (CDC)*, através do Site do Banco do Brasil à Chefe do Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura, Senhor Marlom de Oliveira Gregório Garcia inscrita no CPF nº 002.441.341-03, RG nº 114.272-30 SSP/MT.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

PORTARIA Nº 073/2017. DE 10 DE JANEIRO DE 2.017.

Dispõe sobre NOMEAÇÃO do Servidor Público Municipal, e dá outras providências;

***JUVENAL PEREIRA BRITO*, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - Fica **NOMEADO** o Servidor Público Municipal o Senhor **MARCOS HENRIQUE SIQUEIRA DA SILVA**, para ocupar o cargo em comissão de Coordenador de Contabilidade, lotado na **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**, do Município de Pedra Preta - MT.

***ART.2º* -** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º - Revogam-se as disposições ao contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DEZ DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE 2.017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial

JAIRO PRADELA

Sec. Geral de Coord. Administrativa

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 047/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
MODALIDADE: pregão presencial Nº 013/2014	**DATA: 30/12/2016**
CONTRATADO: astro prestadora de serviços ltda-me	
Constitui objeto da presente licitação a Prestação de Serviço de Limpeza varrição, capinação, podas de gramas, coleta e transporte de lixo no Município de Pedra Preta e Vila Garça Branca, conforme termo de referência, abrangendo todo o perímetro urbano do município de Pedra Preta – MT mensal e diariamente para a Coleta do resíduo sólido (lixo domiciliar e comercial), incluindo o transporte para o lixão municipal, ficando assegurado que caso haja nova forma de tratamento e destinação final do resíduo sólido do Município de Pedra Preta/MT.	
prazo: 180 dias	**VIGÊNCIA: 29/06/2017**
DOTAÇÃO: 10.001.2188.33.90.39.00.00	

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2016

Dispõe sobre os procedimentos para os encaminhamentos do ano letivo de 2017 das Escolas da Rede Municipal de Ensino e demais providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Arlete Silva dos Santos no uso das atribuições legais que lhes são conferidas por leis e, considerando a necessidade de:

I. Estabelecer período de trabalho para os professores efetivos na educação da Rede Municipal de Ensino;

II. Organizar o quadro permanente dos professores efetivos nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, assegurando o compromisso para com os interesses e objetivos fundamentais da Educação Básica;

III. Regulamentar os procedimentos de contagem de pontos e atribuição do Regime/Jornada de trabalho dos docentes, coordenador e diretor efetivos na rede municipal de ensino.

IV. Estabelecer período de remoção;

V. Definir procedimento para cedências;

VI. Definir o procedimento de escolha do coordenador pedagógico;

VII. Definir o procedimento de escolha do professor da sala de Recurso; **VIII.** Definir critérios para cooperação técnica de professores e monitores; **IX.** Definir permuta dos professores e monitores;

Parágrafo Único: Considerando as Políticas da Secretaria Municipal de Educação para Valorização dos professores, monitores e auxiliar de monitor efetivos da Educação assegurando formações, acompanhamento e avaliação sistemática da prática educativa dos Profissionais, de modo a promover avanços contínuos na melhoria da qualidade do ensino;

RESOLVE:

Art. 1º Orientar e estabelecer critérios a serem observados no processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho do quadro de pessoal, para fins de atendimento às demandas das unidades escolares, em consonância com a previsão orçamentária da Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo de 2017, sendo facultado a Administração as alterações necessárias para ajustes no cronograma de atribuição.

Art. 2º Para o processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho das unidades escolares serão consideradas as turmas formadas

pelos alunos efetivamente matriculados para o ano letivo de 2017.

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

2

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 3º A inscrição do Processo de Atribuição/SME - Pedra Preta/MT, ocorrerá mediante preenchimento da ficha de inscrição (para professor, auxiliar de monitor e monitor) observando o cronograma constante nesta normativa. E a atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho ocorrerá observando o cronograma constante no anexo (Calendário Escolar) da Instrução Normativa nº 001/2016/SME- Pedra Preta /MT.

Parágrafo único. A cada etapa de atribuição, a Comissão de Atribuição da unidade escolar ou da Secretaria de Educação deverá afixar, em local público e de fácil acesso, o quadro de aulas livres e/ou substituição, cargos/funções e o quadro de pessoal da unidade escolar (após conclusão de cada etapa do processo).

Art. 4º - Para efeito desta Normativa, considera-se jornada de trabalho as horas destinadas ao desenvolvimento do processo didático pedagógico e as horas atividades previstas na Lei nº 856/2015 (Plano de Cargos Carreira e Salários) e a Lei do Regime Jurídico Único nº 075/98 e Lei Complementar nº 016/2014 de 05 de novembro de 2014 que dispõe sobre a criação de Cargos na estrutura administrativa do Município.

Art. 5º - Os professores efetivos, que integram o quadro de pessoal da Rede Municipal de Ensino, deverão participar do processo de contagem de pontos e atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, exceto os professores efetivos nas situações funcionais:

I. em afastamento por licença para tratamento de interesse particular;

Art. 6º - Os professores efetivos, que integram o quadro de pessoal da Rede Municipal de Ensino em readaptação por motivo de saúde de acordo com o artigo 32 da lei nº 075/98 e parágrafo único, deverão participar do processo de contagem de pontos e atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho;

§ 1º - Os professores efetivos em afastamento por motivo de licença para tratamento de saúde (mais de seis meses) com apresentação do Laudo Pericial, deverão contar pontos na unidade de lotação.

Parágrafo Único – Os professores em “desvio de função” com Laudo Pericial ficarão à disposição da Secretaria Municipal de Educação caso a escola não encaminhe a Secretaria de Educação o projeto de trabalho que visa o desenvolvimento escolar para que assim seja procedida sua lotação.

Art. 7º - Os professores, monitores e auxiliar de monitores efetivos que apresentarem atestado em desvio de função serão encaminhados a verificação em inspeção médica acompanhada por equipe de avaliação de acordo com Lei nº 856/2015 em consonância com a Lei 075/98;

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

3

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 8º - Disciplinar o registro de assiduidade dos professores, monitores e auxiliar de monitores lotados nas Unidades Escolares desta Secretaria Municipal de Educação.

Art. 9º - O regime de trabalho dos professores da educação básica será em conformidade a Lei nº 856/2015 - Plano de Cargos Carreira e Salário e Decretos: nº

009/2016 de 19 de janeiro de 2016 dispõe sobre o enquadramento dos professores da rede municipal de ensino de Pedra Preta/MT, de vinte e cinco horas semanais para a carga horária de trinta horas semanais e DECRETO Nº 008/2016 DE 19 DE JANEIRO DE

2016 que dispõe sobre o enquadramento dos professores da rede municipal de ensino de Pedra Preta/MT, da carga horária de trinta e oito horas semanais para a carga horária de trinta horas semanais.

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 10º - Os professores que em 2016 encontram-se na Secretaria de Educação, os que estão cedidos para Universidade Aberta - UAB, cedido para Instituição Filantrópica e os que se encontram em regime de colaboração, permutados e cedidos devem fazer a contagem de pontos na unidade escolar de origem e participar do processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, e só poderão afastar-se das funções na unidade escolar quando o (a) Secretário (a) de Educação designar permanência e/ou a continuidade de seus serviços.

Parágrafo único – O professor e monitor que solicitar permuta/ Cooperação Técnica deverá requerer via documento para que o Secretário realize a comunicação a quem possa interessar. Assim o Secretário (a) atribuirá conforme necessidade.

Art. 11º - Na atribuição da jornada de trabalho, cada professor pedagogo optará pela atuação no Ensino Fundamental anos iniciais ou Educação Infantil e professor em área especifica nos anos finais do Ensino Fundamental, conforme a pontuação;

§ 1º O professor em área específica que não conseguir completar sua carga horária na rede municipal de ensino terá a opção de lotar em turma unidocência caso tiver segunda licenciatura em Pedagogia ou apresentar experiência na área, após lotação dos pedagogos.

Parágrafo Único - O professor que não participar da contagem de pontos na sua unidade de lotação deverá comparecer à SME para contar pontos e lotar de acordo com os critérios estabelecidos por esta normativa.

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 12º - O cumprimento integral da jornada de trabalho dos professores, monitores e auxiliar de monitor na unidade escolar serão acompanhados pela Coordenação Pedagógica e pela Direção Escolar.

§ 1º. O cumprimento da jornada de trabalho do Professor (hora aula e hora atividade) e dos auxiliar de monitor e monitores ficará sob a responsabilidade do Coordenador Pedagógico que, mensalmente deverá entregar ao Secretário Escolar o relatório das faltas (cópia do livro ponto) não justificadas a serem encaminhadas à SME para providências cabíveis.

§ 2º. As faltas justificadas repostas pelo professor, monitores e auxiliar de monitor dentro do mês em que ocorreram com acompanhamento do Coordenador Pedagógico e observação no livro ponto não serão descontadas em folha.

§ 3º. O professor, monitor e auxiliar de monitor que se ausentar das atividades do cargo, docência ou hora atividade, sem justificativa legal, terá o dia de trabalho considerado como falta injustificada, o que implicará em desconto proporcional em seus subsídios.

§ 4º Caberá a Gestão Escolar normatizar o cumprimento da carga de horas atividades com o objetivo de promover a interdisciplinaridade;

Art. 13º - Sem qualquer prejuízo poderá o Professor, monitor e auxiliar de monitor ausentar-se do serviço:

I. por 01 (um) dia, para doação de sangue;

II. por 02 (dois) dias, para se alistar na junta militar;

III. por 02 (dois) dias, para cada dia de trabalho prestado por requisição da

Justiça Eleitoral, nos termos do Art. 98, da Lei n. 9.504, de 01.10.97.

IV. por 05 (cinco) dias licença paternidade contada da data do parto ou, no caso de adoção, contada até o 5º (quinto) dia da adoção de acordo com a lei nº 075/98; **V.** por 08 (oito) dias consecutivos, de acordo com a lei nº 075/98, em razão

de:

a. casamento;

b. falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos,

enteados, menor sob a guarda ou tutela, irmãos e avós.

Parágrafo Único. Para usufruir dos dias dispostos acima, o servidor deverá comprovar documentalmente a situação geradora do afastamento.

Art. 14º - Os professores que ocupam outro cargo público licitamente acumulável devem apresentar documento de sua carga horária que comprove a compatibilidade de horário nas 02 redes de ensino e que assegure o cumprimento do regime de trabalho do cargo efetivo (em sala de aula e horas atividades) na

rede municipal de ensino, não podendo exceder as 50 horas semanais no

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

5

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

cômputo da jornada total de trabalho de acordo com a Lei nº 856/2015 - Plano de

Cargos Carreira e Salário.

Art. 15º - O professor efetivo em áreas especificas (anos finais) que assumir as aulas em duas escolas só poderá mudar de estabelecimento de ensino no horário do intervalo (recreio).

Art. 16º - Aos professores efetivos que estejam exercendo função gratificada (Diretor e Coordenador) ou prestando serviços no Órgão Central será garantido à pontuação constante nos Anexos desta Instrução Normativa, no que se refere à titulação, tempo de serviço e/ou ano de casa e assiduidade/ jornada de trabalho e a qualificação profissional, mediante apresentação de documentação;

Art. 17º - Os professores remanescentes que não conseguirem atribuir jornada de trabalho serão designados para ministrarem aulas em disciplinas que possuam experiência comprovada.

Art. 18º - Professores efetivos remanescentes atribuirão aulas em substituição a titulares da mesma habilitação ou de acordo com as disposições observadas no Artigo 11 designados para as funções de: Diretor/Coordenador Pedagógico e em cedência na forma da Lei.

Art. 19º - A carga horária do professor efetivo deverá ser atribuída em uma única escola ou, excepcionalmente, no máximo em duas escolas.

Art. 20º - O professor investido no mandato de Vereador participará do processo de atribuição da jornada de trabalho e havendo incompatibilidade de horários, deverá optar por uma das remunerações.

Art. 21º - No caso em que o professor, monitor e auxiliar de monitor se sentir prejudicados no processo de atribuição da jornada de trabalho, caberá recurso à Comissão de Trabalho constituída, desde que o mesmo tenha participado de todas as etapas previstas nesta Instrução Normativa.

Parágrafo Único. O recurso referido no "*caput*" deste artigo não terá efeito suspensivo do processo, devendo ser interposto impreterivelmente até 24 horas após cada sessão/etapa, tendo a Comissão de Atribuição do Regime/Jornada da unidade escolar e/ou, Comissão de Atribuição do Regime/Jornada da SME, e recorrida o mesmo prazo para emitir parecer.

Art. 22º - O professor, monitor e auxiliar de monitor efetivo que deixar de participar das etapas do processo de atribuição da jornada de trabalho, constantes desta Normativa a Comissão fará sua lotação onde houver vaga desde que

possua experiência comprovada.

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

6

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 23º - O professor, monitor e auxiliar de monitor efetivos que se recusar a se lotar na ordem de classificação, optando a ficar remanescente, terá sua lotação após os removidos onde houver vaga na área de atuação;

Art. 24º – Em caso de procuração, não precisa ser registrada em cartório, basta ter uma testemunha.

Art. 25º - Todos os professores, monitores e auxiliar de monitores após a atribuição de jornada de trabalho referente às aulas efetivas, na semana do planejamento, construirão o plano de trabalho docente, conforme Projeto Pedagógico da escola (cronograma de trabalho e atividades pedagógicas), incluindo, objetivamente, as ações a serem desenvolvidas nas horas atividades de acordo com a Lei nº 856/2015

- Plano de Cargos Carreira e Salário.

SEÇÃO II

DO PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO E SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS.

Art. 26º - As escolas que aderirem e receberem recurso no ano de 2017 para o ***PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO*** *ficará* na responsabilidade da Direção e da Coordenação Pedagógica Escolar viabilizar e coordenar as referidas atividades mediante a promoção da interação entre as atividades do programa e a proposta pedagógica da escola, observando os critérios estabelecidos pela Resolução nº. 21, de

22 de junho de 2012 do FNDE.

§ 1º - Inclui na Função do Coordenador Pedagógico Escolar as ações do ***Programa Novo Mais Educação*** *para*:

I – divulgar o Programa, com ações de mobilização de alunos, familiares e pessoas das escolas e comunidade;

II – mediar às ações entre escola/comunidade/parceiros;

III – participar das reuniões, formações e eventos realizados pelas secretarias e entidades de apoio;

IV – organizar documentos dos monitores (cronograma das atividades com horários, relatórios das atividades, lista de frequência);

V – contribuir no mapeamento da comunidade e na identificação de parceiros locais para o desenvolvimento das ações, em conjunto com a equipe do Programa Mais Educação – SEMED;

VI – orientar e auxiliar os monitores no preenchimento dos formulários e na elaboração do plano de trabalho;

VII – planejar e realizar, com a equipe, ações que proporcionem a criação de vínculos da escola com a comunidade e, em especial, com jovens, tais como feiras, gincanas, concursos culturais, dentre outros;

VIII – participar de cursos de formação;

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

7

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

IX – responsabilizar-se com o desenvolvimento das ações que visem o fortalecimento da proposta pedagógica do ensino fundamental;

X – estudar e estimular o estudo sobre Educação Integral;

XI – zelar pela aprendizagem dos alunos do ensino fundamental.

XII – Seguir o calendário definido ao programa estabelecido pela SME de acordo com orientativos e resoluções;

XIII - Organizar bimestralmente junto a coordenação Municipal do Programa

Mais Educação(PME) formação continuada para os monitores;

XIV- **–** Estar atento as Webconferências referentes ao Programa Mais

Educação(PME) e assistir a todas e apresentar relatórios;

§ 2º - Os professores, Monitores e Auxiliares de Monitores em desvio de função deverão assumir a coordenação do Projeto Novo Mais Educação em consonância com o Projeto Itinerante de Incentivo à Leitura.

Art. 27º - Para atender na função de professor da Sala de Recursos

Multifuncional a lotação do docente deverá obedecer os seguintes critérios:

a) - ser professor efetivo;

b) - ter formação em Licenciatura Plena ou Normal Superior;

c) - ter curso de graduação ou pós-graduação que o habilite a atuar na

Educação Especial.

d) - Ter disponibilidade, para atender alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, nos turnos **matutino e vespertino.**

Paragrafo Único – Na falta do professor efetivo para a sala **de Recurso Multifuncional** será contratado o professor que recebeu capacitação especifica do Atendimento Educacional especializado - AEE (oferecida pelo CEFAPRO e CASIES) desde que o mesmo participe do processo seletivo em 2017.

Art. 28º - Nas unidades onde há alunos com deficiência e que apresentam necessidade constante de auxílio nas atividades de higiene, locomoção e alimentação no cotidiano escolar, será disponibilizado um monitor. Caso haja necessidade de mais por período, o Coordenador da Educação Especial realizará análise com emissão de parecer para posterior encaminhamento.

SEÇÃO III

DAS COMISSÕES ESCOLARES

Art. 29º - Para a formação das comissões de contagem de pontos/classificação e da atribuição de classes e/ou aulas dos professores, monitores e auxiliar de monitores efetivos, a Comissão deverá proceder ao registro de todo o processo em livro ata que deverá ser devidamente assinada por todos os presentes.

Parágrafo Único – Nas Unidades com direção ou coordenador nomeados, a contagem de pontos e lotação será de responsabilidade da**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2016**

Dispõe sobre os procedimentos para os encaminhamentos do ano letivo de 2017 das Escolas da Rede Municipal de Ensino e demais providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Arlete Silva dos Santos no uso das atribuições legais que lhes são conferidas por leis e, considerando a necessidade de:

I. Estabelecer período de trabalho para os professores efetivos na educação da Rede Municipal de Ensino;

II. Organizar o quadro permanente dos professores efetivos nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, assegurando o compromisso para com os interesses e objetivos fundamentais da Educação Básica;

III. Regulamentar os procedimentos de contagem de pontos e atribuição do Regime/Jornada de trabalho dos docentes, coordenador e diretor efetivos na rede municipal de ensino.

IV. Estabelecer período de remoção;

V. Definir procedimento para cedências;

VI. Definir o procedimento de escolha do coordenador pedagógico;

VII. Definir o procedimento de escolha do professor da sala de Recurso; **VIII.** Definir critérios para cooperação técnica de professores e monitores; **IX.** Definir permuta dos professores e monitores;

Parágrafo Único: Considerando as Políticas da Secretaria Municipal de Educação para Valorização dos professores, monitores e auxiliar de monitor efetivos da Educação assegurando formações, acompanhamento e avaliação sistemática da prática educativa dos Profissionais, de modo a promover avanços contínuos na melhoria da qualidade do ensino;

RESOLVE:

Art. 1º Orientar e estabelecer critérios a serem observados no processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho do quadro de pessoal, para fins de atendimento às demandas das unidades escolares, em consonância com a previsão orçamentária da Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo de 2017, sendo facultado a Administração as alterações necessárias para ajustes no cronograma de atribuição.

Art. 2º Para o processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho das unidades escolares serão consideradas as turmas formadas

pelos alunos efetivamente matriculados para o ano letivo de 2017.

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

2

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 3º A inscrição do Processo de Atribuição/SME - Pedra Preta/MT, ocorrerá mediante preenchimento da ficha de inscrição (para professor, auxiliar de monitor e monitor) observando o cronograma constante nesta normativa. E a atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho ocorrerá observando o cronograma constante no anexo (Calendário Escolar) da Instrução Normativa nº 001/2016/SME- Pedra Preta /MT.

Parágrafo único. A cada etapa de atribuição, a Comissão de Atribuição da unidade escolar ou da Secretaria de Educação deverá afixar, em local público e de fácil acesso, o quadro de aulas livres e/ou substituição, cargos/funções e o quadro de pessoal da unidade escolar (após conclusão de cada etapa do processo).

Art. 4º - Para efeito desta Normativa, considera-se jornada de trabalho as horas destinadas ao desenvolvimento do processo didático pedagógico e as horas atividades previstas na Lei nº 856/2015 (Plano de Cargos Carreira e Salários) e a Lei do Regime Jurídico Único nº 075/98 e Lei Complementar nº 016/2014 de 05 de novembro de 2014 que dispõe sobre a criação de Cargos na estrutura administrativa do Município.

Art. 5º - Os professores efetivos, que integram o quadro de pessoal da Rede Municipal de Ensino, deverão participar do processo de contagem de pontos e atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, exceto os professores efetivos nas situações funcionais:

I. em afastamento por licença para tratamento de interesse particular;

Art. 6º - Os professores efetivos, que integram o quadro de pessoal da Rede Municipal de Ensino em readaptação por motivo de saúde de acordo com o artigo 32 da lei nº 075/98 e parágrafo único, deverão participar do processo de contagem de pontos e atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho;

§ 1º - Os professores efetivos em afastamento por motivo de licença para tratamento de saúde (mais de seis meses) com apresentação do Laudo Pericial, deverão contar pontos na unidade de lotação.

Parágrafo Único – Os professores em “desvio de função” com Laudo Pericial ficarão à disposição da Secretaria Municipal de Educação caso a escola não encaminhe a Secretaria de Educação o projeto de trabalho que visa o desenvolvimento escolar para que assim seja procedida sua lotação.

Art. 7º - Os professores, monitores e auxiliar de monitores efetivos que apresentarem atestado em desvio de função serão encaminhados a verificação em inspeção médica acompanhada por equipe de avaliação de acordo com Lei nº 856/2015 em consonância com a Lei 075/98;

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

3

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 8º - Disciplinar o registro de assiduidade dos professores, monitores e auxiliar de monitores lotados nas Unidades Escolares desta Secretaria Municipal de Educação.

Art. 9º - O regime de trabalho dos professores da educação básica será em conformidade a Lei nº 856/2015 - Plano de Cargos Carreira e Salário e Decretos: nº

009/2016 de 19 de janeiro de 2016 dispõe sobre o enquadramento dos professores da rede municipal de ensino de Pedra Preta/MT, de vinte e cinco horas semanais para a carga horária de trinta horas semanais e DECRETO Nº 008/2016 DE 19 DE JANEIRO DE

2016 que dispõe sobre o enquadramento dos professores da rede municipal de ensino de Pedra Preta/MT, da carga horária de trinta e oito horas semanais para a carga horária de trinta horas semanais.

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 10º - Os professores que em 2016 encontram-se na Secretaria de Educação, os que estão cedidos para Universidade Aberta - UAB, cedido para Instituição Filantrópica e os que se encontram em regime de colaboração, permutados e cedidos devem fazer a contagem de pontos na unidade escolar de origem e participar do processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, e só poderão afastar-se das funções na unidade escolar quando o (a) Secretário (a) de Educação designar permanência e/ou a continuidade de seus serviços.

Parágrafo único – O professor e monitor que solicitar permuta/ Cooperação Técnica deverá requerer via documento para que o Secretário realize a comunicação a quem possa interessar. Assim o Secretário (a) atribuirá conforme necessidade.

Art. 11º - Na atribuição da jornada de trabalho, cada professor pedagogo optará pela atuação no Ensino Fundamental anos iniciais ou Educação Infantil e professor em área especifica nos anos finais do Ensino Fundamental, conforme a pontuação;

§ 1º O professor em área específica que não conseguir completar sua carga horária na rede municipal de ensino terá a opção de lotar em turma unidocência caso tiver segunda licenciatura em Pedagogia ou apresentar experiência na área, após lotação dos pedagogos.

Parágrafo Único - O professor que não participar da contagem de pontos na sua unidade de lotação deverá comparecer à SME para contar pontos e lotar de acordo com os critérios estabelecidos por esta normativa.

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 12º - O cumprimento integral da jornada de trabalho dos professores, monitores e auxiliar de monitor na unidade escolar serão acompanhados pela Coordenação Pedagógica e pela Direção Escolar.

§ 1º. O cumprimento da jornada de trabalho do Professor (hora aula e hora atividade) e dos auxiliar de monitor e monitores ficará sob a responsabilidade do Coordenador Pedagógico que, mensalmente deverá entregar ao Secretário Escolar o relatório das faltas (cópia do livro ponto) não justificadas a serem encaminhadas à SME para providências cabíveis.

§ 2º. As faltas justificadas repostas pelo professor, monitores e auxiliar de monitor dentro do mês em que ocorreram com acompanhamento do Coordenador Pedagógico e observação no livro ponto não serão descontadas em folha.

§ 3º. O professor, monitor e auxiliar de monitor que se ausentar das atividades do cargo, docência ou hora atividade, sem justificativa legal, terá o dia de trabalho considerado como falta injustificada, o que implicará em desconto proporcional em seus subsídios.

§ 4º Caberá a Gestão Escolar normatizar o cumprimento da carga de horas atividades com o objetivo de promover a interdisciplinaridade;

Art. 13º - Sem qualquer prejuízo poderá o Professor, monitor e auxiliar de monitor ausentar-se do serviço:

I. por 01 (um) dia, para doação de sangue;

II. por 02 (dois) dias, para se alistar na junta militar;

III. por 02 (dois) dias, para cada dia de trabalho prestado por requisição da

Justiça Eleitoral, nos termos do Art. 98, da Lei n. 9.504, de 01.10.97.

IV. por 05 (cinco) dias licença paternidade contada da data do parto ou, no caso de adoção, contada até o 5º (quinto) dia da adoção de acordo com a lei nº 075/98; **V.** por 08 (oito) dias consecutivos, de acordo com a lei nº 075/98, em razão

de:

a. casamento;

b. falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos,

enteados, menor sob a guarda ou tutela, irmãos e avós.

Parágrafo Único. Para usufruir dos dias dispostos acima, o servidor deverá comprovar documentalmente a situação geradora do afastamento.

Art. 14º - Os professores que ocupam outro cargo público licitamente acumulável devem apresentar documento de sua carga horária que comprove a compatibilidade de horário nas 02 redes de ensino e que assegure o cumprimento do regime de trabalho do cargo efetivo (em sala de aula e horas atividades) na

rede municipal de ensino, não podendo exceder as 50 horas semanais no

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

cômputo da jornada total de trabalho de acordo com a Lei nº 856/2015 - Plano de

Cargos Carreira e Salário.

Art. 15º - O professor efetivo em áreas especificas (anos finais) que assumir as aulas em duas escolas só poderá mudar de estabelecimento de ensino no horário do intervalo (recreio).

Art. 16º - Aos professores efetivos que estejam exercendo função gratificada (Diretor e Coordenador) ou prestando serviços no Órgão Central será garantido à pontuação constante nos Anexos desta Instrução Normativa, no que se refere à titulação, tempo de serviço e/ou ano de casa e assiduidade/ jornada de trabalho e a qualificação profissional, mediante apresentação de documentação;

Art. 17º - Os professores remanescentes que não conseguirem atribuir jornada de trabalho serão designados para ministrarem aulas em disciplinas que possuam experiência comprovada.

Art. 18º - Professores efetivos remanescentes atribuirão aulas em substituição a titulares da mesma habilitação ou de acordo com as disposições observadas no Artigo 11 designados para as funções de: Diretor/Coordenador Pedagógico e em cedência na forma da Lei.

Art. 19º - A carga horária do professor efetivo deverá ser atribuída em uma única escola ou, excepcionalmente, no máximo em duas escolas.

Art. 20º - O professor investido no mandato de Vereador participará do processo de atribuição da jornada de trabalho e havendo incompatibilidade de horários, deverá optar por uma das remunerações.

Art. 21º - No caso em que o professor, monitor e auxiliar de monitor se sentir prejudicados no processo de atribuição da jornada de trabalho, caberá recurso à Comissão de Trabalho constituída, desde que o mesmo tenha participado de todas as etapas previstas nesta Instrução Normativa.

Parágrafo Único. O recurso referido no "*caput*" deste artigo não terá efeito suspensivo do processo, devendo ser interposto impreterivelmente até 24 horas após cada sessão/etapa, tendo a Comissão de Atribuição do Regime/Jornada da unidade escolar e/ou, Comissão de Atribuição do Regime/Jornada da SME, e recorrida o mesmo prazo para emitir parecer.

Art. 22º - O professor, monitor e auxiliar de monitor efetivo que deixar de participar das etapas do processo de atribuição da jornada de trabalho, constantes desta Normativa a Comissão fará sua lotação onde houver vaga desde que

possua experiência comprovada.

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

6

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 23º - O professor, monitor e auxiliar de monitor efetivos que se recusar a se lotar na ordem de classificação, optando a ficar remanescente, terá sua lotação após os removidos onde houver vaga na área de atuação;

Art. 24º – Em caso de procuração, não precisa ser registrada em cartório, basta ter uma testemunha.

Art. 25º - Todos os professores, monitores e auxiliar de monitores após a atribuição de jornada de trabalho referente às aulas efetivas, na semana do planejamento, construirão o plano de trabalho docente, conforme Projeto Pedagógico da escola (cronograma de trabalho e atividades pedagógicas), incluindo, objetivamente, as ações a serem desenvolvidas nas horas atividades de acordo com a Lei nº 856/2015

- Plano de Cargos Carreira e Salário.

SEÇÃO II

DO PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO E SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS.

Art. 26º - As escolas que aderirem e receberem recurso no ano de 2017 para o ***PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO*** *ficará* na responsabilidade da Direção e da Coordenação Pedagógica Escolar viabilizar e coordenar as referidas atividades mediante a promoção da interação entre as atividades do programa e a proposta pedagógica da escola, observando os critérios estabelecidos pela Resolução nº. 21, de

22 de junho de 2012 do FNDE.

§ 1º - Inclui na Função do Coordenador Pedagógico Escolar as ações do ***Programa Novo Mais Educação*** *para*:

I – divulgar o Programa, com ações de mobilização de alunos, familiares e pessoas das escolas e comunidade;

II – mediar às ações entre escola/comunidade/parceiros;

III – participar das reuniões, formações e eventos realizados pelas secretarias e entidades de apoio;

IV – organizar documentos dos monitores (cronograma das atividades com horários, relatórios das atividades, lista de frequência);

V – contribuir no mapeamento da comunidade e na identificação de parceiros locais para o desenvolvimento das ações, em conjunto com a equipe do Programa Mais Educação – SEMED;

VI – orientar e auxiliar os monitores no preenchimento dos formulários e na elaboração do plano de trabalho;

VII – planejar e realizar, com a equipe, ações que proporcionem a criação de vínculos da escola com a comunidade e, em especial, com jovens, tais

como feiras, gincanas, concursos culturais, dentre outros;

VIII – participar de cursos de formação;

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

7

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

IX – responsabilizar-se com o desenvolvimento das ações que visem o fortalecimento da proposta pedagógica do ensino fundamental;

X – estudar e estimular o estudo sobre Educação Integral;

XI – zelar pela aprendizagem dos alunos do ensino fundamental.

XII – Seguir o calendário definido ao programa estabelecido pela SME de acordo com orientativos e resoluções;

XIII - Organizar bimestralmente junto a coordenação Municipal do Programa

Mais Educação(PME) formação continuada para os monitores;

XIV- **–** Estar atento as Webconferências referentes ao Programa Mais

Educação(PME) e assistir a todas e apresentar relatórios;

§ 2º - Os professores, Monitores e Auxiliares de Monitores em desvio de função deverão assumir a coordenação do Projeto Novo Mais Educação em consonância com o Projeto Itinerante de Incentivo à Leitura.

Art. 27º - Para atender na função de professor da Sala de Recursos

Multifuncional a lotação do docente deverá obedecer os seguintes critérios:

a) - ser professor efetivo;

b) - ter formação em Licenciatura Plena ou Normal Superior;

c) - ter curso de graduação ou pós-graduação que o habilite a atuar na

Educação Especial.

***d)* -** Ter disponibilidade, para atender alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, nos turnos **matutino e vespertino.**

Paragrafo Único – Na falta do professor efetivo para a sala **de Recurso Multifuncional** será contratado o professor que recebeu capacitação especifica do Atendimento Educacional especializado - AEE (oferecida pelo CEFAPRO e CASIES) desde que o mesmo participe do processo seletivo em 2017.

Art. 28º - Nas unidades onde há alunos com deficiência e que apresentam necessidade constante de auxílio nas atividades de higiene, locomoção e alimentação no cotidiano escolar, será disponibilizado um monitor. Caso haja necessidade de mais por período, o Coordenador da Educação Especial realizará análise com emissão de parecer para posterior encaminhamento.

SEÇÃO III

DAS COMISSÕES ESCOLARES

Art. 29º - Para a formação das comissões de contagem de pontos/classificação e da atribuição de classes e/ou aulas dos professores, monitores e auxiliar de monitores efetivos, a Comissão deverá proceder ao registro de todo o processo em livro ata que deverá ser devidamente assinada por todos os presentes.

Parágrafo Único – Nas Unidades com direção ou coordenador nomeados, a contagem de pontos e lotação será de responsabilidade daComissão de lotação da Unidade. A referida Comissão deverá ser eleita por seus pares

(corpo docente) e, posteriormente, será nomeada pelo gestor da Unidade.

Art. 30º - A Comissão para Contagem de pontos e Atribuição da Jornada de trabalho dos professores, monitores e auxiliar de monitores efetivos da unidade escolar terão a seguinte composição:

I – Diretor ou coordenador pedagógico da Escola;

II – Agente ou auxiliar Administrativo Escolar;

III – Presidente do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar ou representante do CDCE;

IV – 01 (um) representante do corpo docente.

Art. 31º - A comissão para contagem de pontos realizada na Secretaria Municipal de Educação terá os seguintes representantes abaixo especificados, para contar, conferir, divulgar a contagem de pontos dos professores, monitores e auxiliar de monitores efetivos, bem como contar pontos dos professores lotados nas escolas rurais, assim como proceder ao processo de atribuição de classe e/ou aulas conforme ficha *e* critérios estabelecidos:

I - Equipe Pedagógica da SME;

II - Presidente do Conselho Deliberativo das Escolas do Campo;

III - Secretária Municipal de Educação;

I**V** - Representante dos sindicatos (SINTEP/SISPMUPP) do município de

Pedra Preta.

§ 1º - O número de membros da Comissão deverá ter no mínimo 4 (quatro) e no máximo 8(oito);

§ 2º As Comissões de Contagem de Pontos e Atribuição de Aulas nas

Unidades Escolares deverão ser constituída e registrada em ata.

Art. 32º - As Comissões para a contagem de pontos nas escolas deverão seguir os procedimentos abaixo:

I – Informar todos os professores, monitores e auxiliar de monitores o período para contagem de pontos conforme critérios estabelecidos nesta Normativa;

II – Cronograma do processo em todas as etapas e fases, com datas, horário e local afixando-o em lugar de fácil visualização;

III – Divulgar os resultados do processo nas Unidades Escolares;

IV – Proceder ao processo de lotação conforme pontuação e graduação;

V – Elaborar atas, ao término de cada etapa do processo de atribuição da jornada de trabalho, e discriminando as aulas efetivas atribuídas, professores remanescentes, aulas não atribuídas, eventuais recursos

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

9

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

interpostos, com assinatura da Comissão de Trabalho de todos os membros do grupo e de todos os participantes;

Art. 33º - A Comissão da SME para a contagem de pontos e atribuição de classe e/ou aulas dos professores das escolas do campo deverá seguir os procedimentos abaixo:

I - Conferir a pontuação dos professores das Unidades Escolares;

II – Apresentar por escola a relação de professores por ordem decrescente de contagem de pontos obtidos, por habilitação, constante de quadro demonstrativo e afixar em local de fácil visualização;

III - Apresentar quadro de vagas e aulas a serem atribuídas, afixado em local de fácil visualização;

IV. Elaborar Atas, ao término de cada etapa do processo de atribuição da jornada de trabalho, e discriminando as vagas e aulas efetivas atribuídas, professores remanescentes, aulas não atribuídas, eventuais recursos interpostos, com assinatura da Comissão de Trabalho de todos os membros do grupo e de todos os participantes;

V – Analisar os pedidos de revisão de contagem de pontos.

VI – Realizar a atribuição da jornada de trabalho dos profissionais conforme critérios estabelecidos.

Art. 34º - A Comissão da SME para a contagem de ponto e atribuição de classe e/ou aulas dos professores nos eventuais recursos interpostos encaminhados pelas escolas deverá seguir os procedimentos abaixo:

I - Conferir a pontuação dos professores das unidades escolares;

II – Analisar os pedidos de revisão de contagem de pontos;

III – Elaborar Ata dos casos interpostos pelas escolas.

SEÇÃO IV

CONTAGEM DE PONTO E LOTAÇÃO

Art. 35º - O docente atuando como **Diretor e/ou Coordenador** pedagógico deverão fazer a contagem de pontos obedecendo aos seguintes critérios:

a) Titulação;

b) Certificados de cursos relacionados à área de atuação;

c) Tempo de serviço na rede municipal de educação;

d) Tempo de Unidade Escolar;

e) Participação 100%, 75% ou 50% nas reuniões promovidas pela SME;

f) Elaborar/e ou reelaborar e executar o P.P.P, Regimento Interno, projeto

ESPE e outros;

g) Cumprir os prazos estabelecidos no que se refere à execução dos recursos recebidos pela SME e Programas do FNDE, dentre outros;

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

h) Publicação de artigos;

i) Assiduidade 100%

Art. 36º - Os docentes cedidos para Secretaria de Educação, para as Unidades Filantrópicas (APAE) e UAB deverão fazer a contagem de pontos diferenciados dos docentes que obedecerá aos seguintes critérios salvo os casos sem possibilidade de comprovação;

a) Titulação;

b) Certificados de cursos relacionados à área de atuação;

c) Tempo de serviço na rede municipal de educação;

d) Tempo de Unidade Escolar;

e) Assiduidade de 100%;

f) Cumprimento dos prazos estabelecidos quanto aos dados referentes às questões pedagógicas em suas respectivas funções;

g) Publicação de artigos;

h) Participação nos eventos escolares ou da atribuição em exercício;

pontos:

Art. 37º - O docente obedecerá aos seguintes critérios para contagem de

10

a) Titulação;

b) Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático/curriculares e de politicas educacionais;

c) Tempo de serviço na rede municipal de educação;

d) Tempo de Unidade Escolar;

e) Participação nas reuniões promovidas pela Escola;

f) Assiduidade de 100%;

g) Participação do Espaço do Educador (ESPE);

h) Participação das Assembleias da comunidade escolar;

i) Participação nas atividades cívicas e comemorativas;

j) Publicação de artigos;

k) No ano letivo vigente os professores que cumpriram os prazos estabelecidos pela Secretaria da Unidade quanto ao preenchimento dos diários de classe durante o ano letivo (frequência e conteúdos) e relatórios finais serão pontuados;

Art. 38º - O Monitor e Auxiliar de Monitor obedecerá os seguintes critérios para contagem de pontos:

a) Titulação;

b) Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático/curriculares e de politicas educacionais;

c) Tempo de serviço na rede municipal de educação;

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

11

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

d) Tempo de Unidade Escolar;

e) Participação nas reuniões promovidas pela SME;

f) Assiduidade de 100%;

g) Participação do Espaço do Educador (ESPE);

h) Participação das Assembleias da comunidade escolar;

i) Participação nas atividades cívicas e comemorativas;

j) Publicação de artigos;

Art. 39º - Quanto a assiduidade serão considerados os pré requisitos estabelecido em Leis (nº 075/98 e 856/2015) , não sendo consideradas as faltas justificadas (com substituição para tratar de assuntos particulares).

SUBSEÇÃO I

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR

Art. 40º - A contagem de pontos será de acordo com os seguintes aspectos:

I - Quanto à Titulação considerar-se-á a maior titulação (inclusive para os que estão em estágio probatório): (Professores, Monitores e Auxiliar de monitores)

a) Curso do Magistério - 1,0(um) ponto;

b) Licenciatura Curta - 4,0(quatro) pontos c) Licenciatura Plena - 12,0 (doze) pontos;

d) Especialização na Área da Educação - 15,0 (quinze) pontos;

e) Mestrado na Área da educação - 20,0 (vinte) pontos;

f) Doutorado na Área da educação - 25,0(vinte e cinco) pontos;

Parágrafo único – A titulação para qualquer nível de formação terá efeito legal mediante a Portaria de registro reconhecido pelo MEC - Brasil.

II – Quanto aos Certificados de atualização e aperfeiçoamento na Área da

Educação, considerar apenas os últimos três (03) anos (2014 a 2016).

a - O total da carga horária dos cursos somados será dividido por 40, (considerar as 02 casas decimais), obtendo-se neste resultado a pontuação de 1,0 (ponto) a cada 40 horas, em atualização e aperfeiçoamento, com limite máximo de (05) cinco pontos, não podendo exceder 200 horas.

b - Na falta do certificado de formação continuada oferecidas pela SME, será aceito o atestado, assinado pela Secretária Municipal de Educação;

c - Para os professores que participaram do projeto ESPE (Espaço do Educador) Coordenados pelas Unidades Escolares serão considerados 3,0 (três) pontos para quem teve 100%; 2,0 (dois) pontos para 75% e 1.0 (um) ponto

para 50% de frequência.

III - Os professores que ministraram formações continuadas em parceria com a SME ou pelo MEC contarão 1.0 (um) ponto para cada 20 h com limite máximo de (05) cinco pontos.

Parágrafo único – Os certificados com carga horária de 120 horas terão que ter no mínimo periodicidade de 90 (noventa) dias para conclusão.

SUBSEÇÃO II JORNADA DE TRABALHO

Art. 41º - Quanto ao tempo de serviço para comprovação da pontuação no que se referem os anos trabalhados (rede/casa) será apresentado pelo profissional da educação, efetivo, documentos comprobatórios do exercício na Educação Municipal de Ensino:

I - Ano de serviço prestado na rede municipal - documentos comprobatórios, termo de posse e/ou atestado pela Secretaria Municipal de Educação - serão contados 1,0 (um) ponto por ano trabalhado;

II - Ano de serviço prestado na Unidade Escolar, atestado expedido pelo gestor da Unidade - será contado 2,0 (dois) pontos (Contado da data de ingresso por concurso público e/ou contrato, ambos ininterruptos, exceto aos professores assegurados pela Portaria N°003/2009, desde que apresente documento comprobatório no ato da conferência de pontos, por ano trabalhado, considerando os casos omissos;

III - Para efeito de pontuação quanto à assiduidade em hora/aula com alunos, hora-atividades, regime/jornada de trabalho, demais atividades escolares e/ou cursos de formação, às ausências amparadas pela Lei 856/2015, não deverão ser consideradas como falta;

IV – Em caso de denúncia de certificados fraudulentos ou adquiridos sem a realização do curso será, a qualquer tempo, anulado o ato de contagem de pontos e revista a lotação, caso seja confirmado a irregularidade quanto aos documentos apresentados;

V - O professor que tirar afastamento, para tratar do interesse particular, terá o tempo de afastamento excluído na contagem de pontos;

Parágrafo Único: Para efeito da contagem de tempo de serviço, considerar- se-a o ano civil que corresponde ao período de 12 (doze) meses com 365

(trezentos e sessenta e cinco) dias ao ano, contados a partir de 1º de janeiro a 31 de dezembro. A contagem de tempo de serviço deverá ser

realizada somando os dias em que o servidor manteve vínculo empregaticio com a SME/unidade escolar e dividido por 365 dias e a cada ano completo deverá ser atribuido 2 (dois) pontos.

Art. 42º - Serão considerados os artigos publicados na área da educação, referente aos últimos 03(três) anos, 2014 a 2016, em livros, revistas especializados (impressas ou eletrônicas) dentre outros, contará 1,0 (um) ponto.

Art. 43º - Quanto ao cumprimento da jornada de trabalho na participação das atividades escolares no ano de 2016, segue:

a) Assiduidade do regime/jornada de trabalho: Assiduidade em 100% 2,0(dois) pontos; Assiduidade em 75% 1,0 (um) ponto; Assiduidade em 50% 0,5 (meio) ponto;

b) Participação em grupo de estudo em hora atividade (ESPE) Participação em 100% 2,0 (dois) pontos;

Participação em 75% 1,0 (um) ponto; Participação em 50% 0.5 (meio) ponto;

c) Participação das reuniões pedagógicas Participação em 100% 2,0(dois) pontos; Participação em 75% 1,0 (um) ponto; Participação em 50% 0,5 (meio) ponto;

d) Participação das assembleias da comunidade escolar

Participação em 100% 2,0(dois) pontos; Participação em 75% 1,0 (um) ponto; Participação em 50% 0,5 (meio) ponto;

e) Participação das atividades cívicas e comemorativas

Participação em 100% 2,0(dois) pontos; Participação em 75% 1,0 (um) ponto; Participação em 50% 0,5 (Meio) ponto;

Art. 44º - Na apuração final dos pontos, os professores, monitores e auxiliar de monitores, serão classificados por ordem decrescente de acordo com a pontuação obtida e, em caso empate, para efeito desempate, serão observados os seguintes critérios:

I - Tempo maior de serviço na Rede Municipal;

II - Tempo maior de serviço na unidade escolar;

III - Maior idade. (dia/mês e ano);

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 45º - Os docentes em atividade na sede da SME, ou em outros órgãos deverão comparecer á unidade de origem munidos de documentos que comprove a pontualidade assinada pelo chefe imediato ou secretário da pasta.

Art. 46º - Serão realizados nas Unidades Escolares através de uma Comissão formada para contagem de pontos e atribuição da jornada de trabalho dos professores, monitores e auxiliar de monitores da educação efetivos, conforme ficha *e* critérios estabelecidos na Instrução Normativa.

Art. 47º - A realização da contagem de pontos dos professores, monitores e auxiliar de monitores efetivos segue o seguinte cronograma:

a) 20/12/2016 estudo da Instrução Normativa 2016/2017 para os Gestores escolares na SME e representantes dos Sindicatos;

b) Até 23/12/2016 - Destinado para pedido de remoção dos professores efetivos de acordo com a Lei n°856/2015.

c) 22/12/2016 - Publicação da Instrução Normativa 2016/2017 nos sites: AMM e

Prefeitura;

d)

14

25/01/2017- Estudo da Instrução Normativa nas unidades escolares e Formação da Comissão para Contagens de Pontos e Atribuição de Aula;

e) 26/01/2017 -Período para a realização da contagem de pontos dos professores, monitores e auxiliar de monitores efetivos em suas respectivas escolas. (Cópias dos certificados de formação e graduação). Os professores lotados nas escolas rurais, contarão pontos na Secretaria Municipal de Educação (Cópias dos certificados de formação e graduação).

f) 27/01/2017 –pedido de recursos.

g) 30/01/2017 - Análise dos recursos interpostos referente à contagem de pontos.

h) 31/01/2017 - Lotação dos professores, monitores e auxiliares de monitores efetivos nas suas unidades escolares, conforme contagem de pontos e graduação para atuarem nos anos iniciais;

i) 01/02/2017 - Lotação dos remanescentes encaminhados à SME conforme contagem de pontos e graduação;

j) 02/02/2017 - Lotação dos profissionais removidos, conforme contagem de pontos e graduação.

Parágrafo Único – A lotação dos professores, monitores e auxiliar de monitores nas Unidades Escolares contará com a participação da Comissão de

Contagem de pontos e Atribuição de aulas da SME. O horário da lotação será de acordo com o cronograma (anexo) estabelecido pela SME.

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

15

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 48º - Para o processo de contagem de pontos será necessário preencher a ficha Anexo de dados pessoais, atualizando todas as informações inerentes a formação do profissional e caberá à escola manter em arquivo cópia dos documentos apresentados para atualização dos dados referentes à escolaridade (histórico escolar, certificados de formação continuada e diploma).

Art. 49º - Os gestores das Unidades Escolares deverão encaminhar à Secretaria Municipal de Educação, até o dia **25/01/2017**, o nome dos professores de suas unidades escolares que não compareceram para a contagem de ponto e nem apresentaram documento da SME que autoriza o afastamento da unidade escolar no período matutino;

Art. **50º** - Quanto aos critérios para o pedido de remoção;

§ 1º - Os professores, monitores e auxiliar de monitores que fizerem o pedido de remoção deverão lotar em sua unidade de origem e aguardarem deferimento.

§ 2º - O pedido de remoção será deferido mediante disponibilidade de vaga nas unidades escolares;

§ 3° - Para deferimento do pedido de remoção obedecerá aos seguintes critérios:

a) Morar mais próximo da Unidade (Cópia de comprovante de endereço atualizado)

b) Maior Tempo de Serviço na Rede;

c) Maior Titulação;

d) Maior Idade.

§ 4° - Após o deferimento da Remoção, o servidor deverá informar, imediatamente, a equipe diretiva da Unidade de Origem.

SUBSEÇÃO II

DA ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS

Art. 51º - Para a atribuição da jornada de trabalho referente às atividades de aula e horas atividades, será considerada a carga horária do professor definida na Lei Nº 856/2015 e o EDITAL n. º 001/2010 de 14 de Janeiro de 2010 do Concurso Público conforme alíneas abaixo e a carga horária anual da matriz curricular de acordo com a política educacional do Município.

a) Carga horária de 25 horas – 17 horas em sala e 8 horas atividades;

b) Carga horária de 38 horas – 25 horas em sala de aula e 13 horas atividades;

c) Carga Horária de 30 horas – 20 horas em sala e 10 horas atividades;

d) Para atender 1/3 de horas atividades foi utilizado o parâmetro de arredondamento.

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

16

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 52º - A atribuição da jornada de trabalho do professor pertencente ao quadro efetivo de profissionais da Educação Básica é de caráter permanente na respectiva unidade escolar, considerando, também, as particularidades previstas na **Lei**

075/98.

Art. 53º - A atribuição de aulas livres ou em substituição, ao professor pertencente ao quadro efetivo, como aulas adicionais, é de caráter temporário.

Art. 54º - Para a realização do processo de atribuição da jornada de trabalho, a Comissão da SME, constituída nesta Normativa deverá considerar os critérios, conforme anexo I.

Art. – 55º - Nas escolas que ofertam Educação Infantil, Ensino Fundamental e

I segmento da EJA a lotação deverá seguir a organização abaixo:

§ 1° – **Educação Infantil**: lotação unidocente, prioritariamente para os docentes que já possuem experiências, que tenha perfil e que participaram das formações continuadas na área da Educação Infantil oferecidas pela SME;

§ 2° - **I CICLO**: Os professores cursistas do PNAIC, que em 2016 atuaram no

1° ciclo, poderá optar em permanecer no 1º ciclo, por se tratar de uma sequência de formação continuada;

a) O professor que lotar no 1º ciclo, inscrito do PNAIC, deverá participar das formações e executar as propostas estabelecidas pelo Programa, e caso o mesmo por algum motivo não puder atender as exigências do Programa, deverá lotar-se em outra modalidade de ensino;

§ 3° – II CICLO – 1ª fase e 2ª fase – Lotação unidocente;

§ 4°- II CICLO – 3ª fase - lotação por disciplina;

§ 5° – III CICLO – Lotação por disciplina (formação do professor para atuar por ordem de prioridade será Licenciatura Plena nas habilitações específicas, conforme o Decreto do Executivo de Nº049/2010);

§ 6° - no I Segmento EJA - lotação unidocente (Pedagogo);

§ 7° – A lotação do Docente para a sala de Recursos Multifuncionais deve seguir o estabelecido no **Artigo 27** desta Normativa.

Art. 56º- A atribuição da jornada de trabalho de acordo com a formação do professor será realizada observando os seguintes critérios:

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

17

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

§ 1º. A atribuição da jornada de trabalho será de acordo com a formação docente que serviu de parâmetro para sua contagem de pontos;

§ 2º. A realização da atribuição da jornada de trabalho dar-se-á, em observância a adequação da formação dos professores às respectivas modalidades e/ou especificidades da Educação Básica, a saber;

Art. 57º - A PRIMEIRA ETAPA de atribuição de classes e/ou aulas terá início no dia **31/01/2017** e término no dia **02/02/2017** ocorrerão na Unidade Escolar, devendo observar as seguintes fases:

a) Para os professores efetivos, lotados na Unidade Escolar, conforme contagem de pontos e graduação para atuarem nos anos iniciais com seguintes critérios:

a.1 - Lotação dos professores Pedagogos efetivos, obedecendo a contagem de pontos e graduação para atuarem na Educação Infantil e nos anos iniciais conforme estabelecido nessa Instrução Normativa.

a.2 - Lotação dos professores nas áreas especificas efetivos, conforme contagem de pontos e graduação para atuarem nos anos finais.

b) Para os professores efetivos remanescentes, atribuirão aulas ainda na sua Unidade Escolar em substituição a titulares da mesma habilitação designados para as funções de: Diretor, Coordenador Pedagógico e professores em cedência na forma da Lei.

c) Processo de atribuição da jornada de trabalho para os professores que ainda continuar remanescentes das Unidades Escolares na Secretaria Municipal de Educação (obedecendo a ordem de pontuação) será conferido sua pontuação pela comissão de contagem de pontos da secretaria de educação, proceder-se-á lotação;

d) Professores lotados nas Escolas do Campo, contarão pontos e procederá a sua lotação na Secretaria de Educação, obedecendo à pontuação.

e) Processo de atribuição da jornada de trabalho para os professores removidos será na Secretaria Municipal de Educação (obedecendo a ordem de pontuação).

SEÇÃO V ASSIDUIDADE DOS PROFISSIONAIS

Art. 58º - Disciplinar o registro de assiduidade dos profissionais da Educação Básica lotados nas Unidades Escolares desta Secretaria Municipal de Educação.

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

18

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

§ 1º. **-** O registro de assiduidade do servidor deverá ser feito em livro ponto que contenha termo de abertura discriminando a finalidade, páginas numeradas e devidamente rubricadas pelo Secretário da Unidade e o registro de entrada e saída de cada profissional, de acordo com a jornada diária de trabalho;

§ 2º. - A assinatura no livro de assiduidade será permitida somente ao profissional efetivo do cargo concursado;

§ 3º. - O registro da assiduidade deve ser feito diariamente, não sendo permitido o registro antecipado ou posterior, nem o registro de ressalvas por pessoas não autorizadas;

§ 4º Os profissionais da educação que faltarem ao serviço, mesmo com substituto sendo profissional da rede, não poderão assinar o livro ponto, sendo considerada falta justificada, devendo a escola ser comunicada com antecedência e posteriormente apresentar documentos comprobatórios.

§ 5º Encaminhar mensalmente para a SME cópia do registro de assiduidade dos profissionais;

SUBSEÇÃO III

DAS HORAS ATIVIDADES

Art. 59º – Além das horas destinadas à sala de aula, compõe a jornada de trabalho dos professores o período destinado à hora atividade.

§ 1º - Endente-se por hora atividade aquela destinada a preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com administração da escola, às reuniões pedagógicas, á articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional de acordo com a proposta pedagogia da escola e a elaboração de procedimentos para acompanhamento aos laboratórios de aprendizagem e apoio na aprendizagem dos alunos;

§ 2º – Todas as Unidades Escolares, conforme Projeto Politico Pedagógico, terão que definir duas horas por semana para o Projeto ESPE (Espaço do Educador), para palestras ou estudos para aperfeiçoamento com a equipe pedagógica, de acordo com o planejamento com antecedência feito pelo coordenador pedagógico em consonância com o gestor da unidade escolar com direito a certificação não podendo exceder 80 horas. Caso não acontecer a participação do profissional deverá ser encaminhado para SME para desconto em folha de pagamento;

§ 3º - A hora atividade deverá ser cumprida integralmente no âmbito da Unidade Escolar, em horário diferente da atribuição de sala de aula, de acordo com o turno de funcionamento da mesma e de atendimento ao

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

aluno, conforme Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, com o acompanhamento da coordenação pedagógica. Caso não acontecer a participação do profissional deverá ser encaminhado para SME para desconto em folha de pagamento;

§ 4º - O professor efetivo que possui dois vínculos nas redes (municipal e estadual) deverá cumprir integralmente a hora-atividade dos vínculos na unidade escolar, devendo realizar sua hora atividade no contra turno e ou de acordo com o Projeto Politico Pedagógico elaborado pela escola, com acompanhamento da direção ou coordenação.

§ 5º - Para o cumprimento da jornada de trabalho semanal das horas atividades, deverão observar-se as seguintes orientações:

I - atendimento de alunos com dificuldade de aprendizagem de acordo com a proposta pedagógica da Unidade Escolar;

II - participação na Formação Continuada via Secretaria Municipal de Educação e demais atividades de capacitação previstas no Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar;

III - Preparação e avaliação do trabalho didático;

IV - À equipe gestora, como mediadora do cumprimento das horas atividades,

caberá:

a - assegurar o registro do processo de participação (presença e atividades

internas e externas);

b - encaminhar os casos de não cumprimento das horas atividades a SME para os devido descontos em folha de pagamento.

SEÇÃO VI

DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

Art. 60º - Para Coordenador Pedagógico exigir-se-á profissional efetivo, com licenciatura plena que se predisponha a função, que tenha bom relacionamento com o gestor, equipe escolar. Apresente o Plano de Ação Pedagógica para apreciação, aprovação da Equipe Pedagógica e encaminhar para Secretária de Educação;

§ 1º - O Coordenador Pedagógico será eleito conforme PME (eleição direta com

50% dos votos mais 01(um));

§ 2º - O coordenador pedagógico aprovado pelo coletivo de professores para o ano de 2017 terá as seguintes atribuições:

I – Elaborar o Projeto ESPE, executar e ser mediador na formação continuada;

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

II - Assegurar e acompanhar os serviços de apoio especializado como: Sala de

Recursos Multifuncional, Sala de apoio pedagógico;

III - assegurar e acompanhar os serviços pedagógicos dos Projetos e Programas existentes na escola (Programa Novo Mais Educação, Mais Cultura, dentre outros);

I**V** – Acompanhar e dar o suporte mediante cronograma de atendimento individualizado necessário ao cumprimento das horas atividades dos professores da Unidade Escolar;

V - Acompanhar, orientar e monitorar quanto à execução do diário de sala; Provinha Brasil, Prova Brasil, Avaliação da ANA e relatórios descritivos de avaliação dos discentes;

V I- acompanhar todo o processo ensino aprendizagem;

VII – Articular o apoio pedagógico junto aos professores para os alunos que apresentarem dificuldades ou defasagem de aprendizagem;

VIII– avaliar, monitorar e intervir nos processos pedagógicos de ensino e aprendizagem em consonância com a proposta curricular;

IX – Participar da formação PNAIC para acompanhar os professores no desenvolvimento das oficinas;

§ 3º. Na desistência do coordenador pedagógico eleito pela equipe escolar para o ano 2017 será feita uma nova escolha do mesmo.

§ 4º - Em caso da inexistência de profissional efetivo para esta função na própria unidade escolar, caberá a SME remover professor efetivo de outra unidade escolar que apresente perfil ao cargo para ocupar a vaga existente.

Art. 61º - Não poderá ser designado para exercer a função de Coordenador

Pedagógico o professor (a) que esteja:

a) - respondendo a processo administrativo disciplinar;

b) - sob processo de sindicância;

c) - sob licenças contínuas.

d) - possui outro vínculo empregatício.

SEÇÃO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 62º - A direção da escola e coordenadores pedagógicos que descumprirem esta Normativa em qualquer momento do ano letivo, omitindo aulas, desconsiderando a lista de classificação de professores substitutos, dados ou informações, praticando nepotismo ou atos que venham comprometer a legalidade do processo de atribuição da jornada de trabalho, será responsabilizada pelos seus atos na forma da **Lei 075/98.**

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

21

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 63º - A Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições, a qualquer momento e sem prévio aviso, poderá designar equipes de supervisão técnica para desenvolver atividades inerentes ao fiel cumprimento das normativas, nas unidades da rede pública municipal de ensino.

Art. 64º - Os casos omissos deverão ser solucionados em primeira instância pela Comissão de Atribuição de classes e/ou aulas e regime da Unidade de Ensino e, em caso de impossibilidade, deverão ser encaminhados a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 65º - Aplica-se esta Instrução Normativa a todas as unidades Escolares da

Rede Pública Municipal.

Art. 66º - A Organização por Ciclos de Formação Humana é a Política Educacional para o Ensino Fundamental proposta pela SME, para atender os alunos das escolas públicas municipais de acordo com o PME e CEE/MT.

Art. **67º -** Os casos omissos desta Normativa serão definidos, posteriormente, junto a Comissão de estudo desta Normativa;

Art. 68º - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação, , revogada a Normativa nº 007/2015 e as disposições em contrário.

Pedra Preta, 20 de dezembro de 2016**.**Comissão de lotação da Unidade. A referida Comissão deverá ser eleita por seus pares

(corpo docente) e, posteriormente, será nomeada pelo gestor da Unidade.

Art. 30º - A Comissão para Contagem de pontos e Atribuição da Jornada de trabalho dos professores, monitores e auxiliar de monitores efetivos da unidade escolar terão a seguinte composição:

I – Diretor ou coordenador pedagógico da Escola;

II – Agente ou auxiliar Administrativo Escolar;

III – Presidente do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar ou representante do CDCE;

IV – 01 (um) representante do corpo docente.

Art. 31º - A comissão para contagem de pontos realizada na Secretaria Municipal de Educação terá os seguintes representantes abaixo especificados, para contar, conferir, divulgar a contagem de pontos dos professores, monitores e auxiliar de monitores efetivos, bem como contar pontos dos professores lotados nas escolas rurais, assim como proceder ao processo de atribuição de classe e/ou aulas conforme ficha *e* critérios estabelecidos:

I - Equipe Pedagógica da SME;

II - Presidente do Conselho Deliberativo das Escolas do Campo;

III - Secretária Municipal de Educação;

I**V** - Representante dos sindicatos (SINTEP/SISPMUPP) do município de

Pedra Preta.

§ 1º - O número de membros da Comissão deverá ter no mínimo 4 (quatro) e no máximo 8(oito);

§ 2º As Comissões de Contagem de Pontos e Atribuição de Aulas nas

Unidades Escolares deverão ser constituída e registrada em ata.

Art. 32º - As Comissões para a contagem de pontos nas escolas deverão seguir os procedimentos abaixo:

I – Informar todos os professores, monitores e auxiliar de monitores o período para contagem de pontos conforme critérios estabelecidos nesta Normativa;

II – Cronograma do processo em todas as etapas e fases, com datas, horário e local afixando-o em lugar de fácil visualização;

III – Divulgar os resultados do processo nas Unidades Escolares;

IV – Proceder ao processo de lotação conforme pontuação e graduação;

V – Elaborar atas, ao término de cada etapa do processo de atribuição da jornada de trabalho, e discriminando as aulas efetivas atribuídas, professores remanescentes, aulas não atribuídas, eventuais recursos

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

interpostos, com assinatura da Comissão de Trabalho de todos os membros do grupo e de todos os participantes;

Art. 33º - A Comissão da SME para a contagem de pontos e atribuição de classe e/ou aulas dos professores das escolas do campo deverá seguir os procedimentos abaixo:

I - Conferir a pontuação dos professores das Unidades Escolares;

II – Apresentar por escola a relação de professores por ordem decrescente de contagem de pontos obtidos, por habilitação, constante de quadro demonstrativo e afixar em local de fácil visualização;

III - Apresentar quadro de vagas e aulas a serem atribuídas, afixado em local de fácil visualização;

IV. Elaborar Atas, ao término de cada etapa do processo de atribuição da jornada de trabalho, e discriminando as vagas e aulas efetivas atribuídas, professores remanescentes, aulas não atribuídas, eventuais recursos interpostos, com assinatura da Comissão de Trabalho de todos os membros do grupo e de todos os participantes;

V – Analisar os pedidos de revisão de contagem de pontos.

VI – Realizar a atribuição da jornada de trabalho dos profissionais conforme critérios estabelecidos.

Art. 34º - A Comissão da SME para a contagem de ponto e atribuição de classe e/ou aulas dos professores nos eventuais recursos interpostos encaminhados pelas escolas deverá seguir os procedimentos abaixo:

I - Conferir a pontuação dos professores das unidades escolares;

II – Analisar os pedidos de revisão de contagem de pontos;

III – Elaborar Ata dos casos interpostos pelas escolas.

SEÇÃO IV

CONTAGEM DE PONTO E LOTAÇÃO

Art. 35º - O docente atuando como **Diretor e/ou Coordenador** pedagógico deverão fazer a contagem de pontos obedecendo aos seguintes critérios:

a) Titulação;

b) Certificados de cursos relacionados à área de atuação;

c) Tempo de serviço na rede municipal de educação;

d) Tempo de Unidade Escolar;

e) Participação 100%, 75% ou 50% nas reuniões promovidas pela SME;

f) Elaborar/e ou reelaborar e executar o P.P.P, Regimento Interno, projeto

ESPE e outros;

g) Cumprir os prazos estabelecidos no que se refere à execução dos recursos recebidos pela SME e Programas do FNDE, dentre outros;

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

h) Publicação de artigos;

i) Assiduidade 100%

Art. 36º - Os docentes cedidos para Secretaria de Educação, para as Unidades Filantrópicas (APAE) e UAB deverão fazer a contagem de pontos diferenciados dos docentes que obedecerá aos seguintes critérios salvo os casos sem possibilidade de comprovação;

a) Titulação;

b) Certificados de cursos relacionados à área de atuação;

c) Tempo de serviço na rede municipal de educação;

d) Tempo de Unidade Escolar;

e) Assiduidade de 100%;

f) Cumprimento dos prazos estabelecidos quanto aos dados referentes às questões pedagógicas em suas respectivas funções;

g) Publicação de artigos;

h) Participação nos eventos escolares ou da atribuição em exercício;

pontos:

Art. 37º - O docente obedecerá aos seguintes critérios para contagem de

10

a) Titulação;

b) Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático/curriculares e de politicas educacionais;

c) Tempo de serviço na rede municipal de educação;

d) Tempo de Unidade Escolar;

e) Participação nas reuniões promovidas pela Escola;

f) Assiduidade de 100%;

g) Participação do Espaço do Educador (ESPE);

h) Participação das Assembleias da comunidade escolar;

i) Participação nas atividades cívicas e comemorativas;

j) Publicação de artigos;

k) No ano letivo vigente os professores que cumpriram os prazos estabelecidos pela Secretaria da Unidade quanto ao preenchimento dos diários de classe durante o ano letivo (frequência e conteúdos) e relatórios finais serão pontuados;

Art. 38º - O Monitor e Auxiliar de Monitor obedecerá os seguintes critérios para contagem de pontos:

a) Titulação;

b) Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático/curriculares e de politicas educacionais;

c) Tempo de serviço na rede municipal de educação;

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

11

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

d) Tempo de Unidade Escolar;

e) Participação nas reuniões promovidas pela SME;

f) Assiduidade de 100%;

g) Participação do Espaço do Educador (ESPE);

h) Participação das Assembleias da comunidade escolar;

i) Participação nas atividades cívicas e comemorativas;

j) Publicação de artigos;

Art. 39º - Quanto a assiduidade serão considerados os pré requisitos estabelecido em Leis (nº 075/98 e 856/2015) , não sendo consideradas as faltas justificadas (com substituição para tratar de assuntos particulares).

SUBSEÇÃO I

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR

Art. 40º - A contagem de pontos será de acordo com os seguintes aspectos:

I - Quanto à Titulação considerar-se-á a maior titulação (inclusive para os que estão em estágio probatório): (Professores, Monitores e Auxiliar de monitores)

a) Curso do Magistério - 1,0(um) ponto;

b) Licenciatura Curta - 4,0(quatro) pontos c) Licenciatura Plena - 12,0 (doze) pontos;

d) Especialização na Área da Educação - 15,0 (quinze) pontos;

e) Mestrado na Área da educação - 20,0 (vinte) pontos;

f) Doutorado na Área da educação - 25,0(vinte e cinco) pontos;

Parágrafo único – A titulação para qualquer nível de formação terá efeito legal mediante a Portaria de registro reconhecido pelo MEC - Brasil.

II – Quanto aos Certificados de atualização e aperfeiçoamento na Área da

Educação, considerar apenas os últimos três (03) anos (2014 a 2016).

a - O total da carga horária dos cursos somados será dividido por 40, (considerar as 02 casas decimais), obtendo-se neste resultado a pontuação de 1,0 (ponto) a cada 40 horas, em atualização e aperfeiçoamento, com limite máximo de (05) cinco pontos, não podendo exceder 200 horas.

b - Na falta do certificado de formação continuada oferecidas pela SME, será aceito o atestado, assinado pela Secretária Municipal de Educação;

c - Para os professores que participaram do projeto ESPE (Espaço do Educador) Coordenados pelas Unidades Escolares serão considerados 3,0 (três) pontos para quem teve 100%; 2,0 (dois) pontos para 75% e 1.0 (um) ponto

para 50% de frequência.

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

III - Os professores que ministraram formações continuadas em parceria com a SME ou pelo MEC contarão 1.0 (um) ponto para cada 20 h com limite máximo de (05) cinco pontos.

Parágrafo único – Os certificados com carga horária de 120 horas terão que ter no mínimo periodicidade de 90 (noventa) dias para conclusão.

SUBSEÇÃO II JORNADA DE TRABALHO

Art. 41º - Quanto ao tempo de serviço para comprovação da pontuação no que se referem os anos trabalhados (rede/casa) será apresentado pelo profissional da educação, efetivo, documentos comprobatórios do exercício na Educação Municipal de Ensino:

I - Ano de serviço prestado na rede municipal - documentos comprobatórios, termo de posse e/ou atestado pela Secretaria Municipal de Educação - serão contados 1,0 (um) ponto por ano trabalhado;

II - Ano de serviço prestado na Unidade Escolar, atestado expedido pelo gestor da Unidade - será contado 2,0 (dois) pontos (Contado da data de ingresso por concurso público e/ou contrato, ambos ininterruptos, exceto aos professores assegurados pela Portaria N°003/2009, desde que apresente documento comprobatório no ato da conferência de pontos, por ano trabalhado, considerando os casos omissos;

III - Para efeito de pontuação quanto à assiduidade em hora/aula com alunos, hora-atividades, regime/jornada de trabalho, demais atividades escolares e/ou cursos de formação, às ausências amparadas pela Lei 856/2015, não deverão ser consideradas como falta;

IV – Em caso de denúncia de certificados fraudulentos ou adquiridos sem a realização do curso será, a qualquer tempo, anulado o ato de contagem de pontos e revista a lotação, caso seja confirmado a irregularidade quanto aos documentos apresentados;

V - O professor que tirar afastamento, para tratar do interesse particular, terá o tempo de afastamento excluído na contagem de pontos;

Parágrafo Único: Para efeito da contagem de tempo de serviço, considerar- se-a o ano civil que corresponde ao período de 12 (doze) meses com 365

(trezentos e sessenta e cinco) dias ao ano, contados a partir de 1º de janeiro a 31 de dezembro. A contagem de tempo de serviço deverá ser

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

realizada somando os dias em que o servidor manteve vínculo empregaticio com a SME/unidade escolar e dividido por 365 dias e a cada ano completo deverá ser atribuido 2 (dois) pontos.

Art. 42º - Serão considerados os artigos publicados na área da educação, referente aos últimos 03(três) anos, 2014 a 2016, em livros, revistas especializados (impressas ou eletrônicas) dentre outros, contará 1,0 (um) ponto.

Art. 43º - Quanto ao cumprimento da jornada de trabalho na participação das atividades escolares no ano de 2016, segue:

a) Assiduidade do regime/jornada de trabalho: Assiduidade em 100% 2,0(dois) pontos; Assiduidade em 75% 1,0 (um) ponto; Assiduidade em 50% 0,5 (meio) ponto;

b) Participação em grupo de estudo em hora atividade (ESPE) Participação em 100% 2,0 (dois) pontos;

Participação em 75% 1,0 (um) ponto; Participação em 50% 0.5 (meio) ponto;

c) Participação das reuniões pedagógicas Participação em 100% 2,0(dois) pontos; Participação em 75% 1,0 (um) ponto; Participação em 50% 0,5 (meio) ponto;

d) Participação das assembleias da comunidade escolar

Participação em 100% 2,0(dois) pontos; Participação em 75% 1,0 (um) ponto; Participação em 50% 0,5 (meio) ponto;

e) Participação das atividades cívicas e comemorativas

Participação em 100% 2,0(dois) pontos; Participação em 75% 1,0 (um) ponto; Participação em 50% 0,5 (Meio) ponto;

Art. 44º - Na apuração final dos pontos, os professores, monitores e auxiliar de monitores, serão classificados por ordem decrescente de acordo com a pontuação obtida e, em caso empate, para efeito desempate, serão observados os seguintes critérios:

I - Tempo maior de serviço na Rede Municipal;

II - Tempo maior de serviço na unidade escolar;

III - Maior idade. (dia/mês e ano);

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 45º - Os docentes em atividade na sede da SME, ou em outros órgãos deverão comparecer á unidade de origem munidos de documentos que comprove a pontualidade assinada pelo chefe imediato ou secretário da pasta.

Art. 46º - Serão realizados nas Unidades Escolares através de uma Comissão formada para contagem de pontos e atribuição da jornada de trabalho dos professores, monitores e auxiliar de monitores da educação efetivos, conforme ficha *e* critérios estabelecidos na Instrução Normativa.

Art. 47º - A realização da contagem de pontos dos professores, monitores e auxiliar de monitores efetivos segue o seguinte cronograma:

a) 20/12/2016 estudo da Instrução Normativa 2016/2017 para os Gestores escolares na SME e representantes dos Sindicatos;

b) Até 23/12/2016 - Destinado para pedido de remoção dos professores efetivos de acordo com a Lei n°856/2015.

c) 22/12/2016 - Publicação da Instrução Normativa 2016/2017 nos sites: AMM e

Prefeitura;

d)

25/01/2017- Estudo da Instrução Normativa nas unidades escolares e Formação da Comissão para Contagens de Pontos e Atribuição de Aula;

e) 26/01/2017 -Período para a realização da contagem de pontos dos professores, monitores e auxiliar de monitores efetivos em suas respectivas escolas. (Cópias dos certificados de formação e graduação). Os professores lotados nas escolas rurais, contarão pontos na Secretaria Municipal de Educação (Cópias dos certificados de formação e graduação).

f) 27/01/2017 –pedido de recursos.

g) 30/01/2017 - Análise dos recursos interpostos referente à contagem de pontos.

h) 31/01/2017 - Lotação dos professores, monitores e auxiliares de monitores efetivos nas suas unidades escolares, conforme contagem de pontos e graduação para atuarem nos anos iniciais;

i) 01/02/2017 - Lotação dos remanescentes encaminhados à SME conforme contagem de pontos e graduação;

j) 02/02/2017 - Lotação dos profissionais removidos, conforme contagem de pontos e graduação.

Parágrafo Único – A lotação dos professores, monitores e auxiliar de monitores nas Unidades Escolares contará com a participação da Comissão de

Contagem de pontos e Atribuição de aulas da SME. O horário da lotação será de acordo com o cronograma (anexo) estabelecido pela SME.

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 48º - Para o processo de contagem de pontos será necessário preencher a ficha Anexo de dados pessoais, atualizando todas as informações inerentes a formação do profissional e caberá à escola manter em arquivo cópia dos documentos apresentados para atualização dos dados referentes à escolaridade (histórico escolar, certificados de formação continuada e diploma).

Art. 49º - Os gestores das Unidades Escolares deverão encaminhar à Secretaria Municipal de Educação, até o dia **25/01/2017**, o nome dos professores de suas unidades escolares que não compareceram para a contagem de ponto e nem apresentaram documento da SME que autoriza o afastamento da unidade escolar no período matutino;

Art. **50º** - Quanto aos critérios para o pedido de remoção;

§ 1º - Os professores, monitores e auxiliar de monitores que fizerem o pedido de remoção deverão lotar em sua unidade de origem e aguardarem deferimento.

§ 2º - O pedido de remoção será deferido mediante disponibilidade de vaga nas unidades escolares;

§ 3° - Para deferimento do pedido de remoção obedecerá aos seguintes critérios:

a) Morar mais próximo da Unidade (Cópia de comprovante de endereço atualizado)

b) Maior Tempo de Serviço na Rede;

c) Maior Titulação;

d) Maior Idade.

§ 4° - Após o deferimento da Remoção, o servidor deverá informar, imediatamente, a equipe diretiva da Unidade de Origem.

SUBSEÇÃO II

DA ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS

Art. 51º - Para a atribuição da jornada de trabalho referente às atividades de aula e horas atividades, será considerada a carga horária do professor definida na Lei Nº 856/2015 e o EDITAL n. º 001/2010 de 14 de Janeiro de 2010 do Concurso Público conforme alíneas abaixo e a carga horária anual da matriz curricular de acordo com a política educacional do Município.

a) Carga horária de 25 horas – 17 horas em sala e 8 horas atividades;

b) Carga horária de 38 horas – 25 horas em sala de aula e 13 horas atividades;

c) Carga Horária de 30 horas – 20 horas em sala e 10 horas atividades;

d) Para atender 1/3 de horas atividades foi utilizado o parâmetro de arredondamento.

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 52º - A atribuição da jornada de trabalho do professor pertencente ao quadro efetivo de profissionais da Educação Básica é de caráter permanente na respectiva unidade escolar, considerando, também, as particularidades previstas na **Lei**

075/98.

Art. 53º - A atribuição de aulas livres ou em substituição, ao professor pertencente ao quadro efetivo, como aulas adicionais, é de caráter temporário.

Art. 54º - Para a realização do processo de atribuição da jornada de trabalho, a Comissão da SME, constituída nesta Normativa deverá considerar os critérios, conforme anexo I.

Art. – 55º - Nas escolas que ofertam Educação Infantil, Ensino Fundamental e

I segmento da EJA a lotação deverá seguir a organização abaixo:

§ 1° – **Educação Infantil**: lotação unidocente, prioritariamente para os docentes que já possuem experiências, que tenha perfil e que participaram das formações continuadas na área da Educação Infantil oferecidas pela SME;

§ 2° - **I CICLO**: Os professores cursistas do PNAIC, que em 2016 atuaram no

1° ciclo, poderá optar em permanecer no 1º ciclo, por se tratar de uma sequência de formação continuada;

a) O professor que lotar no 1º ciclo, inscrito do PNAIC, deverá participar das formações e executar as propostas estabelecidas pelo Programa, e caso o mesmo por algum motivo não puder atender as exigências do Programa, deverá lotar-se em outra modalidade de ensino;

§ 3° – II CICLO – 1ª fase e 2ª fase – Lotação unidocente;

§ 4°- II CICLO – 3ª fase - lotação por disciplina;

§ 5° – III CICLO – Lotação por disciplina (formação do professor para atuar por ordem de prioridade será Licenciatura Plena nas habilitações específicas, conforme o Decreto do Executivo de Nº049/2010);

§ 6° - no I Segmento EJA - lotação unidocente (Pedagogo);

§ 7° – A lotação do Docente para a sala de Recursos Multifuncionais deve seguir o estabelecido no **Artigo 27** desta Normativa.

Art. 56º- A atribuição da jornada de trabalho de acordo com a formação do professor será realizada observando os seguintes critérios:

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

17

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

§ 1º. A atribuição da jornada de trabalho será de acordo com a formação docente que serviu de parâmetro para sua contagem de pontos;

§ 2º. A realização da atribuição da jornada de trabalho dar-se-á, em observância a adequação da formação dos professores às respectivas modalidades e/ou especificidades da Educação Básica, a saber;

Art. 57º - A PRIMEIRA ETAPA de atribuição de classes e/ou aulas terá início no dia **31/01/2017** e término no dia **02/02/2017** ocorrerão na Unidade Escolar, devendo observar as seguintes fases:

a) Para os professores efetivos, lotados na Unidade Escolar, conforme contagem de pontos e graduação para atuarem nos anos iniciais com seguintes critérios:

a.1 - Lotação dos professores Pedagogos efetivos, obedecendo a contagem de pontos e graduação para atuarem na Educação Infantil e nos anos iniciais conforme estabelecido nessa Instrução Normativa.

a.2 - Lotação dos professores nas áreas especificas efetivos, conforme contagem de pontos e graduação para atuarem nos anos finais.

b) Para os professores efetivos remanescentes, atribuirão aulas ainda na sua Unidade Escolar em substituição a titulares da mesma habilitação designados para as funções de: Diretor, Coordenador Pedagógico e professores em cedência na forma da Lei.

c) Processo de atribuição da jornada de trabalho para os professores que ainda continuar remanescentes das Unidades Escolares na Secretaria Municipal de Educação (obedecendo a ordem de pontuação) será conferido sua pontuação pela comissão de contagem de pontos da secretaria de educação, proceder-se-á lotação;

d) Professores lotados nas Escolas do Campo, contarão pontos e procederá a sua lotação na Secretaria de Educação, obedecendo à pontuação.

e) Processo de atribuição da jornada de trabalho para os professores removidos será na Secretaria Municipal de Educação (obedecendo a ordem de pontuação).

SEÇÃO V ASSIDUIDADE DOS PROFISSIONAIS

Art. 58º - Disciplinar o registro de assiduidade dos profissionais da Educação Básica lotados nas Unidades Escolares desta Secretaria Municipal de Educação.

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

18

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

§ 1º. **-** O registro de assiduidade do servidor deverá ser feito em livro ponto que contenha termo de abertura discriminando a finalidade, páginas numeradas e devidamente rubricadas pelo Secretário da Unidade e o registro de entrada e saída de cada profissional, de acordo com a jornada diária de trabalho;

§ 2º. - A assinatura no livro de assiduidade será permitida somente ao profissional efetivo do cargo concursado;

§ 3º. - O registro da assiduidade deve ser feito diariamente, não sendo permitido o registro antecipado ou posterior, nem o registro de ressalvas por pessoas não autorizadas;

§ 4º Os profissionais da educação que faltarem ao serviço, mesmo com substituto sendo profissional da rede, não poderão assinar o livro ponto, sendo considerada falta justificada, devendo a escola ser comunicada com antecedência e posteriormente apresentar documentos comprobatórios.

§ 5º Encaminhar mensalmente para a SME cópia do registro de assiduidade dos profissionais;

SUBSEÇÃO III

DAS HORAS ATIVIDADES

Art. 59º – Além das horas destinadas à sala de aula, compõe a jornada de trabalho dos professores o período destinado à hora atividade.

§ 1º - Endente-se por hora atividade aquela destinada a preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com administração da escola, às reuniões pedagógicas, á articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional de acordo com a proposta pedagogia da escola e a elaboração de procedimentos para acompanhamento aos laboratórios de aprendizagem e apoio na aprendizagem dos alunos;

§ 2º – Todas as Unidades Escolares, conforme Projeto Politico Pedagógico, terão que definir duas horas por semana para o Projeto ESPE (Espaço do Educador), para palestras ou estudos para aperfeiçoamento com a equipe pedagógica, de acordo com o planejamento com antecedência feito pelo coordenador pedagógico em consonância com o gestor da unidade escolar com direito a certificação não podendo exceder 80 horas. Caso não acontecer a participação do profissional deverá ser encaminhado para SME para desconto em folha de pagamento;

§ 3º - A hora atividade deverá ser cumprida integralmente no âmbito da Unidade Escolar, em horário diferente da atribuição de sala de aula, de acordo com o turno de funcionamento da mesma e de atendimento ao

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

aluno, conforme Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, com o acompanhamento da coordenação pedagógica. Caso não acontecer a participação do profissional deverá ser encaminhado para SME para desconto em folha de pagamento;

§ 4º - O professor efetivo que possui dois vínculos nas redes (municipal e estadual) deverá cumprir integralmente a hora-atividade dos vínculos na unidade escolar, devendo realizar sua hora atividade no contra turno e ou de acordo com o Projeto Politico Pedagógico elaborado pela escola, com acompanhamento da direção ou coordenação.

§ 5º - Para o cumprimento da jornada de trabalho semanal das horas atividades, deverão observar-se as seguintes orientações:

I - atendimento de alunos com dificuldade de aprendizagem de acordo com a proposta pedagógica da Unidade Escolar;

II - participação na Formação Continuada via Secretaria Municipal de Educação e demais atividades de capacitação previstas no Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar;

III - Preparação e avaliação do trabalho didático;

IV - À equipe gestora, como mediadora do cumprimento das horas atividades,

caberá:

a - assegurar o registro do processo de participação (presença e atividades

internas e externas);

b - encaminhar os casos de não cumprimento das horas atividades a SME para os devido descontos em folha de pagamento.

SEÇÃO VI

DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

Art. 60º - Para Coordenador Pedagógico exigir-se-á profissional efetivo, com licenciatura plena que se predisponha a função, que tenha bom relacionamento com o gestor, equipe escolar. Apresente o Plano de Ação Pedagógica para apreciação, aprovação da Equipe Pedagógica e encaminhar para Secretária de Educação;

§ 1º - O Coordenador Pedagógico será eleito conforme PME (eleição direta com

50% dos votos mais 01(um));

§ 2º - O coordenador pedagógico aprovado pelo coletivo de professores para o ano de 2017 terá as seguintes atribuições:

I – Elaborar o Projeto ESPE, executar e ser mediador na formação continuada;

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

II - Assegurar e acompanhar os serviços de apoio especializado como: Sala de

Recursos Multifuncional, Sala de apoio pedagógico;

III - assegurar e acompanhar os serviços pedagógicos dos Projetos e Programas existentes na escola (Programa Novo Mais Educação, Mais Cultura, dentre outros);

I**V** – Acompanhar e dar o suporte mediante cronograma de atendimento individualizado necessário ao cumprimento das horas atividades dos professores da Unidade Escolar;

V - Acompanhar, orientar e monitorar quanto à execução do diário de sala; Provinha Brasil, Prova Brasil, Avaliação da ANA e relatórios descritivos de avaliação dos discentes;

V I- acompanhar todo o processo ensino aprendizagem;

VII – Articular o apoio pedagógico junto aos professores para os alunos que apresentarem dificuldades ou defasagem de aprendizagem;

VIII– avaliar, monitorar e intervir nos processos pedagógicos de ensino e aprendizagem em consonância com a proposta curricular;

IX – Participar da formação PNAIC para acompanhar os professores no desenvolvimento das oficinas;

§ 3º. Na desistência do coordenador pedagógico eleito pela equipe escolar para o ano 2017 será feita uma nova escolha do mesmo.

§ 4º - Em caso da inexistência de profissional efetivo para esta função na própria unidade escolar, caberá a SME remover professor efetivo de outra unidade escolar que apresente perfil ao cargo para ocupar a vaga existente.

Art. 61º - Não poderá ser designado para exercer a função de Coordenador

Pedagógico o professor (a) que esteja:

a) - respondendo a processo administrativo disciplinar;

b) - sob processo de sindicância;

c) - sob licenças contínuas.

d) - possui outro vínculo empregatício.

SEÇÃO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 62º - A direção da escola e coordenadores pedagógicos que descumprirem esta Normativa em qualquer momento do ano letivo, omitindo aulas, desconsiderando a lista de classificação de professores substitutos, dados ou informações, praticando nepotismo ou atos que venham comprometer a legalidade do processo de atribuição da jornada de trabalho, será responsabilizada pelos seus atos na forma da **Lei 075/98.**

Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro

Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 63º - A Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições, a qualquer momento e sem prévio aviso, poderá designar equipes de supervisão técnica para desenvolver atividades inerentes ao fiel cumprimento das normativas, nas unidades da rede pública municipal de ensino.

Art. 64º - Os casos omissos deverão ser solucionados em primeira instância pela Comissão de Atribuição de classes e/ou aulas e regime da Unidade de Ensino e, em caso de impossibilidade, deverão ser encaminhados a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 65º - Aplica-se esta Instrução Normativa a todas as unidades Escolares da

Rede Pública Municipal.

Art. 66º - A Organização por Ciclos de Formação Humana é a Política Educacional para o Ensino Fundamental proposta pela SME, para atender os alunos das escolas públicas municipais de acordo com o PME e CEE/MT.

Art. **67º -** Os casos omissos desta Normativa serão definidos, posteriormente, junto a Comissão de estudo desta Normativa;

Art. 68º - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação, , revogada a Normativa nº 007/2015 e as disposições em contrário.

Pedra Preta, 20 de dezembro de 2016**.**

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO **ANEXO 1** **FICHA DE PONTUAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS DOS PROFESSORES EFETIVOS**			
	1. Dados Pessoais		
Nome do professor (a): Data de Nascimento: _/ _/_ End. nº Complemento: Bairro:_Cidade: CEP: Telefone Residencial: Celular:_ Outro tel. p/contato: e-mail: RG: Ext: UF: Dat. Exp.: / _/ _CPF: Habilitação: Concurso:_ Nova Habilitação: Pós Graduação: Data de admissão: _Classe: Nível:			
2. Situação Funcional:	**3. Jornada Semanal de Trabalho:**		
( ) Efetivo ( )Cedência/Permutado	( ) 25 horas ( ) 30 horas ( ) 38 horas		
4. Inscrição e entrega dos documentos para avaliação à Comissão de Atribuição			
I - DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação)			
Titulação	**Critérios**	**Pontuação**	**Pontos**
Pós – Graduação	Doutorado na área da Educação	25 pontos	
Mestrado na área da Educação	20 pontos		
Especialização na área da Educação	15 pontos		
Licenciatura	Licenciatura Plena	12 pontos	
Licenciatura Curta	4,0 pontos		
Nível Médio	Magistério	1,0 ponto	
II – Do tempo de serviço			
Para cada ano de trabalho na rede municipal	1,0 pontos		
Para cada ano de trabalho na Unidade Escolar	2,0 pontos		
III – Assiduidade ano letivo de 2016			
a) Pontualidade do regime/jornada de trabalho 100%	2,0 pontos		
b) Participação em grupo de estudo em hora atividade (ESPE):			
Participação em 100%	2,0 pontos		
Participação em 75%	1,0 pontos		

Participação em 50%	0,5 pontos	
c)Participação das reuniões pedagógicas:		
Participação em 100%	2,0 pontos	
Participação em 75%	1,0 pontos	
Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41		

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
	Participação em 50%	0,5 pontos
d) Participação das assembléias da comunidade escolar:		
Participação em 100%	2,0 pontos	
Participação em 75%	1,0 pontos	
Participação em 50%	0,5 pontos	
e) Participadaes das atividadaes cívicas e comemorativas:		
Participação em 100%	2,0 pontos	
Participação em 75%	1,0 pontos	
Participação em 50%	0,5 pontos	
IV - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR – considerar apenas os últimos 3 (três) anos (2014, 2015, 2016		
a) Cursos de Formação Continuada realizados na área de Educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais, com limite máximo de 5,0 (cinco) pontos (considerar as 02 casas decimais)	1,0 ponto para cada 40 horas	
b) Para os professores que participaram do projeto Espaço do Educador (ESPE) Coordenados pelas Unidades Escolares serão considerados:		
Participação em 100%	3,0 pontos	
Participação em 75%	2,0 pontos	
Participação em 50%	1,0 ponto	
d) Profissionais que ministratam formações em parceria com a SME ou MEC com limite máximo de 5,0 (cinco) pontos (considerar as 02 casas decimais)	1,0 ponto a cada 20 horas	
e) Pubilcação de artigos. Com limite máximo de 2,5 (dois e meio) pontos	0,5 ponto por artigo	
Pontos obtidos:		
Assinatura do(a) Professor(a) Responsável pela Atribuição Data / / Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41		

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO **ANEXO 2** **FICHA DE PONTUAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS DOS MONITORES E AUXÍLIAR DE MONITORES EFETIVOS**			
	1. Dados Pessoais		
Nome do professor (a): Data de Nascimento: _/ _/_ End. nº Complemento: Bairro: _Cidade: CEP: Telefone Residencial: Celular:_ Outro tel. p/contato: e-mail: RG: Ext: UF: Dat. Exp.: / _/ _CPF: Habilitação: Concurso: Nova Habilitação: Pós Graduação: Data de admissão: _Classe: Nível:			
2. Situação Funcional:	**3. Jornada Semanal de Trabalho:**		
( ) Efetivo ( )Cedência/Permutado	( ) 25 horas ( ) 30 horas ( ) 38 horas		
4. Inscrição e entrega dos documentos para avaliação à Comissão de Atribuição			
I - DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação)			
Titulação	**Critérios**	**Pontuação**	**Pontos**
Pós – Graduação	Doutorado na área da Educação	25 pontos	
Mestrado na área da Educação	20 pontos		
Especialização na área da Educação	15 pontos		
Licenciatura	Licenciatura Plena	12 pontos	
Licenciatura Curta	4,0 pontos		
Nível Médio	Magistério	1,0 ponto	
II – Do tempo de serviço			
Para cada ano de trabalho na rede municipal	1,0 pontos		
Para cada ano de trabalho na Unidade Escolar	2,0 pontos		
III – Assiduidade ano letivo de 2016			
a) Pontualidade do regime/jornada de trabalho 100%	2,0 pontos		
b) Participação em grupo de estudo em hora atividade (ESPE):			

Participação em 100%	2,0 pontos	
Participação em 75%	1,0 pontos	
Participação em 50%	0,5 pontos	
c)Participação das reuniões pedagógicas:		
Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41		

25

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
	Participação em 100%	2,0 pontos
Participação em 75%	1,0 pontos	
Participação em 50%	0,5 pontos	
d) Participação das assembléias da comunidade escolar:		
Participação em 100%	2,0 pontos	
Participação em 75%	1,0 pontos	
Participação em 50%	0,5 pontos	
e) Participação das atividadaes cívicas e comemorativas:		
Participação em 100%	2,0 pontos	
Participação em 75%	1,0 pontos	
Participação em 50%	0,5 pontos	
f) participação das horas atividades junto ao professor titular		
Participação em 100%	2,0 pontos	
Participação em 75%	1,0 pontos	
Participação em 50%	0,5 pontos	
IV - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR – considerar apenas os últimos 3 (três) anos (2014, 2015, 2016)		
a) Cursos de Formação Continuada realizados na área de Educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais, com limite máximo de 5,0 (cinco) pontos (considerar as 02 casas decimais)	1,0 ponto para cada 40 horas	
b) Para os professores que participaram do projeto Espaço do Educador (ESPE) Coordenados pelas Unidades Escolares serão considerados:		
Participação em 100%	3,0 pontos	
Participação em 75%	2,0 pontos	
Participação em 50%	1,0 ponto	
d) Profissionais que ministratam formações em parceria com a SME ou MEC com limite máximo de 5,0 (cinco) pontos (considerar as 02 casas decimais)	1,0 ponto a cada 20 horas	
e) Pubilcação de artigos. Com limite máximo de 2,5 (dois e meio) pontos	0,5 ponto por artigo	
Pontos obtidos:		
Assinatura do(a) monitor(a) Responsável pela Atribuição Data / / Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41		

26

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO **ANEXO 3** **FICHA DE PONTUAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS E DIRETORES**			
	1. Dados Pessoais		
Nome do Monitora: Data de Nascimento: _/ _/_ End. nº __ Complemento: Bairro:_ Cidade: CEP: Telefone Residencial: Celular:_ Outro tel. p/contato: e-mail: RG: Ext: UF: Dat. Exp.: / _/ _CPF: Habilitação: Concurso:_ Nova Habilitação: Pós Graduação: Data de admissão: _Classe: Nível:			
2. Situação Funcional:	**3. Jornada Semanal de Trabalho/concurso:**		
( ) Efetivo ( )Cedência ( )Permutado	( ) 20 horas ( ) 25 horas ( ) 30 horas ( ) 40 horas		
4. Inscrição e entrega dos documentos para avaliação à Comissão de Atribuição			
I - DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação)			
Titulação	**Critérios**	**Pontuação**	**Pontos**
Pós - Graduação	Doutorado na área da Educação	25 pontos	
Mestrado na área da Educação	20 pontos		
Especialização na área da Educação	15 pontos		
Licenciatura	Licenciatura Plena	12 pontos	
Licenciatura Curta	4,0 pontos		
Nível Médio	Magistério	1,0 ponto	
II – Do tempo de serviço			

Para cada ano de trabalho na rede municipal	1,0 pontos	
Para cada ano de trabalho na Unidade Escolar	2,0 pontos	
III – Assiduidade ano letivo de 2015		
a) Pontualidade do regime/jornada de trabalho 100%:	2,0 pontos	
b) Coordenação dos trabalhos em grupo de estudo em hora atividade (ESPE):		
Participação em 100%	2,0 pontos	
c) Participação das reuniões pedagógicas promovidas pela SME:		
Participação em 100%	2,0 pontos	
Participação em 75%	1,0 pontos	
Participação em 50%	0,5 pontos	
d) Participação das assembléias da comunidade escolar:		
Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41		

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
	Participação em 100%	2,0 pontos
Participação em 75%	1,0 pontos	
Participação em 50%	0,5 pontos	
e) Participação das atividadaes cívicas e comemorativas:		
Participação em 100%	2,0 pontos	
Participação em 75%	1,0 pontos	
Participação em 50%	0,5 pontos	
IV - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR – considerar apenas os últimos 3 (três) anos (2013, 2014 e 2015		
a) Cursos de Formação Continuada realizados na área de Educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais, com limite máximo de 5,0 (cinco) pontos (considerar as 02 casas decimais)	1,0 ponto para cada 40 horas	
c) Para os Coordenadores pedagógicos e Diretores que participaram do projeto Espaço do Educador (ESPE) Coordenados pelas Unidades Escolares serão considerados:		
Participação em 100%	3,0 pontos	
Participação em 75%	2,0 pontos	
Participação em 50%	1,0 ponto	
d) Profissionais que ministratam formações em parceria com a SME ou MEC com limite máximo de 5,0 (cinco) pontos (considerar as 02 casas decimais)	1,0 ponto a cada 20 horas	
e) Pubilcação de artigos. Com limite máximo de 2,5 (dois e meio) pontos	0,5 ponto por artigo	
V - cumprimento dos prazos estabelecidos quanto aos dados referentes às questões pedagógicas (Projetos, e Programas Federal (Especificamente o PDDE INTERATIVO) de acordo com as respectivas funções	1,0	
VI – Manter ou elevar o índice do IDEB	0,5 ponto	
VII - Elaborar/e ou reelaborar e executar o P.P.P, Regimento Interno, projeto ESPE e outros;		
VIII - Cumprir os prazos estabelecidos no que se refere à execução dos recursos recebidos pela SME e Programas do FNDE, dentre outros		
Pontos obtidos:		
Assinatura do(a) Coordenador(a) Responsável pela Atribuição Ou Diretor(a) Data / / Secretaria Municipal de Educação – Rua Deputado Oscar Soares Nº 940 – Centro Pedra Preta – MT. Tel. 066 3486 13-41		

ANEXO 4

FICHA DE PONTUAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS DOS

5. Dados Pessoais	
Nome do Monitora: Data de Nascimento: _/ _/_ End. nº Complemento: Bairro:_ Cidade: CEP: Telefone Residencial: Celular:_ Outro tel. p/contato: e-mail: RG: Ext: UF: Dat. Exp.: / _/ _CPF: Habilitação: Concurso:_ Nova Habilitação: Pós Graduação: Data de admissão: _Classe: Nível:	
6. Situação Funcional:	**7. Jornada Semanal de Trabalho/concurso:**
( ) Efetivo ( )Cedência	( ) 20 horas ( ) 25 horas ( ) 30 horas ( )

( )Permutado	40 horas		
8. Inscrição e entrega dos documentos para avaliação à Comissão de Atribuição			
I - DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação)			
titulação	**Critérios**	**Pontuação**	**Pontos**
Pós - Graduação	Doutorado na área da Educação	25 pontos	
Mestrado na área da Educação	20 pontos		
Especialização na área da Educação	15 pontos		
Licenciatura	Licenciatura Plena	12 pontos	
Licenciatura Curta	4,0 pontos		
Nível Médio	Magistério	1,0 ponto	
II – Do tempo de serviço			
Para cada ano de trabalho na rede municipal	1,0 pontos		
Para cada ano de trabalho na Unidade Escolar	2,0 pontos		
III – Assiduidade ano letivo de 2015			
a) Pontualidade do regime/jornada de trabalho 100%:	2,0 pontos		
b) Coordenação dos trabalhos em grupo de estudo em hora atividade (ESPE):			
Participação em 100%	2,0 pontos		
c) Participação das reuniões pedagógicas promovidas pela SME:			

PROFESSORES EFETIVOS EM CEDÊNCIA

Participação em 100%	2,0 pontos
Participação em 75%	1,0 pontos
Participação em 50%	0,5 pontos
d) Participação nos eventos escolares:	
Participação em 100%	2,0 pontos
Participação em 75%	1,0 pontos
Participação em 50%	0,5 pontos
IV - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR – considerar apenas os últimos 3 (três) anos (2014, 2015 e 2016	
a) Cursos de Formação Continuada realizados na área de Educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais, com limite máximo de 5,0 (cinco) pontos (considerar as 02 casas decimais)	1,0 ponto para cada 40 horas
c) Para os Coordenadores pedagógicos e Diretores que participaram do projeto Espaço do Educador (ESPE) Coordenados pelas Unidades Escolares serão considerados:	
Participação em 100%	3,0 pontos
Participação em 75%	2,0 pontos
Participação em 50%	1,0 ponto
d) Profissionais que ministratam formações em parceria com a SME ou MEC com limite máximo de 5,0 (cinco) pontos (considerar as 02 casas decimais)	1,0 ponto a cada 20 horas
e) Pubilcação de artigos. Com limite máximo de 2,5 (dois e meio) pontos	0,5 ponto por artigo
e) Pubilcação de artigos. Com limite máximo de 2,5 (dois e meio) pontos	0,5 ponto por artigo
V - cumprimento dos prazos estabelecidos quanto aos dados referentes às questões pedagógicas (Projetos, e Programas Federal (Especificamente o PDDE INTERATIVO) de acordo com as respectivas funções	1,0
VI – Acompanhamento do índice do IDEB das unidades escolares – Rede Municipal	0,5 ponto
VII - Analisar e acompanhar a execução de: Planos Pedagógicos (PPP), Regimentos Internos, projeto ESPE e outros;	
VIII - Acompanhar os prazos estabelecidos no que se refere à execução dos Programas do FNDE/MEC	
Pontos obtidos:	

Assinatura do(a) professor (a) Responsável pela Atribuição

Data

PORTARIA Nº. 071/2017. 10 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre nomeação da Comissão Central da SME para acompanhar o processo contagem de pontos e atribuição de classes e/ou aulas de professores, monitores, auxiliares de monitores e demais providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito do Município de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - A Comissão da Secretaria Municipal terá como função, conforme Instrução Normativa Nº 003/2016 para conferir, atribuir classe e/ou aula e divulgar a contagem de pontos dos profissionais da Educação.

ARTIGO 2º - Ficam nomeadas as seguintes pessoas abaixo para acompanhar o processo contagem de pontos e atribuição de classe e/ou de professores, monitores e auxiliares de monitores para o ano letivo de 2017:

I – Representante da Equipe Pedagógica:

Eleine Carrijo Machado de Melo.

II – Representante da SME:

Maria Evangelina Carrijo Isaías

III – Representante do CDCE:

Maria José Machado Penariol Luzini

IV – Representante do SINTEP:

Maria Eliete Leão de Arruda;

V – Representante do SISPMUPP:

Evair Cláudio de Lara;

VI – Representante da Secretaria de Educação de Pedra Preta:

Maria da Cruz Martins de Arruda.

ARTIGO 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS DEZ DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

JAIRO PRADELA

Sec. Geral de Coord. Administrativa

OFÍCIO Nº 017/2017/GAB

Pedra Preta, 11 de janeiro de 2017.

A Sua Senhoria o Senhor

VANDERSON SOUZA BARROS

Gerente Geral

Agência 2423-6

Banco do Brasil

Pedra Preta-MT.

MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA – **Estado de Mato Grosso**,pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Avenida Fernando Corrêa da Costa, nº 940, Centro, Pedra Preta/MT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.773.942/0001-09, neste ato representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Juvenal Pereira Brito**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Luthero Lopes, nº 451, Centro – Pedra Preta – MT, CEP 78795-000, portador do RG nº 561.514 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 406. 594.881-91, através deste ato delegativo confere a **Fábio Jean Luzine**, brasileiro, casado portadora da Cédula de Identidade RG nº 1281941-7 SSP/MT, inscrita no CPF/MF sob o nº 922.104.141-72, residente e domiciliada em Pedra Preta/MT, nomeada para o cargo de Secretária Municipal de Finanças, através da Portaria nº 020/2017, de 02/01/2017**, os poderes necessários à** emissão de cheques, abertura de contas de depósitos, retiradas de cheques devolvidos, endosso de cheques, avaliação de cheques, consultas de valores depósitos judiciais via internet, assinaturas no orçamento, transferências de valores (TED/DOC/entre contas BB), pagamentos de boletos/faturas, assinatura de apólice de seguros, cancelamentos de cheques, baixa de cheques, sustação/contra ordenar cheques, extratos bancários, saldo bancário, emissão comprovantes, cancelamentos de agendamentos, liberação de transações pendentes, alteração de limites para transferências, contas favorecidas de créditos (contas correntes BB – cadastramento / outros bancos-cadastramentos) e autorização de débitos em conta relativos a operações, **referente às contas** da Secretária Municipal de Finanças, Secretário Geral de Coordenação Administrativa, Secretária Municipal de Viação e ObrasPúblicas, Secretária Municipal de Limpeza Pública, Secretária Municipal de Meio Ambiente, Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria Municipal de Educação, cujo os CNPJ são vinculados ao da Prefeitura de Pedra Preta 03.773.942/0001-09, o mesmo assina em conjunto com o Prefeito Municipal Juvenal Pereira Brito as contas abaixo.

CNPJ: 03.773.942/0001-09
CONTAS BANCARIAS
2.368-X
1.354-4
283.141-4
2.414-7
1.682-9
1.265-3
1.434-6
11.366-2
11.430-8
11.719-6
11.900-8
1.810-4
14.004-X
7.377-6
7.489-6
15.737-6
16.282-5
9.601-6
18.059-9
18.644-9
18.832-8
21.136-2
21.502-3
21.788-3
22.017-5
22.020-5
22.811-7
22.018-3
22.860-8
22.878-8
22.939-3
23.065-0
23.816-3
19.964-8
24.154-7
24.309-4
50.142-5
50.159-X
50.160-3
50.161-1
50.163-8
50.164-6
50.169-7
50.170-0
50.171-9
25.287-5
25.286-7
22.879-6
23.014-6
23.432-X
50.172-7
21.427-2
19.874-9

CNPJ: 11.141.117/0001-01
CONTAS BANCARIAS
20.158-8

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

PORTARIA Nº 074/2017. DE 10 DE JANEIRO DE 2.017.

Dispõe sobre NOMEAÇÃO do Servidor Público Municipal, e dá outras providências;

***JUVENAL PEREIRA BRITO*, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - Fica **NOMEADO** o Servidor Público Municipal o Senhor **ELIER AVELINO DOS ANJOS**, ocupante do Cargo Comissionado de **Secretário Municipal de Limpeza Pública**, do Município de Pedra Preta - MT.

ART. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em lei.

ART.2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DEZ DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE 2.017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial

JAIRO PRADELA

Sec. Geral de Coord. Administrativa

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 02/2017. EDITAL DE RETIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Pedra Preta, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **por meio da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado**, instituída através da Portaria nº 440/2016 de 29/12/2016, e, visando atender os princípios norteadores da Administração Pública, da legalidade, publicidade e impessoalidade, e, **CONSIDERANDO** que foram detectadas algumas inconformidades presentes no Edital de Abertura Nº 01/2017 do referido processo de seleção, TORNA PÚBLICO O QUE SEGUE:

1 – Retifica-se na Integra os Itens 7.18, 7.19 e 7.20 e Acrescenta o Item 7.21, CONFORME A SEGUE: 7.18O candidato só poderá retirar-se do local de aplicação das provas, após 1 hora do horário previsto para o início das mesmas, devendo entregar ao Fiscal da Sala o caderno de questões e respectiva folha de respostas não serão computadas questões não respondidas, que contenham rasuras, que tenham sido respondidas a lápis, ou que contenham mais de uma alternativa assinalada. O candidato poderá levar consigo o caderno de provas nos 00:30últimos minutos do término da mesma de acordo com o subitem 7.11. 7.19Os 03 (três) últimos candidatos, obrigatoriamente, permanecerão na sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova e o cartão de resposta, entregando-o ao fiscal de sala e posteriormente os mesmos deverão assinar a Ata de Encerramento. 7.20A divulgação do gabarito preliminar será realizada **no dia 22 de janeiro de 2017** por meio do site www.pedrapreta.mt.gov.br, após as 16 horas. 7.21 A divulgação do gabarito oficial será realizada conforme estabelecido no cronograma e através do site www.pedrapreta.mt.gov.br e www.diariomunicipal.com.br/amm-m. Pedra Preta, 11 de janeiro de 2017. **Eleine Carrijo Machado de Melo Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora Processo Seletivo Simplificado n.º 01/2017**

PORTARIA Nº 072/2017. DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre Convocação para cobertura de férias dos Conselheiros Tutelares e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO as férias dos Conselheiros Tutelares;

CONSIDERANDO o recebimento do ofício de n.º **001/2017- PAS;**

RESOLVE:

ART. 1º - **CONVOCAR** o Senhor **PAULO ROBERTO SANTANA**, 2.º Suplente da Eleição do Conselho Tutelar, para que no prazo de cinco meses, exerça o cargo de CONSELHEIRO TUTELAR de nosso município.

ART. 2º - Esta portaria entra vigor na data da sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DEZ DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

JAIRO PRADELA

Sec. Geral de Coord. Administrativa

OFÍCIO Nº 020/2017/GAB

Pedra Preta, 11 de janeiro de 2017.

A Sua Senhoria o Senhor

VANDERSON SOUZA BARROS

Gerente Geral

Agência 2423-6

Banco do Brasil

Pedra Preta-MT.

MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA – **Estado de Mato Grosso**,pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Avenida Fernando Corrêa da Costa, nº 940, Centro, Pedra Preta/MT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.773.942/0001-09, neste ato representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Juvenal Pereira Brito**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Luthero Lopes, nº 451, Centro – Pedra Preta – MT, CEP 78795-000, portador do RG nº 561.514 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 406. 594.881-91, através deste ato delegativo confere a **Nancy Konno Tosta Bereta***, brasileira, casada portadora da Cédula de Identidade RG nº 371. 296 SSP/MT, inscrita no CPF/MF sob o nº 361.818.971-00, residente e domiciliada em Pedra Preta/MT, nomeada para o cargo de Secretária* de Saúde, através da Portaria nº 040/2017, de 02/01/2017**, os poderes necessários à** emissão de cheques, abertura de contas de depósitos, retiradas de cheques devolvidos, endosso de cheques, avaliação de cheques, consultas de valores depósitos judiciais via internet, assinaturas no orçamento, transferências de valores (TED/DOC/entre contas BB), pagamentos de boletos/faturas, assinatura de apólice de seguros, cancelamentos de cheques, baixa de cheques, sustação/contra ordenar cheques, extratos bancários, saldo bancário, emissão comprovantes, cancelamentos de agendamentos, liberação de transações pendentes, alteração de limites para transferências, contas favorecidas de créditos (contas correntes BB – cadastramento / outros bancos-cadastramentos) e autorização de débitos em conta relativos a operações, **referente às contas** CNPJ DA SAÚDE: 11.465.260/0001-59 e CNPJ da Prefeitura de Pedra Preta: 03.773. 942/0001-09, assina em conjunto com o Prefeito Municipal Juvenal Pereira Brito as contas abaixo.

CNPJ: 03.773.942/0001-09
CONTAS BANCARIAS
8.627-4
50.166-2

CNPJ: 11.465.260/0001-59

CONTAS BANCARIAS
19.246-5
19.247-3
19.248-1
19.249-X
19.866-8
19.867-6
19.868-4
19.869-2
19.870-6
19.871-4
19.872-2
19.873-0
21.425-6
21.427-2
22.054-X
21.427-2
23.432-X
50.168-9
25.309-X
50.172-7
23.432-X

CNPJ:
CONTAS BANCARIAS
19.874-9

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

PORTARIA Nº 070/2017. DE 09 DE JANEIRO DE 2.017.

Dispõe sobre NOMEAÇÃO do Servidor Público Municipal, e dá outras providências;

***JUVENAL PEREIRA BRITO*, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - Fica **NOMEADA** a Servidora Pública Municipal a Senhora**ROSANA FORTUNATO BATISTA**, para ocupar o cargo em comissão de **Enfermeira do PSF**, lotada na Secretária Municipal de Saúde, do Município de Pedra Preta – MT, onde a mesma ocupará o cargo até a posse da Servidora do Concurso Público 001/2016.

***ART.2º* -** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º - Revogam-se as disposições ao contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE 2.017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial

JAIRO PRADELA

Sec. Geral de Coord. Administrativa

PORTARIA Nº 075/2017. DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES a Servidora Municipal da Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus as férias, conforme solicitação.

RESOLVE:

ART. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal, lotada junto a Secretaria Geral de Coordenação Administrativa , a serem usufruídas no período de **11/01/17 à 09/02/2017.**

REJANE OLIVEIRA HORTA SANTOS

Auxiliar Administrativo

ART. 2º - Caso necessário à convocação da servidora em gozo de férias antes do término do período acima designado, a mesma gozará os dias faltantes entre o período de conforme deliberação da Secretaria Geral de Coordenação Administrativa.

ART. 3º -Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DEZ DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

publicada no Diário Oficial.

JAIRO PRADELA

Sec. Geral de Coord. Administrativa

OFÍCIO Nº 018/2017/GAB

Pedra Preta, 11 de janeiro de 2017.

A Sua Senhoria o Senhor

VANDERSON SOUZA BARROS

Gerente Geral

Agência 2423-6

Banco do Brasil

Pedra Preta-MT.

MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA – **Estado de Mato Grosso**,pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Avenida Fernando Corrêa da Costa, nº 940, Centro, Pedra Preta/MT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.773.942/0001-09, neste ato representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Juvenal Pereira Brito**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Luthero Lopes, nº 451, Centro – Pedra Preta – MT, CEP 78795-000, portador do RG nº 561.514 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 406. 594.881-91, através deste ato delegativo confere a **Elma Lopes da Costa**, brasileira, casada portadora da Cédula de Identidade RG nº 076475-14 SSP/MT, inscrita no CPF/MF sob o nº 496.667.461-15, residente e domiciliada em Pedra Preta/MT, nomeada para o cargo de Secretária de Promoção e Assistência Social, através da Portaria nº 022/2017, de 02/01/ 2017**, os poderes necessários à** emissão de cheques, abertura de contas de depósitos, retiradas de cheques devolvidos, endosso de cheques, avaliação de cheques, consultas de valores depósitos judiciais via internet, assinaturas no orçamento, transferências de valores (TED/DOC/entre contas BB), pagamentos de boletos/faturas, assinatura de apólice de seguros, cancelamentos de cheques, baixa de cheques, sustação/contra ordenar cheques, extratos bancários, saldo bancário, emissão comprovantes, cancelamentos de agendamentos, liberação de transações pendentes, alteração de limites para transferências, contas favorecidas de créditos (contas correntes BB – cadastramento / outros bancos-cadastramentos) e autorização de débitos em conta relativos a operações, **referente às contas** CNPJ DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITÊNCIA SOCIAL: 19.654.068/ 0001-21 e CNPJ DO FUNDO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA DO

ADOLESCENTE: 23.497.515/0001-44, a mesma assina em conjunto com o Prefeito Municipal Juvenal Pereira Brito as contas abaixo.

CNPJ: 03.773.942/0001-09
CONTAS BANCARIAS
15.272-2
22.487-1

CNPJ: 19.564.068/0001-21
CONTAS BANCARIAS
24.303-5
24.747-2
25.051-1
25.052-X
25.050-3
25.049-X

CNPJ: 23.497.515/0001-44
CONTAS BANCARIAS
50.162-X

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

SETOR DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 060/2017

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - Nomear a "COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO", para o Exercício de 2.017, composta pelos seguintes membros:

Presidente: Erasmo Paulo de Lima - *CPF 352.574.401-30.*

Membro: Keila Fernanda de Souza - CPF 040.830.001-98.

Membro: Roberto Nunes Rondon - CPF 474.045.311-87.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 10 de janeiro de 2017

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

SETOR DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 061/2017

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - NOMEAR nesta data, como "Pregoeiro e como Membros da Equipe de Apoio", para julgar e conduzir, os Processos Licitatórios na modalidade Pregão Presenciais, as pessoas abaixo relacionadas:

Pregoeiro: Erasmo Paulo de Lima. CPF 352.574.401-30.

Membro: Keila Fernanda de Souza - CPF 040.830.001-98.

Membro: Claudia Maria Botelho da Silva, CPF 978.448.881-72.

Membro: Roberto Nunes Rondon - CPF 474.045.311-87.

Representante Jurídico: Dr. Alan Franco Scorpioni*, OAB/MT 12.935,*

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 10 de janeiro de 2017.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

PORTARIA Nº 003/2017

PORTARIA Nº 003/2017

EMENTA: *Nomeia Secretária Municipal e estabelece outras providências.*

O Senhor **Humberto Luiz Nogueira de Menezes**, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear a Sra. **MARIA JOSÉ DO NASCIMENTO MATOS**, inscrita no CPF nº 172.455.591-04, para exercer o cargo em comissão de ***SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS***, do Município de Ponte Branca – MT, a partir de 02 de Janeiro de 2017.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre – se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 02 de Janeiro de 2017.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

Prefeito Municipal

I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2016

I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 16/2016

Por este Termo de Aditamento Contratual, que entre si celebram de um lado o **MUNICIPIO DE PONTE BRANCA – MT**, sito a Avenida Coronel Belmiro Nogueira da Silva, 300, centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 03. 503.638.0001/33, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG sob nº.3278465-3518663 SSP/GO , e devidamente inscrito no MF com CPF sob n.º 592.832.541-04, residente e domiciliado na Rua Presidente Getulio Vargas, s/n°, centro, CEP 78. 610.000 em Ponte Branca (MT), doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE,** e de outro lado a Empresa **MACHADO E CARVALHO CONSTRUÇÃO LTDA-ME,** inscrita no CNPJ nº. 10.392.408/0001-00 e Insc. Estadual nº 113380154-3, estabelecida na Rua dos Garimpeiros, nº 15, Quadra 01, Lote 09, cidade de Pontal do Araguaia-MT, doravante denominada de **CONTRATADA**, celebrar o presente Termo Aditivo de vigência nos termos do Edital da Tomada de Preços nº. 001/2016, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1 – O Objeto do presente termo a prorrogação do prazo de execução do Contrato nº. 016/2016, que tem por objeto a contratação de Empresa Especializada para execução da retomada e continuação da 1º Etapa da obra de construção de uma Praça da Juventude no município de Ponte Branca - MT, conforme memorial descritivo, orçamento, cronograma físico e cronograma financeiro que se encontram definidos no projeto básico. **CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA PRORROGAÇÃO**

2.1 – O prazo para execução do objeto pactuado no contrato original foi de 120 (cento e vinte) dias, tendo como data inicial 29/06/2016 e final no dia 28/10/2016, sendo o mesmo prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias,

passando a vigorar de 29/10/2016 a 26/02/2017, nos termos do Artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ AS DESPESAS

4.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação Orçamentária:

12: EDUCAÇÃO

361: ENSINO FUNDAMENTAL

6010: MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

1093: CONSTRUIR QDA COBERTA NA ESC PADRE HUMB ANGELONI

449051000000: OBRAS E INSTALAÇÕES

CLAUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1-Ficam ratificadas todas as demais disposições constantes do contrato original.

E por estarem justos e contratados, as partes passam assinar o presente instrumento por si e/ou seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma rubricados para todos os fins de direito na presença de 02 (duas) testemunhas.

Ponte Branca - MT, 28 de Outubro de 2016.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

MACHADO & CARVALHO CONSTRUÇÃO LTDA- ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Tânia Guiomar Resende C. Carvalho	**Ladislau Honorio Martins**
CPF: 496.105.621-91	**CPF: 054.634.831-91**

PORTARIA Nº 002/2017

PORTARIA Nº 002/2017

EMENTA: *Nomeia Secretário Municipal e estabelece outras providências.*

O Senhor **Humberto Luiz Nogueira de Menezes**, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Constituição da República do Estado e sobretudo a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear o Sr. **LADISLAU HONORIO MARTINS**, inscrito no CPF nº 054.634.831-91, para exercer o cargo em comissão de ***SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO***, do Município de Ponte Branca – MT, a partir de 02 de Janeiro de 2017.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre – se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 02 de Janeiro de 2017.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

Prefeito Municipal

PORTARIA N º004

PORTARIA Nº 004/2017

EMENTA: *Nomeia Controlador Interno e estabelece outras providências.*

O Senhor **Humberto Luiz Nogueira de Menezes**, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear o Sr. **SEBASTIÃO ANTONIO DA SILVA**, inscrito no CPF nº 458.538.781-15, para exercer o cargo de ***CONTROLADOR INTERNO***, do Município de Ponte Branca – MT, a partir de 02 de Janeiro de 2017.

Art. 2° - Esta Portaria perderá seus efeitos após a posse do(a) Controlador(a) Interno aprovado no Concurso Público nº. 001/2015, retornando o servidor nomeado ao cargo efetivo de origem.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre – se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 02 de Janeiro de 2017.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 005/2017

PORTARIA Nº 005/2017

EMENTA: *Nomeia Chefe do Gabinete do Prefeito e estabelece outras providências.*

O Senhor **Humberto Luiz Nogueira de Menezes**, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear o Sr. **ZILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF nº 263.388.231-53, para exercer o cargo em comissão de ***CHEFE DO GABINETE DO PREFEITO***, do Município de Ponte Branca – MT, a partir de 10 de Janeiro de 2017.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre – se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 10 de Janeiro de 2017.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

GABINETE
EXTRATO DE DECRETOS PREFEITURA JANEIRO/2017

Decreto nº 006/2017

Fixa o valor da Unidade Fiscal de Pontes e Lacerda – UFPL

Data: 11/01/2017

PREVI LACERDA
RESOLUÇÃO Nº 002/2016

"Dispões sobre a constituição de reserva com as

sobras do custeio das despesas administrativas do

exercício financeiro de 2016."

O Conselho Previdenciário do Fundo Municipal de Previdência Social dos servidores Públicos de Pontes e Lacerda - PREVI-LACERDA, fundamentado no Artigo 69 da Lei nº 1.391 de 26 de junho de 2013, e

Considerando a possibilidade de constituição de reserva com as sobras do custeio das despesas administrativas previstas no inciso III do artigo 15 da Portaria MPS nº. 402/2008;

Considerando que a faculdade prevista no inciso III do artigo 15 da Portaria MPS nº 402/208 encontra-se contida expressamente no inciso III do § 1º do artigo 67 da Lei nº 1.391 de 26 de junho de 2013**;**

Considerando o teor da Resolução de Consulta nº 32/2010 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída reserva com as sobras das receitas destinadas ao custeio das despesas administrativas do exercício financeiro de 2016, não utilizadas, no valor de R$ 228.616,34 (Duzentos e vinte e oito mil seiscentos e dezesseis reais e trinta e quatro centavos).

Art. 2º Instituída através da Resolução nº 002/2015 o valor de R$ 249. 677,63 (Duzentos e quarenta e nove mil seiscentos e setenta e sete reais e sessenta e três centavos) referente a reserva com as sobras das receitas destinadas ao custeio das despesas administrativas do exercício financeiro de 2015, totalizando assim o montante de R$ 478.293,97 (Quatrocentos e setenta e oito mil duzentos e noventa e três reais e noventa e sete centavos) referente as sobras dos exercícios financeiros de 2015 e 2016.

Art. 3º A reserva será constituída no artigo 1º desta Resolução poderá ser utilizada em exercícios financeiros futuros.

Art. 4º A contabilização da reserva constituída por esta Resolução deverá ser contabilizada da seguinte forma: Debita - Déficit do Exercício e Credita - Reserva Administrativa do RPPS.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de dezembro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Pontes e Lacerda - MT, 31 de Dezembro de 2016.

Jose Roberto Portero

Presidente do Conselho Previdenciário

Membros Conselho Previdenciário:

ADRIANA DOS SANTOS SOUZA
DINOVAM LEONEL DA SILVA
ITAMAR RODRIGUES BARBOSA
MILTON CESAR BITTENCOURT DE SOUZA
MARCINDO LEITE RIBEIRO DA COSTA
MARIVANIA SANTOS SILVA
WANDERLUCIO MOYA DUARTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 003/2017

(DESIGNAR SERVIDOR Srº. JOSÉ CARLOS RIBEIRO JUNIOR, CONSELHEIRO TUTELAR PARA SER REPRESENTANTE DA PREFEITURA JUNTO A SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS).

EUGENIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar o Srº. **JOSÉ CARLOS RIBEIRO JUNIOR**, Portador da Cedula de Identidade **RG. Nº. 468544483 SSP/MT e CPF. Nº. 316.632. 938-21,** ocupante do cargo **CONSELHEIRO TUTELAR**, através do Processo de Eleição Unificada, vinculada a Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, para ser representante da Prefeitura junto a Secretaria de Direitos Humanos, para praticar todos os atos necessários a efetivação e recebimento do conjunto de equipamentos destinados a equipagem e estruturação de Conselho Tutelar.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos na data de 02 de Janeiro de 2017.

Art. 3º - Ficam revogadas as demais disposições em contrario.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Porto Estrela/MT, 11 de Janeiro de 2017.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 033/2017

(DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE COORDENADOR DE DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTOSRº. CORIVALDO CANDIDO FERREIRA).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Artigo 1º) Nomear na função comissionada o **SRº. CORIVALDO CANDIDO FERREIRA**, Portador da Cédula de Identidade **RG Nº. 402.687 SSP/MT e CPF Nº. 080.947.131-00**, do cargo comissionado de **COORDENADOR DE DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Infra Estrutura e Serviços Urbanos.

Artigo 2º) Esta Portaria entra em vigor com efeitos a partir desta data.

Artigo 3º) Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 11 de Janeiro de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

DECRETO Nº 010/2017

De: 09 De Janeiro de 2017

*"Nomeia **Ricardo Jose Mano** no cargo de Secretário Municipal de Esportes e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT; no uso de suas prerrogativas legais, em conformidade com inciso I, do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal;

D E C R E T A

Artigo 1º - Nomeia ***Ricardo Jose Mano*** *inscrito no CPF nº 878.546. 511-91*a partir de 09 de Janeiro de 2017 no cargo de **Secretário Municipal de *Esportes,* lotado na Secretaria Municipal de Esportes.**

Artigo 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos/MT, em 09 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 053/2017

De: 09 de Janeiro de 2017

"Nomeia Cleonilda Maria de Mello e dá outras providências".

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, uso de suas atribuições legais com fulcro no Art. 13 Inciso II da Lei Municipal 018/1991;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Cleonilda Maria de Mello** inscrita no CPF 006.356. 551-01 a partir de 09 de Janeiro de 2017 no cargo de **Chefe de Seção de Apoio Administrativo,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 09 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 052/2017

De: 09 de Janeiro de 2017

"Nomeia Cleide Aparecida Santoni e dá outras providências".

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, uso de suas atribuições legais com fulcro no Art. 13 Inciso II da Lei Municipal 018/1991;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Cleide Aparecida Santoni** inscrita no CPF 016.045. 581-21 a partir de 09 de Janeiro de 2017 no cargo de **Encarregado da Unidade Municipal de Identificação,** lotada no Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 09 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

EXTRATO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 04/2017

PREGÃO PRESENCIAL N°. 04/2017

O Município de Porto dos Gaúchos/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 03.204.187/0001-33, com sede administrativa na Praça Leopoldina Wilke, n.º 19, Centro, CEP – 78. 560-000, fone (66) 3526-2000, por meio de seu Pregoeiro, instituído pela portaria 002/2017 de 02/01/2017, no uso de suas atribuições, torna público a abertura de licitação na modalidade **REGISTRO DE PREÇOS do tipo Menor Preço por quilômetro rodado (por km trabalhado)** para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO TRANSPORTE ESCOLAR A FIM DE SUPRIR A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO EM SUAS LINHAS ESCOLARES, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

Modalidade de licitação:---------- PREGÃO

Tipo de licitação:---------- MENOR PREÇO POR QUILÔMETRO TRABALHADO

Conformidade:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES E LEI FEDERAL Nº. 10.520/02.

Forma de execução:---------- INDIRETA

DA VISTORIA DOS VEÍCULOS

Data:---------- **25/01/2017**

Horário:---------- 08:00 HORAS (horário local)

Local:---------- PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL (ENDEREÇO ACIMA CITADO).

DA ENTREGA DOS ENVELOPES

Data:---------- **27/01/2017**

Horário:---------- DAS 07:00h ÀS 08:00h (HORÁRIO LOCAL)

Local:---------- PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL (ENDEREÇO ACIMA CITADO).

DO JULGAMENTO

Data:---------- **27/01/2017**

Horário:---------- 08:00 HORAS (horário local)

Local:---------- PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL (ENDEREÇO ACIMA CITADO).

Observação 01: *O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição na Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, no endereço acima citado, pelo site licitacao@portodosgauchos.mt.gov.br ou pelo telefone 66 3526 2000,* ***sem qualquer ônus****, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07h00min horas às 12h00min horas e das 14h00min horas às 17h00min horas, exceto feriados e pontos facultativos).*

Porto dos Gaúchos/MT, 11 de Janeiro de 2017.

HELIELSON TEODORO ALVES

Pregoeiro

EXTRATO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 03/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2017

O Município de Porto dos Gaúchos/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 03.204.187/0001-33, com sede administrativa na Praça Leopoldina Wilke, n.º 19, Centro, CEP – 78. 560-000 fone (66) 3526-2000, por meio de seu Pregoeiro, instituído pela portaria 002/2017 de 02/01/2017, no uso de suas atribuições, torna público a abertura de licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para o **REGISTRO DE PREÇOS** do tipo Menor Preço **POR ITEM,** objetivando O **REGISTRO DE PREÇOS** do tipo Menor Preço **POR ITEM,** objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE, ATUANDO NAS UNIDADES DO MUNICÍPIO, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

Modalidade de licitação:---------- PREGÃO

Tipo de licitação:---------- MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL Nº. 10.520/02 E LEI COMPLEMENTAR N°. 123/06.

Forma de execução:---------- INDIRETA

DA ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO

Data:---------- 26/01/2017

Horário:---------- DAS 07:00h ÀS 08:00h (HORÁRIO LOCAL)

Local:---------- PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL (ENDEREÇO ACIMA CITADO).

DO JULGAMENTO

Data:---------- 26/01/2017

Horário:---------- 08:00 HORAS (horário local)

Local:---------- PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL (ENDEREÇO ACIMA CITADO).

Observação 01: *O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição na Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, no endereço acima citado, pelo site licitacao@portodosgauchos.mt.gov.br ou pelo telefone 66 3526 2000,* ***sem qualquer ônus****, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07h00min horas às 12h00min horas e das 14h00min horas às 17h00min horas, exceto feriados e pontos facultativos).*

Porto dos Gaúchos/MT, 11 de Janeiro de 2017.

HELIELSON TEODORO ALVES

Pregoeiro

DECRETO Nº 009/2017

De: 06 De Janeiro de 2017

"Exonera ***Willian Rodrigues de Araujo*** *do cargo de Secretário Municipal de Esportes e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT; no uso de suas prerrogativas legais, em conformidade com inciso I, do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal;

D E C R E T A

Artigo 1º - Exonera ***Willian Rodrigues de Araujo*** *inscrito no CPF nº 019.769.751-82*a partir de 06 de Janeiro de 2017 do cargo de **Secretário Municipal de *Esportes,* lotado na Secretaria Municipal de Esportes.**

Artigo 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos/MT, em 06 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 037/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

"Concede Férias ao servidor ***Osnei Gomes da Silva*** *e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/01/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** ao servidor **Osnei Gomes da Silva**nomeado no cargo efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 03/02/2015 a 02/02/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 038/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

"Concede Férias a servidora ***Eliana João de Macedo Barreiros*** *e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/01/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora **Eliana João de Macedo Barreiros**nomeada no cargo efetivo de Zelador, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura referente ao período aquisitivo de 05/03/2015 a 04/03/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 039/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

"Concede Férias a servidora ***Leniana Heinen Feitosa*** *e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/01/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora **Leniana Heinen Feitosa**nomeada no cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação referente ao período aquisitivo de 13/02/2015 a 12/02/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 040/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

"Concede Férias aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências".

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/01/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, conforme relacionados:

Servidor	Cargo	Período Aquisitivo
Alexandre Paulo Amaral Tenório	Apoio Adm. Educacional-D	05/02/2015 a 04/02/2016
Cristiane Aparecida Pacheco	Professor	03/02/2015 a 02/02/2016
Helena dos Santos	Professor	18/02/2015 a 17/02/2016
Lenir dos Santos	Professor	03/02/2015 a 02/02/2016
Luiz Sanches Carpes	Apoio Adm. Educacional-D	03/02/2015 a 02/02/2016
Manoel Messias dos Santos	Professor	03/02/2015 a 02/02/2016
Marli Albrecht da Silva	Apoio Adm. Educacional-B	03/02/2014 a 02/02/2015
Sirlei Aparecida da Silva Carrasco	Professor	11/03/2015 a 10/03/2016

Terezinha Aparecida da Silva Cruz	Apoio Adm. Educacional-A	07/02/2015 a 06/02/2016

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 057/2017

De: 11 de Janeiro de 2017

"Nomeia Namir dos Santo Morimã e dá outras providências".

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, uso de suas atribuições legais com fulcro no Art. 13 Inciso II da Lei Municipal 018/1991;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Namir dos Santos Morimã** inscrita no CPF 206.896.081-87 a partir de 11 de Janeiro de 2017 no cargo de **Encarregado de C. T.P.S.,** lotada no Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 11 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 041/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

"Concede Férias aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação exercendo atividades na Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke e dá outras providências".

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/01/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação exercendo atividades na Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke, conforme relacionados:

Servidor	Cargo	Período Aquisitivo
Adriana Alves de Oliveira	Professor	04/05/2015 a 03/05/2016
Adriele Alves Oliveira	Professor	03/02/2015 a 02/02/2016
Anair Lazareck Felipetto	Apoio Adm. Educacional-A	11/03/2015 a 10/03/2016
Andreia Patricia Rezer da Silva	Apoio Adm. Educacional-B	17/02/2015 a 16/02/2016
Carla Cristina Camargo	Professor	28/01/2016 a 31/12/2016
Carlos Alberto de Oliveira	Professor	11/03/2014 a 10/03/2015
Cristiane de Jesus Melo	Professor	14/07/2015 a 13/07/2016
Edivane de Oliveira	Apoio Adm. Educacional-A	03/02/2015 a 02/02/2016
Elemar Vergilio Gabriel	Professor	11/03/2015 a 10/03/2016
Enos dos Reis Maria	Professor	04/05/2015 a 03/05/2016
Erica Moraes da Rosa	Professor	03/02/2015 a 02/02/2016
Francisca Coelho Rodrigues	Professor	11/03/2015 a 10/03/2016
João Carlos Pivato	Professor	18/02/2015 a 17/02/2016
Leandro de Medeiros Carlos	Professor	03/02/2015 a 02/02/2016
Luciana João de Macedo	Apoio Adm. Educacional-E	25/05/2015 a 24/05/2016
Luciane Marinete Jesus da Silva	Professor	04/12/2015 a 03/12/2016
Manoel Bezerra Chaves Neto	Professor	11/03/2015 a 10/03/2016
Maria Aparecida Teodoro	Apoio Adm. Educacional-A	01/07/2015 a 30/06/2016
Maria Eduarda F. da Silva Leandro	Apoio Adm. Educacional-E	03/02/2015 a 02/02/2016
Marizonia Jose Rodrigues	Professor	18/02/2015 a 17/02/2016
Monica Elias de Oliveira	Apoio Adm. Educacional-A	06/02/2015 a 05/02/2016
Nagila Daiane Politowski	Professor	21/09/2015 a 20/09/2016
Onicy David Guerra	Apoio Adm. Educacional-B	11/03/2015 a 10/03/2016
Rosa Amelia Caccia	Professor	11/03/2015 a 10/03/2016
Salete Dal Pozzo	Apoio Adm. Educacional-B	09/07/2015 a 08/07/2016
Valdenir da Silva Oliveira	Professor	11/03/2015 a 10/03/2016

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos/MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 042/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

"Concede Férias aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação exercendo atividades na Creche Municipal Pequeno Príncipe e dá outras providências".

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/01/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação exercendo atividades na Creche Municipal Pequeno Príncipe, conforme relacionados:

Servidor	Cargo	Período Aquisitivo
Alexia Poliana Rezer da Silva	Apoio Adm. Educacional-A	03/02/2015 a 02/02/2016
Alexsandra Teixeira da Silva	Apoio Adm. Educacional-A	04/05/2015 a 03/05/2016
Aurelia Priscila Rezer Teodoro Koblitz	Apoio Adm. Educacional-A	06/02/2015 a 06/02/2016
Beatriz Ramires do N. Celestino	Apoio Adm. Educacional-E	25/06/2015 a 24/06/2016
Eliane Maria de Jesus	Professor	03/02/2015 a 02/02/2016
Erileide da Silva	Apoio Adm. Educacional-E	04/02/2015 a 03/02/2016
Elisangela Alves Neves	Apoio Adm. Educacional-E	04/05/2015 a 03/05/2016
Fatima Zelinda Boasek	Apoio Adm. Educacional-E	17/11/2015 a 16/11/2016
Flavia Moraes Rosa	Professor	03/11/2015 a 02/11/2016
Jaqueline Mercadante	Apoio Adm. Educacional-E	04/05/2015 a 03/05/2016
Josiane Aparecida Simões	Apoio Adm. Educacional-E	25/06/2015 a 24/06/2016
Lilian Meire Leite Vieira Bomfim	Professor	13/02/2015 a 12/02/2016
Lisete Marques dos Santos	Professor	04/05/2015 a 03/05/2016

Luciene Aparecida Martins	Apoio Adm. Educacional-E	04/05/2015 a 03/05/2016
Lucilene Rezer	Professor	04/05/2015 a 03/05/2016
Marcia Gomes Martins	Apoio Adm. Educacional-E	11/03/2014 a 10/03/2015
Maria da Conceição de Carvalho	Professor	24/10/2015 a 23/10/2016
Mariluce dos Santos Silva	Professor	20/10/2015 a 19/10/2016
Marinalva Avelino de Camargo	Professor	04/02/2015 a 03/02/2016
Marinalva Gomes Martins Frenzel	Apoio Adm. Educacional-E	11/03/2015 a 10/03/2016
Marinez Rezer da Rosa	Apoio Adm. Educacional-E	01/04/2015 a 31/03/2016
Marta Sonia do Nascimento	Apoio Adm. Educacional-A	10/11/2015 a 09/11/2016
Michelle Stübbe da Costa	Apoio Adm. Educacional-E	04/05/2015 a 03/05/2016
Neuza Aparecida da Silva	Apoio Adm. Educacional-E	07/06/2015 a 06/06/2016
Olga Dillemburg Rezer	Professor	04/05/2015 a 03/05/2016
Olivia Correa Lopes	Apoio Adm. Educacional-E	01/04/2015 a 31/03/2016
Poliana Casali Mendes	Apoio Adm. Educacional-E	03/11/2015 a 02/11/2016
Regiane Pereira da Silva	Apoio Adm. Educacional-B	01/07/2015 a 30/06/2016
Roberta Pegorari Bonfim dos Santos	Professor	12/03/2015 a 11/03/2016
Rosa Aparecida Cardoso	Apoio Adm. Educacional-A	11/03/2015 a 10/03/2016
Sandra Aparecida do Nascimento	Apoio Adm. Educacional-B	13/02/2015 a 12/02/2016
Suelyn Elise Eidt Bertol	Apoio Adm. Educacional-E	04/05/2015 a 03/05/2016

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 043/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

*"Concede Licença Especial à servidora **Ana Maria dos Santos Cagol** e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no Artigo 120 da Lei 018/1991 e Lei Complementar Municipal 002/2003;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Especial, a servidora **Ana Maria dos Santos Cagol,** nomeada no cargo efetivo de Técnico Administrativo Educacional Profissionalizante, lotada na Secretaria Municipal de Educação para usufruir no mês de **Janeiro de 2017**, referente ao quinquênio de **10/02/2011 a 09/02/2016.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 044/2017

De: 02 de Janeiro de 2017

*"Concede Licença Especial ao servidor **Vanildo Casali** e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no Artigo 120 da Lei 018/1991 e Lei Complementar Municipal 002/2003;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Especial, ao servidor **Vanildo Casali,** nomeado no cargo efetivo de Apoio Administrativo Educacional "C", lotado na Secretaria Municipal de Educação para usufruir no mês de **Janeiro de 2017**, referente ao quinquênio de **13/02/2011 a 12/02/2016.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 051/2017

De: 09 de Janeiro de 2017

"Nomeia Luciano Penha Martins e dá outras providências".

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, uso de suas atribuições legais com fulcro no Art. 13 Inciso II da Lei Municipal 018/1991;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Luciano Penha Martins** a partir de 09 de Janeiro de 2017 no cargo de **Chefe do Setor de Esportes em São João,** lotado na Secretaria Municipal de Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 09 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 055/2017

De: 10 de Janeiro de 2017

"Nomeia Nohama Rodrigues de Sousa Gomes e dá outras providências".

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, uso de suas atribuições legais com fulcro no Art. 13 Inciso II da Lei Municipal 018/1991;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Nohama Rodrigues de Sousa Gomes** inscrita no CPF 056.455.291-70 a partir de 10 de Janeiro de 2017 no cargo de **Chefe do Setor de Cadastro e Tributação,** lotada na Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 10 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

EXTRATO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 06/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2017

O município de Porto dos Gaúchos/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 03.204.187/0001-33, com

sede administrativa na Praça Leopoldina Wilke, n.º 19, Centro, CEP 78. 560-000, fone (66) 3526-2000, por meio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria nº. 002/2017 de 02/01/2017, no uso de suas atribuições, torna público, a abertura de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL, REGISTRO DE PREÇOS** do tipo **Menor Preço por item,** visando a FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS, EM GERAL PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

Modalidade de licitação:---------- PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:---------- MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL Nº. 10.520/02 E LEI COMPLEMENTAR N°. 123/06 CONSOANTE COM A LEI COMPLEMENTAR Nº. 128/08.

Forma de execução:---------- INDIRETA

DA ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO

Data:---------- 24/01/2017

Horário:---------- Das 07h00minh ÀS 08h00-minh (Horário Local)

Local:---------- Prédio da Prefeitura Municipal (Endereço acima Citado).

DO JULGAMENTO

Data:---------- 24/01/2017

Horário:---------- Às 08h00minh (Horário Local)

Local:---------- Prédio da Prefeitura Municipal (Endereço acima Citado).

Observação 01: *O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição na Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, no endereço acima citado, pelo telefone 66 3526 2000, ou pelo e-mail licitacao@portodosgauchos.mt.gov.br* ***sem qualquer ônus****, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07h00min horas às 11h00min e das 13h00min horas ás 17h00min, exceto feriados e pontos facultativos).*

Porto dos Gaúchos/MT, 11 de Janeiro de 2017.

HELIELSON TEODORO ALVES

Pregoeiro

PORTARIA Nº 054/2017

De: 09 de Janeiro de 2017

"Nomeia ***Victor Emanuel Schmidt da Silva*** *e da outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Art. 13 Inciso II da Lei 018/1991;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Victor Emanuel Schmidt da Silva** inscrito no CPF nº 033.064.851-95 no cargo de **Chefe do Setor de Licenciamento Ambiental**, a partir de 09 de Janeiro de 2017 lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 09 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 050/2017

De: 09 de Janeiro de 2017

"Nomeia Willian Rodrigues de Araujo e dá outras providências".

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, uso de suas atribuições legais com fulcro no Art. 13 Inciso II da Lei 018/1991;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia **Willian Rodrigues de Araujo** a partir de 09 de Janeiro de 2017 no cargo de **Chefe do Departamento de Esportes e Lazer,** lotado na Secretaria Municipal de Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 09 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 056/2017

De: 10 De Janeiro de 2017

"Nomeia Comissão Municipal de Avaliação de Títulos de Progressões de *Carreira dos Servidores Públicos* ***da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências".***

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Comissão Municipal de **Avaliação de Títulos de Progressões** de Carreira dos Servidores Públicos da Secretaria Municipal de Saúde de Porto dos Gaúchos/MT.

Parágrafo único: Os membros que compõe a comissão são os seguintes:

Nível Titular:Geraldina Celestina da Cruz

Fundamental Suplente: Leanda Boone da Conceição

Nível Titular:Vânia dos Santos Bernandes

Médio Suplente: Adriana Raquel Lopes de Oliveira

Nível Titular:Valmir Amate

Técnico Suplente: Márcia Selzler de Oliveira

Nível Titular:Mario Henrique Lara Ferreira

Superior Suplente: Valmir Almeida Angelo

Art. 2º As atividades dos membros da Comissão ora constituída reger-se-á pelas disposições seguintes:

I – Os membros quando convocados irão conferir, avaliar e reconhecer os certificados dos cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional dos servidores de provimento efetivo para fins de progressão horizontal na evolução da carreira dos servidores públicos.

II - O exercício da função de membro é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

III - A Comissão atuará durante o período de 02 (dois) anos.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 10 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 045/2017

De: 09 de Janeiro de 2017

*"Nomeia **Cristiano Dias Teles** e da outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Art. 13 Inciso II da Lei 018/1991;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Cristiano Dias Teles** inscrito no CPF nº 031.620.341-67 no cargo de **Chefe do Setor de Esporte em Novo Paraná**, a partir de 09 de Janeiro de 2017 lotado na Secretaria Municipal de Esporte.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 09 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 046/2017

De: 09 de Janeiro de 2017

*"Nomeia **Suzana Balassone** e da outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Art. 13 Inciso II da Lei 018/1991;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Suzana Balassone** inscrita no CPF nº 843.742.091-15 no cargo de **Chefe do Setor de Monitoramento de Programas**, a partir de 09 de Janeiro de 2017 lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 09 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 047/2017

De: 06 de Janeiro de 2017

"Exonera Luciano Penha Martins e dá outras providências".

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, uso de suas atribuições legais com fulcro no Art. 55 da Lei Municipal 018/1991;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar **Luciano Penha Martins** a partir de 06 de Janeiro de 2017 do cargo de **Chefe do Departamento de Esportes e Lazer,** lotado na Secretaria Municipal de Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 06 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 048/2017

De: 06 de Janeiro de 2017

"Exonera Maria Jose Fernandes de Araujo** da função de **Secretaria Escolar da Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke, e dá outras providências".

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT; no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Art. 55 da Lei Municipal 018/1991;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora efetiva **Maria Jose Fernandes de Araujo** da função de **Secretaria Escolar da Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke,** a partir de 06 de Janeiro de 2017, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único: Será atribuído uma única indenização correspondente a dois terços do vencimento pela perda da função c.c Art. 24 da Lei 011/2002.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos/MT, em 06 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 049/2017

De: 09 de Janeiro de 2017

"Nomeia Maria José Fernandes de Araujo para a função de Secretaria Escolar e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN,no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Art. 40 da Lei 467/2013;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Maria José Fernandes de Araujo** para a função de **Secretaria Escolar da Creche Municipal Pequeno Príncipe,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Parágrafo Único: Será atribuído o regime de trabalho de Dedicação Exclusiva fazendo jus a um acréscimo de 50% (cinquenta por cento) do seu vencimento salarial.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 09 de Janeiro de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO MUNICIPAL N.º 005, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO N.º 005/2017 Poxoréu/MT, 10 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a atualização do valor da Unidade Padrão Fiscal do Município de Poxoréu – UPF/POX, para efeitos dos Tributos Municipais, na forma que menciona.

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito Municipal de Poxoréu – MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de Poxoréu/MT e parágrafo único do artigo 1.º da Lei Municipal n.º 1.725, de 9 de dezembro de 2014:

CONSIDERANDO a necessidade/obrigatoriedade de atualização monetária da UPF/POX para o exercício de 2017, consoante determinação da Lei Municipal n.º 1.725/2014, tendo como base o IPC-A e o INPC, ambos aferidos pelo IBGE (site oficial), observado o período de variação acumulada nos 12 (doze) meses anteriores;

DECRETA:

Art. 1.º Fica atualizada em 7,19% (sete vírgula dezenove por cento) a Unidade Padrão Fiscal do Município – UPF/POX – passando ser valor unitário a vigorar durante o exercício de 2017, equivalente a **R$ 12,80 (doze reais e oitenta centavos)**, para fins tributários a que se refere a Lei Municipal n. º 1.738/2014 e demais legislações esparsas correlatas.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1.º de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 10 de janeiro de 2017.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Este Decreto foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 10/1/2017 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

_____

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária Municipal de Administração

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO MUNICIPAL N.º 004, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

Exercício: 2017

Decreto nº 4/2017 de 06/01/2017

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhes foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1835/2016 de 08/12/2016.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 73.405,40 (setenta e três mil quatrocentos e cinco reais e quarenta centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.002.00.000.0000.0.000. Fundo Municipal de Saúde

05.002.10.000.0000.0.000. Saúde

05.002.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

05.002.10.301.0079.0.000. SAÚDE

05.002.10.301.0079.2.034. CONTRIBUIÇÃO AO CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE – CORESS

119-3.1.30.41.00.00 1140 CONTRIBUIÇÕES 73.405,40

Total Suplementação: 73.405,40

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.001.00.000.0000.0.000. Gabinete do Secretário de Saúde

05.001.10.000.0000.0.000. Saúde

05.001.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

05.001.10.301.0003.0.000. ADMINISTRAÇÃO GERAL

05.001.10.301.0003.2.020. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE SAÚDE

80-3.3.90.30.00.00 1140 MATERIAL DE CONSUMO 73.405,40

Total Redução: 73.405,40

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de POXOREU, Estado de Mato Grosso, em 06/01/2017.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Este Decreto foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 6/1/2017 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

_____

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 001/2017

OBJETO: Aquisição de Combustível "Óleo Diesel BS-500" para uso das diversas Secretarias do Município de Querência.

FAVORECIDO: PRIMAVERA DIESEL LTDA, CNPJ nº. 00.183.277/0001-05

VALOR GLOBAL: R$ 21.440,25 (vinte e um mil quatrocentos e quarenta reais e vinte cinco centavos)

PERÍODO/PRAZO: 10 (dez) dias, tendo em vista uma compra única.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Ratifico a presente dispensa de licitação nos termos do Art. 26 da Lei nº 8. 666/93, e alterações posteriores, e de conformidade com o parecer jurídico e justificativa, ambos documentos anexos.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 11 de janeiro de 2017.

_____

Fernando Gorgen

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 022/2012

DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO ao Contrato de prestação de serviços n. 022/2012 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA Estado de Mato Grosso, e a empresa L. L. CONSTRUTORA LTDA, devidamente já qualificadas no Contrato Originário sob nº 022/2012 de 26/04/2012, referente ao processo licitatório nº 022/2012.

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo para execução de Serviços do Contrato Originário 022/2012.

CLAUSULA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica alterado o prazo de execução da obra, sendo acrescido de mais 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de 01 de janeiro de 2017, **vencendo no dia 31 de Janeiro de 2017.**

Querência – MT, 30 de dezembro de 2016

_____

Município de Querência – MT

Gilmar Reinoldo Wentz

CONTRATANTE

_____

L. L. CONSTRUTORA LTDA

Lincon Heimar Saggin

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2016

OBJETO: A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal - MT torna público que na Licitação na modalidade Pregão Presencial Nº 26/2016 tendo em vista o cumprimento de todas as exigências do Edital, e considerando o menor preço apresentado na proposta, a comissão de Licitação ADJUDICOU como vencedora as empresas, **CRIATIVA CONSULTORIA E SISTEMA- ME** inscrita pelo **CNPJ 19.277.965/0001-54,** a empresa**– LIDER CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL – ME** inscrita pelo **CNPJ 11.499.448/0001-18** para que produza todos os efeitos legais.

Reserva do Cabaçal-MT, 09 de janeiro de 2017.

MANOEL EVANGELISTA DOS SANTOS

Pregoeiro

AMARILDO RODRIGUES GOMES

Presidente

REGIANE LUCAS DOS REIS VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS

Membro Membro

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2016

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT torna público que realizou no dia 09 de janeiro de 2016, às 8:30 horas, em sua sede à Av. Mato Grosso nº 221, Centro, Pregão Presencial para **Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Consultoria Técnica Contábil de Execução Orçamentária e Contabilidade Pública; Consultoria Financeira (tesouraria), Administrativa, Consultoria na revisão do PPA para 2018/2021, Consultoria na elaboração de Contratos e Editais para licitações, e Consultoria no preenchimento e envio do DCTF, SIOPS, SIOPE e SINCOF, Prestação de Serviços Técnicos Especializados na Manutenção de computadores, tratamento de dados e periféricos em todas as secretarias da administração, Consultoria na prestação de serviços ao sistema de Controle Interno da Administração Direta do Município de Reserva do Cabaçal – MT.**

Tendo como vencedora as empresas: **CRITIVA CONSULTORIA E SISTEMA DE INFORMÁTICA LTDA ME e LIDER CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.**

Reserva do Cabaçal-MT, 12 de janeiro de 2017

AMARILDO RODRIGUES GOMES

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2016

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal - MT torna público que na Licitação na modalidade Pregão Presencial Nº 26/2016 tendo em vista o cumprimento de todas as exigências do Edital, e considerando o menor preço apresentado na proposta, a comissão de Licitação ADJUDICOU e o **PREFEITO HOMOLOGA** como vencedora as empresas, **CRIATIVA CONSULTORIA E SISTEMA- ME** inscrita pelo **CNPJ 19.277.965/0001-54,** a empresa**– LIDER CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL – ME** inscrita pelo **CNPJ 11.499.448/0001-18** para que produza todos os efeitos legais.

As empresas vencedoras ficam obrigadas a fornecer o objeto conforme proposta apresentada.

Reserva do Cabaçal - MT, 12 de janeiro de 2017

TARCÍSIO FERRARI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
CHAMADA PUBLICA Nº 01/2017 DISPENSA 01/2017

A Prefeitura Municipal de Reserva do CABAÇAL-MT, com sede na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78.265-000 torna público que realizará no dia **24/01/2017 às 09h00min horas, a Chamada Pública do FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL/MT, CONFORME LEI 11.947/09 E RESOLUÇÃO FNDE Nº. 38 DE 16/07/2009.** Conforme condições e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Os interessados poderão retirar o Edital completo diretamente na internet no endereço: www.reservadocabacal.mt.cnm.org.br, link Editais e Licitações gratuitamente.

O processo será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Reserva do Cabaçal-MT, 11 de janeiro de 2017.

AMARILDO RODRIGUES GOMES

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO 02/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADO: **LIDER CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL-ME**

CNPJ: 11.499.448/0001-18

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a Prestação de serviços de assessoria ao Sistema de Controle Interno da Administração Direta.

VIGENCIA: 12/01/2017 A 12/01/2018

VALOR GLOBAL: R$ 72.000,00 (Setenta e Dois Mil Reais).

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO 01/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADO: CRIATIVA CONSULTORIA E SISTEMAS DE INFORMÁTICA EIRELI ME

CNPJ: 19.277.965/0001-54

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Consultoria Técnica Contábil de Execução Orçamentária e Contabilidade Pública; Consultoria na revisão do PPA para 2018/2021, Consultoria na elaboração de Contratos e Editais para licitações, e Consultoria no preenchimento e envio do SIOPS, SIOPE e SICONFI e DCTF, Serviços Técnicos Especializados na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentaria (LDO) para o exercício 2018, Serviços Técnicos Especializados na elaboração da Lei Orçamentaria (LOA) para o exercício 2018, Prestação de serviços Técnicos especializados na elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2018/2021, prestação de serviços técnicos especializados na manutenção de computadores, tratamento de dados e periféricos, para atendimento da Administração do Município de Reserva do Cabaçal – MT.VIGENCIA: 12 de janeiro de 2017 e término em 12 de janeiro de 2018VALOR GLOBAL: de R$ 329.000,00 (Trezentos e vinte e move mil reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

GABINETE
PORTARIA Nº 26/2016

DATA: 02 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA TESOUREIRA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

REYNALDO FONSECA DINIZ, Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Organica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º Nomeia a Senhora **VANDERLEIA PEREIRA DA SILVA**, brasileira, portador da cedula de Identidade RG n. 15457745 SSP/MT e inscrita no CPF sob n. 026.485.051-30 residente e domiciliada neste Municipio de Ribeirão Cascalheira – MT, para o cargo de **TESOUREIRA**, nivel DAS-2, desta Prefeitura.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando e as demais disposições em contrario.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE E

CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 02 DE JANEIRO DE 2017.

REYNALDO FONSECA DINIZ

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE
PORTARIA N. 021

DATA: 02 DE JANEIRO DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA ASSINAR E RESPONDER COMO VISTORIADOR DO DETRAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

REYNALDO FONSECA DINIZ, Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Senhor **CLEOMISON SOUZA AGUIAR**, brasileiro, casado, portador do RG nº 12336556 SSP/MT e inscrito no CPF nº 015.113.291-73, residente e domiciliado neste munícipio, para assinar e responder como vistoriador do DETRAN.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 02 DE JANEIRO DE 2017.

REYNALDO FONSECA DINIZ

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI N° 091/1992

DATA: 06 DE MARCO DE 1.992

" INSTITUI 0 FUND0 MUNICIPAL DE SAÚDE E DA 0UTRAS PROVIDENCIA."

0 PREFEITO MUNICIPAL DE Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legal, fago saber* que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I SEÇÃO I

DOS 0BJETIVOS

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Municipal de Saúde que tem por objetivo criar condições financeiras e de gerencia' doe recursos destinados ao desenvolvimento das ações de saude9 executadas ou coordenadas pela Secretaria Municipal de Saúde que compreendem:

1 - 0 atendimento a saúde universalizado, integral, regionalizado e hierarquizado;

II - A vigilância sanitária;

III - A vigilância epidemiologias e ações de saúde de interesse individual e coletivo correspondentes;

IV - 0 controle e a fiscalização das agressões ' ao meio ambiente, nele compreendido o ambiente de trabalho, em comum* acordo com as organizações competentes das esferas Federal o estadual

Paragrafo Único - Aplica – se no que couber para execução da presente Lei, o disposto no Decreto Municipal nº 171/91, de 08 de abril de 1.991, que regulamenta o Conselho Municipal de Saúde •

CAPITULO II

DA ADMIRISTHACXO DO FUNDO SECÃO I

DA SUBORDINAÇÃO DO FUNDO

Art. 2º-0 Fundo Municipal de Saúde ficara subordinado diretamente ao Secretario Municipal de Saúde.

SECAO II

das atribuições do secretário municipal de saúde

Art. 3º - são atribuições do Secretario Municipal

de Saúde;

I - Gerir o Fundo Municipal de Saúde e estabelecer politicas de aplicação dos seus recursos em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde;

II- Acompanhar, avaliar e decidir sobre a reabilitação das ações previstas no Plano Municipal de Saúde;

III - Submeter ao Conselho Municipal de Saúde o Plano de aplicação e cargo do Fundo, em consonância com o Plano Municipal de Saúde e com a Lei de Diretrizes Orçamentarias;

IV - Submeter ao Conselho Municipal de Saúde as demonstrações mensais de receitas e despesas do Fundo,

V - Encaminhar a contabilidade geral do Município as demonstrações mencionadas no inciso anterior;

VI - Subdelegar competências aos responsáveis pelos estabelecimentos de prestação de serviços de saúde que integram a rede Municipal;

VII - Assinar cheques conjuntamente com o Prefeito Municipal ou o Secretario Municipal de Finanças, quando for o caso;

VIII - Ordenar empenho* e pagamentos das despesas do Fundo;

IX - Firmar convênios e contratos, inclusive de empréstimos, juntamente com o Prefeito, referentes a recursos que serão administrados pelo Fundo.

SECXO III

DA COORDENACAO DO FUNDO

Art. 4º – Das atribuições do coordenador do Fundo

I - Preparar as demonstrações mensais da receita e despesas a serem encaminhadas ao Secretario Municipal de Saúde;

II - Manter os controles necessários a execução orçamentária do Fundo referente a empenhos, liquidação e pagamento das despesas e os recebimentos das receitas do Fundo;

III - Manter, em coordenação com o setor de patrimônio da Prefeitura Municipal os controles necessários sobre os bens patrimoniais com a carga ao Fundo;

IV - Encaminhar a contabilidade geral do Munícipio.

a) - mensalmente, as demonstrações de receitas e despesas;

b) - Trimestralmente, os inventários de medicamentos e de instrumentos médicos;

c) - anualmente, o inventario dos bens moveis e imóveis e o balanço geral do Fundo.

V - Firmar, com o responsável pelos controles da execução orçamentaria as demonstrações mencionadas anteriormente;

VI - preparar os relatórios de acompanhamento da realização das ações de saúde para serem submetidas ao Secretario Municipal de Saúde;

VII - providenciar, junto a contabilidade geral do Município, as demonstrações que indiquem a situação econômico -financeira geral do Fundo Municipal de Saúde;

VIII - apresentar, ao Secretario Municipal de Saúde a analise e a avaliação da situação econômica financeira do rondo municipal de Saúde decretada nas demonstrações mencionadas;

IX - manter os controles necessários sobre convênios ou contratos de prestação de serviços pelo setor privado e dos empréstimos feitos para a saúde;

X - encaminhar mensalmente, ao Secretario Municipal de Saúde, relatórios de acompanhamento e avaliação de produção de serviços prestados pelo setor privado na forma mencionada no inciso anterior;

XI - manter o controle e a avaliação da produção das unidades integrantes da rede municipal de saúde;

XII - encaminhar mensalmente, ao Secretario Municipal de Saúde, relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pela rede municipal do saúde.

SEÇÃO IV

SUBSEÇÃO I

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 5º - São receitas do Fundo:

I - as transferências oriundas do orçamento de Seguridade Social, como decorrência do que dispõe o art. 30, VII, da Constituição da Republica;

II - direitos que porventura vier a constituir;

III - bens moveis e imóveis que forem destinados ao sistema de Saúde do Município;

IV - bens moveis e imóveis doados, com ou sem ônus destinados ao sistema de saúde;

V - bens moveis destinados a administração do sistema de saúde do Município;

Paragrafo Único - Anualmente se processará o inventario dos bens e direitos vinculados ao Fundo.

SUBSECAO III

DOS PASSIVOS DO FUNDO

Art. 7º - Constituem passivos do Fundo Municipal de Saúde as obrigações de qualquer natureza que porventura o Município venha a assumir para a manutenção e funcionamento do sistema municipal de saúde.

SECAO V

DO ORÇAMENTO DA CONTABILIDADE

SUBSEÇAO I

DO ORÇAMENTO

Art. 8º - 0 orçamento do Fundo Municipal de Saúde evidenciara as política e o programas de trabalho governamentais, observados e piano plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentarias, e os princípios da universalidade e do equilíbrio.

§ 1º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde integrara o orçamento do Município, em obediência ao principio da unidade.

II - os rendimentos e os juros provenientes de aplicações financeiras;

III - o produto de convênios firmados com outras entidades financiadora;

IV -o produto da arrecadação da taxa de fiscalização sanitária e de higiene, multas e juros de mora por infrações ao Código Sanitário Municipal, bem como parcela de arrecadação de ou trás taxas já instituídas e daquelas que o Município vier a criar;

V - as parcelas do produto da arrecadação de outras receitas próprias oriundas das atividades econômicas, de presta- gado de serviços e de outras transferências que o Município tenha direito a receber por força de lei e de convenio no setor.

VI – doações em espécie feitas diretamente para este Fundo.

§1º As receitas descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta especial a ser abertas e mantidas em agencias de estabelecimento oficial de credito.

§ 2º - A aplicação dos recursos de natureza financeira dependera.

I - da existência de disponibilidade em função do cumprimento de programação;

II - de previa aprovação do Secretario Municipal de

Saúde.

SUBSEÇÃO ii

DOS ATIVOS DO FUNDO

Art. 6º - Constituem ativos do Fundo Municipal de

Saúde.

I - disponibilidade monetárias era bancos ou em caixa especial oriundas das receitas especificadas;

_

§ 2º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde observara, na sua elaboração e na sua execução, os padrões e as normas estabelecidos na legislação pertinente.

SUBSEÇAO II

DA CONTABILIDADE

Art. 9º - A contabilidade do Fundo Municipal de saúde tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária do sistema municipal de saúde, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 10º - A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio, concomitante e subsequente© e de informar, inclusive; de apropriar e apurar os custos dos serviços, e, consequentemente, de concretizar o seu objetivo, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art. 11º - A escrituração contábil será feita pelo método das partidas dobradas.

5 1º - A contabilidade emitira relatórios mensais de gestão, inclusive dos custos dos serviços.

§ 2º - Entende-se por relatórios de gestão os balancetes mensais de receita e de despesas do Fundo Municipal de saúde e demais demonstrações exigidas pela Administração e pela legislação pertinente.

§ 3º - As demonstrações e os relatórios produzidos passarão a integrar a contabilidade geral do Município.

SEÇÃO VI

DA EXECUCAO ORÇAMENTARIA

SUBSEÇÃO I

DA DESPESA

Art. 128 - Imediatamente apos a promulgação da Lei de Orçamento o Secretario Municipal de Saúde aprovara o quadro de cotas trimestrais, que serão distribuídas entre as unidades executadoras do sistema Municipal de saúde.

Paragrafo Único - As cotas trimestrais poderão ser alteradas durante o exercício observados o limite fixado no orçamento e o comportamento de sua execução).

Art. 13º - Nenhuma despesa será realizada Bern* a necessária autorização orçamentária.

Paragrafo Único - Para os casos de insuficiências e omissões orçamentarias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorização por lei e abertos por decreto do Executivo.

Art. 14º - A despesa do Fundo Municipal de Saúde se constituirá de:

I - financiamento total ou parcial programas integrados de saúde desenvolvidos pela Secretaria ou com ela conveniados;

II - pagamento de vencimentos, salários, gratificação ao pessoal dos órgãos ou entidades de administração direta ou indireta que participem da execução das ações previstas no art. 1º da presente Lei;

III - pagamento pela prestação de serviços a entidades de direito privado para execução de programas ou projetos • específicos do setor saúde', observado o disposto no § 1°, art. 199 da Constituição Federal;

IV - aquisição de Material permanente de consumo

a de outros insumo necessários ao desenvolvimento dos programas;

V – construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóvel para adequação da rede física de prestação de serviço de saúde.

VI – desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de saúde.

VII - Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos em saúde.

VIII - atendimento de despesas diversas da de caráter urgente e inadiável, necessárias à execução das ações e serviços de saúde mencionados no art. 1° da presente lei.

SUBSEÇAO II

DAS RECEITAS

Art. 15º - A execução orçamentaria das receitas se processara através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nesta lei.

CAPITULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16º - O Fundo Municipal da Saúde terá origem limitada

Art. 17º - fica a Poder Executivo autorizado a abrir Credito adicional Especial no valor da Cr$ 5.000.000,00 (CINCO MILHÕES DE CRUZEIROS) para abrir as despesas da implantação do Fundo de que trata a presente lei

Paragrafo único - As despesas a serem atendidas pelo presente credito correrão a conta do código de despesas 4130, investimento em regime de Execução especial, as quais serão compensadas com os recursos oriundos do Art. 43, e incisos da lei federal nº 4.320/64.

Art. 18° esta lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 06 DE MARÇO DE 1.992.

GABINETE
PORTARIA N. 022/2017

DATA: 02 DE JANEIRO DE 2017

NOMEIA SUB-PREFEITO DO DISTRITO DE NOVO PARAÍSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

REYNALDO FONSECA DINIZ, Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Senhor **Robson Pereira dos Santos,** brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG de nº 17057493 SSP/MT e inscrito no CPF nº 012.187.881-35, residente e domiciliado no Distrito de Novo Paraíso, neste município para o cargo de **SUB-PREFEITO, nivel DAS I.**

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 02 DE JANEIRO DE 2017.

REYNALDO FONSECA DINIZ

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 013

DATA: 02 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO À PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

REYNALDO FONSECA DINIZ, Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Organica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia a Senhora **Luzinete Martins Ferreira**, brasileira, portadora da cédula de Identidade RG de nº. 910200 SSP/MT e inscrita no CPF sob nº 545.697.451-72, residente e domiliada na Avenida Professor Zacarias nº. 409 para **PREGOEIRA FG-10** e institui a **EQUIPE DE APOIO DA PREGOEIRA**, para examinar e conferir informações da situação contábil, financeira, patrimonial e estrutural da prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira – MT para o exercício de 2017, visando garantir a validade dos documentos recebidos com ressalva no ato da posse.

§1º - A equipe de apoio da pregoeira de que trata este artigo será composta por:

I – Membro: Elcionei Gonçalves Ferreira.

II – Membro: Silva Felipe da Silva

III – Membro: Marly Severino dos Santos

Art. 2º - As atribuições da Equipe de Apoio a pregoeira incluem;

I – Auxiliar nas análises de encaminhamento dos processos das fases internas e externas do pregão;

II – Auxiliar a pregoeira nas fases de abertura, julgamento, encerramento das sessões do pregão;

III - Auxiliar nos serviços inerentes a recursos interpostos

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE E

CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 02 DE JANEIRO DE 2017.

REYNALDO FONSECA DINIZ

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA N. 024

DATA: 02 DE JANEIRO DE 2017

NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

REYNALDO FONSECA DINIZ, Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Senhor **Argemiro Coêlho de Moraes**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG de nº 265.170 SSP/MT, e inscrito no CPF nº 202.391.651-87, - residente e domicilado neste município de Ribeirão Cascalheira - MT, para o cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA– DAS 1**, desta prefeitura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 02 DE JANEIRO DE 2017.

REYNALDO FONSECA DINIZ

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA N. 023

DATA: 02 DE JANEIRO DE 2017

NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA DESPORTO E LAZER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

REYNALDO FONSECA DINIZ, Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Senhor **Mário Rodrigues Valadares**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG de nº 1211085-0 SSP/MT, e inscrito no CPF nº 545.651.111-87, residente e domiciliado neste Município de Ribeirão Cascalheira – MT, para o cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA DESPORTO E LAZER - DAS 1**, desta prefeitura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 02 DE JANEIRO DE 2017.

REYNALDO FONSECA DINIZ

Prefeito Municipal

GABINETE
DECRETO N. 1646/2017

DATA: 05 DE JANEIRO DE 2017

ATUALIZA O VALOR DA UNIDADE PADRÃO FISCAL DO MUNICIPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

REYNALDO FONSECA DINIZ, Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; considerando, o disposto no artigo 194 da Lei Municipal n. 314 de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário Municipal;

DECRETA

Art. 1º - Fica atualizado a Unidade Padrão Fiscal do Município de Ribeirão Cascalheira- MT, com base no Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC, acumulado de 31 de dezembro 2015 à 31 de dezembro de 2016, passando a vigorar em R$: 45,12 (quarenta e cinco reais e dose centavos), para o exercício financeiro de 2017.

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial o Decreto n. 1578 de 15 de janeiro de 2016 e as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 03 DE JANEIRO DE 2017

REYNALDO FONSECA DINIZ

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 025

DATA: 02 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA EQUIPE PARA COMPOR A COMISSÃO PERMANETE DE LICITAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

REYNALDO FONSECA DINIZ, Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Organica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Nomear equipe para compor a Comissão Permanente de Licitação, com os seguintes servidores: Presidente – Marly Severino dos Santos, Secretária – Luzinete Martins Ferreira, Membro – Sandro Mariel Silva de Freitas.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE E

CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 02 DE JANEIRO DE 2017.

REYNALDO FONSECA DINIZ

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA N. 018

DATA: 02 DE JANEIRO DE 2017

NOMEIA CHEFE DO DETRAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

REYNALDO FONSECA DINIZ, Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Senhora **LUCILENE DE SOUSA MENDES** brasileira, portadora do RG nº 729.239 SSP/MT e inscrita no CPF nº 807.028.991-00, residente e domiciliada na Rua Alagoas, s/nº centro, Ribeirão Cascalheira – MT, para o cargo de **CHEFE DO DETRAN – FG 2**, (Lei Municipal 673/2013) desta prefeitura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 02 DE JANEIRO DE 2017.

REYNALDO FONSECA DINIZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

PORTARIA Nº 119, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

*"Nomeia **CLEIDE PIRES DOS SANTOS** para exercer o cargo em Comissão de Secretária".*

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com o inciso IV, artigo 4º, da Lei Complementar nº 06/2012, e, em consonância com a Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear ***CLEIDE PIRES DOS SANTOS***, portadora do RG n° 001939 SSP/MS e do CPF n° 249.342.401.87, para exercer o Cargo em Comissão de Secretária de Educação, lotada na Secretaria de Educação, Desporto e Lazer.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 11 de Setembro de 2014.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 004, DE 02 DE JANEIRO DE 2013.

*"Nomeia **FÁTIMA BEATRIZ PEREIRA** para exercer o cargo em Comissão de Secretária".*

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com o inciso IV, artigo 4º, da Lei Complementar nº 06/2012, e, em consonância com a Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear ***FATIMA BEATRIZ PEREIRA***, portadora do RG n° 0738125-5 SSP/MT e do CPF n° 570.326.961-04, para exercer o Cargo em Comissão de Secretária de Ação Social, lotada na Secretaria de Ação Social, Trabalho e Cidadania.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 02 de Janeiro de 2013.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 054, DE 14 DE MAIO DE 2015.

*"Nomeia o Sr **ADELGICIO ALMEIDA PINHEIRO**, para exercer o cargo em Comissão de Secretário".*

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com o inciso IV, artigo 4º, da Lei Complementar nº 06/2012, e, em consonância com a Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear o Sr ***ADELGICIO ALMEIDA PINHEIRO***, portador do RG n°131.655 SSP/MT e do CPF n°207.859.331.15, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário de Finanças, lotado na Secretaria de Finanças.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 14 de Maio de 2015.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

PROCURADORIA GERAL
DECRETO Nº 1.267/GAB/PMR, DE 2 DE JANEIRO DE 2017

.**PODER EXECUTIVO**

Designa Comissão Especial destinada a promover a conferencia e o recebimento do inventário patrimonial de bens do Município.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, da Lei Orgânica do Município e,

Considerando necessário realizar a conferência do acervo patrimonial dos bens apresentados pela Comissão de Transmissão de Governo, conforme as disposições da IN nº 007/2008-TCE e alterações;

DECRETA:

Art. 1º - Nomeio Comissão Especial destinada a promover a conferencia, identificação e recebimento do acervo patrimonial de bens do Município, com a seguinte composição, que será presidida pelo primeiro:

I – VALDIR IRANI FREIRE.

II – LEANDRO DO NASCIMENTO FREIRE.

III – ELEXON DA COSTA

Art. 2º. Fica autorizado ao Presidente proceder a requisição diretamente aos Secretários Municipais a disponibilização de quaisquer meios necessários a garantir a realização do levantamento do inventário de bens, especial o de pessoal.

Art. 3º. A Comissão deverá concluir os trabalhos no prazo de (10) dez dias, podendo ser prorrogado mediante requerimento justificado dirigido ao Gabinete do Prefeito.

Parágrafo Único. Concluído o levantamento, a Comissão deverá encaminhar ao Gabinete do Prefeito, mediante relatório circunstanciado conclusivo, o recebimento do inventário de bens, deste constando as eventuais anotações que julgarem necessárias, especialmente no que concerne a bens não localizados.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua edição, revogadas as disposições em contrário.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA GERAL
DECRETO Nº 1.265/GAB/PMR, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

PODER EXECUTIVO

Designa o pregoeiro oficial do município de Rondolândia-MT.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV, art. 70, da Lei Orgânica do Município c/c inciso IV do Art. 3º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

DECRETA:

Art. 1º - Designo **EDMAR RICART,** CPF/MF Nº 086.248.737-46 e CI/RG Nº 1685540 SSP/ES, pregoeiro oficial do município de Rondolândia.

Parágrafo único – O pregoeiro oficial e a equipe de apoio deverão, no exercício das funções, obedecer às disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, em especial ao disposto no Decreto nº 5.504, de 5 de agosto de 2005, observados, ainda, os princípios que regem a administração pública de que trata o *caput* do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 2º - Comporá a equipe de apoio do pregoeiro os seguintes servidores:

I – KEILA TAIANE NASCIMENTO FREIRE, CPF/MF Nº 020.807.331-09 e CI/RG nº 1814044-0 SSP/MT, servidora pública municipal, matricula nº 673**;**

II – SANDRA DE OLIVEIRA LEONEL, CPF/MF Nº 587.894.132-53 e CI/RG Nº 568.163 SSP/RO, servidora pública municipal, matricula nº 780.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua edição, revogadas as disposições em contrário.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA GERAL
DECRETO Nº 1.266/GAB/PMR, DE2 DE JANEIRO DE 2017

PODER EXECUTIVO

Designa Comissão Especial de Licitação do município de Rondolândia-MT.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, da Lei Orgânica do Município e, especialmente ao disposto no art. 51 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993 e suas alterações posteriores;

DECRETA:

Art. 1º - Nomeia a **Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços - CPLMS** para exercer as atividades licitatórias, em conformidade e prazo previsto na Lei nº 8.666/93, com os seguintes membros:

- PRESIDENTE: EDMAR RICART, CPF/MF Nº 086.248.737-46 e CI/RG Nº 1685540 SSP/ES**.**

- SECRETÁRIO: SANDRA DE OLIVEIRA LEONEL, CPF/MF Nº 587.894.132-53 e CI/RG Nº 568.163 SSP/RO, servidora pública municipal, matricula nº 780.

- MEMBRO: KEILA TAIANE NASCIMENTO FREIRE, CPF/MF Nº 020.807.331-09 e CI/RG nº 1814044-0 SSP/MT, servidora pública municipal, matricula nº 673.

Art. 2º - A Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços - CPLMS, exercerá suas funções de acordo com a Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993 e suas alterações posteriores, observados, ainda, os princípios do *caput* do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua edição, revogadas as disposições em contrário.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N° 022/2016

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Resultado de Licitação

Tomada de Preços n° 022/2016

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, vem á público divulgar o RESULTADO da Licitação Supracitada. Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização de obras de engenharia de construção de escola de seis salas, padrão FNDE, na sede do município de Santa Cruz do Xingu–MT. VENCEDORA: CONSTRUTORA JURUENA LTDA inscrita no CNPJ nº 04.292.274/0001-52. Valor Global de R$ 800.791,64.

Admir Lopes Ricardo – Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

PORTARIA Nº 021/2017, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE O PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA - PAAI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI, que dispõe sobre procedimentos para realização de Auditoria Interna para o ano de 2017, no âmbito da Administração do Poder Executivo do Município Santa Rita do Trivelato – MT e Fundo de Previdência Municipal dos Servidores Públicos de Santa Rita do Trivelato.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, quarta-feira, 11 de janeiro de 2017.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

PORTARIA 025-2016 - GP

PORTARIA N.º 025/2017-ADM

DE 11 DE JANEIRO DE 2.017

"Dispõe sobre a retificação da portaria 024/2016-GP, que nomeia a Comissão Técnica Especial de Conferencia, de Transmissão de Mandato, e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica.

Considerando a Resolução Normativa Nº 19/2016 – TP de 21/06/2016, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Retificar a portaria nº 024/20, de 09/01/2016, que nomeia a Comissão Técnica Especial de Conferencia, com a finalidade de conferir os documentos e informações apresentadas pela Comissão de Transmissão de Mandato, ficando sua composição da seguinte forma:

Ises Solemar Ferretto;

Olivan Ferreira Trindade;

Gustavo Kovalski;

Julio Cardoso da Silva;

Antonio Célio da Silva;

Sérgio Roberto Junqueira Zocolli Filho e;

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de Janeiro de 2.017.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

PORTARIA MUNICIPAL N.º 021/2017

EMENTA: AUTORIZA A CESSÃO DO SERVIDOR PÚBLICO CONCURSADO LUIS FERNANDO FERREIRA FALCAO, OCUPANTE DO CARGO DE ENFERMEIRO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT AO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

CONSIDERANDO § 11 do art. 29 c/c inc. I e parágrafo único do art. 134 da LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 010/2011 in verbis:

Art. 29 Como condição para aquisição da estabilidade, bem como para avaliação de desempenho do servidor estável, deve ser constituída comissão especial de avaliação de desempenho composta por, no mínimo, 03 (três) servidores estáveis, indicados pela autoridade pública responsável pelo órgão ou entidade, para a finalidade de aferir os critérios enumerados no artigo anterior.

(...)

§º 11 O servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de confiança no órgão ou entidade de lotação e quando cedido a outro órgão ou entidade ficará suspenso o estágio probatório até o retorno do servidor.

(...)

Art. 134 O servidor poderá ser cedido para exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses:

I - para exercício de cargo em comissão ou função de confiança, com ônus para o cessionário;

(...)

Parágrafo único. Mediante autorização expressa do Prefeito Municipal, o servidor poderá ter exercício em outro órgão da Administração Pública Municipal que não tenha quadro próprio de pessoal, para fim determinado e a prazo certo.

CONSIDERANDO o art. 3º, inc. I e § 1º do art. 6º e art. 51 da Lei Complementar Municipal Nº. 331/2012 que Dispõe sobre o Estatuto Geral dos Servidores da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Santo Afonso - MT, denominado Estatuto Dr. Max Antônio Ferreira, e dá outras providências, **in verbis:**

Art. 3.º São segurados obrigatórios do PREVIMSA os servidores ativos e inativos dos órgãos da Administração Direta e Indireta, do Município de Santo Afonso/MT.

(...)

Art. 6º O servidor público titular de cargo efetivo do Município de Santo Afonso, permanecerá vinculado ao PREVIMSA nas seguintes situações:

I - quando cedido, com ou sem ônus para o cessionário, a órgão ou entidade da administração direta ou indireta de outro ente federativo;

(...)

§ 1º O recolhimento das contribuições relativas aos servidores cedidos e licenciados observará ao disposto no art. 51, inciso I, alíneas a e b.

(...)

Art. 51. A arrecadação das contribuições devidas ao PREVIMSA compreendendo o respectivo desconto e seu recolhimento, deverá ser realizada observando-se as seguintes normas:

(...)

a) Na cessão de servidores para outro ente federativo, em que o pagamento da remuneração seja ônus do órgão ou da entidade cessionária, será de sua responsabilidade o desconto da contribuição devida pelo servidor e a contribuição devida pelo ente de origem, cabendo ao cessionário efetuar o repasse das contribuições do ente federativo e do servidor à unidade gestora do RPPS do ente federativo cedente;

O prefeito Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no §11 do art. 29 c/c inc. I e parágrafo único do art. 134 da LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 010/2011, art. 3º, inc. I e § 1º do art. 6º e art. 51 da Lei Complementar Municipal Nº. 331/2012

RESOLVE

Art. 1º Autoria e fica cedido o servidor público LUIS FERNANDO FERREIRA FALCAO, ocupante do cargo efetivo de enfermeiro, matrícula de n.º 910, CPF/MF de n.º 022.566.881-51e RG de n.º 16049640 SSP/MT, residente e domiciliado a RUA PEDRO ALVARES CABRAL, SN, CENTRO, SANTO AFONSO-MT ao Município de Nova Marilândia-MT;

Art. 2º A cessão se dará por 24 (vinte e quatro) meses sem ônus ao município de Santo Afonso, no período compreendido entre 12 (doze) de janeiro de 2017 a 11 (onze) de janeiro de 2019;

Art. 3º O servidor ficará cedido e prestará os seus serviços junto ao Município de Nova Marilândia-MT, ficando responsável pelo pagamento de sua contribuição previdenciária junto aoRegime Próprio de Previdência Social do Município de Santo Afonso/MT PREVIMSA, conforme dispõe a alínea a) do art. 51 da Lei Complementar Municipal Nº. 331/2012.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 11 DE JANEIRO DE 2017.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 – RG 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

PREVIMSA - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SANTO AFONSO-MT
PORTARIA N.º 01/2017

"Dispõe sobre a nomeação do Fiscal de contratos firmados junto à Previdência Social dos Servidores de Santo Afonso"

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Santo Afonso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei n° 8.666/93, Art. 67:

RESOLVE:

Artigo 1°: Designar o (a) servidor (a) Berenice Gomes Cordeiro, CPF 000.498.991-04, para acompanhamento e fiscalização do Contrato n°

001/2017, firmado com o Dr. Donizete Aparecido da Silva.

Artigo 2°: O Contrato n° 001/2017, tem por objeto a prestação pelo médico periciando, de serviços médicos periciais para o Fundo Municipal de

Previdência Social dos Servidores de SANTO AFONSO – PREVIMSA.

Artigo 3°: Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

Santo Afonso-MT, 11/01//2017.

FAGNER MOREIRA DA CUNHA

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Homologo:

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/RH
DECRETO N.º 62 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO N.º 62 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento-programa do Município de Santo Antonio de Leverger e dá outras providências".

Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, de acordo com a Lei Municipal nº 1.206/2016.

D E C R E T A:

Art. 1º. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente, o crédito adicional suplementar no valor de R$ 170. 000,00 (cento e setenta mil reais), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

3002 - FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL

09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

16 - PREVIDÊNCIA

0.150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2.012 - ENCARGOS E BENEFICIOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS

3.1.90.01.00.00 – APOSENTADORIA, RESERVA REMUNERADA E REFORMA**...R$ 100.000,00**

TOTAL .....R$ 100.000,00

Art. 2º. - A cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

3002 - FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL

99 - RESERVA DE CONTINGENCIA OU RESERVA LEGAL DO RPPS

999 - RESERVA DE CONTINGENCIA

99 - RESERVA DE CONTINGENCIA

9.099 - RESERVA DO RPPS

9.9.99.99.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....R$ 100. 000,00

TOTAL .....R$ 100.000,00

Art. 3º. – Este decreto retroagirá seus efeitos ao primeiro dia do mês de Novembro de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Santo Antonio de Leverger/MT, 26 de Dezembro de 2016.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/RH
DECRETO N.º 61 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO N.º 61 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento-programa do Município de Santo Antonio de Leverger e dá outras providências".

Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, de acordo com a Lei Municipal nº 1.200/2016.

D E C R E T A:

Art. 1º. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente, o crédito adicional suplementar no valor de R$ 170. 000,00 (cento e setenta mil reais), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

3002 - FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL

09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

16 - PREVIDÊNCIA

0.150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2.012 - ENCARGOS E BENEFICIOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS

3.1.90.01.00.00 – APOSENTADORIA, RESERVA REMUNERADA E REFORMA**...R$ 70.000,00**

TOTAL .....R$ 70.000,00

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

3002 - FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL

09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

16 - PREVIDÊNCIA

0.150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2.013 - ENCARGOS E BENEFICIOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS

3.1.90.05.00.00 – OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS**.....R$ 100.000,00**

TOTAL .....R$ 100.000,00

Art. 2º. - A cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

3002 - FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL

99 - RESERVA DE CONTINGENCIA OU RESERVA LEGAL DO RPPS

999 - RESERVA DE CONTINGENCIA

99 - RESERVA DE CONTINGENCIA

9.099 - RESERVA DO RPPS

9.9.99.99.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....R$ 170. 000,00

TOTAL .....R$ 170.000,00

Art. 3º. – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Santo Antonio de Leverger/MT, 15 de Dezembro de 2016.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
DISTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 006/2017

Por este instrumento particular, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na cidade de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, na Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, por seu representante legal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1332078-5 SSP/MT e CPF sob o nº 326.034.369.53, a seguir denominado CONTRATANTE,**HELENA RODRIGUES DA SILVA,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **3022099 SSP/PI** e inscrito no CPF/MF sob o nº **042.264.523-05** e residente a Avenida Ceará, S/N, Bairro: Novo Campo, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), acordam.

1. A CONTRATANTE e O (A) CONTRATADO (A), em 10/05/2016 firmaram o contrato Nº. 038/2016 com prazo de duração de 06 (seis) meses, pelo qual a primeira confiou ao segundo serviços de**AGENTE DE SAÚDE,** como previsto na cláusula 1ª do Contrato por Tempo Determinado Nº 038/2016.

2. O (A) CONTRATADO (A), por força do instrumento ora distratado, vêm executando seus serviços até 02/01/2017.

3. Em contraprestação pelos serviços profissionais referidos nos itens anteriores, a CONTRATANTE obrigou-se a pagar ao CONTRATADO (A) a quantia de **R$ 1.251,87 (Hum mil duzentos e cinquenta um reais e oitenta sete centavo).**

4. O (A) CONTRATANTE, por razões próprias, decidiu desistir da continuidade do contrato até agora vigente, resolvendo as partes rescindirem o contrato até então vigente, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADO (A) a quantia de R$ **1.144,80 (Hum mil cento e quarenta quatro reais e oitenta centavos).**

5. O (A) CONTRATADO (A) outorga à CONTRATANTE plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratado, bem como aos serviços prestados.

6. O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

7. As partes elegem o Foro da Comarca em Primavera do Leste para dirimir eventuais litígios decorrentes do ora acordado.

Assim, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Santo Antônio do Leste – MT, 02/01/2017.

_____

HELENA RODRIGUES DA SILVA

SERVIDOR (A)

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
DISTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 001/2017

Por este instrumento particular, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na cidade de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, na Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, por seu representante legal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1332078-5 SSP/MT e CPF sob o nº 326.034.369.53, a seguir denominado CONTRATANTE,**ADRIANA DAMACENA MOURA,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **953968 SSP/MT** e inscrito no CPF/MF sob o nº **620.875.331-72** e residente a Rua Projetada, S/N, Bairro: Centro, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), acordam.

1. A CONTRATANTE e O (A) CONTRATADO (A), em 30/05/2016 firmaram o contrato Nº. 055/2016 com prazo de duração de 06 (seis) meses, pelo qual a primeira confiou ao segundo serviços de**TECNICO EM ENFERMAGEM,** como previsto na cláusula 1ª do Contrato por Tempo Determinado Nº 055/2016.

2. O (A) CONTRATADO (A), por força do instrumento ora distratado, vêm executando seus serviços até 02/01/2017.

3. Em contraprestação pelos serviços profissionais referidos nos itens anteriores, a CONTRATANTE obrigou-se a pagar ao CONTRATADO (A) a quantia de R$ **1.817,52 (Hum mil oitocentos e dezessete reais e cinquenta dois centavos).**

4. O (A) CONTRATANTE, por razões próprias, decidiu desistir da continuidade do contrato até agora vigente, resolvendo as partes rescindirem o contrato até então vigente, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADO (A) a quantia de R$ **1.414,54 (Hum mil e quatrocentos e quatorze reais e cinqüenta quatro centavos).**

5. O (A) CONTRATADO (A) outorga à CONTRATANTE plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratado, bem como aos serviços prestados.

6. O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

7. As partes elegem o Foro da Comarca em Primavera do Leste para dirimir eventuais litígios decorrentes do ora acordado.

Assim, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Santo Antônio do Leste – MT, 02/01/2017.

_____

ADRIANA DAMACENA MOURA

SERVIDOR (A)

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
DISTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 002/2017

Por este instrumento particular, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na cidade de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, na Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, por seu representante legal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1332078-5 SSP/MT e CPF sob o nº 326.034.369.53, a seguir denominado CONTRATANTE,**ALBERTO LUCAS NOGUEIRA PEREIRA,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **1669601-8 SJSP/MT** e inscrito no CPF/MF sob o nº **022.869.731-05** e residente a Avenida Kuluene, N°303, Bairro: Jardim Bem Viver, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), acordam.

1. A CONTRATANTE e O (A) CONTRATADO (A), em 30/05/2016 firmaram o contrato Nº. 053/2016 com prazo de duração de 06 (seis) meses, pelo qual a primeira confiou ao segundo serviços de**OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS,** como previsto na cláusula 1ª do Contrato por Tempo Determinado Nº 053/2016.

2. O (A) CONTRATADO (A), por força do instrumento ora distratado, vêm executando seus serviços até 02/01/2017.

3. Em contraprestação pelos serviços profissionais referidos nos itens anteriores, a CONTRATANTE obrigou-se a pagar ao CONTRATADO (A) a quantia de R$ **2.008,12 (Dois mil e oito reais e doze centavos).**

4. O (A) CONTRATANTE, por razões próprias, decidiu desistir da continuidade do contrato até agora vigente, resolvendo as partes rescindirem o contrato até então vigente, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADO (A) a quantia de R$ **1.564,94 (Hum mil e quinhentos e sessenta quatro reais e noventa quatro centavos).**

5. O (A) CONTRATADO (A) outorga à CONTRATANTE plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratado, bem como aos serviços prestados.

6. O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

7. As partes elegem o Foro da Comarca em Primavera do Leste para dirimir eventuais litígios decorrentes do ora acordado.

Assim, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Santo Antônio do Leste – MT, 02/01/2017.

_____

ALBERTO LUCAS NOGUEIRA PEREIRA

SERVIDOR (A)

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
CONTRATO Nº. 011/2017

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **EVANDRO FACCO,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **1539578-2 SSP/MT,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **000.599.661-90** e residente a Rua das Flores, S/N, Bairro Centro, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 621/2017 de 09 de janeiro de 2017, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS**, enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS,** mediante a remuneração de R$ **2.008,12 (Dois mil e oito reais e doze centavos),** com início em **02/01/2017** e término em **30/06/2017**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a consequente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 621/2017, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 06 (seis) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão a contas da Dotação Orçamentária: **15.542.5011.2061.0000.3.1.90.04.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2017.

EVANDRO FACCO

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 101/2017.

DE: 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA o servidor NERILSON FORTUNATO REZENDE para exercer o cargo de COORDENADOR DE LAVAGEM E LUBRIFICAÇAO e das outras providências.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - NOMEAR o servidor **NERILSON FORTUNATO REZENDE**, para responder pelo cargo de **COORDENADOR DE LAVAGEM E LUBRIFICAÇAO** desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 02 DE JANEIRO DE 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
CONTRATO Nº. 010/2017

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **ALBERTO LUCAS NOGUEIRA PEREIRA,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **1669601-8 SJSP/MT,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **022.869.731-05** e residente a Avenida Kuluene, N°303, Bairro Jardim Bem Viver, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 621/2017 de 09 de janeiro de 2017, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS**, enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS,** mediante a remuneração de R$ **2.008,12 (Dois mil e oito reais e doze centavos),** com início em **02/01/2017** e término em **30/06/2017**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a consequente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 621/2017, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 06 (seis) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão a contas da Dotação Orçamentária: **15.542.5011.2061.0000.3.1.90. 04.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2017.

ALBERTO LUCAS NOGUEIRA PEREIRA

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
DISTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 011/2017

Por este instrumento particular, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na cidade de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, na Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, por seu representante legal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1332078-5 SSP/MT e CPF sob o nº 326.034.369.53, a seguir denominado CONTRATANTE,**MARIA CARDOSO DOS SANTOS,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **3840694-9 SSP/PR** e inscrito no CPF/MF sob o nº **507.811.039-91** e residente a Rua Salgado Filho, S/N, Bairro: Centro, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), acordam.

1. A CONTRATANTE e O (A) CONTRATADO (A), em 02/05/2016 firmaram o contrato Nº. 033/2016 com prazo de duração de 06 (seis) meses, pelo qual a primeira confiou ao segundo serviços de**TECNICO EM ENFERMAGEM,** como previsto na cláusula 1ª do Contrato por Tempo Determinado Nº 033/2016.

2. O (A) CONTRATADO (A), por força do instrumento ora distratado, vêm executando seus serviços até 02/01/2017.

3. Em contraprestação pelos serviços profissionais referidos nos itens anteriores, a CONTRATANTE obrigou-se a pagar ao CONTRATADO (A) a quantia de **R$ 1.817,52 (Hum mil oitocentos e dezessete reais e cinquenta dois centavos).**

4. O (A) CONTRATANTE, por razões próprias, decidiu desistir da continuidade do contrato até agora vigente, resolvendo as partes rescindirem o contrato até então vigente, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADO (A) a quantia de R$ **1.542,02 (Hum mil e quinhentos e quarenta dois reais e dois centavos).**

5. O (A) CONTRATADO (A) outorga à CONTRATANTE plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratado, bem como aos serviços prestados.

6. O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

7. As partes elegem o Foro da Comarca em Primavera do Leste para dirimir eventuais litígios decorrentes do ora acordado.

Assim, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Santo Antônio do Leste – MT, 02/01/2017.

_____

MARIA CARDOSO DOS SANTOS

SERVIDOR (A)

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
DISTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 010/2017

Por este instrumento particular, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na cidade de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, na Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, por seu representante legal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1332078-5 SSP/MT e CPF sob o nº 326.034.369.53, a seguir denominado CONTRATANTE,**MARCIO BERNARDES SILVANO,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **57643277 SESP/PR** e inscrito no CPF/MF sob o nº **797.535.159-87** e residente a Assentamento Matrincha, S/N, Bairro: Estrada Rural, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), acordam.

1. A CONTRATANTE e O (A) CONTRATADO (A), em 16/05/2016 firmaram o contrato Nº. 040/2016 com prazo de duração de 06 (seis) meses, pelo qual a primeira confiou ao segundo serviços de**OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS,** como previsto na cláusula 1ª do Contrato por Tempo Determinado Nº 040/2016.

2. O (A) CONTRATADO (A), por força do instrumento ora distratado, vêm executando seus serviços até 02/01/2017.

3. Em contraprestação pelos serviços profissionais referidos nos itens anteriores, a CONTRATANTE obrigou-se a pagar ao CONTRATADO (A) a quantia de **R$ 2.008,12 (Dois mil e oito reais e doze centavos).**

4. O (A) CONTRATANTE, por razões próprias, decidiu desistir da continuidade do contrato até agora vigente, resolvendo as partes rescindirem o contrato até então vigente, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADO (A) a quantia de R$ **1.523,57 (Hum mil e quinhentos e vinte três reais e cinqüenta sete centavos).**

5. O (A) CONTRATADO (A) outorga à CONTRATANTE plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratado, bem como aos serviços prestados.

6. O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

7. As partes elegem o Foro da Comarca em Primavera do Leste para dirimir eventuais litígios decorrentes do ora acordado.

Assim, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Santo Antônio do Leste – MT, 02/01/2017.

_____

MARCIO BERNARDES SILVANO

SERVIDOR (A)

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
DISTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 009/2017

Por este instrumento particular, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na cidade de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, na Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, por seu representante legal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1332078-5 SSP/MT e CPF sob o nº 326.034.369.53, a seguir denominado CONTRATANTE,**LUIZ GUILHERME FERREIRA BERTOLINO,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **2796606-2 SESP/MT** e inscrito no CPF/MF sob o nº **063.138. 691-25** e residente a Rua Projetada, N°239, Bairro: Santa Inês, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), acordam.

1. A CONTRATANTE e O (A) CONTRATADO (A), em 18/05/2016 firmaram o contrato Nº. 041/2016 com prazo de duração de 06 (seis) meses, pelo qual a primeira confiou ao segundo serviços de**AGENTE DE SAÚDE AMBIENTAL,** como previsto na cláusula 1ª do Contrato por Tempo Determinado Nº 041/2016.

2. O (A) CONTRATADO (A), por força do instrumento ora distratado, vêm executando seus serviços até 02/01/2017.

3. Em contraprestação pelos serviços profissionais referidos nos itens anteriores, a CONTRATANTE obrigou-se a pagar ao CONTRATADO (A) a quantia de **R$ 1.223,63 (Hum mil duzentos e vinte três reais e sessenta três centavos).**

4. O (A) CONTRATANTE, por razões próprias, decidiu desistir da continuidade do contrato até agora vigente, resolvendo as partes rescindirem o contrato até então vigente, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADO (A) a quantia de R$ **918,84 (Novecentos e dezoito reais e oitenta quatro centavos).**

5. O (A) CONTRATADO (A) outorga à CONTRATANTE plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratado, bem como aos serviços prestados.

6. O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

7. As partes elegem o Foro da Comarca em Primavera do Leste para dirimir eventuais litígios decorrentes do ora acordado.

Assim, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Santo Antônio do Leste – MT, 02/01/2017.

_____

LUIZ GUILHERME FERREIRA BERTOLINO

SERVIDOR (A)

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 098/2017.

DE: 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA o servidor **WANDOIR FORNAZA** para exercer o cargo de CO-ORDENADOR DE FISCALIZAÇAO DE LIMPEZA PUBLICA e das outras providências.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - NOMEAR o servidor **WANDOIR FORNAZA**, para responder pelo cargo de **COORDENADOR DE FISCALIZAÇAO DE LIMPEZA PUBLICA** desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 02 DE JANEIRO DE 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
CONTRATO Nº. 009/2017

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **ADRIANA DAMACENA MOURA,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **953968 SSP/MT,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **620.875.331-72** e residente a Rua Porto Alegre, S/N, Bairro Jardim Bem Viver, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 621/2017 de 09 de janeiro de 2017, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **TECNICO EM ENFERMAGEM**, enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** mediante a remuneração de R$ **1.817,52 (Hum mil oitocentos e dezessete reais e cinquenta dois centavos),** com início em **02/01/ 2017** e término em **30/06/2017**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A)

para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a consequente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 621/2017, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 06 (seis) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão a contas da Dotação Orçamentária: **10.122.5006.2031.0000.3.1.90. 04.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2017.

ADRIANA DAMACENA MOURA

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
DISTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 008/2017

Por este instrumento particular, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na cidade de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, na Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, por seu representante legal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1332078-5 SSP/MT e CPF sob o nº 326.034.369.53, a seguir denominado CONTRATANTE,**KELMA THAMARA CORRÊA DA SILVA FRANÇA,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **2085657 SEJSP/MS** e inscrito no CPF/MF sob o nº **059.918. 161-31** e residente a Avenida Matrinchan, S/N, Bairro: Centro, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), acordam.

1. A CONTRATANTE e O (A) CONTRATADO (A), em 09/05/2016 firmaram o contrato Nº. 037/2016 com prazo de duração de 06 (seis) meses, pelo qual a primeira confiou ao segundo serviços de**AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE,** como previsto na cláusula 1ª do Contrato por Tempo Determinado Nº 037/2016.

2. O (A) CONTRATADO (A), por força do instrumento ora distratado, vêm executando seus serviços até 02/01/2017.

3. Em contraprestação pelos serviços profissionais referidos nos itens anteriores, a CONTRATANTE obrigou-se a pagar ao CONTRATADO (A) a quantia de **R$ 1.229,70 (Hum mil duzentos e vinte nove reais e setenta centavo).**

4. O (A) CONTRATANTE, por razões próprias, decidiu desistir da continuidade do contrato até agora vigente, resolvendo as partes rescindirem o contrato até então vigente, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADO (A) a quantia de R$ **1.090,46 (Hum mil e noventa reais e quarenta seis centavos).**

5. O (A) CONTRATADO (A) outorga à CONTRATANTE plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratado, bem como aos serviços prestados.

6. O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

7. As partes elegem o Foro da Comarca em Primavera do Leste para dirimir eventuais litígios decorrentes do ora acordado.

Assim, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Santo Antônio do Leste – MT, 02/01/2017.

_____

KELMA THAMARA CORRÊA DA SILVA FRANÇA

SERVIDOR (A)

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
CONTRATO Nº. 008/2017

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **MARCIO BERNARDES SILVANO,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **57643277 SESP/PR,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **797.535.159-87** e residente ao Assentamento Matrinchã, S/N, Estrada Rural, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 621/2017 de 09 de janeiro de 2017, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS**, enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS,** mediante a remuneração de R$ **2.008,12 (Dois mil e oito reais e doze centavos),** com início em **02/01/2017** e término em **30/06/2017**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a consequente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 621/2017, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 06 (seis) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão a contas da Dotação Orçamentária: **15.542.5011.2061.0000.3.1.90. 04.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2017.

MARCIO BERNARDES SILVANO

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____

Nome:

RG:

Assinatura: _____

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
CONTRATO Nº. 007/2017

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua Primavera n° 959, Jardim Bem Viver, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **LUIZ GUILHERME FERREIRA BERTOLINO,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **2796606-2 SESP/MT** e inscrito no CPF/MF sob o nº **063.138.691-25** e residente a Rua Projetada, N°239 Bairro Santa Inês, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 621/2017 de 09 de Janeiro de 2017, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **AGENTE DE SAÚDE AMBIENTAL** enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** mediante a remuneração de R$ **1.223,63 (Hum mil duzentos e vinte três reais e sessenta três centavos),** com início em **02/01/2017** e término em **30/06/2017**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a conseqüente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 621/2017, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 06 (seis) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão a contas da Dotação Orçamentária: **10.301.5006.2148.0000.3.1.90.04.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos 02 dias do mês de janeiro de 2017.

LUIZ GUILHERME FERREIRA BERTOLINO

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
DISTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 007/2017

Por este instrumento particular, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na cidade de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, na Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, por seu representante legal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1332078-5 SSP/MT e CPF

sob o nº 326.034.369.53, a seguir denominado CONTRATANTE,**IVO PEREIRA DOS SANTOS,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **0559489-8 SESP/MT** e inscrito no CPF/MF sob o nº **395.600.741-72** e residente a Rua Porto Alegre, S/N, Bairro: Jardim Bem Viver, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), acordam.

1. A CONTRATANTE e O (A) CONTRATADO (A), em 30/05/2016 firmaram o contrato Nº. 054/2016 com prazo de duração de 06 (seis) meses, pelo qual a primeira confiou ao segundo serviços de**OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS,** como previsto na cláusula 1ª do Contrato por Tempo Determinado Nº 054/2016.

2. O (A) CONTRATADO (A), por força do instrumento ora distratado, vêm executando seus serviços até 02/01/2017.

3. Em contraprestação pelos serviços profissionais referidos nos itens anteriores, a CONTRATANTE obrigou-se a pagar ao CONTRATADO (A) a quantia de **R$ 2.008,12 (Dois mil e oito reais e doze centavos).**

4. O (A) CONTRATANTE, por razões próprias, decidiu desistir da continuidade do contrato até agora vigente, resolvendo as partes rescindirem o contrato até então vigente, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADO (A) a quantia de R$ **1.482,20 (Hum mil e quatrocentos e oitenta dois reais e vinte centavos).**

5. O (A) CONTRATADO (A) outorga à CONTRATANTE plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratado, bem como aos serviços prestados.

6. O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

7. As partes elegem o Foro da Comarca em Primavera do Leste para dirimir eventuais litígios decorrentes do ora acordado.

Assim, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Santo Antônio do Leste – MT, 02/01/2017.

_____

IVO PEREIRA DOS SANTOS

SERVIDOR (A)

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
CONTRATO Nº. 006/2017

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **THALICIA NUBIA DA SILVA CRUZ,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **4999047 DGP/GO,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **020.177.961-74** e residente a Rua Primavera, S/N, Bairro Jardim Bem Viver, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 621/2017 de 09 de janeiro de 2017, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **TECNICO EM ENFERMAGEM**, enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** mediante a remuneração de R$ **1.817,52 (Hum mil oitocentos e dezessete reais e cinquenta dois centavos),** com início em **02/01/2017** e término em **30/06/2017**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a consequente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 621/2017, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 06 (seis) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o

prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão a contas da Dotação Orçamentária: **10.122.5006.2031.0000.3.1.90. 04.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2017.

THALICIA NUBIA DA SILVA CRUZ

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA N.º 095/2.017.

DE: 02 DE JANEIRO DE 2.017

Designa membros para compor Comissão Técnica Organizadora do Processo Seletivo Público, para organização dos trabalhos e demais normas constantes para a realização do Processo Seletivo Público E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Designar a Comissão Técnica Organizadora do Processo Seletivo Público, para organização dos trabalhos e demais normas constantes para a realização do **Processo Seletivo Público**, especialmente relativo à aplicação da prova, fixação de local, data, horários, correção, classificação e resultados, para fins de contratação de pessoal temporário, em caráter excepcional e de interesse público, constante dos seguintes membros:

1. RONALDO MARTINS DE AMORIM – Secretário Municipal de Administração e Planejamento;

2. ELAINE DE FÁTIMA MORS – Coordenadora de Recursos Humanos;

3. ITA ROBERTA SOARES – Assistente de Contabilidade;

Artigo 2º - A Comissão Organizadora designada pelo caput do artigo 1º será dirigida pela Presidente, Senhora ELAINE DE FATIMA MORS.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 02 DE JANEIRO DE 2.017

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme disposto na Legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
CONTRATO Nº. 005/2017

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **DILMA NOGUEIRA DA SILVA TORQUATO,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **2934792-0 SESP/MT,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **964.623.881-53** e residente a Rua Porto Alegre, S/N, Bairro Jardim Bem Viver, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 621/2017 de 09 de janeiro de 2017, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **TECNICO EM ENFERMAGEM**, enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** mediante a remuneração de R$ **1.817,52 (Hum mil oitocentos e dezessete reais e cinquenta dois centavos),** com início em **02/01/ 2017** e término em **30/06/2017**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a consequente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 621/2017, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 06 (seis) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão a contas da Dotação Orçamentária: **10.122.5006.2031.0000.3.1.90. 04.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2017.

DILMA NOGUEIRA DA SILVA TORQUATO

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
DISTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 005/2017

Por este instrumento particular, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na cidade de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, na Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, por seu representante legal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1332078-5 SSP/MT e CPF sob o nº 326.034.369.53, a seguir denominado CONTRATANTE,**EVANDRO FACCO,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **1539578-2 SSP/MT** e inscrito no CPF/MF sob o nº **000.599.661-90** e residente a Rua das Flores, S/N, Bairro: Centro, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), acordam.

1. A CONTRATANTE e O (A) CONTRATADO (A), em 06/05/2016 firmaram o contrato Nº. 036/2016 com prazo de duração de 06 (seis) meses, pelo qual a primeira confiou ao segundo serviços de**OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS,** como previsto na cláusula 1ª do Contrato por Tempo Determinado Nº 036/2016.

2. O (A) CONTRATADO (A), por força do instrumento ora distratado, vêm executando seus serviços até 02/01/2017.

3. Em contraprestação pelos serviços profissionais referidos nos itens anteriores, a CONTRATANTE obrigou-se a pagar ao CONTRATADO (A) a quantia de **R$ 2.008,12 (Dois mil e oito reais e doze centavos).**

4. O (A) CONTRATANTE, por razões próprias, decidiu desistir da continuidade do contrato até agora vigente, resolvendo as partes rescindirem o contrato até então vigente, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADO (A) a quantia de R$ **2.103,68 (Dois mil cento e três reais e sessenta oito centavos).**

5. O (A) CONTRATADO (A) outorga à CONTRATANTE plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratado, bem como aos serviços prestados.

6. O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

7. As partes elegem o Foro da Comarca em Primavera do Leste para dirimir eventuais litígios decorrentes do ora acordado.

Assim, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Santo Antônio do Leste – MT, 02/01/2017.

_____

EVANDRO FACCO

SERVIDOR (A)

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 096/2017.

DE: 02 DE JANEIRO DE 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Designa os seguintes servidores como responsáveis pela abertura e movimentação financeira das contas bancárias vinculadas da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, relacionadas no parágrafo primeiro deste artigo.

Miguel José Brunetta – Prefeito Municipal, brasileiro, casado, servidor público, portador do RG nº 1.427.577 SSP/PR, inscrito no CPF/MF nº 326. 034.369-53, residente na Rua das Araras, nº 587, centro, Santo Antônio do Leste, MT.

Lailton Paulo Soares – Secretário Municipal de Economia e Finanças, brasileiro, casado, servidor público, portador do RG nº 06231217 SSP/MT, inscrito no CPF/MF nº 427.712.771-15, residente na Rua Salgado Filho, nº 575, centro, Santo Antônio do Leste, MT.

Parágrafo Único - As contas bancárias serão movimentadas em conjunto pelos responsáveis acima descritos, devendo conter assinaturas de Miguel José Brunetta e Lailton Paulo Soares, podendo fazer abertura de novas contas, movimentá-las, inclusive por meio do gerenciador financeiro, requererem, retirarem, emitirem, assinarem e endossarem cheques, extratos bancários e comprovantes de pagamentos, efetuarem transferências bancárias, cadastrarem e alterarem senhas.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam – se as disposições em contrário, especificamente a Portaria nº 083/2017 de 02 de janeiro de 2017.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 02 DE JANEIRO DE 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
CONTRATO Nº. 004/2017

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua Primavera n° 959, Jardim Bem Viver, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **TEREZA APARECIDA VIEIRA DA SILVA,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **17517052 SSP/MT** e inscrito no CPF/MF sob o nº **036. 154.681-55** e residente a Avenida Porto Alegre, N°37 Bairro Centro, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 621/2017 de 09 de Janeiro de 2017, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO** enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** mediante a remuneração de R$ **1.002,64 (Hum mil e dois reais e sessenta quatro centavos),** com início em **02/01/2017** e término em **30/06/2017**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a conseqüente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A) fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 621/2017, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 06 (seis) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão a contas da Dotação Orçamentária: **10.122.5006.2031.0000.3.1.90. 04.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos 02 dias do mês de janeiro de 2017.

TEREZA APARECIDA VIEIRA DA SILVA

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
DISTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 004/2017

Por este instrumento particular, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na cidade de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, na Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, por seu representante legal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1332078-5 SSP/MT e CPF sob o nº 326.034.369.53, a seguir denominado CONTRATANTE,**ERICA COSTA DE CASTRO,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **2310958-0 SSP/MT** e inscrito no CPF/MF sob o nº **041.579.201-04** e residente ao Assentamento Matrinchan, S/N, Bairro: Rural, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), acordam.

1. A CONTRATANTE e O (A) CONTRATADO (A), em 01/07/2016 firmaram o contrato Nº. 057/2016 com prazo de duração de 06 (seis) meses, pelo qual a primeira confiou ao segundo serviços de**AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE,** como previsto na cláusula 1ª do Contrato por Tempo Determinado Nº 057/2016.

2. O (A) CONTRATADO (A), por força do instrumento ora distratado, vêm executando seus serviços até 02/01/2017.

3. Em contraprestação pelos serviços profissionais referidos nos itens anteriores, a CONTRATANTE obrigou-se a pagar ao CONTRATADO (A) a quantia de **R$ 1.229,70 Hum mil e duzentos e vinte nove reais e setenta centavos).**

4. O (A) CONTRATANTE, por razões próprias, decidiu desistir da continuidade do contrato até agora vigente, resolvendo as partes rescindirem o contrato até então vigente, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADO (A) a quantia de R$ **839,05 (Oitocentos e trinta nove reais e cinco centavos).**

5. O (A) CONTRATADO (A) outorga à CONTRATANTE plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratado, bem como aos serviços prestados.

6. O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

7. As partes elegem o Foro da Comarca em Primavera do Leste para dirimir eventuais litígios decorrentes do ora acordado.

Assim, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Santo Antônio do Leste – MT, 02/01/2017.

_____

ERICA COSTA DE CASTRO

SERVIDOR (A)

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
CONTRATO Nº. 003/2017

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **PAULA LAYSLANY OLIVEIRA DELMON,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **2386877-5 SESP/MT,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **046.675.401-92** e residente a Rua Porto Alegre, S/N, Bairro Jardim Bem Viver, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 621/2017 de 09 de janeiro de 2017, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO,** mediante a remuneração de R$ **1.002,64 (Hum mil e dois reais e sessenta quatro centavos),** com início em **02/01/2017** e término em **30/06/2017**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CON-

TRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a consequente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 621/2017, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 06 (seis) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão a contas da Dotação Orçamentária: **04.122.5004.2011.0000.3.1.90. 04.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2017.

PAULA LAYSLANY OLIVEIRA DELMON

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
CONTRATO Nº. 002/2017

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **MOACIR MOREIRA MACHADO,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **5036764255 SSP/RS,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **323.585.040-68** e residente a Rua Domingos Azzolini, Nº788, Centro, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 621/2017 de 09 de janeiro de 2017, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **MECANICO DE MANUTENCAO EM AUTOMOVEIS**, enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS,** mediante a remuneração de R$ **2.756,67 (Dois mil e setecentos e cinqüenta seis reais e sessenta sete centavos),** com início em **02/01/2017** e término em **30/06/2017**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a consequente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capi-

tal ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 621/2017, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 06 (seis) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão a contas da Dotação Orçamentária: **15.542.5011.2061.0000.3.1.90. 04.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2017.

MOACIR MOREIRA MACHADO

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____

Nome:

RG:

Assinatura: _____

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
CONTRATO Nº. 001/2017

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **ERICA COSTA DE CASTRO,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **2310958-0 SSP/MT,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **041.579.201-04** e residente ao Assentamento Matrinchan, S/N, Bairro Rural, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 621/2017 de 09 de janeiro de 2017, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE**, enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** mediante a remuneração de R$ **1.229,70 Hum mil e duzentos e vinte nove reais e setenta centavos),** com início em **02/ 01/2017** e término em **30/06/2017**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a consequente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 621/2017, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 06 (seis) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão a contas da Dotação Orçamentária: **10.301.5006.2147.0000.3.1.90. 04.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE ENCARGOS DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, ao 02 dias do mês de Janeiro de 2017.

ERICA COSTA DE CASTRO

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____

Nome:

RG:

Assinatura: _____

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 100/2017.

DE: 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA o servidor SEBASTIAO LEMES DE SOUZA para exercer o cargo de COORDENADOR DE MANUTENÇAO DE LIMPEZA URBANA e das outras providências.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - NOMEAR o servidor **SEBASTIAO LEMES DE SOUZA**, para responder pelo cargo de **COORDENADOR DE MANUTENÇAO DE LIMPEZA URBANA** desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 02 DE JANEIRO DE 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
DISTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 003/2017

Por este instrumento particular, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na cidade de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, na Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, por seu representante legal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1332078-5 SSP/MT e CPF sob o nº 326.034.369.53, a seguir denominado CONTRATANTE,**DILMA NOGUEIRA DA SILVA TORQUATO,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **2934792-0 SESP/MT** e inscrito no CPF/MF sob o nº **964.623.881-53** e residente a Avenida Kuluene, N°185, Bairro: Novo Campo, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), acordam.

1. A CONTRATANTE e O (A) CONTRATADO (A), em 30/05/2016 firmaram o contrato Nº. 045/2016 com prazo de duração de 06 (seis) meses, pelo qual a primeira confiou ao segundo serviços de**TECNICO EM ENFERMAGEM,** como previsto na cláusula 1ª do Contrato por Tempo Determinado Nº 045/2016.

2. O (A) CONTRATADO (A), por força do instrumento ora distratado, vêm executando seus serviços até 02/01/2017.

3. Em contraprestação pelos serviços profissionais referidos nos itens anteriores, a CONTRATANTE obrigou-se a pagar ao CONTRATADO (A) a quantia de R$ **1.817,52 (Hum mil oitocentos e dezessete reais e cinquenta dois centavos).**

4. O (A) CONTRATANTE, por razões próprias, decidiu desistir da continuidade do contrato até agora vigente, resolvendo as partes rescindirem o contrato até então vigente, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADO (A) a quantia de R$ **1.373,17 (Hum mil e trezentos e setenta três reais e dezessete centavos).**

5. O (A) CONTRATADO (A) outorga à CONTRATANTE plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratado, bem como aos serviços prestados.

6. O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

7. As partes elegem o Foro da Comarca em Primavera do Leste para dirimir eventuais litígios decorrentes do ora acordado.

Assim, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Santo Antônio do Leste – MT, 02/01/2017.

_____

DILMA NOGUEIRA DA SILVA TORQUATO

SERVIDOR (A)

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 097/2017.

DE: 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA o servidor **JULIO ALVES CARRIJO para exercer o cargo de CHEFE DE SETOR DE OBRAS E FISCALIZACAO e das outras providências.**

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - NOMEAR o servidor **JULIO ALVES CARRIJO**, para responder pelo cargo de **CHEFE DE SETOR DE OBRAS E FISCALIZACAO** desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 02 DE JANEIRO DE 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 099/2017.

DE: 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA a servidora TELMA RIBEIRO DA SILVA para exercer o cargo de COORDENADOR DO CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL e das outras providências.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - NOMEAR a servidora **TELMA RIBEIRO DA SILVA**, para responder pelo cargo de **COORDENADOR DO CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL** desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 02 DE JANEIRO DE 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2017

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 001/2017/CPL/PP

A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso torna público que nos termos da Lei nº 8.666 de 21/06/93, com as alterações subsequentes a abertura de processo licitatório, **Pregão presencial Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de futuros e eventuais consertos/remendos em pneus e camarás (desmontagem, montagem e troca de pneus) de veículos e maquinas da frota desta Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste-MT, conforme termo de referência anexo I do edital.** Poderá participar do certame pessoa jurídica que tenham adquirido edital e que são cadastrados no setor competente desta Prefeitura.

A abertura dos processos dar-se-á às ***13:00 horas do dia 26 de Janeiro de 2017***, em sala designada pelo pregoeiro na Sede da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT.

O edital completo poderá ser adquirido das 12:00 horas ás 18:00 horas, no Prédio da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste situado a rua A, 367 Jardim Santa Inês, telefone (66) 3488-1080 – 3488-1459 – 3488-1292 ou pelo E-mail: **(licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br),** ou (www.santoantoniodoleste.mt.gov.br)**.**

Santo Antonio do Leste – MT, 11 de Janeiro de 2017.

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

PREGOEIRO

Portaria Nº. 085/2017

De 02 de Janeiro de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
CONTRATO Nº. 018/2017

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **RICARDO BALTAZAR DE JESUS,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **4572626 DGPC/GO,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **006.617.221-71** e residente a Rua Primavera, S/N, Bairro Novo Campo, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 621/2017 de 09 de janeiro de 2017, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **FISCAL DE OBRAS E POSTURAS**, enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANÇAS,** mediante a remuneração de R$ **1.107,61 (Hum mil cento e sete reais e sessenta um centavos),** com início em **02/01/2017** e término em **30/06/2017**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a consequente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 621/2017, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 06 (seis) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão a contas da Dotação Orçamentária: **04.123.5005.2019.0000.3.1.90. 04.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANÇAS** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2017.

RICARDO BALTAZAR DE JESUS

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
CONTRATO Nº. 017/2017

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **SANDRA MATEUS BAGETTI DA SILVA,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **8.607.830-9 SSP/PR,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **047.225.649-14** e residente a Avenida Florianópolis, N°335, Bairro Centro, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Munici-

pal nº. 621/2017 de 09 de janeiro de 2017, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO,** mediante a remuneração de R$ **1.002,64 (Hum mil e dois reais e sessenta quatro centavos),** com início em **02/01/2017** e término em **30/06/2017**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a consequente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 621/2017, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 06 (seis) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão a contas da Dotação Orçamentária: **04.122.5004.2011.0000.3.1.90. 04.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2017.

SANDRA MATEUS BAGETTI DA SILVA

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
CONTRATO Nº. 016/2017

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua Primavera n° 959, Jardim Bem Viver, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **VANDERLEI CUSTODIO FONSECA,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **M-4.715.175 SSP/MG** e inscrito no CPF/MF sob o nº **691.327.986. 87**e residente a Avenida Matrinchã, Bairro centro, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 621/2017 de 09 de Janeiro de 2017, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **MOTORISTA DE AMBULÂNCIA** enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** mediante a remuneração de R$ **2008,12 (Dois mil e oito reais e doze centavos),** com início em **02/01/2017** e término em **30/06/2017**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a)

CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a conseqüente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 621/2017, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 06 (seis) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão a contas da Dotação Orçamentária: **10.122.5006.2031.0000.3.1.90.04.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos 02 dias do mês de janeiro de 2017.

VANDERLEI CUSTODIO FONSECA

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
CONTRATO Nº. 015/2017

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua Primavera n° 959, Jardim Bem Viver, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **MARIA CARDOSO DOS SANTOS,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **3840694-9 SSP/PR** e inscrito no CPF/MF sob o nº **507.811.039-91** e residente a Rua Salgado Filho, S/N Bairro Centro, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 621/2017 de 09 de Janeiro de 2017, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **TECNICO EM ENFERMAGEM** enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** mediante a remuneração de R$ **1.817,52 (Hum mil oitocentos e dezessete reais e cinquenta dois centavos),** com início em **02/01/2017** e término em **30/06/2017**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a conseqüente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de ce-

lebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 621/2017, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 06 (seis) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão a contas da Dotação Orçamentária: **10.122.5006.2031.0000.3.1.90. 04.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos 02 dias do mês de janeiro de 2017.

MARIA CARDOSO DOS SANTOS

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
CONTRATO Nº. 014/2017

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua Primavera n° 959, Jardim Bem Viver, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **KELMA THAMARA CORRÊA DA SILVA FRANÇA,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **2085657 SEJSP/MS** e inscrito no CPF/MF sob o nº **059.918.161-31** e residente a Avenida Matrinchã, S/N Bairro Centro, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 621/2017 de 09 de Janeiro de 2017, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE** enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** mediante a remuneração de R$ **1.229,70 (Hum mil duzentos e vinte nove reais e setenta centavo),** com início em **02/01/2017** e término em **30/12/2017**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a conseqüente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 621/2017, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 06 (seis) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão a contas da Dotação Orçamentária: **10.301.5006.2147.0000.3.1.90. 04.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos 02 dias do mês de janeiro de 2017.

KELMA THAMARA CORRÊA DA SILVA FRANÇA

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
CONTRATO Nº. 013/2017

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **IVO PEREIRA DOS SANTOS,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **0559489-8 SESP/MT,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **395.600.741-72** e residente a Rua Porto Alegre, S/N, Bairro Jardim Bem Viver, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 621/2017 de 09 de janeiro de 2017, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS**, enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS,** mediante a remuneração de R$ **2.008,12 (Dois mil e oito reais e doze centavos),** com início em **02/01/2017** e término em **30/06/2017**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a consequente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 621/2017, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 06 (seis) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão a contas da Dotação Orçamentária: **15.542.5011.2061.0000.3.1.90. 04.00**

VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2017.

IVO PEREIRA DOS SANTOS

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
CONTRATO Nº. 012/2017

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua Primavera n° 959, Jardim Bem Viver, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **HELENA RODRIGUES DA SILVA,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **3022099 SSP/PI** e inscrito no CPF/MF sob o nº **042.264.523-05** e residente a Avenida Ceara, S/N Bairro Novo Campo, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 621/2017 de 09 de Janeiro de 2017, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **AGENTE DE SAUDE** enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** mediante a remuneração de R$ **1.251,87 (Hum mil duzentos e cinquenta um reais e oitenta sete centavo),** com início em **02/01/2017** e término em **30/06/2017**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a conseqüente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 621/2017, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 06 (seis) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão a contas da Dotação Orçamentária: **10.122.5006.2031.0000.3.1.90. 04.00**

VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em du-

as vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos 02 dias do mês de janeiro de 2017.

HELENA RODRIGUES DA SILVA

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

CÂMARA MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o que preceitua o Artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, e em vista da aprovação do Ofício nº 005/GP **HOMOLOGO** o nome dos Senhores **MARCELO LEANDRO MARTINS ROSADA** e **DIEGO LUCAS GASQUES,** como Assessores Jurídicos do Município de São José do Rio Claro-MT.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE

São José do Rio Claro-MT, 09 DE JANEIRO DE 2017.

EVALDO DE CASTRO

Presidente da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

DEPARTAMENTO CONTÁBIL
DECRETO 112/2016 - CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DO ANO DE 2015

DECRETO N.º 112/2016 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE EMPENHO INSCRITO EM RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO DE 2015 – PROCESSADO;

O Prefeito **CARLOS ROBERTO BIANCHI** de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições que lhe foram conferidas por lei,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar n°. 101/2000, só devem compor a dívida flutuante os restos a pagar, desde que haja disponibilidade de caixa para este efeito;

CONSIDERANDO que a contabilidade deve evidenciar o nível de endividamento e a situação de liquidez do Município durante todo o exercício;

CONSIDERANDO que os restos a pagar insubsistentes devem ser cancelados, expurgando-se, a qualquer tempo, as obrigações incertas e indevidas;

CONSIDERANDO a Portaria STN/MF 633/06, que não permite inclusão de restos a pagar não processados anteriores ao último exercício no Anexo IX – Demonstrativo dos Restos a Pagar por poder e Órgão, componente do Relatório Resumido da Execução Orçamentaria;

CONSIDERANDO o que se aplica o disposto no **Art. 68 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986** , em que a inscrição de despesas como Restos a Pagar será automática, no encerramento do exercício financeiro de emissão da Nota de Empenho, desde que satisfaça às condições estabelecidas;

CONSIDERANDO o que se aplica o disposto no § 2o **Art. 68 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986** , em que a inscrição de restos a pagar na condição de não processados e não liquidados posteriormente terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, ressalvado o disposto no § 3o do mesmo;

CONSIDERANDO o disposto no **Art. 359-F da Lei nº 10.028/2000** , dos crimes contra as finanças públicas, onde penaliza o Gestor que deixar de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei

DECRETA:

Art. 1.º - Ficam cancelados, por insubsistência de crédito, os restos a pagar Processados e Não Processados referentes aos empenhos das contas ‘’RESTOS A PAGAR 2015 – PROCESSADO, abaixo relacionado:

EMPENHO TIPO	DATA	CREDOR	VALOR A PAGAR	PROCESSADOS
5748/ 2015-1	26/ 11/ 2015	POLEODUTO IND. COM. DE FLEXIVEIS E ELETRO MECÂ-NICO	15. 435,00	15.435,00

§ 1º Os restos a pagar processados, só poderão ser cancelados mediante a comprovação inconteste da não existência da obrigação financeira junto ao credor de origem, devendo ser formalizado um processo específico identificando o tipo de baixa bem como os motivos e fatos que comprovam a ausência da obrigação a ser cancelada.

Art. 2º - Após o cancelamento da inscrição das despesas como Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto, poderá ser atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual à conta de Despesas de Exercícios Anteriores ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida.

Art. 3º - Os Restos a Pagar cancelados poderão ser restabelecidos de acordo com os permissivos contábeis vigentes e com o artigo 37, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 4.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos – Estado de Mato Grosso, 30 de Dezembro de 2016.

CARLOS ROBERTO BIANCHI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 055 DE 11 DE JANEIRO DE 2017

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR para exercer o cargo em comissão de GERENTE DE PROGRAMAS SOCIAIS o Senhor EVERALDO TADEU ALVES, portador do RG nº 2502953-3 - SSP/MT e do CPF nº 285.319.648-81, fazendo jus aos vencimentos do cargo.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 11 DE JANEIRO DE 2017

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 054 DE 11 DE JANEIRO DE 2017

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR para exercer o cargo em comissão de CHEFE DE DEPARTAMENTO, responsável pelo Departamento de Serviços de Proteção Social Básica a Senhora LUCILEIA CRISTOVÃO DA CONCEIÇÃO, portadora do RG nº 1194753-5-SSP/MT e do CPF nº 895.978.691-87, fazendo jus aos vencimentos do cargo.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 11 DE JANEIRO DE 2017

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 053 DE 11 DE JANEIRO DE 2017

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - DESIGNAR para exercer o cargo de GERENTE DE PROGRAMAS SOCIAIS a servidora ROSIVANIA APARECIDA DOS SANTOS REZENDE, portadora do RG nº 1109430-3 – SJSP/MT e do CPF nº 807.201.371-87, fazendo jus ao vencimento do cargo.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 11 DE JANEIRO DE 2017

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO CONTÁBIL
DECRETO 111/2016 - CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO ANO DE 2010/2013/2014 E 2015

DECRETO N.º 111/2016 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE EMPENHOS INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO DE 2010 / 2013 / 2014 E 2015 – NÃO PROCESSADOS;

O Prefeito **CARLOS ROBERTO BIANCHI** de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições que lhe foram conferidas por lei,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar n°. 101/2000, só devem compor a dívida flutuante os restos a pagar, desde que haja disponibilidade de caixa para este efeito;

CONSIDERANDO que a contabilidade deve evidenciar o nível de endividamento e a situação de liquidez do Município durante todo o exercício;

CONSIDERANDO que os restos a pagar insubsistentes devem ser cancelados, expurgando-se, a qualquer tempo, as obrigações incertas e indevidas;

CONSIDERANDO a Portaria STN/MF 633/06, que não permite inclusão de restos a pagar não processados anteriores ao último exercício no Anexo IX – Demonstrativo dos Restos a Pagar por poder e Órgão, componente do Relatório Resumido da Execução Orçamentaria;

CONSIDERANDO o que se aplica o disposto no **Art. 68 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986** , em que a inscrição de despesas como Restos a Pagar será automática, no encerramento do exercício financeiro de emissão da Nota de Empenho, desde que satisfaça às condições estabelecidas;

CONSIDERANDO o que se aplica o disposto no § 2o **Art. 68 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986** , em que a inscrição de restos a pagar na condição de não processados e não liquidados posteriormente terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, ressalvado o disposto no § 3o do mesmo;

CONSIDERANDO o disposto no **Art. 359-F da Lei nº 10.028/2000**, dos crimes contra as finanças públicas, onde penaliza o Gestor que deixar de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei;

DECRETA:

Art. 1.º - Ficam cancelados, por insubsistência de crédito, os restos a pagar Não Processados referentes aos empenhos das contas ‘‘RESTOS A PAGAR DE 2010 / 2013 / 2014 E 2015 – NÃO PROCESSADOS – A LIQUIDAR, abaixo relacionados:

EMPENHO TIPO	DATA	CREDOR	VALOR A PAGAR	NÃO PROCESSADOS
3632/2010-2	29/06/2010	CONSTRUTORA UNIVERSO LTDA	8.172,12	8.172,12
2855/2013-2	28/06/2013	RODRIGUES DOS SANTOS E ABREU SANTOS LTDA - ME	9.497,37	9.497,37
6492/2013-2	16/12/2013	CONSTRUMANA CONSTRUÇÕES LTDA - EPP	1.811,89	1.811,89
140/2014-2	16/01/2014	CONSTRUTORA UNIVERSO LTDA	2.364,86	2.364,86
3071/2015-1	19/06/2015	CHICK PRIME DROGARIA LTDA EPP	954,00	954,00
5614/2015-1	10/11/2015	RODRIGO PEREZ EIRELI - ME	1.000,00	1.000,00
5913/2015-1	01/12/2015	CEDIMAGEM CENTRO DE DIAGNOSTICO MEDICO POR IMAGEM	930,00	930,00
5946/2015-1	04/12/2015	ALTERNATIVA ASS. CONT. ADM. E TRIBUTARIA LTDA – ME	9.000,00	9.000,00

§ 1º Os restos a pagar processados, só poderão ser cancelados mediante a comprovação inconteste da não existência da obrigação financeira junto ao credor de origem, devendo ser formalizado um processo específico identificando o tipo de baixa bem como os motivos e fatos que comprovam a ausência da obrigação a ser cancelada.

Art. 2º - Após o cancelamento da inscrição das despesas como Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto, poderá ser atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual à conta de Despesas de Exercícios Anteriores ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida.

Art. 3º - Os Restos a Pagar cancelados poderão ser restabelecidos de acordo com os permissivos contábeis vigentes e com o artigo 37, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 4.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos – Estado de Mato Grosso, 30 de Dezembro de 2016.

CARLOS ROBERTO BIANCHI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

DECRETO Nº 001

DECRETO Nº. 001/2017

DE 02 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE PARALIZAÇÃO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICÍPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR, Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, no uso de Suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º – Fica decretado a paralização nas repartições públicas municipais no período de 02 de Janeiro a 31 de Janeiro 2017**.**

Parágrafo Primeiro – Os Secretários Municípais deverão definir a programação dos trabalhos de cada Secretaria, independente do definido no caput deste artigo, para que não ocorra descontinuidade dos trabalhos do dia a dia, nem prejuízo do funcionamento normal dos Orgãos da Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada.

Parágrafo Segundo – Os servidores continuarão à disposição da administração, que se apresentarão ao posto de serviços sempre que convocados, sob pena de medidas administrativas.

Art. 2º - Ficam mantidos os serviços essenciais, tais como atendimento à saúde pública, Educação, coleta de lixo urbano e distribuição de água.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de Janeiro de 2017

JOSÉ OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 004/2017

Portaria nº 004/2017

Serra Nova Dourada-MT 02 de Janeiro de 2017.

Dispõe sobre a Nomeação de Secretaria Municipal Educação, Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, José Ocimar Gomes da Silva Aguiar, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Nomear ROSIMEIRE CAMPOS NETO, CPF: 935.637.361-20 e RG 14053810 SSP-MT, para ocupar o cargo, em comissão de Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo e Lazer.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas s disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 003/2017

Portaria nº 003/2017

Serra Nova Dourada-MT 02 de Janeiro de 2017.

Dispõe sobre a Nomeação de Secretaria Municipal Obras e Serviços Públicos, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, José Ocimar Gomes da Silva Aguiar, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Nomear OCIMAR TAVARES DE AGUIAR, CPF: 004.100.011-04 e RG 635591 SSP-TO, para ocupar o cargo, em comissão de Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas s disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 010/2017

Portaria nº 010/2017

Dispõe sobre a Nomeação de Secretario de Finanças, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **José Ocimar Gomes da Silva Aguiar,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Nomear **JOÃO NOVAIS FILHO**, CPF: 065.823.111-15 e RG 0162816 SSP-MT, para ocupar o cargo, em comissão de Secretário Municipal de Finanças.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

Serra Nova Dourada-MT 02 de Janeiro de 2017.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 015/2017

Portaria nº 015/2017

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO PARA O CARGO EM COMISSÃO CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, É DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **JOSÉ OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Nomear **KAYA MARLEY DE SOUSA RIBEIRO** CPF: 007.231.961-50 e RG 1847748 SSP-DF , para ocupar o cargo, em Comissão de Chefe de Departamento de Contabilidade Serra Nova Dourada MT.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

Serra Nova Dourada-MT 02 de Janeiro de 2017.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 014/2017

Portaria nº 014/2017

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO PARA O CARGO EM COMISSÃO CHEFE DE DEPARTAMENTO DE TERRAS, É DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **JOSÉ OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Nomear **WEILA FERREIRA DE FREITAS CARDOSO** CPF: 005.616.341-06 e RG 4039881 2ª VIA SSP-GO , para ocupar o cargo, em Comissão de Chefe de Departamento de Terras de Serra Nova Dourada MT.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

Serra Nova Dourada-MT 02 de Janeiro de 2017.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 012/2017

Portaria nº 012/2017

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DO MUNICÍCIPIO DE SERRA NOVA DOURADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **JOSÉ OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. I – Nomear a Comissão Permanente de Licitações, a qual será responsável por todos os atos necessários ao processo licitatório no exercício de 2017 que a Lei 8666/93 assim prever,

Art. II – Ficam designados os seguintes servidores para compor a Comissão Permanente de Licitações e, suas respectivas funções, quais sejam:

-PRESIDENTE- JEAN FLAVIO DOS SANTOS MILHOMEM CPF: 925.742.461-87.

-MEMBRO – CAIQUE MATHEUS DA SILVA – CPF: 005.960.981-75

-MEMBRO – KAIQUE PAZ DE SOUSA - CPF: 045.349.701-29

Art. III – Fica designado como membro suplente o servidor ALEANDRO SILVA COSTA.

Art. IV – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se os atos contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

Serra Nova Dourada-MT 02 de Janeiro de 2017.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 002/2017

Portaria nº 002/2017

Serra Nova Dourada-MT 02 de Janeiro de 2017.

Dispõe sobre a Nomeação de Tesoureiro Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, José Ocimar Gomes da Silva Aguiar, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Nomear JOÃO NETO PEREIRA LUZ, CPF: 692.544.351-04 e RG 11542578 SSP-MT, para ocupar o cargo, em comissão de tesoureiro Municipal.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas s disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 011/2017

Portaria nº 011/2017

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA O EXERCÍCIO DE SERRA NOVA DOURADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **José Ocimar Gomes da Silva Aguiar,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Nomear o Pregoeiro e a Equipe de Apoio para a modalidade de licitação denominada PREGÃO, para aquisição de bens e serviços comuns, para o exercício de 2017, a ser composta pelos Seguintes membros.

PREGOEIRO: JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM CPF: 925.742.461-87

1º ASSISTENTE: ANDRÉ TAVARES AGUIAR CPF: 029.560.401-89

2º ASSISTENTE: ETERVALDO M CAMINHAS CPF: 495.908.391-34

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas s disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

Serra Nova Dourada-MT 02 de Janeiro de 2017.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 006/2017

Portaria nº 006/2017

Dispõe sobre a Nomeação de Assessor Especial de Gabinete, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, José Ocimar Gomes da Silva Aguiar, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Nomear ALEANDRO DA SILVA COSTA, CPF: 016.181.451-42 e RG 1801242-6 SSP-MT, para ocupar o cargo, em comissão de Assessor Especial de Gabinete.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

Serra Nova Dourada-MT 02 de Janeiro de 2017.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 001/2017

Portaria nº 001/2017

Serra Nova Dourada-MT 02 de Janeiro de 2017.

Dispõe sobre a Nomeação de Secretário Municipal de Administração e planejamento, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, José Ocimar Gomes da Silva Aguiar, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Nomear Mario Augusto de Queiroz Cardoso, CPF: 821.684.58120 e RG 3279453605094 SSP-GO, para ocupar o cargo, em comissão de Secretário Municipal de **Administração e Planejamento.**

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas s disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 007/2017

Portaria nº 007/2017

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CHEFE DE CHEFE DE GABINETE, É DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **JOSÉ OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Nomear **ARNOU MACIEL RIBEIO**, CPF: 460.131.131-49 e RG 727787 SSP-MT, para ocupar o cargo, em Comissão de Chefe de Gabinete do Município de Serra Nova Dourada MT.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas s disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

Serra Nova Dourada-MT 02 de Janeiro de 2017.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 009/2017

Portaria nº 009/2017

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO PESSOAL DO MUNICIPIO DE SERRA NOVA DOURADA-MT, É DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **JOSÉ OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Nomear **WANÚBIA NASCIMENTO DE SOUSA**, CPF: 992.015.501-20 e RG 14615363-SSP-MT, para ocupar o cargo, em Comissão de Chefe de Departamento Pessoal do Município de Serra Nova Dourada MT.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas s disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

Serra Nova Dourada-MT 02 de Janeiro de 2017.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 008/2017

Portaria nº 008/2017

Serra Nova Dourada-MT 02 de Janeiro de 2017.

Dispõe sobre a Nomeação de Secretaria Municipal Ação Social, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, José Ocimar Gomes da Silva Aguiar, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Nomear DURCE TAVARES AGUIAR, CPF: 935.361.941-68 e RG 273116 SSP-MT para ocupar o cargo, em comissão de Secretária Municipal de Ação Social.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas s disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 013/2017

Portaria nº 013/2017

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO PARA O CARGO EM COMISSÃO SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, INDUSTRIA E COMÉRCIO, É DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **JOSÉ OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Nomear **JOHN CLEBER COELHO RODRIGUES** CPF: 569.052.701-72 e RG 928380 SSP-MT , para ocupar o cargo, em Comissão de Secretario de Agricultura, Meio Ambiente, Industria e Comércio de Serra Nova Dourada MT.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

Serra Nova Dourada-MT 02 de Janeiro de 2017.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 005/2017

Portaria nº 005/2017

Serra Nova Dourada-MT 02 de Janeiro de 2017.

Dispõe sobre a Nomeação de Secretaria Municipal Saúde, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, José Ocimar Gomes da Silva Aguiar, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Nomear ANDREIA DE ARAÚJO, CPF: 880.278.051-04 e RG 1150717-9 SJ-MT, para ocupar o cargo, em comissão de Secretária Municipal de Saúde.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas s disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 612/2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Idade a servidora Sra. *SALETE MARIA MATTANA TESTA."*

A Sra. CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, Diretora Executiva do PREVISINOP, INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP/MT, Estado de MT no uso de suas atribuições legais; e

Considerando o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 40, § 1º, III, "b" da CF/88 com redação da EC nº 41/2003 c/c Art. 14, inciso II, da Lei Municipal nº. 2295/2016, de 13 de abril de 2016, que Institui o Regime Jurídico único dos servidores municipais de Sinop/MT,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício Aposentadoria por Idade, a servidora Sra. SALETE MARIA MATTANA TESTA, brasileira, casada, servidora pública municipal, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 3056671-1 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 459.049.011-00, efetiva no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 38 - HS C/POS, referência Classe "C", nível "04", Tabela 04, da Lei 124/2016, de 05 de abril de 2016, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com PROVENTOS PROPORCIONAIS, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.02.22266P, a partir de 12 de Dezembro de 2016, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

SINOP/MT, 05 de Dezembro de 2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

HOMOLOGO:

JUAREZ ALVES DA COSTA

Prefeito Municipal de Sinop - MT

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO CONVITE Nº 011/2016

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento aos termos da Lei 8.666 de 21/06/93 e alterações posteriores, torna público o resultado do julgamento da licitação Convite nº 011/2016, referente à contratação de empresa especializada para construção de passeio público no loteamento denominado Bella Suíça, Sinop/MT. **No processo em questão** NÃO FOI ATINGIDO O NÚMERO MÍNIMO DE TRÊS PROPOSTAS APTAS A SELEÇÃO, portanto, resta o mesmo FRACASSADO.

Sinop-MT, 11 de janeiro de 2016.

Adriano dos Santos

Presidente da C.P.L.

Portaria nº 036/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 011/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **MANOEL TEODORO DIAS**, senhor efetivo, admitido em 04/01/2002, nocargo de **Agente de Manutenção - Vigia**, com matricula no RH nº. 111, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, **da Classe A – Nível 14**para perceber na categoria da **Classe A – Nível 15, correspondente ao valor de R$: 1.184,70 (Um Mil, Cento e Oitenta e Quatro Reais, Setenta Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 04 de Janeiro de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 016/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 10/01/2017, com término em 08/02/2017**, referente ao período aquisitivo de 20/04/2016 à 19/04/2017,* a senhora ***ANGELICA SABRINA COELHO,*** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 1371, no cargo de **Técnica de Desenvolvimento Infantil**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 10 de Janeiro de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 003/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **NOMEAR** os servidores abaixo relacionados, para comporem a "**COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E PATRIMÔNIO DA PREFEITURA DE TABAPORÃ**", para o exercício de 2017:

Presidente: AILSON DA SILVA SANTOS

RG: 731.085-4 SSP/MT

CPF: 538.113.131.34

CARGO: Agente da Administração Pública III - Pedreiro

Membros: SIRLEI DAS GRACAS AUGUSTO SILVA

RG: 1.004.573 SSP/MT

CPF: 726.870.291.49

CARGO: Técnico do Nível Médio I – Escriturário

NEIVA FARTO DE CARVALHO

RG: 1.322.578-2 SSP/MT

CPF: 929.679.221-53

CARGO: Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo

ALESSANDRA APARECIDA GALVÃO

RG: 1.534.212-3 SSP/MT

CPF: 004.090.241-20

CARGO: Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 02 de Janeiro de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 019/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 11/*01/2017, com término em 09/02/2017*, *referente ao período aquisitivo de 02/06/2015 à 01/06/2016,* a senhora ***ELIANE DOS REIS MARIA*****,** servidora com matricula no RH nº. 1550, no cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, **lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura**, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 11 de Janeiro de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.350/2017

Designa interinamente servidor público municipal de cargo efetivo da Prefeitura Municipal de Tabaporã para responder como Responsável Contábil, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO a urgência e a necessidade dos serviços continuados realizados pelo Contador para o regular desenvolvimento das atividades desta prefeitura.

CONSIDERANDO a exigência do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, do responsável pela contabilidade deverá ser servidor público municipal concursado.

DECRETA:

Artigo 1º. - DESIGNAR interinamente para ocupar o cargo de provimento efetivo de **Contador** da Prefeitura Municipal de Tabaporã MT, a Servidora Pública Municipal, concursada no cargo de Agente Administrativo **Magaly Angela Baesso Treuherz**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 2.467.965-8 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 692.118.761.68, devidamente inscrito no órgão da categoria CRC sob o n°. MT-012672/O-8, Técnica em Contabilidade, com Nível Superior em Administração de Empresas e Pós Graduada em Gestão Pública, nos termos do Art. 43, §2º. da Lei Municipal nº. 218/99 e Art. 44 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2°. - O Servidor deverá observar, em suas condutas, os preceitos dispostos na Lei Municipal n°. 840/2011, sobre o desenvolvimento da função a qual foi nomeado, bem como toda legislação correlata.

Artigo 3º. - Fica ainda determinado que a Servidora nomeada passará a receber função gratificada condizente com a nova função de Técnico em Contabilidade.

Artigo 4º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2017, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em de 02 de Janeiro de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 001/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **NOMEAR** os servidores abaixo relacionados, para comporem a "**Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Tabaporã**", para o exercício de 2017:

Presidente: - JOAO PAULO MARTINS DA COSTA

CARGO: Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo

RG: 1.712.034-9 SSP/MT

CPF: 994.086.511.20

Membros: - MANOEL GUIN FILHO

CARGO: Técnico de Nivel Superior II – Engenheiro Agronomo

RG: 3.572.201-7 SSP/PR

CPF: 480.997.089.20

HANNA PAULA LUDKE

CARGO: Técnico de Nível Médio – Agente Administrativo

RG: 2.214.682-2 SSP/MT

CPF: 036.554.431.02

CLAUDEMIRO TEODORO

CARGO: Técnico da Fiscalização e Arrecadação – Fiscal Tributário

RG: 755.946-1 SSP/MT

CPF: 811.259.091.53

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, 02 de Janeiro de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 002/2017

Designa Pregoeiro e compõe Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão no âmbito da Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar para atuar como **PREGOEIRO** em licitações na modalidade de pregão, de acordo com o art. 10, § 3º, do Decreto Municipal nº. 1.492/2007, no âmbito da Prefeitura Municipal de Tabaporã o servidor:

VALCENIR ANTONIO SILVA

RG: 1.035.394-1 SJ/MT

CPF: 630.276.821.72

CARGO: Técnico da Fiscalização e Arrecadação – Fiscal Tributário

Parágrafo único: O Edital indicará em cada certame licitatório o Pregoeiro e seu substituto.

Artigo 2º. - Ficam designados para atuarem como membros da **Equipe de Apoio** em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Tabaporã, os servidores:

ALESSANDRA APARECIDA GALVÃO

RG: 1.534.212-3 SSP/MT

CPF: 004.090.241-20

CARGO: Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo

AILSON DA SILVA SANTOS

RG: 731.085-4 SSP/MT

CPF: 538.113.131.34

CARGO: Agente da Administração Pública III - Pedreiro

Parágrafo único: O Edital indicará os membros da **Equipe de Apoio** para atuarem no certame, com no mínimo três integrantes.

Artigo 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 02 de Janeiro de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 005/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 26/12/2016, com término em 24/01/2017, referente ao período aquisitivo de 01/02/2014 à 31/01/2015,* a senhora ***ANTONIA PEREIRA LIMA*****,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 06, no cargo de **Agente de Apoio a Saúde I – Agente de Limpeza Pública**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data da concessão das férias 26/12/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 02 de Janeiro de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 006/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder **"*FÉRIAS PROPORCIONAIS", de 15 (Quinze) dias, iniciando-se em 31/12/2016, com término em 14/01/2017**, referente ao período aquisitivo de 05/02/2015 a 04/02/2016,* a senhora ***KARINA RODRIGUES DOS SANTOS DA SILVA*****,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 1177, no cargo de **Auxiliar de Serviços Público – Recepcionista**, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data da concessão das férias 31/12/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 02 de Janeiro de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 007/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAÇÃO DE CLASSE** da Senhora **HANNA PAULA LUDKE**, servidora efetiva, admitida em 18/11/2013, nocargo de **Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo,** com matricula no RH nº. 1500, lotada na Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura Municipal, da **Classe A – Nível 03 para perceber na Classe E – Nível 03, correspondente ao valor de R$:1.674,58 (Um Mil, Seiscentos e Setenta e**

Quatro Reais, Cinquenta e Oito Centavos), *de acordo com Art. 48, Inciso II, Alínea "e", da Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 02 de Janeiro de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 008/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 02/01/2017, com término em 31/01/2017**, referente ao período aquisitivo de 01/04/2014 à 31/03/2015,* ao senhor ***SEBASTIAO PEDRO ALVES*****,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 246, no cargo de **Agente da Administração Pública II - Motorista**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 02 de Janeiro de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 009/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 02/01/2017, com término em 31/01/2017**, referente ao período aquisitivo de 01/10/2015 à 30/09/2016,* ao senhor ***SEBASTIAO ROSENDO DOS SANTOS*****,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 138, no cargo de **Professor**, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 02 de Janeiro de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 010/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*LICENÇA PRÊMIO", pelo período de 90 (Noventa) dias, iniciando-se em 03/01/2017 com término em 02/04/2017**, do período aquisitivo de 12/06/2006 à 11/06/2011, sem prejuízo de sua remuneração** ao Senhor **OSVALDO SIMIAO RAMOS,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 806, admitido em 12/06/2006, nocargo de ***Apoio Administrativo Educacional Vigilância,* lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura,** de acordo com o Art. 54, da Lei Municipal nº. 836/2011 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 03 de Janeiro de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 012/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **ROSIMEIRI DIAS GARCIA OLIVEIRA**, servidora efetiva, admitida em 07/03/2007 e licenciada de 07/04/2014 a 03/01/2016, nocargo de **Técnico deNível Médio I – Agente Administrativo,** com matricula no RH nº. 947, **lotada na Secretaria Municipal de** Ação Social, da **Classe E – Nível 07, para perceber na Classe E – Nível 08, correspondente ao valor de R$: 1.848,87 (Um Mil, Oitocentos e Quarenta e Oito Reais, Oitenta e Sete Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 04 de Janeiro de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 013/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Tendo em vista o vencimento em 05 de Janeiro de 2017, **de LICENÇA POR MOTIVOS PARTICULARES SEM REMUNERAÇÃO,** da Senhora **KARINA MENEZES DE SOUSA MOREIRA ROCHA.**

RESOLVE:

Artigo 1º. - **RETORNAR para suas atividades normais a partir de** 05/01/2017, a senhora **KARINA MENEZES DE SOUSA MOREIRA ROCHA**, servidora efetiva, com matricula no RH nº. 828, admitida em 26/06/2006, nocargo de **Assistente Técnico da Saúde I – Auxiliar de Saúde Bucal,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde **desta Prefeitura**, de acordo com o Art. 84 da Lei Municipal nº. 218/99 e da Constituição Federal.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 05 de Janeiro de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 014/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **SEBASTIAO PEREIRA DE ALENCAR SOBRINHO**, servidor efetivo, admitido em 09/01/2002, nocargo de **Agente da Administração Publica II – Eletricista de Manutenção**, com matricula no RH nº. 145, **lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura da Classe C – Nível 14 para perceber na Classe C – Nível 15, correspondente ao valor de R$: 2.153,13 (Dois Mil, Cento e Cinquenta e Três Reais, Treze Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 09 de Janeiro de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 015/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO decisão liminar proferida pelo MM. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Tabaporã- MT, de reintegração ao Cargo de Professora.

CONSIDERANDO o cumprimento da Licença Maternidade no período de 10 de Agosto de 2016 à 07 de Dezembro de 2016.

CONSIDERANDO o termino da estabilidade provisoria, a contar da confirmação da gravidez, até 05 (Cinco) meses após o parto, nos termos do Art. 10, Inciso II, "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

RESOLVE:

Artigo 1º. - DAR POR ENCERRADO O CONTRATO da Senhora **LUCIANNE SOARES DE BRITO RIGOTTI, na data de 09 de Janeiro de 2017**, servidora contratada temporariamente por meio de Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2015, com matricula no RH nº. 1650, no cargo de **Professora**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 836/2009 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 09 de Janeiro de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 018/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1°. – Conceder ***LICENÇA POR MOTIVOS PARTICULARES SEM REMUNERAÇÃO, pelo período de 02 (dois) anos, a contar do dia 11/01/2017 com término em 10/01/2019, a*** senhora **DELAINE DE FATIMA ZECCHIN BORGES**, servidora efetiva**,** com matricula no RH nº. 887, nocargo de **Apoio Administrativo Educacional Nutrição**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/99, Art. 84 e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 11 de Janeiro de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 017/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - RETORNAR DO AUXÍLIO DOENÇA a partir do dia 11/01/2017, a Senhora **ALICE FERREIRA DA CRUZ TEODORO**, servidora efetiva, com matricula no RH nº. 1597, admitida em 11/02/2015, nocargo de **Agente Comunitário de Saúde**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura – MT, de acordo com o Art. 76 da Lei Municipal nº. 218/99 e da Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 11 de Janeiro de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO TERMO ADITIVO DE VALOR Nº00010000083/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / FLORICULTURA E DECORAÇÕES FLORAL LTDA-ME / O presente Termo Aditivo tem como objeto promover o acréscimo de **R$** 14.900,00 (quatorze mil e novecentos reais)**,** na Cláusula Quarta – Do Valor, Item 4.1 do **Contrato nº 083/ADM/2016** (OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE EVENTOS, PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO "NATAL ILUMINADO 2016" DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA E "CHEGADA DO PAPAI NOEL NA PRAÇA DOS PIONEIROS", A FIM DE ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO), equivalente a 7,22% (sete vírgula vinte dois por cento) do contrato. DATA DE ASSINATURA : 27/12/2016.**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 734/GP/2016 DE 30/12/2016

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE

Art. 1º PRORROGAR a partir de 07/01/2017 a cessão da senhora **DÊNEA REGIANI FREIBERGER PEREIRA**, servidora efetiva aprovada em Concurso Público, admitida em 01/06/1990, no cargo de Agente Administrativo II desta municipalidade**,** para a Justiça Federal de Primeiro Grau em Mato Grosso, Sessão Judiciária de Mato Grosso, de acordo com convênio nº 005/2015 de 08/10/2015, atendendo a solicitação do Juiz Federal Dr. Fabio Henrique Rodrigues de Moraes Fiorenza através do Oficio SJ DIREF199.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, 40º aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Prof. FABIO MARTINS JUNQUEIRA

Prefeito Municipal

MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

Secretária Municipal de Administração

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR Nº000100000004/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / NATIVA - SOLUÇÃO PRESTADORA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA - ME / Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar por mais **12(Doze) meses**, a Cláusula Sétima, item 7.1, da vigência do **Contrato nº 004/ADM/2016** (objeto: *Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e Higienização nas Dependências dos Prédios Públicos Utilizados Pelo Município de Tangará da Serra)*, passando a vigência de 01/02/2016 a 31/12/2017, para que se possa realizar o recebimento provisório e definitivo dentro do prazo de vigência.R$ **27.072,24 (Vinte e sete mil, e setenta dois reais e vinte quatro centavos. DATA DE ASSINATURA : 26/12/2016**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
LEI Nº 3.513, DE 02 DE MARÇO DE 2011.

LEI Nº 3.513, DE **02** DE **MARÇO** DE **2011.**

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR-SMDC E INSTITUI A COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR – PROCON MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, MATO GROSSO, CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR – CONDECON E O FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - FUNDECON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o que dispõe o Artigo 63 da Lei Orgânica Municipal, aprovou de autoria do **Executivo Municipal** e;

O Senhor **Júlio César Davoli Ladeia,** Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Art. 1º A presente Lei estabelece a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – **SMDC**, nos termos da Lei nº 8.078/90 e do Decreto nº 2.181/97 de 20 de março de 1997.

Art. 2º São órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC:

I – A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON;

II – O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON.

Parágrafo único. Integram o Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal e as Associações Civis que se dedicam à proteção e defesa do consumidor, observado o disposto nos arts. 82 e 105 da Lei 8078/90.

CAPÍTULO II DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON

SEÇÃO I

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 3º Fica instituída a COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR – PROCON DE TANGARÁ DA SERRA, MATO GROSSO, destinada a promover e implementar as ações direcionadas à educação, orientação, proteção e defesa do consumidor.

Art. 4º A Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON Municipal ficará vinculada à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 5º Constituem objetivos permanentes da COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON:

I - assessorar o Prefeito Municipal na implantação e implementação do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor;

II - planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política municipal de proteção e defesa do Consumidor;

III – receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias e sugestões apresentadas por consumidores, por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado;

IV – orientar permanentemente os consumidores e fornecedores sobre os seus direitos, deveres e prerrogativas;

V - encaminhar aos órgãos competentes a notícia de fatos tipificados como crimes contra as relações de consumo e as de violação a direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos;

VI - incentivar e apoiar a criação e organização de associações civis de defesa do consumidor e as já existentes, bem como outros programas especiais;

VII - promover ações contínuas de educação para o consumo, utilizando diferentes meios de comunicação, bem como realizando parcerias com outros órgãos da Administração Pública e da sociedade civil;

VIII - atuar no sistema municipal do ensino, com o objetivo de sensibilizar e, posteriormente, conscientizar os alunos e a comunidade escolar quanto aos direitos e deveres do consumidor;

IX - colocar à disposição dos consumidores, sempre que possível, mecanismos que possibilitem informá-los sobre os menores preços dos produtos básicos encontrados no mercado de consumo;

X - manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, divulgando-o pública e anualmente, nos termos do art. 44 da Lei 8078/90 e dos arts. 57 a 62 do Decreto 2.181/97;

XI - expedir notificação aos fornecedores para que prestem esclarecimentos das reclamações apresentadas pelos consumidores no PROCON;

XII - fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90 e Decreto 2.181/97);

XIII - funcionar, no que se refere ao processo administrativo, como instância de instrução e julgamento, no âmbito de sua competência;

XIV - solicitar o concurso de órgãos e entidades de notória especialização técnica para a consecução dos seus objetivos;

XV - instaurar, instruir e concluir processos administrativos para apurar infrações à Lei nº 8078/90, podendo mediar conflitos de consumo;

XVI – Realizar outras atividades correlatas.

SEÇÃO II

DO JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 6º A instrução e julgamento dos processos administrativos caberá ao Procon, sendo que a decisão de primeira instância será de competência do Conciliador ou Assessor Jurídico lotado no PROCON MUNICIPAL.

Art. 7º Da decisão de primeira instância caberá recurso do Fornecedor ao Coordenador Executivo do PROCON que poderá requerer parecer técnico da Assessoria Jurídica do Município.

Parágrafo único. O recurso ao Coordenador Executivo do PROCON será a segunda e última instância recursal na esfera administrativa.

SEÇÃO III

DA ESTRUTURA DO PROCON

Art. 8º A estrutura organizacional do PROCON Municipal será da seguinte forma:

I – Coordenadoria Executiva;

II - Divisão de Atendimento e Orientação;

III – Divisão de Assessoria Jurídica e Conciliação;

IV - Divisão de Fiscalização.

V – Divisão de Educação ao Consumidor.

Art. 9º A Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor será dirigida pelo Coordenador Executivo do PROCON que terá a função de coordenar todas as ações do PROCON Municipal. Parágrafo único. Fica estabelecido que todos os cargos em comissão da Coordenadoria Executiva do PROCON Municipal serão nomeados pelo Prefeito Municipal. Art. 10. As atribuições da Coordenadoria e das Divisões serão regulamentadas pelos atos administrativos cabíveis.

Art. 11. O Coordenador Executivo do PROCON Municipal contará com o apoio do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – **CONDECON.**

Art. 12. O Poder Executivo Municipal colocará à disposição do PROCON, recursos humanos, equipamentos, materiais permanentes e de consumo e serviços necessários ao funcionamento do órgão.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - CONDECON

Art. 13. Fica instituído o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON,com as seguintes atribuições:

I – atuar na formulação de estratégias e diretrizes para a política municipal de proteção e defesa do consumidor;

II - administrar e gerir financeira e economicamente os recursos depositados no Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FUNDECON, bem como deliberar sobre a aplicação dos recursos na consecução dos objetivos previstos nesta Lei e nas Leis nºs. 7347/85 e 8.078/90, priorizando os programas e projetos de educação para o consumo e de proteção e defesa do consumidor;

III - elaborar, revisar, atualizar e editar normas de procedimentos;

IV - realizar parceria com outros órgãos públicos e entidades civis ligadas à área de direito do consumidor, com o intuito de prestar e solicitar a cooperação técnica;

V – autorizar a edição e a confecção de materiais informativos/didáticos, para contribuir com a sensibilização dos cidadãos quanto aos direitos e deveres do consumidor;

VI - promover, por meio de órgãos da Administração Pública e de entidades civis interessadas, eventos educativos ou científicos, relacionados à proteção e defesa do consumidor;

VII - fiscalizar o cumprimento do objeto do convênio e contrato firmados entre a Coordenadoria do PROCON do Município com os órgãos públicos e demais Entidades;

VIII – examinar e aprovar projetos de caráter científico e de pesquisa na área de direito do consumidor;

IX – analisar, aprovar e autorizar a publicação da prestação de contas anual do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor, sempre na segunda quinzena do mês de dezembro;

X - elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

XI -zelar pela aplicação correta dos recursos do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor para a consecução dos objetivos;

XII - aprovar e liberar recursos para proporcionar a participação dos servidores do PROCON Municipal em reuniões, encontros, palestras, congressos e demais Eventos;

XIII - aprovar e publicar a prestação de contas mensal e anual do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FUNDECON.

SEÇÃO I

DA COMPOSIÇÃO, MANDATO DOS MEMBROS DO CONDECON

E NORMAS AFINS

Art. 14. O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor- CONDECON será composto por representantes do Poder Público e entidades representativas de fornecedores e consumidores, assim discriminados:

I - O Coordenador do PROCON Municipal, que o presidirá;

II – Um representante da Secretaria Municipal de Educação;

III - Um representante da Secretaria Municipal de Saúde (Vigilância Sanitária);

IV - Um representante da Secretaria de Fazenda;

V - Um representante da Secretaria Municipal de Administração;

VI – Um representante da Câmara Municipal;

VII – 02 (dois) representantes de associação ou entidade representativa dos fornecedores;

VIII – 02 (dois) representantes da Sociedade Civil Organizada;

IX – 01 (um) representante da OAB.

§ 1º O Coordenador Executivo do PROCON é membro nato do CONDECON;

§ 2º Todos os demais membros serão indicados pelos órgãos e entidades que a eles representam, sendo investidos na função de conselheiros, mediante nomeação pelo Poder Executivo Municipal.

§ 3º As indicações para nomeação ou substituição de conselheiros serão feitas pelas entidades ou órgãos, na forma de seus estatutos. § 4º Para cada membro será indicado um suplente que o substituirá, com direito a voto, nas ausências ou impedimentos do titular.

§ 5º Perderá a condição de membro do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON, o representante que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 06 (seis) alternadas, no período de 01 (um) ano.

§ 6º Os órgãos e entidades relacionados neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor a substituição de seus respectivos representantes, obedecendo ao disposto no parágrafo 2º deste artigo.

§ 7º A função de membro do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON não será remunerada, sendo seu exercício considerado relevante serviço à promoção e preservação da ordem econômica e social local.

§ 8º O mandato dos membros do Conselho de Defesa do Consumidor - CONDECON será de (02) dois anos, sendo permitida uma recondução dos eleitos.

Art. 15. O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON será presidido pelo Coordenador Executivo do PROCON Municipal.

Art. 16. Visando cumprir suas atribuições legais e regimentais, o CONDECON reunir-se-á, ordinariamente, 01 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocados pelo Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros no PROCON, mediante a presença de 06 (seis) membros, sendo admissível uma tolerância de 30 (trinta) minutos para que o quorum seja alcançado.

Art. 17. As instituições governamentais e não-governamentais integrantes do CONDECON terão direito a apenas um voto cada uma, mesmo que presentes à Assembléia os Conselheiros Titular e Suplente.

Art. 18. As deliberações do Conselho serão fixadas em:

I – Resoluções;

II – Moções;

III – Decisões.

§ 1º Os atos normativos do CONDECON serão instrumentalizados por meio de Resoluções.

§ 2º As manifestações do CONDECON, de qualquer natureza, sem conteúdo normativo, aperfeiçoam-se através de Moções.

§ 3º Atuando na aplicação dos recursos do Fundo, o CONDECON o faz através de Decisões.

Art. 19. As Resoluções e as Moções serão identificadas por numerações seqüenciais e contínuas, independentemente do ano civil em que foram expedidas, devendo das mesmas constar a data em que foram elaboradas.

Art. 20. As Decisões serão numeradas, sendo as mesmas datadas e identificadas pelos números dos processos onde foram exaradas.

CAPÍTULO IV

DA PRESIDÊNCIA

Art. 21. A direção do CONDECON será composta pelo Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário-Executivo e 2º Secretário-Executivo.

DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Art. 22. Fica instituído o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FUNDECON, de que trata o Artigo 57 da Lei Federal nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, com o objetivo de receber recursos destinados ao desenvolvimento de ações e serviços de proteção e defesa dos direitos do consumidor.

§ 1º O Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - **FUNDECON** será gerido pelo Conselho Municipal de Defesa do Consumidor, nos termos do art. 14 desta Lei;

§ 2º O Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - **FUNDECON** terá número no CNPJ junto a Receita Federal.

Art. 23. Os recursos oriundos do Fundo Municipal de Defesa do Consumido - **FUNDECON** serão destinados ao financiamento das ações de desenvolvimento da Política Municipal de Defesa do Consumidor, no âmbito do município de Tangará da Serra, compreendendo especificamente:

I - financiar total ou parcialmente os programas, projetos e atividades relacionados com os objetivos da Política Nacional, Estadual e Municipal das relações de consumo;

II – modernizar administrativamente a Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor-PROCON Municipal, visando à melhoria da prestação dos serviços oferecidos à população;

III - desenvolver programas de capacitação e aperfeiçoamento de servidores e conselheiros do CONDECON;

IV – no custeio de pesquisas e estudos relativos às relações de consumo e defesa do consumidor realizados por profissional de notória especialização ou por instituição sem fins lucrativos;

V – na aquisição de equipamentos, materiais permanentes e de consumo, serviços, diárias, passagens e demais despesas necessárias ao bom desenvolvimento dos programas, projetos e atividades da Coordenadoria Executiva do PROCON Municipal;

VI - fomentar ações que visem à defesa do consumidor;

VII - atender a despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, necessárias à execução das ações do órgão municipal;

VIII – promover e fomentar a criação de Entidades Civis e de Defesa do Consumidor;

IX - na promoção de atividades e eventos educativos, culturais e científicos, na criação, confecção e edição de materiais informativos/didáticos, relacionados à educação, proteção e defesa do consumidor;

X - no custeio de exames periciais, estudos e trabalhos técnicos necessários à instrução de procedimento investigatório preliminar instaurado para a apuração de fato ofensivo ao interesse difuso ou coletivo;

Parágrafo único. Na hipótese do Inciso X deste artigo, deverá o CONDECON considerar a existência de fontes alternativas para custeio da perícia, a sua relevância, a sua urgência e as evidências de sua necessidade.

XI – no custeio da participação de representantes do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC em reuniões, encontros, cursos, congressos e demais eventos, dentro e fora do Estado, relacionados ao direito do consumidor;

XII – atender outras despesas de capital e de custeio que contribuam com o bom funcionamento da Coordenadoria Executiva do PROCON Municipal.

Art. 24. Constituem recursos do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FUNDECON, o produto da arrecadação de:

I - condenações judiciais de que tratam os artigos 11 e 13 da Lei 7.347 de 24 de julho de 1985;

II - valores arrecadados ao município, em virtude da aplicação das multas previstas no art. 56 Inciso I e art. 57 e seu Parágrafo Único da Lei nº 8078/90, assim como àquela cominada por descumprimento de obrigação contraída em termo de ajustamento de conduta;

III – transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas ou privadas;

IV - rendimentos decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras, observadas as disposições legais pertinentes;

V - doações de pessoas físicas e/ou jurídicas, nacionais e/ou estrangeiras;

VI - produto de convênios firmados com órgãos e entidades de direito público e/ou privado;

VII - outras receitas que vierem a ser destinadas ao Fundo.

Art. 25. As receitas descritas no artigo anterior serão depositadas, obrigatoriamente, em conta especial, a ser aberta e mantida em Instituição Financeira, em nome do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FUNDECON que terá CNPJ próprio.

§ 1º As receitas das multas aplicadas terão um código de receita próprio e deverão ser recolhidas pelas empresas infratoras ao Fundo Municipal de Defesa do Consumidor por meio do Documento de Arrecadação Municipal – DAM emitido pela Prefeitura Municipal.

§ 2º Fica autorizada a aplicação financeira das disponibilidades do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FUNDECON, em operações ativas, de modo a preservá-las contra eventual perda do poder aquisitivo da moeda.

§ 3º O saldo credor do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FUNDECON, apurado em balanço no término da cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a seu crédito.

§ 4º O Secretário Municipal de Administração, com a anuência do Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON, será obrigado a publicar, semestralmente, os demonstrativos de receitas e despesas realizadas, como também, o balanço anual do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FUNDECON.

§ 5º A Prefeitura Municipal ficará responsável pela parte contábil FUNDECON, pois, assinarão como ordenador das despesas do Fundo - o Prefeito Municipal e como contador o Secretário Municipal de Fazenda.

Art. 26. Os recursos do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FUNDECON serão destinados ao financiamento das ações de desenvolvimento da Política Municipal de Defesa do Consumidor, no âmbito do município de Tangará da Serra, Mato Grosso e Instituições públicas e Entidades Civis ligados à proteção e defesa do consumidor.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. A Prefeitura Municipal prestará apoio administrativo, fornecerá recursos humanos, equipamentos e materiais, espaço físico e se responsabilizará pela manutenção da Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON Municipal e do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON.

Art. 28. No desempenho de suas funções, a Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, por meio da Coordenadoria Executiva – PROCON Municipal, poderá realizar convênios, termos de cooperação técnica com os órgãos que integram o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SMDC), tais como: órgãos federais, estaduais, municipais e as Entidades privadas de defesa do consumidor, no âmbito de suas respectivas competências e observado o art. 105 da Lei nº 8078/90.

Art. 29. Consideram-se colaboradores do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor (SMDC), as universidades públicas e privadas, escolas públicas e privadas e demais instituições que desenvolvam estudos e pesquisas relacionadas ao mercado de consumo.

Parágrafo único. Entidades, autoridades, cientistas e técnicos poderão ser convidados a colaborar em estudos ou participar de comissões instituídas pelos órgãos de proteção ao consumidor.

Art. 30. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias previstas no Orçamento Anual da Prefeitura Municipal.

Art. 31. O Poder Executivo Municipal aprovará, mediante decreto, o Regimento Interno da Coordenadoria Executiva do PROCON Municipal, definindo sua estrutura administrativa, cargos, competência da Coordenadoria Executiva e suas Divisões, bem como do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON.

Art. 32. A Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON Municipal observará na execução da política municipal de defesa do consumidor, as diretrizes fixadas pelo PROCON Estadual, que é o Coordenador do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor.

Art. 33. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos **dois** dias do mês de **março** do ano de **dois mil e onze**, **34º** aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Júlio César Davoli Ladeia

Prefeito Municipal

José Theorge Marinho

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangarádaserra.mt.gov.br

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR Nº000100000003/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / NATIVA - SOLUÇÃO PRESTADORA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA - ME / Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar por mais **12(Doze) meses**, a Cláusula Sétima, item 7.1, da vigência do **Contrato nº 003/ADM/2016** (objeto: *Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e Higienização nas Dependências dos Prédios Públicos Utilizados Pelo Município de Tangará da Serra)*, passando a vigência de 01/02/2016 31/12/2016 para **01/02/2016 a 31/12/2017**, para que se possa realizar o recebimento provisório e definitivo dentro do prazo de vigência. R$ **27.072,24 (Vinte e sete mil, e setenta dois reais e vinte quatro centavos DATA DE ASSINATURA : 27/12/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 01/2017

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 01/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: JUSSARA APARECIDA PEDROTTI & CIA LTDA - EPP

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES EM GERAL, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, COM ABASTECIMENTO EM BOMBA.

VALOR: 214.612,47

VIGÊNCIA: 02/01/2017 A 28/02/2017

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN/PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 05/2017

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 05/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO:SUPERMEDICÁ DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS

VALOR: R$ 13.071,9

VIGÊNCIA 04/01/2017 A 21/09/2017

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 03/2017

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 03/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA -EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LABORATORIO

VALOR: R$ 335,00

VIGÊNCIA 04/01/2017 A 05/08/2017

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 02/2017

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 02/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: FARMACIA SUPER POPULAR LTDA -EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS

VALOR: R$ 4.295,24

VIGÊNCIA 04/01/2017 A 21/09/2017

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 04/2017

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 04/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: DELTA MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDAOBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS

VALOR: R$ 31.567,06

VIGÊNCIA 04/01/2017 A 21/09/2017

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO N°. 01/2017

PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO N°. 01/2017

A Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte-MT, através de sua Pregoeira, torna publico, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N°. 01/2017, tendo como objeto: *Prestação de serviços continuado para os exercícios de 2017-2020 de Assessoramento Contábil e Patrimonial perante a Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte visando o cumprimento da legislação contábil, lei de responsabilidade fiscal e normas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso*, com realização prevista para o dia 24 de JANEIRO de 2017, às 09h00 (nove horas), horário de Mato Grosso. O edital completo estará disponível no site www.terranovadonorte.mt.gov.br e também no horário de expediente, na Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT / Departamento de Licitações, sito Cloves Felício Vetoratto, 101, Centro, Terra Nova do Norte - MT.

Terra Nova do Norte - MT, 11 de janeiro de 2017.

Elizangela de Oliveira Azevedo do Santos

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
LEI Nº 1042/2016 – 31 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 1042/2016 De 31 de dezembro de 2016.

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Torixoréu – MT para o Exercício de 2017, e dá outras providências."

Rafael Barilli Sá Prefeito de Torixoréu – MT, usando as atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - O Orçamento Fiscal e da Seguridade de Torixoréu – MT, para o exercício de 2017 estima a receita liquida de **R$ 19.477.500,00** (Dezenove milhões quatrocentos e setenta a sete mil e quinhentos reais), e a Despesa Fixada em **R$ 19.477.500,00** (Dezenove milhões quatrocentos e setenta a sete mil e quinhentos reais), discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

Artigo 2º - A receita será realizada mediante as fontes arrecadação de tributos, rendas e receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta lei, com o seguinte desdobramento:

01 RECEITAS CORRENTES	**R$ 17.819.550,00**
ReceitasTributarias	R$ 1.197.000,00
Receitas de Contribuições	R$ 513.450,00
ReceitasPatrimonial	R$ 241.500,00
Receitas de Serviços	R$ 368.550,00
Transferências Correntes	R$ 15.390.900,00
Outras Receitas Correntes	R$ 108.150,00
Outras Receitas Correntes Intraorçamentarias	R$ 741.300,00
(-) Deduções do FUNDEB	R$ 1.851.150,00
(-) Outras Deduções	R$ 58.800,00

02 Receitas de Capital	**R$ 2.826.600,00**
Alienação de Bens	R$ 306.600,00
Transferência de Capital	R$ 2.520.000,00

Total	**R$19.477.500,00**

Artigo 3º- A Despesa da Administração Direta será realizada segundo a discriminação dos quadros Função de Governo, Programa de Trabalho e Natureza de Despesa, integrantes desta Lei. POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
01 Legislativa	R$ 925.350,00
04 Administração	R$ 2.908.650,00
08 Assistência Social	R$ 900.375,00
09 Previdência Social	R$ 831.600,00
10 Saúde	R$ 3.355.800,00
12 Educação	R$ 4.080.825,00
13 Cultura	R$ 236.250,00
15 Urbanismo	R$ 1.209.600,00
16 Habitação	R$ 31.500,00
17 Saneamento	R$ 502.950,00
18 Gestão Ambiental	R$ 57.750,00
20 Agricultura	R$ 187.950,00
25 Energia	R$ 57.750,00
26 Transporte	R$ 3.021.900,00
27 Desporto e Laser	R$ 122.850,00
28 Encargos Especiais	R$ 168.000,00
99 Reserva de Contingência	R$ 848.400,00
Total da Administração Direta	**R$ 19.477.500,00**

POR ÓRGÃO DO GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO

01 Câmara Municipal de Torixoréu	R$	925.350,00
02 Prefeitura Municipal de Torixoréu	R$	659.400,00
03 Secretaria Municipal de Finanças	R$	2.045.550,00
04 Secretaria Municipal de Educação	R$	4.209.975,00
05 Secretaria Municipal de Viação e Obras	R$	4.786.950,00
06 Secretaria Municipal de Saúde	R$	3.358.950,00
07 Secretaria Municipal de Agricultura e Assunt. Fund	R$	193.200,00
08 Fundo Municipal de Previdência FAPET	R$	1.365.000,00
09 Secretaria Municipal de Transparência Governamental	R$	109.200,00
10 Secretaria Municipal de Assistência Social	R$	938.175,00

11 Secretaria Municipal de Planejamento	R$	74.550,00
12 Secretaria Municipal de Cultura	R$	236.250,00
13 Secretaria Municipal de Turismo	R$	59.850,00
14 Secretaria Municipal de Meio Ambiente	R$	130.200,00
15 Secretaria Municipal de Tributos	R$	105.000,00
16 Secretaria Municipal de Arrecadação	R$	78.750,00
17 Secretaria Municipal de Serviços Públicos	R$	131.250,00
18 Secretaria Municipal de Políticas Públicos	R$	39.900,00
Total	**R$**	**19.477.500,00**

POR ÓRGÃO/UNIDADE

01 Câmara Municipal de Torixoréu 01 Plenário	R$	925.350,00
02 Prefeitura Municipal de Torixoréu 01 Gabinete do Prefeito 02 Unidade de Controle Interno	R$ R$	596.400,00 63.000,00
03 Secretaria Administração e Finanças 01 Gabinete do Secretario	R$	2.045. 550,00
04 Secretaria Municipal de Educação Desporto e Laser 01 Gabinete do Secretario 02 Educação Básica 04 Educação Infantil	R$ R$ R$	751.800,00 2.114. 175,00 1.344. 000,00
05 Secretaria Municipal de Viação e Obras 01 Serviços Públicos 02 Departamento de Viação	R$ R$	3.649. 800,00 1.137. 150,00
06 Secretaria Municipal de Saúde 01 Fundo Municipal de Saúde 02 Secretaria Municipal de Saúde	R$ R$	2.692. 200,00 666.750,00
07 Secretaria Municipal de Agricultura e Assunt. Fund 01 Gabinete do Secretario 02 Produção e Abastecimento	R$ R$	155.400,00 37.800,00
08 Fundo de Previdência – Fapet 01 Fundo Munic. De Previdência – FAPET	R$	1.365. 000,00
09 Secretaria Municipal de Transparência Governamental 01 Gabinete do Secretario	R$	109.200,00
10 Secretaria Municipal de Assistência Social 01 Diretoria de Assistência Social 02 Fundo de Assistência Social	R$ R$	839.475,00 98.700,00
11 Secretaria Municipal de Planejamento 01 Gabinete do Secretario	R$	74.550,00
12 Secretaria Municipal de Cultura 01 Gabinete do Secretario 02 Gestão da Cultura	R$ R$	63.000,00 173.250,00
13 Secretaria Municipal de Turismo 01 Gabinete do Secretario	R$	59.850,00
14 Secretaria Municipal de Meio Ambiente 01 Gabinete do Secretario 02 Gestão Ambiental	R$ R$	72.450,00 57.750,00
15 Secretaria Municipal de Tributos 01 Gabinete do Secretario	R$	105.000,00
16 Secretaria Municipal de Arrecadação 01 Gabinete do Secretario	R$	78.750,00
17 Secretaria Municipal de Serviços Públicos 01 Gabinete do Secretario	R$	131.250,00
18 Secretaria Municipal de Políticas Publicas 01 Gabinete do Secretario	R$	39.900,00
Total	**R$**	**19.477.500,00**

Artigo 4º - A Despesa fixada observará a programação constante dos quadros que integram esta lei, apresentando o seguinte desdobramento.

DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

Despesas Correntes	R$	16.139.950,00
Despesas de Capital	R$	2.459.150,00
Reserva de Contingência	R$	848.400,00
Total	**R$**	**19.477.500,00**
Receitas Correntes	R$	17.819.550,00
Receita de Capital	R$	2.826.600,00
Receita Correntes Intraorçamentario	R$	741.300,00
Deduções da Receita	R$	-1.909.950,00
Total	**R$**	**19.477.500,00**

Artigo 5º - O Orçamento de Seguridade Social do Município, abrangendo todas as entidades da administração direta, seus órgãos e fundos, estima a Receita e Fixa a Despesa em R$ 5.087.775.00(Cinco milhões e oitenta e sete mil setecentos e setenta e cinco reais).

08 Assistência Social	*R$* 900.375,00
09 Previdência Social	*R$ 831.600,00*
10 Saúde	*R$* 3.355.800,00
TOTAL	***R$ 5.087.775,00***

Artigo 6º - Fica o Poder Executivo autorizado, durante o exercício de que trata esta lei:

I- Abrir créditos suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da Despesa fixada no art. 1º, observado o disposto no parágrafo 1º incisos I,II e IV, do art. 43, da Lei Federal nº. 4.320 de17 de março de 1. 964.

II- Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar e transpor recursos entre órgãos e categorias econômicas, nos termos do artigo 167, VI a Constituição Federal.

III- Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar o orçamento quando apurados, conforme artigo 43, Inciso I e II da Lei Federal nº 4.320/64

A- Superávit Financeiro apurado em Balanço patrimonial do exercício anterior;

B- Os provenientes de excesso de arrecadação de receitas próprias e recursos vinculados.

IV- Fica os Poderes Executivos e Legislativo autorizados a proceder remanejamentos de valores entre fontes de recursos de um mesmo elemento de despesa, dentro de um mesmo projeto ou atividade.

Artigo 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Artigo 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Torixoréu, aos trinta e um dias do mês de dezembro de 2016.

Rafael Barilli Sá

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
LEI Nº 1043/2016 DE, 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 1043/2016 De, 31 de dezembro de 2016.

Dispõem sobre a alteração PPA 2014 – 2017 para o exercício 2017 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Torixoréu, Rafael Barilli Sá, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

Art 1.º Fica alterado ações previstas o Anexo IV Programas, Metas e Ações do Plano Plurianual 2014-2017, Lei Municipal nº 975/2013, em atendimento a compatibilidade das três peças de planejamento PPA, LDO e LOA, conforme determina a Lei Federal 4.360/64

Art 2º -Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Torixoréu, 31 de dezembro de 2016

Rafael Barilli Sá

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL–0001/2017

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL–0001/2017

CONTRATO DE EXECUÇÃO INDIRETA DE OBRA Nº /2015, CELEBRANDO PELO MUNICÍPIO DE TORIXORÉU –MT e ALMEIDA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA – ME, NA FORMA ABAIXO:

Contrato nº: 00061/2015

Tomada de Preços nº: 003/2015

O **MUNICÍPIO DE TORIXORÉU - MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no cadastro de pessoas jurídicas nº 03.503.646/0001-80, com endereço situado a na Rua XV de Novembro, nº16, Setor Aeroporto, Torixoréu - MT, neste ato representado pelaExcelentíssima Senhora Prefeita **INES MORAES MESQUITA COELHO**, brasileira, casada, empresária, portadora da carteira de identidade com o nº 0706705-4 e inscrita no cadastro de pessoas físicas sob o nº 496.548.701-00, residente e domiciliada na Rua Bela Vista nº 485, Bairro Centro, Torixoréu – MT, no fim assinado, com fundamento no disposto na Lei Federal nº 8.666/93, e no que consta nos autos 001/2017, conforme a seguir:

A Excelentíssima Senhora Prefeita, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a situação de inadimplência em razão do abandono da obra pela**CONTRATADA:Almeida Construções e Serviços Ltda – ME,** inscrita no cadastrado nacional de pessoas jurídicas sob o n.º 14.050.302/0001-89, estabelecida a Rua O nº 32, Bairro Cohab Jaime Campos, na cidade de Várzea Grande – MT, CEP 78.118-550, representada neste ato pelo sócio diretor Sr. **EDVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA**, brasileiro, divorciado, comerciante, portador do RG n.º 528.702 SSP/MT e do CPF n.º 298.695.101-59, residente à Rua O nº 32, Bairro Cohab Jaime Campos, na cidade de Várzea Grande – MT, CEP 78.118-550, no que tange ás Cláusulas do Contrato Primitivo a seguir:

*Cláusula Quarta = **dos Prazos**:4.1 – A CONTRATADA observará o prazo de 120 (cento e vinte) dias consecutivos a partir do dia da expedição da Ordem de Serviços, promovendo sua entrega em condições de uso imediato.*

4.1.1 – As etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto estão demonstradas no Cronograma Físico da obra.

4.2 – Só se admitirá a prorrogação de prazos quando houver impedimentos que paralisem ou restrinjam o normal andamento da obra decorrente de fatos alheios à responsabilidade da CONTRATADA, atestados e reconhecidos pela CONTRATANTE.

4.2.1 – Na ocorrência de tais fatos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito um dia após o evento enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados por escrito dez dias antes de findar o prazo original, em ambos os casos com justificação circunstanciada.

CLÁUSULA SÉTIMA = DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES - ***7.1*** *– São direitos e responsabilidades da CONTRATADA:a) cumprir fielmente o Contrato, de modo que, no prazo estabelecido, as execuções do projeto estejam prontas e a obra seja entregue inteiramente concluída, em perfeitas condições de uso;b) observar, na execução da obra mencionada, as leis, os regulamentos, as posturas, inclusive de segurança pública e as melhores normas técnicas específicas;c) providenciar, às suas expensas, junto às repartições competentes, o necessário licenciamento da Obra, as aprovações respectivas, inclusive de projetos complementares, bem como de placas exigidas pelos órgãos competentes e pela CONTRATANTE;d) fornecer equipamentos, ferramentas, materiais e mão-de-obra necessários aos serviços.e) fornecer e utilizar na execução da obra, equipamentos e materiais de primeira qualidade.f) realizar as despesas com mão-de-obra, inclusive as decorrentes de obrigações previstas na legislação fiscal, social e trabalhista, apresentando à CONTRATANTE, quando exigida, cópias dos documentos de quitação.g) assumir quaisquer acidentes na execução da obra, inclusive quanto às redes de serviços públicos, aos fatos de que resultem na destruição ou danificação da obra, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do "TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA".h) arcar com o pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer despesas referentes à obra, inclusive licença em repartições.i) providenciar o registro da obra junto ao CREA/MT e entregar à CONTRATANTE a respectiva ART.j) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra, objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente Contrato, observado o art. 65 da Lei n.º 8.666/93.l) apresentar no prazo estabelecido as Notas Fiscais de Prestação de Serviços, acompanhadas das respectivas medições devidamente aprovadas pelo Engenheiro responsável da CONTRATANTE, especificando claramente o custo específico com a mão-de-obra.m) receber dentro do prazo, os pagamentos correspondentes às medições da obra já executada.*

.

Cláusula Oitava – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS:*8.1* *– As penalidades contratuais aplicáveis são:*

a) advertência verbal ou escrita.

b) multas.

c) declaração de inidoneidade e, suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o que preceitua a Lei n.º 8.666/93, de 21/06/93 e alterações posteriores.

8.2 – A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.

8.3 – As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:

a) 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega da obra.

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato.

c) 2% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa.

d) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Torixoréu – MT, por prazo não superior a dois anos.

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.4 – De qualquer sanção imposta, a CONTRATADA poderá, no prazo máximo de cinco dias, contados da intimação do ato, oferecer recurso à CONTRATANTE, devidamente fundamentado.

8.5 – As multas previstas no item anterior são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

CONSIDERANDO que a **CONTRATADA** não demonstra possibilidade de reverter o quadro de continuo descumprimento dos deveres legais e contratuais;

CONSIDERANDO que a **CONTRATADA** não atendeu às reiteradas notificações encaminhadas pelo Município, ainda que decorridos mais de 8(oito) meses da Notificação;

CONSIDERANDO a absoluta impossibilidade legal, em continuar o ato firmado pela **CONTRATADA**, em face ao abandono da obra por mais de 8(oito) meses, bem como da necessidade de prosseguir a execução do convênio nº 810912 / 2014 – MAPA / Caixa Processo nº 2628.1020687-60 / 2014.

CONSIDERANDO ainda, que a mantença de tal situação ocasionará inevitáveis danos a comunidade beneficiária da obra, cuja inexecução dificulta o direito de ir e vir dos cidadãos residentes nas localidades englobadas pela obra, cuja execução a **CONTRATADA**, assumiu o compromisso de executar.

RESOLVE:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica rescindido, a partir de **06de janeiro de 2017**, o Contrato nº 0061/2015, oriundo do Edital de Tomada de Preços nº 003/2015, bem como, oTermos Aditivo para o exercício de 2016 entre o **MUNICÍPIO DE TORIXORÉU-MT** e a empresa**.**

CLÁUSULA SEGUNDA – A presente rescisão se dá por *ATO UNILATERAL* do Município de Torixoréu - MT, nos termos do artigo 79, I, da Lei Federal nº 8.666/93, tendo em vista a infração ao disposto no art. 78, incisos I e II, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGISTRO E PUBLICAÇÃO

Este contrato será publicado, em forma de extrato nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei 8.666/93, na Imprensa Oficial do Município de Torixoréu – MT e Mural da Prefeitura, e no prazo de 3 (três) dias subsequente a publicação enviado ao TCE-MT, a fim de que sejam procedidas as eventuais baixas de praxe.

O presente Termo vai lavrado em duas vias de igual teor e forma.

Gabinete da Prefeita do Município de Torixoréu – MT, aos 06 de janeiro de 2017.

INES MORAES MESQUITA COELHO

PREFEITA MUNICIPAL

Gestão 2017/20120

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
LEI Nº 1041/2016 – 31 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 1041/2016 – 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispões sobre as DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS para elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2.017 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Torixoréu, Estado de Mato Grosso, **Sr. RAFAEL BARILLI SÁ,** no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI

Art. 1º - Esta Lei fixa as Diretrizes Orçamentárias do Município para o exercício de 2017, com estrita observância as diretrizes fixadas, nesta Lei, aos princípios estabelecida, na Constituição Federal na Lei Orgânica do Município de Torixoréu à legislação vigente, em especial à Lei nº. 4.320/64 e Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único – A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

a) Orçamento Fiscal;

b) Orçamento de Investimento; e

c) Orçamento da Seguridade Social.

Art. 2º - O orçamento anual do Município abrange os Poderes Executivo e Legislativo, seus Fundos, Órgão, Entidades da Administração Direta e Indireta, assim como, a execução orçamentárias obedecerá as diretrizes aqui estabelecidas.

Art. 3º - A proposta orçamentária do Município para 2017 observará as metas e prioridades da Administração Pública estabelecidas nas diretrizes que integram esta Lei, e nos anexos de metas fiscais, conforme o art. 4º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

§ 1º - O montante das despesas será igual ao das receitas.

§ 2º - As metas e prioridades fixadas no Anexo de que trata este artigo terão preferência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para 2017, não se constituindo todavia em limite à programação das despesas.

§ 3º - A execução das ações vinculadas às metas e às prioridades estará condicionada ao equilíbrio das contas públicas que constitui a base que irá assegurar as ações de desenvolvimento visando às melhorias do índice de desenvolvimento humano.

§ 4º - A Estimativa da Receita e da Despesa será com base na arrecadação de 2013; 2014 e 2015 e atual conjuntura econômica Estadual e Nacional, e os efeitos das modificações na legislação tributária.

§ 5º - Os pagamentos do serviço da dívida, de pessoal e encargos terão prioridade sobre as ações de expansão.

Art. 4º - O Projeto de Lei Orçamentária para 2017 será encaminhado ao Poder Legislativo até o dia 30 de setembro de 2016 e será composta de:

I – Texto da Lei;

II – Consolidação dos quadros orçamentários;

III – Anexo dos orçamentos fiscal, de investimento, e da seguridade social, discriminando a

Benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar vigência e nos dois subseqüentes. (Art. 14 da LRF).

Art. 57º - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 58º - O Poder Executivo poderá encaminhar mensagens ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de Lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 59º - Na hipótese de até 31 de dezembro de 2.016, o autógrafo da Lei Orçamentária para o Exercício de 2.017, não ter sido devolvido ao Poder Executivo, fica este autorizado a executar a programação constante do Projeto de Lei por ele elaborado, em cada mês e até o mês seguinte a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, nos seguintes limites:

I – no montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviços da dívida.

II – 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

Art. 60º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 61º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

Em 01 de Junho de 2016

RAFAEL BARILLI SÁ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

PORTARIA Nº 029/2017

Nomeia servidor para exercer cargo de Direção e Assessoramento Superior – DAS e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 13, II, da Lei Complementar nº 015, de 16.11.2011 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município), combinado com o artigo 1º, da Lei Municipal nº 597, desta data;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear, o Sr. DEVANILDO BENÍCIO DE ALMEIDA, portador do RG nº 0996622-6 SSP/MT e CPF nº 667.786.111-20, para exercer, a partir desta data e em caráter de confiança, as atribuições do cargo DAS (Direção e Assessoramento Superior) de *Assessor de Gabinete*, vinculado ao Gabinete do Prefeito, percebendo para tanto o vencimento estabelecido no Anexo II da Lei nº 550, de 28 de novembro de 2014, alterada pela Lei nº 597, de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 02 de janeiro de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.070, DE 11 DE JANEIRO DE 2017

Convoca a 6ª Audiência Pública da Saúde, referente a prestação de contas do segundo (3º) quadrimestre de 2016 e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

Considerando as disposições contidas na Lei Federal nº 8.689/1993, na Lei Federal nº 12.438/2011 e na Lei Complementar nº 141/2012;

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica convocada a 6ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SAÚDE, a realizar-se no dia **30 de Janeiro de 2017**, às **19:30 horas**, no recinto da Câmara Municipal de Vereadores, nesta Cidade e Município de União do Sul - MT.

Artigo 2º - A 6ª Audiência Pública da Saúde terá como pauta a Prestação de Contas referente ao 3º Quadrimestre de 2016.

Artigo 3º - A 6ª Audiência Pública da Saúde de União do Sul será presidida pela Secretária Municipal de Saúde ou substituto legal e pelo(a) Presidente do Conselho Municipal de Saúde – CMS.

Artigo 4º - As despesas com a realização da 6ª Audiência Pública da Saúde ocorrerão a cargo dos recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

LUCIANI REGINA BULLA

Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público, em Caráter Emergencial.

Nº do Contrato: Nº 10/2017

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratado: Wander LLin da Silva – CPF nº 097.528.278-61.

Cargo/função: Técnico de Enfermagem, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Remuneração base: R$ 1.250,00 por mês.

Prazo: Até 10/02/2017.

Data assinatura: 10/01/2017.

Signatários:

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul.

WANDER LLIN DA SILVA

Contratado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 63/2014

CONTRATANTE O MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT – CONTRATADA: FACILITA-GESTAO PUBLICA BRASIL LTDA, CNPJ: 17.286.917/0001-05. OBJETO: Consultoria na gestão de saúde, gerenciamento financeiro, financiamento do SUS, planejamento do SUS, verificação dos instrumentos de planejamento, projetos e programas MS, protocolos Assistenciais, treinamento da utilização dos blocos de financiamentos, organização dos recursos humanos em saúde, padronização de materiais, captação de recursos padronização de materiais, organização de fluxo, contrato de gestão, licitações em saúde, contratualização, participação e controle social e saúde digital. Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato até 31/12/2017 e a redução de valores. Vale de São Domingos – MT, 21 de Dezembro de 2016. Daniel Gonzaga Correia Prefeito Municipal.

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 51/2014

CONTRATANTE O MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT – CONTRATADA: TWI EMPREENDIMENTOS TECNOLOGICOS E TURISMO LTDA, CNPJ: 11.601.924/0001-60. OBJETO: Contratação de empresa para fornecer licença de uso do sistema informatizado de gestão da saúde, incluindo os serviços de treinamento, implantação, conversão dos dados existentes, serviço de plataforma de aplicativos móveis, composta por ambiente de execução de aplicativos móveis, ambiente de desenvolvimento, ambiente de operação e gestão e infraestrutura operacional na modalidade de computação em nuvem; manutenção legal e corretiva durante o período contratual, suporte técnico, configuração, parametrização e customização para adaptar o sistema às necessidades do município de vale de são domingos, com capacitação das diretorias e unidades assistenciais de saúde, conforme especificações contidas nos anexos, que são partes integrantes deste ato convocatório.. Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato até 31/12/2017 e a redução de valores. Vale de São Domingos – MT, 21 de Dezembro de 2016. Daniel Gonzaga Correia Prefeito Municipal.

LEI ORGANICA MUNICIPAL

PREÂMBULO..... 2

TÍTULO I 3

DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL 3

CAPÍTULO I 3

DO MUNICÍPIO 3

SEÇÃO I 3

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 3

SEÇÃO II 3

DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO 3

TÍTULO II.....11

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES 11

CAPÍTULO I 11

DO PODER LEGISLATIVO 11

SEÇÃO I 11

DA CÂMARA MUNICIPAL 11

SEÇÃO II 14

DO FUNCIONAMENTO DA CÂMARA.....14

SEÇÃO III 20

DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA 20

SEÇÃO IV 23

DOS VEREADORES 23

SEÇÃO V 26

DO PROCESSO LEGISLATIVO 26

SEÇÃO VI 30

DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA 30

CAPÍTULO III 31

DO PODER EXECUTIVO 31

SEÇÃO I 31

DO PREFEITO E DO VICEPREFEITO 31

SEÇÃO II 33

DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO 33

SEÇÃO III 37

DA PERDA E EXTINÇÃO DO MANDATO 37

SESSÃO IV 40

DOS AUXILIARES DIRETO DO PREFEITO 40

P R E Â M B U L O

Nós, representantes do povo de Vale de São Domingos, reunidos em Câmara Municipal

Organizante, atendendo o disposto no artigo 190 desta Lei, com o propósito de reafirmar os

princípios das Constituições Federal e Estadual, contribuindo para a consolidação de uma

sociedade fraterna, solidária, justa e digna, invocando a proteção e a inspiração de Deus,

estabelecemos e promulgamos a seguinte Lei Orgânica do Município de Vale de São Domingos.

Câmara Municipal de Vale de São Domingos, aos vinte e dois de novembro de dois mil e dez.

TÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1° - O município de Vale de São Domingos, pessoa jurídica de direito público

interno, é unidade territorial que integra a organização político-administrativa da República

Federativa do Brasil, dotada de autonomia política, administrativa, financeira e legislativa,

regendo-se por esta Lei Orgânica e pelas demais leis que adotar, respeitados os princípios

estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual.

Art. 2° - São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo

e o Executivo.

Parágrafo Único - São símbolos do Município o Brasão, a Bandeira e Hino,

representativos de sua cultura e história.

Art. 3° - O Município integra a divisão administrativa do Estado de Mato Grosso.

Parágrafo Único - A sede do município dá-lhe o nome e tem a categoria de cidade,

enquanto a sede de distrito tem a categoria de vila.

Art. 4° - Constitui bens do Município, todas as coisas móveis e imóveis, direitos e

ações que a qualquer título lhe pertençam.

Parágrafo Único – O Município tem direito à participação no resultado da exploração

do petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração elétrica e de outros recursos

minerais de seu território.

SEÇÃO II

DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO

Art. 5° - O Município poderá dividir-se, para fins administrativos, em distritos, a serem

criados, organizados, suprimidos ou fundidos por lei, após consulta plebiscitária à população

diretamente interessada, observada a legislação estadual e o atendimento aos requisitos

estabelecidos no art. 6º desta Lei Orgânica.

§ 1° - A criação de distrito poderá efetuar-se mediante fusão de dois ou mais distritos,

que serão suprimidos, sendo dispensada, nessa hipótese a verificação de quaisquer requisitos.

§ 2° - A extinção do distrito somente se efetuará mediante consulta plebiscitária à

população da área interessada.

§ 3° - Os distritos têm função de descentralizar os serviços da administração municipal,

possibilitando maior eficiência e controle por parte da população beneficiária.

§ 4° - Em cada distrito será instituído um Conselho Distrital de representantes da

população, em número mínimo de quatro membros e máximo de dez, eleitos pelos moradores da

localidade, o qual participará do planejamento, execução, fiscalização e controle dos serviços e

atividades do Poder Executivo no âmbito do Distrito, assegurando-lhe pleno acesso a todas as

informações que necessitar.

Art. 6° - São requisitos para a criação de distrito:

I - população, eleitorado e arrecadação não inferior à quinta parte exigida para a criação

de município;

II - existência, na povoação sede, de pelo menos cinqüenta moradias, escola pública,

posto de saúde e posto policial.

Parágrafo Único – A comprovação do atendimento às exigências enumeradas neste

artigo far-se-á mediante:

I - declaração emitida por órgão competente do Estado ou o IBGE, de estimativa de

população;

II - certidão emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, certificando o número de

eleitores;

III - certidão emitida pelo Setor de Cadastramento Fiscal do Município, do número de

moradias;

IV - certidão emitida pelo Órgão Fazendário do Estado e do Município, constando à

arrecadação na respectiva área territorial;

V - certidão emitida pela Prefeitura ou pelas Secretarias de Educação, Saúde e de

Segurança Pública do Estado, da existência de escola pública e dos postos de saúde e policial na

povoação sede.

Art. 7° - Na fixação das divisas distritais serão observadas as seguintes normas:

I - evitar-se-ão tanto quanto possível, formas assimétricas, estrangulamentos e

alongamentos exagerados;

II - dar-se-á preferência, para a delimitação, às linhas naturais, facilmente identificáveis;

III - na inexistência de linhas naturais, utilizar-se-á linha reta cujos extremos pontos

naturais ou não, sejam facilmente identificáveis e tenham condições de fixidez;

IV - é vedada a interrupção de continuidade territorial do Município ou Distrito de

origem.

V – O Município deverá organizar junto com os proprietários e ocupantes de áreas

rurais a manutenção das reservas permanentes e legais estabelecidas em Lei. (Art. 180 da CE)

Art. 8º – A criação e a incorporação ou extinção de distrito somente poderão ocorrer até

seis meses antes da realização das eleições para o cargo de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.

(Art. 178 da Constituição Estadual - CE)

Art. 9º - A instalação do Distrito far-se-á perante o Juiz de Direito da Comarca, na sede

do Distrito.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I

DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA

Art. 10 – Compete ao Município promover a tudo quanto respeite ao seu peculiar

interesse, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento de suas funções sociais e garantindo o

bem estar de seus habitantes, cabendo-lhe, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar, no que couber, a legislação federal e estadual;

III - elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento integrado, com objetivo de ordenar

as funções sociais da cidade e garantindo o bem estar de seus habitantes;

IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual e a Lei

Orgânica Municipal;

V – manter, com cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de

educação pré-escolar e do ensino básico;

VI – instituir, executar e apoiar programas educativos e culturais que propiciem o pleno

desenvolvimento da criança e do adolescente;

VII – amparar, de modo especial, os idosos e os portadores de necessidades especiais;

VIII - elaborar o orçamento anual, a lei de diretrizes orçamentárias e o plano plurianual;

IX - instituir e arrecadar tributos, bem como aplicar suas rendas;

X - fixar, fiscalizar e cobrar tarifas ou preços públicos;

XI - dispor sobre organização, administração e execução dos serviços locais;

XII - dispor sobre administração, utilização e alienação dos bens públicos;

XIII – organizar o quadro e estabelecer o regime jurídico único dos servidores

municipais;

XIV - organizar e prestar diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os

serviços públicos locais;

XV - planejar o uso e a ocupação do solo em seu território, especialmente em sua zona

urbana;

XVI - estabelecer normas de edificação, de loteamento, de arruamento e de

zoneamento urbano e rural, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação do

seu território, observada a legislação federal, estadual e municipal;

Parágrafo Único – As normas do loteamento e arruamento a que se refere o inciso XVI

deste artigo deverão exigir reserva de áreas destinadas a:

a) – zonas verdes e demais logradouros públicos;

b) – vias de tráfego e de passagem de canalizações públicas, de esgotos e de águas

pluviais nos fundos dos vales;

c) - Passagem de canalizações públicas de esgotos e de águas pluviais com largura

mínima de dois metros nos fundos dos lotes, cujo desnível seja superior a um metro

da frente ao fundo.

d) - A lei complementar de criação da guarda-municipal estabelecerá a organização e

competência dessa força auxiliar na proteção dos bens, serviços e instalações municipais.

XVI - conceder e renovar licença para localização e funcionamento de estabelecimentos

industriais, comerciais, prestadores de serviços e quaisquer outros;

XVII - cassar licença que houver concedido ao estabelecimento que se tornar

prejudicial à saúde, à higiene, ao sossego, à segurança ou aos bons costumes, fazendo cessar a

atividade ou determinando o fechamento do estabelecimento;

XVIII - estabelecer certidões administrativas necessárias à realização de seus serviços,

inclusive à dos seus concessionários;

XIX - adquirir bens, inclusive mediante desapropriação;

XX - regular a disposição, o traçado e as demais condições dos bens públicos de uso

comum;

XXI - regulamentar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente no perímetro

urbano, determinar o itinerário e os pontos de parada dos transportes coletivos;

XXII - fixar os locais de estacionamento de táxi e demais veículos;

XXIII - conceder, permitir ou autorizar os serviços de transporte coletivo e táxi, fixando

as respectivas tarifas;

XXIV - fixar e sinalizar as zonas de silêncio e de trânsito e tráfego em condições

especiais;

XXV - disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar a tonelagem máxima permitida

a veículos que circulem em vias públicas municipais;

XXVI - tornar obrigatória a utilização da estação rodoviária, quando houver;

XXVII - sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais bem como regulamentar e

fiscalizar sua utilização;

XXVIII - promover sobre a limpeza pública das vias e logradouros, remoção e

destinação do lixo domiciliar e de outros resíduos;

XXIX - ordenar as atividades urbanas, fixando condições de horários, observadas as

normas federais pertinentes;

XXX - dispor sobre os serviços funerários e de cemitérios, encarregando-se da

administração daqueles que forem públicos e fiscalizando os pertencentes a entidades privadas;

XXXI - prestar assistência nas emergências médico-hospitalares de pronto-socorro, por

seus próprios serviços ou mediante convênio com instituição especializada;

XXXII - organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao exercício do seu

poder de polícia administrativa;

XXXIII - fiscalizar, nos locais de vendas, peso e medidas, e condições sanitárias dos

gêneros alimentícios;

XXXIV - promover os seguintes serviços:

a) – mercados, feiras e matadouros;

b) - construção de estradas e sua conservação, parques, jardins, hortos florestais e

viveiros de mudas;

c) - transportes coletivos estritamente municipais;

d) - iluminação pública.

XXXV – instituir a guarda municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e

instalações conforme dispuser a Lei;

XXXVI – publicar na imprensa local, da região ou da Capital, os seus atos, leis,

balancetes mensais, o balanço anual de suas contas e o orçamento anual;

XXXVII - regulamentar o serviço de carros de aluguel, inclusive o uso de taxímetro;

XXXVIII - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas

formas;

XXXIX - combater as causas de pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a

integração social dos setores desfavorecidos;

XL – regulamentar, licenciar, permitir, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes e

anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, nos

locais sujeitos ao poder de polícia municipal;

XLI – dispor sobre o depósito e venda de animais e mercadorias apreendidas em

decorrência de transgressão da legislação municipal;

XLII - estabelecer tratamento jurídico diferenciado ao Microempreendedor Individual,

às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, visando incentivá-las

pela simplificação de suas obrigações administrativas e tributárias, ou pela eliminação ou

redução destas por meio de lei.

XLIII – dispor sobre registro, vacinação e captura de animais, com a finalidade

precípua de erradicar as moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;

XLIV – estabelecer e impor penalidades por infração de suas leis e regulamentos;

XLV – promover os seguintes serviços;

a) mercados, feiras e matadouros;

b) construção e conservação de estradas e caminhos municipais;

c) transportes coletivos estritamente municipais;

d) iluminação pública;

XLVI – assegurar a expedição de certidões requeridas às repartições administrativas

municipais, para defesa de direitos e esclarecimento de situações estabelecendo os prazos de

atendimento.

§ 1º – Além das competências previstas neste artigo, o Município atuará em cooperação

com a União e o Estado para o exercício das competências enumeradas no artigo 23 da

Constituição Federal, desde que as condições sejam de interesse do Município.

SEÇÃO II

DA COMPETÊNCIA COMUM

Art. 11 - É da competência administrativa comum do Município, da União e do Estado,

observada a lei complementar federal, o exercício das seguintes medidas:

I – zelar guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o

patrimônio público;

II – cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras

de necessidades especiais;

III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e

cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e dos outros

bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII – preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII – fomentar a produção a agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições

habitacionais e de saneamento básico;

X – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização promovendo a

integração social dos setores desfavorecidos;

XI – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisas e

exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XII – estabelecer e implantar política de educação para a segurança no trânsito;

XIII – planejar e promover a implantação de sistema de defesa civil para a atuação em

casos de situação de emergência ou de calamidade publica.

SEÇÃO III

DA COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR

Art. 12. Ao Município compete suplementar a legislação federal e estadual, no que

couber e naquilo que disser respeito ao seu peculiar interesse.

Parágrafo único – A competência prevista neste artigo será exercida em relação às

legislações federal e estadual no que digam respeito ao peculiar interesse municipal, visando a

adaptá-las à realidade local.

CAPÍTULO III

DAS VEDAÇÕES

Art. 13. Ao Município é vedado:

I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas subvencioná-los, embaraçar-lhes o

funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança,

ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II – recusar fé aos documentos públicos;

III – criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si;

IV – subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos pertencentes aos cofres

públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviço de alto falante ou qualquer outro meio de

comunicação, propaganda político-partidária ou fins estranhos à administração;

V – manter a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos

públicos que não tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, assim como a

publicidade da qual constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de

autoridades ou servidores públicos;

VI – outorgar isenções e anistias fiscais, ou permitir a remissão da dívida, sem interesse

público justificado, sob pena de nulidade do ato;

VII – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

VIII – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontre em situação

equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles

exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

IX – estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em

razão de sua procedência ou destino;

X – cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do inicio da vigência da lei que os houver

instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro que haja sido publicada a lei que os instituiu ou a

aumentou;

XI – utilizar tributos, com efeito, de confisco;

XII – estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos,

ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

XIII – instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços da União, do Estado e de outros Municípios;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das

entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social,

sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei federal;

d) livros, jornais periódicos e o papel destinado a impressão.

§ 1° - A vedação do inciso XII, "a", é extensiva das autarquias e às fundações

instituídas e mantida pelo poder público, no que se refere ao patrimônio, à renda, e aos serviços,

vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes;

§ 2° - As vedações do inciso XIII, "a", e do parágrafo anterior não se aplicam ao

patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividade econômicas regidas

pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou

pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação

de pagar imposto relativamente ao bem imóvel;

§ 3° - As vedações expressas no inciso XIII, alíneas "b" e "c", compreendem somente a

patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas

mencionadas.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I

DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I

DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 14 – O Poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal com

autonomia contábil e financeira.

Parágrafo único – Cada legislatura terá duração de quatro anos, compreendendo cada

ano uma sessão legislativa.

Art. 15 – A Câmara Municipal, composta de Vereadores, representantes do Povo,

eleitos em pleito direto, pelo sistema proporcional, com mandato de quatro anos.

§ 1° - São condições de elegibilidade para o mandato de Vereador, na forma da lei

federal:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária;

VI - a idade mínima de dezoito anos;

VII - ser alfabetizado; e

VIII - residir no Município.

§ 2° - O número de Vereadores será fixado pela Câmara Municipal, tendo em vista a

população do município e observado os limites constitucionais estabelecidos no artigo 29, inciso

IV, da Constituição Federal.

§ 2º - É vedado aos poderes municipais a delegação recíproca de atribuições salvo nos

casos previstos nessa Lei Orgânica.

§ 3º - O cidadão investido na função de um dos poderes não poderá exercer a de outro,

salvo nas exceções previstas nesta Lei Orgânica.

Art. 16 - A Câmara Municipal reunir-se-á, anualmente, na sede do Município, de 02 de

fevereiro a 17 de junho e de 1° de agosto a 22 de dezembro, podendo excepcionalmente iniciar o

recesso de final de ano em 15 de dezembro na hipótese de se havendo concluído todos os

trabalhos da sessão legislativa.

§ 1° - As reuniões marcadas para esses dias serão transferidas para o primeiro dia útil

subseqüente, quando recaírem em sábados, domingos e feriados.

§ 2° - A Câmara se reunirá em sessões ordinárias, extraordinárias ou solenes, conforme

dispuser o Regimento Interno.

§ 3° - A convocação extraordinária da Câmara far-se-á:

I - pelo Prefeito, quando este entender necessário;

II - pelo Presidente da Câmara para o compromisso e a posse do Prefeito e do Vice-

Prefeito;

III - pelo Presidente da Câmara ou a requerimento de (1/3) dos membros da Casa, em

caso de urgência ou interesse público relevante;

IV – pela Comissão Representativa da Câmara conforme previsto nessa Lei Orgânica.

§ 4° - Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara somente deliberará sobre a matéria

para a qual foi convocada.

(§ 5º - No primeiro ano de cada legislatura a Câmara Municipal reunir-se-á a

partir do dia 1º de janeiro.)

Art.17 - Ao Poder legislativo é assegurada a autonomia financeira e administrativa, e

sua proposta orçamentária será elaborada dentro do percentual das receitas correntes do

Município, a ser fixado na lei de diretrizes orçamentárias, observados os limites impostos pela

Constituição Federal.

Art. 18 – A sessão legislativa ordinária não será interrompida sem a deliberação sobre o

projeto orçamentário.

Art. 19 – As sessões da Câmara Municipal deverão ser realizadas em recinto destinado

ao seu funcionamento.

§ 1° - Comprovada a impossibilidade de acesso ao recinto da Câmara, ou outra causa

impeça a sua utilização poderá ser realizada em outro local previamente divulgado pela Mesa

Diretora.

§ 2° - As sessões solenes e itinerantes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara.

Art. 20 – As sessões serão públicas, salvo deliberação em contrário de dois terços (2/3)

dos Vereadores, adotada em razão de motivo relevante.

Art. 21 – As sessões somente poderão ser abertas com a presença da maioria simples

dos Vereadores.

§ 1º – Considerar-se-á presente à sessão o Vereador que assinar o livro de presença até o

início da Ordem do Dia e participar dos trabalhos de Plenário e das votações.

§ 2º - As deliberações da Câmara serão tomadas por maioria de votos, presente a

maioria de seus membros, salvo disposição em contrário constante da Constituição Federal e

nesta Lei Orgânica.

SEÇÃO II

DO FUNCIONAMENTO DA CÂMARA

Art. 22 - A Câmara reunir-se-á em sessão de instalação no dia 1° de janeiro do primeiro

ano da legislatura, para a posse do Prefeito Municipal, do Vice Prefeito Municipal, dos

Vereadores e eleição da Mesa Diretora, sob a Presidência do Vereador mais votado, nos termos

desta Lei e do Regimento Interno.

§ 1° - A posse ocorrerá em sessão solene, que se realizará independente de número, sob

a Presidência do Vereador mais votado dentre os presentes.

§ 2° - O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no parágrafo anterior deverá

fazê-lo dentro do prazo de (15) quinze dias do início do funcionamento normal da Câmara, sob

pena de perda de mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta da Câmara.

§ 3° - Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do

mais votado dentre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão

os componentes da Mesa, que serão automaticamente empossados.

§ 4° - Inexistindo número legal, o Vereador mais votado dentre os presentes

permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias, destinadas exclusivamente para eleição

da Mesa, estabelecendo-se para este fim, como prazo máximo o dia 10 de fevereiro do primeiro

ano da legislatura.

§ 5° - A eleição da Mesa da Câmara, para a o segundo biênio, far-se-á na última sessão

ordinária da segunda sessão legislativa, considerando-se automaticamente empossados os eleitos,

a partir de 1° de janeiro do terceiro ano.

§ 6° - No ato da posse os Vereadores deverão desincompatibilizar-se, se for o caso, e

fazer declaração de seus bens, repetida quando do término do mandato, mantidas no arquivo

permanente da Câmara, sendo ambas divulgadas por meio eletrônico ou publicadas em jornal

local, para o conhecimento público.

Art. 23 - Os subsídios dos Vereadores serão fixados por lei de iniciativa da Câmara

Municipal, no último ano da legislatura para viger na subsequente, até trinta dias antes das

eleições municipais, observados os limites e critérios estabelecidos na Constituição Federal e

nesta Lei Orgânica.

§ 1º - Não prejudicarão o pagamento dos subsídios aos Vereadores presentes, a não

realização de sessão por falta de quorum e a ausência de matéria a ser votada, e no recesso

parlamentar, os subsídios serão pagos de forma integral.

§ 1º Não prejudicarão o pagamento dos subsídios aos Vereadores presentes, a não

realização de sessão por falta de quorum e a ausência de matéria a ser votada, e no recesso

parlamentar, os subsídios serão pagos de forma integral.

§ 2º A mesma lei que fixará os subsídios dos Vereadores fixará também o valor da

parcela indenizatória, a ser paga aos vereadores, por sessão extraordinária, observado o limite

estabelecido na Constituição Federal e nesta Lei Orgânica.

§ 3º Em nenhuma hipótese será remunerada mais de uma seção extraordinária por dia,

qualquer que seja sua natureza.

§ 4º Os subsídios e a parcela indenizatória, fixados na forma do artigo anterior poderão

ser revistos anualmente, por lei especifica, sempre na mesma data e sem distinção de índices,

coincidentemente com revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos do

Município.

§ 5º Na fixação dos subsídios de que trata o “caput” deste artigo e na revisão anual

prevista no parágrafo anterior, alem de outros limites previstos na Constituição Federal e nesta

Lei Orgânica, serão ainda observados os seguinte:

I – o subsídio máximo do Vereador corresponderá a:

a) 20% (vinte por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais, quando a população do

Município for de até dez mil habitantes;

b) 30% (trinta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais, quando a população do

Município for de dez mil e um a cinqüenta mil habitantes;

c) 40% (quarenta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais, quando a população

do Município for de cinqüenta mil e um a cem mil habitantes;

d) 50% (cinqüenta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais, quando a população

do Município for de cem mil e um a trezentos mil habitantes;

e) 60% (sessenta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais, quando a população do

Município for de trezentos mil e um a quinhentos mil habitantes;

f) 70% (setenta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais, quando a população do

Município for superior a quinhentos mil habitantes;

II – o total da despesa com os subsídios previstos neste artigo não poderá ultrapassar o

montante de cinco por cento da receita do Município, nem o limite legal de comprometimento

aplicado às despesas com pessoal previsto em lei complementar federal.

§ 2º - Para os efeitos do inciso II do parágrafo anterior, entende-se como receita do

Município, o somatório de todas as receitas, exceto:

I – a receita de contribuição de servidores destinados à constituição de fundos ou

reservas para o custeio de programas de previdência social, mantidos pelo Município, e

destinados a seus servidores;

II – operações de crédito;

III – receita de alienação de bens móveis e imóveis;

IV – transferências oriundas da União ou do Estado, através de convênio ou não, para a

realização de obras ou manutenção de serviços típicos das atividades daquelas esferas de

Governo.

Art. 24 – O mandato da Mesa será de dois anos, vedada a recondução para o mesmo

cargo na eleição imediatamente subseqüente.

§ 1º – A Mesa da Câmara se compõe do Presidente, do Vice-Presidente, do Primeiro

Secretário e do Segundo Secretário, os quais se substituirão nessa ordem.

§ 2° - Na constituição da Mesa é assegurada, tanto quanto possível, a representação

proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participam da Casa.

§ 3° - Na ausência dos membros da Mesa, o Vereador mais votado assumirá a

Presidência.

§ 4° - Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído da mesma, pelo voto de dois

terços (2/3) dos membros da câmara, quando faltoso, omisso ou ineficiente no desempenho de

suas atribuições regimentais, elegendo-se outro Vereador para a complementação do mandato.

Art. 25 – A Câmara terá comissões permanentes e especiais constituídas na forma e

com as atribuições definidas no Regimento Interno ou no ato que resultar a sua criação.

§ 1° - Às comissões permanentes, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do Regimento Interno, a

competência do Plenário, salvo se houver recursos de um terço (1/3) dos membros da Câmara;

II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III - convocar os Secretários Municipais ou Diretores equivalentes, para prestar

informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra

atos ou omissões das autoridades constituídas ou entidades públicas;

V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI - exercer, no âmbito de sua competência, a fiscalização dos atos do Executivo e da

Administração Indireta;

VII – acompanhar junto ao Executivo, a elaboração da proposta orçamentária, bem

como a sua posterior execução;

VIII – discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do Regimento, a

competência do Plenário, salvo com recurso de 1/10 (um décimo) dos membros da Casa;

IX – apreciar programas de obras, planos regionais e setoriais de desenvolvimento e

sobre eles emitir parecer;

X – requisitar dos responsáveis, a exibição de documentos e a prestação dos

esclarecimentos necessários;

XI – solicitar ao Tribunal de Contas informações sobre assuntos inerentes á atuação

administrativa desse órgão.

§ 2° - As comissões especiais, criadas por deliberação do Plenário, serão destinadas ao

estudo de assuntos específicos e à representação da Câmara em congressos, solenidades ou

outros atos públicos.

§ 3º - As comissões processante, criadas da forma que dispuser o Regimento Interno da

Câmara, atuarão no caso de processo de cassação pela pratica de infração político-administrativa

do prefeito ou de vereador, observando-se os procedimentos e as disposições previstas na Lei

federal aplicável e nesta Lei Orgânica.

§ 4º - A Câmara Municipal de Vale de São Domingos deverá criar uma Comissão

Permanente voltada especificamente para o exercício da fiscalização e do controle dos atos do

Poder Executivo, incluídos os da Administração Indireta, sem prejuízo das competências

constitucionais atribuídas ao Plenário da Câmara e ao Tribunal de Contas do Município.

§ 5º - Na formação das comissões, assegurar-se-á tanto quanto possível a representação

proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares existentes na Câmara.

Art. 26 - A Maioria, a Minoria e as Representações Partidárias com número de

membros superior a 1/10 (um décimo) da composição da Casa terão Líder e Vice-Líder.

§ 1º - A indicação dos Líderes será feita em documentos subscritos pelos membros das

representações majoritária e minoritária ou Representações Partidárias à Mesa, nas vinte e quatro horas que se seguirem à instalação do primeiro período legislativo anual.

§ 2º - Os Líderes indicarão os respectivos Vice-Líderes, dando conhecimento à Mesa da

Câmara dessa designação.

Art. 27 - Além de outras atribuições previstas no Regimento Interno, os Líderes

indicarão os representantes partidários nas Comissões na Câmara.

Parágrafo Único – Ausente ou impedido o Líder, suas atribuições serão exercidas pelo

Vice-Líder.

Art. 28 – A Câmara Municipal, observado o disposto nesta Lei Orgânica, compete

elaborar seu Regimento Interno, dispondo sobre sua organização, polícia e provimento de cargos,

de seus serviços e, especialmente, sobre:

I - sua instalação e funcionamento;

II - posse de seus membros;

III - eleição da Mesa, sua composição e atribuições;

IV - número de reuniões mensais;

V - comissões;

VI - sessões;

VII - deliberações;

VIII - todo e qualquer assunto de administração interna.

Art. 29 – Por deliberação do Plenário, a Câmara poderá convocar Secretário Municipal

ou Diretor equivalente para, pessoalmente, prestar informações acerca de assuntos previamente

estabelecidos.

Parágrafo único – A falta de comparecimento do Secretário Municipal ou Diretor

equivalente, sem justificativa comprovada, será considerado desacato à Câmara e, se o Secretário

ou Diretor for Vereador licenciado, o não comparecimento nas condições mencionadas,

caracterizará procedimento incompatível com a dignidade da Câmara, para instauração do

respectivo processo, na forma da lei federal e conseqüente cassação do mandato.

Art. 30 – O Secretário Municipal ou Diretor equivalente, a seu pedido, poderá

comparecer perante o Plenário ou qualquer comissão da Câmara para expor assunto e discutir

projeto de lei ou qualquer outro ato normativo relacionado com o seu serviço administrativo.

Art. 31 – A Mesa da Câmara poderá encaminhar pedidos escritos de informações aos

Secretários municipais, importando crimes de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no

prazo de (15) quinze dias, prorrogável por igual período, se essas informações exigirem

documentos de que não disponham, bem como a prestação de informação falsa.

Art. 32 - À Mesa, dentre outras atribuições, compete:

I - tomar medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

II - propor projetos que criem ou extingam cargos nos serviços da Câmara e fixem os

respectivos vencimentos;

III - apresentar projetos de lei dispondo sobre abertura de créditos suplementares ou

especiais através de aproveitamento total ou parcial das dotações orçamentárias da Câmara;

IV - promulgar a Lei Orgânica e suas emendas;

V - representar, ao Executivo sobre necessidades de economia interna;

VI - contratar, na forma da lei, por tempo determinado, para atender a necessidade

temporária de excepcional interesse público.

Art. 33 – Compete ao Presidente da Câmara, dentre outras atribuições:

I - representar a Câmara em Juízo ou fora dele;

II - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

III - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

IV - promulgar as Resoluções e Decretos Legislativos;

V - promulgar as Leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário,

desde que não aceita esta decisão, em tempo hábil, pelo Prefeito;

VI - fazer publicar os Atos da Mesa, as Resoluções, Decretos Legislativos, e as Leis que

vier a promulgar;

VII - autorizar as despesas da Câmara;

VIII - representar, por decisão da Câmara, sobre a inconstitucionalidade de Lei ou Ato

Municipal;

IX - solicitar, por decisão da maioria absoluta da Câmara, a intervenção no Município

nos casos admitidos pela Constituição Federal e pela Constituição Estadual;

X - manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar a força necessária para este

fim;

XI - encaminhar, para julgamento, a prestação de contas da Câmara ao Tribunal de

Contas do Estado;

XII - suspender ou encerrar a sessão no caso de desordem;

XIII - O Presidente da Câmara, ou quem o substituir, somente manifestará o seu voto

nas seguintes hipóteses:

a) - nas eleições da Mesa Diretora;

b) - quando a matéria exigir para sua aprovação o voto favorável de dois terços ou de

maioria absoluta dos membros da Câmara; e

c) - quando ocorrer empate em qualquer votação no Plenário.

SEÇÃO III

DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA

Art. 34 – Compete a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas

as matérias de competência do Município em especial:

I - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas,

autorizar isenções, anistias fiscais e a remissão de dívidas;

II - votar o orçamento anual, a lei de diretrizes orçamentárias e o plano plurianual, bem

como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

III - deliberar sobre a obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito,

bem como a forma e os meios de pagamento;

IV - autorizar a concessão de auxílio e subvenções;

V - autorizar a concessão dos serviços públicos;

VI - autorizar a concessão de direito real de uso de bens municipais;

VII – autorizar a concessão administrativa de uso de bens municipais;

VIII - autorizar a alienação de bens imóveis municipais excetuando-se as hipóteses

previstas nesta Lei Orgânica;

IX - autorizar a aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem

encargo;

X - criar, transformar e extinguir cargos, empregos e funções públicas e fixar os

respectivos vencimentos, inclusive os dos serviços da Câmara;

XI - criar e estruturar as Secretarias Municipais e demais órgãos da administração

publica, bem como definir as respectivas atribuições;

XII - aprovar o plano diretor de desenvolvimento Integrado;

XIII - delimitar o perímetro urbano;

XIV - dar denominação a próprios, vias e logradouros públicos;

XV - autorizar convênios com entidades públicas e particulares e consórcio com outros

municípios;

XVI - estabelecer normas urbanísticas, particularmente às relativas a zoneamento e

loteamento;

XVII – transferir temporariamente a sede do governo Municipal;

XVIII – fixar e alterar os subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos

Secretários Municipais;

XIX – delimitar o perímetro urbano.

Art. 35 – Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições,

dentre outras:

I - eleger os membros da sua Mesa Diretora;

II - elaborar o Regimento Interno;

III – dispor sobre sua organização, funcionamento, policia criação, transformação ou

extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços e a iniciativa de lei para fixação e

alteração da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Constituição

Federal, nesta Lei Orgânica e a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV – sustar os atos normativos do poder executivo que exorbitem do poder regulamentar

ou dos limites de delegação legislativa;

V - conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores;

VI - autorizar ao Prefeito ausentar-se do Município por mais de (15) quinze dias

consecutivos. por necessidade de serviço;

VII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer prévio do

Tribunal de Contas do Estado, no prazo máximo de (60) sessenta dias de seu recebimento,

observado os seguintes preceitos:

a) - o parecer do Tribunal somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços

(2/3) dos membros da Câmara;

b) – rejeitadas as contas, serão estas, imediatamente remetidas ao Ministério Público

para os fins de direito;

c) – decorrido o prazo de sessenta dias, sem deliberação pela Câmara Municipal, as

contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do

Tribunal de Contas;

VIII - decretar a perda do mandato do Prefeito e dos Vereadores, nos casos indicados na

Constituição Federal, nesta Lei Orgânica e na Legislação aplicável;

IX - autorizar a realização de empréstimos, operações ou acordos externos de qualquer

natureza, de interesse do Município;

X - proceder à tomada de contas do Prefeito, através de comissão especial, quando não

apresentadas a Câmara, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

XI – estabelecer e mudar temporariamente o local de suas reuniões;

XII – convocar o Prefeito e os Secretários municipais ou ocupantes de cargo da mesma

natureza para prestarem informações sobre matéria de sua competência;

XIII – fiscalizar e controlar os atos do poder executivo, incluídos o da administração

indireta;

XIV – deliberar sobre adiamento e a suspensão de suas reuniões;

XV – criar comissão parlamentar de inquérito sobre fato determinado e prazo certo

mediante requerimento de um terço de seus membros;

XVI - conceder título de cidadão sãodominguense ou conferir homenagem a pessoas

que, reconhecidamente, tenham prestado relevantes serviços ao município ou nele se destacado

pela atuação exemplar na vida pública e particular, mediante proposta de dois terços (2/3) dos

membros da Câmara;

XVII - solicitar a intervenção do Estado no Município;

XVIII - julgar o Prefeito o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos na Lei

Federal;

XIX – fixar o numero de Vereadores a serem eleitos no Município em cada legislatura

para a subseqüente, observados os limites e parâmetros estabelecidos na Constituição Federal e

nesta Lei Orgânica;

XX - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração

indireta;

XXI - fixar, observado o que dispõe os artigos 29, VI e VII, 29-A, I, § 1º, 37, XI e XII

da Constituição Federal, o subsídio dos Vereadores em cada Legislatura para a subseqüente;

Parágrafo Único - A fixação se dará, impreterivelmente, até trinta (30) dias antes da

realização das eleições que comporão a Legislatura posterior.

XXII - fixar, subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por

lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III,

e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda constitucional nº 19, de 1998)

Parágrafo Único - As leis destinadas a fixar os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito,

Vereadores, Presidente da Câmara e Secretários Municipais, serão de iniciativa privada da

Câmara dos Vereadores, observado o que dispõe a Constituição Federal.

Art. 36. A Câmara Municipal elegerá, dentre os seus membros e em votação secreta

uma Comissão Representativa ao termino de cada sessão legislativa, que funcionará nos

interregnos das sessões legislativas, ordinárias, responsável por:

I – reunir-se extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente;

II – zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

III – zelar pela observância da Lei Orgânica e dos direitos e garantias individuais;

IV – autorizar o Prefeito a se ausentar do Município por mais de 15 (quinze) dias;

V – convocar extraordinariamente a Câmara em caso de urgência ou interesse público

relevante.

§ 1º - A Comissão Representativa, constituída por número ímpar de Vereadores, será

presidida pelo Presidente da Câmara;

§ 2º - A Comissão Representativa deverá apresentar relatório dos trabalhos por ela

realizados, quando do reinício do período de funcionamento ordinário da Câmara.

SEÇÃO IV

DOS VEREADORES

Art. 37 – Os Vereadores são invioláveis no exercício do mandato e na circunscrição do

município, por suas opiniões, palavras e votos.

§ 1º - Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou

prestadas, em razão do exercício do mandato, nem sobre pessoas que lhes confiaram ou deles

receberam informações.

§ 2º - Os Vereadores terão acesso às repartições públicas municipais para se informarem

sobre qualquer assunto de natureza administrativa.

Art. 38 – É vedado ao Vereador:

I - desde a expedição do diploma:

a) - firmar ou manter contrato com o município, com suas autarquias, fundações,

empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de

serviços públicos, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) - aceitar cargo, emprego ou função, no âmbito da administração pública

municipal, direta ou indireta, salvo mediante aprovação em concurso público e observado o

disposto no artigo 38 da Constituição Federal.

II - desde a posse:

a) - ocupar cargo, função ou emprego, na administração direta ou indireta do

Município, de que seja exonerável "ad-nutum", salvo o cargo de: Secretário Municipal ou

Diretor equivalente, desde que se licencie do exercício do mandato;

b) – exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;

c) - ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente

de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município ou nela exercer função

remunerada;

d) – patrocinar causa junto ao Município em que seja interessada qualquer das

entidades a que se refere a alínea "a" do inciso I.

Art. 39 – Perderá o mandato o Vereador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou

atentatório às instituições vigentes;

III - que utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade

administrativa;

IV - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões

ordinárias da Câmara, salvo doença comprovada, licença ou missão pela edilidade;

V - que fixar residência fora do Município;

VI - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

VII - quando o decretar a Justiça Eleitoral; e

VIII - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

§ 1° - Além de outros casos definidos no Regimento Interno da Câmara Municipal,

considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao

Vereador ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais.

§ 2° - Nos casos dos incisos I e II, a perda do mandato será declarada pela Câmara por

voto da maioria absoluta dos membros de seus membros, mediante provocação da Mesa ou de

partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 3° - Nos casos previstos nos incisos III, IV, V e VI a perda será declarada pela Mesa

da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido

político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 4º - No caso previsto no inciso VII a perda será declarada pela Mesa da Câmara de

ofício, quando comunicada pela Justiça Eleitoral.

§ 5º - No caso previsto no inciso VIII a perda será declarada pela Mesa da Câmara de

ofício, quando da condenação tiver conhecimento.

Art. 40 – O Vereador poderá licenciar-se:

I - por motivos de doença devidamente comprovados, percebendo nos (15) quinze dias

iniciais do Poder Legislativo e durante os demais dias da licença será da Previdência a qual

estiver filiado;

II - para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não

ultrapasse (120) cento e vinte dias por sessão legislativa;

III - para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou de interesse do

Município.

§ 1° - Não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado, o Vereador

investido no cargo de Secretário Municipal ou Diretor equivalente, conforme previsto, no artigo

38, inciso II, alínea "a" desta Lei Orgânica.

§ 2º - Ao Vereador licenciado nos termos da segunda parte do inciso III, a Câmara

poderá determinar o pagamento de auxilio especial, no valor que estabelecer e na forma que

especificar.

§ 3° - O auxílio de que trata o parágrafo anterior poderá ser fixado no curso da

legislatura e não será computado para o efeito de cálculo da remuneração dos Vereadores.

§ 4° - A licença para tratar de interesse particular não será inferior a (30) trinta dias e o

Vereador não poderá reassumir antes do término da licença.

§ 5° - independente de requerimento, considerar-se-á como licença o não

comparecimento a reuniões, de Vereador privado, temporariamente, de sua liberdade, em virtude

de processo criminal em curso.

§ 6° - Na hipótese do parágrafo primeiro, o Vereador poderá optar pela remuneração do

mandato.

Art. 41 – Dar-se-á a convocação do Suplente de Vereador nos casos de vaga ou de

licença.

§ 1° - o Suplente convocado deverá tomar posse no prazo máximo de (15) quinze dias,

contados da data de convocação, salvo motivo justo aceito pela Câmara, quando se prorrogará o

prazo, sob pena de ser considerado renunciante.

§ 2° - Enquanto a vaga que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcularse-

á o quorum em função dos Vereadores remanescentes.

§ 3º - Ocorrendo vaga e não havendo suplente, o Presidente da Câmara comunicará o

fato, dentro de quarenta e oito horas ao Tribunal Regional Eleitoral.

SEÇÃO V

DO PROCESSO LEGISLATIVO

Art. 42 – O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

I - emendas à Lei Orgânica Municipal;

II - Leis Completares;

III - Leis Ordinárias;

IV - Leis Delegadas;

V - Resoluções;

VI - Decretos Legislativos;

Art. 43 – A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

I – maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal;

II - do Prefeito Municipal;

III – de iniciativa popular subscrita por no, no mínimo 5% (cinco por cento) dos

eleitores do Município.

§ 1° - A proposta será votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e

aprovada por (dois terços) 2/3 dos membros da Câmara Municipal.

§ 2° - A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara, com

respectivo número de ordem.

§ 3° - A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio ou de

intervenção no Município.

§ 4º - Na discussão de proposta popular de emenda é assegurada a sua defesa, em

Comissão e em Plenário, por um dos signatários.

§ 5º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada não poderá ser objeto de

nova proposta na mesma sessão legislativa.

Art. 44 – A iniciativa de Leis cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e ao eleitorado que

a exercerá sobre a forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por cinco por cento do total

do número de eleitores do município.

Art. 45 – As Leis Complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria

absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação

das Leis Ordinárias.

Parágrafo único - Serão leis complementares, dentre outras previstas nesta Lei

Orgânica:

I - Código Tributário do Município;

II - Código de Obras;

III - Código de Posturas;

IV - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

V - Lei instituidora do regime jurídico único dos servidores municipais;

VI – Lei orgânica instituidora da guarda municipal.

VII - Lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos;

VIII - Ouvidoria-Geral do Município;

Art. 46 - São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

I - criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na

Administração Direta e Autárquica, bem como a fixação da remuneração correspondente;

II - servidores públicos do poder executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos,

estabilidade e aposentadoria;

III - criação, estruturação e atribuição das Secretarias ou Departamentos equivalentes e

órgãos da Administração Pública;

IV - matéria orçamentária, e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios,

prêmios e subvenções.

Parágrafo único - Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de

iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvado o disposto no Inciso IV, primeira parte, do

artigo anterior.

Art. 47 - É da competência exclusiva da Mesa da Câmara a iniciativa das leis que

disponham sobre:

I - autorização para abertura de créditos suplementares ou especiais, através do

aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;

II – fixação e alteração da remuneração dos servidores do Poder Legislativo Municipal;

III – fixação e alteração dos subsídios dos Vereadores, Prefeito, Vice-Prefeito e dos

Secretários Municipais.

IV - organização dos serviços administrativos da Câmara, criação, transformação ou

extinção de seus cargos, empregos e funções e fixação da respectiva remuneração;

Parágrafo único - Nos projetos de competência exclusiva da Mesa da Câmara não

serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista, ressalvado o disposto na parte final

do inciso II deste artigo, se assinada pela metade dos Membros da Câmara.

Art. 48 - O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua

iniciativa.

§ 1° - Solicitada á urgência, a Câmara deverá se manifestar em até (30) trinta dias sobre

a proposição, contados da data em que for feita a solicitação.

§ 2° - Esgotado o prazo previsto no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara,

será a proposição incluída na Ordem do Dia, sobrestando-se as demais proposições, para que se

ultime a votação.

§ 3° - O prazo do parágrafo 1° não corre no período de recesso e nem se aplica aos

projetos de lei complementar.

Art. 49 - Aprovado o projeto de lei, será este enviado ao Prefeito, que, aquiescendo, o

sancionará.

§ 1° - O Prefeito considerando o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou

contrário ao interesse público vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de (15) quinze dias úteis,

contados da data do recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos

Vereadores.

§ 2° - O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso

ou de alínea.

§ 3° - Decorrido o prazo do parágrafo anterior, o silêncio do Prefeito importará sanção.

§ 4° - A apreciação do veto pelo plenário da Câmara será, dentro de trinta (30) dias, a

contar de seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, só podendo

ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos seus membros, em votação nominal.

§ 5º - Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no parágrafo 4°, o veto será

colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestando as demais preposições, até a sua

votação final, ressalvadas as matérias de que trata o artigo 48 desta Lei Orgânica.

§ 6° - Rejeitado o veto, será o projeto enviado ao Prefeito para a promulgação.

§ 7º - A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela

Câmara.

§ 8° - Na apreciação do veto a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação no

texto aprovado.

§ 9° - A não promulgação da lei no prazo de (48) quarenta e oito horas pelo Prefeito,

nos casos dos parágrafos 1° e 5°, criará para o Presidente da Câmara a obrigação de fazê-lo em

igual prazo.

Art. 50 - As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito, que deverá solicitar a

delegação à Câmara Municipal.

§ 1° - Os atos de competência privativa da Câmara, a matéria reservada à lei

complementar e os planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos não serão objetos

de delegação.

§ 2° - A delegação ao Prefeito terá a forma de Decreto Legislativo, que especificará o

seu controle e os termos de seu exercício.

§ 3° - O Decreto Legislativo poderá determinar a apreciação do projeto pela Câmara,

que a fará em votação única, vedada à apresentação de emenda.

Art. 51 - Os projetos de resolução disporão sobre matérias de interesse interno da

Câmara e os projetos de decreto legislativo sobre os demais assuntos de sua competência

privativa.

Parágrafo único - Nos casos de projetos de resolução e de projeto de decreto -

legislativo, considerar-se-á encerrada com a votação final a elaboração da norma jurídica, que

será promulgada pelo Presidente da Câmara.

Art. 52 - A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir

objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos

membros da Câmara, salvo se tratar de matéria de iniciativa exclusiva do Prefeito.

SEÇÃO VI

DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 53 - A fiscalização contábil, financeira e orçamentária operacional e patrimonial do

Município e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade,

economicidade, aplicação das subvenções e renuncia de receitas, será exercida pela Câmara

Municipal mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.

§ 1° - O controle externo da Câmara será exercido com auxílio do Tribunal de Contas

do Estado, e compreenderá a apreciação das Contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o

acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias, bem como o julgamento das contas

dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

§ 2° - As contas do Prefeito, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro

de sessenta dias, após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, considerando-se

julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação dentro desse prazo.

§ 3° - Somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal deixará

de prevalecer o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado.

§ 4º - Rejeitadas as contas, serão esta, imediatamente remetidas ao Ministério Público e

ao Tribunal de Contas, para os fins de direito.

§ 5° - As contas relativas à aplicação dos recursos transferidos da União e do Estado

serão prestadas na forma da legislação federal e estadual em vigor, podendo o Município

suplementar essas contas, sem prejuízo de sua inclusão na prestação anual de contas.

§ 6° - A prestação de contas anual do Prefeito estará sujeita à exibição de prova

inequívoca de recolhimento dos encargos sociais, que, se não efetuado, constituirá em

impedimento intransponível à aprovação, sendo as mesmas, imediatamente, encaminhadas ao

Ministério Público para fins de apuração de crime de responsabilidade.

Art. 54 - O Executivo manterá sistema de controle interno a fim de:

I – criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo e

regularidade à realização da receita e despesa;

II – acompanhar as execuções de programas de trabalho e do orçamento;

III – avaliar os resultados alcançados pelos administradores;

IV – verificar a execução dos contratos.

Art. 55 - As contas do Município ficarão, durante sessenta dias, a partir de 15 de

fevereiro, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá

questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

CAPÍTULO III

DO PODER EXECUTIVO

SEÇÃO I

DO PREFEITO E DO VICEPREFEITO

Art. 56 - O Poder Executivo Municipal é exercido pelo Prefeito, com funções políticas,

executivas e administrativas, auxiliado pelos Secretários Municipais ou ocupante de cargo da

mesma natureza.

Parágrafo único – Aplicam-se as condições de elegibilidade para Prefeito e Vice-Prefeito o disposto no § 1º do art. 15 desta Lei Orgânica e a idade mínima de vinte e um anos.

Art. 57 - A eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizar-se-á, simultaneamente, nos

termos estabelecidos no artigo 29, incisos I e II da Constituição Federal.

§ 1º - A eleição do Prefeito importará a do Vice-Prefeito com ele registrado.

§ 2º - Será eleito Prefeito o candidato que, registrado por partido político, obtiver a

maioria de votos, não computados os em branco e os nulos.

Art. 58 - O Prefeito tomará posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente à eleição, em

Sessão solene de instalação da Câmara Municipal, logo após a eleição da mesa, prestando o

compromisso de manter, defender e cumprir a lei orgânica do município, observar as Leis da

União do Estado e do Município, promover o bem geral dos munícipes e exercer o cargo sob a

inspiração da democracia da legitimidade e da legalidade.

§ 1º - Se decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou Vice-Prefeito,

salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, será este declarado vago pelo plenário;

§ 2º - Enquanto não ocorrer a posse do prefeito, assumira o vice-prefeito, e, na falto ou

impedimento deste o presidente da Câmara;

§ 3º - E conferido ao prefeito eleito, após quinze (15) dias da proclamação dos

resultados oficiais das eleições, o direito de vista em toda documentação, maquinas, veiculo,

equipamentos e instalações da Prefeitura, para tomar ciência da real situação em que o Município

se encontra para fins de planejamento de sua gestão;

Art. 59 - Substituirá o Prefeito, no caso de impedimento e suceder-lhe-á, no de vaga, o

Vice-Prefeito.

§ 1º - O Vice-Prefeito não poderá se recusar a substituir o Prefeito, sob pena de extinção

do mandato.

§ 2º - O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei,

auxiliará o Prefeito, sempre que por ele for convocado para missões especiais.

§ 3º - A investidura do vice-prefeito em secretária municipal não impedirá o exercício

das funções previstas no parágrafo anterior.

Art. 60 - Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância do cargo,

assumirá a administração municipal o Presidente da Câmara.

Parágrafo Único – O Presidente da Câmara recusando-se, por qualquer motivo, a

assumir o cargo de Prefeito, renunciará, incontinente, à sua função de dirigente do Legislativo,

ensejando, assim a eleição de outro membro para ocupar como Presidente da Câmara a chefia do

Poder Executivo.

Art. 61 - Verificando-se a vacância do cargo de Prefeito e inexistindo Vice-Prefeito,

observar-se-á o seguinte:

I – ocorrendo a vacância nos três primeiros anos do mandato, dar-se-á eleição noventa

dias após a sua abertura, cabendo aos eleitos completar o período dos seus antecessores;

II – ocorrendo a vacância do último ano do mandato; assumirá o Presidente da Câmara

que completará o período.

Art. 62 - O mandato do Prefeito é de quatro anos, tendo inicio em primeiro de janeiro

do ano seguinte ao da sua eleição, permitida a reeleição para um período subseqüente.

Art. 63 - O Prefeito e o Vice-Prefeito, quando no exercício do cargo, não poderão, sem

licença da Câmara Municipal, ausentar-se do Município por período superior a quinze dias

consecutivos, sob pena de perda do cargo ou do mandato.

§ 1º - O Prefeito regularmente licenciado terá direito a perceber os subsídios quando:

I – impossibilitado de exercer o cargo, por motivo de doença devidamente comprovada;

II – a serviço ou em missão de representação do Município devendo no prazo de quinze

dias, contados do final do serviço ou da missão enviar a Câmara Municipal relatório

circunstanciado dos resultados da sua viajem.

§ 2º - Os subsídios do Prefeito serão fixados na forma do Inciso XXII, do art. 35 desta

Lei Orgânica*;*

§ 3º - Os subsídios do Vice-Prefeito serão fixados na forma do parágrafo anterior, em

quantia que não exceda a cinqüenta por cento daquele atribuído ao Prefeito.

Art. 64 - Na ocasião da posse e ao término do mandato, o Prefeito fará declaração de

seus bens, as quais ficarão arquivadas na Câmara.

Parágrafo Único – O Vice-Prefeito fará declaração de bens no momento em que

assumir, pela primeira vez, o exercício do cargo de Prefeito.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 65 – Ao Prefeito, como chefe da administração, compete dar cumprimento às

deliberações da Câmara, dirigir, fiscalizar e defender os interesses do Município, bem como

adotar, de acordo com a lei, todas as medidas administrativas de utilidade pública, sem exceder

as verbas orçamentárias.

Art. 66 – Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

I – A iniciativa das leis, na forma e caso previstos nesta Lei Orgânica;

II – Representar o Município em Juízo e fora dele;

III - Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como, no prazo nelas

estabelecido, não inferior a trinta nem superior a cento e oitenta dias, expedir decretos e

regulamentos para sua fiel execução, ressalvados os casos em que, nesse prazo, houver

interposição de ação direta de inconstitucionalidade contra a lei publicada;

IV – Vetar, no todo ou em parte os projetos de lei aprovados pela Câmara;

V – Decretar, nos termos da lei, a desapropriação por necessidade ou utilidade pública

ou por interesse social;

VI – Expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;

VII – Permitir ou autorizar o uso de bens municipais por terceiros;

VIII – fixar as tarifas dos serviços públicos concedidos, permitidos e autorizados, bem

como daqueles explorados pelo próprio município, conforme critérios estabelecidos na legislação

municipal;

IX – Prover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação funcional

dos servidores;

X – Enviar à Câmara os projetos de lei relativos ao orçamento anual, Lei de Diretrizes

Orçamentárias e ao plano plurianual do município e da suas autarquias;

XI – Encaminhar a Câmara e ao Tribunal de Contas do Estado, até 15 de abril a

prestação de contas, bem como o balanço do exercício findo;

XII – Encaminhar aos órgãos os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas

em lei;

XIII – Fazer publicar os atos oficiais;

XIV – Prestar à Câmara dentro de (15) quinze dias, as informações pela mesma

solicitada, salvo prorrogação, no máximo, por igual prazo, em seu pedido, em face da

complexidade da matéria ou da dificuldade de obtenção nas respectivas fontes, dos dados

pleiteados;

XV – Promover os serviços e obras da administração pública;

XVI – superintender a arrecadação dos tributos, bem como a guarda de aplicação de

receita, autorizando as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos

créditos votados pela Câmara;

XVII – colocar à disposição da Câmara, os recursos correspondentes às dotações

orçamentárias, compreendidos, os créditos suplementares e especiais, a ela destinados, até o dia

20 de cada mês, não podendo ser superiores aos limites máximos definidos no artigo 29-A da

Constituição Federal, nem inferiores em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária;

XVIII – aplicar multas previstas em leis e contratos, bem como revê-las quando

impostas irregularmente;

XIX – resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem

dirigidas;

XX – oficializar, obedecidas às normas urbanísticas aplicáveis, as vias e logradouros

públicos, mediante denominação aprovada pela Câmara;

XXI – convocar extraordinariamente á Câmara quando o interesse da administração

exigir;

XXII – aprovar projetos e edificação e planos de loteamento, arruamento e zoneamento

urbano ou para fins urbanos;

XXIII – apresentar, anualmente, a Câmara, relatório circunstanciado sobre o estado das

obras e dos serviços municipais, bem assim o programa da administração para o ano seguinte;

XXIV – organizar os serviços internos das repartições criadas por lei, sem exceder as

verbas para tal destinada;

XXV – contrair empréstimos e realizar operações de crédito, mediante prévia

autorização da Câmara;

XXVI – providenciar sobre a administração dos bens do município e sua alienação, na

forma da lei;

XXVII – organizar e dirigir, nos termos da lei, os serviços relativos as terras do

município;

XXVIII – desenvolver o sistema viário do município;

XXIX – conceder auxílios prêmios e subvenções, nos limites das respectivas verbas

orçamentárias e do plano de distribuição prévia e anualmente aprovado pela Câmara;

XXX – providenciar sobre o incremento do ensino;

XXXI – estabelecer a divisão administrativa do Município, de acordo com a lei;

XXXII – solicitar auxílio das autoridades policiais do estado para garantia do

cumprimento de seus atos;

XXXIII – solicitar, obrigatoriamente, autorização à Câmara para ausentar-se do

município por tempo superior a (15) quinze dias;

XXXIV – adotar providências para a conservação e salvaguarda do patrimônio

municipal;

XXXV – publicar os relatórios exigidos pela Lei Federal Complementar 101/2000 (Lei

de Responsabilidade Fiscal), e outros que a legislação suplementar exigir ou vier a exigir;

§ 1º – o Prefeito poderá delegar por decreto a seus auxiliares as funções administrativas

previstas nos incisos IX, XV e XXIV, deste artigo.

§ 2º – O Prefeito, eleito ou reeleito, apresentará o Programa de Metas de sua gestão, até

noventa dias após sua posse, que conterá as prioridades: as ações estratégicas, os indicadores e

metas quantitativas para cada um dos setores da Administração Pública Municipal,

Subprefeituras e Distritos da cidade, observando, no mínimo, as diretrizes de sua campanha

eleitoral e os objetivos, as diretrizes, as ações estratégicas e as demais normas da lei do Plano

Diretor Estratégico.

§ 3º - O Programa de Metas será amplamente divulgado, por meio eletrônico, pela mídia

impressa, radiofônica e televisiva e publicado no Diário Oficial da Cidade no dia imediatamente

seguinte ao do término do prazo a que se refere o "caput" deste artigo.

§ 4º - O Poder Executivo promoverá, dentro de trinta dias após o término do prazo a que

se refere este artigo, o debate público sobre o Programa de Metas mediante audiências públicas

gerais, temáticas e regionais, inclusive nos distritos.

§ 5º - O Poder Executivo divulgará semestralmente os indicadores de desempenho

relativos à execução dos diversos itens do Programa de Metas.

§ 6º - O Prefeito poderá proceder a alterações programáticas no Programa de Metas

sempre em conformidade com a lei do Plano Diretor Estratégico, justificando-as por escrito e

divulgando as amplamente pelos meios de comunicação previstos neste artigo.

§ 7º - Os indicadores de desempenho serão elaborados e fixados conforme os seguintes

critérios:

a) promoção do desenvolvimento ambientalmente, socialmente e economicamente

sustentável;

b) inclusão social, com redução das desigualdades regionais e sociais;

c) atendimento das funções sociais da cidade com melhoria da qualidade de vida urbana;

d) promoção do cumprimento da função social da propriedade;

e) promoção e defesa dos direitos fundamentais individuais e sociais de toda pessoa

humana;

f) promoção de meio ambiente ecologicamente equilibrado e combate à poluição sob

todas as suas formas;

g) universalização do atendimento dos serviços públicos municipais com observância das

condições de regularidade; continuidade; eficiência, rapidez e cortesia no atendimento ao

cidadão; segurança; atualidade com as melhores técnicas, métodos, processos e equipamentos; e

modicidade das tarifas e preços públicos que considerem diferentemente as condições

econômicas da população.

§ 8º - Ao final de cada ano, o Prefeito divulgará o relatório da execução do Programa de

Metas, o qual será disponibilizado integralmente pelos meios de comunicação previstos neste

artigo.

Art. 67 - Até trinta dias antes do término do mandato, o Prefeito municipal entregará ao

seu sucessor e publicará, relatório da situação da administração municipal que conterá, dentre

outras, informações atualizadas sobre:

I – dívida do Município, por credor, com as datas dos respectivos vencimento, inclusive

das dividas a longo prazo e encargos decorrentes de operações de credito, informando sobre a

capacidade da administração municipal de realizar operações de credito de qualquer natureza.

II – medidas necessárias à regularização das contas municipais, perante o Tribunal de

Contas ou órgão equivalente, se for o caso;

III – prestações de contas de convênio, celebrado com organismo da União e do Estado,

bem como do recebimento de subvenções ou auxílios;

IV – situação dos contratos com concessionárias e permissionárias de serviços públicos;

V – estado dos contratos de obras e serviços em execução ou apenas formalizados,

sobre o que foi realizado e pago e o que há por executar e pagar, com prazos respectivos;

VI – transferências a serem recebidas da União e do Estado por força de mandamento

constitucional ou de convênio;

VII – projetos de Lei de iniciativa do Poder Executivo em curso na Câmara Municipal,

para permitir que a nova administração decida quanto à conveniência de lhes dar

prosseguimento, acelerar o seu andamento ou retirá-los;

VIII – situação dos servidores do Município seu custo, quantidade e órgão em que estão

lotados e em exercício.

SEÇÃO III

DA PERDA E EXTINÇÃO DO MANDATO

Art. 68 - São crimes de responsabilidade do Prefeito aqueles definidos pela Legislação

Federal.

§ 1º - A Câmara municipal tomando conhecimento de qualquer ato do Prefeito que

possa configurar infração penal comum ou crime de responsabilidade nomeará comissão especial

para apurar os fatos e apresentar relatório conclusivo ao Plenário, no prazo de trinta dias,

podendo ser prorrogado a critério da maioria absoluta do Plenário;

§ 2º - Se o Plenário julgar procedentes as acusações apuradas na forma do parágrafo

anterior, promoverá a remessa do relatório a Procuradoria Geral de Justiça do Estado para

providencias;

§ 3º - Recebida a denúncia contra o Prefeito pelo Tribunal de Justiça do Estado a

Câmara decidirá por maioria absoluta sobre a conveniência da designação de procurador para

atuar no processo como assistente de acusação;

§ 4º - O Prefeito ficará suspenso de suas funções com o recebimento da denuncia pelo

Tribunal de Justiça do Estado, cessando o afastamento caso não se conclua o julgamento do

processo dentro de cento e oitenta dias.

Art. 69 - São infrações político-administrativas do Prefeito, sujeitas ao julgamento pela

Câmara Municipal e sancionadas com a cassação do mandato:

I - impedir o funcionamento regular do Poder Legislativo;

II – impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam

constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços municipais, por

comissão de investigação da Câmara ou auditoria, regularmente instituída;

III - desatender, sem motivo justo, as convocações ou os pedidos de informações da

Câmara, quando feitos a tempo e na forma regular;

IV - retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos oficiais sujeitos a essa

formalidade;

V - deixar de apresentar à Câmara no devido tempo, o projeto de lei de diretrizes

orçamentárias e a proposta orçamentária anual;

VI – descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro;

VII - praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência, ou omitir-se na

sua prática;

VIII - omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do

Município, sujeitos à administração Municipal;

IX - ausentar-se do Município, por tempo superior ao permitido em lei, ou afastar-se da

Prefeitura sem autorização da Câmara Municipal;

X – proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo.

Art. 70 - O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações

definidas no artigo anterior, obedecerá ao seguinte rito:

I - a denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição

dos fatos e indicação das provas; se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a

denúncia e de integrar a Comissão Processante. Se o denunciante for o Presidente da Câmara,

passará a Presidência ao substituto legal, para os autos do processo, e só votará se necessário

para completar o quorum do julgamento. Será convocado o suplente do Vereador impedido de

votar, o qual não poderá integrar a Comissão Processante;

II - de posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão ordinária,

determinará a sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento. Decidido o

recebimento, pelo voto de dois terços de seus membros, na mesma sessão será constituída a

Comissão Processante, com três Vereadores sorteados dentre os desimpedidos, os quais elegerão

desde logo o Presidente e o Relator;

III - recebendo o processo, o Presidente da comissão iniciará os trabalhos dentro de

cinco dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e dos documentos que

a instruírem, para que no prazo de dez dias apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas

que pretende produzir e arrole testemunhas, até o máximo de oito. Decorrido o prazo de defesa, a

Comissão Processante emitirá parecer em cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou

arquivamento da denúncia, a qual, neste caso, será submetida ao Plenário. Se a Comissão opinar

pelo prosseguimento, o Presidente designará, desde logo, o início da instrução e determinará os

atos e diligências que se fizerem necessárias para o depoimento do denunciado e inquirição das

testemunhas;

IV - o denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente ou na

pessoa do seu Procurador, com antecedência mínima de vinte e quatro horas, sendo-lhe

permitido assistir as diligências e audiências, bem como formular perguntas às testemunhas e

requerer o que for de interesse da defesa;

V - concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para razões

finais, no prazo de cinco dias, e, após a Comissão Processante emitirá Parecer Final, pela

procedência ou improcedência da acusação, e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação

de sessão para julgamento. Na sessão de julgamento, o processo será lido integralmente, e, a

seguir, os Vereadores que o desejarem poderão manifestar-se verbalmente pelo tempo máximo

de dez minutos cada um, e, ao final, o denunciado ou seu Procurador terá o prazo máximo de

duas horas para produzir a sua defesa oral;

VI - concluída a defesa proceder-se-á as votações secretas quantas forem às infrações

articuladas na denúncia. Considerar-se-á definitivamente afastado do cargo o denunciado que for

declarado, pelo voto de dois terços dos Membros da Câmara, incurso em qualquer das infrações

definidas no art. 69 desta Lei Orgânica ou Lei especifica. Concluído o julgamento, o Presidente

da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação secreta

sobre cada infração, e, se houver condenação expedirá o competente decreto legislativo de

cassação do mandato do Prefeito.

VII - o processo a que se refere este artigo deverá estar concluído dentro de noventa

dias contados da data em que se efetivar notificação inicial do denunciado. Transcorrido o prazo

sem julgamento o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia, ainda que sobre os

mesmo fatos.

§ 1º - Caso a Comissão Processante opine pelo prosseguimento do processo, o Prefeito,

ficará suspenso de suas funções, cessando o afastamento se o processo não for julgado no prazo

previsto no inciso VII deste artigo.

§ 2º - Comprovado o extrapolamento do prazo do ato do denunciado, poderá ser

prorrogado o pedido de cassação, pela maioria absoluta.

Art. 71 - É vedado ao Prefeito assumir outro cargo ou função na administração pública

direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público, bem como desempenhar

função de administração em qualquer empresa privada, observados os preceitos da Constituição

Federal.

Parágrafo Único - O descumprimento do disposto neste artigo importará em perda do

mandato.

Art. 72 - As incompatibilidades declaradas no art. 38, seus incisos e alíneas, desta Lei

Orgânica, estendem-se no que forem aplicáveis, ao Prefeito e aos Secretários Municipais ou

ocupantes de cargos da mesma natureza.

Art. 73 - Será declarado vago pela Câmara Municipal, o cargo de Prefeito quando:

I - ocorrer falecimento, renúncia ou condenação, por crime funcional ou eleitoral;

II - deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo de dez

dias;

III - infringir as normas dos artigos 38 e 63 desta Lei Orgânica;

IV - perder ou tiver suspenso os direitos políticos;

V - ocorrer cassação de mandato nos termos do artigo 70 desta Lei Orgânica.

SESSÃO IV

DOS AUXILIARES DIRETO DO PREFEITO

Art. 74 - São auxiliares diretos do Prefeito:

I - os Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza.

Parágrafo único - Os cargos são de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito.

Art. 75 - A lei municipal estabelecerá as atribuições dos auxiliares diretos do Prefeito,

definindo-lhes a competência, deveres e responsabilidades.

Art. 76 - São condições essenciais para a investidura no cargo de Secretário Municipal

ou em cargo da mesma natureza:

I - ser brasileiro;

II - estar no exercício dos direitos políticos;

III - ser maior de vinte e um anos.

Art. 77 - Além das atribuições fixadas em lei, compete aos Secretários ou ocupantes de

cargos da mesma natureza:

I - subscrever atos e regulamentos referentes aos seus órgãos;

II - expedir instruções para a boa execução das leis, decretos, regulamentos e portarias;

III - apresentar ao Prefeito relatório anual dos serviços realizados por suas repartições;

IV - comparecer à Câmara Municipal sempre que convocados pela mesma, para

prestação de esclarecimentos oficiais.

§ 1º - Os decretos, atos e regulamentos referentes aos serviços autônomos ou

autárquicos serão referendados pelo Secretário ou ocupante de cargo da mesma natureza da

administração.

§ 2º - O descumprimento do inciso IV deste artigo, sem justificação, importa em crime

de responsabilidade.

Art. 78 - Os Secretários ou ocupantes de cargos da mesma natureza são solidariamente

responsáveis com o Prefeito pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

Art. 79 - Os subsídios dos Secretários Municipais serão fixados por lei de iniciativa da

Câmara Municipal, dentro dos limites e critérios estabelecidos na Constituição Federal e nesta

Lei Orgânica.

Parágrafo único - Os Secretários Municipais terão férias anuais de trinta dias, sem

prejuízo dos subsídios.

Art. 80 - Os auxiliares diretos do Prefeito farão declaração de bens no ato da posse e no

término do exercício e do cargo.

SEÇÃO V

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 81 - A administração pública direta e indireta do Município obedecerá aos

princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e

interesse público, transparência e participação popular, bem como aos demais princípios

estabelecidos na Constituição Federal e, também, ao seguinte:

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham

os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em

concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade

do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em

comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III - o prazo de validade do concurso público será de até (2) dois anos, prorrogado uma

vez, por igual período, devendo a nomeação do candidato aprovado obedecer à ordem de

classificação;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado

em concurso público de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados

para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de

cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos

casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de

direção, chefia e assessoramento;

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei

específica;

VIII a lei ordinária reservará percentual não inferior a um por cento dos cargos e

empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais de qualquer natureza e

definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a

necessidade temporária de excepcional interesse público;

X – a remuneração dos servidores públicos e os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito,

Vereadores e Secretários Municipais somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica,

observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma

data e sem distinção de índices.

XI – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos

da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros dos Poderes Executivo e

Legislativo do Município, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os

proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não,

incluídas as vantagens pessoais de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio

mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo, não poderão ser superiores aos

pagos pelo Poder Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para

efeito de remuneração de pessoal do serviço público;

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados

nem acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos

municipais são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos artigos

29-A, § 1º, 39, § 4°, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I, da Constituição Federal;

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargo público, exceto quando houver

compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

a) a de (2) dois cargos de professor;

b) a de (1) um cargo de professor com outro, técnico ou científico;

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões

regulamentadas;

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias,

fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades

controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;

XVIII - a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas

de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da

lei;

XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada à instituição

de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar,

neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

XX – depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das

entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em

empresa privada;

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras, e

alienações serão contratados mediante processos de licitação pública que assegure igualdade de

condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento,

mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, exigindo-se a qualificação técnicoeconômica

indispensável à garantia do cumprimento das obrigações;

XXII - é vedada a dispensa do servidor sindicalizado, a partir do registro da candidatura

a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o

final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei;

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos

públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo

constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades, de

servidores públicos, e de agentes ou partidos políticos;

.

§ 2º A não-observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a

punição da autoridade responsável, nos termos da lei;

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública

direta e indireta, regulando especialmente:

I - as reclamações relativas à prestação de serviços públicos em geral, asseguradas a

manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, na

qualidade dos serviços;

II – o acesso aos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de

governo, observado o disposto no artigo 5°, X e XXXIII, da Constituição Federal;

III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo,

emprego ou função na administração pública.

§ 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos

políticos, a perda da função pública, a disponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, na

forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º - A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer

agente, servidor ou não, que cause prejuízos ao erário ressalvadas as respectivas ações de

ressarcimento.

§ 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de

serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a

terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 7º - A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego

da administração direta ou indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.

§ 8° - A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da

administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus

administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para

o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

I – o prazo de duração do contrato;

II – os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e

responsabilidades dos dirigentes;

III – a remuneração do pessoal.

§ 9° - O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de

economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito

Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas ou de custeio em geral.

§ 10º - É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do

art. 40 ou dos arts. 42 e 142, todos da Constituição Federal, com a remuneração de cargo,

emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Lei Orgânica, os

cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

§ 11º - Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma

desta Lei Orgânica, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de

previdência previsto no parágrafo 10 deste artigo.

Art. 82 - Ao servidor público com exercício de mandato eletivo aplica-se o disposto no

art. 38 da Constituição Federal.

SEÇÃO VI

DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 83 - O Município instituirá conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

§ 1º - A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema

remuneratório observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de

cada carreira;

II – os requisitos para a investidura;

III – as peculiaridades dos cargos.

§ 2º - o regime jurídico único e plano de carreira para os servidores da administração

pública direta, das autarquias e das fundações públicas é o estatutário, deve ser regulamentado

por lei de iniciativa do Poder Executivo Municipal.

§ 3º - O município poderá instituir regime próprio de previdência de seus servidores

efetivos, mediante lei complementar, asseguradas as garantias constitucionais.

§ 4º - A lei disporá sobre o estatuto do servidor público municipal.

§ 5º - Aplica- se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV,

VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX da Constituição

Federal, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do

cargo o exigir.

§ 6º - O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo e os Secretários Municipais

serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de

qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie

remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 81, X e XI, desta Lei Orgânica.

§ 7º - Lei municipal poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração

dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 81, XI.

§ 8º - Os Poderes Executivo e Legislativo publicarão anualmente os valores do subsídio

e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

§ 9º - Lei municipal disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da

economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no

desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento,

modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de

adicional ou prêmio de produtividade.

§ 10 - É vedada a cessão de servidores públicos da administração direta ou indireta do

Município a empresas ou entidades públicas e privadas, exceto para:

I – o Poder Judiciário;

II – órgãos do mesmo Poder;

III – o Poder Legislativo Municipal;

IV – entidades públicas e privadas de educação especial;

V – entidades filantrópicas de utilidade pública;

VI – entidades públicas e sociedades de economia mista, e Poder Legislativo Estadual

quando não implicar em ônus para o Município, salvo se indispensável para o funcionamento do

serviço público essencial.

Art. 84 - Aplica-se aos servidores públicos municipais, para efeito de estabilidade, o

disposto no artigo 41 da Constituição Federal.

SEÇÃO VII

DA APOSENTADORIA E PENSÃO

Art. 85 - O servidor público ocupante de cargo de provimentos será aposentado:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrente de

acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável,

especificadas em Lei, e proporcional nos demais casos:

II – compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao

tem pode contribuição;

III – voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo

exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria

obedecendo às seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinqüenta e

cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher,

b) sessenta e cinco anos de idade se homem, e sessenta anos de idade se mulher com

proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

§ 1º - É vedada a adoção de requisito e critérios diferenciados para concessão de

aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados os casos de

atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a

integridade física, definidas em Lei Complementar;

§ 2º - Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos,

em relação ao disposto no inciso III, a, para o professor que comprove exclusivamente tempo de

efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e

médio;

§ 3º - Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma

data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também

estendidos aos aposentados quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos

servidores em atividades, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do

cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

§ 4º - O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contada para efeito

de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

§ 5º - O beneficio da pensão por morte corresponderá à totalidade dos proventos do

servidor falecido ou a favor dos proventos a que teria direito o servidor em atividade na data de

seu falecimento, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no 3º.

§ 6º - São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para

cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

Art. 86 - O servidor público estável só perdera o cargo:

I – em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II – mediante processo administrativo em que seja assegurada ampla defesa;

III – Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei

complementar, assegurada ampla defesa;

§ 1º Invalidade por sentença judicial e demais a demissão do servidor estável, será ele

reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem

direito a indenização, aproveitando em outro cargo ou posto em disponibilidade com

remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 2º - Extinto o cargo ou declarada sua necessidade, o servidor estável, ficará em

disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até o seu adequado

aproveitamento em outro cargo.

§ 3º - Qualquer alteração em Legislação hierarquicamente superior, será

automaticamente aplicada nesta seção.

SEÇÃO VIII

DA GUARDA MUNICIPAL

Art. 87 - O Município poderá constituir guarda municipal, força auxiliar destinada à

proteção de seus bens, serviços e instalações, nos termos da lei complementar.

§ 1º - A lei complementar de criação da guarda municipal disporá sobre acesso, direitos,

deveres, vantagens e regime de trabalho, com base na hierarquia e disciplina.

§ 2º - A investidura nos cargos da guarda municipal far-se-á mediante concurso público

de provas ou de provas e títulos.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 88 - A administração municipal é constituída dos órgãos integrados na estrutura

administrativa da Prefeitura e de entidades dotadas de personalidade jurídica própria.

§ 1º - Os órgãos da administração direta que compõem a estrutura administrativa da

prefeitura se organizam e se coordenam, atendendo aos princípios técnicos recomendáveis ao

bom desempenho de suas atribuições.

§ 2º - As entidades dotadas de personalidade jurídica própria que compõem a

administração indireta do Município se classifica em:

I – **autarquia** – o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica,

patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública, que

requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizadas;

II – **empresa pública** – a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado,

com patrimônio e capital exclusivos do Município, criada por lei, para exploração de atividades

econômicas que o Governo seja levado a exercer, por força de contingência ou conveniência

administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito;

III – **sociedade de economia mista** – a entidade dotada de personalidade jurídica de

direito privado, criada por lei, para exploração de atividades econômicas, sob a forma de

sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, ao Município ou

a entidade da administração indireta;

IV – **fundação pública** – a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado,

criada em virtude de autorização legislativa, para desenvolvimento de atividades que não exijam

execução por órgão ou entidade de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio

próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos do

Município e de outras fontes.

§ 3º - A entidade de que trata o inciso IV do § 2º adquire personalidade jurídica com

inscrição da escritura pública de sua constituição no Registro Civil de Pessoas jurídicas, não se

lhe aplicando as demais disposições do Código Civil concernentes às fundações.

CAPÍTULO II

DOS ATOS MUNICIPAIS

SEÇÃO I

DA PUBLICIDADE DOS ATOS MUNICIPAIS

Art. 89 - A publicação das leis e atos municipais far-se-á em órgão da imprensa oficial,

regional, local, ou por afixação na Sede da Prefeitura ou da Câmara Municipal, conforme o caso.

§ 1º - A escolha do órgão de imprensa para divulgação das leis e atos administrativos

far-se-á através de licitação em que se levarão em conta não só as condições de preço, como as

circunstâncias de frequência, horário, tiragem e distribuição.

§ 2º - Nenhum ato produzirá efeito antes de sua publicação.

§ 3º - A publicação dos atos não normativos, pela imprensa, poderá ser resumida.

Art. 90 – O Prefeito fará publicar:

I – diariamente, por edital, o movimento de caixa do dia anterior;

II – mensalmente, o balancete resumido da receita e da despesa;

III – mensalmente, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e os recursos

recebidos;

IV – anualmente, até 15 de março, pelo órgão oficial do Estado, as contas de

administração, constituídas do balanço financeiro, do balanço patrimonial, do balanço

orçamentário e demonstração das variações patrimoniais em forma sintética.

SEÇÃO II

DOS LIVROS

Art. 91 - O Município manterá os livros que forem necessários ao registro de seus

serviços.

§ 1º - Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Prefeito ou pelo Presidente

da Câmara, conforme o caso, ou por funcionário designado para tal fim.

§ 2º - Os livros referidos neste artigo poderão ser substituídos por fichas ou outro

sistema, convenientemente autenticado.

SEÇÃO III

DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

Art. 92 - Os atos administrativos de competência do Prefeito devem ser expedidos com

obediência às seguintes normas:

I – decreto, numerado em ordem cronológica, nos seguintes casos:

a) regulamentação de lei;

b) instituição, modificação ou extinção de atribuições não constantes de lei;

c) regulamentação interna dos órgãos que forem criados na administração municipal;

d) abertura de créditos especiais e suplementares, até o limite autorizado por lei, assim

como de créditos extraordinários;

e) declaração de utilidade pública ou necessidade social, para fins de desapropriação

ou de servidão administrativa;

f) aprovação de regulamento ou de regimento das entidades que compõem a

administração municipal;

g) permissão de uso dos bens municipais;

h) medidas de execução do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do

Município;

i) normas de efeitos externos, não privativos de lei;

j) fixação e alteração de preços.

II – portaria, nos seguintes casos:

a) provimento e vacância dos cargos e demais atos de efeitos individuais;

b) lotação nos quadros de pessoal;

c) abertura de sindicâncias e processos administrativos, aplicação de penalidades e

demais atos individuais de efeitos internos;

d) outros casos determinados em lei ou decreto.

III – contrato, nos seguintes casos:

a) admissão de servidores para serviços de caráter temporário, nos termos do artigo 81,

IX, desta Lei Orgânica;

b) execução de obras e serviços municipais, nos termos da lei.

Parágrafo único – Os atos constantes dos itens II e III deste artigo, poderão ser

delegados.

SEÇÃO IV

DAS PROIBIÇÕES

Art. 93 - O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os servidores municipais, bem

como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consangüíneo,

até o terceiro grau inclusive, ou por adoção não poderão contratar com o Município, subsistindo

a proibição até seis meses após findas as respectivas funções.

Parágrafo único – Não se incluem nesta proibição os contratos cujas cláusulas e

condições sejam uniformes para todos os interessados.

Art. 94 - A pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social, como

estabelecido em lei federal, não poderão contratar com o Poder Público Municipal nem dele

receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

SEÇÃO V

DAS CERTIDÕES

Art. 95 - A Prefeitura e a Câmara são obrigadas a fornecer a qualquer interessado, no

prazo máximo de quinze dias, certidões dos atos, contratos e decisões, desde que requeridas para

fim de direito determinado, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou

retardar a sua expedição. No mesmo prazo deverão atender as requisições judiciais se outro não

for fixado pelo Juiz.

Parágrafo único – As certidões relativas ao Poder Executivo serão fornecidas pelo

Secretário ou, ocupante de cargo da mesma natureza, de administração da Prefeitura, exceto as

declaratórias de efetivo exercício do cargo de Prefeito, que serão fornecidas pelo Presidente da

Câmara.

CAPÍTULO III

DOS BENS MUNICIPAIS

Art. 96 – Constituem patrimônio do município seus bens móveis, os imóveis,

semoventes, direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao Município.

§ 1º - Pertencem ao patrimônio municipal às terras devolutas que se localizem dentro de

seus limites.

§ 2º - Os bens municipais destinar-se-ão prioritariamente ao uso público, assegurando o

respeito aos princípios e normas de proteção ao meio ambiente, ao patrimônio histórico, cultural

e arquitetônico, garantindo-se sempre o interesse social.

Art. 97 - Todos os bens municipais deverão ser cadastrados, com a identificação

respectiva, numerando-se os móveis segundo o que for estabelecido em regulamento, os quais

ficarão sob a responsabilidade do chefe da secretaria ou diretoria a que forem atribuídos.

Parágrafo único - Em toda a frota motorizada da Prefeitura deve constar, em local bem

visível, os seguintes dados: “PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS -

MT”.

Art. 98 - Os bens patrimoniais do Município deverão ser classificados:

I - pela sua natureza;

II - em relação a cada serviço.

Parágrafo único - Deverá ser feita anualmente, a conferência da escrituração

patrimonial com os bens existentes, e, na prestação de contas de cada exercício, será incluído o

inventário de todos os bens municipais.

Art. 99 - A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público

devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas.

§ 1º - A venda de bens imóveis dependerá sempre de avaliação prévia, de autorização

legislativa e de licitação, na modalidade de concorrência, salvo nos seguintes casos.

I – Fica dispensada de autorização legislativa e de licitação.

a) a alienação, concessão de direito real de uso e cessão de posse, prevista no § 3º do

art. 26 da Lei Federal nº 6.766/79, introduzido pela Lei Federal nº 9.785/99, de imóveis

construídos e destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais de

interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública criados

especificamente para esse fim;

b) venda ao proprietário do único imóvel lindeiro de área remanescente ou resultante de

obra pública, área esta que se tornar inaproveitável isoladamente, por preço nunca inferior ao da

avaliação.

II – independem de licitação os casos de:

a) venda, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração

Pública de qualquer esfera de governo;

b) dação em pagamento;

c) doação, desde que devidamente justificado o interesse público, permitida para outro

órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo ou para entidades de

fins sociais e filantrópicos, vinculada a fins de interesse social ou habitacional, devendo, em

todos os casos, constar da escritura de doação os encargos do donatário, o prazo para seu

cumprimento e cláusula de reversão e indenização;

d) permuta por outro imóvel a ser destinado ao atendimento das finalidades precípuas da

administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde

que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

§ 2º - A alienação de bens móveis dependerá de avaliação prévia e de licitação,

dispensada esta nos seguintes casos:

I – doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação

de sua oportunidade e conveniência socioeconômica, relativamente à escolha de outra forma de

alienação;

II – venda de ações em bolsa, observada a legislação específica e após autorização

legislativa;

III – permuta;

IV – venda de títulos, na forma da legislação pertinente e condicionada à autorização

legislativa;

V – venda de bens produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades da

Administração, em virtude de suas finalidades.

§ 3º - O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará

concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência.

§ 4º - A concorrência a que se refere o parágrafo anterior poderá ser dispensada por lei,

quando o uso se destinar à concessionária de serviço público ou quando houver relevante

interesse público e social, devidamente justificado;

§ 5º - Na hipótese prevista no § 1º, inciso I, letra “b” deste artigo, a venda dependerá de

licitação se existir mais de um imóvel lindeiro com proprietários diversos.

Art. 100 - O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis,

concederá direito real de uso, mediante autorização legislativa e concorrência, dispensada essa

última nas hipóteses previstas na legislação pertinente.

Art. 101 - A aquisição onerosa de bens observará os requisitos da legislação pertinente.

Art. 102 - É proibida a doação, venda ou concessão de uso de qualquer fração de

parques, praças, jardins ou largos públicos, salvo pequenos espaços, à venda de jornais, revistas

ou refrigerantes.

Art. 103 - Os bens municipais poderão ser utilizados por terceiros, mediante concessão,

permissão, autorização e locação social, conforme o caso e o interesse público ou social,

devidamente justificado, o exigir.

§ 1º - A concessão administrativa de bens públicos depende de autorização legislativa e

concorrência e será formalizada mediante contrato, sob pena de nulidade do ato.

§ 2º - A concorrência a que se refere o § 1º será dispensada quando o uso se destinar a

concessionárias de serviço público, entidades assistenciais ou filantrópicas ou quando houver

interesse público ou social devidamente justificado.

§ 3º - Considera-se de interesse social a prestação de serviços, exercida sem fins

lucrativos, voltados ao atendimento das necessidades básicas da população em saúde, educação,

cultura, entidades carnavalescas, esportes, entidades religiosas e segurança pública.

§ 4º - A permissão de uso, que poderá incidir sobre qualquer bem público, independe de

licitação e será sempre por tempo indeterminado e formalizada por termo administrativo.

§ 5º - A autorização será formalizada por portaria, para atividades ou usos específicos e

transitórios, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, exceto quando se destinar a formar

canteiro de obra ou de serviço público, caso em que o prazo corresponderá ao da duração da obra

ou do serviço.

§ 6º - A locação social de unidades habitacionais de interesse social produzidas ou

destinadas à população de baixa renda independe de autorização legislativa e licitação e será

formalizada por contrato.

§ 7º - Também poderão ser objeto de locação, nos termos da lei civil, os imóveis

incorporados ao patrimônio público por força de herança vacante ou de arrecadação, até que se

ultime o processo de venda previsto no §5º do art. 112 desta lei.

§ 8º - O Prefeito deverá encaminhar anualmente à Câmara Municipal relatório contendo

a identificação dos bens municipais objeto de concessão de uso, de permissão de uso e de

locação social, em cada exercício, assim como sua destinação e o beneficiário.

§ 9º - Serão nulas de pleno direito as concessões, permissões, autorizações, locações,

bem como quaisquer outros ajustes formalizados após a promulgação desta lei, em desacordo

com o estabelecido neste artigo.

§ 10º - A autorização legislativa para concessão administrativa deixará de vigorar se o

contrato não for formalizado, por escritura pública, dentro do prazo de (3) três anos, contadas da

data da publicação da lei ou da data nela fixada para a prática do ato.

Art. 104 - Poderão ser cedidos a particulares, para serviços transitórios, máquinas e

operadores da Prefeitura, desde que não haja prejuízos para os trabalhos do Município e o

interessado recolha, previamente, a remuneração arbitrada e assine termo de responsabilidade

pela conservação e devolução dos bens cedidos.

CAPÍTULO IV

DAS OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

Art. 105 - Nenhum empreendimento de obras e serviços do Município poderá ter início

sem prévia elaboração do plano respectivo, no qual, obrigatoriamente, conste:

I - a viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse

comum;

II - os pormenores para a sua execução;

III - os recursos para o atendimento das respectivas despesas;

IV - os prazos para o seu início e conclusão, acompanhados da respectiva justificação.

§ 1º - Nenhuma obra, serviço ou melhoramento, salvo casos de extrema urgência, será

executada sem prévio orçamento do seu custo.

§ 2º - As obras públicas poderão ser executadas pela Prefeitura, por suas autarquias e demais entidades da administração indireta, e, por terceiros, mediante licitação.

Art. 106 - A concessão ou a permissão de serviço público dependerá de autorização

legislativa e contrato precedido de licitação.

§ 1º - Serão nulas de pleno direito as permissões, as concessões, bem como quaisquer

outros ajustes feitos em desacordo com o estabelecido neste artigo.

§ 2º - Os serviços permitidos ou concedidos ficarão sempre sujeitos à regulamentação e

fiscalização do Município, incumbindo, aos que os executem, sua permanente atualização e

adequação às necessidades dos usuários.

§ 3º - O Município poderá retomar, sem indenização, os serviços permitidos ou

concedidos, desde que executados em desconformidade com o ato ou contrato, bem como

aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.

§ 4º - As concorrências para a concessão de serviços públicos deverão ser precedidas de

ampla publicidade, observada a legislação federal pertinente.

Art. 107 - As tarifas dos serviços públicos deverão ser fixadas pelo Executivo, tendo-se

em vista a sua justa remuneração.

Art. 108 - Nos serviços, obras e concessões do Município, bem como nas compras e

alienações, será adotada a licitação, nos termos da lei.

Art. 109 - O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum, mediante

convênio com o Estado, a União ou entidades particulares, bem assim, através de consórcios,

com outros Municípios.

CAPÍTULO V

DA LICITAÇÃO

Art. 110 - Todo e qualquer ato que depender de licitação deverá obrigatoriamente o

gestor do recurso, encaminhar no prazo de (10) dias que anteceder a abertura do processo

licitatório, cópia do Edital à Câmara Municipal.

§ 1º - O não encaminhamento no prazo acima tornará nulo de pleno direito a licitação.

§ 2º - A não observância importará crime de responsabilidade e político-administrativo,

com abertura de processo para cassação de mandato.

CAPÍTULO VI

DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA

SEÇÃO I

DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 111 - São tributos municipais os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria,

decorrentes de obras públicas, instituídas por lei municipal, atendidos os princípios estabelecidos

na Constituição Federal e nas normas gerais de direito tributário.

Art. 112 - São de competência do Município os impostos sobre:

I – propriedade predial e territorial urbana;

II – transmissão, “inter-vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por

natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como

cessão de direitos a sua aquisição;

III – serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência do Estado,

definidos na lei complementar prevista no artigo 146 da Constituição Federal.

§ 1º - O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo, nos termos da lei, de forma

a assegurar o cumprimento da função social.

§ 2º - O imposto previsto no inciso II não incide sobre a transmissão de bens ou direitos

incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre transmissão

de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica,

salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens

ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 3º - A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos a cerca

dos impostos previstos nos incisos III.

Art. 113 - As taxas só poderão ser instituídas por lei, em razão do exercício do Poder de

Polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos, específicos e divisíveis,

prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição pelo Município.

Art. 114 - A contribuição de melhoria poderá ser cobrada dos proprietários de imóveis

valorizados por obras públicas municipais, tendo como limite total a despesa realizada e como

limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 115 -. Sempre que possível os impostos terão caráter pessoal e serão graduados

segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultando à administração municipal,

especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos

individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do

contribuinte.

Parágrafo único – As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

Art. 116 - O Município poderá instituir contribuição a ser cobrada de seus servidores,

para o custeio de sistemas de previdência e assistência social, observada a legislação pertinente.

SEÇÃO II

DA RECEITA E DA DESPESA

Art. 117 - A receita municipal constituir-se-á da arrecadação dos tributos municipais, da

participação em tributos da União e do Estado, dos recursos resultantes do Fundo de Participação

dos Municípios e da utilização de seus bens, serviços, atividades e de outros ingressos.

Art. 118 - Pertencem ao Município:

I – o produto da arrecadação do imposto da União sobre rendas e proventos de qualquer

natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pela administração

direta, autarquia e fundações municipais;

II – cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a

propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis situados no Município;

III – cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a

propriedade de veículos automotores licenciados no território municipal;

IV – vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre

operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte

interestadual e intermunicipal de comunicação.

Art. 119 - A fixação dos preços públicos, devidos pela utilização de bens, serviços e

atividades municipais, será feita pelo Prefeito mediante edição de decreto.

Parágrafo único – As tarifas dos serviços públicos deverão cobrir os seus custos, sendo

reajustáveis quando se tornarem deficientes ou excedentes.

Art. 120 - Nenhum contribuinte será obrigado ao pagamento de qualquer tributo

lançado pela Prefeitura, sem prévia notificação.

§ 1º - Considera-se notificação a entrega do aviso de lançamento no domicílio fiscal do

contribuinte, nos termos da legislação federal pertinente.

§ 2º - Do lançamento do tributo cabe recurso ao Prefeito, assegurado para a

interposição, o prazo de quinze dias contados da notificação.

Art. 121 - A despesa pública atenderá aos princípios estabelecidos na Constituição

Federal e às normas de direito financeiro.

Art. 122 - Nenhuma despesa será ordenada ou satisfeita sem que exista recurso

disponível e crédito votado pela Câmara, salvo a que correr por conta de crédito extraordinário.

Art. 123 - Nenhuma lei que crie ou aumente despesa será executada sem que dela

conste a indicação do recurso para atendimento do correspondente encargo.

Art. 124 - As disponibilidade de caixa do Município, de suas autarquias e fundações e

das empresas por ele controladas serão depositadas em instituições financeiras oficiais, salvo os

casos previstos em lei, podendo ser aplicados no mercado aberto.

SEÇÃO III

DO ORÇAMENTO

Art. 125 - A elaboração e a execução da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Plano

plurianual e do Orçamento Anual obedecerá as regras estabelecidas na Constituição Federal,

Constituição do Estado, na legislação federal aplicável, nas normas de Direito Financeiro, e os

preceitos desta Lei Orgânica.

§ 1º - O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada

bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 2º - A Lei que estabelecer o plano plurianual estabelecerá por distrito, bairro e região,

as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal para as despesas de capital e

outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 3º - A Lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da

administração pública municipal incluído as despesas de capital para o exercício financeiro

subseqüente, orientara a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na

legislação tributaria e estabelecerá a política de fomento.

Art. 126 - Os projetos de lei relativos às diretrizes orçamentárias, ao plano plurianual e

ao orçamento anual e os créditos adicionais serão apreciados pela Comissão Permanente e

Orçamento, a qual caberá:

I – examinar e emitir parecer sobre os projetos e as contas apresentadas anualmente pelo

Prefeito Municipal;

II – examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos e exercer o

acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação das demais Comissões da

Câmara.

§ 1º As emendas serão apresentadas na Comissão, que sobre elas emitirá parecer, e

apreciadas na forma regimental.

§ 2º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem

somente podem ser aprovadas caso:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de

despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço de dívida;

III – sejam relacionados:

a) com a correção de erros ou omissões;

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 3º - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei

orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o

caso, mediante critérios especiais ou suplementares com prévia e específica autorização

legislativa.

§ 4º - As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser

aprovadas quando incompatíveis com o Plano Plurianual.

Art. 127. A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, e

entidades da administração direta e indireta;

II – o orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou

indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela

vinculados, da administração direta e indireta, bem como os fundos instituídos pelo Poder

Público.

Art. 128 - O Prefeito enviará à Câmara Municipal, o Plano Plurianual no (1º) primeiro

ano de sua gestão, durante o mês de abril, bem como anualmente a Lei de Diretrizes

Orçamentária, até o mês de maio e a Lei Orçamentária até o final do mês de agosto.

Parágrafo único – O Prefeito Poderá enviar mensagem à Câmara, para propor a

modificação dos projetos mencionados neste artigo, enquanto não iniciada a votação da parte que

deseja alterar.

Art. 129 - Aplica-se aos projetos de lei de diretrizes orçamentárias, do orçamento anual

e do plano plurianual, no que não contrariar o disposto nesta seção, as regras gerais do processo

legislativo.

Art. 130 - O orçamento será uno, incorporando-se obrigatoriamente, na receita todos os

tributos, rendas e suprimentos de fundos, e incluindo-se discriminadamente, na despesa, as

dotações necessárias ao custeio de todos os serviços municipais.

Art. 131 - A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da

receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de

créditos suplementares e contratação de crédito, ainda que por antecipação da receita, nos termos

da lei.

Art. 132 - São vedados:

I – o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II – a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os

créditos orçamentários ou adicionais;

III – a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de

capital, ressalvadas as autorizadas, mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade

precisa, aprovada pela Câmara Municipal por maioria absoluta.

IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a

destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços

públicos de saúde, bem como a prestação de garantias às operações de créditos por antecipação

de receita, previstas na Constituição Federal e nesta Lei Orgânica;

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e

sem indicação dos recursos correspondentes;

VI – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria

de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII – a utilização, sem autorização legislativa específica de recursos do orçamento

fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e

fundos, inclusive dos mencionados no artigo 124 desta Lei Orgânica;

IX – a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá

ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob

pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em

que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos (4) quatro

meses daquele exercício, caso em que, reaberto nos limites de seus saldos, serão incorporados ao

orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a

despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de calamidade pública.

§ 4º - É permitida a vinculação de receitas e recursos mencionados no art. 167, § 4º da

Constituição Federal, para a prestação de garantia ou contra garantia à União e para pagamento

de débitos para com esta.

Art. 133 - Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias compreendidos os

créditos suplementares e especiais destinados à Câmara Municipal, serlhes-ão entregues até o

dia vinte de cada mês.

Parágrafo único – Os recursos de que trata o *"caput"* deste artigo não poderão ser

superiores aos limites máximos definidos pela Constituição Federal, nem inferiores em relação à

proporção fixada na Lei Orçamentária.

Art. 134 - A despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os

limites estabelecidos em lei complementar federal, observado o limite legal de comprometimento

aplicado a cada um dos Poderes.

Parágrafo único – A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a

criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a

qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações

instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de

despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as

empresas públicas e as sociedades de economia mista.

TÍTULO IV

DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 135 - O Município, dentro de sua competência organizará a ordem econômica e

social, conciliando a liberdade de iniciativa com os superiores interesses da coletividade.

Art. 136 - A intervenção do Município no domínio econômico, terá por objetivo

estimular e orientar a produção, defender os interesses do povo e promover a justiça e

solidariedade sociais.

Art. 137 - Ao Município cumpre assegurar o bem-estar social, garantindo o pleno

acesso de indivíduos, especialmente das pessoas portadores de necessidades especiais, aos bens e

serviços essenciais ao seu desenvolvimento como pessoas humanas e seres sociais.

Art. 138 - O trabalho é obrigação social, garantido a todos os direito ao emprego e à

justa remuneração, que proporcione existência digna na família e na sociedade.

Art. 139 - O Município considerará o capital não apenas como instrumento produtor de

lucro, mas também como meio de expansão econômica e de bem-estar coletivo.

Art. 140 - O Município assistirá os trabalhos rurais e suas organizações legais,

procurando proporcionar-lhes, entre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, crédito

fácil e preço justo, saúde e bem-estar social.

Parágrafo único – São isentas de impostos as respectivas Cooperativas.

Art. 141 - O Município promoverá e incentivará o turismo como fator de

desenvolvimento social e econômico.

Art. 142 - O Município manterá órgãos especializados, incumbidos de exercer ampla

fiscalização dos serviços públicos por ele concedidos e da revisão de suas tarifas.

Parágrafo único – A fiscalização de que trata este artigo compreende o exame contábil

e as perícias necessárias à apuração das inversões de capital e dos lucros auferidos pelas

empresas concessionárias.

Art. 143 - O Município dispensará à microempresa e empresa de pequeno porte, assim

definida em lei federal, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela

simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias ou pela

eliminação ou redução destas, por meio de lei.

CAPÍTULO I

DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 144 - A assistência social, política de seguridade social, que afiança proteção social

como direito de cidadania de acordo com os artigos 203 e 204 da Constituição Federal,

regulamentados pela Lei Federal 8.742/93, deve ser garantida pelo município cabendo-lhe:

I - estabelecer a assistência social no município como política de direitos de proteção

social a ser gerida e operada através de: comando único com ação descentralizada nas regiões

administrativas do município; reconhecimento do Conselho Municipal da Assistência Social e do

Fundo Municipal de Assistência Social dentre outras formas participativas; subordinação a Plano

Municipal de Assistência Social aprovado pelo Conselho Municipal; integração e adequação das

ações estaduais e federais no campo da assistência social no âmbito da cidade; articulação intersetorial

com as demais políticas sociais, urbanas, culturais e de desenvolvimento econômico do

município; manutenção da primazia da responsabilidade pública face às organizações sem fins lucrativos;

II - garantir políticas de proteção social não contributivas através de benefícios,

serviços, programas e projetos que assegurem a todos os cidadãos mínimos de cidadania, além

dos obtidos pela via do trabalho, mantendo sistema de vigilância das exclusões sociais e dos

riscos sociais de pessoas e segmentos fragilizados e sem acesso a bens e serviços produzidos pela

sociedade;

III - regulamentar e prover recursos para manter o sistema não contributivo de

transferência de renda através de benefícios a quem dele necessitar, tais como:

a) para complementação de renda pessoal e familiar;

b) apoio à família com crianças e adolescentes em risco pessoal e social;

c) complementação a programas e projetos sociais dirigidos a adolescentes, jovens,

desempregados, população em situação de abandono e desabrigo;

d) benefícios em caráter eventual para situações de emergência como: decorrentes de

calamidades públicas, morte familiar (auxílio-funeral) e necessidades circunstanciais

consideradas de risco pessoal e social;

e) auxílio-natalidade para famílias mono e multinucleares em situação de risco;

IV - manter diretamente ou através de relação conveniada de parceria rede qualificada

de serviços sócio-assistenciais para acolhida, convívio e desenvolvimento de capacidades de

autonomia aos diversos segmentos sociais, atendendo o direito à eqüidade e ao acesso em

igualdade às políticas e serviços municipais;

V - manter programas e projetos integrados e complementares a outras áreas de ação

municipal para qualificar e incentivar processos de inclusão social;

VI - estabelecer relação conveniada, transparente e participativa com organizações sem

fins lucrativos, assegurando padrão de qualidade no atendimento e garantia do caráter público na

ação;

VII - manter sistema de informações da política de assistência social da cidade,

publicizando e subsidiando a ação do Conselho Municipal, as Conferências Municipais, a rede

sócio-assistencial. Compor tal sistema com: indicadores sobre a realidade social da cidade,

índices de desigualdade, risco, vulnerabilidade e exclusão social; avaliação da efetividade e

eficácia da ação desenvolvida; cadastro informatizado da rede sócio-assistencial da cidade com

acesso pela rede mundial de computadores.

Art. 145 – O Município poderá prestar, de forma subsidiária e conforme previsto em

lei, assistência jurídica à população de baixa renda, podendo celebrar convênios com essa

finalidade.

Art. 146 - O Município garantira à população de baixa renda, na forma da lei, a

gratuidade do sepultamento e dos meios e procedimentos a ele necessários.

Art. 147 - O Município, de forma coordenada com o Estado, procurará desenvolver

programas de combate e prevenção à violência contra a mulher buscando garantir:

I - assistência social, médica, psicológica e jurídica às mulheres vítimas de violência;

II - a criação e manutenção de abrigos para as mulheres e crianças vítimas de violência

doméstica;

Art. 148 - O Município procurará assegurar a integração dos idosos na comunidade,

defendendo sua dignidade e seu bem estar, na forma da lei, especialmente quanto:

I - ao acesso a todos os equipamentos, serviços e programas culturais, educacionais,

esportivos, recreativos, bem como a reserva de áreas em conjuntos habitacionais destinados à

convivência e lazer;

II - a assistência médica geral e geriátrica;

III - a gratuidade do transporte coletivo urbano, para os maiores de 65 (sessenta e cinco)

anos, e aposentados de baixa renda, vedada a criação de qualquer tipo de dificuldade ou

embaraço ao beneficiário;

IV - a criação de núcleos de convivência para idosos;

V - o atendimento e orientação jurídica, no que se refere a seus direitos.

Art. 149 - O Município buscará garantir à pessoa deficiente sua inserção na vida social

e econômica, através de programas que visem o desenvolvimento de suas potencialidades, em

especial:

I - a assistência, desde o nascimento, através da estimulação precoce, da educação

gratuita e especializada, inclusive profissionalizante, sem limite de idade;

II - o acesso a equipamentos, serviços e programas culturais, educacionais, esportivos e

recreativos;

III - a assistência médica especializada, bem como o direito à prevenção, habilitação e

reabilitação, através de métodos e equipamentos necessários;

IV - a formação de recursos humanos especializados no tratamento e assistência das

pessoas com deficiência;

V - o direito à informação e à comunicação, considerando-se as adaptações necessárias.

Art. 150 - O Município deverá garantir aos idosos e pessoas com deficiência o acesso a

logradouros e a edifícios públicos e particulares de freqüência aberta ao público, com a

eliminação de barreiras arquitetônicas, garantindo-lhes a livre circulação, bem como a adoção de

medidas semelhantes, quando da aprovação de novas plantas de construção, e a adaptação

dessas barreiras em veículos coletivos. *Emenda nº 06/08 de 17/12/08*

Art. 151 - O Município estimulará, apoiará, e, no que couber, fiscalizará as entidades e

associações comunitárias que mantenham programas dedicados às crianças, aos adolescentes,

aos idosos e às pessoas com deficiência. *Emenda nº 06/08 de 17/12/08*

Art. 152 - Compete ao Município suplementar, se for o caso, os planos de previdência

social, estabelecidos na lei federal.

CAPÍTULO II

DA SAÚDE

Art. 153 - O Município manterá, com a cooperação técnica e financeira da União e do

Estado, serviço de saúde pública, higiene e saneamento a serem prestados gratuitamente à

população.

§ 1º - Visando a satisfação do direito à saúde, garantido na Constituição Federal, o

Município no âmbito de sua competência, assegurará:

I - acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e

recuperação da saúde;

II - acesso a todas as informações de interesse para a saúde;

III - participação de entidades especializadas na elaboração de políticas na definição de

estratégias de implementação, e no controle de atividades com impacto sobre a saúde pública;

IV - dignidade e qualidade no atendimento.

§ 2º - Para a consecução desses objetivos, o Município promoverá:

I - a implantação e a manutenção da rede local de postos de saúde, de higiene,

ambulatórios médicos, depósitos de medicamentos e gabinetes dentários, com prioridade em

favor das localidades e áreas rurais em que não haja serviços federais ou estaduais

correspondentes;

II - a prestação permanente de socorros de urgência a doentes e acidentados, quando

não existir na sede Municipal serviço federal ou estadual dessa natureza;

III - a triagem e o encaminhamento de insanos mentais e doentes desamparados quando

não seja possível dar-lhes assistência e tratamento com os recursos locais;

IV - a elaboração de planos e programas locais de saúde em harmonia com os sistemas

nacional e estadual dessa área;

V - o controle e a fiscalização de procedimentos, produtos e substâncias de interesse

para a saúde;

VI - a fiscalização e a inspeção de alimentos, compreendido o controle de teor

nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

VII - a participação no controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e

utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radiativos;

VIII - a participação na formulação da política e da execução das ações de saneamento

básico;

IX - o combate ao uso do tóxico.

§ 3º - As ações e serviços do Município serão desconcentrados nos distritos, onde se

formarão Conselhos comunitários de saúde nos termos da Lei Municipal.

§ 4º - A participação popular nos conselhos comunitários de saúde e em outras formas

previstas em lei será gratuita e considerada serviço social relevante.

Art. 154 - O Município aplicará, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde

percentual de no mínimo de 15% (quinze por cento) dos recursos, mas nunca menos que o

equivalente a percentuais e condições estabelecidos na Constituição da República e Lei

Complementar Federal.

Parágrafo único – Os recursos do Município destinados as ações e serviços públicos de

saúde e os transferidos pela união para a mesma finalidade serão aplicados por meio de fundo de

saúde que será acompanhado e fiscalizado por conselho de saúde, sem prejuízo dos demais

sistemas de controle, regidos pela legislação pertinente em vigor.

Art. 155 - Compete ao Município, através do sistema único de saúde, nos termos da lei,

além de outras atribuições:

I - a assistência integral à saúde, utilizando-se do método epidemiológico para o

estabelecimento de prioridades, instituição de distritos sanitários, alocação de recursos

orientação programática;

II - a identificação e o controle dos fatores determinantes e condicionantes da saúde

individual e coletiva, mediante especialmente ações referentes à vigilância sanitária e

epidemiológica, saúde do trabalhador, do idoso, da mulher, da criança e do adolescente, das

pessoas com deficiência, saúde mental, odontológica e zoonoses;

III - permitir aos usuários o acesso às informações de interesse da saúde, e divulgar,

obrigatoriamente, qualquer dado que coloque em risco a saúde individual ou coletiva;

IV - participar da fiscalização e inspeção de alimentos, compreendido inclusive o

controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e água para o consumo humano;

V - participar da fiscalização e controle da produção, armazenamento, transporte,

guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e teratogênicos, bem como de

outros medicamentos, equipamentos imunobiológicos, hemoderivados e insumos;

VI - assegurar à mulher a assistência integral à saúde, pré-natal, no parto e pós-parto,

bem como nos termos da lei federal, o direito de evitar e interromper a gravidez, sem prejuízo

para a saúde, garantindo o atendimento na rede pública municipal de saúde;

VII - resguardar o direito à auto-regulação da fertilidade com livre decisão do homem,

da mulher ou do casal, tanto para exercer a procriação como para evitá-la, provendo meios

educacionais, científicos e assistenciais para assegurá-lo, vedada qualquer forma coercitiva ou de

indução por parte de instituições públicas ou privadas;

VIII - participar, no âmbito de sua atuação, do Sistema Nacional de Sangue,

componentes e derivados;

IX - fomentar, coordenar e executar programas de atendimento emergencial;

X - criar e manter serviços e programas de prevenção e orientação contra entorpecentes,

alcoolismo e drogas afins;

XI - coordenar os serviços de saúde mental abrangidos pelo sistema único de saúde,

desenvolvendo inclusive ações preventivas e extra-hospitalares e implantando emergências

psiquiátricas, responsáveis pelas internações psiquiátricas, junto às emergências gerais do

Município;

XII - fiscalizar e garantir o respeito aos direitos de cidadania do doente mental, bem

como vedar o uso de celas fortes e outros procedimentos violentos e desumanos, proibindo

internações compulsórias, exceto aquelas previstas em lei;

XIII - facilitar, nos termos da lei, a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas

para fins de transplante.

Parágrafo único - O serviço de atendimento médico do Município poderá oferecer ao

usuário, quando possível, formas de tratamento de assistência alternativa, reconhecidas.

CAPÍTULO III

DA FAMÍLIA

Art. 156 - O Município dispensará proteção especial ao casamento e assegurará

condições morais, físicas e sociais indispensáveis ao desenvolvimento, segurança e estabilidade

da família.

§ 1º - Serão proporcionadas aos interessados todas as facilidades para a celebração do

casamento.

§ 2º - A lei disporá sobre a assistência aos idosos, à maternidade e aos excepcionais.

§ 3º - Compete ao Município suplementar a legislação federal e a estadual dispondo

sobre a proteção à infância, à juventude, às pessoas portadoras de necessidades especiais e de

terceira idade, garantindo-lhes o acesso a logradouros, edifícios públicos e veículos de transporte

coletivo.

§ 4º - Para a execução do previsto neste artigo, serão adotadas, entre outras, as seguintes

medidas:

I - amparo às famílias numerosas e sem recursos;

II – promoção de serviços de prevenção e orientação contra os males que são

instrumentos da dissolução da família, bem como de recebimento e encaminhamento de

denúncias referentes à violência no âmbito das relações familiares;

III - estímulo aos pais e às organizações para a formação moral, cívica, física e

intelectual da juventude, incluídos os portadores de necessidades especiais, sempre que possível;

IV - colaboração com as entidades assistenciais que visem o atendimento, a proteção e a

educação da criança;

V - amparo às pessoas da terceira idade, assegurando sua participação na comunidade,

defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida;

VI - colaboração com a União, com o Estado e com outros Municípios para a solução

do problema dos menores desamparados ou desajustados, através de processos adequados de

permanente recuperação.

CAPÍTULO IV

DA CULTURA, DOS ESPORTES E DO LAZER

Art. 157 - O Município estimulará o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras

e da cultura em geral, observado o disposto na Constituição Federal.

§ 1º - Ao Município compete suplementar, quando necessário, a legislação federal e a

estadual sobre a cultura.

§ 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para o

Município.

§ 3º - À Administração Municipal cabe, na forma da lei, a gestão da documentação

governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 4º - Ao Município cumpre proteger os documentos, as obras e outros bens de valor

histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios

arqueológicos.

Art. 158 - Cabe ao Município fomentar práticas desportivas e de lazer, na comunidade,

como direito de cada um, mediante:

I - reserva de espaços verdes ou livres, em forma de parques, bosques, jardins e

assemelhados, como base física de recreação urbana;

II - construção e equipamento de centros poliesportivos e de centros de convivência e

lazer cultural comunal, respeitando o acesso e circulação de pessoas portadoras de deficiência;

III - aproveitamento e adaptação de rios, vales, colinas, lagos, matas e outros recursos

naturais, como locais de passeio e distração.

§ 1º - No tocante às ações a que se refere este artigo, o Município garantirá a

participação de pessoas deficientes, nas atividades desportivas, recreativas e de lazer,

incrementando o atendimento especializado.

§ 2º - O Município destinará do total de sua receita orçamentária, percentual de no

mínimo 2% (dois por cento) ao mês para a manutenção e desenvolvimento de praticas esportivas.

CAPÍTULO V

DA EDUCAÇÃO

Art. 159 - A educação enquanto direito de todos, é um dever do estado e da sociedade e

deve ser baseada nos princípios da democracia, da liberdade de expressão, da solidariedade e do

respeito aos direitos humanos, visando a constituir-se em instrumento do desenvolvimento da

capacidade de elaboração e de reflexão critica da realidade.

Art. 160 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições

públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

Art. 161 - O Município organizará e manterá sistema de ensino próprio com extensão

correspondente às necessidades locais de educação geral e qualificação para o trabalho,

respeitadas as diretrizes e as bases fixadas pela legislação federal e as disposições supletivas da

legislação estadual.

Art. 162 - O dever do Município com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram

acesso na idade própria;

II – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência,

preferencialmente na rede regular de ensino;

III – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

IV – acesso à criação artística, ao esporte, ao lazer, segundo a capacidade de cada um;

V – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VI – atendimento ao educando, no ensino fundamental através de programas

suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

§ 1º - O acesso ao ensino fundamental, obrigatório e gratuito, constitui direito público

subjetivo, podendo qualquer cidadão e o Ministério Público acionar o poder público para exigi-lo

ou promover a competente ação judicial, quando for o caso.

§ 2º - O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Município ou a sua oferta

irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º - Compete ao Município recensear os educandos do ensino fundamental, fazer-lhes

a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

Art. 163 - O ensino oficial do Município será gratuito em todos os níveis e atuará

prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 1º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa

§ 2º - O Município orientará e estimulará, por todos os meios, a educação física nos

estabelecimentos municipais de ensino e particulares que recebam auxílio do Município.

Art. 164 - O ensino é livre á iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I – cumprimento das normas gerais de educação nacional;

II – autorização e avaliação de qualidade pelos órgãos competentes.

Art. 165 - Os recursos do Município serão destinados às escolas públicas, podendo ser

dirigidos às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei federal, que:

I – comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em

educação;

II – assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica

ou confessional ao Município no caso de encerramento de suas atividades.

Parágrafo único – Os recursos de que trata esse artigo serão destinados a bolsas de

estudo para o ensino fundamental, na forma da lei, para que os demonstrarem insuficiência de

recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da

residência do educando, ficando o Município obrigado a investir prioritariamente na expansão de

sua rede na localidade.

Art. 166 - O Município auxiliará, pelos meios ao seu alcance, as organizações

beneficentes, culturais e amadoristas, nos termos da lei, sendo que as amadoristas e as colegiais,

terão prioridade no uso de estádios, campos e instalações de propriedade do Município.

Art. 167 - O Município manterá os professores municipais em nível econômico, social e

moral à altura de suas funções.

Art. 168 - A lei regulará a composição, o funcionamento e as atribuições do conselho

municipal de educação e do conselho municipal de cultura.

Art. 169 -. O Município aplicará, anualmente, nunca menos de 28% (vinte e oito) por

cento da receita resultante de impostos e das transferências recebidas do Estado e da União,

preferencialmente na manutenção e no desenvolvimento da educação básica.

Parágrafo único – Entre as ações que poderão ser financiadas com o percentual de 3%

superior à previsão constitucional de 25%, conforme o caput deste artigo, além daquelas

tipicamente ligadas ao processo de ensino – aprendizagem, incluem-se: a adaptação dos espaços

físicos escolares aos portadores de necessidades especiais; a reforma e ampliação das escolas;

aquisição e preparo de merenda escolar; fornecimento de kits escolares e material didático aos

alunos; financiamento de transporte escolar; realização de programas de avaliação de

desempenho de alunos e professores; oferecimento de cursos e programas de formação

continuada a professores e demais profissionais lotados em estabelecimentos escolares

municipais.

Art. 170 - É da competência comum da União, dos Estados e do Município

proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

CAPÍTULO VI

DA POLÍTICA URBANA

Art. 171 - A política urbana a ser formulada, a ser formulada no âmbito processo de

planejamento municipal, terá por objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da

cidade e o bem-estar de seus habitantes, em consonância com as políticas sociais e econômicas

do Município.

§ 1º - O Plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é instrumento básico da

política de desenvolvimento e expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre a sua função social quando atende às exigências

fundamentais de ordenação da cidade, expressas no plano diretor.

§ 3º - As funções sociais da cidade dependem do acesso de todos os cidadãos aos bens e

serviços urbanos, assegurando-lhes melhores condições de vida e moradia compatíveis com o

estágio de desenvolvimento do Município.

§ 4º - Na promoção da organização de seu espaço territorial, o Município estabelecerá

normas que possibilitarão o crescimento ordenado da cidade, observando-se:

I – o crescimento adequado à preservação dos mananciais de abastecimento;

II – a priorização para ocupação dos vazios urbanos, nos termos do art. 182 da

Constituição Federal;

III – a implementação de um cinturão verde com finalidade sanitária e para

abastecimento do Município;

IV – o mapeamento geotécnico do território municipal, visando à adequação de uso do

solo e a orientação à comunidade.

§ 5º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa

indenização em dinheiro.

Art. 172 - O direito a propriedade é inerente à natureza do homem, dependendo seus

limites e seu uso da conveniência social.

§ 1º - O Município poderá, mediante lei específica, para a área incluída no plano diretor,

exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou

não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsória;

II - imposto sobre propriedade predial e territorial urbana progressiva no tempo;

III - desapropriação, com pagamento mediante título da dívida pública de emissão

previamente aprovada por órgão competente, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas

anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real de indenização e os juros legais.

§ 2º - Poderá também o Município organizar fazendas coletivas, orientadas ou

administradas pelo poder público, destinadas à formação de elementos aptos às atividades

agrícolas.

Art. 173 - Será isento de imposto sobre propriedade predial e territorial urbana o prédio

ou terreno destinado à moradia do proprietário de pequenos recursos que não possua outro

imóvel, nos termos e no limite do valor que a lei fixar.

Art. 174 - O Município promoverá, em consonância com sua política urbana programas

de habitação popular, destinados a melhorar as condições de moradia da população carente do

município, visando à eliminação de afavelamentos.

§ 1º - A ação do Município deverá orientar-se para:

I – ampliar o acesso a lotes mínimos dotados de infra-estrutura básica e servidos

por transporte coletivo, quando for o caso;

II – estimular e assistir, tecnicamente, projetos comunitários e associativos de

construção de habitação e serviços;

III – urbanizar, regularizar e titular as áreas ocupadas por população de baixa renda,

passíveis de urbanização;

§ 2º - Na promoção de seus programas de habitação popular, o município devera

articular-se com os órgãos estaduais, regionais e federais competentes e quando couber,

estimular a iniciativa privada a contribuir para aumentar a ofertar de moradias.

Art. 175 – O município deverá manter articulação permanente com os demais municípios

de sua região e com o Estado, visando à racionalização da utilização dos recursos hídricos e das

bacias hídricas, respeitadas as diretrizes estabelecidas pela União.

Art. 176 - Os sistemas viários e meios de transportes subordinar-se-ão à preservação da

vida humana, à segurança e a conforto dos cidadãos, à defesa da ecologia e do patrimônio

arquitetônico e paisagístico e as diretrizes de uso do solo.

Art. 177 - São isentos de pagamento de tarifas nos transportes coletivos urbanos e

rodoviários, executados diretamente pelo Município ou através de concessão:

a) - pessoas maiores de sessenta e cinco anos mediante apresentação de documento

oficial de identificação;

b) - pessoas de qualquer idade, portadoras de deficiências físicas, sensorial ou

mental;

c) - professores da zona rural, para o seu deslocamento à sede do Município, quando

convocado pela Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO VII

DO MEIO AMBIENTE

Art. 178 - O Município providenciará, com a participação efetiva da população, a

preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, artificial e

do trabalho, atendida as peculiaridades regionais e locais e em harmonia com o desenvolvimento

social e econômico, para assegurar a todos os cidadãos o direito ao meio ambiente

ecologicamente saudável e equilibrado.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público, através de

órgãos próprios e do apoio à iniciativa popular, proteger o meio ambiente, preservar os recursos

naturais, ordenando o seu uso e exploração, e resguardar o equilíbrio do sistema ecológico, sem

discriminação de indivíduos ou regiões, através de política de proteção do meio ambiente,

definida por lei.

§ 2º - Incumbe ainda ao poder público:

I – preservar e restaurar os projetos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico

das espécies e ecossistemas;

II – preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar

as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III – definir, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos,

sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que

comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV – exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente

causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a

que se dará publicidade;

V – controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e

substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização

pública para preservação do meio ambiente;

VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em

risco sua função ecológica, provoquem a extinção das espécies ou submetam os animais a

crueldade.

VIII – distribuir equilibradamente a urbanização em seu território, ordenando o espaço

territorial de forma a construir paisagens biologicamente equilibradas;

IX – solicitar dos órgãos federais e estaduais pertinentes, auxiliando-os no que couber,

ações preventivas e controladoras da poluição e seus efeitos, principalmente nos casos que

possam direta ou indiretamente:

a) prejudicar a saúde, a segurança e o bem estar da população;

b) criar condições inadequadas de uso do meio ambiente para fins públicos,

domésticos, agropecuários, industriais e comerciais;

c) ocasionar danos à flora, à fauna, ao equilíbrio ecológico, às propriedades físicoquímicas

e à estética do meio ambiente;

X – criar ou desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar

e proteger paisagens locais de interesse da arqueologia de modo a garantir a conservação da

natureza e a preservação dos valores culturais de interesse histórico, turístico e artístico.

XI – compatibilizar o desenvolvimento econômico e social do município, com a

preservação, o melhoramento e a estabilidade do meio ambiente, resguardando sua capacidade

de renovação e a melhoria da qualidade de vida;

XII – prevenir e reprimir a degradação do meio ambiente e promover a

responsabilidade dos autores de condutas e atividades lesivas;

XIII – registrar, acompanhar e fiscalizar a concessão de direitos de pesquisa e de

exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

XIV – proibir os desmatamentos indiscriminados, principalmente os das matas ciliares;

XV – combater a erosão de qualquer natureza e promover, na forma da lei, o

planejamento do solo agrícola independentemente de divisas ou limite de propriedades;

XVI – fiscalizar e controlar o uso de agrotóxicos e demais produtos químicos;

XVII – fiscalizar e controlar as atividades de garimpagem, especialmente as de

beneficiamento do ouro que não poderão, em hipótese alguma, comprometer a saúde e a vida

ambiental;

XVIII – controlar e fiscalizar a atividade pesqueira, que só será permitida através da

utilização de métodos adequados da pesca amadora em todos os rios do Município excluído o

uso de redes e tarrafas;

XIX – implantar banco de dados sobre o meio ambiente da região;

XX - exigir a utilização de práticas conservacionistas que assegurem a potencialidade

produtiva do solo;

XXI - incentivar a formação de consórcio de Municípios, visando à preservação e à

conservação dos recursos hídricos da região e à adoção de providências que assegurem o

desenvolvimento e a expansão urbana dentro dos limites que garantam a manutenção das

condições ambientais imprescindíveis ao bem estar da população.

XXII - atender na forma da legislação específica à Curadoria do Meio Ambiente da

Comarca, prioritariamente no transporte urgente de material coletado, destinado a perícia técnica

e deslocamento de pessoal envolvido nas investigações de crimes contra o meio ambiente.

XXIII – promover e manter o inventário e o mapeamento da cobertura vegetal nativa e

dos rios, córregos e riachos, componentes das bacias hidrográficas do Município, visando a

adoção de medidas especiais de proteção, bem como promover o reflorestamento, em especial,

das margens dos rios, visando a sua perenidade.

XXIV – criar o fundo municipal para recuperação ambiental do Município, para onde

serão canalizados os recursos advindos das penalidades administrativas ou indenizações, por

danos causados ao meio ambiente, em áreas protegidas por lei.

§ 3º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente

degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da

lei:

I - a lei definirá os critérios, os métodos de recuperação, bem como as penalidades aos

infratores, sem prejuízo da obrigação de reparar os danos causados;

II - a lei definirá os critérios de recuperação da vegetação em áreas urbanas.

§ 4º - Nas condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, ficarão sujeitos,

os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais e administrativas.

§ 5º - Fica proibida a saída de madeira em toro, de qualquer espécie, para fora do

Município.

Art. 179 - Todo produtor que fizer uso de produtos químicos, construir deposito de lixo

tóxico em sua área de utilização, obedecendo aos padrões estabelecidos pelos órgãos técnicos

oficiais.

Parágrafo único – Os depósitos deverão ser localizados em áreas seguras, longe de

passagem de pessoas ou animais, cursos d'água, moradias, poços e de outros casos onde possam

causar danos ao meio ambiente e à saúde de terceiros.

Art. 180 - Terá preferência para sua exploração a iniciativa privada, eventualmente

proprietária de áreas turísticas, desde que preencha os requisitos legais, e, que essas áreas não

sejam de interesse da comunidade.

CAPITULO VIII

DOS RECURSOS HÍDRICOS

Art. 181 - A Administração Pública manterá o plano municipal de Recursos Hídricos e

instituirá, por lei, sistema de gestão desses recursos, congregando organismos estaduais e

municipais e sociedade civil, assegurando recursos financeiros e mecanismos institucionais

necessários para garantir:

I - a proteção das águas contra ações que possam comprometer o seu uso, atual ou

futuro;

II - a defesa contra eventos críticos, que oferecem riscos à saúde, à segurança e

prejuízos econômicos ou sociais.

III - a obrigatoriedade de inclusão no plano diretor do Município de áreas de

preservação daquelas utilizáveis para abastecimento da população;

IV – o saneamento das áreas inundáveis com restrições a edificações;

V - a manutenção da capacidade de infiltração do solo;

VI – a implantação de programas permanentes de racionalização do uso de água no

abastecimento público e industrial e sua irrigação.

Parágrafo único – Serão condicionados a aprovação prévia por órgãos estaduais de

controle ambiental e de gestão de recursos hídricos, os atos de outorga, pelo Município, a

terceiros, de direitos, que possam influir na qualidade ou quantidade de água, superficiais e

subterrâneas.

Art. 182 - Fica proibido o desmatamento, a descaracterização e qualquer outro tipo de

degradação ao meio ambiente no trecho de cinqüenta metros das margens de todos os rios e

mananciais do Município.

Parágrafo único – Os infratores promoverão a devida recuperação, através dos critérios

e métodos definidos em lei, sem prejuízo da reparação dos danos, eventualmente causados.

Art. 183 - Fica proibido o abastecimento de pulverizador, de qualquer espécie, utilizado

para a aplicação de produtos químicos na agricultura e pecuária, diretamente nos cursos de água

existentes no Município.

TÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 184 - Incumbe ao Município:

I – auscultar, permanentemente, a opinião pública; para isso, sempre que o interesse

público não aconselhar o contrário, os Poderes Executivo e Legislativo divulgarão, com a devida

antecedência, os projetos de lei para o recebimento de sugestões;

II – adotar medidas para assegurar a celeridade na tramitação e solução dos expedientes

administrativos, punindo, disciplinarmente, nos termos da lei, os servidores faltosos;

III – facilitar, no interesse educacional do povo, a difusão de jornais e outras

publicações periódicas, assim como as transmissões pelo rádio e pela televisão.

IV – manter convênio com a iniciativa privada, visando o incremento à especialização

de mão-de-obra, à assistência social, à saúde e aos demais casos de interesse comunitário.

Art. 185 - O Município não poderá dar nome de pessoas a bens e serviços públicos de

qualquer natureza.

Parágrafo único – Para os fins deste artigo, somente após um ano do falecimento,

poderá ser homenageada qualquer pessoa, salvo personalidades marcantes que tenham

desempenhado altas funções na vida administrativa do Município, do Estado e do País.

Art. 186 - Os cemitérios, no Município, terão sempre caráter secular e serão

administrados pela autoridade municipal, sendo permitido a todas as confissões religiosas

praticar neles seus ritos.

Parágrafo único – As associações religiosas e o setor privado poderão na forma da lei,

manter cemitérios próprios, fiscalizados, porém, pelo Município.

Art. 187 - Havendo no Município qualquer desapropriação para fins de assentamento

rural, terão prioridade os trabalhadores rurais sem-terras já domiciliados a pelo menos seis

meses, mediante comprovação no Município.

Art. 188 - As áreas desmatadas, descaracterizadas ou que sofreram qualquer tipo de

degradação, deverão ser recuperadas pelos seus atuais proprietários, através de reflorestamento,

recomposição da vegetação rasteira e outros métodos de soluções técnicas exigidas pelo órgão

público competente, no prazo de até dois anos contados da promulgação desta Lei Orgânica.

Art. 189 - O Município mandará imprimir essa Lei Orgânica nas escolas e entidades

representativas da comunidade, gratuitamente, de modo que se faça a mais ampla divulgação do

seu conteúdo.

Art. 190 - Esta Lei Orgânica aprovada e assinada pelos membros da Câmara Municipal

é promulgada pela Mesa Diretora e entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 191 - Esta Lei Orgânica será revista no prazo compreendido até vinte e oito de

novembro de 2008, data em que deverá ter o seu novo texto promulgado, em sessão solene da

Câmara Municipal, especialmente convocada.

§ 1º - A revisão da Lei Orgânica será amplamente divulgada e aberta à discussão

pública com a sociedade e à participação de seus representantes e lideranças e da população em

geral.

§ 2º - O cronograma de revisão da Lei Orgânica será definido em resolução da Câmara

Municipal.

Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vale de São Domingos-MT, aos 22 de

novembro de 2010.

MESA DIRETORA 2001/2002

SILVIO GOMES DA SILVA - PRESIDENTE

ANÁRIO VICENTE FERREIRA - VICE-PRESIDENTE

ALMERINDO JOSÉ ALVES - 1º SECRETÁRIO

APARECIDO DONIZETE MOURÃO - 2º SECRETÁRIO

VEREADORES:

AILTON DA ROCHA DUARTE

ANTÔNIO JESUS DE MELO

AGNALDO DE JESUS MOURA

JORGE PEREIRA DE SOUZA FILHO

JOSÉ CLÁUDIO DA SILVA

MESA DIRETORA 2009/2010

ALMERINDO JOSÉ ALVES – PRESIDENTE _____

VANILTON RAMOS DA SILVA – VICE-PRESIDENTE_____

JOSÉ EDUARDO DE OLIVEIRA – 1º SECRETÁRIO_____

FABIO DOS SANTOS BEZERRA – 2º SECRETÁRIO_____

VEREADORES:

AILTON DA ROCHA JDUARTE_____

JOSÉ ANTONIO LOPES_____

DANIEL GONZAGA CORREA_____

LINDOMAR BISPO SOBRINHO_____

VALMIRO BORGES GONÇALVES_____

COLABORADORES:

Dr. James Rogério Baptista

Maria Ap. Evangelista Ferreira Souza

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

ATO Nº. 095/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Laurentino Félix Milhomens no cargo em Comissão de Gerente de Unidade de Saúde - DNS 6, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 10 de Janeiro de 2017.

Luiz Antonio Vitorio Soares

Secretário Municipal de Saúde

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE FÉRIAS

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE

EXTRATO DE FÉRIAS

Concede 30 (trinta) dias de férias regulamentares, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar n° 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados, a vigorar a partir de:

Matricula	Servidor	Vínculo	CARGO	Período Aquisitivo	Período de Gozo
510	**JESSE HENRIQUE MOI**	EFETIVO	MOTORISTA	**2014/2015**	01.04.2017 30.04.2017
554	**JOÃO BATISTA RABELO**	EFETIVO	ENCANADOR	**2014/2015**	01.05.2017 30.05.2017

Publique-se, Registre-se e cumpra-se.

Várzea Grande, 11 de JANEIRO de 2017.

RICARDO AZEVEDO ARAUJO

Diretor Presidente DAE/VG.

ATO Nº. 099/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Janete Luzia dos Santos Costa no cargo em Comissão de Assessor Técnico Sup. Defesa Civil – DNS 6, na Secretaria Municipal de Defesa Social, a partir de 12 de Janeiro de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 11 de Janeiro de 2017.

Alexander Torres Maia

Secretário Municipal de Defesa Social

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 096/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Francisca Luzia de Pinho no cargo em Comissão de Pregoeiro – DNS 4, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 10 de Janeiro de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 10 de Janeiro de 2017.

Luiz Antonio Vitorio Soares

Secretário Municipal de Saúde

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA N. 005/2017/GAB/SMECEL/VG/MT

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais torna público a relação nominal dos servidores públicos em gozo regulamentar de férias 2016/2017, consoante a Lei Complementar n.º 3.797/2012.

01 – UNIDADE ESCOLAR: EMEB ARISTIDES POMPEO DE CAMPOS		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Edevanil das Dores Vitalino da Silva	Professora	17/02 a 18/03/17
Erozaine Julieta dos Santos Costa	Professora	17/02 a 18/03/17
Janete de Vasconcelos Pereira	Professora	17/02 a 18/03/17
Janyna Cristyane Rodrigues Simi	Professora	17/02 a 18/03/17
Lenil Joana Lopes	Professora	17/02 a 18/03/17
Nilva da Silva Gonçalves	Professora	17/02 a 18/03/17

Silvia de Souza Cuelho Martins Gomes	Professora	17/02 a 18/03/17
Luciene Domingas Pereira da Silva	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	17/02 a 18/03/17
Maria Auxiliadora Ventura Gonçalves	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	17/02 a 18/03/17
Marta do Prado Ibiapino	TSAE/Técnico em Nutrição Escolar	17/02 a 18/03/17
Rogéria Fátima de Arruda e Silva	TSAE/Técnico em Nutrição Escolar	17/02 a 18/03/17
Sônia Patrícia de Almeida	TSAE/Técnico em Nutrição Escolar	17/02 a 18/03/17
Vandillandes Cacia da Silva	TSAE/Técnico em Nutrição Escolar	17/02 a 18/03/17
Cláudio Agostinho da Silva	TSAE/ Técnico de Manutenção e Segurança da Infraestrutura Escolar	17/02 a 18/03/17
Ivo de Souza Figueiredo	TSAE/ Técnico de Manutenção e Segurança da Infraestrutura Escolar	17/02 a 18/03/17
Tetyjone de Oliveira	TSAE/Técnico de Manutenção e Segurança da Infraestrutura Escolar	17/02 a 18/03/17
02 - SMECEL		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Benedita Rosália Santana	Professora	02/01 a 31/01/17
Joana Ângela da Silva e Silva	Professora	02/01 a 31/01/17
Joanir Irene de Sampaio	Professora	23/12/16 a 21/01/17
Ludemila Izabel Silva da Mata	Supervisora Escolar	02/01 a 31/01/17
Maria Lucia Riato Bezerra	Professora	02/01 a 31/01/17
Maria Olga de Barros	Professora	02/01 a 31/01/17
Marilia de Almeida Ribas	Professora	02/01 a 31/01/17
Roberta Monica Amaral	Professora	02/01 a 31/01/17
Adilson Marques Botelho	Técnico Administrativo Educacional	23/12/16 a 21/01/17
Catarina Benedita de Oliveira Filha	Técnico Administrativo Educacional	23/12/16 a 21/01/17
Heliamar Junia de Castro	Técnico Administrativo Educacional	23/12/16 a 21/01/17
Liliane Martinha do Nascimento	Técnico Administrativo Educacional	02/01 a 31/01/17
02 - SMECEL		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Marcio de Almeida Silva	Técnico Administrativo Educacional	23/12/16 a 21/01/17
Mauricio Francisco da Costa e Silva	Técnico Administrativo Educacional	23/12/16 a 21/01/17
Antônia Gonçalina de Assunção	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Benize Maria de Miranda	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Elcio Dias da Silva	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	02/01 a 31/01/17
João Bosco Botelho	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	02/01 a 31/01/17
Joaquim Vilas Boas	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Licínio Cassio de Almeida	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Miro Santana da Silva	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Jucinei de Campos Silva	TSAE/Técnico de Manutenção e Segurança da Infraestrutura Escolar	02/01 a 31/01/17
03 – UNIDADE ESCOLAR: CMEI JAYR LUIZA DE CAMPOS UNTAR		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Antonieta Augusta da Costa	TSAE/Técnico em Nutrição Escolar	23/12/16 a 21/01/17
04 – UNIDADE ESCOLAR: EMEB JAIME VERISSIMO DE CAMPOS JUNIOR - JAIMINHO		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Criseida Rowena Zambotto de Lima	Professora	02/01 a 31/01/17
Maria de Fátima Gabriel	Professora	02/01 a 31/01/17
Suhmara Untar de Oliveira Pessoa	Professora	02/01 a 31/01/17
05 – UNIDADE ESCOLAR: EMEB GONÇALO DOMINGOS DE CAMPOS		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Gilson Pequeno da Silva	Professor	02/01 a 31/01/17
06 – UNIDADE ESCOLAR: EMEB PROF.ª LUCIA LEITE RODRIGUES		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Monica Boaventura Carvalho	Professora	02/01 a 31/01/17
07 - UNIDADE ESCOLAR: EMEB IRENICE GODOY DE CAMPOS E SILVA		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Efigênia Silva Cury	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/12 a 21/01/17
08 - UNIDADE ESCOLAR: EMEB TENENTE WALDEMIRO DELGADO BERTULIO		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Darlenny Ferreira dos Santos	Professora.	02/01 a 31/01/17
09 - UNIDADE ESCOLAR: EMEB APOLONIO FRUTUOSO DA SILVA		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Emanuelle de Souza Gonçalves Pegoraro	Técnico de Desenvolvimento Educacional Especializado (TDEE)	23/12/16 a 21/01/17
10 - UNIDADE ESCOLAR: EMEB ANTONIO SALÚSTIO AREIAS		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Adriana Roberta Ferreira dos Santos	Professora	04/01/17 a 02/02/17

11 - UNIDADE ESCOLAR: EMEB BIANKA LORENA DA ROCHA CAPILÉ		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Neuza de Souza Carvalho Raymundo	Professora	02/01 a 31/01/17
Maria Terezinha Leite da Silva Oliveira	Professora	02/01 a 31/01/17
12 - UNIDADE ESCOLAR: EMEB TENENTE ABILIO DA SILVA MORAES		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Frank Eduardo Ferreira de Souza	Professor	02/01 a 31/01/17
13 - UNIDADE ESCOLAR: EMEB MARILCE BENEDITA DE ARRUDA		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Sonia Regina de Souza Neves	Professora	02/01 a 31/01/17
14 - UNIDADE ESCOLAR: EMEB BENEDITO ABRAÃO NASSARDEN		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Lidyane Maria da Costa	TSAE/Técnico em Nutrição Escolar	23/12/16 a 21/01/17
15 - UNIDADE ESCOLAR: EMEB ANTONIO GOMES DA CRUZ		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Laize Maria de Miranda Leite	Professora	02/01 a 31/01/17
16 - UNIDADE ESCOLAR: EMEB EMANUEL BENEDITO DE ARRUDA		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Suzanny Catarina Barros Freire de Almeida	Professora Matricula 44431 Matricula 44432	02/01 a 31/01/17
Suzanny Catarina Barros Freire de Almeida	02/01 a 31/01/17	
17 - UNIDADE ESCOLAR: EMEB PROF. PAULO FREIRE		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Devanil Lopes da Costa	Professora	02/01 a 31/01/17
18 - UNIDADE ESCOLAR: EMEB CENTRO EDUCACIONAL ABDALA JOSÉ DE ALMEIDA		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Jucineide da Silva	Professora	02/01 a 31/01/17
19 - UNIDADE ESCOLAR: EMEB PADRE LUIZ MARIA GHISONI		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Silmara Lopes da Costa Feitosa	Professora	02/01 a 31/01/17
Benedita Loadir Pereira Leite	Professora	02/01 a 31/01/17
Luiz Rodrigues	Professor	02/01 a 31/01/17
20 - UNIDADE ESCOLAR: EMEB PROF.ª MARIA JOANA DA SILVA ALMEIDA		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Rosália Batista Marinho	Professora	02/01 a 31/01/17
21 - UNIDADE ESCOLAR: EMEB FAUSTINO ANTONIO DA SILVA		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Gonçalo José Corrêa	Professor	02/01 a 31/01/17
22 - UNIDADE ESCOLAR: EMEB NAPOLEÃO JOSÉ DA COSTA		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Deize Benedita Costa Martins	Professora Matricula 10175	02/01 a 31/01/17
Professora Matricula 10176	02/01 a 31/01/17	
23 - UNIDADE ESCOLAR: CMEI NAIR SACRE		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Leonice Nery de Moraes	Técnico de Desenvolvimento Infantil (TDI)	23/12/16 a 21/01/17
24 - UNIDADE ESCOLAR: CMEI NOSSA SENHORA DA GUIA		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Aparecida de Almeida Sampaio	Professora	02/01 a 31/01/17
25 - UNIDADE ESCOLAR: EMEB NAIR DE OLIVEIRA		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Luzenil Nunes de Souza Silva	Técnico Administrativo Educacional	23/12/16 a 21/01/17
26 - UNIDADE ESCOLAR: CMEI WILSON SODRÉ FARIAS		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Soely Aparecida Dias Paes	Professora	02/01 a 31/01/17
27 - UNIDADE ESCOLAR: EMEB JUVENILIA MONTEIRO OLIVEIRA		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Rosana Fátima de Arruda	Professora	02/01 a 31/01/17
28 - UNIDADE ESCOLAR: EMEB ANTONIA FELIPA DE CAMPOS MARTINS		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Rita de Cássia Silva Lopes	Professora	02/01 a 31/01/17
Elena Rosimara Pires	TSAE/Técnico em Nutrição Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Neide Maria da Silva Sampaio	TSAE/Técnico em Nutrição Escolar	23/12/16 a 21/01/17
29 - UNIDADE ESCOLAR: EMEB EUNICE CÉSAR DE MELLO		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Adriana Regina da Costa Lima	Professora	02/01 a 31/01/17
Daluza Benedita de Arruda	Professora	02/01 a 31/01/17
Edna Rodrigues Paraguassu	Professora	02/01 a 31/01/17
Ivone Aparecida Domingos Gasparetto	Professora Matrícula 20259	02/01 a 31/01/17
Professora Matrícula 82053	02/01 a 31/01/17	
Leunira Bortoli Santa Catarina	Professora	02/01 a 31/01/17
Maria do Socorro dos Santos Rocha	Professora	02/01 a 31/01/17

Maria Lucia de Campos Souza	Professora	02/01 a 31/01/17
Rita Elizabeth Gomes de Lima	Professora	02/01 a 31/01/17
Valdeci Rodrigues da Silva	Professora	02/01 a 31/01/17
Zeniy Sousa do Nascimento	Professora	02/01 a 31/01/17
Nilza Martins de Souza	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Jocildes Pereira Lemes Campos	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Rosana Martins dos Santos	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Edna Veronica de Queiroz	TSAE/Técnico em Nutrição Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Ivone Aparecida Timoteo	TSAE/Técnico em Nutrição Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Marilene Francisca Pinto Sena	TSAE/Técnico em Nutrição Escolar	23/12/16 a 21/01/17
30 - UNIDADE ESCOLAR: EMEB JOSÉ ESTEJO DE CAMPOS		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Adnilse de Souza Santos Siqueira	Professora	02/01 a 31/01/17
Claudia Cristina da Silva	Professora	02/01 a 31/01/17
Edizes Luiza Reveles Pereira	Professora	02/01 a 31/01/17
Gilmar Mussa de Moraes	Professor Matricula 17754	02/01 a 31/01/17
Professor Matricula 17755	02/01 a 31/01/17	
Jane Borges Ribeiro	Professora Matricula 21227	02/01 a 31/01/17
Professora Matricula 82116	02/01 a 31/01/17	
Rosemeire Correa	TSAE/ Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/12/16 a 21/01/17
31 - UNIDADE ESCOLAR: EMEB PROF. ANGELA JARDIM BOTELHO		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Vera Lucia Bernardes Pionedo	Professora	02/01 a 31/01/17
32 - UNIDADE ESCOLAR: CMEI IZABEL PINTO DE CAMPOS		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Laura Verginia da Silva	Professora Matricula 26726	02/01 a 31/01/17
Professora Matricula 26727	02/01 a 31/01/17	
Laurice Gonçalina de Morais Curado	Professora	02/01 a 31/01/17
Sandra Regina Rodrigues de Souza Tudeia	Professora	02/01 a 31/01/17
Daniele Ferreira de Campos	Técnico de Desenvolvimento Infantil (TDI)	23/12/16 a 21/01/17
Estel Miranda da Costa	TSAE/Técnico em Nutrição Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Isis Benicia Pontes	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/12/16 a 21/01/17
33 - UNIDADE ESCOLAR: CMEI MANOEL ANTONIO		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Andréia Cristina Zangari	Professora	02/01 a 31/01/17
Berenice do Espirito Santo Silva	Professora	02/01 a 31/01/17
Claudinice Campos Santos	Professora	02/01 a 31/01/17
Guilhermina Aparecida de M. Mota	Técnico de Desenvolvimento Infantil (TDI)	23/12/16 a 21/01/17
Maria Margarete da Silva	Técnico de Desenvolvimento Infantil (TDI)	23/12/16 a 21/01/17
Naranei Lazzaretti	Técnico de Desenvolvimento Infantil (TDI)	23/12/16 a 21/01/17
Jessica Maria de Amorim	Técnico de Desenvolvimento Educacional Especializado (TDEE)	23/12/16 a 21/01/17
Jucinet da Silva Arruda Figueiredo	TSAE/Técnico em Nutrição Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Dorotea Magalhães da Cruz	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/12/16 a 21/01/17
34 - UNIDADE ESCOLAR: EMEB ANA FRANCISCA DE BARROS		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Elisete Godoy de Campos	Professora	02/01 a 31/01/17
Elizabeth Fátima Silva de Arruda	Professora	02/01 a 31/01/17
Ilma Xavier Siqueira	Professora	02/01 a 31/01/17
Maria Calegari Lopes	Professora	02/01 a 31/01/17
Rita de Cássia Barros Alves	Professora	02/01 a 31/01/17
Silvana Paula de Moraes	Professora	02/01 a 31/01/17
Sônia Luiza Souza Pinheiro	Professora	02/01 a 31/01/17
Ana Neta Alcelmo Araujo	TSAETécnico em Nutrição Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Oswalneide Aparecida Guimarães Zaffani	TSAE/Técnico em Nutrição Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Edinil Martinho de Almeida	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Lourdes Maria de Oliveira	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Lucia Pires da Costa	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/12/16 a 21/01/17
35 - UNIDADE ESCOLAR: EMEB DR. JOÃO PONCE DE ARRUDA		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Aldineia de Oliveira Barbosa	TSAE/Técnico em Nutrição Escolar	23/12/16 a 21/01/17

Joelma Benedita Albues	TSAE/Técnico em Nutrição Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Ascindino Frederico de Moraes	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Izabel Brandão	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/12/16 a 21/01/17
36 - UNIDADE ESCOLAR: EMEB PROF. MARIA BARBOSA MARTINS		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Augusta Marcus Piffer	Professora	14/12/16 a 12/01/17
Flávia Regina Câmara Antunes	Professora	14/12/16 a 12/01/17
Helena Maria da Rosa Arruda	Professora	14/12/16 a 12/01/17
Geórgia Carla de Andrade	ProfessorA	14/12/16 a 12/01/17
Gislene Aparecida da Silva Stoelben	ProfessorA	14/12/16 a 12/01/17
Heleno Brás do Nascimento	Professor	14/12/16 a 12/01/17
Jandira Ferreira da Silva Dias	Professor	14/12/16 a 12/01/17
Regiane Maura de Magalhães	Secretária Escolar	14/12/16 a 12/01/17
Edilene Cristina Neves Alvarenga	TSAE/Técnico em Nutrição Escolar	14/12/16 a 12/01/17
Zedinete Dias de Magalhães	TSAE/Técnico em Nutrição Escolar	14/12/16 a 12/01/17
Luiza Pinheiro da Silva Miranda	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	14/12/16 a 12/01/17
Maluce Rodrigues de Magalhães	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	14/12/16 a 12/01/17
37 - UNIDADE ESCOLAR: EMEB PROF. MARIA DAS GRAÇAS PINTO		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Ana Figueiredo da Silva	Professora	02/01 a 31/01/17
Belma dos Santos Lemes	Professora	02/01 a 31/01/17
Helena Lucia de Aquino	Professora	02/01 a 31/01/17
Ivone Gonçalves da Mota	Professora	02/01 a 31/01/17
Jose Olímpio dos Santos	Professor	02/01 a 31/01/17
Maria Aparecida Lopes dos Santos	Professora	02/01 a 31/01/17
Maria Elba de Souza	Professora	02/01 a 31/01/17
Maria Elizabeth Soares Figueiredo	Professora	02/01 a 31/01/17
Maria Liduina Brito de Abreu	Professora	02/01 a 31/01/17
Nelson Benedito de Campos Curado	Professor Matrícula 36606	02/01 a 31/01/17
Professor Matrícula 36605	02/01 a 31/01/17	
Sandra Adriane de Lima Torres	Professora	02/01 a 31/01/17
Cleber Leite Paz de Barros	Técnico Administrativo Educacional	23/12/16 a 21/01/17
Reginaldo Gabriel de Campos Curado	Técnico Administrativo Educacional	23/12/16 a 21/01/17
Ângela Gonçalves da Silva	Técnico de Desenvolvimento Educacional Especializado	23/12/16 a 21/01/17
Creuza Vieira Mota	TSAE/Técnico em Nutrição Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Ilcrea Correa dos Santos	TSAE/Técnico em Nutrição Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Lais Soares da Silva	TSAE/Técnico em Nutrição Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Solange Pereira da Silva	TSAE/Técnico em Nutrição Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Benedita Bulhões de Figueiredo	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Benedita Maria da Silva	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Claudineth Sezarina Curado José	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Gonçalina de Arruda Campos	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/12/16 a 21/01/17
37 - UNIDADE ESCOLAR: EMEB PROF. MARIA DAS GRAÇAS PINTO		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Maria Albertina da Costa	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Ruth Ferreira da Silva	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Vergílio Paes de Arruda	TSAE/ Técnico de Manutenção e Segurança da Infraestrutura Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Manoel Narciso da Silva	TSAE/ Técnico de Manutenção e Segurança da Infraestrutura Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Ismael Gomes Clarindo	TSAE/Técnico de Manutenção e Segurança da Infraestrutura Escolar	23/12/16 a 21/01/17
38 - UNIDADE ESCOLAR: EMEB JULIO DOMINGOS DE CAMPOS		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Adair Maria da Silva	Professora	02/01 a 31/01/17
Alessandra Aparecida Brustollon Nunes	Professora	02/01 a 31/01/17
Carmindo Candido Augusto	Professor	02/01 a 31/01/17

Claudia Barbosa Camargo Fernandes	Professora	02/01 a 31/01/17
Elair Antônia da Silva Miranda	Professora	02/01 a 31/01/17
Eliana Oliveira Batista da Costa	Professora	02/01 a 31/01/17
Maria Conceição Alves	Professora	02/01 a 31/01/17
Neueli Fortes da Silva	Professora	02/01 a 31/01/17
Roberta Filardi Flores	Professora	02/01 a 31/01/17
Ana Lucia Aparecida do Bonfim	TSAE/Técnico em Nutrição Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Claci Terezinha Kerber	TSAE/Técnico em Nutrição Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Eva Nunes da Silva	TSAE/Técnico em Nutrição Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Sheila Cristina Rodrigues Neves	TSAE/Técnico em Nutrição Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Edimeire Alves da Silva	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Gasiane Durval dos Santos	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/12/16 a 21/01/17

39 - UNIDADE ESCOLAR: CMEI SENADOR JONAS PINHEIRO

SERVIDOR (A)	CARGO	Período Gozo
Benedita Gonçalina de A. Bento	Professora	02/01 a 31/01/17
Enedina R. de Jesus Pereira	Professora	02/01 a 31/01/17
Eurenice dos Reis Gonçalves	Professora	02/01 a 31/01/17
Ivaldete Maria Cadzerski Emmert	Professora	02/01 a 31/01/17
Luiza Barbosa Torres Pereira	Professora	02/01 a 31/01/17
Maria Aparecida de Souza	Professora	02/01 a 31/01/17
Nadja Lannes de Carvalho	Professora	02/01 a 31/01/17
Barbara Geany de Melo Rosa	Técnico de Desenvolvimento Infantil (TDI)	23/12/16 a 21/01/17
Bernadete Marta Correa	Técnico de Desenvolvimento Infantil (TDI)	23/12/16 a 21/01/17
Cacilneia Leite da Silva	Técnico de Desenvolvimento Infantil (TDI)	23/12/16 a 21/01/17
Euzenir Teles de Menezes	Técnico de Desenvolvimento Infantil (TDI)	23/12/16 a 21/01/17
Laenizia Holanda Alencastro	Técnico de Desenvolvimento Infantil (TDI)	23/12/16 a 21/01/17
Marina dos Santos Viana	Técnico de Desenvolvimento Infantil (TDI)	23/12/16 a 21/01/17
Rosangela Aredes Rodrigues	Técnico de Desenvolvimento Infantil (TDI)	23/12/16 a 21/01/17
		23/12/16 a 21/01/17
Urcelina Cristina C. Pereira	Técnico de Desenvolvimento Infantil (TDI)	23/12/16 a 21/01/17
Maria das G. L. Figueiredo	TSAE/Técnico em Nutrição Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Cleide Narciso da Silva	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Elizabeth Dias de Souza	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Julieta Gusmão Martins	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Lidiana Fátima S. de Pinho	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Lucinete Maria dos Santos	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/12/16 a 21/01/17

40 - UNIDADE ESCOLAR: EMEB PROF. LÍBIA DA COSTA RONDON

SERVIDOR (A)	CARGO	Período Gozo
Alzenyr Bambil Flores	Professora	02/01 a 31/01/17
Angélica Satsuki Kimura	Professora	02/01 a 31/01/17
Giana Paula Silva Campos	Professora	02/01 a 31/01/17
Gonçalina Josefa de Oliveira	Professora	02/01 a 31/01/17
Ivone Maria Pereira Fonseca	Professora	02/01 a 31/01/17
Maria Auxiliadora do Nascimento	Professora	02/01 a 31/01/17
Maria das Graças dos Santos e Silva	Professora	02/01 a 31/01/17
Regina Célia Gonçalves de Matos	Professora	02/01 a 31/01/17
Tereza Cristina Wurm Zanquetti	Professora	02/01 a 31/01/17
Vânia Rita de Souza Moura	Professora	02/01 a 31/01/17
Jucélia da Costa Félix	TSAE/Técnico em Nutrição Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Gilceli Batista da Silva	TSAE/Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/12/16 a 21/01/17

41 - SMECEL/REDIMENSIONADOS

SERVIDOR (A)	CARGO	Período Gozo
Emerson José de Souza	Professor	02/01 a 31/01/17
Maristela Benedita da Costa Machado	Professora	02/01 a 31/01/17
Gilberto da Cruz Rodrigues da Silva	Professor	02/01 a 31/01/17
Marines Pereira Cardoso	Professora	02/01 a 31/01/17
Leiva Coleta Santiago	Professora	02/01 a 31/01/17
Ademir Martins de Oliveira	Professor	02/01 a 31/01/17

Alinor Felix de Miranda Filho	Professor	02/01 a 31/01/17
Tereza Gomes da Cunha	Professora	02/01 a 31/01/17
Joerson Mario da Silva	Professor	02/01 a 31/01/17
Rosa Santana Silva	Professora	02/01 a 31/01/17
Luzinete Aparecida Rodrigues Batista	Professora	02/01 a 31/01/17
Marlene Leite Soares	Professora	02/01 a 31/01/17
Mara Rosane Batirola da Silva	Professora	02/01 a 31/01/17
Evandro Morales Fernandes	Professor	02/01 a 31/01/17
Eden da Silva Pulcherio	Professor	02/01 a 31/01/17
Paula Beatriz Lima da Silva	ProfessorA	02/01 a 31/01/17
Luís Macedo dos Santos	Professor	02/01 a 31/01/17
Eclayr Lima	Professora	02/01 a 31/01/17
Cibele Antônia de Souza Rodrigues	Professora	02/01 a 31/01/17
Maria Celeste Barros Saraiva	Professora	02/01 a 31/01/17
Jacqueline Rocha do Nascimento	Professora	02/01 a 31/01/17
Aparecida Imada	Professora	02/01 a 31/01/17
Elaine Cristina de Arruda e Silva	Professora	02/01 a 31/01/17
Sandra da Penha Fagundes	Professora	02/01 a 31/01/17
Robertson Felix Maia Dias	Professor	02/01 a 31/01/17
Roberto Oliveira Souza	Professor	02/01 a 31/01/17
Luciana Almeida de Campos Leite Oliveira	ProfessorA	02/01 a 31/01/17
42 - UNIDADE ESCOLAR: CMEI MANOEL ROSA DE FIGUEIREDO		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Josefina Maria da Silva	Professora	02/01 a 31/01/17
Solange Deize da Costa	Professora	02/01 a 31/01/17
Deize Aparecida Benevides	Técnico de Desenvolvimento Infantil (TDI)	09/01/17 a 07/02/17
Laryssa Fontes Peixoto	Técnico de Desenvolvimento Infantil (TDI)	23/12/16 a 21/01/17
Glória Gonçalina Curado	TSAE/Técnico em Nutrição Escolar	23/12/16 a 21/01/17
Claumide Rodrigues	TSAE/ Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/12/16 a 21/01/17
43 - UNIDADE ESCOLAR: EMEB FAUSTINO ANTONIO DA SILVA		
SERVIDOR (A)	**CARGO**	**Período Gozo**
Edilde Benedita da Silva	Professora	23/01 a 21/02/17
Jeremias Batista Rodrigues	Professor	23/01 a 21/02/17
Julio Pereira de Moura	Professor	02/01 a 31/01/17
Luzinete Maria Gomes	Professora Matrícula 82091	23/01 a 21/02/17
Professora Matrícula 30001	23/01 a 21/02/17	
Maria Ivanete Mendes de Oliveira	Professora	23/01 a 21/02/17
Wanda Cecília Correa de Mello	Professora	02/01 a 31/01/17
Eny Maria Alves	TSAE/Técnico em Nutrição Escolar	23/01 a 21/02/17
Flávia Regina Tuão	TSAETécnico em Nutrição Escolar	23/01 a 21/02/17
Rosana Aparecida Gabana Queiroz Rosa	TSAE/Técnico em Nutrição Escolar	23/01 a 21/02/17
Elezil Benedita da Silva	TSAE/ Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/01 a 21/02/17
Maria José de Lino	TSAE/ Técnico de Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar	23/01 a 21/02/17

CGP/RH/SMECEL

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Várzea Grande, 11 de janeiro de 2017.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Catarina Sena Barros de Toledo

Subsecretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

ATO Nº. 098/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Marilza Ferreira de Santana do cargo em Comissão de Assessor Técnico Sup. Defesa Civil - DNS 6, da Secretaria Municipal de Defesa Social, a partir de 12 de janeiro de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 11 de Janeiro de 2017.

Alexander Torres Maia

Secretário Municipal de Defesa Social

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 094/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Francisca Luzia de Pinho do cargo em Comissão de Coordenador Técnico de Planejamento Estratégico - DNS 4, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 10 de Janeiro de 2017.

Luiz Antonio Vitorio Soares

Secretário Municipal de Saúde

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 093/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Jovane Cristina Tomazi do cargo em Comissão de Gerente Centro de Saúde Jardim Imperial - DNS 6, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 10 de Janeiro de 2017.

Luiz Antonio Vitorio Soares

Secretário Municipal de Saúde

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE FÉRIAS

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE

EXTRATO DE FÉRIAS

Concede 30 (trinta) dias de férias regulamentares, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar n° 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados, a vigorar a partir de:

Matricula	Servidor	Vínculo	CARGO	Período Aquisitivo	Período de Gozo
560	**MACIEL RODRIGUES DE ARRUDA**	COMISSIONADO	GERENTE DISTRIBUIÇÃO MANOBRA	**2014/2015**	01.02.2017 02.03.2017
1923	**SYLVIA MIRANDA CARVALHO**	CONTRATADO	AUXILIAR SANEAMENTO	**2015/2016**	01.02.2017 02.03.2017

Publique-se, Registre-se e cumpra-se.

Várzea Grande, 11 de JANEIRO de 2017.

RICARDO AZEVEDO ARAUJO

Diretor Presidente DAE/VG.

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE FÉRIAS

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE

EXTRATO DE FÉRIAS

Concede 30 (trinta) dias de férias regulamentares, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar n° 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados, a vigorar a partir de:

Matricula	Servidor	Vínculo	CARGO	Período Aquisitivo	Período de Gozo
1205	**OSMAR ALVES DA SILVA**	EFETIVO	DIRETOR CONTÁBIL	**2014/2015**	**01.03.2017 30.03.2017**
1412	**ANTONIO DO ESPIRÍTO SANTO**	COMISSIONADO	CHEFE DPTO SEGURANÇA	**2014/2015**	**01.03.2017 30.03.2017**

Publique-se, Registre-se e cumpra-se.

Várzea Grande, 11 de JANEIRO de 2017.

RICARDO AZEVEDO ARAUJO

Diretor Presidente DAE/VG.

ATO Nº 039/2017

A PREFEITA MUNICIPAL DE VÀRZEA GRANDE, *LUCIMAR SACRE DE CAMPOS*, brasileira, portadora do RG nº 0249873-1 SSP/SP e do CPF Nº 078.334.311-68, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal n°. 1.164/1991- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, e;

Considerando o contido no Processo Administrativo Disciplinar N° 007/2015, instaurado pela Portaria nº 1025/CPSPAD/SAD/2016, de 23/03/2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios - AMM, cujo julgamento final se deu no dia 29/12/2016;

RESOLVE:

ACOLHER, em todos os seus termos, o relatório proferido pela Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares por

estar o mesmo de acordo com as provas dos autos, e JULGAR que o servidor WILSON RIGOLIN, matricula 47608, Bioquímico, incorreu na infração estatutária de abandono de cargo, tipificada no artigo 148 da Lei Complementar Municipal n° 1.164/91, para APLICAR-LHE A PENA DISCIPLINAR DE DEMISSÃO.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes.

Várzea Grande-MT, 04 de janeiro de 2017.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA N. 004/2017/GAB/SMECEL/VG.

Retifica a Portaria n. 0117/2016/GAB/SMECEL/VG, especialmente no anexo I e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º- Retificar o anexo I da Portaria n. 117/2016/GAB/SMECEL/VG, item 44. Unidade Escolar Antônio Salústio Areias.

Onde se Lê:

Laura Patricia Pinto de Miranda	Professor (a). **Matricula nº 14212**	02/01 a 31/01/17
Laura Patricia Pinto de Miranda	Professor (a). **Matricula nº 14213**	02/01 a 31/01/17

Leia-se:

Laura Patricia Pinto de Miranda	Professor (a). **Matricula nº 82.034**	02/01 a 31/01/17

Artigo 2º- Tornar sem efeito as férias da professora Elizete Maria Szinwelski, na Portaria retro de 02/01 a 31/01/2017, que será gozada em tempo oportuno.

Artigo 3°- Esta Portaria entra em vigência na data de sua publicação.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Várzea Grande, 11 de janeiro de 2017.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

CATARINA SENA BARROS DE TOLEDO

***Subsecretária* Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.**

ATO Nº. 121/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Glaucia Maria de Oliveira Souza do cargo em Comissão de Coordenador de Operações – DNS 4, na Secretaria Municipal de Viação e Obras, a partir de 10 de janeiro de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 11 de Janeiro de 2017.

Luiz Celso Morais de Oliveira

Secretário Municipal de Viação e Obras

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA N° 005/2017

PORTARIA N° 005/2017

Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto - DAE-VG, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta na Lei n°1.164/91 art.97,conforme Parecer do Procurador Jurídico n°002/2017/JUR/DAEVG**.**

RESOLVE:

Art.1°- Conceder em favor do Servidor **LUCIANO DOS SANTOS QUEIROZ**, mat.**n°547** lotado na Diretoria de Produção, exercendo o cargo de motorista, a licença prêmio assiduidade, referente a **01** (um) quinquênio período de **01.08.2006/2011**, sendo que o mesmo irá gozar **03** (três) meses no período de **01.02.2017 a 01.04.2017.**

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 11 de Janeiro de 2017.

RICARDO AZEVEDO ARAUJO

Diretor Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PORTARIA N. 049/2017

"NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **GÉZIO DE JESUS,** brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Vila São Jose k-8, município de Vila Bela da Ss Trindade – MT, portador da Cédula de Identidade nº 15020070 SSP/MT e CPF nº 004382. 341-62, para exercer o cargo de provimento em comissão de **ADMINISTRADOR DE TRIBUTOS,** Símbolo CC-1, a contar do dia 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos ao dia 02 de janeiro de 2017, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZ DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N. 048/2017

"DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER, TEMPORARIAMENTE, OUTRA FUNÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

***WAGNER VICENTE DA SILVEIRA*, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,**Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, por acordo mútuo e Conveniência da Administração Municipal a servidora efetiva no cargo de **Agente Administrativo DANIELE**

KELEN GONÇALVES, brasileira, residente e domiciliado a Rua Conde de Azambuja, s/nº, Centro, município de Vila Bela da Ss Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade RG: nº 14273683 SSP/MT e CPF nº 950. 582.571-49, para exercer o cargo em comissão de **GERENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO, SÍMBOLO CC-3, a contar desta data.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZ DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N. 052/2017

"NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **LUCILA FRAZÃO DE ALMEIDA,** brasileira, residente e domiciliada a Rua Conde de Azambuja, s/nº, Centro, município de Vila Bela da Ss Trindade – MT, portadora do RG.: 1408973-4SSP/MT e CPF.: 487.185.801-49, para exercer o cargo de provimento em comissão de **GERENTE DE DIVISÃO DE COMPRAS, Símbolo C. C.3**, a contar do dia 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos ao dia 02 de janeiro de 2017, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N. 051/2017

"NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **VERA LÚCIA MATOS GOMES,** brasileira, residente e domiciliada no bairro Jardim Aeroporto, Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portadora do RG: 0267.180-8 SSP/MT e CPF: 292.924.171-34, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Coordenadora Pedagógica do Centro de Educação Infantil Primeiros Passos,** a contar do dia 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.050/2017

"DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE SERVIDOR PARA A DEFENSORIA PÚBLICA DE VILA BELA Ss. TRINDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cedida a servidora **MARIA APARECIDA PEREIRA DE ALMEIDA,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo**, Matrícula 3.348,** portadora da Cédula de Identidade nº 1114044 SSP/MT e CPF nº 568.345.601-06, para prestar serviços junto a Defensoria Pública de Vila Bela da Ss. Trindade, a partir desta data, até 31 de dezembro de 2017, conforme a Lei nº 1.274/2016 de 02 de junho de 2016, que autoriza a Cedência.

Art. 2° - As atribuições, local de expediente, horário e os atos praticados pela servidora cedida serão regulamentados e fiscalizados pela Defensoria Pública.

Parágrafo único – Para os fins deste artigo, o servidor cedido ficará lotado na **Defensoria Pública de Vila Bela da Ss. Trindade**, onde desempenhará suas atribuições em tempo integral.

Art. 3º - Expirado o prazo de que trata o artigo anterior, far-se-á imediata devolução da referida servidora a esta Administração Municipal, o qual deverá se apresentar ao respectivo órgão municipal de lotação, para reassumir o exercício regular de suas funções.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZ DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N. 044/2017

"DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER, TEMPORARIAMENTE, OUTRA FUNÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

***WAGNER VICENTE DA SILVEIRA*, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,**Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, por acordo mútuo e Conveniência da Administração Municipal a servidora efetiva no cargo de **Técnica em enfermagem a** Srª **MARLETE MARIA AURELIANO DOS SANTOS SILVA,** brasileira, residente e domiciliada no na rua Oscar Soares, Centro no município de Vila Bela da Ss Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade nº 614454 SSP/MT e CPF nº **433.131.241-00**, eleita através de eleição realizada no dia **25/11/2016**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Diretora da Escola Municipal Ricardo Franco**, a contar do dia 09 de janeiro de 2017, data, para o biênio 2017/2018.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.045/2017

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar **ELIZABETH SIPRIANO DA SILVA,** brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Paraná, s/n, Bairro jardim Aeroporto, Vila Bela da Ss Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade nº 000816143 SSP/MS e CPF nº 696.591.331-20, do cargo de provimento em comissão de **GERENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO** Símbolo CC-3, a contar do dia 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos ao dia 09 de janeiro de 2017, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZ DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N. 046/2017

"DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER, TEMPORARIAMENTE, OUTRA FUNÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

***WAGNER VICENTE DA SILVEIRA*, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,**Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, por acordo mútuo e Conveniência da Administração Municipal a servidora efetiva no cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais **ELIZETE BISPO DE OLIVEIRA,** brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Pouso Alegre, s/nº, município de Vila Bela da Ssª Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade **nº 2.008.410-2 SSP/MT** e **CPF nº 825.308.662-87**, para exercer a função de **Agente Administrativo** junto a Secretaria de Assistência Social e Trabalho, **a contar desta data.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZ DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.047/2017

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO A TITULO PRODUTIVIDADE A SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ PROVIDÊNCIAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando as disposições da Lei 558/1999.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica o servidor **JORGE GONÇALVES,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 6451974-3 e inscrito no CPF nº. 947.687. 901-78, designado para alem da função de **Agente Administrativo**, exercer a função de **Coordenador do Programa Bolsa Família** junto a Secretaria Municipal de Ação Social, em virtude de assiduidade, dedicação exemplar em seus serviços e confiabilidade.

Parágrafo único – Os serviços a serem executados pela servidora serão nas dependências da Secretaria Municipal de Ação Social, Centro, em comunidades rurais, de acordo com as ordens de serviços do representante do Executivo Municipal.

Art. 2º - Pelo exercício do Cargo de Chefia, fica concedida uma função gratificada no percentual de **40%**, sobre o salário base, nos termos que dispõe o Artigo 40 da lei Municipal 558/99.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZ DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

PORTARIA N.043/2017

"DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS"**.**

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora municipal, **FRANCISCA ANA DA SILVA,** brasileira, residente e domiciliada no município de Vila Bela da Ss Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade RG: n. 161669-2 SSP/MT e CPF nº 826.591.094-00, lotada no cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, para nos termos do artigo 67 da lei 8.666/93, exercer a função de Fiscalização e Acompanhamento de todos os contratos da **Secretaria Municipal de Saúde** firmado com a prefeitura**.**

Parágrafo Único – A servidora acima designada terá como atribuição: acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no contrato e seus aditivos, bem como comunicar as irregularidades eventualmente constatadas ao Secretário de Administração e Fazenda.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZ DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE
PORTARIA Nº 017/2017

PORTARIA Nº 017/2017

"REVOGASSE A PORTARIA Nº 012/2017 DE 04 DE JANEIRO DE 2017 DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE – MT".

O Presidente da Câmara Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade MT., no uso das atribuições legais,que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a **Portaria nº 012/2017 de 04 de janeiro de 2017.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor retroagindo a 04 de janeiro de 2017 tornando sem efeito a portaria acima mencionada.

Vila Bela da Ss. Trindade – MT, 11 de Janeiro de 2017.

FLAVIO FERREIRA DE SOUZA

PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO

ATO DELEGATÓRIO

Ofício GB. nº 006/2017 Vila Bela da Ssª Trindade – MT, 10 de janeiro de 2017.

Ato delegatório

AO BANCO DO BRASIL S.A.

AGENCIA 1095-2 Vila Bela da Ss. Trindade/MT

PODERES PARA MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS – Solicitamos o cadastramento dos poderes abaixo relacionados, para movimentação das contas da PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA ADA Ss. TRINDADE/MT – CNPJ: 03.214.160/0001-21, abaixo discriminados.

Conforme **Portaria n.º 016/2017** de nomeação da Tesoureira Marcia Fernandes da Silva Redivo, que delega poderes para assinar toda e qualquer movimentação bancária em nome do Município de Vila Bela da Ssª Trindade – MT, considerando o contido no **art. 63 inciso VI**, da Lei Orgânica da qual compete poderes para "movimentar os recursos financeiros".

OUTORGADOS: Assinatura Obrigatória (SIM / NÃO)

MÁRCIA FERNANDES DA SILVA REDIVO – CPF – 085.274. 448-01_____

AGÊNCIA: 1095-2

Contas Vinculadas aos CNPJ n.º: **13.988.836/0001-98**; **11.540.349/0001-32, 10.630.626/0001-35** e **03.214.160/0001-21** da PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA ADA Ss. TRINDADE/MT.

LISTA DE PODERES:

009	**EMITIR CHEQUES**
010	**ABRIR CONTAS DE DEPOSITO**
011	**AUTORIZAR COBRANCA**
018	**UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES**
020	**RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO**
026	**SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS**
027	**REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES**
030	**EFETUAR TRANSFERÊNCIAS E PAGAMENTOS POR QUALQUER MEIO**
031	**AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERACOES**
036	**RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS**
038	**ENDOSSAR CHEQUE**
094	**SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES**
095	**CANCELAR CHEQUES**
096	**BAIXAR CHEQUES**
098	**EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS**
099	**CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS**
104	**EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO**
105	**EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO**
117	**EFETUAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO RPG**
119	**LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO/AASP**
126	**EMITIR COMPROVANTES**
128	**EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE- MEIO ELETRONICO**
133	**ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO**
149	**ASSINAR INSTRUMENTO DE CONVÊNIO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Atenciosamente,

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA ADA Ss. TRINDADE/MT

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N. 042/2017

"DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER, TEMPORARIAMENTE, OUTRA FUNÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

***WAGNER VICENTE DA SILVEIRA*, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,**Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, por acordo mútuo e Conveniência da Administração Municipal a servidora efetiva no cargo de Professora Pedagoga**VILMA SOARES DA SILVA**,portadora do RG: 729.461 SSP/MT e CPF: 571.785. 501-04, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Diretora Centro de Educação Infantil Aviãozinho,** Símbolo CC-2, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N. 041/2017

"NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **WALTER BRAGA MARTINS,** brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Gleba Ricardo Franco, município de Vila Bela da Ss Trindade – MT, portador da Cédula de Identidade nº 156.190-79 SSP/MT e CPF nº 001.503.971-43, para exercer o cargo de provimento em comissão de **DIRETOR REGIONAL DE SAÚDE DA VILA RICARDO FRANCO – ZONA RURAL,** Símbolo CC-2, a contar do dia 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos ao dia 02 de janeiro de 2017, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.040/2017

"DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER, TEMPORARIAMENTE, OUTRA FUNÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, por acordo mútuo e Conveniência da Administração Municipal o servidor efetivo no cargo de Operador de ETA, **ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Projetada II nº 36, município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portador da Cédula de Identidade nº **14.60537-6** SSP/MT e CPF nº **972.790.991-49**, para exercer a função de **Administrador de Licitação e Contrato, símbolo C.C.1,** nos termos que dispõe no Art. 3º, Inciso II - Anexo IV, da lei Municipal 558/99, a contar do dia 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos ao dia 02 de janeiro de 2017, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

PORTARIA N. 039/2017

"DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER, TEMPORARIAMENTE, OUTRA FUNÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

***WAGNER VICENTE DA SILVEIRA*, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,**Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, por acordo mútuo e Conveniência da Administração Municipal a servidora efetiva no cargo de Professora Pedagoga **SUZANA LEONEL MONTEIRO,** brasileira, residente no Município de Vila Bela da Ssª Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade nº 10947272 SSP/MT e CPF nº 858.336.731-00, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Diretora Centro de Educação Infantil Tia Nastácia,** Símbolo CC-2, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

ATO DELEGATÓRIO

Ofício GB. nº 007/2017 Vila Bela da Ssª Trindade – MT, 10 de janeiro de 2017.

Ato delegatório

AO BANCO DO BRASIL S.A.

AGENCIA 1095-2 Vila Bela da Ss. Trindade/MT

PODERES PARA MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS – Solicitamos o cadastramento dos poderes abaixo relacionados, para movimentação das contas do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Vila Bela da Ss. Trindade – (PREVILA) – CNPJ: 10.630.626/0001-35, abaixo discriminados.

Conforme **Portaria n.º 016/2017** de nomeação da Tesoureira Marcia Fernandes da Silva Redivo, **Portaria n.º 015/2017** de nomeação da Secretária de Administração e Finanças Marta Meire da Costa Lima, que delega poderes para assinar toda e qualquer movimentação bancária em nome do Fundo Municipal de Vila Bela da Ssª Trindade – MT – (PREVILA), considerando o contido no **art. 70**, da Lei nº. 688/2005 da qual compete poderes para "movimentar os recursos financeiros".

OUTORGADOS: Assinatura Obrigatória (SIM / NÃO)

MÁRCIA FERNANDES DA SILVA REDIVO – CPF – 085.274. 448-01_____

MARTA MEIRE DA COSTA LIMA – CPF – 199.820. 892-34_____

AGÊNCIA: 1095-2

Conta Vinculada ao CNPJ: nº. **10.630.626/0001-35** do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Vila Bela da Ss. Trindade – (PREVILA).

LISTA DE PODERES:

009	EMITIR CHEQUES
010	ABRIR CONTAS DE DEPOSITO
011	AUTORIZAR COBRANCA
018	UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES
020	RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO
026	SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS
027	REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES
030	EFETUAR TRANSFERÊNCIAS E PAGAMENTOS POR QUALQUER MEIO
031	AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERACOES
036	RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS
038	ENDOSSAR CHEQUE
094	SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES
095	CANCELAR CHEQUES
096	BAIXAR CHEQUES
098	EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS
099	CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS
104	EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO
105	EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO
117	EFETUAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO RPG
119	LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO/AASP
126	EMITIR COMPROVANTES
128	EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE- MEIO ELETRONICO
133	ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO
149	ASSINAR INSTRUMENTO DE CONVÊNIO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Atenciosamente,

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA ADA Ss. TRINDADE/MT

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

---------- ----------

PORTARIA N.038/2017

"DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS"**.**

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora municipal, **DANIELE KELEN GONÇALVES CRUZ,** brasileira, residente e domiciliado a Rua Conde de Azambuja, s/nº, Centro, município de Vila Bela da Ss Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade RG: nº 14273683 SSP/MT e CPF nº 950.582.571-49, lotada no cargo efetivo de Agente Administrativo, para nos termos do artigo 67 da lei 8.666/93, exercer a função de Fiscalização e Acompanhamento de todos os contratos da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO** firmado com a prefeitura**.**

Parágrafo Único – A servidora acima designada terá como atribuição: acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no contrato e seus aditivos, bem como comunicar as irregularidades eventualmente constatadas ao Secretário de Administração e Fazenda.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE
PORTARIA Nº 016/2017

PORTARIA Nº 016/2017

"NOMEAR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM QUE ESPECIFICA".

FLAVIO FERREIRA DE SOUZA, Presidente do Poder Legislativo municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **MICHELL LEITE COELHO,** brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, na Avenida São Luiz, Bairro: Centro, município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portador do RG.: 564.243 SSP/RO e CPF.: 626.115.002-82, nomeando no cargo de provimento em comissão de **Assessor Contábil da Câmara Municipal de Vila Bela – MT.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

.

Vila Bela da Ss. Trindade – MT, 09 de Janeiro de 2017.

FLAVIO FERREIRA DE SOUZA

PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO

DECRETO N. 001/2017

"DISPÕE SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

Considerando o disposto no inciso VII do artigo 7º da Constituição Federal;

Considerando o disposto no Decreto n.º 8.948 de 29 de dezembro de 2016, edita o seguinte **DECRETO**:

Art. 1°. A partir de 1o de janeiro de 2017, o valor do salário mínimo no âmbito da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT será de **R$ 937,00** (novecentos e trinta e sete reais).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no **caput**, o valor diário do salário mínimo corresponderá a **R$ 31,23** (trinta e um reais e vinte e três centavos) e o seu valor horário a **R$ 4,26** (quatro reais e vinte e seis centavos).

Art. 2°. A partir de 1º de janeiro de 2017, não terão valor inferior a **R$ R$ 937,00** (novecentos e trinta e sete reais), o salário bruto dos servidores públicos pago pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA Ss. TRINDADE/MT**.

Parágrafo único. Havendo salário de algum servidor Municipal abaixo do valor descrito no CAPUT deste artigo, deverá ser pago a diferença de complemento constitucional, até o limite do valor do presente CAPUT.

Art. 4°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS do mês de JANEIRO de dois mil E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO DE VILA BELA

PORTARIA N. 053/2017

"NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **ADRIANA APARECIDA FERREIRA SILVEIRA MELLO** brasileira, residente e domiciliada a Rua Municipal, 743, Centro, município de Vila Bela da Ss Trindade – MT, portadora do RG.: 711.958 SSP/MT e CPF.: 567.613.251-53, para exercer o cargo de provimento em comissão de **ADMINISTRADORA DO CRAS, Símbolo C. C.1**, **a contar desta data.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos ao dia 02 de janeiro de 2017, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZ DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

IMPREV
CONTRATO POR 30 DIAS

CONTRATO DE LICENCIAMENTO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA E SERVIÇOS CORRELATOS QUE ENTRE SI CELEBRAM INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VILA RICA-MT E A EMPRESA STAF SISTEMAS LTDA - EPP.

O INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VILA RICA-MT pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Brasil nº 2.000 Bairro Bela Vista, Inscrito no CNPJ sob o nº 00.937.576/0001-80, neste ato representado pelo Diretor Executivo senhor Eurico da Cunha Barbosa, brasileiro, casado, portador da carteira de Identidade nº444077 SSP/PA, e CPF nº255. 891.212-72, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **STAF SISTEMAS LTDA - EPP,** inscrita no CNPJ sob nº 07.941.056/0001-90, com sede à Av. Antônio Joaquim de Moura Andrade, nº 1042, centro, Nova Andradina/MS, neste ato representada pelo Sr. Rodrigo Teles de Souza, empresário, portador da cédula de identidade n.º 25.198.266-X SSP/SP e inscrito no CPF sob n.º 786.255. 721-20,denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista a solicitação do Instituto Municipal de Previdência Social de Vila Rica –MT, e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, notadamente seu artigo 24, IV, resolvem celebrar entre si o presente termo de contrato, mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DO CONTRATO

Constitui objeto do presente contrato o licenciamento, em caráter emergencial, da licença de uso de sistemas de gestão pública, adiante especificados, bem como suporte técnico necessário a operacionalização destes sistemas, pelo tempo necessário à ultimação de processo licitatório tendente à regularização desta contratação:

Sistemas

Contabilidade Pública, 01 usuário Compras e Licitações 01 usuário e Patrimônio Público 01 usuário

CLÁUSULA SEGUNDA: PREÇO E PAGAMENTO

2.1. O preço mensal do licenciamento dos sistemas contratados **é R$ 1. 750,00 (um mil setecentos e cinquenta reais),** a serem pagos até o 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente, mediante a apresentação das notas fiscais.

2.2.O preço para serviços técnicos é de **R$ 65,00** (Sessenta e cinco reais) a hora, acrescidos de despesas de deslocamento no valor de **R$0,65** (ses-

senta e cinco centavos) por quilômetro, bem como de **R$ 125,00** (cento e vinte e cinco reais) ao dia referente à hospedagem e alimentação do técnico, quando exigida sua presença.

2.3. A CONTRATADA emitirá nota fiscal referente à prestação dos serviços executados, sempre que houver solicitação de serviços pela CONTRATANTE.

2.4. Eventual atraso no pagamento superior a noventa dias autorizará a CONTRATADA a suspender a execução contratual.

2.5. Em caso de atraso incidirá correção monetária com base no IGP-M acumulado no período de inadimplência.

2.6. O faturamento do licenciamento terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso.

2.7. Os pagamentos à CONTRATADA serão efetuados através da Agência do Banco do Brasil S/A, após a vistoria e aprovação do Instituto Municipal de Previdência Social mediante depósito ou transferência em nome da CONTRATADA, na Conta Corrente nº. 6662-1, da Agência nº. 4211-0, do Banco nº. 001.

CLÁUSULA TERCEIRA: RESPONSABILIDADE DAS PARTES

3.1 Constituem obrigações da CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento ajustado;

b) Viabilizar, por todos os meios ao seu alcance, para que a CONTRATADA possa executar as obrigações decorrentes deste contrato, que lhe são afetas;

c) Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade na execução das cláusulas do presente contrato, para que a mesma possa saná-la.

d) Custear os gastos necessários para implantação, suporte técnico e alterações específicas solicitadas no(s) sistema(s).

e) Manter pessoal habilitado para operacionalização do(s) sistema(s).

f) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do(s) sistema(s) licenciado(s), incluindo:

i. Assegurar a configuração adequada da máquina e instalação do(s) sistema (s).

ii. Manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina,

iii. Dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.

3.2 Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) Prestar a execução do contrato na forma ajustada;

b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes dos serviços de execução do presente contrato;

c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

d) Tratar como confidenciais as informações e dados contidos no(s) sistema (s) da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.

e) Responder pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

4.1 A contratada é a desenvolvedora e/ou licenciadora dos sistemas licenciados, concedendo ao contratante as licenças de uso temporárias e não exclusivas estabelecidas no presente contrato.

4.2 Fica vedado ao CONTRATANTE realizar a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência dos sistemas licenciados, assim como a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) sistema(s).

4.3 Quando em ambiente web, por exigência ou conveniência administrativa, os sistemas deverão permanecer on-line por até 96% do tempo de cada mês civil.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá vigência de 30 **(trinta)** dias a contar de 12/01/2017 a 12/02/2017, ou até o momento em que possa ser formalizado contrato, referente ao mesmo objeto, com empresa vencedora de Licitação.

CLÁUSULA SEXTA: RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei Federal nº 8.666/93, comprometendo-se a fornecer a base de dados única e exclusivamente no formato TXT, quando eventualmente requisitada.

CLÁUSULA SÉTIMA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato serão atendidas pelas seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/atividade: 33.90.39.0000-outros serviços de terceiros- pessoa jurídica

CLÁUSULA OITAVA: RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 Poderá ocorrer pelas causas e na forma previstas nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.2 O descumprimento das obrigações assumidas neste contrato deverá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o, prazo de cinco (05) dias para alegar o que entender de direito.

CLÁUSULA NONA: TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

A CONTRATADA não poderá transferir o presente contrato, no todo ou em parte, sem o expresso consentimento da CONTRATANTE, dado por escrito, sob pena de rescisão deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA: TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo via Aviso de Recebimento - AR. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: CASOS OMISSOS

Os casos omissos, oriundos do presente contrato, serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e dos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Pela inexecução total ou parcial do presente contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

As partes elegem, de comum acordo, o Foro da Comarca de Vila Rica-MT para dirimir eventuais controvérsias emergentes da aplicação deste contrato.

E, por estarem ajustados, assinam o presente instrumento em três (03) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

Vila Rica/MT, em 11 de Janeiro de 2017.

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Eurico da Cunha Barbosa

Diretor Executivo Portaria 209/2011

CONTRATANTE

_____

STAF SISTEMAS LTDA - EPP

Rodrigo Teles de Souza

CONTRATADA

PORTARIA Nº 030/2017 DE 10 DE JUNHO DE 2017.

Designa o Engenheiro Responsável para acompanhamento, fiscalização e recebimento das obras de construção da pavimentação asfáltica e drenagem, pluvial do Bairro Cidade Jardim.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA , Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas.

RESOLVE:

Art. 10 Designar o Engenheiro Civil RAUDIEGO DA SILVA SANTOS FIGUERÊDO, inscrito no CPF sob n 010.638.131-82, CREA nº 121118777-2, para fiscalizar, acompanhar e receber as obras realizadas referente **obras de construção de pavimentação asfáltica e drenagem, pluvial do Bairro Cidade Jardim,** no valor de R$ 2.850.300,47 (dois milhões, oitocentos e cinquenta mil, trezentos reais e quarenta e sete centavos). Contrato nº 016/2016 empresa CONSTRUTORA JURUENA LTDA.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário em especial a Portaria 183/2016.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 031/2017 DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Designa o Engenheiro Responsável para acompanhamento, fiscalização e recebimento das obras referente ao contrato de nº 021/2015.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA , Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Engenheiro Civil, RAUDIEGO DA SILVA SANTOS FIGUERÊDO, inscrito no CPF sob n 010.638.131-82, CREA nº 121118777-2, para fiscalizar, acompanhar e receber as obras realizadas referente ***a construção da piscina, de banheiros e ainda do muro na área do Centro de Múltiplo Uso, conforme contrato de nº 021/2015.***

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em contrário em especial a Portaria de nº 247/2016.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 033/2017. DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Designa o Engenheiro Responsável para acompanhamento, fiscalização e recebimento das obras de Rede de Esgotamento Sanitário, no município de Vila Rica.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA , Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas.

RESOLVE:

Art. 10 Designar o Engenheiro Civil, RAUDIEGO DA SILVA SANTOS FIGUERÊDO, inscrito no CPF sob n 010.638.131-82, CREA nº 121118777-2, para fiscalizar, acompanhar e receber as obras realizadas referente ***a Rede de Esgotamento sanitário, contrato 032/2016.***

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 005/2017. DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Senhora, **SANDRA REGINA MARQUES**, portadora do RG nº 1253606-7 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n°773.974.521-91, para o cargo de **Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA—SE,

Gabinete do Prefeito.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 032/2017. DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Designa o Engenheiro Responsável para acompanhamento, fiscalização e recebimento das obras de pavimentação,Setor Oeste

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA , Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas.

RESOLVE:

Art. 10 Designar o Engenheiro Civil, RAUDIEGO DA SILVA SANTOS FIGUERÊDO, inscrito no CPF sob n 010.638.131-82, CREA nº 121118777-2, para fiscalizar, acompanhar e receber as obras realizadas referente ***a prestação de serviços de pavimentação rua 67- Setor Oeste, contrato 031/2016.***

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário em especial a Portaria de nº 408/2016.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

ERRATA

FOI PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS NA DATA DE 11 DE JANEIRO DE 2017, PORTARIA DE Nº 006/2017:

ONDE SE LÊ - LUCY MEIRE VINHAL BORGES,

LEIA-SE - **LUCY MEIRY VINHAL BORGES**.

Gabinete Prefeito

Ivanilde Tschá

PORTARIA N.º 029/2017 DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º- **Nomear** o Sr. **RODRIGO DA COSTA SILVA** portador do RG sob o nº 4546310 SSP/ GO e do CPF sob o nº 581.631.231-68, paraexercer o cargo de Diretor do Departamento de Administração.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de janeiro de 2017.

C U M P R A – S E,

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 002/2017. DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Senhor **HELDER RICK FREITAS DE LIMA**, portador da RG nº 3006391 SSP/GO e inscrito no CPF sob o n° 556.231.151-87, para o cargo de **Secretário Municipal de Administração.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

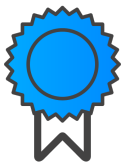
CUMPRA—SE,

Gabinete do Prefeito.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Wed Jan 11 21:31:10 UTC 2017
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)